

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM QUESTÃO: DO CHÃO, DO ALTO, DAS REPRESENTAÇÕES

SINTHIA CRISTINA BATISTA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

VERSÃO CORRIGIDA

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM QUESTÃO: DO CHÃO, DO ALTO, DAS REPRESENTAÇÕES

SINTHIA CRISTINA BATISTA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

Banca Examinadora:

Examinador externo - Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

Examinador externo - Alexandrina Luz Conceição (UFS)

Examinador interno - Álvaro Luiz Heidrich (UFRGS)

Examinador interno - Cláudia Luisa Zeferino Pires (UFRGS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia Da UFRGS como requisito para
obtenção do título de Doutor em Geografia.

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2014.

CIP - Catalogação na Publicação

BATISTA, SINTHIA CRISTINA
CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA EM QUESTÃO: DO CHÃO, DO
ALTO, DAS REPRESENTAÇÕES / SINTHIA CRISTINA BATISTA.
-- 2014.
512 f.

Orientadora: DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Mapeamento comunitário. 2. Teoria crítica das
representações. 3. Cartografia Geográfica. 4. Teoria
e Método em Geografia. I. SUERTEGARAY, DIRCE MARIA
ANTUNES, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA



Sisifo, de Tiziano Vecellio (1548-1549).

Tocada pelo mito de Sísifo, que subjugado à condição do trabalho alienante e desumano foi condenado a rolar eternamente uma pedra morro acima (que ao chegar ao topo retorna e deverá sem contestar descer e a empurrá-la incessantemente), dedico esta pesquisa às mulheres e homens que se colocam em movimento, mas indignados e em luta, que na busca da superação da desumanização alteram nossa capacidade de viver e pensar o mundo. Especialmente aos estudantes de geografia da UFMT, meus interlocutores e concretude cotidiana de ser professora e aos camponeses do assentamento Roseli Nunes. Às 331 famílias que lá permanecem, às mais de 3.000 famílias dispersas da luta pela terra na região da Grande Cáceres no final dos anos 1990 pelo repressor sistema de despolitização da luta camponesa e às mais de 8.000 famílias ainda em luta pela terra em Mato Grosso.

AGRADECIMENTOS

Difícil é não agradecer a alguém que tenha passado pelo meu caminho nos último cinco anos! Tempo de caminhar, movimentar-se espaço-temporalmente (São Paulo - Porto Alegre – Mato Grosso e AGB!); momento de amadurecer, experiência e consciência do trabalho docente e de pesquisa que seriam impossíveis sem os sujeitos que fizeram destas condições de existência a vida que animou este trabalho. Sou grata pelos rumos que trilhei com todos eles.

Aos camponeses do Roseli Nunes, aos companheiros do MST e aos estudantes do curso de Residência Agrária, sou grata pela parceria e motivação à luta, confiança de que podemos mudar sempre!

Em Mato Grosso: À Universidade Federal de Mato Grosso pela concessão da licença capacitação de dez meses, que viabilizou a escrita da tese. À técnica administrativa Adriana Musis pela atenção e partilha das informações para o afastamento, uma vez que ocasiões como esta ficará cada vez mais escassa na universidade. Reconheço a oportunidade de amadurecer politicamente e intelectualmente ao trabalhar nesta universidade (Cuiabá e Rondonópolis) ao vivenciar os conflitos de um momento histórico no Brasil de precarização do trabalho docente, despolitização e implantação de um projeto de Universidade que cada vez mais tem dificultado a possibilidade de realização de um trabalho como este, com base no tripé universitário de pesquisa, ensino e extensão. Por isto, agradeço à constante necessidade de posicionar-se politicamente e aos colegas do Departamento de Geografia, principalmente: Márcia, Cornélio, Ivaniza, Cleusa, Silvia, Ugeda, Cleyotn, Meire, Leida Lima, Denise Sette, Tarifa, Magno, Juliana, Sirlei, Alair, Cristiana, Sanches e Dorival por me ensinar como a universidade se produz contraditoriamente, as possibilidades de luta e resistência a este processo.

Aos estudantes de geografia da UFMT, em especial: Adriana, André Sena, André Sallada, Cislene, Dayane, Dehbora, Edimilson, Everton, Flávio, Henrique, Joelson, Moizés, Patrícia, Pedro, Rosinaldo, Sebastião e Zenildo por estarem ao meu lado e ensinarem ser professora de estudantes concretos. Por coletivamente compreendermos que as condições objetivas e subjetivas que nos produz explica, mas não justifica que permaneçamos da mesma forma, por mais que seja difícil assumir uma postura política radical.

Aos amigos Carlos Feliciano (Cacá), Tânia, Amanda Gonçalves, Danilo, Ana e Rafael, pela parceria em diversos momentos deste trabalho. Pela partilha cotidiana das experiências vividas, dos conflitos, dos momentos filosóficos, políticos, de ócio, de trabalho e criatividade.

Em Porto Alegre: agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em nome dos coordenadores, pelo apoio institucional e oportunidade do doutoramento. Especialmente a atenção das secretárias Alynni e Zélia.

Aos NEGATIVOS: Pablo, Pedro, Theo, Mateus, Cláudia, Cleder, Cristiano Quaresma, Cristiano Rocha, Evelin, Carla, Rogério, Daniele, Igor e aos que conheço via emails, pela oportunidade de mobilizar-se, trabalhar, partilhar o respeito e valorização do trabalho do outro.

À minha família gaúcha: Márcia, Silvia, Norai, Judeci, Daia, Alex, Fernanda, Felipe, Raquel, Luiz Antonio, Katiane, Mouquer, Vanessa, Fernando, Janaína, PH, Castor e Bárbara. Principalmente meu porto seguro num porto alegre: Daiana, Giaconda, Andréia e Diler, sem vocês eu jamais teria conseguido estar aí e aqui sem desmachar-me, obrigada pela casa, comida e longas conversas. A amizade de todos vocês é rara espero ainda desfrutar dela por muito tempo.

Em São Paulo: Paulinha, Maíra, Luciana, Fabiana, Camila, Neusa, Rosa, Larissa, Zenaide e Aldria pela disponibilidade de sempre: desde conseguir textos na biblioteca da AGB e/ou USP, aos bares à construção de uma intensa amizade de quase vinte anos. E ainda reconheço a presença-ausência de meus estimados professores Dieter, Maria Elena, Cleide, Margarida, Rosely, Odette como necessárias à minha jornada intelectual. Todos vocês são permanência e memória, parte importante do meu processo contínuo de aprendizagem, das minhas raízes (aéreas como as orquídeas) e história de vida geográfica.

Associação dos Geógrafos Brasileiros: Os anos de AGB, desde o início da graduação, ensinam concretamente o sentido político da vida. Foi neste espaço de debate, produção do conhecimento e lutas geográficas que semeamos a necessidade de questionar o poder incessantemente, do reconhecimento de um trabalho de militância que parte da realidade, de sujeitos reais e situações concretas. Serei sempre grata por atuar na AGB (ora mais perto, ora mais longe) e nela acreditar, como movimento que é.

Na vida e na tese: À Dirce, pela orientação provocadora e eficiente. Pela práxis construtiva e criativa, pelo respeito ao diálogo com seus orientandos e interlocutores, contigo estamos seguros e ao mesmo tempo assumindo riscos necessários! Alexandrina pela amizade, parceria e confiança, afinal confiar é um ato digno de quem ousa ser humanamente coletivo. Seu apoio nos momentos difíceis da minha curta trajetória acadêmica foi imprescindível para que eu não desistisse. Afinal, a primeira doutoranda de carne e osso que conheci e de algum modo me permite ser demasiadamente humana. Ariovaldo, por acreditar e enxergar no aparente trivial sempre além, sem seu crédito eu jamais teria ousado trabalhar com os camponeses em Mato Grosso. Aos três, mestres e amigos, por ensinar os sentidos das palavras autonomia, liberdade e crítica, pois a união destas ações efetiva a criação produtiva e a emancipação humana.

Sou grata à minha família, apoio e ‘desconcerto’, mãe Leonor e pai Décio (in memoriam), irmã(o)s, sobrinhos, cunhada(o)s, que fundamentam a condição social que me permite fazer da superação uma necessidade e da vida uma luta. Por reconhecer o sopro de vida que viabiliza minha luta, agradeço ao Fernando e Anita, parte fundamental objetiva e subjetiva da minha existência em qualquer tempo e espaço, pelo amor incondicional e pela árdua vida cotidiana.

Por fim, agradeço a todos, por manterem contraditoriamente e conflituosamente a possibilidade de estar onde estou, fazendo o que faço, acompanhada.

RESUMO

Ao buscar explorar o mapa em suas múltiplas determinações o movimento de pensamento e trabalho de pesquisa conduziu, temporariamente, a pensá-lo a partir da tríade: linguagem, lógica e mediação. Neste momento traduzida pela relação entre: uma ‘Cartografia Geográfica’ – pensada como linguagem que sistematiza, versa e veicula um conhecimento geográfico; o Método - partindo da relação entre as lógicas formal e dialética que desvela as facetas materiais e simbólicas da condição espacial (da produção do/no espaço) e o Mapeamento Comunitário – no processo de elaboração de uma série de mapas como mediação relevante para a compreensão da lógica espacial e apropriação do espaço, possibilitando práticas de autogestão territorial. Trata-se de uma abordagem que a partir da teoria crítica das representações de Henri Lefebvre (2006) tensiona a materialização e simbolização da produção do espaço a partir dos mapas, procurando alcançar a vida da tríade espaço percebido, concebido e vivido, assim como das dimensões de sua produção: os espaços de representações; as representações do espaço e a prática social. Esta proposta realiza-se em um processo de mapeamento comunitário, compreendido como instrumento para o engajamento de comunidades (em seu sentido de classe) à autogestão territorial. Tal compreensão dá-se a partir da análise crítica dos processos de mapeamentos participativos que vislumbram a elaboração/legitimação de políticas públicas inseridos num contexto político que fomenta a participação popular e as insere nas “tomadas decisões” subsumindo a possibilidade do conflito e da luta, sempre em busca de um consenso para todos os “setores” da sociedade. O processo de pesquisa levou ao entendimento de que a participação efetiva do povo nas decisões sobre suas próprias demandas se faz na luta, na superação da contradição forjada pelo modo de produção capitalista da condição humana desigual de ser/estar no mundo, portanto na valorização dos processos históricos, conflitos, permanências e possibilidades da classe social. Esta proposta se realiza a partir de dois momentos distintos, mas inter-relacionados: 1. A construção de uma prática pedagógica para a formação do geógrafo em que a Cartografia Geográfica é ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio espacial, bem como para a compreensão do mapa como produto social, que forja e veicula representações da sociedade que o produz a partir de uma intencionalidade historicamente determinada e espacialmente produzida. Revivificada pela compreensão do mapa como processo que institui diferentes relações entre saber, poder e representações, tornando-o instrumento de luta. 2. A produção de um Memorial do Assentamento Roseli Nunes que para além da compreensão do mapa como instrumento de luta o realiza como materialização da apropriação cotidiana do espaço, portanto na possibilidade da autogestão territorial, considerando sua história e sua geografia. Estes momentos, concretizados

em práxis (sala de aula e trabalho comunitário) se fundiram e alcançaram um entendimento de que o processo de elaboração e uso dos mapas revela representações subjetivadas, engendradas objetivamente, de uma prática social que produz espaço, mas que também mediam um discurso sobre a realidade a ser objetivada. Portanto, o mapa como instrumento de luta viabiliza a compreensão e apreensão de uma dada lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas) e ao mesmo tempo a possibilidade de reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social. Palavras chave: Cartografia Geográfica; Teoria crítica das representações; Mapeamento comunitário.

ABSTRACT

In seeking to explore the map in its multiple determinations the movement of thought and research led temporarily to think of it from the triad of language, logic and mediation. At this time translated by the ratio : a " Geographical Cartography " - conceived as a language which organizes, conveys and discusses a geographic knowledge , the method - based on the relationship between formal and dialectical logic unveiling material and symbolic aspects of the spatial condition (of production/in space) and the Communitarian Mapping - the process of developing a series of maps as relevant to the understanding of spatial logic and appropriation of space mediating , facilitating the practice of territorial self-government . It is an approach from critical theory of representations of Henri Lefebvre (2006) tenses the materialization of symbolization and production of space from the maps, pursuing the life of the triad perceived space, conceived and lived as well as the dimensions of its production : the spaces of representations , representations of space and social practice . This proposal is realized in a process of communitarian mapping, understood as a tool for engaging communities (in its sense of class) to territorial self-management. This understanding gives the critical analysis of participatory mapping processes that envision the development/legitimation public policies in a political context that promotes popular participation and insert them into the "decisions taken" subsuming the possibility of conflict and struggle, always in search of a consensus for all " sectors " of society . The research process has led to the understanding that the effective participation of people in decisions about their own demands is made through the fight , to overcome the contradiction forged by the capitalist mode of production of unequal human condition of being in the world , therefore the valuation of historical processes , conflict , continuity and possibilities of social class . This proposal takes place from two different times, but inter - related : 1. The

construction of a pedagogical practice for geographer formation whose Geographical Cartography is a prerequisite for the development of spatial reasoning, as well as for understanding the map as a social product, forging and conveys representations of the society that produces from an intentionality historically and spatially determined. Revivified by understanding the process map as establishing different relationships between knowledge, power and representations, making it the instrument of struggle. 2. The production of a Memorial of the Settlement Roseli Nunes, which beyond the comprehension of the map as an instrument of struggle performs as the materialization of everyday appropriation of space, so the possibility of territorial self-government, considering its history and its geography. These moments, realized in practice (classroom and community work) merged and reached an understanding that the process of preparation and use of maps reveals subjectivized representations engendered objectively, a social practice that produces space, but also mediate one discourse about reality being objectified. Therefore, the map as an instrument of struggle enables the understanding and perception of a given everyday spatial logic (understood in the relationship between the various scales) while the possibility of claiming objective conditions for endurance in space and perhaps the possibility of social transformation. **Keywords:** Geographical Cartography, Critical theory of representations; Communitarian Mapping.

RÉSUMÉ

En cherchant à explorer la carte dans ses multiples déterminations, le mouvement de la pensée et de la recherche a conduit temporairement pour y penser à partir de la triade: langage, logique et médiation. Actuellement, traduite par le rapport : une « cartographie géographique » - conçue comme une langue qui organise, transmet et envisage une connaissance géographique, la méthode - basée sur la relation entre la logique formelle et matérielle de dévoilement dialectique et les aspects symboliques de la condition spatiale (de la production / dans l'espace) et la cartographie communautaire - le processus d'élaboration d'une série de cartes comme pertinentes pour la compréhension de la logique spatiale et appropriation de l'espace, en permettant la pratique de l'autonomie territoriale. Il s'agit d'une approche qui en partant de la théorie critique des représentations de Henri Lefebvre (2006) crispe la matérialisation de la symbolisation et de la production de l'espace sur les cartes, avec le bout d'atteindre la vie de l'espace de la triade espace perçu, conçu et vécu ainsi que des dimensions de sa production : les espaces de représentations, représentations de l'espace et de la pratique sociale. Cette proposition est réalisée dans un

processus d'une cartographie communautaire, comprise comme un outil pour les communautés d'engagement (dans son sens de classe) à l'auto-gestion territoriale. Telle compréhension permet l'analyse critique des processus de cartographie participative qui aperçoivent l'élaboration / légitimation de politiques publiques dans un contexte politique qui favorise la participation populaire et les insèrent dans les « décisions prises » en incluant la possibilité de conflit et de lutte, toujours à la recherche d'un consensus pour tous les «secteurs» de la société. Le processus de recherche a permis de comprendre que la participation effective des populations dans les décisions au sujet de leurs propres exigences se fait à travers la lutte, à surmonter la contradiction forgée par le mode de production capitaliste de la condition humaine inégale d'être dans le monde, donc l'évaluation de processus historiques, les conflits, la continuité et les possibilités de la classe sociale. Cette proposition a lieu à partir de deux moments différents, toutefois liés entre eux : 1. La construction d'une pratique pédagogique pour la formation du géographe dont la cartographie géographique dans laquelle est une condition préalable pour le développement du raisonnement spatial, ainsi que pour la compréhension de la carte comme un produit social, qui forge et transmet les représentations de la société qui produit à partir d'une intentionnalité historiquement et spatialement déterminée. Revivifiée par la compréhension de la cartographie des processus que l'établissement des relations différentes entre la connaissance, la puissance et des représentations, ce qui en fait l'instrument de la lutte. 2. La production d'un mémoire sur *l'Assentamento* Roseli Nunes, au-delà de la compréhension de la carte comme outil de lutte se comporte comme la matérialisation de l'appropriation de l'espace quotidien, ainsi la possibilité de l'autonomie territoriale, en considérant son histoire et sa géographie. Ces moments, réalisés en praxis (en classe et dans le travail communautaire) ont fusionné et sont tombés d'accord que le processus de préparation et l'utilisation de cartes révèle des représentations subjectivisées engendrées objectivement, une pratique sociale qui produit de l'espace, mais aussi la médiation un discours sur la réalité étant objectivée. Par conséquent, la carte comme un instrument de lutte permet la compréhension et la perception d'une logique spatiale quotidienne donnée (comprise dans la relation entre les différentes échelles), tandis que la possibilité de réclamer des conditions objectives pour l'endurance dans l'espace et peut-être la possibilité de transformation sociale.

Mots-clés: Cartographie géographique; théorie critique des représentations; cartographie communautaire.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Carta Imagem: trajeto trabalho de campo de Cuiabá	p.127
Mapa 02 - Divisão político-administrativa e territorial do Estado de Mato Grosso	p.128
Mapa 03 – Planta do Assentamento Roseli Nunes. INCRA, 2002, Folha 01	p.163
Mapa 04 – Planta do Assentamento Roseli Nunes. INCRA, 2002, Folha 02	p.165
MAPA 05 a– Grupo Água – Bacharelado 2009.....	p.189
MAPA 05 b– Grupo Água – Bacharelado 2009.....	p.191
MAPA 06 –Produção – Bacharelado 2009.....	p.193
MAPA 07 – Analógico – Bacharelado 2009.....	p.195
Mapa 08 – Produção – Bacharelado / Licenciatura 2009.....	p.197
Mapa 09 – “Água, fonte de vida”: Analógico, Bacharelado / Licenciatura 2009	p.199
Mapa 10 – Analógico Licenciatura 2010.....	p.201
Mapa 11 – Disponibilidade de água no assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2010.....	p.203
Mapa 12 – Mapa de Produção – Assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2010.....	p.205
Mapa 13 – Índice de participação do movimento de luta pela terra e associação, Bacharelado 2010.....	p.207
Mapa 14 – Uso e Captação de Água no Assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2013.....	p.209
Mapa 15 –Tipos de Produções, Bacharelado 2013.....	p.211
Mapa 16 – Armazenamento de Água de chuva 2013, Bacharelado 2013.....	p.213
Mapa 17 – Participação e desenvolvimento dos assentados, Bacharelado 2013.....	p.215
Mapa 18 – Esboço da abrangência do sistema cárstico	p.257
Mapa 19 – Croquis do contexto da água e do sistema cárstico	p.259
Mapa 20 – Croquis do mapa de conflitos do assentamento	p.270
Mapa 21 – Contexto regional do Assentamento Roseli Nunes - Micro-região de Jauru	p.272
Mapa 22 – Contexto de ocupação da Micro Região de Jauru (Parcial): Entorno do Assentamento Roseli Nunes nos anos de 1973; 1976; 1981	p.293
Mapa 23 – Contexto de ocupação da Micro Região de Jauru (Parcial): Entorno do Assentamento Roseli Nunes nos anos de 1990; 2000; 2010	p.295
Mapa 24 – Trajetória da família do Senhor Jair Furlan	p.322
Mapa 25 – Trajetória de Eliane Floriano Silva dos Reis	p.323
Mapa 26 – Mapa do acampamento Margarida Alves	p.329
Mapa 27 – Mapa do acampamento Roseli Nunes	p.339
Mapa 28 – Mapa do acampamento Paulo Freire	p.347
Mapa 29 – Mapa do pré-assentamento na Botinha	p.351

Mapa 30 – A conquista da fronteira	p.353
Mapa 31 – Conflitos no Pré-assentamento	p.355
Mapa 32 – Contexto da água – Assentamento Roseli Nunes	p.397
Mapa 33 – Disponibilidade de água – Assentamento Roseli Nunes	p.407
Mapa 34 – Viabilidade Das Cisternas	p.415
Mapa 35 – Interior da Caverna do Jabuti	p.429
Mapa 36 – Limite da Unidade de Conservação do Monumento Natural Caverna do Jaboti	p.430
Mapa 37 – Carta-imagem: Entorno do Assentamento Roseli Nunes	p.441
Mapa 38 – Assentamento Roseli Nunes - Monumento Natural Caverna do Jaboti	p.443
Mapa 39 – Mapa do interior da caverna do lote 144	p.444
Mapa 40 – Conflitos externos	p.455
Mapa 41 – Futuro – Assentamento Roseli Nunes	p.467

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Jornal Diario de Cuiabá, 13/12/2002	p.362
Figura 02 – Carta em defesa dos presos políticos do MST	p.363

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes	p.402
Gráfico 02 – Faixa etária da população das famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes.	p.402
Gráfico 03 – Aquisição do Programa Bolsa Família - famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes	p.403

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 01 e 02: Escola Madre Cristina	p.166
Foto 03 e 04: Mística de abertura dos trabalhos de mapeamento	p.168
Foto 05 e 06: Reunião inicial com a turma de Licenciatura e com a turma de Bacharelado....	p.171

Foto 07: Camponês assentado realizando mapa junto ao grupo de trabalho	p.181
Foto 08: Visita às famílias do Assentamento Roseli Nunes	p.181
Foto 09 e 10: Visitas à ARPA	p.181
Foto 11: Interior da Caverna do Jaboti	p.181
Foto 12: Entrada para novos salões subterrâneos – Caverna do Jaboti	p.181
Foto 13 e 14: Apresentação dos mapas elaborados em 2009	p.219
Foto 15 e 16: Mística de abertura dos trabalhos de mapeamento comunitário	p.249
Foto 17 e 18: Análise de imagens de satélites e mapas	p.267
Foto 19 e 20: Elaboração dos mapas do vivido	p.267
Foto 21 e 22: Aprendizagem sobre o sistema de posicionamento global e manuseio do aparelho de GPS.....	p.268
Foto 23 e 24: Apresentação e debate sobre os mapas elaborados na oficina. Grupo da questão da caverna e grupo do acampamento Margarida Alves	p.268
Foto 25 e 26: Painel de mapas individuais sobre as trajetórias das famílias camponesas e parte do grupo de trabalho na oficina de Junho de 2011	p.268
Foto 27 e 28: Retomando os encaminhamentos dos trabalhos de Junho de 2011.....	p.269
Foto 29 e 30: Trabalho em campo, Setembro de 2011	p.269
Foto 31 e 32: Apresentação e debate sobre os levantamentos de campo, Setembro de 2011	p.269
Foto 33: Dona Emília em meio à produção das hortaliças da ARPA	p.380
Fotos 34, 35, 36: Horta da ARPA: diversidade de hortaliças e legumes	p.380
Foto 37: Caminhão disponível para o uso da ARPA	p.380
Foto 38 e 39: Caminhos para a caverna do Jaboti	p.437
Foto 40 e 41: Em junho de 2010, ainda a única referencia da caverna era a grande placa na estrada à beira do lote que dá acesso à caverna.	p. 437
Foto 42 e 43: Placas de sinalização da Caverna do Jaboti	p. 438
Foto 44: Infra-estrutura para a recepção dos turistas	p. 438
Foto 45 e 46: No ano de 2013, a entrada da caverna foi fechada e sua estrutura quase finalizada	p. 438
Foto 45: Resfriador de leite em frente ao lote 243	p.457
Foto 46: Crianças esperando a coleta do leite	p.457
Foto 47: Lote na porção sul do assentamento região de solos favoráveis à produção de frutas doces, como no caso a banana	p.457
Foto 48: A produção familiar no lote de Dona Emília	p.457
Foto 49 e 50: Porção sul do assentamento Roseli Nunes, sumidouros e poços manuais com pouca água.....	p.458

Foto 51 e 52: Limite do domínio do sistema carste, em direção à morraria de rochas carbonática, região com dificuldade de acesso à água	p.458
Foto 53: Dona Emília e seu mapa conceitual das conquistas do Assentamento Roseli Nunes.....	p.458

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Escalas – Neil Smith	p.115
Quadro 02: A carta topográfica	p.125
Quadro 03 – Pressupostos do mapeamento comunitário	p.154
Quadro 04 – O mapa: concepção; discurso; ação; representação	p.157
Quadro 05 – Produtos cartográficos utilizados no mapeamento comunitário	p.161
Quadro 06 – Debates que permearam o processo de mapeamento comunitário	p.172
Quadro 07 – Tabela de dados para o desenvolvimento do mapeamento comunitário	p.175
Quadro 08 – Processo de produção cartográfica do mapeamento comunitário	p.183
Quadro 09 – Mapas gerados pelos estudantes de Geografia da UFMT de 2009 a 2013	p.217
Quadro 10 – Movimentação do processo de mapeamento comunitário	p.221
Quadro 11 – Imagens de satélites utilizadas no mapeamento	p.247
Quadro 12 – Contexto geral do processo de territorialização e monopolização do capital na Amazônia/MT/Região sudoeste (Vale do Guaporê)	p.291
Quadro 13 – Contexto fundiário da Região da Grande Cáceres	p.311
Quadro 14 – Famílias em Luta em Mato Grosso, 2013	p.368
Quadro 15 – Assentamentos do MST em Mato Grosso	p.368

SUMÁRIO

CONTEXTO DE PESQUISA	p.19
O MOVIMENTO DE UMA CARTOGRAFIA EM MOVIMENTO	p.21
O COIDIANO E A PRÁXIS NA SALA DE AULA E NO ASSENTAMENTO ROSELINUNES – MT.....	p.30
PARTE 1 - MAPEAMENTO COMUNITÁRIO I: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA	p.35
1.1 A PRÁXIS CONSTITUÍDA NA CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE CARTOGRAFIA	p.37
1.2 CARTOGRAFIA GERAL: BASES PARA A PROPOSTA DO MAPEAMENTO COMUNITÁRIO	p.45
1.2.1 O CAMINHO: AS AULAS DE CARTOGRAFIA	p.48
1.2.1.I. Contextualização: Cartografia, Pesquisa e Ensino de Geografia	p.49
1.2.1.I.1 Mapa mental – Mapa do Vivido	p.50
1.2.1.I.2 O mapa como expressão das territorialidades humanas, meio de comunicação e processo cognitivo	p.67
1.2.1.II. A Cartografia: Ciência/Técnica/Arte/Saber	p.80
1.2.1.II.1 Mapa: saber, poder, espaço de representações e representações do espaço	p.86
1.2.1.III. As representações geográficas: entendimento das realidades multiescalares	p.105
1.2.1.III.1 Escala geográfica e escala cartográfica e Generalização cartográfica	p.106
1.2.1.III.2 A Carta topográfica – elementos centrais	p.121
1.2.1.III.3 Trabalho de campo – bases para o mapeamento comunitário	p.129
1.3 MAPEAMENTO COMUNITÁRIO: ORIENTAÇÃO DE UM PROJETO CARTOGRÁFICO	p.135
1.3.1 MAPEAMENTO COMUNITÁRIO	p.138
1.3.2 O MAPA COMO REPRESENTAÇÃO	p.144
1.3.2. I O MAPA E A TEORIA CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES	p.147
1.3.3 O MAPEAMENTO COMUNITÁRIO E SUA MOVIMENTAÇÃO	p.153
1.3.3.I. CONCEPÇÃO	p.156
1.3.3.II. FINALIDADE	p.158
1.3.3.III. PLANEJAMENTO CARTOGRÁFICO	p.160
1.3.3.IV. PRODUÇÃO	p.166
1.3.3.IV A) PROCESSO DE MAPEAMENTO EM CAMPO	p.166
1.3.2.IV B) PRODUÇÃO DOS MAPAS EM GABINETE	p.185
1.4 CONSIDERAÇÕES PROCESSUAIS	p.223

PARTE 2 - MAPEAMENTO COMUNITÁRIO II: MEMORIAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	p.231
2. 1 A PRÁXIS COM A COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO	p.233
2.1.1 A COMUNIDADE COMO CLASSE SOCIAL	p.238
2.1.2 PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE MAPEAMENTO	p.243
2.1.3 O PROCESSO DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO II	p.248
2.1.3.I. O ACAMPAMENTO E PRÉ-ASSENTAMENTO	p.250
2.1.3.II. O ASSENTAMENTO	p.254
2.1.3.III. A DISPONIBILIDADE HIDRÍCA DO ASSENTAMENTO	p.261
2.1.3.IV. O SISTEMA CÁRSTICO E A CAVERNA DO JABOTI	p.263
2.1.3.V. CONFLITOS E POSSIBILIDADES	p.265
2.2 MEMORIAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	p.271
2.2.1 O CONTEXTO REGIONAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES: Acesso à terra e relações de trabalho	p.273
2.2.1. I – PROCESSO HISTÓRICO DE MIRASSOL D’OESTE	p.279
2.2.1. II - MIRASSOL D’OESTE HOJE	p.297
2.2.1.II.A) CURVELÂNDIA	p.313
2.2.2 ACAMPAMENTO E PRÉ-ASSENTAMENTO: PROCESSO HISTÓRICO	p.318
2.2.2. I – MATO GROSSO EM MARCHA: A MOBILIZAÇÃO CAMPONESA NA REGIÃO DA GRANDE CÁCERES	p.321
2.2.2.I A) ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES	p.325
2.2.2.I B) ACAMPAMENTO ROSELI NUNES	p.335
2.2.2.I C) ACAMPAMENTO PAULO FREIRE	p.341
2.2.2.I D) PRÉ-ASSENTAMENTO	p.349
2.2.3 O ASSENTAMENTO PRESENTE: PERMANÊNCIA E CONFLITOS	p.377
2.2.3.I. O CONTEXTO DA ÁGUA	p.392
2.2.3.II. A CAVERNA DO JABOTI	p.425
2.2.3.III. CONFLITOS COM A VIZINHANÇA	p.446
2.2.4 - FUTURO: POSSIBILIDADES	p.457
2.2.4.I. A APROPRIAÇÃO DO PROCESSO DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO..	p.473
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO	p.478
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	p.487

CONTEXTO DE PESQUISA

Mapa

Plano como a mesa na qual está colocado.
Debaixo dele nada se move nem busca vazão.
Sobre ele --meu hálito humano não cria vórtices de ar
e deixa toda a sua superfície em silêncio.

Suas planícies, vales, são sempre verdes,
os planaltos, montanhas, amarelos e marrons
e os mares, oceanos, de um azul delicado
nas margens fendidas.

Tudo aqui é pequeno, próximo, acessível.
Posso tocar os vulcões com a ponta da unha,
acariciar os polos sem luvas grossas.
Com um olhar posso abarcar cada deserto
junto com o rio logo ali ao lado.

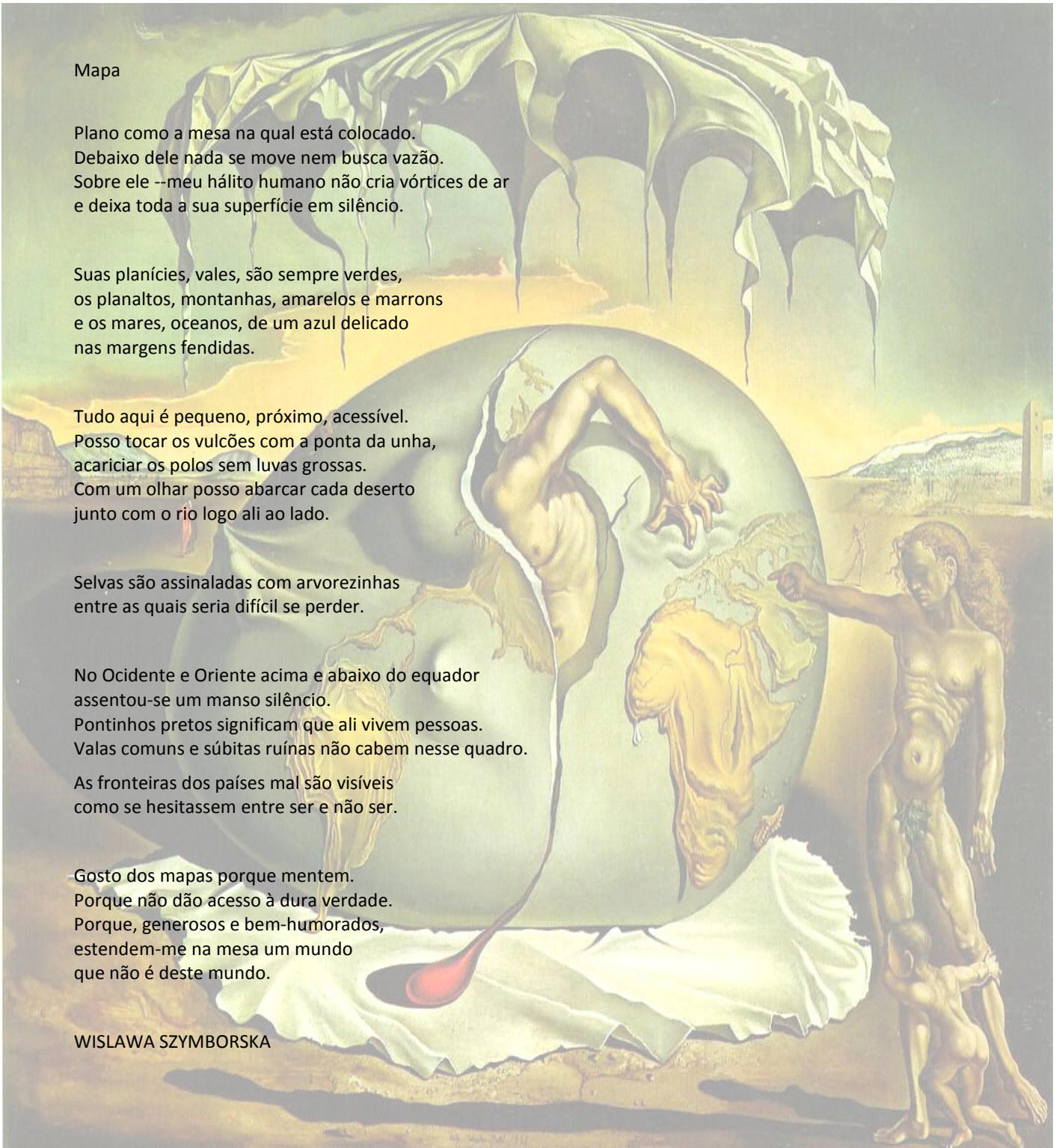
Selvas são assinaladas com arvorezinhas
entre as quais seria difícil se perder.

No Ocidente e Oriente acima e abaixo do equador
assentou-se um manso silêncio.
Pontinhos pretos significam que ali vivem pessoas.
Valas comuns e súbitas ruínas não cabem nesse quadro.

As fronteiras dos países mal são visíveis
como se hesitassem entre ser e não ser.

Gosto dos mapas porque mentem.
Porque não dão acesso à dura verdade.
Porque, generosos e bem-humorados,
estendem-me na mesa um mundo
que não é deste mundo.

WISLAWA SZYMBORSKA



Arte: Salvador Dali - Criança Geopolítica Assistindo o Nascimento do Homem Novo

O MOVIMENTO DE UMA CARTOGRAFIA EM MOVIMENTO

Os mapas invadem de maneira invisível a vida cotidiana. Assim como o relógio, símbolo gráfico da autoridade política central, introduziu a “disciplina do tempo” nos ritmos dos trabalhadores da indústria, as linhas dos mapas, ditando a nova topografia rural introduziram uma “disciplina do espaço”... Os mapas entravam no direito, adquiriram a aura da ciência e contribuíam para engendrar uma ética e uma virtude ligadas à definição cada vez mais precisa. Os traçados feitos sobre os mapas excluíaam ao mesmo tempo em que limitavam. Eles determinavam hierarquias territoriais segundo a loteria do nascimento, os acasos das descobertas e cada vez mais, o mecanismo do mercado mundial (HARLEY, 2009, §29).

A citação de Harley nos leva a pensar que o mapa, assim como relógio, no modo de produção capitalista, realiza novas representações deslocando sentidos e significados da produção social, realizando substituições e equivalências (que instituem desigualdades). No caso do relógio a representação quantitativa, sua medição pelo tempo de trabalho e no caso do mapa a renda da terra e a valorização do espaço. Esta análise sugere uma cartografia pautada no debate das representações, mas que tenha como ponto de partida não o simbólico em si mesmo, mas a realidade que anima sua tensão dialética material.

Na oportunidade da pesquisa de mestrado, Batista (2006), ao discutir as possibilidades da Visualização Cartográfica, um novo “paradigma” do fazer cartográfico em meio digital que valoriza o produtor do mapa no processo de elaboração e uso, foi delimitada a cartografia no campo da linguagem, não assumida como uma ciência – com uma base filosófica própria e um fundamento disciplinar independente. Este posicionamento foi necessário para não ‘autonomizar’ a Cartografia da Geografia. Ou seja, não torná-la uma forma sem conteúdo, estabelecendo uma relação com a Geografia como uma linguagem particular, espacial, um conteúdo geográfico.

Desta forma era possível situar uma “linguagem para a realização de leituras na Geografia, auxiliando o leitor/usuário/produtor de mapas, na construção do raciocínio espacial guiado por interpretações próprias adquiridas ao longo do processo investigativo”(BATISTA, 2006, p.12) , ou seja, estabelecer uma relação direta entre aquele que lê e aquele que produz o mapa.

Ao apontar a Cartografia como linguagem, a entendemos como uma das formas mais bem elaboradas (e talvez pouco explorada) para o desenvolvimento do raciocínio espacial e da percepção da geograficidade do mundo. Opõe-se ainda a ser entendida como metodologia, procedimento ou método de investigação, mas sim como um meio que pode ser colocado de forma direta e/ou indireta ao usuário do mapa com o objetivo de construir um raciocínio no caminhar, e não com um fim em si mesma (BATISTA, 2006, p.10).

Da compreensão da época destacam-se algumas incompreensões: que o “raciocínio espacial” não é fruto de uma percepção subjetiva de uma realidade espacialmente dada. Assim, ao mesmo tempo em que se compreendia que a Cartografia envolve “os homens que a produzem e/ou a utilizam; a problemática a ser desenvolvida; a coleta de dados; o processamento da informação; a representação; a leitura e a expressão das determinações (e/ou) da realidade, dentro de um processo tanto comunicativo quanto investigativo para o uso do mapa, entende-se que todas estas etapas são necessárias e importantes ao seu desenvolvimento pleno, sendo assim, não são desconsideradas as técnicas envolvidas no processo da produção cartográfica” (BATISTA, 2006, p.10), não era ainda possível compreender que a “liga” que faltava era assumir o processo histórico como movimento necessário desta realidade.

Naquele momento já era possível compreender o produto da cartografia, o mapa, como uma representação, contudo, circunscrevia-se o “entendimento dos mapas como representações sociais, mentais ou ditas técnicas (formas de expressão da realidade sob determinadas possibilidades de interpretação e leituras da realidade)”, não era situada na relação com a consciência. De igual modo a cartografia permanecia a-histórica, uma vez que o importante seria admitir que a Cartografia deva “comunicar a espacialização de fenômenos geográficos e viabilizar leituras da realidade, apresentando-se como possibilidade à investigação, sistematização, produção e manipulação de informações. E, além disto, permitir o desenvolvimento de conhecimentos quer no campo teórico, no aplicativo ou no didático” Batista (2006, p. 11), uma vez que estes campos não estavam devidamente articulados aos processos históricos de sua produção. E ainda, o foco não era a explicação (ainda que parcial) do movimento da realidade, mas desenvolver conhecimentos – no campo das ideias (teórico, aplicativo e didático).

Estas incompreensões derivam do contexto de alcance teórico não só subjetivo da pesquisadora (e de limitações intelectuais em nível de mestrado), mas também da própria cartografia dita geográfica. Ainda que possamos falar em dialética, conflitos, contradições e crítica, há uma lacuna explicativa acerca da gênese, uso e valorização da Cartografia e de sua relação com a geografia e a produção do espaço no modo de produção capitalista. Na época 'concluía-se':

Refletindo sobre tais questões apontamos que é preciso compreender o processo de leitura do mapa e da capacidade que ele tem de produzir conhecimento enquanto produz-se e vice-versa. Ou seja, se pensarmos que um leitor/usuário de mapas é apenas receptor passivo da informação, a representação cartográfica perde grande parte de sua riqueza e uso. Há necessidade de uma interação maior, desde a produção até uma visão crítica sobre a própria representação, caso contrário a Cartografia transforma-se em instrumento de manipulação (ideológica, mercadológica, entre outras) e não de produção de conhecimento. Assim, a partir do momento em que o usuário passa a entender a metodologia (elaboração gráfica e método) da construção cartográfica, ele terá elementos para fazer sua própria crítica, pois saberá, não só ler um mapa como propor um mapa que melhor represente a realidade que ele vê e passa a compreender. Em suma, na medida em que o usuário é consciente, as

representações tomam um outro lugar em sua vida, principalmente na apresentação das possibilidades de transformação da realidade (BATISTA, 2006, p. 193).

Estas considerações finais da pesquisa de mestrado indicaram a necessidade de superar a simples leitura dos mapas, para as mediações que o realizam, ou seja, suas esferas de produção e uso alcançam práticas sociais mais amplas. Ainda que com restrições e equívocos, sugeria-se então um estudo dos mapas aliado à teoria das representações e ainda semeava-se a promoção de uma cartografia que alcance um nível de consciência e que possa superá-lo, incessantemente, na medida em que seja possível dotar o mapa não só de intencionalidade, mas de *sentido*.

Talvez seja o momento de pensar de forma mais centrada no papel **do mapa enquanto representação**, nos caminhos, e quem sabe, necessidades da interpretação e expressão humana no e pelo mapa... Sim, os mapas são ideológicos, mas também **apresentam a possibilidade de transgredir as limitações que nos impõem as linhas teóricas e políticas**. (...) Neste momento buscamos o resgate da visão como recurso do entendimento e da razão, não apenas da sensação efêmera, considerando que o espaço/ambiente de visualização abre a perspectiva da inserção e interação do homem com sua própria cultura. Colocando como desafio à Cartografia contemporânea realizar a passagem perceptiva e comunicativa do **conhecimento figurativo** (que busca imitar a realidade) **ao simbólico** (que carrega significados intrínsecos à sua representação), pois entendemos que a complexidade do mundo exige **compreensão e não explicação** (BATISTA, 2006, p. 196).

Ainda que na época não fosse claro o entendimento de conhecimento figurativo e conhecimento simbólico; compreensão e explicação¹; a troca de palavras não estava descolada do sentido que hoje se busca à cartografia: uma cartografia que se desenvolva no sentido da emancipação humana, que não pode ser usada, nem explicada sem sua base material historicamente produzida.

É por partir da necessidade de uma explicação que a aproximação da leitura marxiana e da obra filosófica de Karl Marx² fez-se necessária. Perseguia-se um pressuposto equivocado, a elaboração de uma cartografia dialética. Não havia a compreensão da diferença fundamental entre as abordagens dialéticas existentes: a idealista e a materialista, o que tornava impossível conciliar uma compreensão do mapa no modo de produção capitalista tendo como base um cartografia dialética idealista. Explica-se.

A cartografia até então concebida fundamentava-se em dois ‘princípios’: a comunicação e a cognição; só aos poucos chegou a compreensão de que não se tratava de princípios, mas de

1 Vale assinalar que a compreensão desta inversão foi alcançada ao ler Istvan Mészáros (2008) que questiona uma educação que muito “compreende” e nada explica.

2 De partida justificam-se as raras referências diretas a Marx, porque esta tese conclui-se muito mais como um projeto de pesquisa para um tempo de longa duração do que como realização de uma tese comprovada classicamente, optou-se por utilizar neste momento da pesquisa a leitura marxiana que subsidiará um aprofundamento em Karl Marx. Isto se deve ao desenvolvimento mais direto de filósofos de base marxista, como Henri Lefebvre e Mikhail Bakhtin, em questões que mais nos aproximam da tese como a linguagem e as representações.

determinações do mapa. Isto significa que a crítica imputada à cartografia dialética tratava fundamentalmente de empreender as intencionalidades destes princípios, como se a cartografia – uma linguagem, e o mapa, um meio de comunicação, se restringissem a veicular mensagens de controle, de poder, de conhecimento territorial e/ou de “sobrevivência espacial” de acordo com o desenvolvimento da apropriação das técnicas de representação cartográfica.

Daqui derivam-se algumas questões: se a cartografia é uma linguagem (para alguns uma ciência) e o mapa um meio de comunicação e cognição, que tem seu desenvolvimento baseado nas cosmologias, nas visões de mundo e nas apropriações técnicas de representação cartográfica, como é que as representações se originam? Qual é a condição ontológica social da cartografia?

A leitura de alguns autores da história da cartografia e da geografia sugeriu uma ontologia do mapa, uma natureza própria. Para alguns autores, a partir do conceito de geograficidade o mapa veicula um conhecimento espacial arraigado aos indivíduos ou aos grupos, vinculado ao espaço como dado ontológico inato, existente, mesmo que em disputa.

Aqui o idealismo consiste em atribuir, mesmo que se traga uma dimensão crítica e aparentemente materialista, à consciência o ato de mapear, ou seja, aquilo que vejo ou desejo mapeio. É como se o mapa fosse um produto imediato da consciência (mesmo que seja uma consciência ‘contraditória’). Portanto, se o mapa é um produto imediato da consciência seu entendimento deverá circunscrever-se à derivação da compreensão que o elabora, ainda que dotada de intencionalidade, fruto daquilo que se pensa que a realidade é. Ou melhor, não se trata de buscar nas análises dos mapas (e da cartografia) uma explicativa das relações espaciais que mediam ou são mediadas por eles, mas fundamentalmente analisar o discurso espacial.

Desta forma, não foi encontrada, na maior parte dos autores lidos³, ainda que se tenha apreendido significativamente o movimento do fazer cartográfico, uma explicação para a origem, desenvolvimento, fortalecimento e agora valorização do mapa e da cartografia (só compreendida na relação com a valorização do espaço e do desenvolvimento desigual).

Ao mesmo tempo em que, partindo das bases existentes, procurando os fundamentos filosóficos destas bases (ainda que se reconheça que neste momento não foi alcançada a sua profundidade) para que fosse possível compreender os motivos pelos quais alguma coisa ‘não se encaixava’, ou seja, porque não se conseguia encontrar explicações, mas ‘compreensões’.

³ É muito provável que o alcance desta leitura não tenha atingido autores que desenvolvam plenamente este trabalho. Afinal nos dias atuais (regrado pelo produtivismo) o volume de textos, livros e opiniões escritas produzidas é imenso e não nos permite ler tudo o que se diz e/ou produz em nossa área de pesquisa em tão pouco tempo, visto que uma tese agora não é mais uma tese, não há maturação intelectual e da práxis de pesquisa, mas um “trabalho de doutorado” para ingressar no mercado de trabalho, provavelmente em uma universidade em expansão.

A procura das bases filosóficas que fundamentam os autores lidos (citados ao longo da tese ou apenas nas referências bibliográficas como obras consultadas) indicou dois filósofos fundamentais: René Descartes e Karl Marx. Mais outros quatro que perpassam muitos trabalhos de uma cartografia: Michel Foucault; Jacques Derrida; Henri Lefebvre; Mikhail Bakhtin.

O uso das reflexões, proposições, entendimentos e explicações destes filósofos nos autores da cartografia (principalmente na relação com a geografia) exige compreender em que desencadeia o uso de suas teorias explicativas, o que nem sempre é claro, ainda que seja realizado o exercício filosófico por “dentro” dos debates cartográficos no Brasil após a Geografia Crítica.

Dos autores positivistas o uso da concepção de espaço de Descartes parece realizar-se numa relação mais coerente entre a concepção e o uso do mapa; dos autores que se utilizam de Karl Marx (que são poucos) há menções esparsas, de ideias gerais, ou do método descolado da teoria explicativa produzida pelo autor, o materialismo histórico dialético autonomiza-se (talvez se possa aqui correr este mesmo risco! é com cuidado que se delinea esta crítica e trabalho).

De forma geral o uso de Foucault e Derrida tem valorizado a análise do discurso e das narrativas, a leitura de Lefebvre toca na produção do espaço, mas não aprofundam em questões fundamentais de sua possibilidade de análise da cartografia – as representações do espaço e os espaços de representação e a relação entre a linguagem e sociedade.

Não se trata de “obrigar” a ciência a adotar qualquer perspectiva teórica, mas de descobrir no caminho da pesquisa e no movimento do pensamento geográfico brasileiro como atingimos uma compreensão da cartografia materialista histórica dialética que trate do momento histórico atual e que seja capaz de explicar a atual valorização do mapa, principalmente nas lutas sociais. Antes que seja tarde é preciso dizer: esta não é a pretensão desta tese! O que se pretende é não “costurar” interpretações aqui e ali de uma cartografia dialética, não importa em qual base está, para realizar uma cartografia crítica, que seja reconhecida pela “Geografia Crítica”, mas estabelecer uma base mais segura.

Este é o desafio: estabelecer interlocuções, debates e análises que possam coletivamente cumprir este projeto, pois, como alerta Carlos (2007) a Geografia (e a cartografia) mal começaram a entender Marx e já o abandonaram!

Neste sentido, estabelecemos como ponto de partida retomar para a construção de uma cartografia crítica e radical os fundamentos filosóficos marxianos de que o homem⁴ só se torna

⁴ É evidente que supra-sintetizar a densidade e abrangência da obra filosófica de Karl Marx é um risco. Contudo, a síntese aqui apresentada trata da apreensão possível da explicativa marxiana com vistas a trilhar um caminho

homem não pela “razão” (ou consciência), mas pela relação que estabelece com a natureza a partir do trabalho. O trabalho é a categoria fundamental da existência do homem (e da sociedade) e, portanto, o modo pelo qual o homem a partir do trabalho produz suas condições de existência para além das condições objetivas “naturais” determina não só sua relação com a natureza, mas com os outros homens.

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, religião e mais que se quiser, mas esta distinção só começa a existir quando os homens começam a produzir os seus meios de vida, passo que é conseguido devido à sua organização física. Ao produzirem, indiretamente, a sua própria vida material. A maneira como os homens produzem esses meios de vida, depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e que lhes é necessário produzir. Este modo de produção não deve ser considerado deste único ponto de vista, como mera reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, isso sim, de uma forma determinada de manifestar a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. A maneira como os indivíduos manifestam a sua vida reproduzem exatamente aquilo que são. Aquilo que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, com aquilo que produzem e com a forma como o produzem. Aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção. Essa produção só surge com o aumento da população. Ela própria pressupõe, por sua vez, um intercâmbio dos indivíduos entre si. A forma deste intercâmbio é, por sua vez, condicionada pela produção (MARX e ENGELS, 2002, p.18).

Sendo o trabalho uma categoria ontológica fundamental não é “a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência”, ou seja, as condições concretas (a relação homem-natureza, a divisão social do trabalho, a distribuição de riquezas, a satisfação das necessidades e possibilidade de concretização da liberdade) é que estruturam a consciência.

A relação entre o trabalho (uma atividade) e a consciência estabelece uma práxis humana, social, que se realiza em ‘harmonia e conflito’ com a natureza e com os outros homens e, portanto produz e transforma as circunstâncias materiais da existência historicamente, uma vez que as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que os homens as produzem. Neste sentido, a consciência e sua expressão, a linguagem, são produtos materiais com bases sociais, pois:

A produção de ideias, de representações e da consciência, está em princípio, diretamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento e o pensamento intelectual dos homens aparece aqui como emanção direta do seu comportamento material (...) Os homens são os produtores das suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, os que realizam, tal como foram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do modo de relações que lhe compreende, incluindo até as suas formações mais avançadas. A consciência não pode ser mais do que o Ser Consciente e o Ser dos Homens é o seu processo de vida real. Se em toda ideologia os homens e as suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura,

metodológico em busca de uma explicativa sobre a cartografia e o mapa produzidos no modo de produção capitalista. Síntese realizada a partir das leituras de Marx (2013), principalmente seção I; 2011 (capítulo I); 2009; 2002 (um síntese da Ideologia Alemã) e 2002 (o manifesto comunista). Para escrever esta relação entre a análise marxiana, a consciência e a linguagem foi utilizada da leitura de Viana (2008) sobre representações, contudo não se utilizou a compreensão deste autor sobre as representações, preferindo a teórica crítica da representação de Lefebvre.

é porque isto é o resultado do seu processo de vida histórico, da mesma maneira que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é o resultado do seu processo físico de vida (MARX e ENGELS, 2002, p.26).

Para Marx e Engels, assim como a consciência a linguagem “nasce da necessidade, da carência de intercâmbio com os demais homens” (op. cit, p.38), sendo a consciência prática, portanto não está livre, pois a vida material não permite que as diversas formas de consciência se autonomizem, uma vez que “não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais mudam sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos de seu pensamento”, Marx e Engels (2002, p.26).

Esta “consciência prática” – a linguagem - instituirá as relações sociais a partir da interação entre um eu e o outro, ou seja, pressupõe a base material e a interlocução entre uma consciência individual e outra (consciência do homem que vive em sociedade), contudo, produzida socialmente e coletivamente manifestando as forças sociais.

A consciência e a produção das representações é uma expressão do real, que por sua vez independe da consciência, os indivíduos portanto veem, percebem e concebem o real a partir da vivência, da experiência, da sua relação com o real, ou melhor, como o modo de produção da sociedade (relação entre homem e natureza mediada pelo trabalho) se concretiza. Na sociedade capitalista este modo de produzir concretiza-se a partir da divisão social do trabalho que realiza uma consciência fragmentada e alienada.

Neste sentido, segundo Marx e Engels esta consciência e suas representações estão invertidas, uma vez que na divisão social do trabalho, no instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho material ou manual e trabalho intelectual surgem as ideologias.

Segundo Chauí (2004) a ideologia toma as ideias como independentes da realidade histórica e social, “de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas” que “é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”. Portanto a ideologia cumpre o papel de esconder a existência da luta de classes e seu poder e eficácia aumentam “quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes e a luta de classes”

Isto posto, compreende-se que as relações sociais produzidas por esta divisão social do trabalho originam um estado de consciência determinado pela sociedade de classes, origem material das representações. Tais representações não originam-se de forma imediata, mas a partir das mediações que dão a ela um caráter de “expressão e projeção, determinada e mobilizadora”. Em síntese, para Chauí (2004), a força da ideologia realiza-se a partir dos seguintes aspectos:

1) o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. Portanto, enquanto esses dois trabalhos estiverem separados, enquanto o trabalhador for aquele que “não pensa” ou que “não sabe pensar”, e o pensador for aquele que não trabalha, a ideologia não perderá sua existência nem sua função;

2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino, etc.), de sorte que as ideias quotidianas dos homens representam a realidade de modo invertido e são conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia. Portanto, enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá;

3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam ideias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais ideias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas ideias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém). (CHAUI, 2004, p. 33-34).

Neste sentido cabe acrescentar que para Marx e Engels ‘o combate à ideologia’ não circunscreve-se à eliminação da alienação no plano da consciência, ou melhor, a transformação histórica não se realiza somente a partir do desenvolvimento de uma consciência individual não alienada:

Ou seja, não devemos esperar que através da simples crítica da alienação haja uma modificação na consciência dos homens e que, graças a essa modificação, que é uma mudança subjetiva, haverá uma mudança objetiva. Insistem em que a alienação é um fenômeno objetivo (algo produzido pelas condições reais de existência dos homens) e não um simples fenômeno subjetivo, isto é, um engano de nossa consciência. A alienação é um processo ou o processo social como um todo. Não é produzida por um erro da consciência que se desvia da verdade, mas é resultado da própria ação social dos homens, da própria atividade material quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela. A transformação deve ser

simultaneamente subjetiva e objetiva: a prática dos homens precisa ser diferente para que suas ideias sejam diferentes (CHAUÍ, 2004, p. 31).

Este ponto de partida para o desenvolvimento de uma cartografia não só “crítica”, mas materialista, histórica, dialética e radical exige que recusemos sua derivação imediata de uma ‘consciência sobre o espaço’, mas que possamos também nos debruçar sobre as condições (naturais e sociais) historicamente determinadas que produzem ao mesmo tempo condições objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, produto das relações sociais.

Assim, se o fundamento é o trabalho e não a consciência não basta alcançar a intencionalidade da produção dos mapas, pois as categorias fundamentais de uma cartografia materialista serão as mesmas categorias existenciais da produção social e não suas categorias ideais, ou seja, não se trata de permanecer na explicação sobre a ordenação do espaço, ainda que sejam condições existenciais fundamentais - localização, situação, extensão, dimensão, contiguidade, descontiguidade é preciso alcançar sua produção.

Isto não se realiza de forma linear, ou seja, alcançar para além do ordenamento e alçar a produção exige uma postura crítica que assuma que esta produção, hoje – no modo de produção capitalista, realiza-se contraditoriamente e, portanto ‘exclusão e inclusão’ não são excludentes entre si, mas fundamentais para o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista. Contudo, ainda permanecerá a dificuldade da cartografia em mapear processos se não compreendermos o mapa como processo, mas antes disto processo que se movimenta junto/a partir da realidade e que portanto remete-se à totalidade.

É preciso considerar que hoje a cartografia tem assumido um papel midiático, não é mais dos fatos, mas das interpretações, com um papel ideológico mais forte, forjando representações que alienam. Contudo, se a leitura é da realidade, do conflito e da contradição, é possível negar tais representações, retirar o foco da forma e leva ao conteúdo. Todo discurso se está inscrito numa realidade, posto a partir de um contexto histórico, deverá ser posto como representação.

Seguindo a orientação das questões acima levantadas, optou-se por caminhar, com alguma ousadia, em direção à possibilidade de uma cartografia materialista, histórica e dialética que parta do chão, vá ao alto e seja capaz de explicar as mediações que se realizam nas representações produzidas por/entre o chão (material e simbólico, concreto e cotidiano) e o alto (o mapa como representação da síntese histórica e contraditória da produção do espaço).

O COTIDIANO E A PRÁXIS NA SALA DE AULA E NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES – MT

“O caminho se faz ao caminhar”, foi assim que o fazer desta proposta construiu-se. O projeto posto, a ideia da tese posta e a realidade “imposta” no caminho da pesquisa. Começamos a buscar um problema concreto a partir da teoria em mente, das hipóteses e todos os “se” necessários para reafirmar a necessidade do pensamento espacial e da relevância da linguagem cartográfica. Entretanto, a realidade não quer ser escolhida a partir de uma ideia, mas compreendida em sua própria condição histórica de existência. Houve, por força do movimento do real, uma aproximação à Questão Agrária no Estado de Mato Grosso e aos movimentos sociais ligados ao campo, em especial ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

A Questão Agrária sempre foi para a presente pesquisadora um chamado tímido, pois desde os tempos da graduação há um ‘namoro’ nunca concretizado. Em alguns momentos foram desenvolvidos mapas para teses e dissertações da chamada Geografia Agrária com o objetivo de discutir o processo de territorialização camponesa, compreendendo a dificuldade em mapear processos e abarcar a perspectiva metodológica do materialismo histórico dialético, que por sua vez sempre motivou pensar estratégias para captar este movimento da realidade e tornar o mapa um documento histórico-processual e uma ferramenta para a luta pela terra.

Fazer mapas para teses e dissertações conduziu ao aprendizado do movimento de pesquisa ali envolvido, nas pessoas e relações mapeadas, nos pesquisadores, ou melhor, na compreensão e explicação por eles construídas sobre a realidade analisada. Este envolvimento anos depois se agregou à realidade vivida em Mato Grosso, que se coloca efetivamente na relação com o campo e, portanto, um chamado para o desenvolvimento de trabalhos que objetivam uma práxis igualmente reprodutora, mimética e revolucionária, como nos ensina Henri Lefebvre, nas palavras de José de Souza Martins:

Lefebvre fez uma grande descoberta que marca toda a obra dele, aí o interesse pela vida cotidiana, é que a práxis não é só revolução, a práxis é também repetição. Nós não sabemos no que vai dar a nossa práxis, essa é grande verdade. Dizer: Sou revolucionário!... Ele vai saber se é revolucionário com o que ele vai fazer no dia a dia, lá adiante, pode acontecer ao contrário do revolucionarismo que está exibindo por aí... Os níveis da práxis para o Lefebvre são: da práxis revolucionária, da práxis mimética e da práxis repetitiva. Não é que os sujeitos escolhem, os grupos escolhem politicamente, etc. Nós quando agimos fazemos as três coisas. Ou seja, nossa práxis é uma práxis integral que tem resultados contraditórios e desencontrados, é uma tensão a nossa práxis, que podemos perceber ou não perceber.⁵

⁵ Seminário 20 anos sem Lefebvre. Acesso: 04/06/2013. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=JNGB4n3skLg>

A aproximação ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) em Mato Grosso, se deu nos anos de 2007-2009, durante o processo de mobilização social no debate do Projeto de Lei do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado de MT, na luta pela não regulamentação ambiental para o desenvolvimento do agronegócio legitimado e legalizado.

A parceria de trabalho e lutas junto ao MST iniciou em 2009 com a realização de trabalhos no assentamento Roseli Nunes, Mirassol do Oeste – MT, junto aos estudantes de Geografia, na disciplina de Cartografia Geral, permitindo uma aproximação entre os cotidianos do campo mato-grossense e da sala de aula. Viabilizou-se um trabalho de campo que objetivava compreender a realidade camponesa nos assentamentos fruto de luta pela terra a partir de um processo de mapeamento das relações sociais que materializam suas lutas. Posteriormente à aproximação da comunidade, foi realizado um trabalho no assentamento rural objetivando a compreensão de seus processos de territorialização e a materialização de suas representações.

Esta proposta realizou-se em um processo de mapeamento comunitário, compreendido como instrumento para o engajamento de comunidades (em seu sentido de classe) no sentido de promover possibilidades junto à autogestão territorial. Sua elaboração originou-se a partir da análise crítica dos processos de mapeamentos ditos participativos que vislumbram a elaboração/legitimação de políticas públicas inseridos num contexto político que fomenta a participação popular e as inserem nas “tomadas de decisões” subsumindo a possibilidade do conflito e da luta, sempre em busca de um consenso para todos os “setores” da sociedade.

Inicialmente partiu-se da Constituição Brasileira de 1988 que diz claramente que o poder emana do povo, portanto sem participação popular não há poder ou “empoderamento” do povo sobre seus caminhos e destinos. O processo de pesquisa levou ao entendimento de que a participação efetiva do povo nas decisões sobre suas próprias demandas se faz na luta, na superação da contradição forjada pelo modo de produção capitalista da **condição humana desigual de ser/estar no mundo, portanto na valorização dos processos históricos, conflitos, permanências e possibilidades da classe.**

Foram estabelecidas como ponto de partida as seguintes questões: poderia o mapa mediar o discurso e a prática cotidiana dos sujeitos sociais sobre/no espaço? Como se dá a análise espacial, o diálogo, a mobilização comunitária e as ações mediante os problemas enfrentados pelo assentamento? Como se produz o assentamento?

O trabalho realizou-se em dois momentos distintos, mas inter-relacionados: 1. A construção de uma prática didático-pedagógica para a formação do geógrafo em que a “Cartografia Geográfica” é ponto de partida para o desenvolvimento de um **raciocínio espacial ou da inteligência espacial** Girardi (2003) capaz de elaborar mapas **socialmente produzidos**, Harley (1991). Estes mapas produtos e produção de relações sociais, de acordo com suas determinações históricas e espaciais, forjam **representações** Lefebvre (2006) que ao mesmo tempo em que possibilitam revelam as contradições que impedem e impulsionam as lutas sociais. Esta Cartografia Geográfica é ainda revivificada pela compreensão do mapa como processo que institui diferentes relações entre saber, poder e representações, tornando-o instrumento de luta. 2. A produção de um Memorial do Assentamento Roseli Nunes que materializa o mapa como instrumento de luta revelando como as representações produzem os processos de apropriação cotidiana do espaço e, portanto de territorialização camponesa ao mesmo tempo em que são produzidas como mecanismos de permanência e fortalecimento da existência camponesa, mas contém seu contrário, mecanismos de expropriação da auto-gestão camponesa e inserção de sua produção ao mercado.

Estes momentos, concretizados em práxis (sala de aula e trabalho comunitário) se fundiram e alcançaram um entendimento de que o processo de elaboração e uso dos mapas revela representações subjetivadas, engendradas objetivamente, de uma prática social que produz espaço, mas que também mediam um discurso sobre a realidade a ser objetivada. Portanto, o mapa como instrumento de luta viabiliza a compreensão e apreensão de uma dada lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas) e ao mesmo tempo a possibilidade de reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social.

O primeiro momento, apresentado na primeira parte deste trabalho (MAPEAMENTO COMUNITÁRIO I: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA), nasce do embate entre a técnica e a linguagem, portanto a produção de novo conhecimento sobre a cartografia e sua relação com a Geografia pelo e para o geógrafo em formação. Empreende-se à clareza sobre a concepção de mapa e de método, esmiuçando a distinção entre “usuário” (consumidor) que lê o mundo a partir dos olhos do cartógrafo (posto pelas teorias da comunicação cartográfica, elabora-se um mapa específico para um leitor específico) e o sujeito social (pensado como sujeito em busca de uma autonomia, não só de seus discursos, mas de sua mobilidade espacial) que constrói seus mapas, encaminha suas lutas, suas leituras de mundo, portanto sua prática social. Ou, parafraseando Henri Lefebvre, um usador do mapa e não um usuário.

O segundo momento, apresentado na segunda parte (MAPEAMENTO COMUNITÁRIO II: MEMORIAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES) busca uma contribuição ao fazer geográfico,

pensar efetivamente no mapa como estratégia espacial e não simplesmente como diagnóstico das relações sociais espacializadas, portanto uma mediação capaz de apreender e transformar uma dada produção espacial. Ou seja, diagnóstico e estratégico. Aqui o comunitário se faz presente/ausente na construção das relações sociais vividas cotidianamente no lugar, compreendidas a partir do conflito entre indivíduo (família) e coletivo (assentamento) no processo de territorialização camponesa.

Espaço, lugar e território estão articulados neste processo de produção do assentamento. O espaço compreende e é compreendido a partir do processo totalizante das relações de produção capitalista que produzem a luta por um quinhão de terra, torna-se território, o assentamento. O processo de territorialização camponesa se faz na contradição entre a apropriação e a dominação, a tensão entre o lugar e o território, o vivido e o concebido.

Neste processo busca-se explorar o mapa em suas múltiplas determinações, portanto o movimento de pensamento e trabalho de pesquisa conduziu, temporariamente, a pensá-lo a partir da tríade: linguagem, lógica e mediação. Entendida nesta oportunidade pela relação estabelecida entre: uma ‘Cartografia Geográfica’ – pensada como linguagem que sistematiza, versa e veicula um conhecimento geográfico; o Método - partindo da relação entre as lógicas formal e dialética que desvela as facetas materiais e simbólicas da condição espacial (da produção do/no espaço) e o Mapeamento Comunitário – no processo de elaboração de uma série de mapas como mediação relevante para a compreensão da lógica espacial e apropriação do espaço, possibilitando práticas de autogestão territorial.

Assim, a partir da teoria crítica das representações de Henri Lefebvre (2006) tensionou-se a materialização e simbolização da produção do espaço a partir dos mapas, procurando alcançar a vida da tríade espaço percebido, concebido e vivido, assim como das dimensões de sua produção: os espaços de representações; as representações do espaço e a prática social.

A práxis do mapeamento comunitário durante os anos de 2009 a 2013 sugere a apropriação da linguagem cartográfica popular, vislumbrando a elaboração e análise das representações socialmente produzidas que cotidianamente têm a capacidade de mediar alguma transformação da realidade, inclusive de sua compreensão, portanto viabilizando um processo de “desalienação” espacial e apreensão da lógica espacial que o produz.

Ou seja, a construção dos mapas pode ser compreendida como representações subjetivadas que mediam um discurso sobre a realidade a ser objetivada. Enfim, o mapa como instrumento de luta viabiliza a compreensão e apreensão de uma dada lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas), e ao mesmo tempo a possibilidade de reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social.

PARTE 1 - MAPEAMENTO COMUNITÁRIO I: A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA



Arte: Matthew Cusick

Olhar os mapas pode ser esclarecedor.
Olhar para eles de ângulos novos pode ser ainda
mais esclarecedor.
Mas, se você quer libertar a sua mente de todas as idéias preconceituosas
e preconcebidas que os planisférios tendem a produzir,
provavelmente só terá um remédio:
arranje um globo - e mantenha-o sempre rodando.
Basil Blackwell

1.1 A PRÁXIS CONSTITUÍDA NA CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE CARTOGRAFIA

A invasão dos mercados letrados por uma avalanche de discursos de popularização de conhecimento não é signo de uma cultura enlouquecida que perdeu os bons rumos do bom saber: é apenas uma das manifestações de um procedimento ideológico pelo qual a ilusão coletiva de conhecer apenas confirma o poderio daqueles a quem a burocracia e a organização determinaram previamente como autorizados a saber. (Marilena Chauí)

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar. (Bertold Brecht)

Inicialmente é preciso pontuar que o trabalho em sala de aula com uma Cartografia que “desvie” a atenção do domínio das técnicas de desenho e de processamento de informações espaciais em meio digital é um desafio. Ou seja, propor a compreensão da relação entre a Geografia e a Cartografia como premissa à construção do conhecimento cartográfico parece estar fora de cogitação por parte dos estudantes ávidos em aprender os programas (antes das técnicas) de geoprocessamento. Não são as técnicas, é ainda pior, são os programas. Por outro lado, há uma preocupação por parte dos professores de Geoprocessamento, pois nem as técnicas de processamento de dados nem as técnicas de desenho de mapas parecem configurar o universo dos anseios dos estudantes contemporâneos de geografia.

Este quadro pode ser compreendido não somente pela disseminação das chamadas tecnologias na vida cotidiana dos jovens, mas principalmente, no estado de Mato Grosso, pelo chamado latente do mercado de trabalho por técnicos que cumpram com os fazeres necessários para a consolidação da estruturação produtiva do agronegócio.

Ou seja, formar profissionais que atendam às demandas do georeferenciamento de propriedades rurais e os mapas que compõem o processo de regularização do status ambiental com fins produtivos – os chamados licenciamentos. Muitos estudantes querem aprender a fazer mapas para trabalhar em empresas “agroambientais” e realizar processos de licenciamento e geofereciamento de propriedades, afinal, é disto que carece o mercado. Alguns querem lutar por uma vaga em concurso público e compor os quadros do Estado e fazer a mesma coisa.

Esta demanda/intenção apresenta muitas distorções para o estudante de geografia, principalmente o geógrafo bacharel, que demora a compreender que o que ele busca está nas

chamadas escolas técnicas e, além disto, não é cartografia. Pode ser agrimensura, georeferenciamento, etc.

Há ainda outro desdobramento deste desafio, a ruptura entre os cursos de licenciatura e bacharelado, que de acordo com as atuais diretrizes educacionais exige da mesma forma uma formação técnica, para dar aula ou para aplicar técnicas de planejamento e, de igual maneira, se inserir no mercado de trabalho. As questões desta formação giram entorno ou “de como ensino, escala, projeção...” ou “como uso estes conceitos para fazer um mapa tecnicamente perfeito?” Em síntese, nas aulas de Cartografia é possível identificar o aprofundamento do projeto de tecnificação do conhecimento e a divisão do trabalho – não precisa saber o que o mapa diz, é preciso saber fazê-lo!

Como sabemos, este é o processo vivido pela universidade brasileira de forma intensa, principalmente nas universidades ditas “periféricas”, as não escolhidas para o destino da excelência em pesquisa e ensino e, portanto é só formar o aluno em algum curso superior que dê a ele alguma especialização eficiente voltada ao mercado de trabalho. O que os jovens precisam é trabalhar!⁶

Nesta oportunidade não será desenrolado este debate, contudo o novo projeto de universidade (que nada tem de novo) aprofunda a desigualdade na formação em âmbito nacional e especializa cada vez mais o chamado o exército de reserva no Brasil. Portanto, é preciso compreender a atitude e os anseios destes estudantes no seio do projeto educativo nacional, aliado às forças internacionais, que busca consolidar a educação como mercadoria e a formação como consolidação da divisão do trabalho internacional⁷.

Ratifica-se a necessidade de compreensão do processo educativo política e filosófica mente. É importante que o estudante compreenda que suas escolhas profissionais dependerão de seu compromisso social. Se restringir-se-á na garantia de seu emprego, controlado pela lógica de mercado ou se optará pela luta por uma justiça social do espaço. Caso escolha a segunda, que saiba o quão difícil será esta jornada que

o conduzirá à luta continua pelo direito da apropriação do espaço de uso contra o espaço de troca. Para ser um geógrafo comprometido com a perspectiva social é

⁶ Conforme podemos ver nos debates sobre o projeto da “Universidade Nova” e na reafirmação da educação como mercadoria. Ver: TONEGUTTI, C. A. & MARTINEZ, M. A Universidade Nova, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – e a queda da universidade pública. Disponível em: [hipte://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo_reuni_v_04092007.pdf](https://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo_reuni_v_04092007.pdf). Ponto também discutido pela AGB – Associação Nacional de Geógrafos Brasileiros, nos Encontros Nacionais e nos Grupos de Trabalhos sobre Educação e Ensino de Geografia.

⁷ Contexto expresso em inúmeros artigos da área de educação sobre o processo de Bolonha e também nos debates políticos veiculados pelos sindicatos dos professores em todos os níveis, a exemplo do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

preciso ler o mundo como sujeitos responsáveis pela resistência e luta contra a dominação capitalista que expande os espaços da miséria. Como afirma Marilena Chauí há duas buscas da verdade: A primeira que nasce da decepção, e a segunda que nasce da decisão, da deliberação de não aceitar o “faz de conta” e ir além até encontrar as explicações, interpretações e significados da realidade que nos indigna. AGB – Aracaju. Saudação do dia do Geógrafo. Recebido por email: aracajuagb@gmail.com em 29/05/2013.

Não se trata simplesmente de discutir a relação entre Geografia e Cartografia e como aprender a fazer mapas geográficos, trata-se de ter clareza quais são a geografia e a cartografia utilizadas com quais objetivos para a construção de um mapa. Ter clareza do processo histórico e das relações sociais que produzem este mapa. Assim, o político, o econômico, o social e o espaço-temporal estão presentes na construção de qualquer projeto cartográfico.

Inicialmente a pretensão era ministrar uma disciplina de Cartografia em que se pudesse discutir e construir por meio das atividades sobre técnicas cartográficas, junto aos estudantes, a perspectiva de uma Cartografia Geográfica enquanto saber “disciplinar” pensada no corpo e escopo teórico-metodológico do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Geografia da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). Que vivia e ainda vive um momento de divisão do curso entre o Bacharelado e a Licenciatura formando turmas diferentes, em períodos diferentes, em que o PPP parece prever também “Geografias” diferentes.

A primeira experiência com a disciplina foi um fracasso, ministrada para uma turma do currículo antigo, teve como proposta central partir dos conteúdos obrigatórios, sugeridos pela ementa, desenvolver hipóteses sobre a estruturação da produção da soja na porção Centro-Sul do Estado de Mato Grosso. Ou seja, por meio de leitura e produção de cartas, croquis e perfis topográficos esboçar questionamentos e quem sabe algum palpite sobre a realidade da região.

O trabalho deu-se em gabinete e em campo. Em sala de aula buscou-se estimular leituras de diversos produtos cartográficos em diferentes escalas, além dos debates teóricos sobre Geografia e Cartografia. O trabalho de campo foi realizado junto aos professores de Geomorfologia e Pedologia. O campo foi excelente, elaboraram-se conjuntamente diversas leituras da paisagem e das cartas, parecia que tudo ia bem para a elaboração do mapa final com hipóteses de leitura sobre a produção do espaço centro-sul mato-grossense. Todavia, “parecia não haver disponibilidade” da turma em discutir o curso e a cartografia.

Uma das explicações deste fracasso foi o “choque” metodológico entre a Cartografia que lhes foi apresentada anteriormente, a Cartografia proposta e a Cartografia hibridamente realizada,

não a partir das contradições, mas uma tentativa primitiva de misturar coisas. As técnicas eram as mesmas, mas a proposta de trabalho e as leituras diferentes.

Ou seja, a proposta da disciplina não se realizava na práxis cotidiana na sala de aula. É possível elencar uma série de elementos para compreender o fracasso desta proposta, mas não é o foco. O mais importante foi a compreensão da necessidade da coerência teórico-metodológica nas aulas, não só as aplicações técnicas, mas também a compreensão política. A construção de um estudante de geografia ativo na produção do conhecimento e não passivo ao conhecimento “transmitido”. Portanto, o surgimento de uma práxis que se configurou na disciplina de cartografia no semestre seguinte.

Neste sentido, atividade opõe-se a passividade, e sua esfera é da efetividade, não a do meramente possível. Agente é o que age, o que atua e não o que tem apenas a possibilidade ou disponibilidade de atuar ou agir. Sua atividade não é potencial, mas sim atual. Ocorre efetivamente sem que possa ser separada do ato ou conjunto de atos que a constituem. A atividade mostra, nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade. Vários atos desarticulados ou justapostos casualmente não permitem falar de atividade; é preciso que os atos singulares se articulem ou estruturem, como elementos de um todo, ou de um processo total, que desemboca na modificação de uma matéria-prima. Por isso, aos atos do agente e à matéria sobre a qual se exerce essa atividade, é preciso acrescentar o resultado ou produto. O ato ou conjunto de atos sobre uma matéria se traduzem em um resultado ou produto que é essa própria matéria já transformada pelo agente (VÁSQUEZ, 2007, p.220).

Foi então que os exercícios de cartografia ganharam outro sentido para além de ministrar a disciplina e seus conteúdos obrigatórios, mas sim pensar o curso de Geografia e a própria Cartografia Geográfica. Assim, a prática em sala de aula delineou a prática de pesquisa que se construíram e fortaleceram-se mutuamente tornando possível a práxis na construção do conhecimento coletivo formado por docente e estudantes, e posteriormente docente, estudantes e camponeses.

No ano de 2009, além de ministrar a disciplina de Cartografia Geral no primeiro e segundo semestres para as duas últimas turmas “velhas” (que tiveram anteriormente a disciplina de Introdução à Cartografia), foi estabelecida com a “turma nova” do curso “novo”, o Bacharelado, uma combinação importante: no primeiro semestre a disciplina de Geografia e Filosofia e no segundo Cartografia Geral (agora no curso novo fundida à disciplina de “Introdução à Cartografia”). Posteriormente, nos anos de 2010, 2011 e 2012, ao trabalhar com turmas de Licenciatura e de Bacharelado em alguns momentos a combinação Geografia e Filosofia no primeiro semestre e Cartografia Geral no segundo semestre falhou, trazendo algumas dificuldades explícitas no trabalho com o mapeamento comunitário.

Este fato delimita um diferencial na prática em sala de aula. As turmas veteranas já haviam tido um contato com uma perspectiva de cartografia técnica, neutra e tida como, que não poderia ser cooptada pelo “discurso” de uma *cartografia sem técnica*, ao ver dos estudantes. As turmas novas partiam de uma construção escolar de uma cartografia técnica, mas um pouco mais permeáveis para discutir a Cartografia ensinada na Universidade, mesmo com um discurso altamente tecnicizado pela condição histórica de “as primeiras turmas do bacharelado” e “as primeiras turmas da licenciatura”.

Nos momentos em que a singularidade em ministrar sequencialmente Geografia e Filosofia e Cartografia Geral materializou-se foi possível a construção de um embasamento teórico-metodológico a partir de uma geografia crítica e radical, segundo Damiani (2012):

Uma Geografia contemporânea, que atualiza uma Geografia crítica - de presença autogestionária e subversiva, portanto, não estatista - questiona a economia e o Estado. Esta é a grande aquisição desses novos tempos: generalizar a crítica do processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatistas. Portanto, a relação com a prática já não é, necessariamente, sob a mediação do Estado (DAMIANI, 2012, p.276).

Procura-se situar a cartografia noutras bases, apesar das dificuldades:

Cedo, a Geografia reconheceu o plano das estratégias. Ele era combinado com o tratamento do objeto no interior de uma lógica formal. O que é próprio desta lógica e difícil de romper é a separação entre os elementos de uma relação e o estabelecimento da exterioridade recíproca desses elementos, no seu desenvolvimento. É possível reconhecer certas relações de causalidade, mas não a relação constitutiva interna dos elementos entre si, nos termos da compreensão da dupla e interna determinação entre eles e de um processo negativo implicado. E, por isso, se torna mais complicado encontrar um tratamento do objeto em movimento, uma noção de processo (DAMIANI, 2012, p.276).

Portanto constituir a disponibilidade necessária para uma práxis da sala de aula pelo coletivo, estudantes e docente comprometidos com uma Geografia:

Uma Geografia que inclua a dialética e, ainda, a relação entre estratégia e dialética pode nos ajudar a compreender os termos da modernização do mundo. É necessário examinar o processo de modernização extensiva e intensivamente. E, neste duplo, os termos da deterioração da vida social e humana e da própria economia.

Resta introduzir que, sobre esse substrato total e homogêneo do espaço abstrato, há diferenciações geográficas: “o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo.” Sendo que ao capital interessa a produção de diferenciações, que definem a apropriação diferencial de mais-valia extraordinária, bem como o processo do capital tende à igualização das condições de produção social, segundo médias sociais, que os mecanismos de mercado vão potencialmente determinando. As desigualdades materiais do processo econômico-social têm lugar importante na análise das sociedades modernas (DAMIANI, 2012, p.277).

No decorrer da disciplina de Geografia e Filosofia foi possível provocar nos estudantes: a reflexão sobre as próprias escolhas (historicamente e socialmente determinadas) no processo de formação do geógrafo; desmistificar a ciência questionando suas limitações, “neutralidades” e possibilidades; discutir a questão da verdade; desenvolver a curiosidade, criatividade, sistematização e superação de ideias; compreender a existência de “visões e ações” sobre a realidade, considerando sua importância para o processo de construção do conhecimento e realizar a tomada de consciência de sua postura política; contextualizar o pensamento geográfico, no sentido de fazer compreender a teoria e sua emergência no tempo histórico e seu processo de institucionalização da Geografia como ciência.

Para ser construída a base do debate teórico-metodológico na geografia foram lidos clássicos como Humboldt, La Blache, Reclus, Kropotkin; e autores contemporâneos como Yves Lacoste, Antonio Carlos Robert Moraes, Paulo César da Costa Gomes, Milton Santos, Ana Fani A. Carlos, Carlos Walter Porto Gonçalves e Dirce Suertegaray, com objetivo de discutir e refletir sobre o status da verdade, a lógica e o método com Marilena Chauí.

A disciplina culminava com trabalhos realizados pelos estudantes a partir de alguma questão da realidade por eles vivida, a qual despertaria diferentes análises e posturas políticas, avaliando suas consequências e possíveis práticas geográficas dos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Por fim, posicionavam-se politicamente mediante o problema. Este contexto favoreceu a formação de turmas críticas e ativas, no sentido marxiano da atividade e não da passividade.

Nos momentos em que a disciplina de Geografia e Filosofia foi ministrada por outros professores buscou-se um diálogo permanente com estes conteúdos. Por uma questão de método, diferenças se manifestaram a partir de conflitos na relação professor-aluno, como por exemplo a negação de alguns estudantes quanto à ida a um assentamento, “fazer mapas para os sem terra”! Em alguns momentos a compreensão de um processo de mapeamento coletivo, não sem conflitos, mas dialético e contraditório foi dificultada.

Contudo, não houve prejuízos para o desenvolvimento dos trabalhos, ao contrário, a cada turma e a cada debate foi possível compreender e valorizar a efetiva pluralidade metodológica existente na universidade e lutar por ela. Ou seja, já assinalando uma consideração de antemão, muitos estudantes certamente não concordaram e não assumiram a proposta de cartografia geográfica posta neste trabalho. Outros, anos depois, compreenderam a proposta e buscaram uma orientação de pesquisa a ser trilhada neste caminho.

Convém esclarecer que a presente tese em nenhum momento pretendeu propor metodologias de ensino superior em Cartografia, portanto, não foram desenvolvidas abordagens sobre a prática de ensino, tampouco uma sistematização de uma proposta a ser seguida.

O que será aqui apresentado versará sobre o percurso teórico-metodológico e prático, ou seja, como se deu o processo de construção do conhecimento da Cartografia Geográfica, desenvolvida a partir de uma Geografia Crítica Radical, que se configurou na práxis da sala de aula se desenrolando em uma práxis na elaboração do mapeamento comunitário no assentamento Roseli Nunes. Neste processo há um entrelaçamento de sujeitos diversos envolvidos: estudantes de licenciatura e bacharelado no curso de geografia da UFMT; camponeses assentados no assentamento Roseli Nunes e a docente da disciplina de Cartografia Geral.

Este entrelaçamento atingiu um objetivo fundamental para a realização do mapa como processo: a apropriação do conhecimento cartográfico em sua dimensão técnica, política, econômica e social, pois a concepção do mapa traz à tona uma prática política, uma “visão”/subjetivação e uma objetivação do mundo. Portanto, a elaboração do mapa trata-se de uma apropriação de uma condição objetiva (a linguagem cartográfica) subjetivada na luta pelo espaço (o mapeamento como estratégia de permanência, apropriação e transformação do espaço). Movimento que busca possibilitar a autogestão territorial (no caso do assentamento), o quinhão da luta espacial e no caso dos estudantes a possibilidade da escolha de sua prática geográfica-cartográfica.

1.2 CARTOGRAFIA GERAL: BASES PARA A PROPOSTA DO MAPEAMENTO COMUNITÁRIO

O ponto de partida para o trabalho da sala de aula com a disciplina de Cartografia Geral teve como ponto de partida a proposta de Gisele Girardi (2003). A proposta da autora *Considerações críticas e proposta para a resignificação de práticas cartográficas na formação do profissional em Geografia* carrega consigo a valorização de uma cartografia crítica e de natureza investigativa. O mapa é compreendido como a mediação espacial necessária ao processo investigativo, instrumento de cognição e não só de comunicação. Portanto, a formação do geógrafo deve abarcar as técnicas de desenho do mapa, o uso de produtos cartográficos e de sensoriamento remoto – considerando a relação entre o cartógrafo e o usuário do mapa, compreendida na sociedade que vivenciam.

Girardi (2003) apresenta as bases da Cartografia Geográfica considerando o significado histórico dos mapas, a consolidação da ciência cartográfica, o impacto das geotecnologias na relação Geografia-Cartografia e define a Cartografia Geográfica como:

modalidade da Geografia e não da Cartografia, assim como a Biogeografia e a Geografia Política que não são, a nosso ver, biologia ou ciência política “no espaço”, mas uma incorporação da produção de ciências afins numa perspectiva metodológica diferente. Assim, entendemos por Cartografia Geográfica o conjunto de conhecimentos e habilidades que devem constar na educação superior do geógrafo, que contribuem para a formação da *graficacia* (BALCHIN, 1978) ou inteligência espacial (Gardner, 1985 apud Passarelli, 1996), que é a base da construção do raciocínio geográfico (GIRARDI, 2003, p.47).

Neste sentido a proposta de ensino de Cartografia Geográfica busca:

incorporar avanços da ciência cartográfica na perspectiva de construção de estruturas para a compreensão do espaço a partir do que é visualizável no processo de mapeamento. Em outras palavras, dar aos conteúdos cartográficos significância geográfica. Nesse sentido consideramos o mapa como produto cultural (HARLEY, 1991) e como modelo de imagem simbólica (SALICHTCHEV, 1983) (...) Se não repensarmos o mapa na construção do raciocínio espacial estaremos reproduzindo gerações de, por um lado, técnicos copiadores de mapas (em papel ou no computador) e, por outro, professores do ensino fundamental e médio que ou fazem com que seus alunos sejam os copiadores ou simplesmente “pulam esta parte” por não se encontrarem preparados ou seguros (GIRARDI, 2003, p. 48).

Utilizar esta proposta como referência partiu de uma concordância central: a necessidade da reflexão e da ação de novas práticas cartográficas no fazer geográfico e, portanto, a reestruturação das disciplinas de cartografia nos cursos de formação de geógrafos (bacharéis e licenciados). A

autora não divide a cartografia para os professores e a cartografia para os bacharéis, a Cartografia Geográfica é uma linguagem desenvolvida na relação com a geografia e a prática profissional definirá seus usos e elaborações. A questão é: “que geógrafos queremos formar?”

Em nosso entendimento, porém, não é só a habilidade instrumental que as disciplinas de Cartografia devem ministrar, mas também o significado da mediação cartográfica na produção do conhecimento. Nesse sentido não faremos distinção entre as modalidades de licenciatura e de bacharelado, ainda que consideremos que alguns encaminhamentos práticos sejam específicos (GIRARDI, 2003, p.84).

A análise da autora expõe as incoerências aparentes entre as demandas da formação do geógrafo e do professor de geografia postas em dois distintos documentos emitidos pelo Governo Federal: os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (MEC 2000), que tanto no ensino médio quanto no ensino fundamental exigem do aluno a elaboração de um conhecimento geográfico fortemente realizado na cartografia, portanto o professor de geografia deve também ter este domínio; e nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (MEC 1999) que dispõem sobre as habilidades gerais da formação e competências dos geógrafos que têm como marco o uso das geotecnologias na construção do conhecimento cartográfico.

Ainda que a intenção das Diretrizes Curriculares seja a de uma orientação genérica é possível verificar que a ênfase na aquisição de habilidades de mapeamento é centrada nas geotecnologias o que entra em choque, do nosso ponto de vista, com as habilidades requisitadas pelo professor para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (GIRARDI, 2003, p.87).

Para a autora a questão é a perda do debate epistemológico da geografia em oposição e conflito ao ganho da produção do conhecimento técnico, assim, os conteúdos cartográficos são simplesmente substituídos pelos conteúdos das geotecnologias, ou seja, o processamento de dados sem relação com a realidade espacial.

Segundo Callai apud Girardi o conhecimento técnico é o fim e não um instrumento e ainda segundo Suertegaray (1997, p. 03) apud Girardi, “através de uma roupagem nova (o uso do computador) um fazer geográfico clássico, descritivo, pretensamente neutro, entendido como instrumental ao planejamento” resgatando desta forma, “fazeres geográficos que se acreditavam superados epistemologicamente”. E por fim, um saber voltado ao planejamento e não ao ensino de geografia, que é a maior parcela da atuação profissional do geógrafo.

Aqui é preciso ir além, se nos PCNs há uma forte influência da Cartografia (e do processo de alfabetização cartográfica) e nas DCNs o peso das Geotecnologias, não se trata de um dissenso, mas de objetivos diferentes (mas que se aproximam) neste processo de formação.

Os PCNs carregam a contradição de uma educação que valorize o cotidiano e a leitura de mundo a partir desta vivência, ignorando o mundo que cerca o aluno, ou seja, as relações sociais que produzem o espaço por ele vivido. Já as DCNs de forma mais direta e explícita exigem a formação de um geógrafo técnico voltado ao mercado de trabalho. Mas, ambos exigem a tecnificação do conhecimento geográfico: seja para dar aulas, seja para planejar para o Estado, seja para realizar as condições de produção, circulação e comercialização de mercadorias e, portanto a reprodução do capital.

Portanto, partindo de Girardi (2003), foram trilhados também outros caminhos que levaram a compreender, concordar e valorizar a necessidade de estabelecer as “conexões na própria disciplina: entre teorias e práticas cartográficas; entre teorias cartográficas e geográficas; conexões entre técnica cartográfica e teoria geográfica” (p.88). Para além das relações entre o uso de técnicas adequadas para conhecer uma realidade e um fenômeno geográfico alcançou-se a práxis da pluralidade metodológica, não em passividade, mas em atividade, ou seja, no exercício da crítica. Ou seja, foi claramente delineada a coexistência das diferentes realizações da cartografia, uma voltada ao mercado de trabalho, outra voltada ao desenvolvimento da ciência (que pode voltar-se ao capital ou à sociedade em processo de emancipação), outra voltada à justiça e transformação social, com vistas a uma práxis revolucionária, optando por esta última.

É preciso desenvolver a clareza política necessária deste processo formativo, ou seja, qual é a geografia e a cartografia escolhida para ser geógrafo. Agregar à proposta do mapa como instrumento comunicativo e cognitivo, o mapa compreendido nas relações sociais que o forjam, como representações (verdadeiras e falsas), como instrumento de luta, portanto fortalecido pelo possível, rumo à transformação social. O que não significa o abandono da técnica, mas dar outro conteúdo e outras formas de construção destes conhecimentos.

Batalha-se pela ressignificação da Cartografia e de seu uso na Geografia, não apenas como um conjunto de técnicas difusas para a construção do saber geográfico e da formação do geógrafo que saiba construir uma crítica ativa e produtiva, situar-se na sociedade que vive e desenvolver a consciência política necessária para realizar sua escolha de prática profissional. E também a luta pela universidade que busque uma educação universalista e não voltada aos interesses de uma única classe social.

1.2.1 O CAMINHO: AS AULAS DE CARTOGRAFIA

Sou cidadão do mundo — dizia — e trabalho onde me encontro. Karl Marx por Lafargue

Partindo dos referenciais apresentados delineou-se como objetivo central da disciplina de Cartografia Geral: “Conceber uma Cartografia Geográfica, contextualizando o mapa como produção das relações sociais que o produz histórica e espacialmente bem como meio para o desenvolvimento do raciocínio espacial. Neste sentido, busca-se estruturar individualmente e coletivamente um domínio instrumental e conceitual elementar da cartografia, por meio da apreensão da linguagem cartográfica realizando produtos cartográficos, exercitando correlações e análises para a leitura e compreensão da produção do espaço geográfico”.⁸

As aulas foram desenvolvidas a partir da ementa da disciplina de Cartografia Geral dos cursos de Geografia da UFMT (licenciatura e bacharelado): Histórico da cartografia: conceitos, fundamentos e aplicações; Produtos cartográficos: mapas, cartas, plantas etc; Representação cartográfica: elementos de um mapa e/ou carta.(título, fonte, data, escala, legenda, coordenadas, projeção); Sistema de projeções cartográficas e Sistemas de referência: coordenadas geográficas e coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator); Escala gráfica e numérica: ampliação e redução; Perfil topográfico: curva de nível; Cartografia sistemática: carta topográfica; Fuso horário. Aliada à proposta de Girardi (2003, p. 91) que não apresenta ementa, mas objetivos: “1. Construção da noção do mapa como produto cultural e como meio de investigação geográfica; 2. aquisição de domínio instrumental e conceitual básico da Cartografia”.

Diferentemente da forma proposta por Girardi (2003) de uma disciplina projeto, a disciplina de Cartografia Geral foi estruturada em três eixos: I. Contextualização: Cartografia Geográfica, Pesquisa e Ensino de Geografia; II. Construção da cartografia: Ciência/Técnica/Arte/Saber; III. As representações geográficas: entendimento das realidades multiescalares.

Estes eixos fogem da proposta de Girardi (2003) pelo fato de que a realidade vivida no curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso efetiva a separação do curso: duas entradas e duas saídas, em que a licenciatura e o bacharelado têm aulas separadas. Exigindo um posicionamento teórico e político a ser construído nas aulas de cartografia que não trabalharia dois projetos diferentes com técnicas diferentes de aprendizagem. Uma vez que esta cisão aqui

⁸ Plano de Ensino da Disciplina de Cartografia Geral. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Departamento de Geografia. Curso de Geografia. Professora Sinthia Cristina Batista. Cuiabá, 2013.

será negada, uma técnica por outra técnica, as aulas construíram um debate sobre a própria relação entre a Geografia e a Cartografia, permeada por um processo de mapeamento. Culminando no mapeamento comunitário.

Assim passou-se a considerar o mapa como produto processual, oportunidade em que os saberes geográficos e cartográficos seriam acionados e compreendidos na construção de um “projeto cartográfico” (que parte de uma concepção ao uso do mapa politicamente, que se constrói na práxis da compreensão da produção do espaço) e não de uma disciplina-projeto (que parte de um projeto prévio, com uma questão posta a ser analisada e explicada). Pois não é possível usar o mapa como instrumento cognitivo sem a compreensão da intencionalidade do uso e da elaboração do mapa, que se manifesta na prática política. Nas experiências anteriores com a disciplina de Cartografia parecia que faltava uma peça, um encaixe, uma explicação. As análises e as sínteses cartográficas careciam de um sentido.

A seguir serão apresentados os caminhos percorridos a partir dos eixos de estruturação da disciplina, considerando os produtos cartográficos trabalhados: mapas mentais, croquis e cartogramas simples e as noções cartográficas basilares: a estrutura do mapa (título; legenda; orientação; fonte; sistema de referências), orientação e localização, escala, curva de nível e projeção.

1.2.1.1. Contextualização: Cartografia, Pesquisa e Ensino de Geografia

Em linhas gerais esta parte introdutória da disciplina lançou o debate sobre a Cartografia Geográfica e aproximou a pesquisa e o ensino de Geografia como constituintes do processo de produção de mapas na Geografia. Desenvolveu-se uma aproximação de uma linguagem cartográfica, que apresenta sentido social e não um apanhado de técnicas de desenho.

A partir de textos introdutórios sobre: Comunicação Cartográfica; Alfabetização Cartográfica; Orientação e Localização desenvolveu-se a noção de que as representações do espaço não são meras percepções isoladas de sujeitos a partir de uma vivência individual, mas são construções historicamente e espacialmente determinadas. Para esta construção foram lidos em sala de aula três autores: Rubem Alves; Ângela Katuta e Maria Elena Simielli⁹.

⁹ **Texto 01:** Os mapas e o cotidiano - ALVES, R. (2004) Os mapas. In: ALVES, R. Aprendiz de mim - um bairro que virou escola. Campinas: Papirus. p. 90-97. Recortes do texto disponível em meio digital com a professora. Digitalizado.

Texto 02: Geografia, cartografia e ensino - KATUTA, A. M. (2000). O ensino e aprendizagem das noções, habilidades e conceitos de orientação e localização geográficas: algumas reflexões. Geografia. V.9, n.1. Londrina: UEL. P.5-24.

1.2.1.1.1 Mapa mental – Mapa do Vivido

Ir ao nível da prática espacial equivale a chegar aos conteúdos da vida individual e social, a partir de suas contingências espaço-temporais; sendo que esse duplo espaço-tempo reúne o coexistente e o sucessivo, numa grade complexa de realidade e representação (DAMIANI, 2012, p.263).

De forma geral os mapas, em especial os ‘mentais’, têm sido valorizados no ensino de geografia como instrumento inicial para o desenvolvimento do ensino da cartografia, principalmente a partir da proposta de Simielli (1986; 1996) ao desenvolver a alfabetização cartográfica:

O mapa mental permite observar se o aluno tem uma percepção afetiva da ocorrência de um fenômeno no espaço e condição para fazer uma transposição para o papel. Ele vai trabalhar com todos os elementos essenciais que a cartografia postula no tocante sua forma de expressão – a linguagem gráfica. Ele nos permite analisar a representação oblíqua e vertical, o desenho pictórico ou abstrato, a noção de proporção, a legenda, as referências utilizadas (particular, local, nacional, internacional e inexistente) e o título (SIMIELLI, 1986, p. 107).

Além das pesquisas desta autora e de outras igualmente importantes¹⁰, o uso da cartografia escolar é estimulado pelo Estado, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no final dos anos 1990, começo dos anos 2000.

Os mapas mentais são compreendidos, no seio da Cartografia Escolar, principalmente a partir de seu aspecto cognitivo sistematizado pela professora Lívia de Oliveira nos anos 1980 e desenvolvido atualmente pela professora Salette Kozel, a partir de sua tese de doutoramento nos anos 2000. Para Kozel (2006; 2009 e 2010) a percepção e a cognição são as formas pelas quais se atinge as relações espaciais. Relações que constituem o mundo vivido da fenomenologia pelos sujeitos considerando a percepção e a representação etapas do processo cognitivo e de expressão simbólica. Assim, os sujeitos que elaboram os mapas são capazes de organizar um discurso sobre a sociedade que experimentam.

Atualmente este aspecto cognitivo é estruturado a partir da dimensão simbólica manifesta nas representações, capturando no campo da cultura o mundo vivido, percebido e decodificado pelo aluno a partir de seu cotidiano, ou melhor, de seu mundo existencial e suas experiências no espaço.

Texto 03: Geografia, cartografia e ensino 1 - SIMIELLI, M. E. R. (2001) Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. A. A geografia na sala de aula. (Repensando o ensino). São Paulo: Contexto. P.92-108.

Texto 04: O mapa como meio de Comunicação e a Alfabetização Cartográfica - SIMIELLI, M. E. R. (2007) In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.) Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto. P.71-93.

¹⁰ Ver principalmente as importantes sínteses de pesquisas e teses de importantes autores da Cartografia Escolar apresentadas no livro: ALMEIDA, R. D. (org.) Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto. 2007.

Há uma explícita valorização do humanismo, alicerçada num jogo metodológico tecido num contexto atual de renovação do ensino de Geografia a qual alia, a grosso modo, “Geografia Crítica” à “Geografia Humanística”, pretendendo a partir do mundo do aluno compreender o mundo que o cerca. Contudo as citadas geografias estão ancoradas por bases filosóficas diversas, uma valoriza a subjetividade a partir de suas experiências e simbolismos (relação entre sujeito objeto parte da perspectiva do sujeito) e a outra busca uma relação concreta entre a objetividade e a subjetividade (a relação entre sujeito e objeto está em interação).

Em linhas gerais, a Geografia Crítica¹¹ ancora-se numa perspectiva de crítica radical da sociedade, a partir das bases do materialismo histórico dialético. Compreende o homem historicamente, envolto em seus sistemas de representações do mundo, portanto é preciso estabelecer o pensamento crítico que desvele tais representações e possibilite a luta pela transformação social. Neste sentido o sujeito é também sujeitoado, mas pode historicamente construir condições de sua emancipação.

A “Geografia Humanística” está assentada sobre a fenomenologia, que busca um resgate do homem, a partir de suas bases existenciais, valorizando a voz do sujeito sobre o mundo que vive. Neste sentido o sujeito sabe o que vive, pode ter visões de mundo diferenciada de outros sujeitos, outros olhares. Valoriza a cultura (como modo de vida e não superestrutura) e as necessidades vitais espontâneas do homem. Desenvolve um sentimento de pertencimento ao lugar, em algumas oportunidades parece não questioná-lo, em alguns livros didáticos é possível observar de forma sutil a “aceitação da pobreza” ao colocar uma foto de favela ao lado de uma mansão ou um iglu, valoriza a “diversidade” sem tocar na desigualdade.

Uma busca rápida por trabalhos que desenvolvem o tema mapa mental¹² (principalmente práticas pedagógicas) possibilita observar uma crescente valorização do método fenomenológico nas pesquisas, mas com muitos ‘traços marcantes’ do ensino da geografia crítica. Seria uma possibilidade de compreensão efetiva da relação entre subjetividade e objetividade?

A presente leitura sugere considerar uma virada metodológica do começo dos anos 2000 a partir da valorização do conceito de lugar e cotidiano (que vai a reboque do lugar, sem reflexão).

¹¹ Aqui é adotada a análise de Ana Fani A. Carlos (2009) que questiona o alcance da geografia crítica na geografia brasileira. Contudo, para efeito comparativo, serão enfatizadas polarizações entre estas duas geografias, estando ciente de que há muitas outras geografias em questão.

¹² Para citar alguns lidos, além dos trabalhos de KOZEL (2006; 2009; 2010): 1. GOMES, A. H. A. da S.; VARGAS, M. A. M. Mapas Mentais como representações do Espaço Vivido e Percebido. Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão – Sergipe: 2011. 2. SILVA, L. P., XAVIER, M. A. S., Memória do Espaço/Tempo Vivido na Representação de Mapas Mentais: o Caso do Projeto Escolar “Nosso Bairro, Nosso Lugar”. Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, Vol. 03, n. 01, 54-60p., 2012. ISSN 2316-9907.

Contudo os debates teóricos realizados no seio da cartografia ainda valorizam os aspectos comunicativos do mapa associados à perspectiva da descoberta do aspecto discursivo do mapa. Se o sujeito discursa, discursa sobre algo que conhece ou que está por conhecer, ou que conhece e desconhece? Vive? Percebe e Concebe? Quem concebe o espaço? O próprio sujeito?

Sim, no ensino de geografia estimulado pelo Estado parece que o sujeito sabe o mundo que vive. A força dos PCNs fala mais alto, ao invés de aprofundarmos o debate sobre o que mapa produz e como, porque e para quem é produzido, proliferou-se seu uso para dar respaldo a uma cartografia próxima do aluno, sem compreender efetivamente a vida cotidiana (práxis contraditória) do aluno ou as armadilhas teóricas a que se coloca a própria cartografia em sua relação com a linguagem e a comunicação.

Deslocar o fazer dos mapas não só por e para ‘instituições’ (Estado e Mercado), mas também por e para os sujeitos (individuais e/ou coletivos) significa um avanço no processo de compreensão da condição dos sujeitos e apropriação do espaço (inclusive estratégias de resistência aos espaços de homogeneização). Todavia, o aluno encontra-se “estrangeiro” em relação ao mapa, permanece o estranhamento do sujeito com os lugares e as linguagens aprofundando a alienação, Katuta (2004).

A dança das cadeiras tem assimilado no campo da cartografia e ensino de geografia uma geografia cultural que valoriza o homem como natureza cultural, indica a necessidade da criticidade sobre o mundo que vive, mas não desenvolve a capacidade de explicá-lo, em alguns momentos parece “naturalizar” a desigualdade. Isto poderá nos conduzir a um processo alienante do ensino de geografia, da legitimação dos discursos múltiplos possíveis sobre o real, da valorização das escolhas subjetivas alheias às condições objetivamente e historicamente constituídas.

Este contexto impulsionou à reflexão profunda do sentido e significado dos chamados mapas mentais e ainda, na medida em que estes mapas eram produzidos em sala da aula, todos nós, os alunos e a professora, sentíamos a necessidade de explicar as representações, por isto, a partir da leitura dos trabalhos de Katuta (2004), Nogueira (2001) e Paganelli (1998) chegamos à noção de Mapa do Vivido. É preciso assinalar que elaboração de um conceito não deve congelar uma definição, mas posicionar-se como uma investigação que se encerra, temporariamente, como um momento inacabado do pensamento.

O uso dos mapas mentais/do vivido no início da disciplina de Cartografia Geral parte de dois objetivos: desmitificar o mapa como produto técnico exclusivo de profissionais cartógrafos e alcançar as representações dos estudantes sobre dimensões de sua vida cotidiana.

Assim, a primeira aula inicial além da apresentação e debate sobre os caminhos da disciplina inaugura uma provocação: a construção de mapas sem consultas a outros mapas ou informações sistematizadas, sem materiais tecnicamente recomendados. Propõem-se construir dois mapas: um com o trajeto da casa à universidade e outro de um lugar que o estudante não goste, em alguns momentos que ele goste. O pânico é geral, fazer mapas na primeira aula?

Por parte dos estudantes os questionamentos giram em torno da cobrança técnica exigida dos mapas. Alguns perguntam sobre a necessidade do desenho estar em escala (considerando uma medida de distância, com pouca noção da proporcionalidade da escala cartográfica); outros perguntam se devem colocar todos os nomes de ruas e lugares; outros se devem desenhar “tudo”. Muitos afirmam ser impossível construir o mapa, pois ainda não tiveram aulas de cartografia.

Os mapas foram lidos e discutidos, na segunda parte da aula, após a leitura do texto de Alves (2004). O autor aborda brevemente a relação entre a construção de mapas e o cotidiano, valorizando os mapas como caminhos que identificam as relações espaciais subjetivas, que são sistematizadas na cabeça e assim que evocadas manifestadas nas relações humanas.

O debate do texto alcança outras noções, como a de que as relações humanas são as relações sociais. Paulatinamente, o uso deste texto foi desconstruindo a noção de que a subjetividade parte de um modo de perceber o espaço somente de forma internalizada, ou seja, um ‘mapa mental’ não é fruto de uma percepção imediata do real.

As análises dos mapas e do texto não abordaram a imediaticidade dos espaços topofóbicos ou topofólicos expostos e analisados por Yi-FU TUAN¹³. Caminharam em direção à compreensão de que o espaço e o tempo como constituintes do sujeito não se configuram somente numa relação de interioridade, mas que produzem e são produzidos a partir das relações sociais num determinado momento da história, num modo de produção.

Compreendidos como representações, expressam as relações sociais vividas cotidianamente por estes estudantes, situadas a partir da realidade por eles também vividas, entretanto estas relações não estão explícitas. Neste momento é plantada a semente de uma elevação do espaço percebido, ou seja, compreender o espaço concebido (não pelo estudante, mas por outros como, por exemplo, o Estado) na relação com espaço por eles vivido. E o mapa que traz o lugar que eles não gostam é um dos mais eficientes para iniciar este desvelamento.

¹³ Importante geógrafo que desenvolve as leituras do espaço a partir da fenomenologia. Suas obras mais importantes publicadas no Brasil são: TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983; TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Muitos mapearam cemitérios e igrejas já com uma intencionalidade simbólica explícita: “não gosto deste lugar, porque não gosto de perder pessoas” ou “tenho medo da morte”. Outros mapearam a violência dos bairros onde moram, mapearam também a falta da infra-estrutura (a presença-ausência da ordem e do controle, do Estado).

Alguns poucos estudantes desenharam como um lugar que não gosta a UFMT. A UFMT é representada como um espaço “prisional”, frio e sem vida e ainda estar na sala de aula, uma tortura. No processo de análises algumas chaves foram apontadas para compreender este contexto: estar na universidade os retirava do trabalho. Não era possível viver a universidade e o trabalho ao mesmo tempo e com a mesma dedicação. A condição de aluno trabalhador, que enxerga na universidade a única possibilidade de não ficar pior do que está é o espaço contraditório da sua sobrevivência.

Não serão desenvolvidas análises de todos os mapas, tampouco serão apresentados. Neste momento o que cabe é compreender que o mapa elaborado pelos estudantes foi construído, e lido, a partir da realidade que vivem. Buscou-se instigar questionamentos sobre os modos de ser e estar no mundo de cada um, envolvidos na sociedade que os constitui e também é por eles produzida¹⁴.

Tais mapas também foram utilizados para reforçar a estrutura comunicativa elementar do mapa, sempre colada aos seus significados sociais. Foram abordados: a importância do **título**, que apresenta a temática, problemática e a relação espaço-tempo do mapa – o ano e o local mapeado; **as fontes** do mapa – indicando de onde as informações foram retiradas e quais são os informantes; **a legenda** – alguns estudantes trouxeram símbolos figurativos e abstratos em seus mapas para apontar alguns fenômenos e conceitos (como a morte, com desenhos de caveiras no cemitério ou a cruz para identificar os espaços de morte e violência); **a orientação do mapa** – raros estudantes trouxeram um “norte”, com uma rosa dos ventos, mas alguns trouxeram as indicações de “onde para onde”, do bairro para o centro, ou de casa para a universidade, indicando outras relações de orientações; um **sistema de referências** – com a indicação de uma organização situacional, não necessariamente a latitude e longitude, mas uma articulação entre ruas e sistemas de bairros e por fim a **escala**¹⁵.

A atividade e o debate procuram apresentar a técnica de desenho de mapas livres (das estruturas formais dos mapas) capaz de capturar não só o ordenamento das coisas no espaço,

¹⁴ É importante afirmar que esta compreensão teórica foi gestada na sala de aula e consolidou-se durante o processo de mapeamento junto à comunidade do assentamento Roseli Nunes, a ser apresentado adiante.

¹⁵ Este é conceito mais discutido e temido. Estabelecer as relações métricas e as proporções entre o desenho e o real é uma dificuldade manifestada pelos estudantes desde o primeiro dia de aula. Alguns trazem alguma noção, outros, por saberem que não sabem, já manifestam verbalmente sua dificuldade.

mas também o significado deste ordenamento, ou melhor, ir à raiz deste ordenamento, do que produz este espaço. Assim, se o espaço é cotidiano e se faz no dia a dia, qualquer um pode fazer um mapa, numa determinada relação espaço-temporal. Além disto, é preciso questionar a métrica cartesiana como única capaz de elaborar relações espaciais de distância e relação entre centros e periferias; por fim, apresentá-lo como um produto cartográfico válido.

É importante mencionar que no início deste trabalho, em 2009, o ponto de partida foi a noção de geograficidade¹⁶ para compreender o mapa mental, sempre questionando a subjetivação da compreensão da realidade. Havia uma confusão entre a geograficidade e o cotidiano, entre o vivido da fenomenologia e o vivido proposto pela análise de Henri Lefebvre, de cunho materialista-histórico e dialético.

Em princípio assumíamos o mapa mental como captura do espaço ou mundo vivido dos sujeitos e práticas que manifestam sua relação com a natureza e com os outros homens, manifestação de sua geograficidade (conceito de Eric Dardel) a partir de representações gráficas bidimensionais, espaciais, carregadas de simbologia que explicam a relação existencial e da experiência humana. Noção trabalhada por Nogueira (2001):

Mapas elaborados a partir das imagens que temos dos lugares vividos. “Essas imagens os homens constroem pouco a pouco, e sua visão de mundo, seus valores, vão formando-se a partir dela, o que o homem sabe do espaço é adquirido a partir do que ele vê e percebe.” Ou ainda do que ele experiencia e vive. Para nós, estudar os Mapas Mentais, levando em conta que eles são representações dos lugares vividos, “é reconhecer os lugares frequentados, definir itinerários, situar o homem-habitante no seu quadro familiar de existência... o espaço não é tratado aqui apenas como suporte das localizações”. É tratado como lugar de vida, base da existência humana (NOGUEIRA, 2001, p.84).

Nesta perspectiva os mapas mentais revelam o lugar por todos que o experienciam através da percepção. A percepção é tratada como a primeira forma de aquisição do conhecimento sobre o mundo, portanto reveladora da geograficidade dos indivíduos, ou seja, sua relação espacial com

¹⁶ Primeiro é preciso demarcar o respeito pelo trabalho da professora Amélia Nogueira (2001) que traz a partir da abordagem fenomenológica o uso dos mapas mentais pelos comandantes de embarcações no Amazonas. Este trabalho influenciou e até um dado momento foi a referência fundamental para o uso dos mapas mentais nesta pesquisa. Além do respeito pelo processo coerente da pesquisa de NOGUEIRA (2001), esta referência se dá principalmente pela dificuldade em encontrar trabalhos em cartografia que tragam a dimensão do social com mais evidência e coerência teórico-metodológica. É preciso assinalar que não utilizamos KOZEL (2006; 2009; 2010) que trabalha com mapas mentais e geografia cultural (perspectiva fenomenológica), representações sociais (psicologia social) e a teoria da linguagem de Mikhail Bakhtin (perspectiva marxista) por não apresentar uma relação clara e coerente entre o mapa mental, a teoria marxista da linguagem Bakhtiniana e o método materialista histórico-dialético. Procurando não cometer levianismos, destaco que o ponto de discordância central é que KOZEL cria uma metodologia descritiva “Metodologia Kozel” para analisar os mapas mentais dissociada da análise Bakhtiniana que tem como foco o sujeito social e ainda toma como verdade a subjetividade de quem mapeia, ou seja, desconsidera que a representação que os mapas produzem revela uma consciência da realidade. Portanto não alcança a compreensão de que as representações podem também explicar a realidade, mas não são os elementos e sua organização no espaço que apresentarão a realidade social, mas as relações que os produziram.

a natureza, seus saberes e práticas. São as representações gráficas dos lugares traçados mentalmente por todos nós, a partir da memória (lembrança e gravação/fixação do ordenamento das coisas) manifestam o imaginário, o simbólico e o real, aquilo que o sujeito vê e é, sobrelevam as experiências vividas.

Para Nogueira (2001, p.12/13) estes mapas associam o lugar à subjetividade e não podem ser compreendidos fora dela: “Os comandantes, apesar de representarem e narrarem sobre o mesmo lugar, cada um desses, com quem convivemos no decorrer desta pesquisa, percebem coisas diferentes ao longo do rio. O que serviu para sustentar nossas argumentações de que o conhecimento sobre o lugar possui uma forte carga de subjetividade”. Para a autora “É interessante ver primeiramente os lugares com o olhar de quem nele habita e a partir daí olhar o mundo, que é construído cotidianamente nesta relação dos homens com os lugares” Nogueira (2001, p.13).

O desenvolvimento dos mapas na sala de aula (e também no assentamento) reforçou a importância da subjetividade para compreender as representações elaboradas pelos estudantes, contudo a orientação de método (materialismo histórico dialético) nos impelia aos mais diversos questionamentos: como se inscreve esta subjetividade? Quais são as experiências que explicam a singularidade dos olhares? Como estes comandantes estão inseridos na circulação do rio? Ou seja, é possível pensar o olhar do sujeito por ele mesmo? O olhar do sujeito não é o olhar do sujeito que vive o mundo que produz e também produz a si mesmo?

Será que olhar o mundo a partir dos olhos do sujeito nos permite compreender o lugar a partir das relações que o produzem sem considerá-lo um sujeito social? Não estaria a vida cotidiana, portanto a subjetividade, “inscrita” numa totalidade?

O trabalho de Nogueira (2001, p.14-15), referência inicial do trabalho com mapas ‘mentais’, ao valorizar as “experiências dos sujeitos como princípio do conhecimento do mundo” visando a “contribuir para a produção de outros mapas do Amazonas, além de nos fornecer elementos para fazermos uma descrição sobre os lugares que mais se aproximem da realidade tal como se apresenta” não deixa claro o objetivo da produção deste conhecimento. O que nos conduzia a pensar que a elaboração de mapas mentais parecia realizar-se em si mesma, qual seja, simplesmente mostrar o modo de vida ribeirinho a partir das representações dos habitantes, sistematizadas em um mapa final, não chegando a superar o levantamento de informações do lugar.

Podemos perceber com esta investigação que os Mapas Mentais apesar de não trazerem a precisão matemática dos mapas oficiais, contém todas as informações por estes demonstradas, acrescentando ainda o modo de vida ribeirinho, conforme verificamos ao organizar como conclusão desta pesquisa, um mapa do Careiro da Várzea a partir dos Mapas Mentais dos comandantes. Queremos fazer dele um material que sirva para

contribuir com os nossos debates em relação à representação espacial dos lugares (NOGUEIRA, 2001, p.16).

Ou ainda, de tomá-las como a verdade do lugar. Aqui o mapa mental também parece ser entendido como uma representação fiel da realidade, já que a percepção está alheia ao mundo “fora do lugar¹⁷” e no máximo encontra outras percepções e com elas se relaciona:

(...) percepção enquanto a primeira forma de conhecimento do mundo que nos cerca. Este conhecimento é dado por todo o ser que vive no mundo, o ato de perceber revela o mundo tal qual ele é. Essa percepção do mundo vai se construir a partir da experiência de cada sujeito que nele vive, “o mundo percebido não é apenas meu mundo, é nele que vejo desenhar-se as condutas de outrem, eles também o visam e ele é o correlativo, não somente de minha consciência, mas ainda de toda consciência que eu possa encontrar (MERLEAU-PONTY apud NOGUEIRA, 2001, p. 15).

Então o que significa consciência? A consciência do outro é outra percepção que não altera a minha; convive com a minha e apresenta outro olhar? Não há conflitos, contradições, só diferentes olhares e diferentes consciências. Sugere-se uma “realidade física única”, mas não há uma preocupação em compreender o que une ou separa estas diferentes consciências:

Cada indivíduo cria sua própria imagem, mas parece existir uma coincidência fundamental entre os membros de um mesmo grupo. Existem imagens públicas, representações mentais comuns em grande parte dos habitantes de um mesmo lugar. Estes mapas públicos são resultados da intenção de uma realidade física única, uma cultura comum uma natureza fisiológica básica (LINCH apud NOGUEIRA, 2001, p. 85).

Se há uma consciência fundamental de grupo o que ela representa? Esta abordagem nos levou a refletir sobre seu alcance explicativo, pois conhecer o lugar a partir e pelo lugar conduz a qual conhecimento do mundo? Das práticas dos habitantes do lugar? Em que elas incidem?

Nogueira (2001) assume o mapa mental como uma representação da realidade vivida fenomenologicamente que expressa a relação existencial do homem no mundo, portanto:

A localização é dada a partir da inter-relação do homem com as coisas e lugares. A posição exata não tem significado se o lugar não for reconhecido como parte da vida das pessoas ou dos grupos do qual pertencem. A representação dos lugares significa a representação da

¹⁷ NOGUEIRA (2001) se contradiz ao dizer coisas diferentes em locais diferentes, na página 18 afirma que “duvidamos ainda da proposta onde o homem do lugar foi entendido, não mais como elemento natural, mas como classe social” opta por trabalhar “o homem como indivíduo o sujeito que está no mundo, portanto tem dele uma experiência própria, uma experiência de vida”, já na página 90 pensa o “homem como ator geográfico, visto na sua totalidade. Primeiro como indivíduo inserido numa classe, e como classe envolvido nas relações de produção da vida material. Esta abordagem procura entender a relação existencial do homem com o mundo”. Isto sugere não uma incoerência metodológica fatal, pois o trabalho está todo calcado na fenomenologia, mas um momento a ser analisado na produção do pensamento geográfico brasileiro, a forte influência da chamada Geografia Crítica aliada à pós-modernidade acaba permitindo que a concepção marxista se coloque no discurso, mas não se realiza na prática analítica.

história de cada sociedade com o lugar de vida. Por isto, todas as informações passadas pelos diversos povos que eram “conquistados” foram valorizadas e reconhecidas como verdade sobre os lugares, passando a fazer parte do conteúdo dos mapas elaborados por seus conquistadores. (...) As representações eram fruto da sua vivência, de uma relação existencial com eles. O que descreviam era, na realidade, a relação da vida que eles mantinham com as montanhas, com os rios, com a floresta, com o deserto, com as planícies, com os outros homens e animais (NOGUEIRA, 2001, p.99-100).

Desta consideração outras questões surgem: o que significa o mapa mental carregar a história dos lugares? Neste caso, em que medida os mapas dos “conquistados” representavam uma verdade assumida pelos conquistadores? Seria a possibilidade de representação de um modo de produção a ser destituído, uma relação existencial a ser eliminada?

Assumir estes mapas “primitivos” como verdadeiros partia do interesse em conhecer o lugar a partir das práticas destes sujeitos e instituir novas estratégias de dominação. Neste momento histórico (o exemplo usado por Nogueira entre índios e brancos) já sinalizava o conflito entre os espaços vividos e concebidos. Tais representações forjadas numa dada intencionalidade se apresentavam como “demandas” dos exploradores que, ao trazerem para os mapas suas “verdades”, carregavam presenças e ausências.

Portanto, no decorrer dos trabalhos em sala de aula no assentamento compreendíamos que estes mapas que parecem descrever a realidade vivida alcançam muito além das relações existenciais do homem, mas de um nível de consciência das condições materiais e sociais desta existência a partir da produção de suas representações.

Desta questão é possível derivar outra: o mapa cartográfico “oficial” em oposição ao mapa mental carrega uma métrica matemática que deve ser compreendida no seio dos modos de produção capitalista que assume o espaço cartesiano como a base para a produção das relações sociais. Já os mapas mentais permitem a representação de outros modos de vida, que no caso dos índios “primitivos” ainda não estavam inseridos no modo de produção capitalista (muito diferente dos índios de hoje). Assim, esta relação existencial só pode ser compreendida historicamente e espacialmente, a partir dos conflitos e das contradições forjadas na sociedade.

Neste sentido, a descrição da realidade vivida a partir dos mapas mentais poderá ter usos diversos, ainda que o ponto de partida seja dar “voz aos sujeitos”. Nogueira (2001) toca nesta questão ao discutir o uso dos mapas mentais na Geografia, em especial no Brasil, demonstrando a fragilidade da exposição das comunidades e as estratégias de cooptação dos saberes espaciais tradicionais/cotidianos para a produção de novos espaços concebidos. O controle destes saberes e o uso das informações são para o planejamento e não para a resistência aos espaços planejados.

A denominação de Mapas Mentais chega inicialmente à Geografia pelos geógrafos que discutem a questão da percepção do meio e do comportamento. Sua função era a de fornecer dados sobre os lugares para fins especificamente de planejamento. (...) Os mapas mentais ganham suporte teórico com a ampliação dos debates sobre a valorização do saber cotidiano dos lugares, do reconhecimento deste saber enquanto conhecimento do lugar (NOGUEIRA, 2001, p.84-85).

Esta abordagem na Geografia tem como referência a fenomenologia comportamental e cognitiva, desenvolvida por Livia de Oliveira:

Construímos um Mapa Mental e necessitamos desenvolver as estruturas espaciais do nosso pensamento para adquirir esquemas de ação para a atividade espacial. É este Mapa Mental que nos coloca em posição de estabelecer, selecionar, analisar, classificar, modelar, enfim, de operar sobre as situações geográficas, estudando as relações espaciais de maior significância aos nossos propósitos (OLIVEIRA apud NOGUEIRA, 2001, p. 92).

A valorização do conhecimento cotidiano parte da ideologia do espaço comum a todos, subordinando as demandas dos sujeitos que vivem no lugar ao planejamento, sendo que, em nosso atual contexto histórico, se trata de controle e distorção das demandas/direitos à reprodução do espaço para a produção do capital. Este processo se dá da mesma forma em espaços urbanos, rurais, ou das comunidades tradicionais, “espaços humanos-ecológicos” tornados unidades de conservação.

Para Nogueira (2001, p. 92-93) “A perspectiva que põe em primeiro plano no planejamento os ‘propósitos’ dos planejadores, ‘mata’ o verdadeiro significado das representações mentais, construídas pelos sujeitos da pesquisa e que são frutos da relação intersubjetiva deles com o lugar”. Entende-se que a questão vai além, é legitimar os saberes científicos, pelos saberes tradicionais, e em alguns momentos utilizar politicamente o discurso da participação no planejamento destes espaços e referir-se a um “imaginário” inventivo e não às práticas cotidianas.

Nogueira (2001) não aprofunda a crítica a tal abordagem, mas expõe o embate no campo da fenomenologia e da geografia sobre a natureza destes mapas no tocante à captura do imaginário e/ou das representações simbólicas do real. Sua análise leva à compreensão de que, apesar do uso destes mapas no planejamento, eles são contraditoriamente desconsiderados em sua condição de verdade sobre o real e, portanto possibilitam um uso destas representações de forma deliberada. Ou seja, mais uma vez, diz que ouviu a comunidade, consegue interpretar os mapas, mas diz que não usa, pois não falam exatamente a verdade sobre o mundo real.

Sua crítica centra-se na construção epistemológica, pois os autores que respaldam esta concepção desconsideram o simbólico e situam o mapa mental como manifestação exclusiva do

imaginário. Nogueira (2001, p.93) situa mapas mentais como “representações simbólicas do real e não só do imaginário. As formas imaginárias são só mais um elemento a serem interpretados e representados nos mapas mentais”. Para a autora a crítica que recai sobre os mapas mentais como imaginários distorce a relação existencial do homem com o lugar:

Suas críticas em relação à exatidão não procedem, pois os Mapas Mentais não são produtos da construção geométrica do espaço... as informações neles contidas indicam o lugar tal qual ele é, descrito por quem o percebe e o sente. Os Mapas Mentais são representações do vivido, são os primeiros mapas traçados por nós ao longo de nossa história com os lugares por nós experienciados. Todos nós construímos verdadeiros mapas dos lugares a partir de nossa relação existencial com eles (NOGUEIRA, 2001, p. 93).

Estes mapas que partem da representação das experiências do mundo são ricos de sentido e significados não explorados na análise fenomenológica. São um contraponto aos mapas “oficiais”, que apresentam uma dada lógica de produção do espaço, a criação dos vazios para sua ocupação e dominação que só podem ser compreendidos a partir das contradições que estas “experiências espaciais” revelam.

Ao compararmos o mapa do Careiro da Várzea representado mentalmente pelos comandantes, com as representações tecnicamente produzidas, observamos que naqueles que foram produtos das representações mentais, sobressaem-se não só as águas, mas as pessoas, as comunidades, demonstrando ser o Careiro da Várzea um lugar habitado. Sua natureza, seu espaço físico não é somente um grande lago, mas um lugar que contém dezenas deles, habitado não só por peixes, botos, jacarés e cobras, mas também por pequenas comunidades que aí se organizam revelando diversos modos de vida, produzidas numa dinâmica espaço-cultural (NOGUEIRA, 2001, p. 166).

Estando de acordo, é importante partir da realidade concreta dos sujeitos que vivem o lugar, mas a subjetividade só pode ser compreendida na sua relação com a objetividade. Não é um saber sobre o espaço a priori, é a vida que produz e se produz o/no espaço.

E este é um ponto relevante para a construção dos mapas do vivido, a possibilidade de compreender outros ordenamentos e outros modos de produzir, as contradições e os conflitos que explicam a permanência destes modos, ou de traços de antigos modos de produção, em diferentes lugares, apresentar suas singularidades. Sim, os mapas mentais são representações do vivido e buscam compreender práticas, experiências e explorar o conhecimento que os sujeitos têm do lugar, portanto não podem ser compreendidas alheias à vida cotidiana e à sua crítica.

O ser humano é prático, é social e é preciso conhecer suas ações, mas sua emancipação sugere que o fazer e o pensar se realizam juntos e podem conduzir a um novo estado de

consciência, mas que só pode ser construída a partir de outras práticas sociais, uma vez que a alienação não é só um estado de consciência.

Ao longo dos últimos cinco anos foi possível compreender que o espaço que produz a subjetividade é um espaço social que também é produzido pela subjetividade e por uma objetividade, portanto não é inerente ao sujeito que se manifesta a partir de sua percepção do mundo. Deste modo o espaço considerado como condição ontológica do sujeito deixa de ser um a priori, para ser uma produção e materialização das relações sociais (que dialeticamente se produzem ao produzir sua condição objetiva de existência).

Portanto, não se trata de identificar as relações humanas e suas práticas cotidianas calcadas num conhecimento a priori do espaço, um conhecimento prático de sua relação com a natureza “harmônica” construída a partir de suas possibilidades de recursos. Trata-se de ampliar a noção e o conceito de natureza a partir de Lefebvre, respaldado em Marx, considerando a abordagem da sociedade e do social:

Por isto Lefebvre aceita e desenvolve o entendimento de que a visão do homem como ser espontâneo tende a recuar, uma vez que a facticidade do processo social vence e que essa energia vital se reelabora de um ponto de vista humano à proporção que as relações de propriedade invadem domínios amplos da existência e prescrevem identidades e coerências (...) considera dois momentos: racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e o outro da apropriação, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra. Em Lefebvre os conflitos entre esses dois momentos são essenciais. Aqui se amplifica a idéia de natureza (SEABRA, 1996, p.73).

Esta ampliação permite sugerir que os mapas são elaborados subjetivamente (individual e/ou coletivamente), a partir do conflito entre o momento racional (“da propriedade”) e o irracional (“da apropriação”) e constitui-se em uma chave em que:

(...) reconsidera (-se) a alienação e diz-se que, no cotidiano, lugar do embate entre o concebido e o vivido, estão os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social, para compreender o uso(...) porque as relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os. No entanto é no vivido, como nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer e o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem insurgir. Possibilidade que se funda nas particularidades (SEABRA, 1996, p.74-75).

Assim, o que o mapa do vivido revela não é a percepção individual do mundo vivido, como o sujeito o vê, mas uma representação, um estado de consciência (objetiva-subjetiva). Em poucas

palavras uma imagem verdadeira e falsa, carregada de ideologia, alienada, que subjuga o sujeito à condição de aceitar o mundo que “vê”, portanto este mapa é uma mediação da relação entre a consciência e a possibilidade de viver o mundo em suas determinações expressas nas dimensões políticas, econômicas, culturais, espaço-temporalmente.

Lefbvre restitui o papel da imagem no pensamento, situando-a na teoria geral das mediações, de transições abandonadas, jogando um papel fundamental entre o sensível e a consciência, para o filósofo “a imagem projeta o sensível na consciência”. A imagem alcança a mesma dignidade e significação do conceito. Em planos diferentes e tendo funções diferentes: “... ela restitui a presença distante do virtual ou do passado, da ausência do “mundo”. Ela reintegra o imediato no mediato, ela prospecta ou lembra. Ela avança prudente ou imprudentemente, abaixo e além do setor dominado (PAGANELLI, 1998, p.08).

Um mapa do vivido é capaz de expressar uma dada consciência verdadeira e falsa (também alienada), evoca uma presença e uma ausência, pois: “O próprio ato perceptivo envolve uma distância entre o sujeito que observa e o objeto observado mediada por uma imagem. **Na ausência do objeto, a imagem é a mediação** entre a presença e a lembrança ou memória do objeto ou da ação sobre o objeto” (PAGANELLI, 1998, p.08). (Grifo acrescentado).

Ao tomar a análise de Paganelli (1998, p. 160)¹⁸ de representações figurativas, desenhos de paisagens, é possível estabelecer uma relação entre as imagens e os mapas. A autora sugere a idéia de pré-mapas, mas não a desenvolve, ainda que considere que realidade vivida e local destas figurações possam levar à representação cartográfica. Tais figurações no trabalho da autora em algumas situações são mapas a partir do momento em que carregam uma relação situacional, de posicionamento de objetos e fenômenos e das forças sociais que movimentam a produção espacial, a mescla entre o desenho bi-dimensional e tri-dimensional carrega simbolicamente sentidos da vida cotidiana. Para Seabra (1996):

Considerando que a confrontação uso-troca se opera no cotidiano, formula-se o conceito: o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se e constitui-se a partir do vivido. Com isso ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra aí uma certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital. Apropriação esta sempre em vias de expropriação. O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade; lugar de realização da indústria cultural visando os modelos de consumo, no que se destaca o papel da mídia. Enfim, no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso, sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferença. Assim, o cotidiano está referenciado ao Estado, âmbito da re-produção de relações sociais, ao passo que o vivido se liga às particularidades da reprodução biológica, dos resíduos irredutíveis não capturados no plano do concebido, sendo o

¹⁸ É preciso notificar que Tomoko Paganelli, em pesquisas anteriores, trabalhou com a construção da noção de espaço na criança a partir de desenhos e sua preocupação também considera a necessidade de graduandos em geografia utilizarem o desenho na construção desta noção.

lugar das carências, dos desejos, dos comportamentos, das esperanças e desesperanças, das mulheres das crianças, dos jovens, dos velhos (SEABRA, 1996, p.76-77).

Não se trata de descrever o cotidiano, mas realizar sua crítica, que segundo Lefebvre, apoiado em Marx, deve tomar como ponto de partida sujeitos concretos, reais, “de carne e osso”. Movimento que se apresenta como chave (sem engessá-la) para a análise dos mapas do vivido:

Lefebvre (1958) aponta, no seu resumo, cinco pontos temáticos em que a obra de Marx se constrói enquanto crítica da vida cotidiana: a) crítica da individualidade; b) crítica das mistificações; c) crítica do dinheiro; d) crítica das necessidades; e) crítica do trabalho. Cada uma dessas críticas se desenvolve a partir de uma temática central e todas elas estão envolvidas no escopo da teoria da alienação (LACOMBE, 2008, p.151-155).

Para Lefebvre (1958 apud Lacombe 2008), o cotidiano, ou a vida cotidiana produzida na sociedade burguesa, é uma vida que está em constante conflito com o próprio ser humano que a vive e somente em Marx é possível revelar os elos que ligam o pensamento à ação, às idéias e à experiência do vivido. Ou seja, a contradição entre a consciência e a vida cotidiana na qual ela se forma explica-se a partir da relação entre o que os homens são e o que eles pensam ser, entre o que eles pensam, querem e desejam e o que eles vivem e são de fato.

Daí, claro, os desencontros que marcam as diferenças entre o pensar e o viver, entre o conceber e o agir. Daí que, considerar a sociedade tal qual ela é, sua estrutura, seu modo de funcionamento, seus dilemas, implicaria enquanto disposição metodológica, partir da experiência vivida e do imediato para chegar nas contradições que eles engendram em relação às suas representações (LACOMBE, 2008, p.151).

Para Lacombe (2008, p.160) a realização da crítica da vida cotidiana “teria como tarefa intelectual e política, ao mesmo tempo, alargar as possibilidades de apropriação do cotidiano, de seus sentidos e de suas significações vividas enquanto experiência social”. Ou seja, qual é a “apropriação possível da vida cotidiana na situação de alienação tal qual ela é vivida numa sociedade capitalista”. Assim, para Lefebvre a apreensão da cotidianidade só é possível por meio das dimensões em que é e se dá: o trabalho, a família e o lazer, que postas em relação dialética, constituem uma unidade, portanto uma totalidade que deve ser apreendida.

Pensar o cotidiano a partir desta tripla dimensão exige considerá-lo “como uma esfera tensa da vida social carregada de conflitos”, pois “definem uma relação dialética em que as normas e os padrões de interação se contradizem ou se negam, eles também marcam, na sua estrutura, as possibilidades de existência concreta dos seres humanos”. Assim, não é possível pensar a vida cotidiana alheia às relações intersubjetivas e às condições objetivas da existência social, pois:

A ideia de que toda realização humana e de que toda integração social se dá pelo trabalho é contraposta à situação concreta dentro do modo de vida do moderno em que os projetos de vida, as aspirações, os desejos e sonhos de cada indivíduo envolvem essas três dimensões, isto é, o social como pressuposto da existência humana também se concretiza no lazer e na vida privada (familiar) (LACOMBE, 2008, p.161)

A vida cotidiana é dramática não apenas nas suas representações e apropriações cognitivas: drama, melodrama, frustração, insatisfação, tragédia, etc, mas também nas suas experiências que marcam os momentos distintos de alienação e desalienação de todo homem que se defronta com o mundo em que vive, de todo homem que deve necessariamente se pôr em relação com as coisas (mundo prático sensível que é também social) e com as outras pessoas, outros seres humanos (mundo social). Assim, o projeto lefebvriano supõe um estudo das possibilidades e limitações contidas nessas duas dimensões da existência social humana, a dimensão material e a dimensão social tout cour. Mas essas dimensões não se dissociam, uma sempre está implicada na outra e vice-versa (LACOMBE, 2008, p.160-161).

Tomar a crítica da vida cotidiana na análise dos mapas do vivido exige um “saber pensar o espaço” como sugere Milton Santos (2008; 2007). Para Carlos (2007) no mundo moderno o “debate em torno do processo de globalização remete-nos a uma discussão sobre o mercado mundial, e traz, na sua esteira, como fundamento da análise, as considerações sobre as novas relações espaço/tempo”. Para a autora:

Cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes. Novas atividades criam-se no seio de profundas transformações do processo produtivo, novos comportamentos se constroem sob novos valores a partir da constituição do cotidiano (CARLOS, 2007, p.13)

Portanto, “a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. A relação local-global se redefine, sem, todavia anularem-se as particularidades” CARLOS (2007, p.14). O lugar é que permite a articulação entre as diferentes escalas “na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana”.

O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. Também é possível perceber-se a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc.

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 2007, p.14).

É no lugar que se desenvolve a vida em todas as dimensões apontadas por Lefebvre apud Lacombe (2008), portanto um mapa do vivido explora a dialética entre o vivido e o viver manifesta na consciência social:

Contudo, o vivido não pode ser definido plenamente sem a sua contraparte dialética, o viver. Entre os dois se desenvolve um movimento dialético que envolve a cotidianidade e a consciência social. O viver seria da ordem da expectativa da experiência, no sentido de que estaria carregado de uma certa consciência do possível, ou seja, da experiência possível e concebida. Nesse sentido, o viver, que é muito mais vasto que o vivido, com horizontes mais largos, é definido como virtualidade, como presença. Já o vivido é o realizado e o presente. Assim, é inevitável a contradição e o conflito entre o vivido e o viver, uma vez que o primeiro se define na experiência, muitas vezes dolorosa, da vida como ela é, ao passo que o segundo se define na experiência, às vezes carregada do sentimento da frustração, da constatação da vida como ela poderia ser, ou seja, do quanto ela poderia ser diferente. Desta forma, o vivido é da ordem do real, daquilo que é realizado, ao passo que o viver é da ordem do virtual e do possível (LACOMBE, 2008, p.165).

Realizada historicamente como universalidade e particularidade, segundo José de Souza Martins:

a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido”. É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso (MARTINS apud CARLOS, 2007, p.20).

Tempo e espaço realizam-se concretamente na práxis da vida cotidiana: “no vivido a práxis é contraditória. Ela reduz relações sociais. Mas, Lefebvre observa, não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação”. Martins (1996, p.23). Portanto, o lugar e o cotidiano produzidos pelas condições históricas revelam a partir da práxis (mimética, reprodutora e transformadora) não só as determinações sociais, mas também o possível, portanto a capacidade revolucionária e transformadora:

Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser. Para isso é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada (MARTINS, 1996, p.23).

Estas proposições foram tomadas para compreender o mapa do vivido ao associar a crítica Lefebvrina do cotidiano que dialeticamente o apresenta como abstrato e concreto; virtualidade (programado/concebido) e possibilidade (irracional/residual/vivido); assim como produtor e produto das representações (verdadeiras e falsas).

Assim delimitou-se a ruptura com a noção de mapa mental assumindo outras implicações teórico-metodológicas, portanto políticas e filosóficas. A adoção inicial do uso de mapas mentais nas aulas de cartografia e nos processos de mapeamento levou à reflexão da intenção investigativa e explicativa, conduzindo à necessidade de compreender qualquer mapa a partir da teoria crítica das representações sociais elaborada por Lefebvre (2006).

Os mapas do vivido, assim como para Paganelli (1998, p. 164) as representações figurativas, auxiliaram na análise do viver dos estudantes de geografia e dos camponeses assentados no Roseli Nunes, procurando reavaliar sua condição de usador-usuário¹⁹ do mapa e do uso-apropriação do lugar (seja na cidade ou no campo). Os mapas produzidos, apesar de utilizar a ‘mente’ como único recurso ‘técnico’, manifestam a vida cotidiana e, portanto manifestam a relação dialética triádica do espaço “vivido, concebido, percebido” compreendido por Lefebvre (2006; 2008)²⁰.

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra-nos que o vivido, âmbito de imediatidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro permanece uma zona de “penumbra” na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e, portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido (SEABRA, 1996, p.80).

Assim, sugere-se que a geografia deve ouvir o que pensam as pessoas sobre os lugares onde vivem; sem legitimar suas verdades deve partir dos homens concretos. O papel do geógrafo que constrói junto estes mapas é compreender estas representações no movimento dialético que explica os mapas, que pode explicar a realidade, mas que deve também ser compreendida para explicar os mapas. Ou seja, os mapas não revelam a realidade, representam as presenças-ausências que permitem a aproximação da realidade concreta, ou melhor, do concreto pensado.

¹⁹ É possível reelaborar a ideia de usuário do mapa para usador, parafraseando Lefebvre, a partir da relação entre usador e usuário. Na teoria da comunicação cartográfica o usuário do mapa é aquele que captura a mensagem do mapa, a ser transmitida de forma eficaz pelo cartógrafo, que por sua vez apreende a realidade, é um consumidor de mapas. Não seria possível dizer que nos dias de hoje o usuário deveria retomar seu espaço na leitura e construção de mapas como usador? Segundo Seabra (1995, p. 78): “Lefebvre propõe conteúdos diferenciados para *usager* e “*usager*”. Assumimos por *usager* o usuário e por “*usager*” o *usador*. Veja-se a propósito: ‘Que se considere agora o espaço daqueles que se nomeia com palavras desajustadas e hostis (*les “usagers”*) os usadores. Não existe palavra bem definida e possuindo uma forte conotação para os designar. A prática espacial os marginaliza até na linguagem. A palavra (“*usager*”) usador tem alguma coisa de vago, de suspeito... chega mal a expressar, enquanto os signos de sua situação se multiplicam e por vezes saltam aos olhos’. (Henri Lefebvre. *La production de l’espace*, Paris: Anthropos, 1974. p. 418). De modo que para o usuário estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão as relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono...”

²⁰ Não foram lidos nem discutidos textos de Lefebvre em sala de aula, apenas foram apresentadas as noções como articulações analíticas da geografia em relação à cartografia. Além dos textos dos autores também foi utilizada para esta compreensão a importante coletânea de textos organizada por Jose de Souza Martins (1996): Henri Lefebvre e o retorno à dialética.

Deste modo se estabelecem as bases para compreender que os mapas construídos do “alto” apresentam uma intencionalidade e uma representação da realidade carregada de ideologia e um conhecimento que conduz à alienação. Subsumir a “dinâmica sócio-cultural do chão” não é simplesmente esquecer-se de mapear o lugar onde há vida, ou de evidenciar as relações de poder de um lugar sobre o outro, mas parte de uma opção no processo de objetivação da realidade – mais uma vez o espaço a ser utilizado, com uma função específica, que em geral favorece uma única classe social. Portanto é a escolha da escala da ação que determinará as representações, os mapas.

Neste sentido, a preocupação em trabalhar mapas como representação dos lugares para além da “égide da precisão e exatidão cartesiana” é válida, pois poderão subverter a dominação em apropriação. A geografia pode contribuir para a compreensão dos lugares, valorizando o conhecimento dos homens, mulheres e crianças, fortalecendo as estratégias de resistência já existentes e auxiliando na elaboração de novas estratégias a partir de outros momentos da consciência.

1.2.1.1. 2 O mapa como expressão das territorialidades humanas, meio de comunicação e processo cognitivo

Se o mapa é uma construção da realidade próxima dos estudantes é possível explorá-lo para além dos artifícios de orientação e localização métricas numa dada porção do planeta, do espaço compreendido cartesianamente em eixos que situam qualquer elemento (objetos e/ou fenômenos) em um ponto no espaço. Podemos ampliar o alcance do mapa, assim o mapa poderá ser compreendido como uma mediação capaz de apreender um movimento (ainda que sua apresentação pareça estática) e que possa ser lido como um texto, evocando inúmeros significados e sentidos.

Para desenvolver esta noção realizou-se junto aos estudantes a leitura de Katuta (2000, p.09)²¹ ao questionar o ensino hermético das noções de orientação e localização, que exige do aluno uma fixação de suas referências espaciais tecnicamente determinadas a partir de uma relação entre latitude e longitude, rumos, azimutes.

Pois “existe uma diferença muito grande entre orientação e localização em nível das ações cotidianas e orientação e localização geográficas” e nos remete a uma reflexão profunda sobre a

²¹ **Texto 05:** Geografia, cartografia e ensino - KATUTA, A. M. (2000). O ensino e aprendizagem das noções, habilidades e conceitos de orientação e localização geográficas: algumas reflexões. Geografia. V.9, n.1. Londrina: UEL. P.5-24.

necessidade de “transmitir a qualquer custo” um sistema de referências espaciais fixo. Ou seja, decorar os conceitos de latitude e longitude não faz com que o aluno se aproprie dos conhecimentos produzidos para determinar um sistema de referências espaciais, ao contrário, o conduz à inserção num sistema de referências homogêneo, sem que ele compreenda seus significados, sentidos e usos.

Portanto, ao estudante de graduação em Geografia, a compreensão do sistema de referências passa por uma compreensão das condições espaciais desenvolvidas nos diferentes momentos da história, também:

É preciso ter claro que não podemos enfatizar, em sala de aula, somente o trabalho com noções de localização e orientação geográficas. A aprendizagem desses conhecimentos é importante, desde que eles estejam contextualizados, ou seja, desde que sirvam para que o aluno possa entender melhor o território em que vive (KATUTA, 2000, p.09).

O que não significa dizer que é desnecessário o aprendizado sobre o sistema de coordenadas geográficas, ao contrário, é preciso apreendê-las em sua totalidade, compreendendo que este sistema é constituído a partir de um sentido, da homogeneização do espaço, para viabilizar uma síntese das disposições de objetos e fenômenos. Entretanto, carrega contradições desta homogeneização, pois ao mesmo tempo em que apaga as diferenças (todo e qualquer ponto é um ponto qualquer no espaço) pode apresentar a lógica que age sobre esta homogeneização, portanto, viabiliza estratégias de compreensão tanto da dominação quanto da resistência.

É importante salientar que cada sociedade desenvolve mecanismos e esquemas diferenciados de orientação e localização, que vão depender em grande parte de suas **condições materiais de vida**, da forma como percebem o seu entorno, do seu entendimento sobre ele, da forma como ocorre a interação entre sujeito o lugar, enfim da forma como as diferentes sociedades se relacionam com os outros elementos da natureza (Katuta, 2000, p. 07). (Grifo acrescentado).

Neste sentido, para além da localização e da orientação o mapa expressa uma compreensão sobre a realidade, portanto o ensino de Cartografia não poderá prescindir de uma relação geográfica, tanto no tocante às análises espaciais quanto às perspectivas teóricas assumidas:

Concordamos com Masson quando esta afirma que as representações gráficas têm duas finalidades diferentes no ensino de Geografia. A primeira é a de servir para analisar os elementos do espaço, a segunda para uma interpretação do mesmo, dentro de uma hermenêutica dentro da disciplina. Com base na afirmação acima poderíamos dizer que através dos mapas poderíamos analisar os elementos presentes num determinado território para, posteriormente, fazer interpretações acerca da lógica da territorialidade dos mesmos. No entanto, é preciso explicitar que as finalidades delegadas a esse meio de comunicação, no Ensino Fundamental e Médio dependem das concepções de Geografia dos docentes que, regra geral, são muito diferentes entre si (KATUTA, 2000, p. 5-6).

Assim, é preciso apropriar-se tanto das noções de orientação e localização cotidianas, compreendendo a diversidade de sistemas de referências espaciais, bem como dos sistemas científica e tecnicamente construídos.

A aprendizagem desses conhecimentos é importante para o estabelecimento de raciocínios geográficos, ou para que haja um entendimento geográfico da realidade, é claro que isso talvez acabe implicando, na realização de deslocamentos mais racionais e mais autônomos por parte do sujeito que tem o domínio sobre esses conhecimentos, o que não quer dizer que o ensino de Geografia tenha que se apoiar somente nessa justificativa (KATUTA, 2000, P. 09).

Os Sistemas de Navegação por satélites e os softwares de geoprocessamento utilizam-se destes sistemas de coordenadas (geográfica e UTM) para a produção de inúmeros mapas com múltiplas funcionalidades e intencionalidades e é preciso apropriar-se de um conhecimento que é socialmente construído, desde que se tenha clareza de suas possibilidades e limitações.

Esta discussão abre um caminho para outros fazeres cartográficos, realizados ao introduzir a compreensão do mapa como meio de comunicação. Compreendendo que o debate teórico da Cartografia no seio da Geografia no Brasil (desde os anos 1980) ocorreu principalmente nas construções teóricas da Cartografia Escolar, elegeu-se a autora Maria Elena Simielli (1986; 1996) que apresenta o debate teórico do mapa como meio de comunicação.

A partir de dois importantes artigos Simielli (2001; 2007)²² foca pontos fundamentais de suas pesquisas: A. O mapa como meio de comunicação; B. A linguagem cartográfica e a alfabetização cartográfica; C. A leitura e elaboração de mapas – aluno mapeador consciente e leitor crítico; D. Diferentes níveis de leitura do mapa: Localização e análise; Correlação e Síntese.

A. O mapa como meio de comunicação: a valorização da relação entre mapeador e usuário

A partir da exposição das transformações na concepção da Cartografia em meados do século XX – área de abrangência e competência – Simielli (1986) demonstra que esta mudança foi atribuída ao seu desenvolvimento teórico com bases na Teoria da Informação.

²² Texto 06: Geografia, cartografia e ensino – SIMIELLI, M. E. R. (2001) Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. A. A geografia na sala de aula. (Repensando o ensino). São Paulo: Contexto. P.92-108.

Texto 07: O mapa como meio de Comunicação e a Alfabetização Cartográfica - SIMIELLI, M. E. R. (2007) In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.) Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto. P.71-93. Além destes textos trabalhados em sala de aula outros textos foram lidos para a compreensão aqui apresentada.

A escola russa transforma significativamente os princípios mecânicos da Teoria da Informação ao considerar os sujeitos que estão envolvidos no processo de veiculação da informação, articulando uma elaboração teórica que traz no bojo de suas preocupações a importância da relação intrínseca na comunicação entre o mapeador e o usuário do mapa.

Neste momento, pós Segunda Guerra Mundial, há uma possibilidade de ampliação do acesso à informação, pois o que antes era secreto talvez começasse a ser divulgado. Contraditoriamente, o momento que se desenhava – a Guerra Fria trazia preocupações com os contextos de produção, sistematização e veiculação destas informações e seu controle, o que impulsionou o desenvolvimento teórico das “Ciências da Informação”, havendo um esforço de compreensão do processo de transformação dos dados em conhecimento.

O contexto geopolítico dos embates entre os países socialistas e capitalistas evidencia a necessidade da comunicação e veiculação das mensagens que possam ser capturadas de forma eficaz em seus sentidos mais amplos: desde as leituras da realidade no contexto do planejamento estatal e do mercado quanto à veiculação das políticas e ideologias que fortalecem estes sistemas. Ou seja, os dados devem ser conectados aos seus conteúdos e sentidos explicativos da realidade ou suas simulações, portanto, as mensagens transmitidas devem ser aproveitadas ao máximo, realizando o processo comunicativo no sentido dado pelo mapeador.

Segundo os pressupostos da Teoria da Informação (desenvolvida na área das Ciências da Comunicação) que avalia todas as etapas envolvidas num processo comunicativo (captação - sistematização - emissão - recepção da informação), Kolacny (1977, pub. 1994 apud Simielli 1986), introduz o termo “Informação cartográfica” para designar um conceito que une as duas principais esferas de interesse na Cartografia: **a confecção e a leitura do mapa, considerando seu uso e sua produção.**

Nos estágios de comunicação (a observação, a apresentação – pelo cartógrafo e a apreensão da realidade – pelo usuário) é importante notar que na prática, o processo de produção do mapa e seu uso acontecem separadamente, todavia, conforme Kolacny (1994), não podem ser considerados independentes. Desta forma reafirma-se a informação cartográfica como conceito novo que une os dois processos conectando seus componentes.

Conforme colocado por Simielli (1986), a proposta de “Comunicação da Informação Cartográfica” de Kolacny (1969 apud Simielli 1986) sistematiza um processo que origina, comunica e produz um efeito, evidenciando as fases de produção e de utilização do mapa, que deve ater-se aos cuidados com a eficácia da transmissão, na busca de veicular as informações

cartográficas de forma eficaz – com o mínimo de ruídos – a um usuário específico, por meio de um mapa com determinada finalidade. Assim, atribui um melhor aproveitamento do uso do mapa à necessidade do cartógrafo ao conhecer o perfil de seu leitor/usuário do mapa.

Nesta dinâmica, proposta como Comunicação Cartográfica, evidenciaram-se o desenvolvimento da percepção, cognição e psicologia para o entendimento do processo de mapeamento e leituras do mapa. Neste movimento, parte-se da realidade, realiza-se a interpretação da realidade, mapeia-se e o usuário passa a ter outra visão da realidade.

No final da década de 1970, Salichetev (1977, pub. 1988), coloca que *“as principais tendências do desenvolvimento da cartografia contemporânea – a introdução da automação, o progresso das áreas temáticas, o sucesso do uso do mapa como recurso da pesquisa científica – estão expandindo seus horizontes e naturalmente, criando uma necessidade de repensar o objeto e o método da cartografia”* (op. cit, p.17), exprimindo a ansiedade em consolidar a Cartografia enquanto ciência a partir do desenvolvimento tecnológico e da formação de um corpo teórico para a disciplina. Apresenta a Teoria da Informação como elemento fundamental desta transformação.

Todavia, alguns dos autores, em meio a esta discussão, acabaram por colocar a Cartografia como uma técnica e como prestadora de serviços não atuando em conjunto com as ciências que a adotam. Ainda para Kolacny:

É natural que uma interpretação técnica restrita da cartografia vincula uma abordagem simplificada a outras concepções definitivas de ciência. Por exemplo, J. Neumann propôs que consideremos generalização cartográfica como apenas uma redução da quantidade de informação com a diminuição da escala do mapa, com a finalidade de preservar sua possibilidade de leitura. Nestes argumentos não existe sinal de qualquer análise do problema do ponto de vista do materialismo dialético, que permite o entendimento da essência dos fenômenos cartográficos e uma consideração de sua especificidade espacial. Sob a nova terminologia, Neumann leva-nos de volta a noções obsoletas de mais de meio século atrás (SALICHETEV 1977, pub. 1988, p.18).

Para este autor, a leitura dos mapas e o uso que se faz deles são importantes para a extração de informações (que dependerão do perfil de cada leitor, do aproveitamento de cada leitura), sendo assim não é a **forma** dos mapas que deve mudar e sim o seu **uso** (prática escolar, acadêmica, ideológica, entre outros). Sua colocação desenvolve a ideia do modo pelo qual a informação cartográfica veicula-se, trazendo para a Cartografia um novo modo de fazer (*design*) e pensar (teorias e cognição) os mapas.

Ratajski (1971) apud Board (1983, pub. 1988) expõe sua ‘Cartologia’²³ como uma tentativa de conjugar o processo geral de comunicação cartográfica e suas bases teóricas. Tentativa esta que atingiu o reconhecimento da Comunicação Cartográfica como a chave de mudança do fazer cartográfico por grande parte dos cartógrafos e em particular pela International Cartographic Association – Associação Cartográfica Internacional – ICA.

A procura de novos métodos para a confecção e uso dos mapas, sem dúvida, constitui o principal problema da cartografia contemporânea. Entretanto, seria um erro indesculpável e capital limitar este problema ao aspecto técnico, como sugerido por MORRISON, que acredita que a tecnologia moderna permite à cartografia cortar seus laços com as ciências da natureza e da sociedade e libertá-la da ideologia... Agora a prática de confecção de mapas não permite cartógrafos científicos evitar a penetração profunda na essência dos fenômenos mapeáveis (SALICHETEV, 1977, pub. 1988, p.18).

O trabalho elaborado por Simielli (1986 apresentado em 2001 e 2007) é um exemplo da inserção da Comunicação Cartográfica nos trabalhos em Cartografia e Geografia no Brasil, pois a autora promove um estudo que avalia o uso dos mapas (elaborados por ela, para seu público alvo específico) por crianças na idade escolar do ensino fundamental. Identifica a eficácia das leituras por eles realizadas, considerando que a relação entre o cartógrafo e o usuário é relevante para uma comunicação efetiva da informação cartográfica. Este trabalho será aprofundado posteriormente pela autora culminando em sua proposta de alfabetização cartográfica.

É preciso ressaltar que o processo de produção e criação do mapa colocado nos modelos do meio do século XX discute pouco o envolvimento dos homens como sujeitos sociais e as conjunturas técnicas, políticas e econômicas que o produzem. Contexto compreendido pelo embate ideológico e político que se colocava em meados do século XX, buscando no aspecto comunicativo do mapa não só as mensagens “corretas” sobre o mundo, mas a construção de um processo formativo de opiniões, leituras e análises de mundo na consolidação dos sistemas políticos e econômicos em conflito. Para os russos é a informação considerada no contexto comunicativo dentro do sistema social interessado pelas mudanças no estado dos conhecimentos: deve produzir alterações no pensamento das pessoas, o que significa que a informação é comunicação que se recebe e se assimila (Ortega 2004).

É neste momento que a Cartografia avança ao considerar a inserção da preocupação com os sujeitos envolvidos no projeto cartográfico no campo da comunicação, entendendo o homem como partícipe da produção do mapa e de seu uso.

²³ Entendida como um sistema de cartografia teórica que estuda o processo de transmissão da informação espacial por meio de mapas e a relação entre a cartografia e as ciências de modo geral.

Tais elementos contribuíram para a consolidação de uma Cartografia um pouco mais “humanizada” menos “tecnificada”, transformando as preocupações da disciplina e ampliando o leque de possibilidades de pesquisa e construção de novos conhecimentos tanto para a Cartografia como para outros ramos do saber, como a Geografia.

Mesmo compreendendo o mapa como representação gráfica da realidade de forma sistemática, colocam-se ao mapa questões importantes em sua estruturação: **Quais Informações representa:** um assunto, um tema; **Como:** que técnicas de levantamento e representação; **Onde:** em algum contexto, sobre algum lugar; **Para quem:** para um usuário específico; **Quando:** em que época do mapa e do contexto; **Por quê:** ver a intenção... para sintetizar a informação; **Com que resultado?**

No contexto da teoria da informação o mapa atua como canais/meios para a veiculação da informação geográfica, para um usuário específico, portanto é preciso saber qual é o público a que se destina o mapa para realizar a comunicação. Entretanto é possível partir desta contribuição e alçar voos maiores rumo à possibilidade de compreender a determinação comunicativa do mapa e os sentidos que ela produz. Ou seja, produzir um mapa para um público específico é vincular uma mensagem específica e portanto consolidar determinada representação.

Enfim, a Comunicação Cartográfica influenciou o fazer da Cartografia em sua totalidade, evidenciou elementos teóricos relevantes como: o *design* e a cognição. Ainda acrescentou aos debates teóricos outros ingredientes como a relação usuário-mapeador, comunicação e eficácia. Estabeleceu-se e consolidou-se como um novo modo de pensar a Cartografia no meio do século XX.

Além disto, o mapa assume o papel de transmissor da informação sendo necessária uma linguagem cartográfica adequada e eficiente que seja válida, tanto para a transmissão da informação como para a leitura/uso do mapa.

Este fato remete à discussão da semiótica e da semiologia,²⁴ que traz, nos signos, as dimensões do significante e do significado. Bertin (1967)²⁵ propõe em nome da **Semiologia Gráfica**, uma estrutura que valoriza as variáveis visuais na relação entre as informações e suas representações gráficas. Assunto que não será tratado neste momento, pois nas propostas curriculares das disciplinas de Cartografia da UFMT este assunto está colocado na ementa de Cartografia Temática. Só é mencionado este assunto ao discutir com os estudantes o processo de finalização gráfica dos mapas posteriormente ao trabalho de campo.

²⁴ Para um aprofundamento da discussão consultar GIRARDI (1997) e FONSECA (2004).

²⁵ A referência de seu texto original: BERTIN, J. (1967) *Sémiologie Graphique: lês diagrammes, les réseaux, lês cartes*. Mouton e Gauthier - Villar: Paris, 432p.

B. A linguagem cartográfica e a alfabetização cartográfica

Com base nas teorias da comunicação e sua entrada na cartografia que valoriza a relação entre o mapeador e o usuário do mapa, Simielli (1986; 1996) constrói uma proposta de ensino de Cartografia que relaciona técnicas de representação cartográfica aos conteúdos geográficos considerando os diferentes estágios de aprendizagem no ensino básico, fundamental e médio.

Valoriza a linguagem cartográfica e propõe que o ensino das noções de: visão oblíqua e vertical; imagem tridimensional, imagem bidimensional; alfabeto cartográfico: ponto, linha e área; construção da noção de legenda; proporção e escala; lateralidade/referências, orientação que contribua “para a desmistificação da cartografia como apresentadora de mapas prontos e acabados. O objetivo das representações dos mapas e dos desenhos é transmitir informações e não ser simplesmente objeto de reprodução” Simielli (2001, p.98).

C. A leitura e elaboração de mapas – aluno mapeador consciente e leitor crítico.

Partindo do processo de alfabetização Simielli (1986; 1996) realiza uma transformação no uso do mapa no ensino de Geografia, ou seja, amplia a capacidade de reprodução dos mapas dados como fixos e verdadeiros e viabiliza a leitura de mapas e produção de mapas que parta de um conhecimento efetivo da realidade vivida pelo aluno.

A autora propõe dois momentos (que podem ocorrer simultaneamente) para a apropriação do mapa como ferramenta fundamental de análise e representação geográfica:

Considero que se possa trabalhar com dois eixos, embora possam ocorrer alguns encaminhamentos paralelos com os mapas em sala de aula. No primeiro eixo, trabalha-se com o produto cartográfico já elaborado, tendo um aluno leitor crítico no final do processo... acima de tudo um leitor crítico e não um aluno que simplesmente usa o mapa para localizar fenômenos. No segundo eixo, o aluno é participante do processo ou participante efetivo, resultando deste segundo eixo um aluno mapeador consciente... Ressalta-se que tanto um eixo de trabalho quanto o outro eliminam a possibilidade do aluno copador de mapa (SIMIELLI, 2001, p.99).

Desta forma, os mapas produzidos pelos estudantes poderão viabilizar a compreensão de sua realidade vivida cotidianamente; a depender do professor poderão ainda realizar conexões com a totalidade.

D. Diferentes níveis de leitura do mapa: Localização e análise; Correlação e Síntese

Simielli (2001) esclarece que em geral os estudantes estão preparados de forma desigual para o processo de leitura cartográfica, pois depende do processo de formação, que em geral não passou por uma alfabetização cartográfica ou tampouco realizou leituras elementares do mapa²⁶.

Concordamos com a autora ao verificar que os estudantes de graduação em Geografia vêm com desiguais níveis de apropriação da cartografia, constatados a partir de leituras iniciais de mapas em atlas no decorrer dos debates teóricos dos textos, realizadas com bastante dificuldade por boa parte dos estudantes.

Para o desenvolvimento pleno da alfabetização cartográfica é preciso explorar tanto os mapas já elaborados com “rigor técnico” cartograficamente, quanto os mapas construídos cotidianamente. O rigor aqui centra-se no uso de um sistema métrico formal, que situa e localiza cartesianamente os diferentes objetos e fenômenos espaciais. Neste sentido é preciso situar metodologicamente a “natureza” dos mapas. Contextualizar a relação entre as técnicas de pesquisa e de representação cartográfica e os conteúdos da realidade. Ou seja, a localização, análise, a correlação e a síntese estarão teoricamente situadas.

Ou estarão apoiadas em uma leitura que explora diferenças e igualdades no espaço ou em uma leitura que procura entender a produção do espaço a partir de suas contradições e de seu movimento que remete à totalidade.

Na segunda perspectiva as sínteses não serão meros apanhados de outros mapas, ou de informações, seus conteúdos não necessariamente aparecerão como junções de dados espaciais, mas como outros conteúdos. Por exemplo, mapear os terrenos vazios da cidade de Cuiabá em cima de uma imagem trazida pelo “Google Earth” poderá indicar um mapa de terrenos baldios ou um mapa que indica a especulação imobiliária, tudo depende da construção da legenda que remeterá a um conteúdo ou outro, politicamente e filosoficamente orientados.

Assim, ao trabalhar com estas noções trazidas por Simielli (1986; 1996; 2001) o foco é desenvolver a capacidade de leitura do mapa em seus contextos históricos e geográficos e não meramente como um quadro que posiciona objetos e fenômenos no espaço.

Ao tomar contato com a proposta de “Alfabetização Cartográfica” os estudantes compreendem a necessidade de uma formação gráfica, não só no desenvolvimento do desenho,

²⁶ Uma das explicações mais bem elaboradas para compreender os motivos pelos quais os estudantes não têm esta formação foi desenvolvida por GIRARDI (2003) ao analisar o processo de formação dos professores de Geografia no tocante à Cartografia a partir da consolidação dos cursos de nível superior em Geografia no Brasil.

mas também no tocante à relação entre significante, significado e significação, ou seja, entre os símbolos, as cores, as tramas e os objetos ou os fenômenos que eles representam. Por outro lado, é preciso assinalar que muitos estudantes não veem sentido em trabalhar este debate teórico na cartografia, muito menos em ler textos na área do ensino, pois o importante mesmo são as técnicas de processamento de dados, mesmo sem ter claro o que significa processar dados. Este é um conflito recorrente na sala de aula, visto que a divisão do curso (Bacharelado e Licenciatura) evidencia e valoriza a cartografia como a principal técnica que garantirá o mercado de trabalho do futuro geógrafo.

Além dos conteúdos e debates realizados, o trabalho com a reconstrução teórica de Maria Elena Simielli em sala de aula foi importante para: 1. Desmistificar a Cartografia como um saber pronto e acabado, é só aprender técnicas de desenho do mapa e sair mapeando; 2. A autora traz um processo longo de pesquisa que constrói uma proposta efetiva para pensar a relação entre a Geografia e a Cartografia, parte de um debate teórico, que junto a autores como Lívia de Oliveira, Marcelo Martinelli, Regina Araújo, Rosângela Doin de Almeida, entre outros, transforma o fazer cartográfico no Brasil. Estes autores ampliam as possibilidades de uso do mapa abrindo espaço para construções teóricas que se realizaram e ainda se realizam no Brasil.

Para o desenvolvimento prático dos debates foi proposta uma atividade de elaboração de um croquis do campus da UFMT que considerasse a discussão feita por Katuta (2000) sobre as “territorialidades” e a dinâmica social dos homens considerando sua dimensão espacial. Esta atividade ocorria após assistir ao filme da série “A cidade dos Homens” o capítulo “Os correios” que a partir de uma questão cotidiana - a entrega das correspondências em uma favela do Rio de Janeiro - aborda a realidade social da elaboração do mapa para que o carteiro realize sua tarefa. Partindo da compreensão de que:

Croquis é uma representação esquemática de fatos geográficos... Não se destina a ser publicado, tem um valor interpretativo de expor questões, não sendo obra (exclusivamente) de um especialista em cartografia. Não é uma acumulação de signos, mas uma escolha amadurecida dos elementos essenciais que se articulam numa questão a ser tratada. A dificuldade está em conseguir atingir uma representação que dê clareza de conjunto, complexidade e número de fatos legíveis. É uma arte simples, mas de difícil expressão figurativa... Os croquis simplificam, mantêm a localização da ocorrência dos fatos e evidenciam os detalhes significativos (MASTRANGELO, 2001 P, 101).

A elaboração foi proposta considerando: a construção de uma base cartográfica (a partir de observações de campo, imagens de satélites ou de uma base pronta) e as questões a serem abordadas sobre a realidade da UFMT. A partir daí travou-se um debate sobre a diferença entre

mapear o “uso do solo”, ou seja, a disposição da ocupação de objetos e de suas funções para mapear territórios, espaços em disputa ou espaços com usos múltiplos.

Na oportunidade, havia turmas em que o debate conceitual da Geografia ocorria de forma satisfatória e portanto discutir o conceito de território e materializar uma representação (e vice-versa) era mais compreensível, em outras turmas esta dificuldade trazia mais um componente de debates e longas discussões conceituais na geografia.

Em geral, os estudantes compreendiam a proposta, principalmente após assistir ao filme, e mapeavam desde os “territórios da maconha” (prevendo seus locais de uso, circulação, compra) aos espaços de luta da universidade como Diretório Central dos Estudantes e Sindicatos em relação aos centros de poder como a reitoria e os centros administrativos.

Muitos mapas foram desenvolvidos e extrapolaram a proposta inicial que vinculava aos mapeamentos o conceito de território. Os estudantes apareceram com inúmeras questões que carregavam leituras importantes sobre a produção do espaço da universidade, como por exemplo, os estacionamentos com mais ou menos carros, mais ou menos motos, carros novos e velhos, no período noturno e/ou diurno e a relação com os cursos aos quais estes estacionamentos estavam ligados em relação aos pontos de ônibus, remetendo às diferentes e desiguais condições de classe dos cursos.

Até mesmo um debate sobre o projeto de “segurança” no campus, no qual foram previstas catracas em todos os prédios e um controle maior de entrada e saída das pessoas na universidade. Os estudantes fizeram “mini” trabalhos de campo (o tempo destinado era uma aula – apenas 4 horas) surpreendentes pois levantaram questões e depois extrapolaram o tempo da aula e entrevistaram trabalhadores como seguranças, faxineiras, administradores do campus, motoristas de ônibus, estudantes que estavam espalhados pela universidade, inclusive nos pontos de ônibus.

Este processo, com estudantes ainda no primeiro ano de graduação, desconstruiu uma leitura de universidade como um centro neutro de produção do conhecimento e abriu um debate sobre os espaços públicos, o investimento na educação, os longos caminhos para se chegar à universidade, a elitização do conhecimento entre outros assuntos.

A apresentação gráfica dos croquis continha muitas simplificações e dificuldades para construir as representações, abrindo o caminho para que os estudantes compreendessem tanto a produção quanto o uso do mapa em seus aspectos do design, da comunicação e das bases “oficiais”/padronizadas e não padronizadas dos mapas, de seus elementos como: as coordenadas (em latitude e longitude ou referências construídas por eles, localizando centros e periferias na UFMT), a escala (alguns estudantes adiantaram a aprendizagem da escala métrica com bastante

propriedade a partir dos exemplos dados de como calcular as distâncias e realizar as proporções dos croquis, mesmo que não fosse obrigatório) entre outros elementos como o uso de cores e legendas com símbolos e tramas.

No campo da comunicação não se estabeleceu interlocução fixa entre os estudantes que produziam os mapas e usuários em específicos, por compreender que neste processo os estudantes são, a maneira de Henri Lefebvre, usuários do mapa e portanto construíram leituras espaciais ao mapear contextos espacialmente e temporalmente situados e determinados e suas interlocuções variaram, de acordo com os temas escolhidos e a compreensão que tiveram da universidade ou dos bairros. Escolheram o povo, os políticos, os reitores e pró-reitores, os alunos e qualquer um que possa compreender a produção dos espaços, territórios e/ou lugares “escolhidos” para serem mapeados.

Neste sentido, questionou-se a relação entre o mapeador e o usuário do mapa para compreender que o mapeador partirá sempre de uma intencionalidade e de um objetivo com a mensagem a ser veiculada pelo mapa. Não se trata somente de discursos, mas de análises espaciais teórica e politicamente orientadas.

Para clarear o que se expõe retomemos o exemplo do croqui dos “territórios da maconha”. O grupo de estudantes de perfil conservador objetivava identificar os espaços de uso que os incomodava para demonstrar que a universidade não era um lugar para usar a maconha. Entretanto, no processo de mapeamento levantaram inúmeras questões sobre a circulação da maconha no campus e os diferentes pontos de vista entre os usuários, os seguranças do campus e estudantes que não usam a maconha.

O mapa não se encerrou, ao contrário, abriu questões e enquanto veículo da mensagem “não use a droga aqui porque é imoral” perdeu o sentido moral no processo investigativo, pois a interlocução com a turma e outros estudantes os levou a reflexões mais profundas da questão no tocante às relações intra e extra-universidade, como por exemplo, a relação da venda do fumo com os bairros adjacentes.

Contudo, poderia ter ocorrido um fato diametralmente oposto, as informações levantadas poderiam ter reforçado a mensagem inicial a ser veiculada e a produção de um mapa que produzisse uma representação encerrada no objetivo inicial. Isto não significa dizer que os alunos saíram achando que a maconha deve ou não ser usada no campus, mas a leitura espacial lhes permitiu compreender as formas de existência e os diversos conflitos em decorrência de seu uso no campus da UFMT.

Durante o decorrer das aulas, ao longo dos quatro anos de experiência com a disciplina, ocorreram práticas diferentes, em alguns momentos os mapas precederam as leituras e em outros os mapas foram realizados após os debates.

A experiência do ano de 2012 foi muito rica, pois desde a aula de mapas mentais os alunos trouxeram os mapas dos bairros, seus problemas relativos à violência, saneamento básico, acesso, entre outros. A partir disto construímos uma base cartográfica em comum e posteriormente um croquis da cidade de Cuiabá. Os estudantes puderam compreender melhor a construção do mapa como “leitores e mapeadores” conscientes e críticos questionando suas percepções, ampliando suas análises remetendo ao movimento da realidade e sua totalidade para compreender os processos de cada bairro, a cidade, que se preparava para uma reestruturação em função da “Copa do Mundo de 2014”. Esta atividade posteriormente refletiu uma compreensão mais ampla dos objetivos do mapeamento comunitário desenvolvido.

Objetivamente, deste bloco de aulas dois produtos cartográficos foram assimilados: os mapas “mentais” ou mapas do vivido e os croquis. Foram desenvolvidos conceitos fundamentais como: a estrutura do mapa: tema e problema (espaço-tempo); título; legenda; orientação; fonte; sistema de referências; orientação e localização. Caminho que amplia a leitura e a produção do mapa em suas determinações comunicativas, cognitivas e a brecha para desenvolvê-lo como instrumento de luta e prática política.

1.2.1.II. A Cartografia: Ciência/Técnica/Arte/Saber

Nos jornais, nas telas de televisão e nos inúmeros desenhos de sátira política, os chefes militares são sempre representados em frente aos mapas, para confirmar ou reafirmar àqueles que os olham o direito imprescritível ao poder sobre o território. Os motivos cartográficos continuam a ser aceitos como signos políticos na sociedade contemporânea. (Brian Harley)

Para compreender o processo que debate a “natureza” da cartografia que ora a situa como técnica, ora como arte, ora como ciência e ora como um saber, as aulas discutiram a História da Cartografia, considerando: suas definições por diversos autores²⁷ (incluindo a definição adotada pela Associação de Cartografia Internacional) e o debate teórico em duas perspectivas metodológicas distintas - a história da evolução de uma técnica e a história social da produção cartográfica.

Há inúmeras portas para a realização deste debate, como aponta Gomes (2004), portanto foram selecionados dois autores que didaticamente evidenciam duas formas distintas de compreensão da História da Cartografia: Brian Harley (1991) e Erwin Raisz (1969).²⁸ Objetivou-se questionar o status do mapa como representação fiel da realidade e do desenvolvimento da Cartografia como uma evolução linear que aprimora as formas de representação do espaço.

A partir do texto de Raisz (1969), considerado um clássico da sistematização do fazer cartográfico (um dos grandes manuais de cartografia), é delineado um desenvolvimento das técnicas cartográficas consideradas das “primitivas às avançadas”, chegando aos produtos de sensoriamento remoto (e hoje do geoprocessamento).

Apresentando de forma abundante a construção de mapas por diferentes povos, o mapa surge, segundo Raisz (1969), como uma demanda da mobilidade humana para a sobrevivência, a caça, a pesca e a sistematização de direções e distâncias coloca-se como conhecimento necessário para a sobrevivência. Paulatinamente o autor sugere que a necessidade humana de conhecer o planeta impulsiona o desenvolvimento técnico da cartografia, especialmente a partir dos

²⁷ Texto 08: Definições de cartografia. Algumas definições de cartografia. 4p. Digitalizado. Texto adaptado de uma compilação didática elaborada por Regina Araújo e Maria Elena Simielli trabalhado na disciplina de “Introdução à Cartografia” (1998).

Além dos textos também foi trabalhado o documentário: The great history of maps. BFC Productions & France 5. Dominique Lecourt e Eric Wastiaux. 2006.

²⁸ Texto 09: História da cartografia - RAISZ, E. (1969). A História dos mapas. Parte I. In: RAISZ, E. Cartografia Geral. Trad. Neide M. Schneider. 8ªed. Rio de Janeiro: Ed. Científica. p.7-46.

Texto 10: A nova história da cartografia - HARLEY, J. B. (1991). A nova história da cartografia. O correio da Unesco. São Paulo: FGV. A. 19, n. 8, p.4-9.

conhecimentos matemáticos gregos no tocante às dimensões terrestres, bem como de sua cartografia.

Raisz (1969) dedica-se em mostrar as bases da cartografia grega como o berço do desenvolvimento matemático da cartografia moderna, valorizando a sistematização do espaço cartesiano para o conhecimento territorial. Exibe detalhadamente os avanços da Cartografia Holandesa e Francesa, ressaltando a descoberta de instrumentos e a consolidação de marcos para a padronização dos sistemas de localização no globo terrestre.

O autor chama atenção ao fato de que alguns mapas “primitivos” apresentam conhecimentos técnicos cartográficos importantes, entretanto sua leitura infere que os mapas “primitivos” apresentavam erros graves de princípios cartográficos elementares o que parece eliminar a possibilidade de considerar estes mapas como representações cartográficas válidas.

O autor realiza uma análise a-histórica da própria História da Cartografia, pois desconsidera o contexto histórico e os conhecimentos necessários para a produção destes mapas, como por exemplo equivaler às relações espaços-temporais²⁹ de seu tempo a qualquer mapa, o que no texto é apontado como certa “ignorância do conceito de velocidade”, Raisz (1969, p.08):

Os homens primitivos são muito propensos a confundir a escala do tempo com a da distância: terminado um trajeto de 10 dias, viajando seis horas por dia, dividem a distância percorrida em partes iguais, embora houvessem percorrido com velocidades diferentes e, portanto, num dia percorreram o dobro do trajeto médio diário, e noutro apenas a metade do mesmo percurso (RAISZ, 1969, p.08).

Em algumas passagens do texto fica bem delimitada a leitura de superioridade de uma cartografia ocidental e eurocêntrica, correta e verdadeira, ainda que tenha que reconhecer avanços em outras produções cartográficas. Raisz (1969, p.10):

Na cartografia, como em tantas outras atividades, os chineses tiveram progresso, com tal independência do Ocidente, que mais parecem habitantes de outro planeta. A cartografia florescia na China quando a Europa balbuciava na Idade Média. A China já havia sido mapeada em detalhes, antes de qualquer europeu chegar lá (RAISZ, 1969, p.10).

Os valorizados mapas chineses “ricos e perfeitos” estão ligados à expansão e controle dos territórios conquistados pelo Império Chinês e, portanto devem ser amplamente considerados pela cartografia europeia. Outros mapas apresentados no texto aparecem como curiosidades antropológicas, que devem ser considerados apenas para demonstrar que a

²⁹ Ver a tese de doutorado de Ângela Massumi Katuta (2004) que realiza uma discussão interessante sobre as diferentes concepções de espaço e sua relação com a Cartografia.

Cartografia é tão importante quanto qualquer outra linguagem humana, por ser antiga e universalmente compreensível. Ainda como esclarece Harley (1991, p.06):

Nessa história comparada da cartografia, dava-se muita atenção aos aspectos matemáticos do traçado de mapas, à codificação dos princípios metodológicos cartográficos – como os de Pei Xiu (223-271), “pai da cartografia científica” – e ao surgimento de inovações técnicas, como planos quadriculados, escalas regulares, signos abstratos convencionais até curvas de nível, ou seja, a todos os aspectos correspondentes ao modelo ocidental de excelência cartográfica. Assim os mapas da dinastia Han encontrados numa tumba nas imediações de Changsha, na província de Hunan, foram aceitos pelos especialistas chineses e ocidentais como a confirmação de um precoce desenvolvimento científico da cartografia, convertendo-se em antepassados em linha direta do mapa moderno (HARLEY, 1991, p.06).

O caso da Cartografia Chinesa é um elemento interessante nos debates da História da Cartografia, também tratado no documentário Francês apresentado em aula (*The great history of maps*), pois há um ponto controverso sobre a abrangência do conhecimento chinês das terras continentais da América³⁰.

Apesar de Raisz (1969) perseguir uma neutralidade da História da Cartografia, a partir de uma leitura atenta do texto, é possível compreender que na medida em que as sociedades ampliam suas demandas de sobrevivência o mapa torna-se mais complexo, com intencionalidades bem marcadas em sua produção e representação. Agregam-se aos mapas não só a mobilidade, mas o domínio territorial, econômico, político, o domínio de homens sobre homens e as condições materiais e simbólicas necessárias para o desenvolvimento dos diferentes modos de produção.

³⁰ Europeus buscam comprovar que os mapas chineses apresentados com as terras da América que datam de períodos anteriores às Grandes Navegações são falsos, elaborados posteriormente. Chineses afirmam o conhecimento destas terras antes das Grandes Navegações e até mesmo antes de Cristo. O mais interessante é que uma busca rápida pela internet indica inúmeros textos e documentários, especialmente midiáticos, em que muitos historiadores ingleses assumiram a possibilidade dos chineses descobrirem a América. Assim como surgiram inúmeras teorias que afirmam que Vikings, Polinésios e até os Hebreus também chegaram antes.

Estes materiais sugerem que a China tem disputado ideologicamente a “descoberta do continente americano”, buscando mostrar uma supremacia tecnológica com história milenar, situando-a como potência mundial em diversos aspectos da vida social, assegurando uma geopolítica atual de crescimento e desenvolvimento da nação chinesa.

É uma verdadeira corrida pela re-descoberta da América por meio dos mapas, sejam a partir das representações espaciais ou os mapeamentos genéticos! São raras as notícias de que o processo tenha sido inverso, os povos indígenas americanos terem “descoberto” ou visitado a Europa ou a Ásia. Os mapas são apresentados como provas cabais dos levantamentos territoriais existentes antes de Colombo e, portanto do conhecimento planetário muito antes dos europeus decidirem partilhar a América para sua expansão territorial e o desenvolvimento da economia mercantil.

Todavia, estas pesquisas parecem amenizar os efeitos avassaladores da dominação europeia sobre o continente americano, evidenciando a capacidade humana de desenvolvimento técnico e de comunicação, com o objetivo de fascinar a todos sobre as possibilidades do domínio do planeta e da explicação naturalista da elaboração da raça humana, “sem desigualdades” só “diversas” entre si, com maiores ou menores disponibilidades de produção e fixação territorial.

Pouco se discute nestes meios os trabalhos sérios que avaliam os sentidos da descoberta da América ou de sua invenção, segundo o historiador mexicano Edmundo O’Gorman, em que se discute não meramente qual povo ocidental ou oriental chegou primeiro ao território “desconhecido”, mas o que foi produzido histórica e geograficamente a partir do momento em que se tomou consciência de sua existência.

O exame do texto de Raisz (1969) e o documentário desenvolveram uma leitura que considera o envolvimento das instituições que produzem dados espaciais e o aprimoramento das tecnologias para a precisão de localização de objetos e fenômenos com vistas ao planejamento e ao controle social, interessadamente, em diversos aspectos: o uso em viagens – das exploratórias às turísticas, um sistema de representações visuais que amplia a relação do homem com o território; levantamentos – de matérias primas e força de trabalho – voltados à leitura do território e sua dominação; e por fim trazer o mapa como um instrumento político para a gestão e divulgação do conhecimento.

Este debate é ampliado ao apresentar as ideias de Brian Harley (1991) que modifica a forma de “contar” a História da Cartografia, primeiro ao deslocá-la da visão euro-centrista, segundo, ao discutir os contextos da produção de mapas e pensar, em poucas palavras, o mapa como produto de uma cultura que expressa relações entre saber e poder:

A partir de leituras de autores como Erwin Panofsky, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida, Harley formulou um novo programa para a História da Cartografia. Convidou os pesquisadores a adotarem os conceitos e as posturas analíticas dos filósofos franceses na análise dos mapas (como o desconstrucionismo), a ver os mapas como imagens carregadas de juízo de valor, como um modo de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens.

Brian Harley apontou para as diferentes formas de traduzir as imagens cartográficas como representações culturais carregadas de mensagens políticas, seja nos seus conteúdos explícitos, nas distorções e ausências, nos signos convencionais ou no claro simbolismo das decorações de suas margens, cartuchos e vinhetas. Sublinhou também a necessidade de estudos mais aprofundados sobre cada contexto histórico específico, para compreender como o poder opera através do discurso cartográfico, e os efeitos desse poder na sociedade (GOMES, 2004, p.71).

Para Harley (1991) a Cartografia deixa de ser considerada como essencialmente europeia para ser reconhecida como “uma linguagem visual de todas as civilizações”, pois “ao substituírem o espaço real por um espaço analógico (processo básico da cartografia), os homens adquiriram um domínio intelectual do universo que trouxe inumeráveis consequências” Harley (1991, p. 05).

A apropriação da representação cartográfica significa a ampliação da capacidade de compreensão das dinâmicas espaciais em diversos aspectos da sociedade humana, para o autor o mapa deve ser compreendido em seus contextos de produção e nos sentidos dados pela sociedade que o constituiu.

Partindo da concepção de que cada sociedade tem ou teve sua própria forma de produzir imagens espaciais, chegamos a essa simples definição de mapa: “representação gráfica que facilita a compreensão espacial dos objetos, conceitos, condições, processo e fatos do mundo humano”. O motivo de uma definição tão ampla é facultar sua aplicação a todas as culturas de todos os tempos, e não apenas as da era moderna. Além disso, considerar mapas uma forma de “saber” em geral, ao invés de meros produtos de uma prolongada

difusão tecnológica a partir de um foco europeu, tal definição permite escrever uma história muito mais completa (HARLEY, 1991, p.07).

O autor coloca no centro do debate a dimensão cultural na produção dos mapas, e possibilita uma abertura ao alcance das perspectivas objetivas e subjetivas para a compreensão das representações e das concepções de espaço constituídas historicamente:

A história da cartografia começa, assim, a tomar um novo rumo, no qual cada cultura exprime sua particularidade. Isso traz duas grandes vantagens. A primeira, o entendimento progressivo de que a cartografia não é somente muito mais antiga do que se pensava, mas também, apesar das numerosas lacunas documentais, uma linguagem visual muito mais universal do que antes se acreditava. Ao se admitirem algumas deficiências da comparação intercultural e ao se ampliar a definição de “mapa” ao ponto de ela abranger, por exemplo, tanto as representações cosmológicas e celestes como as terrestres, as tradições cartográficas começam a se integrar onde antes havia espaços em branco na história da cartografia (HARLEY, 1991, p.07).

Assim, a segunda vantagem da nova história da cartografia consiste em permitir que entendamos muito melhor o objetivo da criação dos mapas. Poucos aspectos da atividade e do pensamento humanos deixaram de ser representados graficamente em alguma época. Quanto mais estudamos os mapas no âmbito das principais culturas do mundo, mais se amplia a lista das atividades a que foram consagrados – das mais práticas e prosaicas às aparentemente mais especulativas (HARLEY, 1991, p.08).

É importante salientar que nos anos 1980 Brian Harley não se fixa nos avanços tecnológicos da cartografia digital, apesar de ser um profundo conhecedor das técnicas de representação cartográfica, vai buscar na História da Cartografia uma “nova natureza dos mapas”, foca a produção social dos mapas e não somente as mensagens que são produzidas por ele.

Até então entre cartógrafos acadêmicos havia prevalecido a idéia de que os mapas eram , acima de tudo, uma forma de linguagem, e a cartografia como ciência deve descobrir e aperfeiçoar a gramática e a sintaxe da comunicação dos mapas segundo o modelo empirista de comunicação cartográfica. Desta forma, os cartógrafos acadêmicos americanos e europeus procuraram desenvolver a base intelectual do que eles esperavam que se tornasse uma disciplina diferente e distinta da geografia (...) Distanciando-se dos cartógrafos acadêmicos e de seus modelos de comunicação cartográfica, vários historiadores da cartografia explorada ao longo dos anos oitenta, anunciaram alternativas para compreender a natureza dos mapas (...) Harley, em particular, dirigiu-se ao estudo de mapas o como expressões de poder: " Nossa tarefa é buscar forças sociais que estruturaram mapeamento e, em seguida, localizar a presença do poder e seus efeitos, todo o conhecimento dos mapas " (HARLEY apud ANGEL, 2009, p.184/185).³¹

³¹ Segue o texto original: Hasta entonces entre los cartógrafos académicos había primado la idea de que los mapas eran -ante todo- una forma de lenguaje, y que la cartografía como ciencia debía descubrir y perfeccionar la gramática y la sintaxis de comunicación de los mapas según el modelo empirista de comunicación cartográfica. De esta manera los cartógrafos académicos norteamericanos y europeos buscaban desarrollar las bases intelectuales de lo que ellos esperaban se convertiría en una disciplina diferente y diferenciada de la geografía. (...) Distanciándose de los cartógrafos académicos y de sus modelos de comunicación cartográfica, varios historiadores de la cartografía exploraron a lo largo de la década de los ochenta diversas alternativas de entender la naturaleza de los mapas... Harley, en particular, abordó el estudio de los mapas como expresiones de poder: “Nuestra tarea es buscar las fuerzas sociales que han

Esta leitura supera a determinação comunicativa do mapa como forma (pois a Comunicação Cartográfica preocupou-se com a mensagem, a veiculação da mensagem, até mesmo escamoteando o contexto de produção da mensagem) por trazer um conteúdo não só às mensagens dos mapas, mas à sua produção. Pensando no encadeamento didático das aulas, faz com que os estudantes compreendam que o mapa é socialmente produzido e também é uma prática social.

A ampliação dos horizontes para compreender a História da Cartografia semeou nos estudantes de graduação a dúvida no tocante ao significado da evolução das técnicas cartográficas, anteriormente pensadas como um desenvolvimento “natural”, dissociada de interesses políticos e econômicos. Contudo, boa parte não compreendeu (ou assumiu política e metodologicamente) que o desenvolvimento tecnológico e a consolidação das representações espaciais determinadas pelas imagens de satélites, fotografias aéreas e mapas estatísticos veiculam uma determinada concepção de espaço e que hoje a cartografia é amplamente considerada como uma prática social e não somente uma técnica de desenho espacial.

Atualmente muitos estudiosos da História da Cartografia na América Latina assumem a cartografia como prática social:

Nas últimas décadas, multiplicaram os estudos que refletem sobre o tipo de imagens do mundo que oferecem os mapas e os pressupostos epistemológicos, fatores sociais e políticos envolvidos na produção, circulação e consumo de representações cartográficas. Isto permitiu desarticular algumas idéias naturalizadas sobre os mapas, especialmente as que os posiciona como produtos neutros, técnicos e transparente. A ruptura com estas visões tradicionais levou a um questionamento das práticas envolvidas na escrita os mapas, que, por sua vez, leva à suposição de que o mapa é uma forma textual e que a sua análise deve incluir uma análise do contexto e de suas condições de produção, mediações intelectuais, sociais e técnicas que existiam entre geografia e material e sua apresentação no mapa. **Neste sentido, a produção cartográfica é entendida como uma prática social**, que representa o conhecimento de uma época e se enquadra em um mundo social específico (ANGEL (2009, p.181). (Grifos acrescentados).³²

estructurado la cartografía para luego ubicar la presencia del poder, así como sus efectos, en todo el conocimiento de los mapas” (HARLEY apud ANGEL, 2009, p.184/185).

³² Segue o texto original: En las últimas décadas se multiplicaron los estudios que reflexionan sobre el tipo de imágenes del mundo que ofrecen las cartografías y sobre los supuestos epistemológicos, sociales y políticos involucrados en la producción, la circulación y el consumo de las representaciones cartográficas. Esto ha permitido desarticular ciertas ideas naturalizadas sobre los mapas, especialmente aquellas que los ubican como productos neutrales, técnicos y transparentes. La ruptura con esas posturas tradicionales ha derivado en un cuestionamiento sobre las prácticas de escritura implicadas en los mapas, lo que, a su vez, lleva a asumir que el mapa es una forma textual y que su análisis debe incluir un examen de su contexto y de sus condiciones de producción, las mediaciones intelectuales, sociales y técnicas que existieron y existen entre la geografía material y su presentación en el mapa. En este sentido, la producción cartográfica es entendida como una práctica social, que representa el conocimiento de una época y se encuadra en un mundo social específico (Fundamentación del I Simposio Iberoamericano de Historia de la Cartografía, Buenos Aires, Argentina, 2006, APUD ANGEL (2009, p.181).

Nesta aula é realizado um exercício com mapas antigos, em grupo, os alunos devem construir uma linha do tempo, buscando narrar “outra História da Cartografia”.

Em geral, os estudantes reproduzem o texto de Erwin Raisz, mesmo após toda a discussão realizada sobre a relação entre o desenvolvimento técnico da cartografia e a compreensão dos mapas a partir da História. Inúmeras vezes a impressão era a de que a professora não conseguia explicar-se: - Como assim “recontar uma História”? Não é só colocar os mapas na sequência correta?

Parece que para os estudantes é difícil assumir a História como categoria explicativa para os mapas, os mapas ainda são vistos como evoluídos ou não, ou os mapas dos diferentes povos são colocados como “visões” dos povos. Em raras oportunidades os alunos discutem os contextos das produções dos mapas. Geralmente os mapas com características iconográficas fortemente geopolíticas ganham alguma explicação conjuntural: a Guerra Fria; o domínio econômico Norte Americano, etc.

Em parte isto se deve pela dificuldade de compreensão do processo histórico para avaliar os contextos, uma lacuna do próprio conhecimento histórico elementar e em parte pela compreensão da História de forma linear. Há pouco esforço de pesquisa por parte dos alunos para explicar as concepções que os mapas revelam, suas intenções, seus deslocamentos e as representações do espaço que os mapas apresentam.

A articulação entre esta aula e a aula sobre a carta topográfica, apresentada adiante, garante o questionamento sobre a neutralidade e o mito do mapa científico.

1.2.1.II.1 Mapa: saber, poder, espaço de representações e representações do espaço

Na interlocução e debate realizado com Brian Harley³³, analisando dois de seus textos fundamentais: “Mapas, saber e poder” (1988/publicação de 2009) e *Deconstructing the Map* (1992), surgiu um caminho que conduziu ao entendimento do mapa como representação à luz de Henri Lefebvre (2006). Partiu-se da necessidade de compreender o mapa, historicamente, no

³³ Apesar de assumir Brian Harley como uma referência forte, trata-se de ousar situá-lo como um ponto de partida para uma construção teórica sobre a relação entre geografia e cartografia iniciada nesta oportunidade, leitura que se movimentará ainda ao longo de anos de trabalho e estudo. Portanto, não haverá aprofundamento a respeito dos filósofos por ele utilizados como Foucault, Derrida, Barthes, arriscando outro voo, a incursão no debate sobre a crise das representações e a relação entre sociedade e linguagem posta por Henri Lefebvre.

modo de produção capitalista, e não da busca de uma “natureza do mapa” em sua essência, ainda que os mapas possam conservar características que mantêm sua estrutura como “imagem” espacial.

Ao considerar o mapa como uma ‘construção social’ Harley fornece as chaves para a compreensão do mapa a partir e por meio das relações sociais que o produzem, estabelecendo novas relações e reproduzindo a si mesmo, a partir de diagnósticos e estratégias espaciais que consolidam e ao mesmo tempo abrem possibilidades de rupturas com o modo de produção capitalista. Contudo, há contrapontos necessários que serão colocados como questionamentos, a serem perseguidos após a “conclusão provisória” desta pesquisa.

Segundo Sebastián Angel (2009, p.186), geógrafo e historiador da cartografia colombiana, a grande contribuição de Brian Harley para a História da Cartografia, foi começar a mostrar:

(...) até que ponto as racionalidades e práticas cartográficas, incluindo o consumo de mapas, fazem parte da configuração do mundo e da realidade que a cartografia pretende refletir. Conseguiu mostrar como os mapas nunca são simples mediações miméticas entre uma realidade espacial e técnicas de representação desta realidade. A leitura convencional do mapa supunha que nada se interpunha entre o mapa e o espaço que representava e, portanto, que o objetivo principal de todo mapa era alcançar ser uma representação fiel da realidade. Porém, a evidência histórica mostrava a Harley que durante muito tempo os mapas funcionaram como geografias emancipatórias, que participavam da construção de um espaço geográfico sobre o que posteriormente enraizam as sociedades: **isto é, que os mapas como "modelos" da realidade têm o poder de construir ou participar da construção de certo tipo de ordens espaciais** (regiões, fronteiras, domínios, territórios, etc.).³⁴(Grifos acrescentados).

Isto é, o mapa como ideia materializa-se como ação. Este jogo se realiza dialeticamente, o mundo pensado só se realiza a partir da realidade objetiva (não é nem pensado e nem realizado fora do mundo vivido, ideias não são imanentes). Portanto, não se compreende o mapa somente a partir de uma ideia que se concretiza plenamente, mas a partir das relações entre as condições objetivas historicamente, economicamente, politicamente e socialmente determinadas que produzem o espaço, como “representações do espaço” e “espaços de representação”.

³⁴ Segue o texto original: (...) hasta qué punto las racionalidades y prácticas cartográficas, incluyendo el consumo de mapas, hacen parte de la configuración del mundo y de la realidad que la cartografía pretende reflejar. Logró mostrar cómo los mapas nunca son una simple mediación mimética entre una realidad espacial y unas técnicas de representación de esta realidad. La lectura convencional del mapa suponía que nada se interponía entre el mapa y el espacio que éste representaba, y por tanto, que el objetivo principal de todo mapa era lograr ser una representación fiel de la realidad. No obstante, la evidencia histórica mostraba a Harley que durante mucho tiempo los mapas han venido funcionando como geografías anticipatorias, que participaban de la construcción de un espacio geográfico sobre el que posteriormente ‘echan raíces’ las sociedades: esto es, que los mapas en tanto ‘modelos’ de la realidad tienen el poder de construir -o de participar de la construcción de- cierto tipo de órdenes espaciales (regiones’, ‘fronteras’, ‘dominios’, ‘territorios’, etc.) (ANGEL, 2009, p.186).

Homogêneo na aparência, (sua aparência faz sua força) o espaço abstrato não tem nada de simples. Revelamos, em primeiro lugar, as dualidades constitutivas. Ele se duplica: resultado e continente, produto e produtivo, - por um lado representação do espaço (a homogeneidade geométrica), por outro, espaço de representação (o fático). Desta dualidade, a coincidência suposta dos formantes mascara a duplicidade. Por um lado ele ainda é campo de ação prática, e por outro conjunto de imagens, signos, símbolos. Por um lado, ilimitado por ser vazio e por outro povoado de vizinhanças, de proximidades (proxemias), de distâncias afetivas e de limites. Portanto ele é ao mesmo tempo vivido e representado – expressão e suporte de uma prática – estimulante e restritivo, um pelo outro (estes “aspectos” não coincidindo), etc. Mas três termos aparecem imediatamente: o percebido, o concebido, o vivido – a prática, as representações (duplicadas) (LEFEBVRE, 2006b, p.83).

Os debates estimulados por Brian Harley tanto para a análise de uma nova “História da Cartografia”, quanto para desvendar a “Natureza do mapa”, auxiliam-nos a depreender como o mapa expressa e veicula o poder, considerando que suas relações são forjadas historicamente a partir das práticas econômicas e políticas. De igual maneira, indicam como o mapa revela a prática social.

Harley (2009 original de 1988) enfoca o modo como os contextos políticos e o exercício do poder estruturam o conteúdo dos mapas e como a comunicação cartográfica, num nível simbólico, pode reforçar este poder por intermédio do conhecimento cartográfico.

Sugere que elementos fundamentais do mapa, como a iconologia (símbolos) e a escala, revelam o contexto político da época na qual o mapa foi produzido a partir das objetivações do poder, como por exemplo formações de impérios e consolidação de regimes políticos, normas e regras sociais.

Portanto, os mapas utilizados como ferramentas para o exercício do poder foram capazes de antecipar impérios, legitimando a conquista e o império, tornando-as verdades inquestionáveis. A partir de mitos materializados nos mapas, valorizam-se as “qualidades” dos dominadores, os sistemas hierárquicos, naturalizando a soberania de uns povos sobre outros. Remodela e institui novas relações sociais a partir de características físicas e humanas expressas no mapa, ressignificando-as segundo os objetivos políticos de quem produz o mapa. Ao mesmo tempo há conteúdos deliberadamente representados que fortalecem as relações de domínio e representações “inconscientes”, por parte dos cartógrafos, mas que revelam os valores da sociedade que produz o mapa, que serão evidenciados no processo de desconstrução do mapa, proposto em Harley (1989).

O cartógrafo então reproduz as relações sociais de produção e a representação assume o lugar do representado: “A palavra e o signo substituem a sensação e a emoção vividas. O dinheiro substitui, na e pela troca, as coisas e as relações” (LEFEBVRE apud LUTIF, 1996, p.88). O mapa realiza o território do império, o espaço produzido e o que se pretende produzir. O que representa está presente e ausente

na representação. Neste sentido o mapa define território dissimulando a realidade social, de acordo com o espaço concebido, um novo espaço a ser produzido, desejado e firmado politicamente, seja em acordos ou conquistas:

No século XIX, quando os mapas foram institucionalizados e relacionados à expansão da geografia como disciplina, seus efeitos de poder se manifestam novamente no crescimento permanente do imperialismo europeu. A corrida à África, que permite às potências europeias fragmentar a organização territorial indígena, tornou-se um exemplo clássico desses efeitos. E, no século XX, com a divisão da Índia, efetuada pela Grã-Bretanha em 1947, pôde-se ver como um traço de lápis sobre um mapa podia determinar a vida e a morte de milhões de indivíduos. Existem inúmeros contextos nos quais os mapas tornaram-se a moeda de “negociações” políticas, de divisões, vendas e tratados feitos sobre o território coloniais, e nos quais, uma vez tornados permanentes pela imagem, estes mapas adquiriam frequentemente força de lei (HARLEY, 2009, §16).

Não apenas os mapas militares facilitam a condução técnica da guerra, mas também eles atenuam o sentimento de culpa que esta condução produz: as linhas silenciosas da paisagem de papel favorecem a idéia de um espaço socialmente vazio (HARLEY, 2009, §20).

Estes mapas (elaborados no exercício do poder) propõem-se como imagens totalizantes, que procuram suprir outras possibilidades espaciais concretas. Por conseguinte, para analisar os mapas hegemônicos, é preciso considerar a relação entre a objetividade e a subjetividade social:

As referências individuais se realizam socialmente. A localização, para os indivíduos, de instrumentos e lugares de trabalho (aí incluído naturalmente os percursos) não exclui a representação por símbolos e signos da hierarquia das funções. Ao contrário: um inclui o outro. A base de um modo de vida contém e dá forma a este modo de vida. A posição (localização) em relação à produção (ao trabalho) *compreende* as posições e funções no mundo da produção (a divisão do trabalho), mas também a hierarquia das funções e trabalhos. O *mesmo* espaço abstrato pode servir ao lucro, privilegiar certos lugares organizando sua hierarquia, estipular a segregação (para uns) e a integração (para outros). As estratégias têm diversos “alvos”, visando este ou aquele objeto, com esta ou aquela aposta, estes recursos ou aqueles. O *espaço de trabalho* tem seus aspectos complementares: atividade produtora, lugar no modo de produção. A relação com as coisas no *espaço* implica a relação *ao espaço* (as coisas no espaço dissimulam as “propriedades” do espaço como tal); o espaço valorizado por este símbolo é também o espaço *reduzido* (homogeneizado) (LEFEBVRE, 2006b, p.22).

Deste modo a *prática espacial* define simultaneamente os lugares, a relação do local ao global – uma representação destas relações – ações e signos – espaços cotidianamente banalizados e espaços privilegiados, afetados por símbolos (favoráveis ou desfavoráveis, benéficos ou maléficos, autorizados ou defendidos a tal grupo). Não se trata de lugares psíquicos ou literários, de “topoi” filosóficos, mas de lugares políticos e sociais (LEFEBVRE, 2006b, p.22).

Parafraseando Lefebvre (2006b, p.22), estas imagens se apreendem, se concebem como uma imagem totalizante, reunindo e concentrando o que se dispersa ao seu redor. Dá lugar a uma representação do espaço, o que homens (ou a elite) concebe que não é tal qual é o espaço, mas algo mais vasto, sua representação do espaço inteiro, terra, mundo. Contudo, nos espaços cotidianos (na cidade ou no campo) se formarão espaços de representação: as mulheres, os

servidores e os escravos, as crianças terão seu tempo e seus espaços. O livre cidadão, soldado político se representa a ordem do mundo incorporada espacialmente, figurada em sua cidade. O campo militar, espaço instrumental obedece a um outro ordenamento.

Harley (2009) demonstra como as distorções cartográficas partem de uma concepção do que sejam “não-distorções”, inseridas no mesmo contexto político totalizante, o qual o cartógrafo poderá criticar e tentar corrigir, ainda assim estará reforçando a prática do poder.

Uma vez admitida a onipresença do simbolismo, a ruptura tradicional na elaboração dos mapas, entre uma fase “decorativa” e uma fase “científica”, aceita por muitos historiadores da cartografia, torna-se um mito. Longe de ser incompatível com um poder simbólico, a maior precisão da medida se intensifica. A precisão se torna um novo talismã da autoridade (HARLEY, 2009, §49).

Para Harley (2009) há três aspectos fundamentais destas distorções:

- A geometria dos mapas: uso de projeções e disposição dos elementos no mapa evocando e evidenciando valores culturais e sociais;
- Os silêncios nos conteúdos dos mapas: identificando o jogo de poder que exerce influências sociais;
- As tendências à hierarquização na representação cartográfica: as convenções cartográficas partem de certa hierarquização do mundo, a valorização de instituições, objetos e pessoas da sociedade vigente.

Tais aspectos, sob o foco desta pesquisa, estabelecem contraditoriamente a presença/ausência das relações sociais que produzem o mapa engendrando representações que substituem o representado, criando “realidades” e/ou a manifestando uma lógica espacial produzida pela sociedade vigente. O cartógrafo, mesmo que de forma inconsciente, retira do mapa elementos que “a sociedade não valoriza”, por exemplo, o detrimento da pequena à grande propriedade, mapas que revelam uma cidade por vultosas obras arquitetônicas e não por bairros periféricos.

Naturaliza-se uma lógica espacial, a partir de uma forma de ver o mundo em determinado contexto histórico (ou seja, para os europeus a América era um espaço a ser conquistado, vazio, sem gente, somente com recursos naturais a serem explorados e territórios a serem conquistados).

Este exemplo do papel desempenhado no passado pelos mapas para fabricar um mito não têm nada de excepcional. Os mapas cadastrais, ainda que construídos a partir de um levantamento topográfico instrumental, simbolizavam uma estrutura social fundada sobre a propriedade fundiária. Os mapas dos condados e das regiões, mesmo elaborados graças à triangulação, articulavam os valores e os direitos locais. Os mapas dos Estados-nações, mesmo construídos ao longo dos arcos dos meridianos, veiculavam um simbolismo de um conjunto de ideias nacionalistas. Os mapas mundiais, ainda que cada vez mais desenhados a partir de projeções estabelecidas com ajuda matemática, não representavam menos as distorções extraordinárias na representação das colônias de ultra-mar. Mesmo os mapas celestes, observados com os telescópios cada vez mais potentes, comportavam imagens de constelações que evocavam as guerras de religião e dinastias políticas do mundo terrestre. Se é prematuro afirmar que quase todos os mapas contêm um símbolo político, os argumentos não faltam, à primeira vista, para fazer tal generalização (HARLEY, 2009, §52).

Esta leitura de Brian Harley permite compreender o mapa como uma prática social. No Brasil suas leituras focam nas relações culturais dos povos, na dimensão discursiva do mapa e em alguma medida no poder como categoria fundamental da análise cartográfica. Categorias analíticas reforçadas por Harley em seu artigo “Deconstructing the map” (1989).

Harley (1989, p. 02) concilia dois autores, Foucault e Derrida, a partir de uma análise hermenêutica e da desconstrução do mapa evidenciar suas relações de poder. Assume que a desconstrução do mapa partirá de uma perspectiva pós-moderna, em que a cientificidade não assumirá somente ‘regras da ordem da geometria e da razão, mas também das normas e valores da ordem de Social’. A desconstrução objetiva ‘procurar as forças sociais que estruturaram cartografia e para localizar a presença do poder e seus efeitos em todo o conhecimento do mapa’.

A partir da desconstrução é possível desvendar a retórica do mapa, associar a leitura do mapa aos modos de olhar o mundo:

Desconstrução nos incita a ler entre as linhas do mapa, "nas margens do texto", através de suas alegorias descobrir os silêncios e contradições que desafiam a honestidade aparente da imagem. Começamos a aprender que os fatos cartográficos são apenas fatos dentro de uma perspectiva cultural específica. Começamos a entender como mapas, como a arte, longe de ser "uma abertura transparente para o mundo", são "um modo particular humano de olhar o mundo" (HARLEY, 1989, p.03).³⁵

Fundamenta-se na compreensão foucaultiana da relação entre sociedade, saber e poder, considerando o mapa como uma forma de conhecimento e uma forma de poder, assim um saber assimilado pelo poder. Coloca-se como uma forma de sistematização do saber espacial, apresentado

³⁵ Texto original: Deconstruction urges us to read between the lines of the map—"in the margins of the text"—and through its tropes to discover the silences and contradictions that challenge the apparent honesty of the image. We begin to learn that cartographic facts are only facts within a specific cultural perspective. We start to understand how maps, like art, far from being "a transparent opening to the world," are but "a particular human way of looking at the world" (HARLEY, 1989, p.03).

como ‘recurso de autoridade’ (Anthony Guiddens) e se coloca como fundamental instrumento de controle espacial:

Assim como o historiador pinta a paisagem do passado com as cores do presente, o geômetra, conscientemente ou não, **não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político**. Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja, um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder. Da mesma forma, pode acontecer que algumas implicações práticas dos mapas caiam também na categoria que Foucault qualifica como atos de vigilância, sobretudo aqueles guerra, (sic) à propaganda política, à delimitação de fronteiras ou à preservação da ordem pública (HARLEY, 2009, §07).

Os mapas(...) facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumentos de vigilância, eles se prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta. Nos tempos modernos, quanto mais a administração do Estado é complexa, mais suas ambições territoriais e sociais são ampliadas, e maior será sua demanda por mapas (HARLEY, 2009, §08).

Em todo estudo iconológico, é somente graças ao contexto que se pode discernir corretamente a significação e suas influências. O contexto pode ser definido como as circunstâncias nas quais os mapas foram elaborados e utilizados. Numa analogia com a “situação de fala” num estudo linguístico, isto implica reconstruir os quadros físicos e sociais que determinaram a produção e o consumo dos mapas, os acontecimentos que conduziram a essas ações, a identidade dos produtores e dos usuários dos mapas, e a maneira como eles percebiam o ato de produzir e utilizar os mapas num mundo socialmente construído. Estes detalhes podem nos revelar não apenas os motivos que sustentam os eventos cartográficos, **mas também os efeitos que os mapas tiveram e a carga de informação que eles veiculam em termos humanos** (HARLEY, 2009, §10). (Grifos acrescentados).

O que significa o mapa ser um produto social? Como compreender esta sociedade? A partir de qual organização? Diferentes grupos sociais? Ou uma sociedade de classes? Aqui situa-se o mapa e análise na qual se perseguirá a produção de mapas no modo de produção capitalista.

Por conseguinte, questiona-se: Os mapas são saberes dominados exclusivamente por uma classe social utilizados para a manutenção do status quo? Ou eles têm historicamente, no modo de produção capitalista, sido capturados pela elite e realizados com um saber-poder? Há a possibilidade da elaboração de mapas produzidos pelas diferentes classes sociais? Só há um tipo de mapa? Em que medida mapas produzidos por outras classes reproduzem ou não reproduzem os mecanismos da sociedade de controle? É possível apreender ou remeter-se a partir dos mecanismos de controle social (ou regras) o movimento (ou lógica?) da produção do espaço?

Harley (1989) utiliza-se da análise do discurso, a partir de Foucault, para desvendar as regras que regem a sociedade:

Quais regras permitem certas declarações feitas; o que governa a ordem destas declarações; o que as regras nos permitem identificar algumas afirmações como verdadeiras e outras como falsas, quais regras permitem a construção de um mapa,

modelo ou sistema de classificação, que regras são reveladas quando um objeto do discurso é modificado ou transformado... Sempre que conjuntos de regras deste tipo podem ser identificados, estamos lidando com uma formação discursiva ou discurso. Mark Philp, 'Michel Foucault.' In Skinner, *The Return of Grand Theory*: Apud HARLEY (1989, p.03).³⁶

De igual maneira o autor procura desvendar quais são as regras que regem o desenvolvimento da cartografia, admitindo a Cartografia como um corpus de conhecimento para a produção de mapas que se desenvolve de formas diferentes de acordo com as sociedades que a elabora, associando o mapa a duas formas de elaboração: uma técnica e outra cultural.

A questão fundamental para nós torna-se então: "Que tipo de regras tem regido o desenvolvimento da cartografia? Cartografia eu defino como um corpo de conhecimentos teóricos e práticos que cartógrafos empregam para a construção de mapas como um modo distinto de representação visual. A questão é, claro, historicamente específica: **as regras de cartografia variam em diferentes sociedades**. Aqui me refiro particularmente a dois conjuntos distintos de regras que fundamentam e dominam a história da cartografia ocidental desde o século XVII. Um conjunto pode ser definido como governando a **produção técnica de mapas** e estão explicitadas nos tratados cartográficos e escritos da época. O outro conjunto diz **respeito à produção cultural de mapas**. Estas devem ser entendidas em um contexto histórico mais amplo do que qualquer procedimento científico ou técnico. Eles são, além disso, as regras que são geralmente ignorados pela cartografia de modo que eles formam um aspecto oculto do discurso (HARLEY, 1989, p.04).³⁷

É possível dissociar as regras que regem a Cartografia em dois conjuntos dissociados? Ou as regras científicas e técnicas deveriam de igual modo ser compreendidas num sentido histórico mais amplo? Do que poderemos tratar, de regras da sociedade ou de uma lógica que produz o espaço?

O espaço de uma ordem se esconde na ordem do espaço. Procedimentos operacionais, ação de um poder localizado em si mesmo, resultam aparentemente de uma simples lógica do espaço. Existem beneficiários do espaço, e – excluídos “privados de espaço”; esta situação se atribui às “propriedades” de um espaço, a suas “normas”, enquanto se trata de algo bem diferente (LEFEBVRE, 2006b, p.84).

Como isso é possível? Como pode a abstração esconder tantas capacidades, tanta eficácia, tanta realidade? A esta urgente questão, eis a resposta em fase de formulação e

³⁶ Texto original: What rules permit certain statements to be made; what rules order these statements; what rules permit us to identify some statements as true and others as false; what rules allow the construction of a map, model or classificatory system, what rules are revealed when an object of discourse is modified or transformed ... Whenever sets of rules of these kinds can be identified, we are dealing with a discursive formation or discourse (HARLEY, 1989, p.03).

³⁷ Texto original: The key question for us then becomes, "What type of rules have governed the development of cartography? Cartography I define as a body of theoretical and practical knowledge that map-makers employ to construct maps as a distinct mode of visual representation. The question is, of course, historically specific: the rules of cartography vary in different societies. Here I refer particularly to two distinctive sets of rules that underlie and dominate the history of Western cartography since the seventeenth century. One set may be defined as governing the technical production of maps and are made explicit in the cartographic treatises and writings of the period. The other set relates to the cultural production of maps. These must be understood in a broader historical context than either scientific procedure or technique. They are, moreover, rules that are usually ignored by cartographers so that they form a hidden aspect of their discourse (HARLEY, 1989, p.04).

de demonstração: *há uma violência inerente à abstração*, a seu uso prático (social). A abstração passa por uma “ausência” oposta à “presença” concreta dos objetos, das coisas. Nada de mais falso. A abstração atua através da demolição, da destruição (que ocasionalmente ensaia a criação). Os sinais têm algo de mortal, não devido às “latências” e às forças ditas inconscientes, mas ao contrário devido à introdução forçada da abstração na natureza. A violência não vem de uma força que interviria ao lado da racionalidade, por fora dela ou além. Ela se manifesta a partir do momento em que a ação introduz o racional no real, do exterior, através do instrumento, que sempre bate, parte, corta, repete a agressão até que seu propósito seja atingido. Pois o espaço é instrumental: o mais geral dos instrumentos. O espaço agrário, que o viajante contempla descobrindo o natural, resulta de uma primeira violação da natureza. A violência se desdobra ao longo do que se denomina “história”, precedentemente resumida com ênfase no lado frequentemente omitido (LEFEBVRE, 2006b, p.85).

Nesta passagem Lefebvre (2006) chama atenção para o esvaziamento do espaço concreto pelo espaço abstrato, a partir da violência das representações. Se o espaço de uma ordem se esconde na ordem do espaço, as regras da sociedade de controle só pode ser entendida na relação com a lógica que rege esta sociedade. Portanto, não se trata de culturas diferentes, mas de algo mais amplo.

A análise social, na presente leitura, deverá admitir uma compreensão da vida cotidiana na sua totalidade e não meramente do Estado Burguês (menos ainda de um Estado fora do mercado). Os sistemas sociais citados por Harley em alguns momentos parecem pairar em suas essencialidades, sempre balizando o mapa como controle territorial e de poder.

Nesta leitura entende-se que o mapa não se constitui um mero instrumento de poder isento de interesse de classe. Compreende-se que o Estado constitui o poder político institucionalizado para favorecimento dos interesses da classe dominante. Neste sentido sua essencialidade é instrumental a esta classe que tem o controle do poder.

Porque os mapas são importantes? Para controlar o que? Para quê? As análises parecem destituídas das relações sociais de produção, do modo de produção. Apreendemos que os mapas ordenam os territórios conforme os processos de estruturação produtiva da sociedade historicamente vigente. Ao mesmo tempo em que isto parece estar nas propostas de Harley, parece não aprofundar-se.

Neste sentido, apesar de inicialmente assumir junto à Harley o mapa como uma dimensão da cultura: “'Texto” é certamente uma metáfora melhor para os mapas do que o espelho da natureza. Os mapas são um texto cultural. Ao aceitar sua textualidade, somos capazes de abraçar

uma série de diferentes possibilidades interpretativas' Harley (1989, p.07).³⁸ Avalia-se que a perspectiva da análise do discurso é importante, mas é possível ir além.

O ato interpretativo de desconstruir o mapa apresenta três funções em uma ampla investigação sobre a história da cartografia. Em primeiro lugar, nos permite desafiar o mito epistemológico (criado por cartógrafos) do progresso cumulativo de uma ciência objetiva sempre produzindo melhores delineamentos da realidade. Em segundo lugar, o argumento desconstrucionista nos permite redefinir a importância histórica de mapas. Ao invés de invalidar seu estudo, é reforçada pela adição de diferentes nuances para a nossa compreensão do poder da representação cartográfica como uma forma de construir ordem em nosso mundo. Se pudermos aceitar intertextualidade, então podemos começar a ler os nossos mapas como alternativas e discursos, por vezes concorrentes. Em terceiro lugar, a desconstrução pode permitir à história do mapa um lugar de destaque nos estudos interdisciplinares de texto e conhecimento. Estratégias intelectuais como os de discurso no sentido foucaultiano, a noção derridiana de metáforas e retórica como inerente ao discurso científico, e que permeia o conceito de poder-conhecimento são compartilhados por muitos assuntos. Como formas de olhar para os mapas são igualmente enriquecedoras. Eles não são nem inimiga da investigação hermenêutica nem anti-histórico em seu impulso. Pelo desmantelamento nós construímos. As possibilidades de descoberta de significado em mapas e de traçar os mecanismos sociais de mudança cartográfica são ampliadas. O pós-modernismo oferece um desafio para ler mapas de uma forma que possam enriquecer reciprocamente a leitura de outros textos (HARLEY, 1989, p.15)³⁹

A história dos mapas, como a de outros símbolos culturais, pode ser interpretada como uma forma de discurso: deve-se encarar os mapas como sistemas de signos incomparáveis, nos quais os códigos podem ser ao mesmo tempo imagéticos, lingüísticos, numéricos e temporais, e como uma forma de saber espacial. Não é difícil proceder generalizações sobre o papel mediados dos mapas no pensamento ou na ação política e de reter seus efeitos em termos de poder. Tanto por meio de seu conteúdo como de seus modos de representação, a confecção e utilização dos mapas foi invadida pela ideologia. Mas estes mecanismos só podem ser compreendidos em situações históricas particulares. As conclusões gerais que seguem devem ser tomadas como idéias preliminares antes de uma pesquisa mais ampla.

São duas questões centrais postas por Harley (1989; 2009) que discutimos: o desconstrucionismo, a partir da análise do discurso e a questão cultural, como deslocamento das

³⁸ Texto original: 'Text' is certainly a better metaphor for maps than the mirror of nature. Maps are a cultural text. By accepting their textuality we are able to embrace a number of different interpretative possibilities. HARLEY (1989, p.07)

³⁹ The interpretive act of deconstructing the map can serve three functions in a broad enquiry into the history of cartography. First, it allows us to challenge the epistemological myth (created by cartographers) of the cumulative progress of an objective science always producing better delineations of reality. Second, deconstructionist argument allows us to redefine the historical importance of maps. Rather than invalidating their study, it is enhanced by adding different nuances to our understanding of the power of cartographic representation as a way of building order into our world. If we can accept intertextuality then we can start to read our maps for alternative and sometimes competing discourses. Third, a deconstructive turn of mind may allow map history to take a fuller place in the interdisciplinary study of text and knowledge. Intellectual strategies such as those of discourse in the Foucauldian sense, the Derridian notion of metaphor and rhetoric as inherent to scientific discourse, and the pervading concept of power-knowledge are shared by many subjects. As ways of looking at maps they are equally enriching. They are neither inimical to hermeneutic enquiry nor anti-historical in their thrust. By dismantling we build. The possibilities of discovering meaning in maps and of tracing the social mechanisms of cartographic change are enlarged. Post-modernism offers a challenge to read maps in ways that could reciprocally enrich the reading of other texts (HARLEY (1989, p.15).

relações sociais de produção. Apesar das indicações analíticas iniciarem a compreensão do mapa socialmente produzido, há uma divergência de método.

Esta leitura sugere que a noção de desconstrução e o pós-modernismo ao focarem as interpretações a partir da desmontagem do discurso não atingem a raiz das relações sociais. Em muitas oportunidades situam o fato como uma ocorrência interpretativa e não situam as interpretações, ou os discursos, no campo dos conflitos ideológicos e políticos que dissimulam a desigualdade e a injustiça social estruturada em uma sociedade de classes. Não assumiremos como fundamento filosófico os discursos de forma isolada, evocaremos também as mediações.

Embora a pós-modernidade se apresente como restituidora do sujeito o deslocamento da realidade para o sujeito enunciador, enquanto categoria de análise, a coloca, em condição paradoxal. O que se observa é uma hipóstase, uma inversão de categorias analíticas, na qual o Outro se constitui o Mesmo - o Outro se institui como resultante do discurso para dar força a este. A enunciação, antes de confirmar-se como dialógica, reforça o monologismo. O Sujeito posto como particular, plural e diferente se metamorfoseia paradoxalmente no universal porque cidadão, porque comum: comunidade, em contraposição à concepção sociológica de classe social. Contraditoriamente, sob o signo da identidade, prega-se um sujeito indefinido, de caráter plural, justificado no rótulo do uno, unicidade (CONCEIÇÃO, 2013, p. 39).

Isto significa situar a relação entre o cartógrafo, a realidade e o mapa em outros termos, nem no empirismo (realidade imediata), nem no racionalismo (realidade mediata). Nestes termos ou o mapa coloca-se ou como tudo o que existe, pois está no campo do sensível ou aparece como a intuição necessária à explicação da razão que captura as essências da realidade. Segundo Lefebvre (1983):

A impressão sensível (**a sensação**) é conhecimento apenas enquanto é uma ausência de conhecimento; ausência pressentida ou sentida como uma necessidade de ir adiante no conhecimento. **Indica a coisa a conhecer e não aquilo que a coisa é.** Aponta para o “ser” em geral de cada coisa, **que ela é**, não o que ela é. Dificilmente a sensação entra no conhecimento propriamente dito, embora seja o seu necessário ponto de partida.

Quanto à intuição dita racional, ela supõe que a **razão “é” alguma coisa: uma substância, uma realidade isolável.** Mas, se a forma racional, no limite do conteúdo, se desvanece (a forma lógica pura é apenas tautologia, repetição, abstração vazia), e se, por outro lado, o movimento da razão concreta não é mais do que o movimento do conteúdo, em seu conjunto e unidade, então desaparece qualquer fundamento para uma pretensa “intuição racional” de ideias inatas ou de verdades evidentes (LEFEBVRE, 1983, p.106).

Em ambos os casos o mapa é compreendido como a naturalização de um conhecimento espacial, fiel à realidade, quer seja a partir da descrição dos objetos, quer seja a partir da captura das essências dos fenômenos. Podem ser compreendidos como mediações, pois não apresentam diretamente uma realidade dada pelo mundo sensível nem pela revelação inata da razão.

Ora, o real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores (CHAUÍ, 1980, p. 07).

É preciso considerar o mapa historicamente como uma mediação de mediações, como as instituições que o produzem, os objetivos os quais lhe são aferidos, os alcances desejados e por fim a compreensão que se consolida a partir do movimento que torna esta mediação um imediato superior, mediação assimilada que pode superar uma construção do conhecimento ou naturalizar explicações sobre a realidade.

A sensação é o imediato, o primeiro imediato, o aqui e agora em estado bruto. A percepção, que resulta de uma atividade prática e de um trabalho de entendimento, que já supera as sensações, já as unifica racionalmente, já lhes acrescenta recordações, etc., a percepção é um conhecimento mediato. Mas, o imediato, a sensação apropria-se diretamente desses conhecimentos adquiridos, mediatos. Não existem duas operações distintas, dois tempos diferentes na captação dos seres sensíveis: a sensação e, posteriormente, a percepção. A sensação torna-se um *momento interno*, um elemento da percepção tomada com um todo. Isso significa que o *mediato, por sua vez, torna-se imediato*. (...) o imediato superior *retira sua verdade de sua objetividade* mais elevada; ele é um “*verum index sui*” (Spinoza); e a verdade que ele implica e envolve lhe advém do fato de que penetrou nas coisas. É um grau superior de conhecimento (LEFEBVRE, 1983, p.107/108).

Por conseguinte, compreende-se por mediação a relação contraditória entre a captura do sensível, nossa percepção e a realidade concreta. Ou seja, o movimento entre aquilo que capturamos a partir dos sentidos, aquilo que nos é dado a perceber e aquilo que constitui a realidade, em movimento, que não percebemos e nem capturamos imediatamente. Assim, nem o puro empirismo, nem o puro racionalismo é capaz de conhecer a realidade concreta se não considerar as mediações:

O espaço social é múltiplo: abstrato e prático, imediato e mediato. O espaço religioso não desaparece diante do espaço do comércio; ele permanece, e por muito tempo, o espaço da palavra e o do saber. Ao seu lado, e mesmo nele, existem sítios e lugares para outros espaços, o das trocas, o do poder. As representações do espaço e os espaços de representação divergem, sem dissolver a unidade do conjunto.

As persistências no espaço não permitem portanto somente ilusões ideológicas duplas (opacidade-transparência), mas retornos e substituições muito mais complexas. E é assim que o espaço social se expõe ou se explica *parcialmente* por um processo significante intencional, uma série ou superposição de códigos, uma implicação de formas. Os movimentos dialéticos ultrapassam e sobrecodificam as classificações e codificações encaixadas, as implicações lógicas. Aqui, trata-se de movimentos: “*imediatez-mediações*” e/ou relativo-absoluto (LEFEBVRE, 2006b, p.53).

Significa que esta mediação – o mapa, não apresenta a totalidade, mas remete-se a ela. Assim, buscamos não compreender o mundo através do mapa exclusivamente a partir das relações de poder, mas também buscamos nas representações do mundo o desejo e as necessidades humanas. Ou melhor, as representações remetem-se ao poder, ao desejo e à necessidade em conflito, e os mapas como representações mediam estas relações que são sociais a partir da apresentação das condições objetivas (e também subjetivas) que possibilitam ou impedem tais relações.

Assim, o poder não pode ser compreendido como sentido único a ser desvendado pelo discurso, circunscrito por suas regras e objetivos de dominação. Segundo Lefebvre (1966, p.286) a estrutura de sentidos é subordinada à conjuntura, aos resíduos e ao processo histórico:

Atingimos, com o sentido, a unidade da forma e do conteúdo, dos significantes e dos significados, estes últimos predominantes. Quanto aos universais, a análise revela neles ideologias. Essa análise não pode efectuar-se só a partir da linguagem, nem só pela diligência linguística ou sociológica. É indispensável uma diligência analítica e crítica, que retoma o ‘espírito filosófico’ mas já não é exactamente o espírito dos filósofos. Esta diligência crítica, por outro lado, realiza-se perpetuamente na vida quotidiana e na prática.

Aqui fica a interlocução necessária para o debate da objetividade/subjetividade, pois o sujeito produz representações a partir do mundo que o constitui e ao mesmo tempo objetiva o mundo que almeja. Para Harley o cartógrafo passa a mensagem que quer, mas o leitor pode se apropriar não só desta mensagem, mas também da interpretação do mundo, assim, o leitor se apropria do discurso sobre o mundo.

Todavia compreende-se que se trata de discutir para além de quem ficará com o poder ou com o território, trata-se de destituir a própria relação de poder. E este é o nó, pois o assentamento ou qualquer outro território de uma comunidade coloca-se dentro da lógica da produção espacial capitalista e, portanto na disputa do território e do poder.

A reprodução das relações de produção funciona plenamente na e pela ruptura dos laços sociais, o espaço simbólico da familiaridade (família e vida cotidiana) vencendo-o, sozinho “apropriado”. Isso só é possível pelo reenvio perpétuo das *representações do espaço* (os mapas e planos, os transportes e comunicações, as informações por imagens ou por signos) ao *espaço de representação* (a natureza, a fecundidade) numa prática cotidiana *familiar*. O reenvio de um a outro, a oscilação tem um papel ideológico, se substituindo à ideologia distinta. O espaço é tanto mais aprisionado quanto ele foge à consciência imediata. Donde talvez a passividade dos “usuários”. Só uma “elite” discerne as armadilhas e nelas não cai. O carácter elitista das contestações e das críticas pode assim se compreender. Durante esse tempo, o controle social do espaço pesa sobre os usuários que não recusam a familiaridade do cotidiano (LEFEBVRE, 2006 b, p.06).

Portanto, se nos dispusermos a compreender a “natureza do mapa” assegurada historicamente e não como algo que paira no tempo, é preciso compreender uma totalidade concreta e não uma totalidade indiferenciada.

Se o mapa for assim compreendido, o poder e o discurso são categorias importantes para pensar o mapa no modo de produção capitalista, mas são categorias conjunturais, historicamente realizadas. Mas se o compreendermos como representação, poderemos alcançar para além de suas mensagens: seus contextos, práticas sociais que engendram as representações e as práticas sociais que são por elas engendradas, ou seja, os deslocamentos, as substituições, e as equivalências (entre objetos, conteúdos, mercadorias) que tais representações realizam.

Em breves palavras, situar uma natureza do mapa associada somente em sua determinação discursiva, ao discurso de poder, poderá restringi-la à única leitura do mundo independente do contexto histórico no qual o mapa é elaborado. Não correremos o risco de subsumir o que no mapa remete à totalidade, já que o discurso pode assumir a totalidade como a lógica da prática de poder?

E ainda, mesmo ao criticar o espaço cartesiano como modelo da realidade, teoricamente ancorado na leitura de um espaço absoluto, uma ideia, parece operar da mesma forma teoricamente, pois é o discurso (uma ideia) e não a prática social (a práxis, a ideia em movimento real, e o real em movimento do pensamento) o que explica e viabiliza o mapa.

Este foi um ponto de partida, buscando uma superação do discurso como prática, da flexibilização da verdade e do fato. É preciso retomar a força das determinações históricas e as possibilidades de futuro. A disputa não se faz entre discursos, o conflito é fruto da desigualdade e da realidade contraditória que legitima e ao mesmo tempo apresenta possibilidades de ruptura com o status quo.

Pensar simplesmente que “a linguagem se cria e cria mundos” pode colocá-la no plano do idealismo, pois ao mesmo tempo em que “falamos” a realidade concreta existe e se movimenta. É complicado colocar o mundo no plano do discurso, pois o discurso é uma das práticas sociais e não é a única. Derrida não coloca a desconstrução como método: “A desconstrução não é um método e não pode ser transformada num método [...] é verdade que em certos círculos a ‘metáfora’ [...] foi capaz de seduzir ou desencaminhar [...]” (apud Fearn, 2004, p. 174). Temos que tomar cuidado ao circunscrever à análise e elaboração dos mapas como discursos, pois apesar da abordagem crítica ignoraremos as práticas efetivas que estas representações realizam.

É preciso compreender as formas de produção simbólica da vida social a fim de compreender seu próprio funcionamento, que não se realiza a partir de múltiplas interpretações,

que podem sinalizar processo acelerado de alienação da vida social sob o capitalismo tardio. Pois “quanto mais suas estruturas se tornam abstratas e disfarçam a realidade do trabalho e da exploração mais se fala na impossibilidade de se entender esse mundo; quanto mais se dá a separação entre o indivíduo isolado e a sociedade mais este se percebe como uma mera engrenagem no processo social e menos como alguém que pode interferir nesse processo. Os que deveriam pensar esse momento se enredam em infinitas discussões sobre usos de linguagem e questões de método”.⁴⁰

Neste sentido, a partir da análise de Bakhtin (2010), questiona-se a limitação da representação simbólica como um discurso unidirecional, indiferenciado. Ou seja, quem fala, fala para alguém, com algum objetivo por algum motivo. Há uma interlocução discursiva situada num contexto histórico em que se desenvolve. Assim, a “fala do mapa” passa a ser analisada considerando os sujeitos a partir de uma perspectiva de classe explicitando seus interlocutores (quem elabora; quem lê; com quais objetivos; como se realiza o *dialogismo*).

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes. Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, **em todo signo ideológico confrontam-se índices de valores contraditórios**. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes... é este entrecruzamento de índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir (BAKHTIN, 2010, p.47). (Grifos acrescentados).

Situa-se assim, o debate da linguagem no movimento do mapa em si e para si, na luta de classes. Com Bakhtin (2010) sugere-se que qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão.

Isto é, antes de tudo: pela situação social imediata (condições reais da enunciação em questão); os indivíduos socialmente organizados (mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor); a direção da interlocução (a palavra é função da pessoa desse interlocutor: variará se tratar-se de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor); o horizonte social (definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertence); um auditório social (em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc) e a compreensão da

⁴⁰ Aproximação das ideias de Frederic Jamenson apresentadas em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-sentido-da-critica-cultural>. Último acesso: 15/09/2013.

palavra no processo dialógico (de quem procede, a quem se origina) como chaves interessantes para a compreensão dos enunciados na análise das representações espaciais – seja das experiências espaciais, vivências subjetivas e/ou da produção do espaço. Isto posto, a análise discursiva do mapa poderá assumir como princípios analíticos:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infra-estrutura) (BAKHTIN, 2010, p.45).

A compreensão do mapa como construção social não exige clareza sobre a totalidade que o produz e que o mapa como representação desta totalidade a reproduz? Se este for um caminho, não deveríamos compreender as categorias da existência desta sociedade para compreender as representações forjadas e que forjam relações sociais? Todas as relações sociais são permeadas pela ideologia? De que categoria “Ideologia” falamos? Da falsa consciência ou da visão de mundo? Ou das duas? Seria o poder a categoria central desta análise? Ou seria o poder uma categoria dentre outras? O poder é a essência do mapa, histórica ou a-histórica?

Os mapas sempre foram **imagens mentais**. Hoje continuamos a **considerá-los uma forma de ver, mas começamos a entender o significado de “ver”**. Em vez de pensarmos que os mapas são um espelho do mundo, passamos a vê-los **como um simulacro**: algumas vezes mais importante que o **território representado**; frequentemente, uma redescritção do mundo em toda sua diversidade cultural (HARLEY, 1991, s/p). (Grifos acrescentados).

Neste sentido se os mapas são formas de ver é possível a coexistência de diversos discursos os quais suas práticas sociais não se conflitam ou se opõem materialmente? Só no plano das ideias? Então não há desigualdade, só a diversidade, as relações de poder sempre existiram e existirão, modifica-se apenas onde se situa, em qual grupo social, cultura, nação, ou civilização? A noção de simulacro substitui o território, antecipa-o e/ou o fortalece?

Então, seriam os mapas imagens mentais que carregam visões de mundo ou representações forjadas a partir das relações sociais materialmente e historicamente determinadas, produzidas na práxis cotidiana? Se ao mesmo tempo o mapa pode simular, dissimular, revelar contradições, consolidar, legitimar, também poderá questionar a ordem social vigente. É elevar a questão do mapa como prática social à práxis! A propósito, a apropriação da cartografia como linguagem, técnica,

saber, arte e conhecimento não se coloca como necessidade urgente de socialização/popularização/uso de um conhecimento humano socialmente produzido?

Harley (2009) propõe compreender a linguagem cartográfica como uma prática histórica (faz menção ao trabalho de Bertin com a Semiologia gráfica, mas não desenvolve a ideia), valorizando o discurso do mapa não apenas como narrativas, mas também como retórica e como força política na sociedade, contrapondo-se à compreensão de uma linguagem sistêmica desenvolvida pela Teoria da Comunicação Cartográfica, orientada pela semiótica:

O conceito de linguagem se traduz mais facilmente em prática histórica. Ele não apenas nos ajuda a ver nos mapas imagens – espelhos servindo para intermediar diferentes visões do mundo, mas também nos leva a procurar dados empíricos sobre aspectos tais como os códigos e o contexto da cartografia assim como sobre seu conteúdo tomado no sentido tradicional. Uma linguagem, ou melhor, uma “literatura dos mapas” nos incita também a formular questões sobre a evolução dos usuários dos mapas, sobre o nível de familiarização com eles, sobre sua paternidade, sobre os aspectos atinentes ao segredo e à censura, e sobre a natureza das informações neles inscritas (HARLEY, 2009, §03).

Além disso, **a crítica literária pode nos ajudar a identificar a forma particular do discurso cartográfico.** O discurso foi definido referindo-se aos aspectos de um texto que possuem uma carga apreciativa, avaliativa, persuasiva e retórica em oposição àqueles que tratam somente da denominação, localização e narração. Ao se demonstrar que o “simples” fato de se denominar ou situar um elemento sobre o mapa possui frequentemente uma carga política, pode-se todavia aceitar que uma separação idêntica se aplique aos mapas. Estes últimos formam uma categoria de imagens retóricas, limitadas pelas regras que regem seus códigos e seus modos sociais de produção, de troca e de utilização, de tal modo a não importar outra forma de discurso. Por sua vez, isto nos leva a melhor compreender os mecanismos pelos quais os mapas, como os livros, tornaram-se uma força política na sociedade (HARLEY, 2009, §04). (Grifos acrescentados).

De acordo, o mapa pode ser lido como um texto que apresenta um caráter discursivo, e principalmente, retórico, e esta é uma dentre outras determinações do mapa. A cartografia surge como possibilidade de linguagem/campo semiológico, que por sua vez não deve ser compreendida como totalizante. Pois segundo Lefebvre (1966), a linguagem seria simultaneamente uma instituição e um instrumento, tendo a função comunicativa dentre outras, pois ao definir a comunicação pela linguagem, definimos a linguagem pela comunicação e tornamos a linguagem um “fenômeno social total”, em que:

As outras formas de vida social, com os conteúdos, reduzem-se à linguagem... julga-se poder apreender ‘tudo’ a partir da linguagem, convertendo as atividades humanas na comunicação falada. Já não se põe a questão concreta: ‘Como é que tal atividade, tal forma, pode enunciar-se?’ ‘Como é que tal conteúdo pode dizer-se, designar-se?’

O nosso estudo pretendeu mostrar que a linguagem não é ‘fenômeno social total’ (admitindo que esse fenômeno exista, isto é, que tenha sido real e o seja ainda nos nossos dias, na nossa sociedade). Se a linguagem parece fenômeno total, isso resulta das circunstâncias, duma conjuntura, por exemplo, da supressão das noções de práxis, ou de actividade produtiva, do desaparecimento dos ‘referenciais’ ou dum código geral

comum aos membros de nossa sociedade. Então, o discurso, feito de lugares-comuns, torna-se o nível predominante, o 'lugar-comum' onde se encontram as pessoas que assim comunicam, ou julgam comunicar (LEFEBVRE, 1966, p.285).

Contudo, é preciso cuidar para não assumir a cartografia como sinônimo da linguagem numa perspectiva totalizante, pois mesmo que os mapas legitimem o discurso de poder não podemos tratá-lo de maneira análoga ao poder. O mapa é também uma representação do poder, mas não se resume a ser um instrumento exclusivo de seu exercício.

Este cuidado é aqui colocado para que possamos refletir sobre a seguinte questão: elaborar mapas contra-hegemônicos para expressar discursos de disputas territoriais significa efetivamente elaborar mapas de “contra-poder”? Ou estaríamos numa disputa sem fim pelo próprio poder? A partir do alerta de Harley (2009):

O modo como os mapas vieram a fazer parte de um sistema de signos políticos foi guiado pela sua criação pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual. As flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no seio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos... Os mapas são essencialmente uma linguagem de poder e não de contestação... O mapa exerce sua influência tanto pela sua força de representação simbólica quanto pelo que ele representa abertamente. A iconologia do mapa, no tratamento simbólico do poder, é um aspecto negligenciado da história cartográfica (HARLEY, 2009, §54).

Houve iniciativas em muitos países para que esta realidade modifique-se, no modo de produção capitalista, há uma popularização dos mapas como contestação, haja vista uma série de mapeamentos sociais, participativos, comunitários, etc. A questão que se coloca é: em que contexto entra esta popularização? Em que medida o uso dos mapas e sua inserção nas políticas públicas não subsumem a potência de contestação ao mesmo tempo em que revelam possibilidades de resistência?

O mapa não pode ser naturalizado como um veículo do poder e de uma sociedade de controle, ele é também isto, mas não se resume a isto. Podemos correr um risco reducionista de pensar que o mapa sempre foi e sempre será utilizado para o exercício de poder, contudo, é preciso situar no tempo, na história, estas práticas de poder e o uso do mapa. Neste estudo assumem-se as relações do mapa entre saber e poder, tendo em vista a compreensão histórica do mapa no modo de produção capitalista, em que o mapa é também uma representação da propriedade privada, do espaço como mercadoria, ao mesmo tempo em que poderá emergir como uma possibilidade da apropriação do espaço.

Desse modo, não é possível transpor de forma direta a análise de Harley sobre os mapas e a História da Cartografia, seus objetos de análise, calcada no discurso que identifica as relações de poder exercidas pelas classes dominantes de determinados períodos históricos para a realização de uma cartografia geográfica que se pretende crítica e ativa em busca de justiça social. Não se trata de veicular novos discursos críticos sobre o espaço, mas compreender e empreender os mapas como medições que viabilizam e/ou resistem à lógica dominante da produção do espaço inscrita numa totalidade.

Para a fundamentação desta tese a contribuição de Brian Harley se dá em dois sentidos fundamentais: a abertura de uma leitura social da Cartografia que inclui seu desenvolvimento técnico, histórico e político e a possibilidade de construir novos mapas e novas histórias da cartografia a partir das condições objetivas postas no momento histórico atual. Diante do exposto, a interlocução com Henri Lefebvre inicia uma busca teórica coerente à perspectiva de método desejada – o materialismo histórico dialético.

Duas questões conduziram à tal atitude teórica: a naturalização do conceito de cultura como a possibilidade de compreender a sociedade a partir de sua “diversidade”, não das diferenças e desigualdades e a supervalorização do discurso como a saída efetiva que desloca as determinações históricas para as diferentes perspectivas teóricas ou visões de mundo.

Em síntese, desenvolve-se a noção de que o mapa como representação revela práticas sociais (os discursos veiculados e também a cartografia, não só na produção do mapa, mas também os efeitos que ele produz). Portanto não é somente um discurso para o exercício de poder ou de emancipação, agrega sua determinação comunicativa a múltiplas outras, que serão trabalhadas ao desenvolver a compreensão do mapeamento comunitário.

Assim, a leitura dos mapas é uma das faces da compreensão da relação entre a geografia e a cartografia, a outra face é a apropriação das técnicas cartográficas, como conhecimento socialmente construído. Visto que o uso do mapa (leitura e elaboração) deve ser realizado na práxis cotidiana, possível de socialização entre todas as classes sociais, considerando a reprodução das relações de produção, que emerge do impossível-possível a capacidade de, a partir e por meio do mapa, compreender as estratégias da produção do espaço no modo de produção capitalista. Num processo conflituoso e contraditório buscar novas estratégias de produção e apropriação espacial, uma possibilidade, inclusive para a emancipação humana.

1.2.1.III. As representações geográficas: entendimento das realidades multiescalares

Esta parte das aulas ganha um status de “praticidade”, pois temas como escala, curva de nível, sistemas de coordenadas e mapeamento serão aqui desenvolvidos.

O ensino da escala ganha foco nas aulas, primeiro porque a reação dos estudantes é sempre de surpresa ao ver que enfrentarão “cálculos” na Geografia, mesmo que utilizem apenas “regras de três”. Segundo porque a passagem entre o que se vê na paisagem e o que se vê no mapa parece não realizar a abstração necessária para a leitura do mapa, tornando-se um obstáculo à compreensão dos princípios espaciais basilares de posicionamento, extensão, contiguidade e descontinuidade. Esta dificuldade se acentua nas aulas de leitura da carta topográfica a partir das curvas de nível.

Na literatura sobre Cartografia Escolar há análises que explicam estas dificuldades devido à ausência de um processo de alfabetização cartográfica, topológica e *gráfica* que não desenvolve nem a noção das relações espaciais na criança, nem uma leitura das imagens conectadas à realidade social.

Uma breve reflexão nos conduz pensar que hoje as crianças têm, em geral, seus espaços limitados a um espaço urbano denso, concentrado, em que as exigências de deslocamentos realizados pelo próprio corpo são cada vez menores, o carro, o apartamento, o bairro e suas condições de “facilidades” ou “precariedades” que em maior ou em menor grau ampliam ou restringem a vivência espacial de acordo com a classe social de cada aluno.

Impossível generalizar estas condições, contudo parece que contraditoriamente há um espaço limitado ao cotidiano circunscrito a poucos espaços de circulação, e ao mesmo tempo ampliado nos GPS de carros e de celulares, também nas inúmeras formas de acessar mapas via internet e viajar pelo “mundo”. Poderia ser mais fácil trabalhar a relação entre o representado, o representante e a representação? Foi bem difícil.

Vivemos no mundo da imagem que se autonomiza, a representação toma o lugar do representado, e os alunos em geral querem compreender o mapa por ele mesmo, as imagens de satélites parecem apresentar a realidade “dada”.

Paulatinamente os estudantes compreendem que o que está no mapa é um desenho do real, seletivo, esquemático, idealizado, modelado, intencional, só compreensível na relação com a realidade social, uma representação. Este processo se efetiva em uma leitura teórica e prática do conceito de escala e da leitura da carta topográfica.

1.2.1.III.1 Escala geográfica e escala cartográfica e Generalização

cartográfica⁴¹

Didaticamente estabelecemos uma diferença inicial entre a escala cartográfica (geométrica e gráfica) e a escala geográfica (das relações e abrangências espaciais). Apesar da aula expositiva apresentar ideias e noções trabalhadas por outros autores, como Lacoste (2001), Castro (2002), Silveira (1996) e Smith (1988), foram trabalhados somente dois autores que introduzem o debate sobre a escala: um para noções cartográficas da escala como proporção para a representação Le Sann (1984) e outro que insere a noção de escala num contexto geográfico Correa (2003).

ESCALA “GEOGRÁFICA”⁴²

O conceito de escala ganha importância na medida em que as análises geográficas aproximam-se de uma compreensão não só das abrangências dos fenômenos no espaço mundial, mas das estratégias de produção deste espaço. Neste sentido, o desafio central tanto nas aulas de cartografia como nos debates teóricos da geografia é ao mesmo tempo desfazer a analogia direta entre a escala cartográfica (matematicamente definida) e a escala geográfica (um recurso analítico metodologicamente situado) e constituir a escala como uma estratégia de análise e ação política no/do espaço.

Neste sentido, é incômodo “dividir” os debates das aulas em escala geográfica e cartográfica como se fossem dois conteúdos separados, mas necessário. O conceito parece não se dividir, em certa medida revela a relação entre as lógicas formal e dialética, a forma e o conteúdo geográfico. É com dificuldade que tratamos do assunto buscando superar esta separação.

Este debate pode ser inócua caso não observe qual a concepção de espaço e tempo empregada para pensar a escala como “estratégia de apreensão do real”, sugerida Castro (2002), pois a compreensão do espaço e do tempo deve explicitar suas matrizes – materialistas ou idealistas como discute Oliveira (1982) – para que possamos enxergar no uso da escala a

⁴¹ Neste item foram trabalhados os seguintes textos: Texto 11: CORREA, R. L. (2003) Uma nota sobre o urbano e a escala. Território. Rio de Janeiro, ano VII, n.11/12/13, p. 133-136. Disponível em: www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/uma_nota.pdf; Texto 12: LE SANN, J. G. (1984) A noção de escala em cartografia. Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte. 2(1) p.56-66.

⁴² Parte da construção aqui desenvolvida foi publicada num artigo apresentado: BATISTA, S. C. & SUERTEGARAY, D. M. A. Mapeamento Comunitário: da Escala do Império à Escala da Ação? AGB - XVII ENG. Belo Horizonte, 2012.

possibilidade de abarcar a realidade em seu movimento entre fixação e mobilidade ou compreendê-la como recorte que representa a realidade a partir da diferença, desigualdade, percepção objetiva/subjetiva, projeção e fragmentação.

Neste debate é preciso aprofundar a compreensão de totalidade e, portanto, a compreensão do espaço-tempo como uma unidade na diferença. A proposta de Castro (2002) sugere que a escala não busque a totalidade, por ser impossível de ser apreendida, para a autora é preciso certo esquecimento para tratar o fenômeno, assim devemos recortá-lo, portanto selecionar sua escala de visibilidade e não as estruturas lógicas que o constituem, o que abarcaria a compreensão da totalidade, mesmo compreendendo-a como movimento e realidade inacabada. Fica uma questão: a escala pretende alcançar a totalidade ou remeter-se a ela?

O primeiro autor que contribui para compreender este debate é Yves Lacoste, que no clássico “A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” trata a força política da análise geográfica e busca estabelecer mecanismos de uso e compreensão da cartografia como instrumento de conhecimento estratégico para ações no espaço.

Lacoste (2001) parte da crítica à geografia regional de La Blache para assinalar o papel ideológico da homogeneização das leituras espaciais. Demonstra como as monografias regionais partem da idéia do geógrafo ao delimitar as “vocações” naturais das regiões a partir da agregação de inúmeras características espaciais (ou conjuntos) como o relevo, o clima, a demografia, a geologia, etc.

Todavia, esta delimitação não resiste a simples exames de delimitações cartográficas destes conjuntos, pois estruturas geológicas não coincidem necessariamente com os limites da distribuição da população, tampouco com o clima. Ao delimitar tais conjuntos surgem múltiplas conexões que sugerem intersecções complexas que raramente coincidem com as regiões delimitadas pelos geógrafos regionais.

Essa maneira relativamente simples de ver as coisas, pois nega as intersecções de múltiplos conjuntos, tem sem dúvida, vantagens pedagógicas... Mas, o sucesso da idéia de ‘região’ traz em si também poderosas razões ideológicas que estão ligadas ao sentimento nacional: cada Estado, cada ‘país’ é quase como se fosse a reunião de um certo número de ‘regiões’. Cada ‘região’, descrita como uma entidade viva muito antiga, senão eterna, aparece como um dos órgãos do corpo da pátria.... a idéia de que o espaço é compartimentado pela Natureza, por Deus, de acordo com linhas simples e estáveis, traduz o poderio ideológico da geografia dos professores... Desde que não se trate mais de discursos ou de manuais escolares, mas de ação, é preciso entender, para não fracassar, que as configurações do espaço são bem mais complexas que a repartição simples em grandes ‘regiões’ da geografia dos professores (LACOSTE, 2001, p.72).

Segundo Lacoste (2001) os geógrafos que assumiram a geografia regional lablacheana afastaram de sua reflexão a ação e os fenômenos políticos que determinam estas configurações espaciais, pois as regiões não se explicam por si mesmas, pelos recortes dos conjuntos que elas constituem.

Contrariando aquilo que proclama um certo número de clichês pedagógicos e jornalísticos, a extensão do Terceiro Mundo não coincide com a dos climas tropicais, o mundo Mulçumano não corresponde à zona árida e semi-árida... A Suíça oferece um dos exemplos de intersecções mais complexos, uma vez que este país não está somente “montado” sobre a cadeia dos Alpes, mas também porque sua compartimentação em diferentes “cantões” não corresponde às configurações dos conjuntos religiosos (protestantes, católicos) que têm, no entanto, grande importância nesse país (LACOSTE, 2001, p.68).

Os fenômenos isolados no pensamento não se realizam na realidade concreta, mas se superpõem: “É levando em consideração essas múltiplas intersecções entre as configurações precisas dos diferentes fenômenos, que se pode agir mais eficazmente, por isto permite evitar, por exemplo, aquelas que constituem obstáculo à ação que se quer empreender” (Lacoste, 2001, p.68).

Assim, a observação das intersecções dos diferentes conjuntos espaciais permitirá compreender as configurações espaciais a partir das configurações cartográficas. Além das intersecções é preciso analisar as ordens de grandeza dos fenômenos e compreender que a mudança de escala muda o fenômeno, não é uma relação direta linear entre a grande escala e o nível de detalhamento, mas os processos de diferenciação que surgem entre uma e outra escala, possibilitando ou impedindo determinadas ações.

Neste sentido, segundo Lacoste (2001), a escolha da escala é um problema capital, pois muitos geógrafos escolhem as escalas sem refletir sobre suas escolhas, ou as definem a partir do tamanho – extensão dos fenômenos analisados e não por sua abrangência/influência, ora escolhem grande escalas, para fenômenos “microscópicos” ora pequenas escalas para fenômenos “planetários” como se ambos os fenômenos não guardassem relações entre si ou se tratassem do mesmo fenômeno nas diferentes escalas, acontecendo em maior ou menos intensidade.

Entre todas essas cartas de escala tão desigual, não há somente *diferenças quantitativas*, de acordo com o tamanho do espaço representado, mas também *diferenças qualitativas*, pois um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala; em outras escalas ele não é representável ou seu significado é modificado. É um problema essencial, mas difícil (LACOSTE, 2001, p.75).

O que Lacoste valoriza é a ação no espaço, a compreensão da realidade para a elaboração das estratégias e táticas que a modificarão. Apesar das contradições de sua análise com relação ao planejamento militar e urbano, o autor traz uma perspectiva de subversão do uso destas análises.

A tática e a estratégia não deverão permanecer nas mãos dos Estados Maiores (nem do mercado), também deverão realizar-se pelos geógrafos e pelo povo.

Ora, a escolha da escala de uma carta aparece habitualmente como uma questão de bom senso ou de comodidade à qual não se dá importância e cada geógrafo universitário escolhe a escala que lhe convém, sem estar muito consciente dos motivos dessa escolha. Em contrapartida, as exigências da prática fazem com que os oficiais saibam bem que não são as mesmas cartas que servem para decidir a estratégia de conjunto e as diversas operações táticas. A estratégia se elabora em escala bem menor que a tática (LACOSTE, 2001, p.74/75).

Segundo Lacoste, os diferentes níveis de análise espacial correspondem a diferentes espaços de conceituação, caracterizando níveis de análise de acordo com as diferentes *ordens de grandeza dos objetos geográficos*, para o autor não há como conhecer o mesmo fenômeno em diversas escalas, pois o fenômeno muda com a escala.

Esta passagem ainda parece confusa, pois ao mesmo tempo em que o autor sugere que não sejam homogeneizados os espaços, ele valoriza uma diferenciação ao extremo e estabelece ordens de grandeza forjadas em sua extensão territorial, que não mantém relações entre si, não fala em totalidade para realizar a articulação entre as diferentes ordens de grandeza espacial e as intersecções dos conjuntos que ocorrem concretamente na realidade.

Por outro lado, Lacoste, a partir da *Geografia Ativa* dos anos 1970, ainda não atingia uma análise com base materialista-histórica e dialética, considerando as contradições que produzem estas ordens de grandeza, bem como as articulações entre o lugar e o mundial. O foco era a ação política: “O caminho da *geografia ativa*, aquele que associa raciocínio estratégico e raciocínio geográfico, não é fácil, mas parece como indispensável” (op. cit, p.92).

Entretanto, é possível partir daqui para pensar com o autor que a escala não pode ser estabelecida a priori na pesquisa, que ordenamento espacial não acontece no mundo das ideias, e é fruto das estratégias espaciais de ação política do Estado (e do mercado) de modo a compreender o movimento do todo ao singular e vice-versa.

A intersecção de diferentes conjuntos geográficos, em distintas escalas geográficas, é fundamental para compreender que processos naturais e humanos, que moldam as diferentes paisagens na superfície da Terra, se realizam a partir da produção de um espaço político, assim a escala constitui um mecanismo para compreender as transformações que se processam no mundo atual.

O local, o regional, o nacional e global (ou mundial) são níveis de análise escalar, que não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, remetem à totalidade, e são por ela explicados.

Os recortes escalares não se dão pela área de abrangência física dos fenômenos, mas pelas relações que estabelecem na produção do espaço mundial que se realizam no local, que por sua vez também realizam o mundial.

A escolha das escalas para a representação dos mapas também ocorre em relação às operações da pesquisa, os sentidos da análise (em linhas gerais, identificação das características centrais de um fenômeno que situa a problemática a ser representada no mapa, ou melhor, das condições objetivas que determinam a realidade analisada) e da síntese (estruturação de um conceito, contexto, ou das forças da produção do espaço. Podemos pensar na síntese de forma processual ou estática, estabelecendo outro entendimento da relação espaço-temporal) que se realizam no movimento do pensamento e de explicação da realidade.

Não é a escala que determina o que será representado, é a realidade a ser compreendida quem determina as escalas de análise e de representação de suas sínteses.

O esforço de Lacoste em estabelecer uma relação qualitativa entre as escalas geográfica e cartográfica abre a possibilidade de aprofundamento do uso do mapa como instrumento de luta, todavia, carece de uma leitura que amplie a compreensão das estratégias da produção do espaço. Apesar de indicar a diferenciação como um conceito chave para discutir a escala, Lacoste não coloca esta diferenciação nos sentidos marxistas da desigualdade (do desenvolvimento desigual e combinado) e da valorização do espaço como colocado por Neil Smith.

Smith (1988) parte de uma compreensão sobre a dialética da diferenciação e da igualização geográficas como responsável pelo padrão do desenvolvimento desigual e realiza um paralelo à teoria dos lucros decrescentes de Marx para analisar o processo de valorização e desvalorização das taxas de lucros a partir da mobilidade geográfica do capital de produção. Apoiado em Harvey identifica a dialética em busca de certo “equilíbrio espacial”:

Quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial (a igualização das taxas de lucro nos diferentes lugares, por exemplo), tanto maior o incentivo competitivo para os capitalistas individuais romperem a base daquele equilíbrio, através da mudança tecnológica'. Isso transtorna e altera ' a condição sob a qual o equilíbrio espacial anterior... foi atingido'. A questão geral de Harvey é que, enquanto há certamente uma tendência para o equilíbrio espacial (no sentido da igualização) ele é continuamente frustrado por forças igualmente poderosas, no âmago do capital (e.g. dinamismo tecnológico), que tendem para um contínuo desequilíbrio geográfico (SMITH, 1988, p.192).

Assim o ‘equilíbrio espacial’ é ao mesmo tempo uma necessidade integral e uma medida dos limites ao capital. Quanto maior a “igualização” espacial menores as taxas de lucro, logo há a necessidade contraditória do processo de diferenciação espacial para o aumento das taxas de

lucro, que se dá não apenas na relação com a acumulação e produção do capital, mas também na concentração da mão-de-obra e na estruturação do mercado mundial (não só a troca, mas a circulação e o consumo). A potencialidade desta leitura se concretiza com a compreensão das origens das escalas geográficas, pois:

Uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital, porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão, da ‘descentralização’, da ‘reestruturação espacial’ e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica. Ela também permitirá enfocar com mais nitidez a tendência para o equilíbrio geográfico e para sua frustração final, uma vez que o equilíbrio espacial (ou a falta dele) implica a produção do espaço absoluto em alguma escala (SMITH, 1988, p. 195).

Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. Inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado nessas escalas (SMITH, 1988, p. 196/197).

Para Neil Smith (1988; 2000) a escala é captada como uma linguagem da diferença e da diferenciação espacial. É também um recurso analítico para a geografia, mas um recurso que objetiva atingir a realização do movimento e a dinâmica do capital avivando o debate de que as divisões espaciais, como regiões, estados-nações e o globo não são configurações naturais, mas sociais. Assim, as escalas não se definem ao bel prazer do pesquisador nem são naturais, como já apontava Lacoste.

Primeiramente, a construção da escala geográfica é um meio primário mediante o qual ‘ocorre’ a diferenciação espacial. Em segundo lugar, uma compreensão da escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial. Em terceiro lugar, a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade mediante a atividade da sociedade, que por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. Por fim, a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa... Se essas proposições têm uma validade pelo menos, parcial, então uma exploração teórica da produção da escala talvez possa ajudar a fornecer uma linguagem e um conjunto de conexões para tratar da diferença espacial (SMITH, 2000, p.139).

Para Smith (2000) é preciso situar esta linguagem espacial, pois há um uso metafórico do espaço que concilia a permanência de seu estado absoluto autonomizando e flexibilizando ações políticas que aparentemente questionam, mas que acabam legitimando as relações do poder social. “Não somente a produção do espaço é um processo inerentemente político, como o uso de metáforas espaciais, longe de proporcionar imagens inocentes e evocativas, na verdade, entra diretamente nas questões do poder social” (op. cit. p. 140).

Boa parte da teoria social e cultural das duas últimas décadas dependeu fortemente de metáforas espaciais. A miríade de ‘descentramentos’ do modernismo e de agentes reputada manete modernos (por exemplo, a classe operária), o ‘deslocamento’ da economia política pelo discurso cultural, e uma quantidade de outros ‘movimentos’ foram facilitados por um léxico muito fértil de metáforas espaciais: ‘posição do sujeito’, ‘localidade’, ‘mapear’, ‘basear’, ‘viagem’, ‘(des/re)centramento’, ‘espaço teórico’, ‘espaço ideológico’, ‘espaço simbólico’, ‘espaço conceitual’, ‘espaço da significação’, ‘territorialização’ e assim por diante. Se essas metáforas funcionaram inicialmente de modo muito positivo para contestar, arejar e até descartar muito pensamento indigesto, elas podem ter assumido uma existência muito mais independente, que desestimula tanto quanto permite novas visões políticas. Essas metáforas espaciais podem não estar ainda fora de controle, mas vão nesta direção – e um pouco de reflexão a tempo não é má ideia (SMITH, 2000, p.140).

O autor não desconsidera o uso das metáforas espaciais, mas busca recolocá-las dialeticamente em relação ao material, pois nossa prática espacial e as concepções do espaço material são fontes para as metáforas, bem como as metáforas auxiliam na compreensão do espaço material. Contudo, é preciso cuidar para que as metáforas espaciais não reproduzam as “assimetrias do poder inerentes ao discurso social tradicional”.

Enquanto a geografia é evidentemente um dado – ela simplesmente é – a história esconde todos os segredos da complexidade social... Na verdade, as metáforas espaciais tendem a reforçar precisamente esse amortecimento do espaço. A metáfora funciona de maneiras variadas, mas sempre envolve uma afirmação de alteridade. **A diferença expressa-se na semelhança.** Uma verdade ou um insight revelam-se pela afirmação de que um objeto, evento ou situação compreendido de modo incompleto é **outro**, numa situação em que **o outro é supostamente conhecido**: a definição social (por raça, por exemplo) é chamada de ‘localização’, porque revela a conexão entre experiência social e lugar na estrutura social; diz-se de ideias emergentes que ocupam um ‘espaço teórico’ distinto, porque essa imagem põe a barafunda de ideias existentes e competitivas para longe, em outro ‘espaço’. Em todas essas metáforas espaciais, supõe-se o espaço como um Outro não problemático, já conhecido – o que sugere a face de Jano da metáfora. Na medida em que apela continuamente para alguma outra realidade tida como conhecida, a metáfora disfarça sistematicamente a necessidade de investigar o conhecido (SMITH, 2000, p.141). (Grifos acrescentados).

Com a ideia de que o espaço remete a “um outro”, a um deslocamento do que se conhece para o que se desconhece (portanto é diferente, mas semelhante sendo meramente um outro ‘diverso’) a metáfora espacial ancora no espaço absoluto ‘fixo, morto e imutável’ com a possibilidade de movimentar-se. Para Neil Smith uma discussão sobre a escala geográfica apresenta-se como possibilidade de ‘ligar as concepções de espaço material e metafórico, a fim de chegar a uma linguagem da diferenciação espacial’.

Para Smith (2000) a produção da escala é política e econômica, como por exemplo, pensar a escala do estado-nação ‘como um compromisso territorial entre necessidades diferenciadas da classe capitalista’, há uma dinâmica interna de cooperação e competição para a produção ampliada do capital e para a reprodução social. Assim, Smith (2000, p.142) concebe a escala:

É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério da diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares.

Smith (2000) encontra o sentido dialético das *ordens de grandeza* de Yves Lacoste, pois não é a extensão dos fenômenos que estabelecem os recortes espaciais analíticos, mas as articulações econômicas, políticas e sociais que produzem historicamente as escalas, que por sua vez constituem os espaços de diferenciação e a diferenciação espacial. Nesta perspectiva a escala não é fixa, não é linear e não se realiza como uma aproximação ou distanciamento do real, a escala é *produzida* a partir dos *processos de acumulação, produção e reprodução capitalista*.

À medida que a escala da acumulação econômica se expande e, com ela, a necessária escala da competição e cooperação, a forma territorialmente institucionalizada de resolução torna-se cada vez mais obsoleta e desenvolvem-se formas espaciais alternativas. É esse o significado das Nações Unidas, de cooperativas internacionais de comércio como a Asean e o Comecon, de uma Europa ocidental unificada, do Nafta: todos proporcionam escalas geográficas (mais altas) alternativas em que essa contradição específica é resolvida – de novo, presume-se que temporariamente (SMITH, 2000, p.141).

Para compreender como as escalas da comunidade são produzidas, Smith (2000, p.143) trabalha com a análise de uma obra de arte, o ‘Veículo do sem-teto’ e o ‘Poliscar’ que provoca uma reflexão sobre o “acesso político e cultural ao espaço da comunidade, bem como sua produção; ele põe em questão a definição ideológica de comunidade. O ‘Veículo do sem-teto’ e o ‘Poliscar’ enfatizam a conexão entre os detalhes cotidianos da reprodução social e a construção do espaço em escalas diferentes”.

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa. Visto dessa forma, a produção da escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível. Como diz Iris Young (1990, p.36) ‘a ordenação da respeitabilidade significa que as coisas estão sob controle, tudo está no seu lugar, não atravessando os limites’. É a escala geográfica que define fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado (SMITH, 2000, p.144).

Neste ponto é possível conciliar esta leitura de Neil Smith (2000) à leitura de Maria Laura Silveira (1996), que sugere a compreensão de uma relação entre as escalas do império e as escalas da ação (que podem ser ao mesmo tempo de controle e subversivas, de contestação).

Silveira (1996) associa a escala às ações que transformam o fenômeno dominante e a área de dominância, criando uma nova extensão, uma nova escala do império, afastando as consolidadas analogias entre as escalas estabelecidas geometricamente (escala cartográfica) às escalas estabelecidas pelo movimento da realidade de forma processual, em interação objeto-fenômeno-ações (escala geográfica).

A analogia sugere igualar a noção de proporção estabelecida por uma relação métrica entre o real e a representação (escala cartográfica) à análise do fenômeno em suas dimensões espaciais: localização, extensão e abrangência, determinadas a partir das relações que as estabelecem e são por elas estabelecidas (escala geográfica). Contudo, partir da equivalência entre representação e real induz ao equívoco analítico da simplificação e generalização dos fenômenos a partir de sua forma, impossibilitando a compreensão do conteúdo da realidade e a possibilidade de sua transformação, já que o dimensionamento da totalidade é recortado e circunscrito, prevalecendo a escala do império: do posto, do hegemônico, imutável.

Desfazer a analogia é permitir avaliar a escala cartográfica como uma mediação do império que delimita as ações, que pensa e age sobre o espaço dado, geometrizado, planejado, concebido. Ao utilizar a escala como um instrumento analítico é possível compreender as intencionalidades do império, portanto nos apresenta caminhos para a partilha das ações políticas, permitindo a resistência e a produção de um novo espaço, forjado na luta.

Neste sentido compreende-se que a escala como mediadora entre intenção e ação sugere uma inversão analítica para a concretização da ação. Pois o Império mapeia partindo da escala cartográfica grande, ou seja, o detalhamento do território e da diferença e, portanto identifica a resistência. A partir disto propõe a homogeneização, a partir da escala pequena, do planejamento, sugere e consolida as políticas para aquele determinado território. A escala do império parece assumir a diferença, pois partiu do detalhamento, entretanto trata-se de um processo de homogeneização e ao mesmo tempo de partilha do interesse de poucos – o império – para toda a sociedade.

Todavia é no cotidiano, no espaço vivido que ao mesmo tempo em que reproduzimos é possível subverter este processo. Partindo da compreensão da ‘inconsistência das políticas’ estabelecidas para o lugar é possível partir para ação e para a luta, pois é no cotidiano que a escala é forjada em suas possibilidades de ação e transformação do posto em “pequena escala” para a “grande escala”, o lugar sofre a ação do império, mas também vive a resistência, portanto é capaz de manifestá-la e propor a heterogeneidade, não assumir o interesse de poucos.

Partindo da prerrogativa que a escala *contém a atividade social* e ao mesmo tempo proporciona os compartimentos na qual a *atividade social tem lugar* Smith (2000) explora uma sequência de

escalas, produzidas no modo de produção capitalista, a partir de quatro ‘aspectos’ que podem ser dialeticamente associados aos elementos formais da escala cartográfica: identidade (*situação*); diferenças internas (*‘seleção’ conceitual e estrutural*), fronteiras (*extensão e limites*) e possibilidades políticas de resistência (*abrangência*).

Esta operação, mesmo correndo o risco da analogia, busca realizar uma correlação entre as dimensões da **escala geográfica** (linguagem de diferenciação espacial) e a **escala cartográfica** (estratégia de representação, criadora de metáforas espaciais). Este exercício tem um objetivo primeiramente pedagógico (nas aulas de cartografia), no sentido de buscar estabelecer uma relação entre a dinâmica do desenvolvimento desigual apontado por Neil Smith e a possibilidade de análise e sínteses cartográficas que auxiliem na compreensão deste processo. Contudo, pretende-se aprofundar estes estudos em busca da articulação entre as representações cartográficas e a produção da escala no modo de produção capitalista.

Ao pensar nos aspectos formais da escala: situação, generalização, extensão/limites e abrangência é preciso dialetizá-los a partir da compreensão da identidade, das diferenças internas, das fronteiras e das possibilidades políticas de resistência que produzem a escala geográfica e se realizam a partir de uma articulação e um ordenamento destes aspectos sugeridos por Smith (2000). Assim, a escala não é homogênea, não é funcional, não é estrutural, é contraditória, conflituosa, dialética.

CORRELAÇÃO DAS DIMENSÕES ESCALARES		CORPO	CASA	COMUNIDADE	ESPAÇO URBANO	REGIÃO	NAÇÃO	FRONTEIRAS GLOBAIS
SITUAÇÃO	IDENTIDADE	Local físico primário	Lugar de reprodução pessoal e familiar	Lugar de reprodução social	Esfera diária do mercado de trabalho	Lugar da produção econômica	Divisão do mercado mundial	Construção da circulação do capital
SELEÇÃO “conceitual e estrutural”	DIFERENÇAS INTERNAS	+ Gênero - Classe	Gênero, classe, idade, função social	Classe, etnia, raça	Mercado imobiliário e zoneamento	Divisão social do trabalho	Etnia, raça, religião, região	Desenvolvimento econômico desigual
EXTENSÃO E LIMITES	FRONTEIRAS	Segundo o gênero	Externamente: segundo culturas Internamente: Segundo gênero	Fronteiras pouco definidas	Jornada diária de trabalho	Definidas pela cooperação o intraclasse e a competição o interclasse	Fruto de guerras, tratados... Porosidade econômica	Mudam com o tempo (Império Romano, conquista espacial)
ABRANGÊNCIA	POSSIBILIDADES POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA	Feminino doméstico, gays-lesbianas, veículo dos sem-teto	Base da luta e da mobilização política	Reconhecimento político da identidade social	Organização política dos trabalhadores com moradia degradada	Lutas de Classe	Dificuldades para a classe trabalhadora	Anti-imperialistas, feministas, ecologistas

Quadro 01: Adaptado de GOMEZ (2005, p.04). Fonte: SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

O quadro 01, acima apresentado, organizado originalmente por Gomez (2005), foi adaptado para realizar esta correlação entre forma e conteúdo, orientado pela relação entre a produção, acumulação e reprodução do capital. A coluna em tom de cinza correlaciona as dimensões espaciais da escala cartográfica à escala geográfica:

Para Smith (2000) a proposição destas escalas não deve ser compreendida como uma estrutura rígida de separação entre diferentes esferas espaciais, tampouco estabelecê-las a partir de uma conexão hierárquica entre escalas:

A questão é justamente ‘não congelar’ um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento das escalas é todavia realizado – embora transitoriamente. É melhor conceber essas diferentes escalas como encaixadas em vez de hierarquizadas, pois a ordenação hierárquica das escalas é séria candidata à abolição numa geografia social revolucionada. Ao discutir os desafios e as disputas políticas sobre escalas específicas – saltando escalas -, espero indicar modos como isso pode ser realizado, lugares a partir dos quais isso pode acontecer. Por fim, embora se estenda da escala do corpo à escala global, essa tipologia é inerentemente incompleta e aberta. É difícil que fosse diferente, pois, como afirmei, a escala é produzida ativamente (SMITH, 2000, p.144).

Iniciar as aulas sobre escala preenchendo-a de sentido, constituindo-a como uma técnica de representação que revela ordenamentos espaciais não só em suas formas, mas também em seus conteúdos, amplia a capacidade do estudante de geografia para o uso do mapa como mediação, como uma representação que segundo Lefebvre (2006) realiza equivalências, dissimulações, simulações e ao mesmo tempo estabelece uma presença-ausência espacial.

Igualmente fazer uso do mapa hoje, compreendido no seio do modo de produção capitalista a partir de sua força contraditória de realização e materialização de políticas espaciais, tendo clareza daquilo que:

Marx (1973, pp.524 e 539) detectou no capitalismo uma tendência para o que ele chamou de ‘aniquilação do espaço pelo tempo’. Podemos ver isso em todas as escalas – da global, de onde os avanços da tecnologia de comunicações e transporte tornaram o mundo quase literalmente menor, à desterritorialização diferencial dos corpos feminino e masculino, do modo como Beauvoir detectou e, de fato, espelhou. **Uma política espacializada recupera o espaço dessa aniquilação**, tanto quanto a noção de Lefebvre da **produção do espaço busca recuperar o espaço social das abstrações** construídas pelo Estado capitalista ou por meio do mercado (cf. Lefebvre 1991). **Isso sugere a natureza ambígua da escala**. Ao estabelecer fronteiras, a escala pode ser construída como **um meio de restrição e exclusão**, como um meio de impor identidade. Mas, uma política da escala pode se tornar também uma arma de **expansão e de inclusão**, um meio de ampliar as identidades. As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a **rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas**, em vez de seguir a lógica econômica do capital e os interesses políticos de sua classe (SMITH, 2000, p.157).(Grifos acrescentados).

Em súmula, partimos do entendimento abrangente de Castro (2002) da escala como “estratégia de compreensão do real como representao... um artifício analítico que d visibilidade ao real”. Passamos pelo entendimento material da escolha da escala e não de sua homogeneizao a partir das ideias do pesquisador, mas que se estabelece identificando diferentes espaços de conceituao a partir da identificao da realidade material por meio das intersecções cartográficas estabelecendo as relações dimensionais do que é representado que pode definir o tamanho da área e o nível de detalhamento do mapa (Lacoste, 2001).

A partir disto, chegou-se  compreensão (em ativa elaboração) da escala a partir da relação dialética entre uma linguagem de diferenciação espacial (escala geográfica, que produz metáforas espaciais, portanto representações) (Smith, 1988; 2000 e Lefebvre, 2006a) e a uma estratégia de representação espacial (escala cartográfica), politicamente ativa e socialmente produzida.

Por fim,  noção de escala como uma técnica de diferenciação espacial no mapa, que pode indicar relações espaços-temporais a partir das extensões, distâncias e mobilidade espacial, indicando diferenciações e desigualdades espaciais. Deve ser compreendida a partir da relação entre forma-conteúdo (proporção métrica- abordagem geográfica), considerando diferentes encadeamentos de análise e do raciocínio espacial que remete à totalidade visando a compreender as complexas relações entre sociedade e natureza, diferenciando e articulando as relações espaciais socialmente produzidas.

ESCALA CARTOGRÁFICA

O debate sobre a “escala geográfica” está acompanhado nas aulas de cartografia do ensino do uso da “escala cartográfica”, de sua leitura, estrutura e formas de aplicação. Considera-se que a escala cartográfica apresenta as relações formais dos mapas que, em geral (cartografia eurocêntrica, cartesiana e ocidental), utilizam as métricas matemáticas. Permite situar os objetos e os fenômenos espacialmente de acordo com seus contextos conceituais e estruturais (generalização cartográfica), identifica a relação entre os níveis de detalhes das dimensões físicas e dimensões gráficas, estabelece o tamanho da área, ou seja, sua abrangência espacial.

A redução e ampliação de escalas exigem o conhecimento da noção de ‘Generalização cartográfica’ que geralmente realiza-se de um mapa em escala maior (existente) para um mapa em escala menor (a ser elaborado). Em linhas gerais, consiste num processo de seleção, abstração, redução e simplificação de objetos/fenômenos tendo em vista a obtenção da máxima clareza e legibilidade de uma carta a uma determinada escala:

...a generalização cartográfica é a operação pela qual os elementos de um mapa são adaptados ao desenho de um mapa em escala inferior. Ela não ocorre sem uma certa deformação ou deslocamento dos objetos cartografados (JOLY (1990) apud THIES, 2001, p.05).

O Processo de Generalização Cartográfica não pode ser encarado como uma ação mecânica de elaboração cartográfica, ele exige uma compreensão dos conteúdos mapeados e dos sentidos da presença em suas dimensões físicas ou simbólicas.

Para alguns autores trata-se de distinguir entre aquilo que é importante para ser representado, considerando os objetivos do mapa: 'Por exemplo, um poço numa cidade de 1.000.000 de habitantes será omitido em um mapa na escala de 1:250.000, porém não em um mapa do deserto na mesma escala' Thies⁴³ (20001, p.06). Neste caso a questão não é o número de habitantes por poços, mas a presença de água e a relevância de seu acesso. Trata-se de mapear um poço e/ou uma rede de distribuição e abastecimento de água, não significa que haverá somente mais ou menos detalhes, mas a configuração espacial que representa a condição do acesso e/ou restrição à água.

Em geral, os autores que discutem este processo buscam aliar regras técnicas de ampliação e redução cartográficas aos sentidos das representações elaboradas, mas que acima de tudo é um processo que não pode ser completamente automatizado pelo computador, pois exige uma interpretação geográfica realizada pelo trabalho humano.

Com o processo de passagem da cartografia analógica à cartografia digital a generalização cartográfica passou por muitas dificuldades, pois valorizou-se a partir da automação a observação do comportamento das formas geométricas (pontos, linhas e áreas-polígonos) em detrimento dos conteúdos (a natureza da informação mapeada) para a elaboração de diferentes algoritmos para sua automatização e padronização. Esqueceu-se que mapear implica a espacialização não só de dados, mas também de conceitos, que por sua vez, exprimem uma leitura política e social da realidade.

Thies (2001) discute as formas da generalização cartográfica em meio digital levantando os principais problemas como a automatização e o desprezo pelo conteúdo das informações generalizadas. A escala e o *design* são dois elementos prejudicados neste processo sendo a presença de um cartógrafo, consciente do conteúdo e do uso do mapa, útil e necessária à orientação da produção cartográfica.

⁴³ O trabalho de THIES (2001) apresenta detalhadamente os debates em torno do processo de generalização cartográfica abordando definições técnicas e geográficas. Aqui se discutirá a generalização, buscando relacionar a operação cartográfica técnica ao debate geográfico, portanto ao uso do mapa e das escalas como instrumento de análise e sínteses 'geográfico-cartográficas'.

Historicamente o mapa tem sido encarado nos processos de generalização cartográfica como um conjunto exclusivo de pontos, linhas e polígonos, e não como uma abstração estruturada da realidade, ou de parte da realidade. De acordo com PENG & MULLER (1999), a generalização é uma atividade complexa e requer um bom entendimento dos aspectos semânticos e geométricos das feições do mapa, assim como de seu uso potencial (THIES, 2001, p.10).

No processo de automação, na passagem das cartas em meios analógicos para os meios digitais, são discutidos os graus de objetividade e subjetividade, sendo polarizados como se o meio digital pudesse ser objetivado de forma neutra e o processo manual subjetivado.

É preciso compreender que a relação entre a objetividade e subjetividade do processo de generalização cartográfica não são excludentes, pois os sentidos dos mapas estão inscritos na relação entre a subjetividade (do mapeador) socialmente produzida e a objetividade orientada por uma dada intencionalidade da representação.

A questão é o processo de padronização das informações da cartografia de base, necessária para o estabelecimento das diversas cartas do Estado Nação, valorizando uma interoperabilidade de dados e a necessidade de exclusão do trabalho humano para o aumento de produtividade neste processo, segundo Azevedo et al (2002, p.03):

A automação é o método tecnológico que tende a reduzir o custo da produção, em termos de homens-hora por unidade de produção. Voltando essa definição para a produção cartográfica, vemos a automação da cartográfica como a representação de informações geográficas com a mínima participação da sensibilidade e inteligência humana. Podemos dar os seguintes exemplos:

- Mudança, em um arquivo digital, do sistema de projeção ou sistema geodésico;
- Substituição de uma referida convenção cartográfica por outra;
- Identificação de polígonos abertos e seu fechamento;
- Separação automática em cores para impressão;
- Redução da quantidade de vértices usados para representar os elementos geográficos;
- Processo automatizado da generalização cartográfica;
- Reconhecimento de padrões de imagens de satélites.

Portanto, o debate da generalização cartográfica vai além do processo de reestruturação cartográfica na passagem de uma escala a outra. Exige compreender os mecanismos de controle do Estado de suas bases cartográficas.

Cabe aqui uma observação: contraditoriamente, o Brasil, por não ter boas bases cartográficas, permite uma série de mecanismos de burlas cartográficas por diversas empresas que pleiteiam

diferentes tipos de Licenciamentos (ambientais, rurais, de obras, operação de sistemas produtivos, etc) e utilizam a generalização cartográfica de acordo com seus interesses, burlando as regras do Estado. O trabalho de Passos (2012) mostra as possibilidades de burlas cartográficas pelas empresas de Licenciamento Ambiental no Estado de Mato Grosso a partir do sistema de Cadastramento Rural.

A busca por uma generalização padronizada não pode ser compreendida fora do contexto da produção do mapa como mercadoria, que é ao mesmo tempo produto *per se*, viabiliza a produção e legitima as ações do mercado e do Estado de controle da produção do espaço e do território.

Portanto, é importante discutir a generalização com a ampliação dos mapas em meio digital e assinalar que o processo de generalização assume uma importância na elaboração de diferentes mapas, via softwares especializados e também pela internet. A escala não é um zoom, como parece ao utilizar os visualizadores de mapa em meio digital nos quais ao aproximar ou distanciar as escalas aparece a ‘realidade mais fiel ou menos fiel’, ou seja, a escala exige uma seleção, uma leitura de contextos conceituais, estruturais e políticos do ordenamento espacial dos objetos e fenômenos.

Como é comum observar, em programas gratuitos como o *Google Earth*, que não utiliza imagens de satélites de alta resolução em todos os lugares do globo, tão pouco as bases cartográficas, há uma evidência dos lugares do turismo no mundo e um escamoteamento de locais estratégicos da economia e armamento militar.

Segundo Thies (2001), é preciso observar que a mudança de escala modifica todo o arranjo da representação gráfica do mapa e deve ser realizada em relação à “natureza do dado/informação espacial trabalhada” e os princípios da generalização cartográfica, tanto em meio digital quanto em meio analógico, visam a, essencialmente, manter a proporcionalidade entre as formas e os conteúdos trabalhados por meio de uma seleção de elementos fundamentais para o entendimento do fenômeno e de uma comunicação cartográfica eficiente.

Ou seja, o dado recebe uma generalização específica pelo tipo de fenômeno geográfico que representa e não por tratar-se de uma linha ou polígono. Constata-se cada vez mais que uma feição natural como um rio, não pode ser generalizada da mesma forma que uma feição não natural como uma rodovia. São necessários procedimentos e algoritmos distintos de acordo com a natureza geográfica do dado tratado (THIES, 2001, p.10).

Assim cada feição do desenho, relacionada a um dado e/ou informação espacial específica exige um ou diversos procedimentos de generalização de uma classe de objetos em particular:

As classes podem ser baseadas na geometria (pontos, linhas ou área) ou na semântica (uso do solo, hidrografia, vegetação, etc.), ou em uma combinação de ambos. A generalização em meio digital requer parâmetros específicos para cada um dos procedimentos adotados. O valor a ser atribuído a cada um destes parâmetros deve ser definido pelo cartógrafo.

Não há valores exatos a serem adotados, pois cada área apresenta particularidades que impedem a adoção de uma regra única (THIES, 2001, p.78).

Em linhas gerais ‘devem ser avaliadas pelo menos as seguintes características em cada uma das categorias: tamanho mínimo para exibição da nova escala, levando-se em conta comprimento e área; detalhamento do traçado de feições lineares e poligonais; importâncias econômicas, naturais, sociais e históricas’ (op. cit, p. 119). Já os procedimentos basilares da generalização cartográfica, são: simplificação de linhas; suavização de linhas; agregação de áreas; agregação de pontos; colapso de feições; tipificação; eliminação de feições; detecção de conflitos e deslocamentos⁴⁴.

A análise desenvolvida por Thies (2001) aponta para uma questão importante: a generalização cartográfica nunca será totalmente automatizada, pois é preciso analisar geograficamente os processos de mudança de escala. Neste sentido, o processo de generalização cartográfica deve ser apreendido tecnicamente e conceitualmente pelo geógrafo em formação, tanto o ‘bacharel quanto o licenciado’, pois a alta disponibilidade de mapas e cartas deve ser avaliada e utilizada conscientemente a partir das fontes de pesquisa e dos objetivos dos mapas gerados a partir delas.

Para o desenvolvimento da noção de escala são realizadas três (às vezes quatro aulas), o que representa um quarto do total da carga horária. São três atividades centrais: uma atividade que trabalha a partir dos mapas elaborados no primeiro dia de aula, uma atividade que analisa a cidade e o município de Cuiabá em diversas escalas, exigindo tanto os cálculos quanto as análises geográficas e a elaboração de uma bateria de exercícios sobre escala, da apostila do IBGE (1999).

1.2.1.III.2 A Carta topográfica – elementos centrais⁴⁵

O IBGE (1999, p.70) define a carta topográfica com “um desenho do terreno, em que os acidentes e detalhes são representados por símbolos convencionais”. Ela é uma representação cartográfica convencionada, formal e padronizada.

⁴⁴ O detalhamento destes procedimentos é apresentado em aula a partir da proposta de McMASTER & SHEA (1992) APUD Azevedo ET ALL (2002) e THIES (2001).

⁴⁵ Neste item foram trabalhados os seguintes textos: Texto 12: GIRARDI, G. (1997). Terceiro Ensaio: A carta topográfica. In: A cartografia e os mitos: ensaios de leitura de mapas. São Paulo: Mestrado - Departamento de Geografia, FFLCH/USP. p. 91-99; Texto 13: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA (IBGE) (1999). Noções básicas de cartografia. Manuais técnicos em geociências. N.08. Rio de Janeiro: IBGE. p. 78-89. Também disponível em: www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm - 3k; Texto 14: BIASI, M. de (1976) Medidas gráficas de uma carta topográfica. Cadernos de ciências da Terra, n.35. São Paulo: IG.11p; Texto 15: SIMIELLI, M. E. R. (1991) Do plano ao tridimensional: a maquete como recurso didático. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB. n. 70, p. 5-20.

Girardi (1997) por sua vez indica que a leitura da carta topográfica pode parecer simples a partir do momento em que aprendemos suas técnicas de desenho e apresentação (como a escala, projeção, legenda com sua simbologia padrão e curva de nível). Contudo, é preciso para além de compreender estes mecanismos de leitura que nos conduzem a diversas análises e interpretações de fenômenos (igualmente importantes para a compreensão geográfica) desmistificar a carta topográfica como uma representação *verdadeira* do mundo.

Essa pressuposição é culturalmente construída. Tem suas raízes na maneira como nos é contada a história da cartografia, ou seja, a carta topográfica como resultado do desenvolvimento científico da humanidade. Não que a construção da carta topográfica não tenha como suporte vários conhecimentos: geodésia, topografia, astronomia, projeções, sensoriamento remoto, etc. A questão central é que todos esses conhecimentos são apropriados para dar a este tipo de representação do mundo o caráter de neutralidade. Assim, os construtores destas cartas – notadamente as sociedades cartográficas e os serviços cartográficos dos Estados Maiores – mascaram sua responsabilidade social em ciência neutra (GIRARDI, 1997, p. 92).

A autora apresenta como é legitimado o poder e a credibilidade da carta topográfica situando-a como o modelo fiel da realidade, uma vez que este produto cartográfico discrimina, inventaria importantes constituintes da realidade terrestre, aspectos *físicos e humanos*, sendo elaborada e utilizada apenas por sujeitos de “alta responsabilidade social” como políticos, militares e administradores. “Toda esta construção ideológica da carta praticamente nos desabilita a duvidar dela” (op. cit. p. 94).

A associação direta entre o desenvolvimento técnico da humanidade e o desenvolvimento da cartografia é dissimulada, um desenvolvimento da ciência politicamente, economicamente e socialmente determinado. Sob a rubrica de uma habilidade técnica dissociada da produção social, “a reivindicação cartográfica mais fundamental é ser um sistema de fatos, e sua história foi muitas vezes escrita como a história da habilidade de representar fatos com maior precisão” (Wood & Fells (1986) apud Girardi (1997, p. 95).

Portanto, é preciso construir uma leitura desta carta como representação, socialmente produzida e não como uma cópia do real. Isto não significa que os geógrafos não devam utilizar a carta topográfica, ao contrário devem aprender a manejá-la e acima de tudo realizar leituras não só dos dados espaciais, mas de seus contextos de produção e sentidos por eles produzidos.

Deste modo, Girardi (1997), apoiada na crítica de Yves Lacoste à geografia dos professores imersos na alienante afirmação da carta como verdadeira representação da Terra, sugere que a carta topográfica deve ser apreendida pelos geógrafos/professores de geografia “para que possam ter a mesma competência para o trabalho com cartas, ou seja, para que possam lutar com as mesmas

armas do inimigo” (op. cit. p.96). A autora crítica a aceitação por boa parte dos geógrafos do mito forjado pela carta topográfica como representação verdadeira. Sugere a leitura da carta topográfica à luz de Roland Barthes: “Ao mesmo tempo em que a carta topográfica é um conjunto de signos ela própria é um signo. Ambas as dimensões se atravessam, se complementam, fazem-se afirmar, uma pela outra.” (op. cit. p, 96).

Objetiva-se não descartar a carta topográfica como saber geográfico, ao contrário, reforça sua leitura e seu uso a partir do sentido social que ela confere às suas representações. No processo de desmistificação da carta topográfica Girardi (1997) aponta alguns valores sociais ‘congelados’ na carta topográfica: o Estado, a religiosidade, a propriedade e a ciência.

Com base nesta análise, as aulas sobre a carta topográfica iniciam-se a partir de um exercício com os estudantes de leitura da carta topográfica. Foi realizado um debate sobre aquilo que o estudante consegue ler na carta, ainda sem o conhecimento dos artifícios técnicos de sua leitura. Posteriormente, trabalhamos seus mecanismos de representação sistematizados no Quadro 02, elaborado fundamentalmente a partir do caderno de cartografia do IBGE (1999) e da compreensão das explicações de Libault (1975). Focou-se nos conceitos de sistemas de referências (Coordenadas geográficas e Sistema UTM); Padronizações (legenda, escala e nomenclatura das cartas); Curva de nível (altimetria com vistas à elaboração de perfis topográficos)⁴⁶.

Discute-se brevemente os sistemas de mapeamento do Estado Brasileiro, como o RADAM Brasil, a Carta Internacional ao Milionésimo, os esforços atuais de realização dos mapeamentos sistemáticos pelo IBGE e DSG em meio digital e a disponibilidade de dados via internet, alguns de forma gratuita e outras pagas. Recentemente, o IBGE acaba de disponibilizar o mapeamento nacional na escala de 1:250.000, um avanço, pois até o presente momento a única escala padronizada e disponível de mapeamento nacional ainda era a de 1:1.000.000⁴⁷.

A leitura e a interpretação da carta topográfica permitem compreender os ordenamentos espaciais (as igualdades e diferenciações) e seus sentidos. Clareia-se como a carta estabelece a condição geográfica do Estado Nação (e sua relação com o mercado mundial), permitindo a leitura desta escala como sugere Smith (2000, p. 153-154):

⁴⁶ Foi utilizado um esquema da estrutura da carta topográfica elaborado pelo professor Alexandre Rosa dos Santos da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: www.mundogeomatica.com.br/EC/.../Capitulo1.doc. Último acesso: Outubro de 2012.

⁴⁷ Ver reportagem: <http://mundogeo.com/blog/2013/10/22/ibge-disponibiliza-versao-integrada-da-base-cartografica-continua-do-brasil/>. Bases disponíveis em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_vetorial_continua_escala_250mil/

Embora represente uma divisão do mercado mundial, a escala nacional é primariamente uma construção política, o lugar do poder estatal... o estado-nação tornou-se a escala dominante do poder estatal com a emergência do capitalismo. Ele difere das formações anteriores do Estado, porque a cidadania se refere a uma nação definida por seu território, em vez de por laços de parentesco, o que é simbolizado pela invenção comparativamente recente do passaporte e da construção de cercas, muros e postos alfandegários... Se a definição territorial do 'corpo político' substitui a genética, nem por isso o localismo inerente a esta última é vencido. Diferenças étnicas, raciais, religiosas ou regionais podem dividir internamente o estado-nação, e a cidadania atribui estatuto de estrangeiro com tanta certeza e emoção quanto confere identidade nacional (SMITH, 2000, p. 153-154).

Como por exemplo, identificar como se estabelecem as dimensões municipais, estaduais, nacionais; a hierarquia entre as vias de circulação; os limites da urbanização; a condição do uso da terra; produzidas por sujeitos sociais e não vazios, planejados ou naturalmente fixados nestes lugares:

O poder estatal não só está nas mãos de uma classe dominante minoritária, como em geral, de homens, provavelmente de um determinado grupo racial, étnico ou religioso. Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas estruturas nacionais de direitos civis e leis da propriedade. O Estado polícia também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial, o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não sejam tão claramente definidas (SMITH, 2000, p. 154).

Assim, a Carta Topográfica possibilita uma compreensão preliminar e fundamental da geomorfologia no tocante às feições dos sistemas-vertentes e da composição das bacias hidrográficas, bem como de seus usos. Deve ser amplamente explorada nos outros campos geográficos como a geomorfologia, agrária, urbana, etc. Ou seja, a compreensão da carta topográfica e a prática de seu manejo não se esgotam em uma disciplina introdutória de Cartografia.

A CARTA TOPOGRÁFICA

SISTEMA DE REFERÊNCIAS		PADRONIZAÇÕES				CURVA DE NÍVEL																																																											
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	SISTEMA UTM	LEGENDA	ESCALA: NOMENCLATURA E ARTICULAÇÃO DE FOLHAS		ALTIMETRIA/TOPOGRAFIA																																																												
<p>MERIDIANOS (linhas dispostas no sentido norte-sul): semi-circunferências de círculos máximos, cujas extremidades são os pólos. Qualquer dos meridianos divide a Terra em dois hemisférios: Ocidental e Oriental.</p> <p>Meridiano de Greenwich (Londres) base para determinar os hemisférios, também para a contagem da longitude. <i>Hemisfério</i></p>	<p>Não é uma projeção, mas um sistema de referências espaciais a partir da projeção transversa de Mercator (conforme de Gauss).</p> <p>Surgiu o sistema em 1947, para determinar as coordenadas retangulares nas cartas militares, em escala grande, de todo o mundo.</p>	<p>Localidades Limites Estradas de Rodagem</p>	<p>Este índice tem origem nas folhas ao Milionésimo (CIM), e se aplica a denominação de todas as folhas de cartas do mapeamento sistemático (escalas de 1:1.000.000 a 1:25.000).</p>		<p>Curva de nível: linha representada numa carta ou mapa destinado a retratar matematicamente uma forma de relevo. Esta curva une todos os pontos de igual altitude, acima ou abaixo duma superfície de referência, em geral o nível do mar. O mesmo que isoipsia, curva hipsométrico. OLIVEIRA, Ceurio de, Dicionário Cartográfico, IBGE, RJ 1983, 2ª edição.</p> <p>A curva de nível constitui uma linha imaginária do terreno, em que todos os pontos de referida linha têm a mesma altitude, acima ou abaixo de uma determinada superfície da referência, geralmente o nível médio do mar.</p>																																																												
<p>PARALELOS (Linhas dispostas no sentido leste-oeste): circunferências que têm seus planos, em toda a sua extensão, a igual equidistância do plano do equador sendo sempre perpendiculares ao Eixo da Terra.</p> <p>Linha do Equador – é o paralelo cujo plano é perpendicular ao Eixo da Terra e está equidistante dos pólos geográficos, dividindo o globo terrestre em dois hemisférios: norte e sul</p>	<p>O quadriculado UTM está associado ao sistema de coordenadas plano-retangulares, tal que um eixo coincide com a projeção do Meridiano Central do fuso (eixo N apontando para Norte) e o outro eixo, com o do Equador. Assim cada ponto do elipsóide de referência (descrito por latitude, longitude) estará biunivocamente associado ao terno de valores Meridiano Central, coordenada E e coordenada N.</p> <p>A cada fuso associamos um sistema cartesiano métrico de referência, atribuindo à origem do sistema (interseção da linha do Equador com o meridiano central) as coordenadas 500.000 m, para contagem de coordenadas ao longo do Equador, e 10.000.000 m ou 0 (zero) m, para contagem de coordenadas ao longo do meridiano central, para os hemisférios sul e norte respectivamente. Isto elimina a possibilidade de ocorrência de valores negativos de coordenadas.</p>	<p>Pontos de Controle Altitudes</p>	<p>A distribuição geográfica das folhas ao Milionésimo foi obtida com a divisão do planeta (representado aqui por um modelo esférico) em 60 fusos de amplitude 6º, numerados a partir do fuso 180º W - 174º W no sentido Oeste-Leste (Figura 2.13). Cada um destes fusos por sua vez estão divididos a partir da linha do Equador em 21 zonas de 4º de amplitude para o Norte e com o mesmo número para o Sul.</p> <p>A divisão em fusos aqui apresentada é a mesma adotada nas especificações do sistema UTM. Na verdade, o estabelecimento daquelas especificações é pautado nas características da CIM.</p>		<p>Características da curva de nível:</p> <p>a) As curvas de nível tendem a ser paralelas entre si. b) Todos os pontos de uma curva de nível se encontram na mesma elevação. c) Cada curva de nível fecha-se sempre sobre si mesma. d) As curvas de nível nunca se cruzam, podendo se tocar em saltos d'água ou despenhadeiros. e) Em regra geral, as curvas de nível cruzam os cursos d'água em forma de "V", com o vértice apontando para a nascente.</p>																																																												
<p>Com base na rede de meridianos e paralelos podemos determinar as coordenadas geográficas:</p> <p>LATITUDE: é o valor angular do arco de meridiano compreendido entre o equador e o paralelo do lugar de referência.</p> <p>A latitude quando medida no sentido do pólo Norte é chamada Latitude Norte ou Positiva. Quando medida no sentido Sul é chamada Latitude Sul ou Negativa. Sua variação é de: 0º a 90º N ou 0º a + 90º; 0º a 90º S ou 0º a - 90º</p> <p>LONGITUDE: É o valor angular do arco contado sobre o Equador e que vai de GREENWICH até o Meridiano do referido lugar.</p> <p>A Longitude pode ser contada no sentido Oeste, quando é chamada LONGITUDE OESTE DE GREENWICH (W Gr.) ou NEGATIVA. Se contada no sentido Este, é chamada LONGITUDE ESTE DE GREENWICH (E Gr.) ou POSITIVA. A Longitude varia de: 0º a 180º W Gr. ou 0º a - 180º; 0º a 180º E Gr. ou 0º a + 180º .</p>	<p>LONGITUDE: A Terra é dividida em 60 fusos de 6º de longitude, os quais têm início no antimeridiano de Greenwich (180º), e seguem de oeste para leste, até o fechamento neste mesmo ponto de origem.</p> <p>LATITUDE: Os fusos se originam no paralelo de 80ºS até o paralelo 84ºN.</p> <p>Cada um dos fusos, chamamos de fusos UTM, tem origem na interseção do seu meridiano central com a linha do Equador.</p> <p>As coordenadas UTM destes pontos são x=E (Este)=500.000,00 m e y=N (Norte)=10.000.000,00m, no Hemisfério Sul, e y=N=0,0m, no Hemisfério Norte.</p>	<p>Hidrografia Vegetação Uso da terra</p>	<p>Cada uma das folhas ao Milionésimo pode ser acessada por um conjunto de três caracteres:</p> <p>1º) letra N ou S - indica se a folha está localizada ao Norte ou a Sul do Equador. 2º) letras A até U - cada uma destas letras se associa a um intervalo de 4º de latitude se desenvolvendo a Norte e a Sul do Equador e se prestam a indicação da latitude limite da folha (3). 3º) números de 1 a 60 - indicam o número de cada fuso que contém a folha.</p> <p style="text-align: center;">ESCALAS E NOMENCLATURAS</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:1.000.000</th> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:500.000</th> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:250.000</th> </tr> <tr> <th style="text-align: left;">LETRA</th> <th style="text-align: left;">FUSO</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <td>S</td> <td>A-I</td> <td>19-25</td> <td>V</td> <td>X</td> <td>A B</td> </tr> <tr> <td>N</td> <td>A-B</td> <td>19-25</td> <td>Y</td> <td>Z</td> <td>C D</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:100.000</th> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:50.000</th> <th colspan="2" style="text-align: left;">1:25.000</th> </tr> <tr> <td>I</td> <td>II</td> <td>III</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>NO NE</td> </tr> <tr> <td>IV</td> <td>V</td> <td>VI</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>SO SE</td> </tr> </table>		1:1.000.000		1:500.000		1:250.000		LETRA	FUSO					S	A-I	19-25	V	X	A B	N	A-B	19-25	Y	Z	C D	1:100.000		1:50.000		1:25.000		I	II	III	1	2	NO NE	IV	V	VI	3	4	SO SE	<p>Com a finalidade de ter a leitura facilitada, adota-se o sistema de apresentar dentro de um mesmo intervalo altimétrico, determinadas curvas, mediante um traço mais grosso. Tais curvas são chamadas "mestras", assim como as outras, denominam-se "intermediárias". Existem ainda as curvas "auxiliares".</p> <p style="text-align: center;">VALORES DAS CURVAS DE NÍVEL:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>ESCALA</th> <th>EQÜIDISTÂNCIA</th> <th>CURVAS MESTRAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1: 25.000</td> <td>10 m</td> <td>50 m</td> </tr> <tr> <td>1: 50.000</td> <td>20 m</td> <td>100 m</td> </tr> <tr> <td>1: 100.000</td> <td>50 m</td> <td>250 m</td> </tr> <tr> <td>1: 250.000</td> <td>100 m</td> <td>500 m</td> </tr> <tr> <td>1: 1.000.000</td> <td>100 m</td> <td>500 m</td> </tr> </tbody> </table> <p>A cor da representação da altimetria do terreno na carta é, em geral, o sépia. A própria simbologia que representa o modelado terrestre (as curvas de nível) é impressa nessa cor.</p>	ESCALA	EQÜIDISTÂNCIA	CURVAS MESTRAS	1: 25.000	10 m	50 m	1: 50.000	20 m	100 m	1: 100.000	50 m	250 m	1: 250.000	100 m	500 m	1: 1.000.000	100 m	500 m
1:1.000.000		1:500.000		1:250.000																																																													
LETRA	FUSO																																																																
S	A-I	19-25	V	X	A B																																																												
N	A-B	19-25	Y	Z	C D																																																												
1:100.000		1:50.000		1:25.000																																																													
I	II	III	1	2	NO NE																																																												
IV	V	VI	3	4	SO SE																																																												
ESCALA	EQÜIDISTÂNCIA	CURVAS MESTRAS																																																															
1: 25.000	10 m	50 m																																																															
1: 50.000	20 m	100 m																																																															
1: 100.000	50 m	250 m																																																															
1: 250.000	100 m	500 m																																																															
1: 1.000.000	100 m	500 m																																																															

Quadro 02: A carta topográfica. Organizado com base nos dados de IBGE (1999) e Libault (1975), adaptado por Sinthia Cristina Batista, 2013.

Nas aulas são desenvolvidas atividades de desenho e leitura de curvas de nível em relação ao comportamento hidrográfico,⁴⁸ bem como a elaboração de um perfil topográfico, geralmente do trajeto entre a Universidade e o lugar de realização do trabalho de campo⁴⁹.

Além de instrumentalizar os estudantes para a elaboração de leituras e cortes topográficos, é necessário realizar uma conexão entre a representação da carta topográfica e o trajeto realizado para o trabalho de campo. É importante que o estudante observe e apreenda os contextos geográficos e não só o lugar da “visita “a campo””.

Em geral são duas dificuldades apresentadas: a dúvida sobre os intervalos das curvas de nível, ‘onde uma começa e onde outra termina’, ‘pinto para dentro ou para fora?’ Que exige a compreensão das curvas de nível como um fenômeno contínuo e que estabelece intervalos de leituras. E a dificuldade sobre a relação entre as escalas horizontal e vertical. ‘Por que não é possível utilizar a mesma escala nos dois eixos?’ É preciso entender que a escala vertical realiza uma ampliação em relação à horizontal, para dar contorno à topografia. O perfil estabelece um exagero para a *altitude* e não para a distância ou área, estabelecidas na escala horizontal. Caso se utilize a mesma escala nos dois eixos há o achatamento do perfil.

No perfil elaborado do trajeto entre a UFMT, em Cuiabá e o Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol do Oeste, há cortes pedagogicamente claros: os domínios da “Depressão Cuiabana” e a abrangência da “Região Metropolitana de Cuiabá” (avançando até parte do pantanal); a parte superior da planície do “Pantanal Mato-grossense” e a criação de gado bovino ‘solto’ (tanto de corte, quanto de leite, principalmente nos assentamentos rurais); o corte desta planície pela “Província Serrana”; as bordas da planície pantaneira rumo ao planalto pantaneiro às áreas das cabeceiras a meio-oeste do Estado de Mato-Grosso, além do gado, as plantações de Teca, Cana-de-açúcar e Soja.

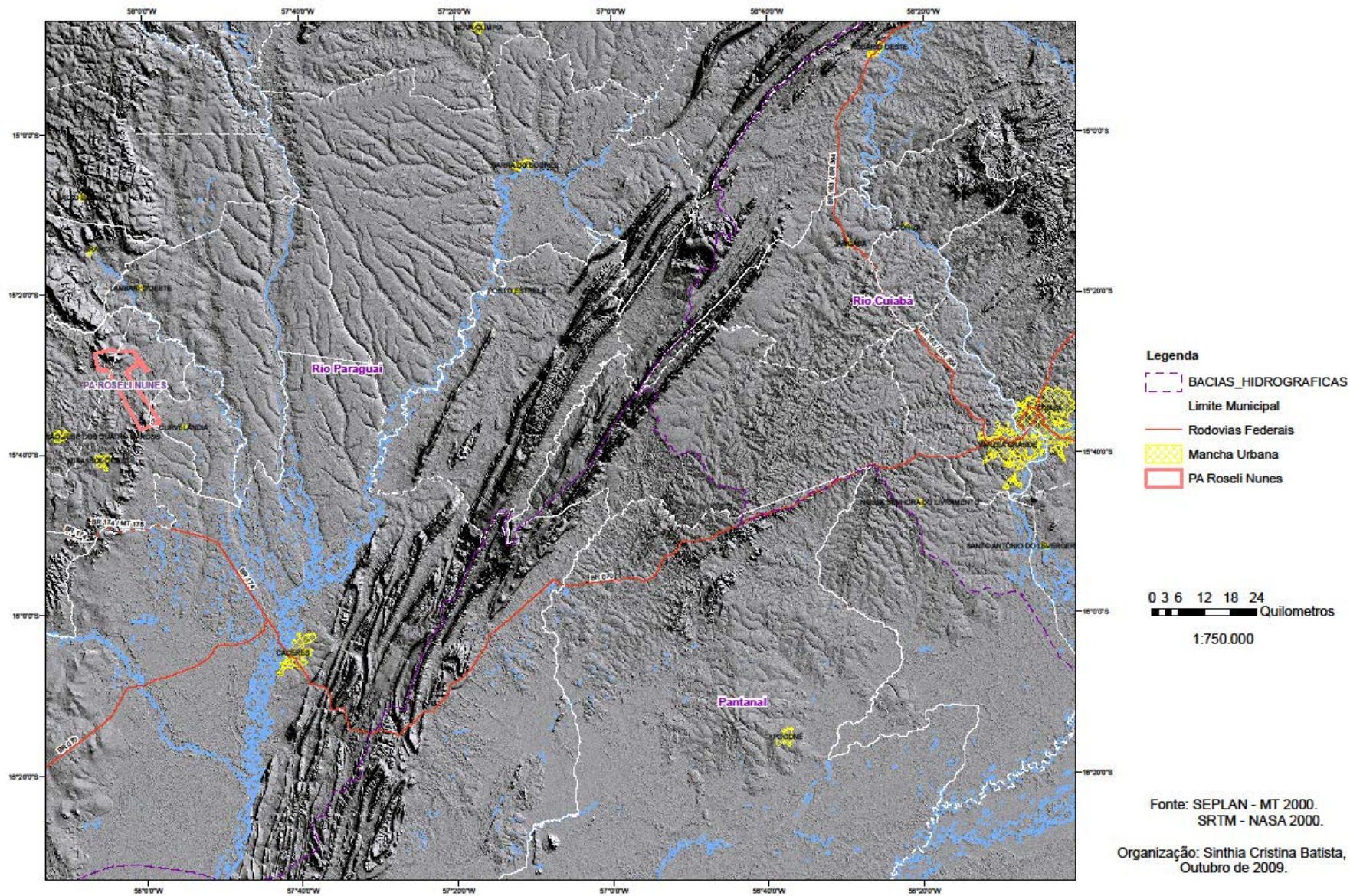
Estes contextos podem ser exercitados na relação entre a leitura da paisagem e dos produtos cartográficos, viabilizados e estimulados em múltiplas oportunidades, como a partir da correlação entre o perfil topográfico, as cartas topográficas, Carta-imagem⁵⁰ (Trajeto: Trabalho de Campo Cuiabá – Assentamento Roseli Nunes, mapa 01, impresso na tese 40% menor que o tamanho original) e um recorte do mapa político-administrativo do Estado (mapa 02).

⁴⁸ Esta atividade era desenvolvida pelo professor Mário de Biasi, na disciplina de Cartografia Sistemática na USP.

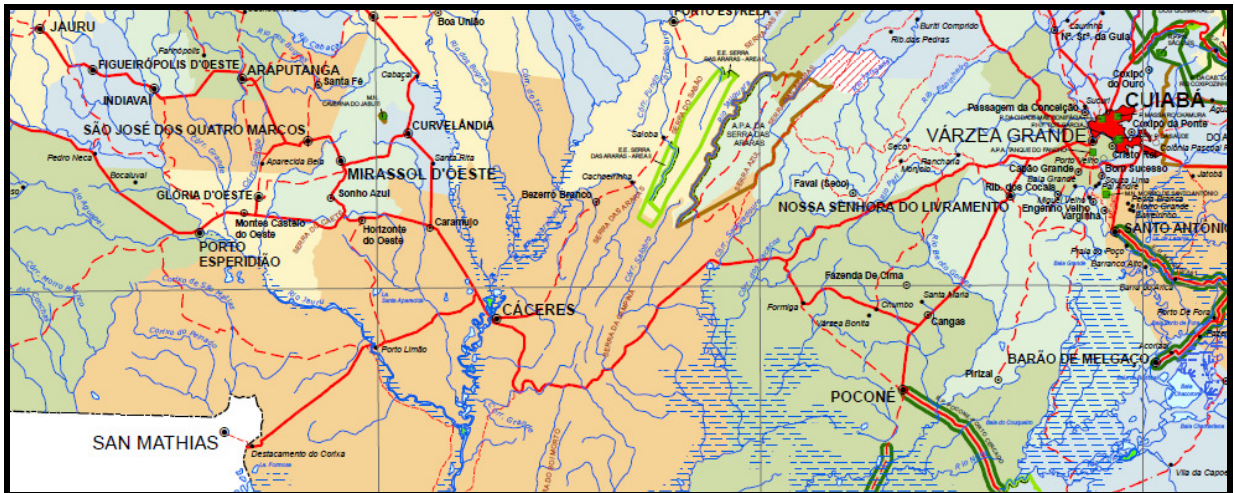
⁴⁹ O texto de BIASI (1975) aborda a questão da declividade, mas não há tempo hábil para trabalhar esta noção como desejada. Portanto, só foi assinalada a possibilidade da leitura da declividade, sem elaboração de atividades para sua compreensão e fixação. Em algumas turmas facultou-se a elaboração de maquetes à de perfis topográficos; para a elaboração de maquetes o texto base é o de SIMIELLI (1991).

⁵⁰ Estes mapas são entregues aos estudantes para seus estudos durante a viagem de campo.

Trajeto Trabalho de Campo Cuiabá - Assentamento Roseli Nunes



Mapa 01 - Carta Imagem: trajeto trabalho de campo de Cuiabá



Mapa 02 - Divisão político-administrativa e territorial do Estado de Mato Grosso. Escala 1:1.500.000. Fonte SEPLAN: 2010.

O trajeto, mapa 02, percorreu a região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, passando principalmente por Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Curvelândia e Mirassol do Oeste.

Estimula-se o exercício da análise a partir da paisagem nas atividades de campo, conforme sugere Correa (1996) e recomenda-se assumi-la como expressão fenomênica de processos sociais que transformaram (dialeticamente) a paisagem natural em um conjunto de formas espaciais articuladas socialmente entre si.

A paisagem, para não ser uma mentira (Santos, 1978), deve ser analisada considerando-se que, no limiar do século XIX, já se acumularam inúmeras formas espaciais que convivem lado a lado no mesmo lugar, assim como outras formas tiveram suas funções alteradas. Assim, a paisagem do mundo globalizado é constituída por formas criadas em momentos, processos e agentes sociais distintos. Ela é poligenética e está impregnada de formas refuncionalizadas. Ela é também polissêmica, susceptível de ser lida de modo diferenciado pelos diversos grupos sociais e indivíduos que a vivenciam diferentemente. Ela é rica de significados, cada um deles referenciado às possibilidades efetivas que indivíduos e grupos têm em decifrá-la.

Ainda segundo Correa (1996) a paisagem geográfica pode ser analisada como paisagem da cultura dominante e paisagens alternativas, estas se subdividem em: paisagens residuais, paisagens emergentes e paisagens excluídas.

A paisagem da cultura dominante constitui-se em um dos meios através dos quais o grupo dominante tem o poder sustentado e reproduzido, em grande medida, pela capacidade de projetar e comunicar e para todos os outros grupos, uma imagem de seu mundo, consoante a sua própria experiência, e ter aquela imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos.

O interesse das paisagens residuais para o geógrafo reside no fato de permitirem a reconstrução da geografia do passado, enquanto as paisagens emergentes podem expressar um caráter utópico com base em nova organização social. As paisagens excluídas estão associadas às minorias e grupos integrados, tratando-se de paisagens muitas vezes imperceptíveis aos olhos da cultura dominante, mas rica de símbolos e significados para o grupo excluído.

Esta também pode se revelar como a paisagem do medo ou paisagem do desespero, vivenciada por indivíduos e grupos específicos. Trata-se de leitura que ultrapassa o imediatismo de sua apreensão empirista. Assim, como alerta Correa (1996):

O trabalho de campo não deve se tornar uma armadilha para o geógrafo a partir de paisagens e relações espaciais cada vez mais complexas e escamoteadoras. Deve ser de forma mais crítica e teoricamente mais fundamentada, como foi no passado, um dos principais meios através do qual o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infundável movimento de transformação do homem em sua dimensão espacial (CORREA, 1996, p.28).

1.2.1.III.3 Trabalho de campo – bases para o mapeamento comunitário⁵¹

Nas aulas deste bloco preparamo-nos para o trabalho de campo e o mapeamento comunitário, iniciando com a discussão sobre o sentido do trabalho de campo e da pesquisa em geografia.

Guardadas as devidas diferenciações entre o “olhar” geográfico e o “olhar etnográfico”, a partir de Cardoso (1988), problematizamos o significado e sentido da observação, a diferença sutil entre aquilo que vemos e aquilo que olhamos. Não destituímos o sentido material do olhar, ao contrário, agregamos à intencionalidade do olhar o respaldo para este sentido.

Para este autor, o ver conota ingenuidade no vidente, evoca espontaneidade, ‘desprevenção’, sugerindo contração ou rarefação da subjetividade, como para atestar as imposições do mundo, realçar o poder das coisas, sua jurisdição sobre o conhecimento. Já o olhar aflora certa intenção, carrega certo urdimento, algum cálculo ou malícia, as marcas dos artifícios sublinham a atuação e poderes do sujeito.

⁵¹ Foram trabalhados os seguintes textos: Texto 16: LACOSTE, Y. Os objetos geográficos. In: AGB Seleção de textos - Cartografia temática, São Paulo, AGB. n. 18, p.1-16. 1988.

Texto 17: FERNANDES, B. M. (2005) Movimentos Socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Osal, Avi, N.16. P.273-283. Disponível: www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf

Texto 18: KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: AGB Seleção de textos - Teoria e método. São Paulo: AGB-SP. n.11. p. 25-40. 1985.

Entre o ver e olhar é a própria configuração do mundo que se transforma. A passagem entre ver e olhar requer um salto – saltar do espaço das significações estabelecidas e mergulhar no mundo temporal do sentido. O ganho de clareza deste salto permite ao estudante conquistar outro patamar em sua formação, uma nova apropriação do tempo e do espaço, a possibilidade de realizar outros deslocamentos, nas palavras de Cardoso (1988), “novas viagens”.

A condição de possibilidade da distância que se articula a partir do movimento da realidade está na temporalidade, assim o distanciamento nada mais é que a temporalização do seu sentido - a distância é um produto do tempo, que é distanciamento. Assim, viagens podem ser definidas como distanciamentos, opondo-se a deslocamentos vinculados ao espaço. O viajante se distancia porque se diferencia e transforma seu mundo; e as viagens são sempre empreitadas no tempo.

As viagens podem ser compreendidas como exercícios do olhar, tendo origem nas brechas do sentido. É sempre pelos vãos do próprio mundo que o viajante penetra, abrindo passagens na paisagem; então, a viagem como o olhar temporaliza a realidade. Também, as viagens são sempre experiências de estranhamento, nesse sentido, o mundo não se estreita, se abre; o distanciamento das viagens não desenraíza o sujeito, apenas diferencia seu mundo.

Segundo Cardoso (1988), as viagens alteram e diferenciam o mundo do viajante. Não estão liberadas de um compromisso de formação científica, ou de um compromisso político mediante o mundo que aos poucos “consegue enxergar”, portanto, nas aulas de metodologia de pesquisa, pelo menos nas ciências humanas, o estudante se defronta com o problema de "produzir" o conhecimento em lugar de apenas "consumi-lo". "E esse fato coloca sobre os ombros do professor de pesquisa uma responsabilidade adicional: a de ensinar o aluno a pensar, o que o leva, muitas vezes a dar ênfase ao ensino dos rudimentos de epistemologia e lógica do que às técnicas de coleta e análise de dados" (ABRAMO,1979, p. 22).

Ao professor também cabe mostrar ao estudante que o método científico é um caminho para a compreensão do mundo com ‘certa objetividade’. Na oportunidade do trabalho de mapeamento no assentamento, a expectativa é de que o estudante de geografia seja capaz de compreender que:

A possibilidade de se fazer pesquisa científica em Sociologia e nas ciências afins reside no fato de que os acontecimentos humanos históricos, sociais não se dão por acaso; ao contrário estão sempre interligados por relações, embora tendenciais ou de probabilidade, e mesmo que tais relações não sejam explícitas, evidentes ou conscientes. A procura e a descoberta dessas relações tendenciais e prováveis, ou leis sociológicas, é a meta final da pesquisa sociológica. E descobrir leis sociológicas é, em última análise, explicar os fatos sociais, incluindo-se aí a história do desenvolvimento das sociedades humanas (ABRAMO, 1979, p. 26).

Reafirma-se que a ciência como forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo e possibilidade de produção do conhecimento é resultado de um processo social, Abramo (1979). Quaisquer técnicas investigativas estão associadas a um pressuposto filosófico e político socialmente produzido, e é com esta compreensão que se propõe discutir o trabalho de campo em Geografia.

Para Kayser (1985) a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É indispensável à análise da situação social, e não espacial. São as relações dos homens com o espaço ou ‘sua produção’ que deve apreender a atenção dos geógrafos. ‘A situação social é o produto da história e a ótica marxista, fundamentalmente histórica, é necessariamente seguida por quem deseja ir ao fundo das coisas’.

O autor estabelece claramente suas bases analíticas e sugere, a partir da leitura de Mao Tse-tung, que “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo dentro do próprio meio deste fenômeno”, seguindo um princípio de ação política. Kayser (1985) indica que a necessidade de adesão intelectual a este princípio é bem evidente para muitos, mas a pesquisa acadêmica se desenvolve fora desta lógica.

Os limites da pesquisa de campo foram levantados, entre outros, por Kayser (1985): a desconexão escalar pode induzir em graves erros de interpretação da realidade baseados na desconsideração da perspectiva de totalidade. A incapacidade em distinguir a essência da aparência constitui-se em equívoco que o trabalho de campo pode permitir. Contudo, é essencial para o geógrafo, ainda que não seja autossuficiente para desenvolver uma clara e lúcida visão crítica da realidade.

Kayser (1985) discute ainda os sentidos e as justificativas do trabalho de campo, problematizando o domínio da técnica pela elite e o uso dos produtos do trabalho de campo por esta classe social, mesmo que o pesquisador pareça politicamente engajado com a perspectiva de esquerda. Ou seja, é preciso ter clareza da abrangência dos trabalhos de campo nas comunidades pesquisadas, pois há uma responsabilidade e um compromisso político por parte do pesquisador com os dados e as leituras sobre esta realidade determinada.

O autor questiona: a pesquisa poderia retornar à sua fonte? Voltar-se a serviço dos pesquisados? Apesar das inúmeras contradições e conflitos que esta prática engendra (das dificuldades do retorno e das barreiras políticas para sua realização), não é este o sentido social da pesquisa? A compreensão e a transformação por parte dos principais interessados na realidade por eles mesmos vivida?

(...) não é verdade que através dos contatos e das discussões que se instauram durante os levantamentos do campo o pesquisador pode ser diretamente útil a seus interlocutores, lhes informando, lhes ajudando a interpretar as pressões ou as intervenções por que passam, a recolocar seus problemas específicos dentro da problemática geral? Não é também verdade que a melhoria do conhecimento da sociedade, adquirida através dos levantamentos de campo e de sua análise, pode contribuir para a elaboração e aprimoramento da teoria política que lhe faz falta, em particular, no mundo rural? (KAYSER, 1985, p. 38).

Em síntese, Bernard Kayser (1985) e Yves Lacoste (1988) questionam a ideia, ainda arraigada em muitos cursos de Geografia, de um trabalho de campo de observação (muitas vezes nem chega à descrição) só de *ver* parece que já estão exercitando o *olhar* de “Geógrafos”. Instiga o estudante a assumir uma postura política com responsabilidade política e social ao afirmar que pesquisas “desinteressadas” podem trazer consequências sérias às comunidades envolvidas, relevando a necessidade de retorno a estas mesmas pessoas do trabalho realizado.

Os textos trabalhados fortalecem o dimensionamento da relação entre o trabalho do pesquisador e a comunidade estudada. Valorizou-se, neste processo, a construção da autonomia de pesquisa de campo, a vivência e a coerência aos objetivos do trabalho, relacionando o trabalho de campo à perspectiva teórico-metodológica da pesquisa.

Estes autores, em conjunto aos outros anteriormente trabalhados, possibilitaram avançar no debate sobre o conceito de escala geográfica. Considerando o trabalho com os camponeses assentados e ainda em luta, exercitou-se a análise multi-escalar que partiu da grande escala a partir da vivência do assentamento, que se mantêm intrinsecamente constituído pelas diversas escalas (do corpo, do urbano, da nação e do globo) determinando as interações no lugar e no território. Por fim, buscou-se compreender a partir da análise da política escalar a relação entre o agronegócio e a agricultura camponesa.

Como proposta metodológica Kayser (1985) indica a necessidade da **‘Análise de situação’**; **‘Organização de hipóteses de trabalho’**; **‘Compreensão da realidade a partir dos conflitos e da luta de classes’**; **‘Valorização da vida cotidiana’**; **‘Identificação e contextualização dos atores na cena social** (dá-se preferência à designação 'sujeitos sociais'); **‘Consideração das escalas locais e globais’**. Constituindo-se como referência para o desenvolvimento do trabalho de campo com vistas ao mapeamento comunitário, sendo discutida amplamente com os estudantes, relacionando-a aos outros debates teóricos realizados no curso de Cartografia Geral. Esta referência consolidou-se no trabalho a partir das jornadas abaixo discriminadas, ocorrendo simultaneamente:

1. Em sala de aula: processo de aprendizagem técnico e teórico - relação entre cartografia e geografia; sentido e significado do trabalho de campo em geografia e mapeamento comunitário;
2. Preparação para o trabalho de campo: levantamentos cartográficos, leitura de artigos estruturantes ao método e metodologia do trabalho, elaboração de hipóteses de mapeamento;
3. Trabalho em campo: discussão sobre a realidade do assentamento junto à comunidade, indicações das possibilidades de mapeamentos, levantamento de informações/dados/imagens, início do debate para a construção da legenda;
4. Retorno à comunidade dos trabalhos finalizados: elaboração em gabinete de mapas em meio digital, mapas em meio analógico e maquete.

A práxis da sala de aula culminou na estruturação de uma proposta de mapeamento comunitário trabalhada em dois momentos: um com estudantes de geografia, como síntese de um processo de aprendizagem do sentido e significado de um projeto cartográfico, que será apresentado sequencialmente.

E num segundo momento, a proposta de mapeamento comunitário junto à comunidade do assentamento Roseli Nunes que culminou na elaboração de um “Memorial do Assentamento”, apresentado na segunda parte da presente tese.

1.3 MAPEAMENTO COMUNITÁRIO: ORIENTAÇÃO DE UM PROJETO CARTOGRÁFICO⁵²

Vivemos atualmente a convivência de uma massa inédita de informações disponíveis e uma incapacidade aparentemente insuperável de interpretação dos fenômenos. Vivemos o que alguns chamam de “novo analfabetismo” – porque é capaz de explicar, mas não de entender -, típico dos discursos econômicos... A diferença entre explicar e entender pode dar conta da diferença entre acumulação de conhecimentos e compreensão do mundo. Explicar é reproduzir o discurso midiático, entender é desalienar-se, é decifrar, antes de tudo, o mistério da mercadoria, é ir para além do capital... Os que lutam contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital – têm como tarefa educacional a “transformação social ampla emancipadora.” Emir Sader (Prefácio de Mészáros, 2008, p.17/18).

A tarefa educacional proposta por Mészáros constituiu-se num processo de elaboração constante das práticas em sala de aula durante a vivência do ensino superior em Mato Grosso.

Nas diversas instituições nas quais ministrei aula foi possível realizar uma leitura das representações sobre a questão agrária presentes nas falas dos estudantes de Geografia e a partir disto propor o trabalho de mapeamento comunitário. Em linhas gerais, tais representações deslocam o sentido do violento processo de ‘desbravamento de terras ‘vazias’ e ‘sem uso’, nas décadas de 1970 e 1980, para a construção de um Estado que conquistou o ‘respeito nacional’ a partir da consolidação de uma economia forte, ancorada no agronegócio.

Passa ‘despercebido’ que o processo migratório, do qual a grande maioria deles é filho, foi um processo de exploração da classe trabalhadora por todo o país, a partir do movimento da relação capital-trabalho, em especial dos camponeses.

Em princípio, muitos estudantes consideram que os ricos fazendeiros do Estado foram sujeitos mais audaciosos e perspicazes para a construção de seus patrimônios, preenchendo de ‘algum sentido’ terras vazias com riqueza a ser conquistada, ainda que reconheçam as inúmeras ilegalidades deste processo. Portanto, a luta pela terra não tem sentido, é preciso ‘trabalhar’ para ‘conquistar’ a terra, comprá-la, adquiri-la.

⁵² Textos utilizados em aula: Texto 19: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. FASCÍCULO 3. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. São Luís, 2005.

Texto 20: JOLY, F. (1997). A cartografia. Campinas: Tapirus 136p.

Como já relatado, soma-se ao anseio de uma formação atenta ao amplo mercado de trabalho a ser conquistado. Afinal, as legislações ambientais ampliam ‘seu rigor’ mediante um processo de legitimação do agronegócio, exigindo georeferenciamentos de diferentes tipos para contemplar os requisitos mínimos que garantem a continuidade dos ‘subsídios do Estado’, assim como sua a produção e reprodução.

Este contexto indica a necessidade de compreender coletivamente tais representações, capturando o movimento, os sentidos, os deslocamentos e as substituições que operam. Um trabalho de mapeamento com novos sentidos possui uma potência: a possibilidade da elaboração de outras representações, que subvertam os sentidos, que sugiram outras possibilidades, que veiculem outros discursos, que fortaleçam outras práticas sociais, inclusive dos geógrafos em formação.

A proposta do **mapeamento comunitário** surge na disciplina de cartografia como experiência, vivência e realização **de um processo cartográfico** pleno, acompanhado da concepção à elaboração e uso do mapa. Considerando ser uma disciplina introdutória à cartografia, o aperfeiçoamento técnico no que se refere ao design do mapa não é ‘exigido’, sendo orientando um trabalho preliminar a partir das técnicas de representação em relação à natureza da informação mapeada a partir de Joly (1997).

Ao vivenciar este processo, realizamos, alunos e professora, um debate junto aos movimentos sociais no Estado de Mato Grosso indicando a necessidade de superação desta situação, que se origina fundamentalmente: na separação entre ciência, o conhecimento popular, a luta de classes e a vida cotidiana. Outras questões também impulsionaram este trabalho como: a ausência dos estágios de vivência no curso de Geografia na UFMT, o desconhecimento das demandas dos grupos sociais em relação ao mapeamento de seus territórios e conflitos sócio-ambientais; o tímido debate sobre representações.

Considerando este quadro, propusemos ao MST o trabalho de mapeamento comunitário em um de seus assentamentos, que foi aceito prontamente. Esclarecemos que este tipo de mapeamento trabalha com um conteúdo proveniente das demandas da sociedade, da necessidade do homem em sistematizar suas ações e ao mesmo tempo agir e avaliá-las. Para que possamos manifestá-las e assim explicitar as mazelas das condições humanas e a urgência da transformação social.

Por conseguinte, o trabalho desenvolveu-se, entre os anos de 2009 e 2013 junto à comunidade do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste/MT, fruto do processo de luta pela terra. No total foram seis turmas: três de bacharelado (Outubro de 2009, Outubro de 2010 e Fevereiro de 2013), duas de licenciatura (Junho de 2010 e Junho de 2012) e uma do currículo antigo

licenciatura-bacharelado (Novembro de 2009), com trabalhos em campo de 3 a 4 dias. Uma turma desenvolveu o trabalho na comunidade Nitó – Nossa Senhora do Livramento/MT, fruto de um processo de sesmarias, hoje a comunidade familiar agrega-se em torno de uma associação que busca forjar uma unidade territorial para pleitear políticas e subsídios para sua produção.

Na oportunidade da apresentação da tese será detalhado o processo de mapeamento comunitário junto ao assentamento Roseli Nunes, que materializou o objetivo geral da disciplina de cartografia geral (apresentado no começo do capítulo) valorizando a possibilidade para o trabalho do geógrafo junto às comunidades e aos movimentos sociais. Para tal foram traçados objetivos ao trabalho de mapeamento:

- ✓ REFINAR a aprendizagem sobre as noções da linguagem cartográfica, considerando o processo cartográfico socialmente produzido;
- ✓ DESENVOLVER o raciocínio espacial bem como construir e reconstruir a compreensão do movimento da realidade e a produção do espaço, considerando as estratégias de diferenciação espacial, desigualdade e os diferentes sujeitos sociais em luta;
- ✓ AMPLIAR o conhecimento a respeito da realidade agrária matogrossense, considerando as necessidades técnicas e políticas das comunidades camponesas para a produção e reprodução da vida.
- ✓ DESMISTIFICAR os espaços de luta social.

Foram estabelecidas conexões entre o trabalho de campo em cartografia e a questão agrária, uma vez que o trabalho realizou-se em assentamentos rurais, sendo que em geral a disciplina de geografia agrária ocorre no mesmo semestre que cartografia geral, ampliando a fortalecendo a capacidade de compreensão e envolvimento dos estudantes com a proposta do mapeamento. A seguir apresentam-se as bases da proposta do mapeamento comunitário considerando: o processo cartográfico, a teoria crítica das representações e a movimentação do mapeamento comunitário.

1.3.1 MAPEAMENTO COMUNITÁRIO

Mapeamento: Conjunto de operações geodésicas, fotogramétricas, cartográficas e de sensoriamento remoto, visando à edição de um ou de vários tipos de cartas e mapas de qualquer natureza, como cartas básicas ou derivadas, cadastrais, topográficas, geográficas, especiais, temáticas etc. (OLIVEIRA, 1993, p.337).

Mapeamento: Entende-se por mapeamento a aplicação do processo cartográfico sobre uma coleção de dados ou informações, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade perceptível, comunicada a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos que caracterizam a linguagem cartográfica. O planejamento de qualquer atividade que de alguma forma se relaciona com o espaço físico que habitamos requer, inicialmente, o conhecimento deste espaço. Neste contexto, passa a ser necessária alguma forma de visualização da região da superfície física do planeta, onde desejamos desenvolver nossa atividade. Para alcançar este objetivo, lançamos mão do processo cartográfico.

Partindo-se do conceito estabelecido pela ACI (vide 1.1), pode-se distinguir, no processo cartográfico, três fases distintas: a concepção, a produção e a interpretação ou utilização. As três fases admitem uma só origem, os levantamentos dos dados necessários à descrição de uma realidade a ser comunicada através da representação cartográfica. (IBGE, 1999, p.90)

Nota-se nas definições acima descritas que o mapeamento resume-se à aplicação do processo cartográfico. Que por sua vez é um conjunto de operações de desenho e georeferenciamento de uma coleção de dados e/ou informações espaciais, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade espacial perceptível/física e imediata, comunicada visualmente a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos.

Lançando mão do processo cartográfico para ampliar o conhecimento sobre as técnicas de mapeamento e também sobre as diferentes (e desiguais) formas de visualização do espaço, que engendram representações (gráficas e não gráficas) que desenvolve (também deseja desenvolver) nossa sociedade, Compreende-se que o processo cartográfico confere materialidade às ações e às representações socialmente produzidas.

Mapas como representações são mediações espaciais que indicam, viabilizam, simbolizam e materializam a luta pelo/no/do espaço. Seu processo de elaboração, o mapeamento, potencializa-se como possibilidade de captura das representações no tocante à produção do espaço social, seu uso e dominação, bem como da clareza deste processo. Ou seja, é capaz de indicar as relações conflituosas e contraditórias entre a dominação, o controle, a apropriação e o uso do espaço historicamente determinadas, chaves para a compreensão da formação sócio-espacial das diferentes sociedades.

Partindo do debate apresentado por Simielli (1986; 1996) e do conceito de cartografia estabelecido pela ‘Associação Cartográfica Internacional’ (1991) – “A disciplina que trata da concepção, produção, disseminação e estudo de mapas” – podemos estabelecer no processo cartográfico ao menos três fases distintas: a **concepção, a produção e a interpretação e/ou utilização do mapa**. Assim confere-se ao uso do mapa, ao menos, duas atribuições fundamentais: o diagnóstico da condição espacial e as estratégias de dominação e/ou apropriação, ou seja, de sua produção.

É na origem deste processo, a concepção do mapa, que se buscará subverter sua produção e uso, e inserir explicitamente os discursos de quem constrói estas representações evidenciando-se como uma prática social consciente de seu poder, legítimo como instrumento de luta e de fortalecimento da resistência ao modo de produção capitalista, mesmo tendo clareza da contradição da reprodução cotidiana desta sociedade. Deste modo, o processo de mapeamento, aqui trabalhado como comunitário, será desenvolvido como importante instrumento para o engajamento de comunidades à autogestão territorial.

O processo de pesquisa levou à compreensão de que no modo de produção capitalista a participação efetiva do povo nas decisões sobre suas próprias demandas se faz na luta, luta de classes, principalmente na superação posta pela contradição da condição humana de ser/estar no mundo, portanto na compreensão e transformação de seus **processos históricos, conflitos, permanências e possibilidades**.

Conjuntamente emergiram como demandas centrais em torno da transformação desta participação: **o acesso à informação**, que toda a movimentação seja clara e não esconda nenhuma informação relevante que modifique as ações políticas; a relevância **do debate contínuo**, tendo em vista o amplo acesso às informações por todos, que se realize em igualdade de condições um debate aberto e acessível ao maior número de pessoas da comunidade; e por fim da partilha das **responsabilidades**, em que no curso das ações sejam situadas as responsabilidades (do Estado, da comunidade e da equipe de mapeamento) que implicam as transformações necessárias da realidade vigente.

O processo de mapeamento comunitário realiza uma representação distinta das representações cartográficas convencionais. Além da produção de uma representação coletiva, expõe conceitos e entendimentos da comunidade que realiza o mapa, a equipe de mapeamento que trabalha coletivamente por uma autonomia gestonária não tendo a capacidade de impor o mapa a ser realizado. É a comunidade quem escolhe o que expõe, embora possamos apresentar os contextos, suas problematizações e até sugerir proposta de mapas. São aceitas se

correspondem às expectativas da comunidade. Contudo, as leituras dos pesquisadores não se isentam das articulações elaboradas pelas representações.

Neste processo algumas questões surgem, como: qual é o papel da equipe de mapeamento? Geralmente, é a equipe de mapeamento quem desenha o mapa final (digitalizando-o), então, em que medida o produto gerado é fruto da pesquisa ou da comunidade? Há alguma hierarquia de conhecimento ou entendimento da realidade entre quem desenha e quem realiza a representação? Se as ideias e o entendimento são da comunidade o mapa é comunitário, mas a equipe pode neste momento estar inserida na comunidade? Sim, depreende-se que a concepção é da comunidade reelaborada coletivamente, e que o pesquisador é um mediador da técnica e também das representações junto à comunidade em seu momento de elaboração.

Estes mapas são processuais, portanto, o coletivo funde-se. Muitas vezes a equipe de mapeamento num processo analítico posterior ou a própria comunidade desvendam com maior clareza as representações produzidas, podendo até mesmo ‘concordar ou discordar’ tanto das representações, quanto das estratégias utilizadas coletivamente. Dada a aproximação entre a equipe de mapeamento e a comunidade há a liberdade de discutir junto e, portanto a capacidade de modificar estas representações.

Trabalhar com a noção de mapeamento comunitário sugere deslocar a participação como uma ação externalizada, de apoio a alguma prática demandada de fora para dentro da comunidade. A questão da participação exige um amplo debate do significado político que vem assumindo junto às ações de planejamento do Estado, esta questão vem sendo amplamente discutida junto aos debates dos Planos urbanísticos em todo país e também internacionalmente.

Algumas questões são necessárias para a realização deste debate: o sentido da participação para além de um processo consultivo; o combate à participação como instrumento que legitima as ações do Estado; a luta por um processo de debate e ação social amplo, aberto a todas as pessoas e não somente às organizações civis e movimentos sociais institucionalizados; que este processo reconheça o conhecimento da realidade cotidiana vivida pela própria comunidade em questão e se coloque em constante transformação, ou seja, que não se estabeleçam metas a priori a ser alcançadas, mas que possam ser elaboradas paulatinamente; que as questões não sejam tratadas de forma fragmentada, mas articulada à realidade nas diversas escalas e, por fim, que o tempo de debates e ações não obedeçam aos calendários eleitorais, mas das demandas populares.

Outra questão se faz relevante neste processo: a sabotagem de processos participativos que ganham autonomia a partir de ações como: manipulação e ocultação da informação;

desqualificação do trabalho comunitário e popular ao mesmo tempo em que se apropria dos resultados deste trabalho; geração de conflitos internos entre os participantes do processo, “elegendo” determinados grupos como mais representativos que toda a comunidade e, por fim, a criminalização dos movimentos sociais envolvidos no processo e até mesmo de pessoas isoladamente, desqualificando o processo coletivo⁵³.

Pensar num mapeamento comunitário é cindir uma noção de coletivo, não em uma harmonia visando a uma prática homogeneizante, mas da diferença que expressa na representação dos sujeitos que constituem a comunidade. Neste processo também apreendem-se os conflitos internos da própria comunidade que por sua vez revelam mecanismos de reprodução das relações de produção do modo capitalista e das relações de poder.

Isto nos permite questionar a necessidade permanente do mediador técnico, situando como objetivo desta prática a apropriação do espaço e também da cartografia como um conhecimento socialmente produzido a ser socializado (na oportunidade da experiência aqui a ser tratada, tanto pelos estudantes de Geografia, quanto pela comunidade do assentamento).

Não é um mapeamento que visa a incluir os sujeitos em outros contextos sociais, é um mapeamento que visa à luta pela vida. Pelo uso do espaço, por sua apropriação, mesmo que num território dominado por outro, ou concebido por outro. O mais importante no tocante à cartografia é desmistificá-la como técnica e assumi-la como linguagem na qual qualquer sujeito poderá fazer mapas, realizar análises e sínteses espaciais.

Empreender mapeamentos ‘contra hegemônicos’⁵⁴ (sejam denominados como sociais, participativos, comunitários, ou outro modo) envolve: desmistificar a linguagem cartográfica

53 Não será possível alongar-se neste debate sobre participação, apesar de sua extrema relevância, é ainda um debate a ser amadurecido, na relação com a resistência. Uma referência interessante para o debate é o livro de Daniel Bensaïd (2001) “Resistências”, que discute o significado de resistir e como a participação pode ser um componente dessa resistência. A partir de uma analogia com o movimento das toupeiras, assume que embora as resistências não apareçam elas existem subterraneamente e trabalham todo o tempo. Contudo, esta participação/resistência (que não aparece e nem tem resultados tão rápidos) exige um tempo de duração mais longa do que dos processos de aceleração das decisões do capital. Pouco a pouco cavamos as possibilidades, vamos trabalhando, até que as possibilidades se concretizem, ou haja algum “acontecimento”.

Tais questões também estão brilhantemente sistematizadas no documento elaborado por um grupo de mobilização urbana da cidade de Barcelona - Espanha, apresentada como: “La participacion canta”. Ver o documento no site: <http://straddle3.net/participacio/>. Último acesso em: Outubro, 2012.

Outra leitura interessante é a reflexão de Henri Lefebvre (1968) no texto: A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. In: Debate: porque os estudantes? (Lucien Goldmann, Serge Jonas, Jean Pronteau e outros). O colosso que vacila (Norman Birnbaum). Editora Documentos. São Paulo, 1968, p.72-169.

54 Há inúmeros grupos e debates sobre esta questão, que pela extensão da apresentação da tese infelizmente não serão aqui discutidos. Ver no Brasil os trabalhos dos grupos de pesquisa ETERN: <http://www.ettern.ippur.ufrj.br>; ENCONTRA: <http://encontra.wordpress.com>; LASTRO: <http://lastroufrj.wordpress.com> e o mais conhecido Nova cartografia Social da Amazônia: <http://www.novacartografiasocial.com>. Além do grupo argentino Iconoclastas: <http://www.iconoclastas.net>

como neutra, assumir as implicações políticas dos mapas; compreender como os mapas constituem e são constituídos como representações; considerar a urgência de democratização das informações geográficas (e cartográficas) e da própria cartografia como um conhecimento socialmente produzido. Por fim, viabilizar as condições (políticas e materiais) para que estes mapeamentos se realizem como práticas conscientemente instituídas (e não institucionalizadas).

Nestes processos, no atual estágio do sistema capitalista, são forjadas disputas “geocartográficas” Santos (2012) tanto pelas informações, quanto pelo controle de sua produção, incluindo seus meios de produção – softwares e produtos de sensoriamento remoto de alto custo. Evidenciando o domínio e a apropriação dos mapas, dos territórios, dos saberes e da produção social. Atingindo significativamente o controle do sistema capitalista no processo de geração e uso das informações espaciais.

Muitas destas experiências de mapeamento social⁵⁵ têm recebido recursos e aportes de grandes empresas como a Fundação Ford e o Banco Mundial. E em nível internacional já desde os anos 1990 articulam-se grandes metodologias e sistematizações de práticas de mapeamentos participativos em países do chamado “terceiro mundo ou subdesenvolvido”, coordenados por grupos de pesquisa de países desenvolvidos como prática de aproximação dos saberes tradicionais, assim como nos processos de legitimação e consolidação de políticas internacionais que como pano de fundo relacionam-se com a alocação e mobilidade da classe trabalhadora.

Em geral, as definições e os debates sobre mapeamento de cunho social têm como foco os saberes e territórios tradicionais das comunidades em questão. Contudo uma questão fundamental dificilmente é colocada: a condição da migração, da mobilidade capital-trabalho.

Não necessariamente os sujeitos das diferentes comunidades estão secularmente arraigados em seus territórios, ao contrário, o Brasil, fortemente inserido na mobilidade do capital não pode ser compreendido fora das relações migratórias, internas e externas. No caso dos assentamentos a condição de expropriação e da mobilidade capital-trabalho é determinante na vida dos camponeses, portanto, são migrantes e seus saberes se constroem na luta pela permanência na terra, pela defesa do assentamento como ‘unidade de um território autônomo’ (quem sabe, contraditoriamente, parcialmente não capitalista), mas também pela apropriação daquele lugar.

⁵⁵ Ver: Acsehrad, H. Mapeamentos, identidades e territórios. 33º Encontro Anual da Anpocs, Outubro de 2009. 39p. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1794&Itemid=229. Acesso em: 10/10/2010.

É preciso ainda conhecer este espaço não só em sua imediaticidade, mas a partir de suas inúmeras mediações. Deve evitar-se estabelecer uma relação ingênua com os saberes populares. Ou seja, os mapas produzidos pelos “comunitários” não podem ser lidos diretamente, são também representações que podem (ou não) escamotear, substituir, deslocar, focar, evidenciar novos contextos. Realiza operações que substituem a realidade por sua representação e por isto para os entendermos é preciso também entender o movimento contraditório da realidade.

Portanto, os mapeamentos não estabelecem uma relação direta entre o conhecimento espacial e a auto-gestão territorial, não se trata de “dar” a autonomia integral à comunidade para que decidam sobre seu território, mas de fortalecer a luta por esta possibilidade! Os mapeamentos sociais viabilizam condições para que os sujeitos construam suas lutas, ele não é por si só a viabilidade da luta. Ele é uma mediação importante para que ela se estabeleça.

O mapa não pode autonomizar-se, não explica a realidade isoladamente, a realidade explica o mapa e o mapa também explica a realidade. Caso contrário o mapa torna-se apenas um discurso, o que está dito no mapa coloca-se como outra verdade, uma nova “visão”. Outra questão surge neste processo: dizer que a comunidade sabe da realidade, que a leitura do sujeito que vive o lugar é a mais importante constitui uma abordagem fenomenológica.

Este cuidado metodológico sugere considerar tanto a ideologia quanto a alienação e aprofundar-se no debate sobre as representações. Somos constantemente enganados, iludidos e num processo às vezes de permissividade e controle podemos assumir um momento de emancipação que não se realiza. Portanto, a leitura do mapa deve buscar os desvelamentos na relação com os escamoteamentos, a presença-ausência das ações e dos objetos. Ou seja, mesmo o mapa produzido comunitariamente revela coisas que não se deseja revelar, pelo processo de sua produção, pela consolidação de representações que reproduzem as relações sociais de produção como sugere Lefebvre (2006 a; 2006b).

Ainda assim, o mapa é um instrumento importante para o diálogo, pois media ações políticas, embates que não seriam tão claros possíveis sem sua presença, pois viabiliza a análise e a síntese da produção espacial, mesmo que ainda preso à apresentação estática, indica a movimentação da relação espaço-tempo. É uma força concreta que contraditoriamente integra inúmeras abstrações que o Estado, as grandes corporações e a comunidade estabelecem na produção do espaço, que por sua vez é materialmente e simbolicamente produzido.

O mapa como representação é uma mediação tanto na forma quanto no conteúdo, mesmo nos diferentes meios técnicos em papel, em pedra, no Arc Gis ou no Word. Dialeticamente o

conteúdo se realizará modificando a forma, e o próprio processo de mapeamento. Os conteúdos do mapa, suas representações coletivas, também viabilizam uma interlocução entre as representações comunitárias e as representações “formais-técnicas-convencionais do Estado” determinadas pela produção do espaço burguês, afinal, as representações comunitárias, igualmente reproduzem este espaço.

O papel desse conhecimento que o mapa integra deve ser problematizado, pois as perspectivas técnicas e institucionais podem ser também mutiladoras e de certa forma enquadrar ações limitando as possibilidades. Aqui surge a necessidade de estabelecer uma relação entre subjetividade e objetividade, o mapa é uma objetivação e o subjetivo é objetivado pelo mapa, que não pode ser compreendido isoladamente, o subjetivo é compreendido socialmente, a partir de sua prática cotidiana: reprodutora, repetitiva e transformadora (Lefebvre, 2006a; 2006b).

1.3.2 O MAPA COMO REPRESENTAÇÃO

A aproximação da compreensão do mapa como representação partiu do seguinte questionamento: de que maneira o mapa, como mediação científica, fortalece o discurso competente dando sentido determinado (orientado) aos ordenamentos espaciais de diversas comunidades? Num segundo momento, perguntamos: ao subvertê-lo à análise e ação das representações, seria possível tornar o mapa mediação na/da luta e apropriação do/no espaço?

O discurso competente constitui-se na captura do conhecimento humano ao deslocar o saber para a ideologia. Como explica Chauí (1978), a diferença entre saber e ideologia circunscreve-se no movimento entre o trabalho produtivo e a institucionalização do conhecimento:

O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação. A obscuridade de uma experiência nada mais é senão seu caráter necessariamente indeterminado e o saber nada mais é senão o trabalho para determinar essa indeterminação, isto é, para torná-la inteligível. Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias e exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha.

Ora, para que a ideologia seja eficaz é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência, ter a habilidade para assegurar uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação. Assim, graças a certos artifícios que lhe são peculiares (como, por exemplo, elevar todas as esferas da vida social e política à condição de "essências"), a ideologia torna-se dominante e

adquire feição própria sempre que consiga conjurar ou exorcizar o perigo da indeterminação social e política, indeterminação que faz com que a interrogação sobre o presente (o que pensar? o que fazer?) seja inutilizada graças a representações e normas prévias que fixem definitivamente a ordem instituída.

Sob esse prisma, torna-se possível dizer que na ideologia as ideias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente. Com efeito, afirmar que nela as ideias estão fora do tempo é perceber a diferença entre o histórico ou instituinte e o institucional ou instituído. A ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundador, e só pode incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e tornou-se algo já instituído. Por essa via podemos perceber a diferença entre ideologia e saber, na medida em que, neste, as ideias são produto de um trabalho, enquanto naquela as ideias assumem a forma de conhecimentos, isto é, de ideias instituídas (CHAUI, 1978, p.02).

Para Chauí (1978) o discurso competente foi institucionalizado historicamente no processo de *Burocratização* das sociedades contemporâneas e na ideia de *Organização*, deslocando o saber à ideologia. Concede a homens determinados, especializados, por meio de uma hierarquia e autorização um “discurso que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”.

Por deslocar-se espaço-temporalmente, o discurso competente omite o poder. Pois a racionalidade que emana do mundo organizado leva a acreditar que ninguém exerce o poder, pois a competência dos cargos, funções e papéis são assumidas por homens determinados. Ganha ainda o status da neutralidade e da cientificidade, ocultando o lugar de onde é pronunciado.

Sendo o discurso instituído, estabelece-se no fato de que cada discurso, palavra ou debate se inscreve num determinado contexto e numa determinada interlocução, uma vez que esta linguagem institucionalmente permitida define/autoriza os lugares, as instâncias, as formas e os conteúdos que deverão ser tratados “segundo os cânones da esfera de sua própria competência” Chauí (1978, p.03):

Sabemos também que é um discurso que não se inspira em ideias e valores, mas na suposta realidade dos fatos e na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação (CHAUI, 1978, p.05).

Na sociedade contemporânea, a ciência funda-se como mediação⁵⁶ para a realização da vida, ao reduzir os homens

⁵⁶ “Como escreve Lefort, o homem passa a relacionar-se com seu trabalho pela mediação do discurso da tecnologia, a relacionar-se com o desejo pela mediação do discurso da sexologia, a relacionar-se com a alimentação pela mediação do discurso dietético, a relacionar-se com a criança por meio do discurso pedagógico e pediátrico, com o lactente, por meio do discurso da puericultura, com a natureza, pela mediação do discurso ecológico, com os demais homens por meio do discurso da psicologia e da sociologia” (CHAUI, 1978, p.06).

à condição de objetos sócio-econômicos e sócio-políticos, na medida em que aquilo que são aquilo que dizem ou fazem, não depende de sua iniciativa como sujeitos, mas do conhecimento que a Organização julga possuir a respeito deles (...) constroem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber (CHAUI, 1978, p.05).

Não poderia a cartografia social fortalecer um discurso competente que legitima a ação dos geógrafos/cartógrafos que reduzidos a esta condição, de objetos, ‘ouvem’ as demandas dos outros sujeitos, considerando-os participativos, como especialistas de sua realidade, e assumem “*a afirmação tácita e da aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos*”?

Compreende-se que a sociedade brasileira não se constituiu historicamente em uma sociedade de direitos, e que é preciso buscar também estes direitos a partir da luta. Todavia a institucionalização desta luta não poderia capturá-la? Tornando nossos mapas sociais mais um elemento de partilha territorial? Ou apenas, um discurso competente, do geógrafo especialista, que indica, para e pelo Estado, suas falhas político administrativas?

Onde se instala e como atua uma crítica radical a partir da cartografia geográfica? Qual é o objetivo dos mapas? A captura de uma lógica espacial? De uma lógica que produz o espaço? Da produção do espaço? Das estratégias espaciais?

Deslocar o uso e a elaboração do mapa politicamente sugere uma compreensão do homem como sujeito político. A mudança do uso do mapa constituir-se na relação entre apropriação de um saber objetivo – a cartografia, e sua subjetivação política – o uso do mapa pelos sujeitos/coletivos, no sentido de sua luta radical de transformação social não de conformação à ‘realidade’ e suas regras, mesmo na luta pelos direitos essenciais, no Brasil, frequentemente negligenciados. Chauí alerta sobre a armadilha:

Esse discurso competente não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo... como exigência de interiorizar regras que nos assegurem que somos competentes para viver (CHAUI, 1978, p.05).

Para que esse discurso possa ser proferido e mantido é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais... Ora, exatamente no instante em que tal condição é preenchida (o discurso administrativo com racionalidade do real) é que a outra modalidade do discurso competente entra em cena para ocultar a verdade de sua primeira face... Invalidados como seres sociais e políticos, os homens seriam revalidados por intermédio de uma competência que lhes diz respeito enquanto sujeitos individuais ou pessoas privadas. Ora, essa revalidação é um logro na medida em que é apenas a transferência, para o plano individual e privado, do discurso competente do conhecimento cujas regras já estão dadas pelo mundo da burocracia e da organização. Ou seja, a competência privada está submetida à mesma reificação que preside a competência do discurso do conhecimento. Basta que

prestemos uma certa atenção ao modo pelo qual opera a revalidação dos indivíduos pelo conhecimento para que percebamos sua fraude (CHAUÍ, 1978, p.06).

Em síntese: o discurso competente desloca a possibilidade fundadora do conhecimento, no jogo dialético entre o instituinte e o institucional e/ou instituído, estabelece a ciência como mediação da realização da vida determinando o homem (coisificando seu conhecimento) às ações pré-determinadas como objetos sócio-políticos e sócio-econômicos. Substituindo assim sua subjetivação política e social ao assumir uma privatização do saber que por sua vez reproduz a organização e a burocracia que omitem o poder.

Portanto, é necessário questionar a participação como fundamento dos mapeamentos sociais, uma vez que as práticas ‘emancipadoras’ na sociedade capitalista não são necessariamente libertadoras. É precisa a crítica radical do significado destas participações e das representações que institucionalizam o conhecimento, ou seja, “compreender o ponto a partir do qual as determinações se constituem”, objetivando alçar o poder das representações para fundar o uso e a apropriação do espaço.

Logo, a partir da determinação histórica da ordem e da burocracia burguesas, não serviria o mapa à realização do discurso competente? Qual seja, realizando um deslocamento eficiente da produção do conhecimento como produção de ideologias, instituindo uma prática e um pensamento espacial? Mas, também não surgiria como uma representação que produz, analisa e forja outras representações? Contraditoriamente não serviria também à instituição/produção dos saberes negadores e históricos? Há possibilidade da realização do mapa como instituinte e fundador de saberes e ações?

1.3.2. I O MAPA E A TEORIA CRÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES

A compreensão do mapa como representação, orientada pela teoria das representações em Lefebvre (2006), sugere que eles não só veiculam ideologias, mas também carregam usos e conteúdos (verdadeiros e falsos); estabelecem equivalências; realiza abstrações que materializam ações espaciais, no/pelo espaço, produzidas e produzindo/reproduzindo relações sociais. Portanto, acena a possibilidade do trabalho analítico incessante sobre as representações forjadas a partir da reprodução do discurso competente a partir do mapa, ao mesmo tempo em que foge às armadilhas de também não tornar-se competente.

Um dos objetivos do livro “A presença e a ausência” Henri Lefebvre (2006a) coloca em jogo: “a aceitação do representativo como fato social, psíquico, político e o rechaço global das representações” onde encontramos o fundamento para não fortalecer o mapa como discurso competente, mas ao contrário, compreendendo que “a teoria não permite abolir as representações se não resistir às que fascinam e quiçá escolher as representações que permitem explorar o possível contra as que o bloqueiam (o processo histórico), que fixam ao fixar-se” Lefebvre (2006a, p.29).

O mapa se fortalece com a força das representações, forjada em sua contradição, emerge como obstáculo e como possibilidade histórica, sua força: “Por acaso não viria de que, momentaneamente, em uma sociedade complexa, tal representação se encontra projetada de maneira fictícia – real na totalidade –? Ao suportá-la substitui a totalidade e a encarna, em vez de remeter a ela.” Lefebvre (2006a, p.28). Fato contraditório que confere ao mapa, ao mesmo tempo, a capacidade de simulação/dissimulação e desvelamento.

Lefebvre propõe, para uma teoria crítica das representações, desvendar as formas de substituição e deslocamento que ocorrem nos processos de representação; procurar as dissimulações que são a força das representações; considerar sua gênese a genealogia: ‘gênese histórica, global, abstrata, ligada à história geral da filosofia e da sociedade e também genealogia, ou seja, filiações e reencontros concretos, desvios e atalhos, influências’. Só pela teoria pode-se escapar das representações enganosas que fascinam e trabalhar com aquelas que apontam para o novo, que contém o possível (LUTFI et. AL (1996, p.90).

A partir da investigação do conceito de representações no desenvolvimento da Filosofia Ocidental, Lefebvre retoma a importância histórica e metodológica das representações, e ao dialogar com Kant, Hegel, Marx e Nietzsche compreende que as representações não são falsas ou verdadeiras, por vocação ou por essência, mas falsas e verdadeiras ao mesmo tempo.

A partir de Kant a representação pode ser pensada como conhecimento, ser incorporada ao processo do conhecer. Em Hegel a representação pode ser compreendida como uma etapa, um momento do conhecimento que se movimenta no pensamento dialético, superando-a a partir do estabelecimento das tríades abrindo caminho para a compreensão da natureza e do poder das representações a partir da tríade representante, representado, representação.

Com Marx Lefebvre realiza uma das mais profundas interlocuções, pois questiona o conceito de ideologia e o abandono do conceito de representação pelo filósofo. Ao mesmo tempo é em Marx que o filósofo compreende as categorias fundamentais da representação: o deslocamento e a substituição e o estabelecimento da equivalência e da abstração da realidade. A representação estabelece uma equivalência entre quantidade e qualidade e desloca o conteúdo

socialmente definidor da representação, também redutora. Esta compreensão fica clara ao apresentar como exemplo a realização do trabalho no modo de produção capitalista:

Marx operou (trabalhou) sobre o conceito de trabalho em vários momentos. Em primeiro lugar restitui o trabalho em geral como atividade do trabalhador... como ação... sobre uma matéria, primeiro por meio de ferramentas, depois de máquinas, o qual supõe técnicas e conhecimentos. Logo, estabeleceu que a atividade produtora necessária para cada sociedade suscitou uma larga série de representações destinadas a dedicar as tarefas inferiores a uma grande parte da sociedade: o trabalho como castigo, como destino de uma classe ou casta, etc.

Com o trabalho industrial nasce o conceito; ao mesmo tempo em que emerge a contrapartida do conceito, cuja importância prática é considerável: a representação quantitativa do trabalho, sua medição pelo tempo de trabalho. A quantificação abstrata com respeito à atividade concreta do trabalhador, geral, enquanto o trabalho é individual, redutora, posto que elimina as particularidades de cada trabalhador, é uma representação. Marx o estipula... A medição supõe um instrumento especial, o relógio, assim como uma unidade convencional, a hora. A medição do trabalho não é o trabalho, do mesmo modo que a medição do tempo não é o tempo. Há, pois, representação, mas o relógio, objeto material, é seu meio e seu suporte. O qual estabelece uma grande distância entre representação e ideologia, ainda que o relógio implica uma ideologia; serve para transformar o tempo cíclico dos dias e das horas em um tempo linear homogêneo; permite avaliar este tempo homogêneo em dinheiro, outra abstração concreta, homogeneizante, suporte de toda uma sociedade enquanto esta predomina, geradora de representações... O trabalhador não compreende bem o que se sucede. Concebe mal e só percebe confusamente a substituição: o quantum substitue sua atividade. Crê receber por seu trabalho o equivalente em dinheiro... A palavra e o signo substituem a sensação e a emoção vividas (LEFEBVRE, 2006a, p.36/37).

Lefebvre, ao considerar a sociedade contemporânea compreende, diferente de Marx, que o “deslocamento que ocorre com a substituição do representado pela representação **se perpetua**” Lutfi et. all (1996, p.92). Sendo assim a representação torna-se socialmente concreta. Como faz, por exemplo, o mapa que ao delimitar o espaço materializa o território e simula-dissimula a propriedade privada a partir da ação do Estado como mediador da posse da terra, subsumindo a luta entre dominação e apropriação espacial.

O diálogo de Lefebvre com Nietzsche ocorre no processo de descoberta da genealogia da representação, considerando assim a linguagem como realização humana que não veicula a verdade, é:

construção que se realiza a partir do imediato, das atividades práticas, das sensações, dos impulsos, da memória, do corpo, das relações espontâneas. Sendo assim, não é falsa nem verdadeira. Mentira e verdade nascem da linguagem, na prática social, na luta pelo poder... As representações atravessam a linguagem ‘São fatos de fala (ou se preferem discurso) e da prática social’ (LUTFI et all, 1996, p.93).

O filósofo contribui ainda ao imprimir a valoração (positiva e/ou negativa) às representações, são manifestações da vida, ligadas à paixão, à vontade de potência. “Representar

é, assim, colocar em perspectiva e valorar ao mesmo tempo. Trata-se de um processo constitutivo de valoração e de dupla representação. A representação tem esta dualidade constitutiva” (op. cit), que se manifesta em sua genealogia (não só como seu conceito, mas também como mediação). Neste sentido, Lutfi et all (1996, p.89) sugerem que:

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido e se multiplica, manipulando o vivido. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise.

Para Lefebvre (2006a, p.26/27/31), as representações em geral são:

Às vezes um fato ou um fenômeno da consciência, individual e social, que por um lado acompanha em uma sociedade determinada (e em uma língua) a palavra ou uma série de palavras, por outro lado o objeto ou constelação de objetos. Outras vezes é uma coisa ou um conjunto de coisas correspondente à relações que estas coisas encarnam contendo-as ou ocultando-as (...) não podem reduzir-se nem ao seu veículo linguístico (fato da linguagem) nem a seus suportes sociais (...) as representações circulam, mas as tornam fixações: as instituições, os símbolos e os arquétipos. Interpretam a vivência e a prática; intervêm nelas, mas sem conhecê-las ou dominá-las. São parte delas, apenas as distinguem [as representações e suas fixações] a análise. [Anotado pela tradução pessoal].

O que se representa está presente-ausente, constitui-se não somente:

por alterações do real e do verdadeiro, por máscaras e disfarces, como na teoria habitual das ‘ideologias’. O modo de existência das representações só se concebe levando em conta as condições de existência de tal ou qual grupo, do povo, ou classe. Procedem de uma conjuntura ou conjunção de forças numa estrutura social na qual existem grupos, castas, classes, mas se dirigem a toda a sociedade; representam a figura, a imagem que um grupo (o casta ou classe) dá de si, umas vezes para os demais, outras vezes para si, sem que uma coisa exclua a outra. Os dominados (sexo, idade, grupo, classe, país) não têm mais remédio que aceitar as imagens impostas pelos dominante e reproduzi-las interiorizando-as, não sem desviá-las segundo a força do protesto e endereçá-las contra quem as produz. Os dominantes, acentuando certos traços naturais (particularidades do sexo mulheres; do corpo; ou do comportamento nas etnias subordinadas), os convertem numa definição de caráter “definitivo”. Assim se logra oferecer, sem “mentir” particularmente, uma imagem que perpetua a dominação (...) As representações nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem tornando-se correntes, quase instituídas (LEFEBVRE, 2006a, p. 66).

Lefebvre (2006a, p.68) explica a eficiência da teoria das representações “pelo mero fato de que as representações não são falsas nem verdadeiras, se não falsas ou verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas como dissimulação das finalidades reais”:

Porque as representações têm esta força inaudita nas sociedades contemporâneas? O mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras

que apagam conflitos e deslocam sentimentos. Representações que dissimulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades; em vez de dialética, lógica formal; em vez de movimentos, alternativas excludentes... Chegamos a um momento crucial no pensamento de Lefebvre, que o diferencia da grande maioria dos marxistas contemporâneos. Os pensadores que se prendem ao conceito de ideologia fetichizam o saber puro, menosprezam o saber crítico e a crítica do saber. E, ainda mais, depreciam o vivido em favor do concebido. Esquecem duas coisas: que o saber pode ser ideologizado e que as ideologias têm suas raízes no vivido. Lefebvre, ao fazer esta crítica, propõe que se utilizem as duas noções – ideologia e representação – a partir da teoria crítica das representações. A representação, que se define por sua relação com o vivido engloba a ideologia (LUTFI et al (1996, p.95).

Para Lefebvre o estudo das representações adquire importância fundamental, pois é por meio destas representações que se torna possível construir a crítica da vida cotidiana, superando-se a separação entre o conhecimento e o vivido. Ele entende que as representações constituem assim a mediação pela qual se estabelece a relação dialética entre o ser e o conhecer, entre o representante e o representado, entre o vivido (individual, mas também social e coletivo) e o concebido (a teoria). Neste sentido, portanto, elas são o terceiro termo, ou seja, o percebido que interpreta o vivido e a prática, pois não se pode “compreender e viver uma situação sem representá-la”, assim como não se pode tentar transformá-la sem uma crítica das representações que dela se faz. Isso porque, as representações, sob a forma de signos e símbolos, tomam o lugar das coisas, como um substituto da presença na ausência, tornando possível designar, por meio da linguagem, o objeto ausente, preenchendo sua ausência com as representações construídas sobre ele (LEFEBVRE, op. cit., 1980 apud NASSER, 2011 p. 05).

Situando o mapa na teoria crítica das representações lefebvriana, ancorados na necessidade em fundar e não instituir um conhecimento a partir de um discurso competente, nos dedicamos a explorar o mapa em suas múltiplas determinações e fomos levados, temporariamente, a pensá-lo (analisá-lo e utilizá-lo) em sua relação com a Geografia a partir da tríade: linguagem, lógica e mediação. Trabalhar com o mapa a partir da tríade exposta é usufruir uma, dentre inúmeras potencialidades analíticas.

Esta investigação situa e ao mesmo questiona a Cartografia Geográfica – como linguagem que sistematiza, versa e veicula um conhecimento geográfico; o Método – como caminho e atitude da práxis filosófica, aqui parte da relação entre as lógicas formal e dialética que desvelam facetas da condição espacial (da produção do/no espaço) e o Mapeamento Comunitário – processo de elaboração de mapas, que se constitui como mediação relevante para a compreensão da lógica espacial e apropriação do espaço, possibilitando práticas de autogestão territorial. Trata-se, portanto de uma abordagem que busca materializar, a partir dos mapas, a prática social da tríade exposta por Lefebvre do espaço percebido, concebido e vivido.

Conhecer algo é conhecer suas determinações que não são visíveis no contato imediato do pesquisador com o objeto. Traçou-se como princípio não definir o mapa, mas saturar suas determinações (a partir da leitura marxiana), que não serão esgotadas neste momento.

Nesta direção colocam-se questionamentos sobre o mapa: Como se situa na sociedade contemporânea? Como se insere no desenvolvimento da técnica e no desenvolvimento da linguagem? Quem o produz? Para quê o produz? Quem o utiliza? Para qual finalidade ou fim? Quais são as instituições que produzem e/ou utilizam o mapa? O mapa revela/escamoteia uma lógica espacial ou as relações que produzem o espaço? Ou as duas possibilidades?

Parafraseando Marx, (assim como o dinheiro) os homens não sabem o que é o mapa, mas o utilizam. E para que o utilizam? Para estabelecer quais equivalências? O mapa é uma representação que valoriza a proporção (escala – estabelecendo a relação espaço-tempo) como noção espacial a quantificar qual relação social?

Partindo da aparência do mapa negamos sua factualidade comunicativa e como discurso de poder que deve ser disputado, ou seja, não se trata de quem domina o território, ou quem comunica um discurso espacial mais ou menos verdadeiro, nem em estabelecer equivalências na partilha da terra a partir do domínio do espaço e na institucionalização do território. A potência do mapa consiste em buscar a diferença, o uso, a apropriação do espaço a partir da crítica da vida cotidiana (portanto a captura da desigualdade, da dissimulação, da ideologia e da alienação), encontrando suas possibilidades de materialização de outra produção do espaço, ou seja, de outras relações sociais, portanto espaço-temporais.

A exploração das múltiplas determinações do mapa na sua relação com a geografia⁵⁷ (cognição; comunicação; ambiente/meio de pesquisa-investigação; produção cultural; manifestação simbólica; discurso espacial; mediação crítica; representação social) sugerem diferentes usos do mapa: no ensino de geografia, nos diversos tipos de planejamento de Estado, na realização de estratégias e táticas de dominação espacial – política e/ou de mercado, bem como um instrumento de transformação social.

Usos que se realizam na linguagem cartográfica (Cartografia Geográfica), comunicando e veiculando uma mensagem espacial, a partir de uma perspectiva de mundo e uma intencionalidade, inscritas e elaboradas no seio da prática social. Linguagem que permite a produção de mecanismos de descoberta e escamoteamento da realidade que dialeticamente materializam e dissolvem as práticas e as intencionalidades humanas capturadas no exercício do método, na práxis necessária às análises e sínteses geográficas elaboradas por meio dos mapas (Método: Lógica Formal e Lógica Dialética).

⁵⁷ Estas determinações podem ser analisadas nas teses, dissertações e ensaios sobre a cartografia, principalmente no Brasil, em trabalhos como os de: OLIVEIRA (1978); SIMIELLI (1986); PAGANELLI (1998); NOGUEIRA (2001); GIRARDI (2003); KATUTA (2004 A); FONSECA (2004); BATISTA (2006); GIRARDI (2009); KOZEL (2006); GONÇALVES (2010). Ainda falta aprofundamento nesta análise.

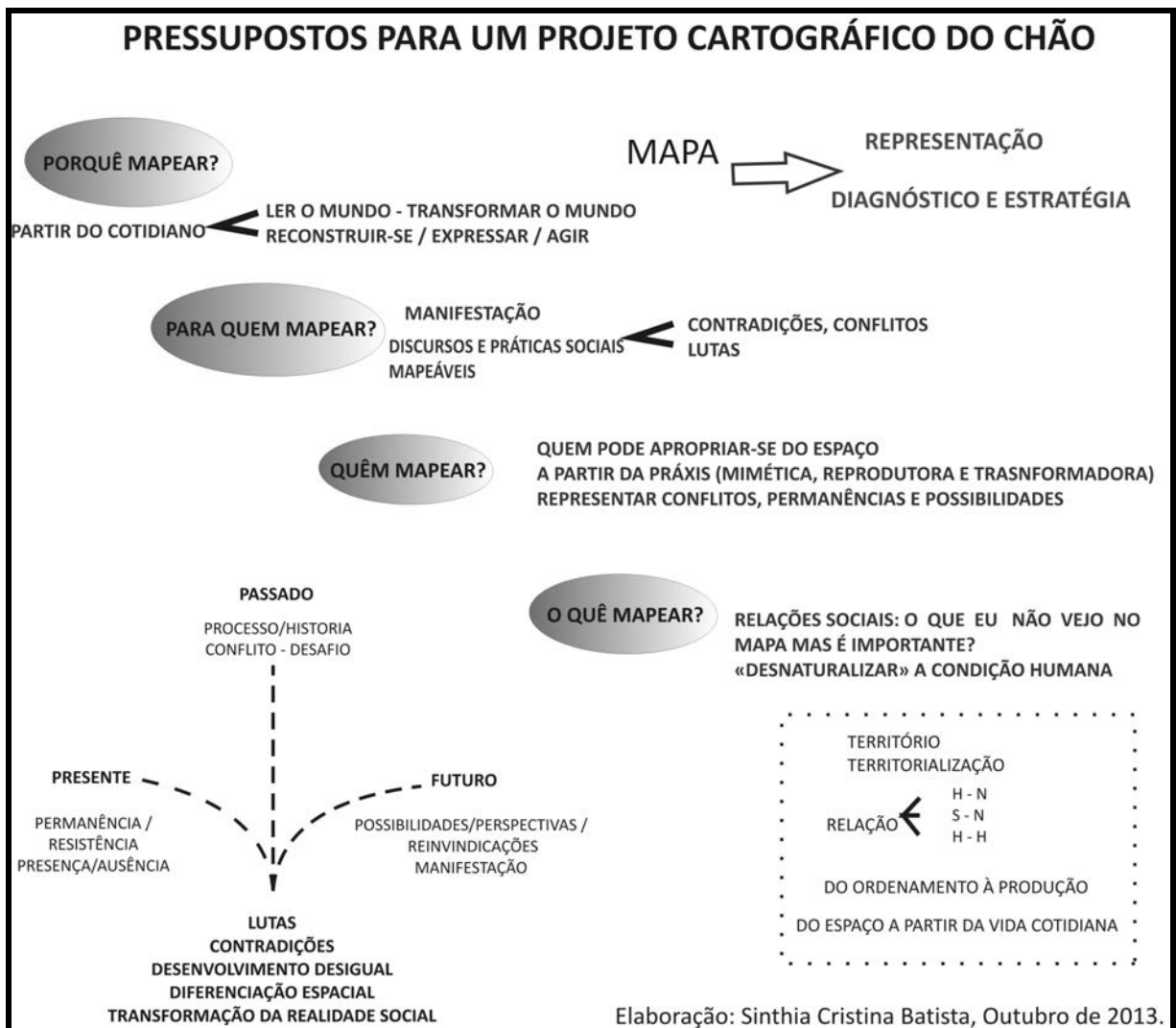
Outrossim, linguagem e lógica não podem ser compreendidas separadamente, visto que uma Cartografia Geográfica Crítica (radical) deve ir além da técnica de desenho e confecção dos mapas, ou do desvelamento dos discursos do mapa ou por ele veiculados. Deve alçar a potência analítica que seja capaz de capturar e compreender conflitos; contradições e possibilidades de superação da homogeneização da produção do espaço em vias de modificar a práxis geográfica.

Destarte a Cartografia Geográfica passa a ser compreendida para além de sua determinação comunicativa direta – da legibilidade do mapa, de análise do real (como é, ou como dizem que é), mas de sua determinação como representação social, forjada no cotidiano, que materializa e abstrai a realidade em sua verdade e falsidade, em seu movimento, só possível de ser compreendido em sua totalidade. Assim, as representações se movimentam e se realizam no processo de elaboração dos mapas, que vai da sua concepção ao seu uso, no qual surge a contradição fundadora da produção do espaço - a dialeticidade entre os espaços percebido, vivido e concebido.

Ou melhor, no mapa revela-se a tensão e a possibilidade da produção humana, compreendida na acepção mais ampla da palavra (a produção de produtos e de relações sociais, mas também da reprodução das relações de produção que produzem outras relações sociais). Aqui se inscreve a perspectiva do mapa como processo, a partir de um Mapeamento Comunitário, apropriar-se de uma mediação relevante para a compreensão da lógica espacial (da produção; do que o produz) e da apropriação do espaço.

1.3.3 O MAPEAMENTO COMUNITÁRIO E SUA MOVIMENTAÇÃO

De igual modo ao debate anteriormente apresentado, a partir da teoria crítica das representações de Lefebvre (2006a), assumir a possibilidade de um “mapa em si e para si”, “porque”, “para quem” e “como”, situa o mapa como processo. Sua movimentação realizar-se-á subvertendo os elementos tradicionais do mapeamento: **concepção; finalidade; planejamento cartográfico; produção; procedimentos**. Movimento que sugere um projeto cartográfico que parte do real, do chão, sintetizado no quadro 03.



Quadro 03 – Pressupostos do mapeamento comunitário.

O quadro acima apresentado foi construído durante as aulas de cartografia, na construção junto aos estudantes a proposta de mapeamento, ao mesmo tempo em que ganhávamos alguma clareza teórica, ao longo de quatro anos de trabalho.

Ao decorrer das aulas deteve-se demoradamente sobre “Como mapear”, parece que o “Como?” é sempre o que mais preocupa. Avalia-se que esta preocupação é valorizada quando não há uma consolidação teórico-metodológica no pesquisador, pois os objetivos são difusos e a forma impera sobre o conteúdo. Aos poucos os estudantes compreendiam o sentido deste processo e que as técnicas cartográficas seriam acessadas de acordo com as situações vividas no trabalho de campo.

Em linhas gerais apresentou-se como pressupostos para o mapeamento comunitário:

- Questionar a prática da cartografia como exclusiva aos detentores do ‘discurso competente’, portanto, não perder de vista a contradição entre a ‘competência técnica’ e o conhecimento técnico. Portanto, considerar o debate sobre as técnicas cartográficas e a necessidade de sua apropriação por sujeitos ‘não técnicos’, não no sentido de apropriação superficial destes instrumentos, mas valorizando a possibilidade de tornar a cartografia um conhecimento socialmente produzido e, portanto a ser socializado – partilhado e apreendido e reconstruído cotidianamente;
- Compreender que a percepção dos sujeitos constitui parte da produção do conhecimento, que se trata de um primeiro nível de aproximação do real. Neste sentido, a percepção deve ser uma porta de entrada e não o ponto máximo que os diferentes sujeitos sociais (‘não competentes’) alcançam com os processos de mapeamento. Esta percepção deve estar situada socialmente, considerando a identificação empírica e as representações cotidianas construídas a partir de uma práxis que é ao mesmo tempo: mimética, reprodutora e transformadora.
- Constituir um debate teórico-metodológico que vá além da percepção, da apreensão da forma pela qual a comunidade apreende sua realidade espacial, mas construir com a comunidade, a partir de suas representações, uma nova proposta de realidade espacial, portanto, possibilidades de autogestão;
- Considerar a apropriação do conhecimento cartográfico como instrumento de luta que ao mesmo tempo, diagnóstica (não apenas para inventariar coisas) e constitui-se como estratégia que parte da vivência, do cotidiano conflituoso e contraditório. Ou seja, mapear as coisas só porque existem não permite compreender seus sentidos e as condições de sua existência;
- Trabalho cartográfico aberto, com inúmeras possibilidades de uso e representações. Pensar em técnicas cartográficas diferenciadas, com objetivos também diferenciados. Uso múltiplo de escalas e recortes espaciais para a compreensão das relações do lugar, da região, do Estado-Nação e do mundo global;
- O trabalho social, coletivo e popular com a cartografia solicita que as possibilidades técnicas surjam de acordo com as leituras possíveis e construídas a partir da leitura espacial em campo, em gabinete e em oficinas. O papel do “cartógrafo” também se realiza na orientação destes usos, mas para além disto, estes usos são momentos de produção criativa e portanto de construção de novas possibilidades;

- A apropriação tecnológica e a disponibilidade/acesso, contraditoriamente favorecem uma brecha de ‘controle social’ e não da sociedade. Todavia, é preciso compreender o que significa este controle, se é só uma mudança de quem está no poder, ou se poderá ser um poder que destitua os sentidos de ordem, hierarquia, desigualdade, opressão do poder institucionalizado;
- Se pensarmos a técnica como extensão do homem, é preciso situá-la como potencializadora das habilidades humanas, para podermos ser capazes de repensar o espaço produzido, produzir novas realidades e geografar novas paisagens. Mas se admitirmos que o homem poderá ser substituído por elas, assumiremos que é ele quem é sua extensão e perderemos os sentidos da vida, da possibilidade e de um ser humano inacabado, em movimento, assumindo os sentidos do controle institucionalizado. Portanto, fazer mapas é coisa de homens e mulheres, mesmo que utilizem imagens de satélites e computadores ou lápis e papel.

A seguir, retoma-se o processo cartográfico: concepção, finalidade, planejamento cartográfico, produção, e procedimentos, posicionando-os na proposta do mapeamento comunitário.

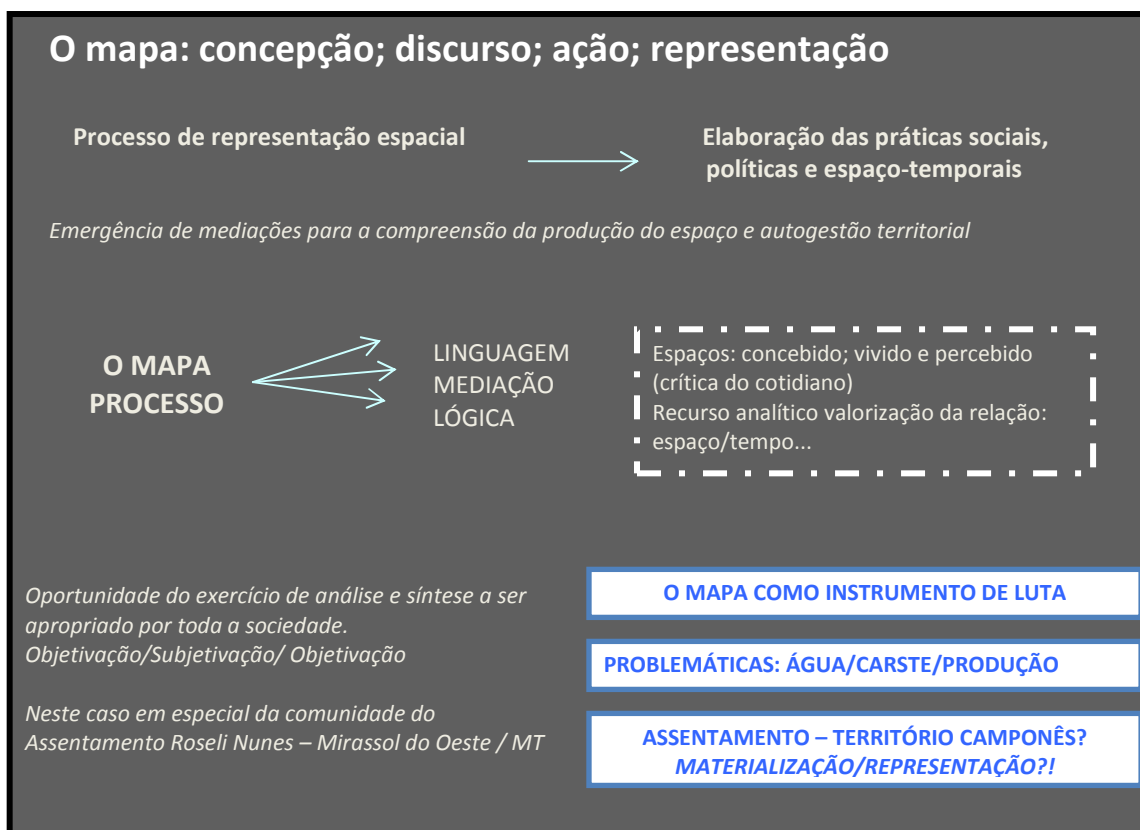
1.3.3.I. CONCEPÇÃO

Quando se chega à decisão pela elaboração de um documento cartográfico, seja uma carta, um mapa ou um Atlas, é porque a obra ainda não existe, ou existe e se encontra esgotada ou desatualizada. Para se elaborar um documento dessa natureza, é imprescindível uma análise metódica de todas as características que definirão a materialização do projeto (IBGE, 1999, p.90).

Esta noção de concepção do processo cartográfico se isenta de intenção em relação ao mapa produzido. Não aponta os motivos da decisão e os possíveis encaminhamentos que poderá efetivar.

Pretende-se aqui redimensionar a ‘natureza’ da concepção deste processo, a partir do estabelecimento claro de uma perspectiva teórico-metodológica, que seja coerente e abarque o projeto cartográfico como um todo. Tal concepção partirá da necessidade de manifestação da compreensão dos mapeadores sobre o espaço, de seus discursos e práticas e definirá quais elementos são importantes ao mapeamento.

Compreende-se que a realização do processo cartográfico parte de uma concepção que produzirá representações, portanto não só um discurso sobre a realidade que vislumbra uma ação direta, mas que também produz representações. Como sugere o quadro a seguir.



Quadro 04 – O mapa: concepção; discurso; ação; representação. Elaboração: Sinthia Cristina Batista, 2013.

Segundo o debate anteriormente assinalado, o quadro acima sintetiza a concepção posta no processo cartográfico a ser desenvolvido, a fim de possibilitar experiências para a produção e análise de mapas como produtos historicamente elaborados a partir da produção social e de sua reprodução, portanto como mediação a ser apropriada como instrumento de luta.

Por fim, é preciso lembrar que tecnicamente a legenda é o coração da expressão desta concepção. Apesar de aparentar uma relação direta entre significante-significado é ela quem estabelece o sentido e a representação. Sugere, a partir do signo, significante e significado uma leitura do mapa. Orienta o leitor para capturar os ordenamentos estabelecidos e também seus sentidos.

1.3.3.II. FINALIDADE

A identificação do tipo de usuário que irá utilizar um determinado documento cartográfico a ser elaborado, ou que tipo de documento deverá ser produzido para atender a determinado uso é que vai determinar se este será geral, especial ou temático, assim como a definição do sistema de projeção e da escala adequada (IBGE, 1999, p.90).

A definição da finalidade do mapa do IBGE está condicionada aos seus ‘usuários’ (consumidores) e não seus usadores (que se apropriam). Não parece permitir uma interlocução para a realização dos dialogismos como propõe Bakhtin (2010), mas sim o controle tanto da disseminação da informação, quanto do alcance da mensagem a ser veiculada, sua eficácia (de consolidação das representações) e as consequências/finalidades de sua absorção e entendimento.

Identificar quem utilizará o mapa exige também pensar quem o constrói e para quê. Portanto, poderá possuir inúmeras finalidades, não necessariamente condicionadas a um leitor específico, mas à possibilidade de estabelecimentos de inúmeras interlocuções, devido ao conhecimento espacial veiculado. O mapa não se restringe à leitura condicionada, pode ser também compreendido a partir de sua determinação cognitiva, pois é meio para o desenvolvimento de um raciocínio espacial.

Podemos conceder ao mapa uma finalidade de luta, num processo duplo: de conhecer o espaço produzido e intervir sobre sua produção, como ensina Yves Lacoste (2001), é preciso conhecer seu espaço para nele combater. Afinal, o ato de mapear é um ato político e ativo.

A concretização de uma representação cartográfica ao mesmo tempo fortalece e fragiliza o espaço representado. Explicita-se seu controle, mas também suas possibilidades de resistência social. Movimento que exige uma (ou várias) escalas para o mapeamento, certamente definida junto à finalidade do mapa. Este entendimento será explicitado a partir da finalidade dos dois momentos de mapeamentos a serem apresentados na tese.

O mapeamento elaborado na disciplina de Cartografia Geral apresentou uma finalidade: a aprendizagem do processo de mapeamento indicando seu sentido na interlocução com a comunidade do assentamento Roseli Nunes.

A finalidade desdobra-se, ganha outros sentidos, assim mapas foram gerados pelos estudantes não só para identificar questões emergenciais apontadas pelos assentados, mas também para compreender os processos de consolidação do assentamento e os desafios da permanência camponesa na terra. Em momentos diferentes, com turmas diferentes, finalidades

emergiram com o objetivo de compreender as relações sociais que produzem o espaço do assentamento, constituindo-o como uma unidade territorial camponesa, e/ou como um espaço concebido pelo Estado, mas apropriado por um sentido contraditório do cotidiano, na presença-ausência do Estado.

Tais finalidades foram estabelecidas em campo, pelo grupo formado entre estudantes e camponeses assentados, que por sua vez participaram acompanhando os trabalhos de mapeamento junto aos estudantes e/ou sendo entrevistados em locais de moradia e produção.

Em geral, mapas produzidos na disciplina de cartografia tiveram como sentido de uso, consonante à ‘finalidade’, o conhecimento da realidade do assentamento. Proporcionou-se a elaboração de estratégias de produção e de fortalecimento do assentamento como uma unidade que carrega uma diversidade (de produção e uso da terra) e de produtividade (quantidade aliada à qualidade).

As representações produzidas pelos estudantes que brotaram destas outras finalidades constituíram-se como contraposição às representações hegemônicas dos assentamentos rurais como locais de acolhimento de um excedente populacional ‘sem destino’. Como face da miséria do retorno, dos sujeitos expropriados duplamente: do campo à cidade e agora de volta ao campo, tendo em vista um novo retorno à cidade pelo impossibilidade da permanência no campo.

A noção de finalidade do mapeamento comunitário fortaleceu seu sentido no trabalho desenvolvido junto à comunidade no segundo momento deste trabalho, nas oficinas de Junho e Setembro de 2011. Subverteu-se a finalidade do mapa ao conhecimento geográfico, pois sendo o mapa uma mediação de mediações, não gera uma finalidade circunscrita em si mesmo.

Os camponeses sugeriram a realização de um Memorial do Assentamento. Logo que a proposta foi lançada houve um estranhamento ao pensar em como seria realizar os mapas para este memorial. A sedução do discurso competente colocava-se à espreita.

A questão não estava deslocada? Não tratava-se de produzir mapas (ainda que socialmente produzidos), era preciso compreender como a partir da cartografia seria possível desenvolver uma leitura espaço-temporal sobre o assentamento, ou melhor, sobre seu processo de territorialização camponesa. A “resposta” estava na própria pergunta, reconstruindo as representações camponesas deste processo afinadas ao objetivo maior deste projeto: o fortalecimento da luta interna de mobilização do assentamento.

Após anos de trabalho no assentamento com estudantes da disciplina de cartografia e camponeses assentados haviam sido assinalados problemas e demandas facilmente identificadas como

“geográficas” que exigiam estratégias e ações. Todavia, o pedido da elaboração do memorial consistia numa estratégia muito mais profunda, só compreendida no processo de mapeamento: retomar a tensão entre coletivo e individual, estabelecida pelas representações constituídas no processo de luta pela terra, resgatando a necessidade efetiva da resistência, considerando o processo histórico de formação do camponês brasileiro.

Assim, o processo de mapeamento comunitário, ao assumir um “território camponês” (fragmento/unidade contraditória no seio da sociedade capitalista), permitiu a simbolização e materialização da relação contraditória entre o cotidiano, sua crítica, a compreensão da realidade espacial posta e a resistência camponesa. E tornou-se um instrumento de luta. Portanto, este processo conduziu ao entendimento de que esta é a maior finalidade deste tipo de mapeamento.

1.3.3.III. PLANEJAMENTO CARTOGRÁFICO

É o conjunto de operações voltadas à definição de procedimentos, materiais e equipamentos, simbologia e cores a serem empregados na fase de elaboração, seja convencional ou digital, de cartas e mapas gerais, temáticos ou especiais. O planejamento cartográfico pressupõe, além da definição dos procedimentos, materiais, equipamentos e convenções cartográficas, o inventário de documentos informativos e cartográficos que possam vir a facilitar a elaboração dos originais cartográficos definitivos.

Após a decisão da necessidade da elaboração de um mapa, deve-se inventariar a melhor documentação existente, sobre a área a ser cartografada. No caso de carta básica, recorre-se à coleta de dados em campo (reambulação), principalmente para levantar a denominação (toponímia) dos acidentes visando a complementação dos trabalhos executados no campo. No caso do mapa compilado a documentação coletada terá vital importância na atualização da base cartográfica compilada (IBGE, 1999, p. 90/91).

O planejamento cartográfico sugere sistematizar e antever as etapas da produção do mapeamento, em geral, é elaborado para ser executado rigorosamente. Exige um levantamento cauteloso da disponibilidade de fontes para o trabalho bem como de sua confiabilidade. Aqui, também realizou-se uma preparação semelhante, contudo, no caso dos mapeamentos comunitários esta etapa de ‘planejamento’ tem outra exigência: a preparação das condições objetivas para o desenvolvimento do mapeamento, que envolve as condições materiais, técnicas, teóricas e políticas.

Condições políticas e materiais do trabalho: a necessidade e os sentidos do mapeamento; a mobilização da comunidade envolvida; a organização dos espaços para a realização das assembléias e oficinas; logística de deslocamento pelas comunidades; alojamentos das equipes que trabalharão no

mapeamento (no caso do trabalho com a disciplina, dos estudantes); alimentação, almoços, jantares e lanches coletivos, fundamentais para momentos de reposição de energia, descanso e trocas.

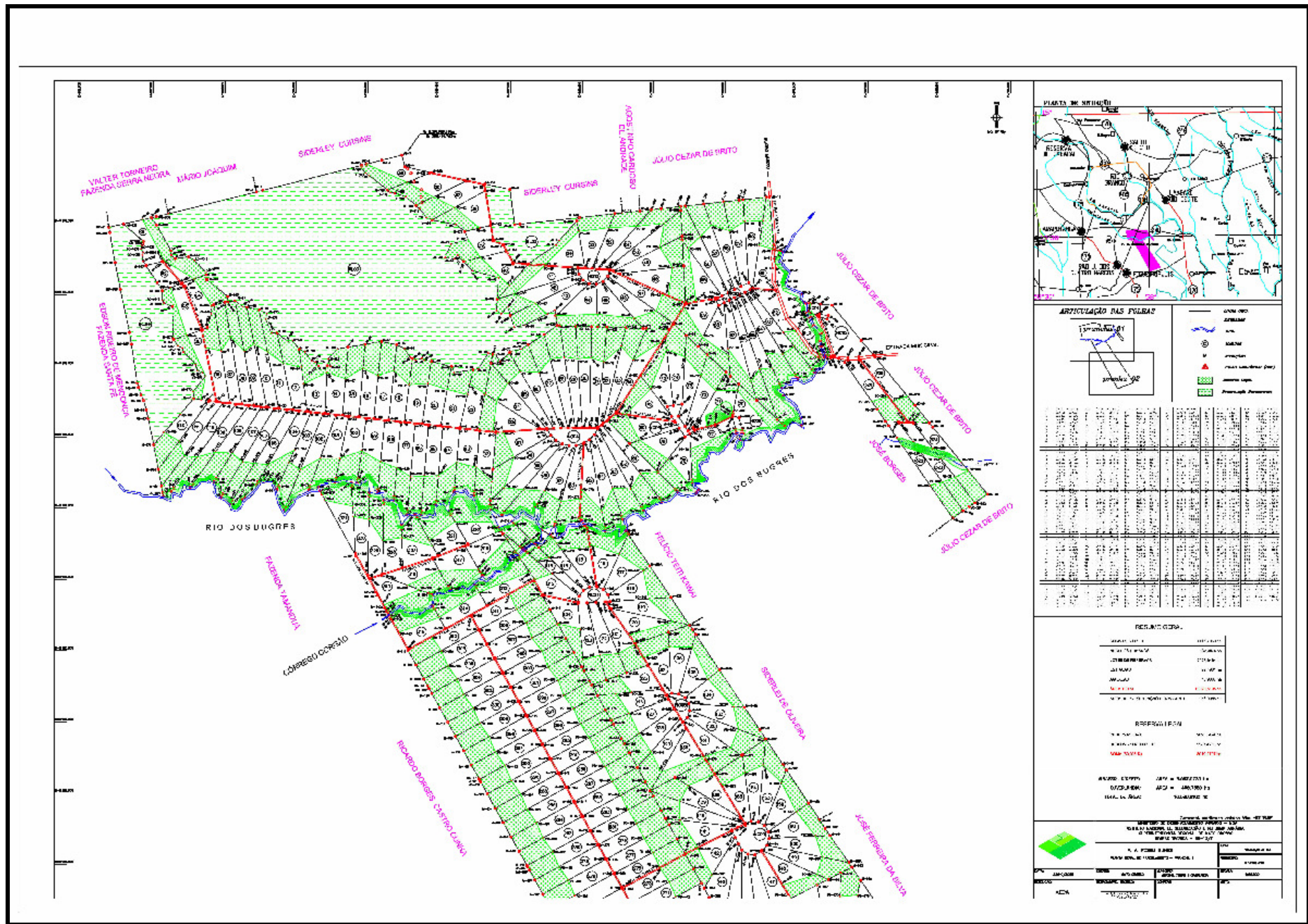
Condições técnicas e do conhecimento cartográfico: a preparação teórica e técnica da equipe de mapeamento (já arrolado acima); a seleção de bases cartográficas existentes, ou as condições para sua produção; a preparação das oficinas de mapeamento – a escolha dos conceitos e técnicas cartográficas fundamentais a serem apreendidas por todos os sujeitos envolvidos para a realização da atividade. É importante diversificar as técnicas cartográficas utilizadas como os ‘mapas mentais’/mapas do vivido, croquis e cartogramas simples conciliadas à representação desejada.

MAPEAMENTO COMUNITÁRIO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES			
CARTAS, PLANTAS E MAPAS UTILIZADOS			
TÍTULO - TIPO	ESCALA	FONTE/ANO	DISPONIBILIDADE DO MATERIAL E USO
PLANTA do Assentamento Roseli Nunes – 02 Folhas	1:20.000	INCRA/Junho de 2002	Arquivo em Auto Cad. Para trabalho em campo: cópias reduzidas; tons de cinza. Para trabalho em gabinete: uso da escala original e produção final em escalas diversas, de acordo com os temas e as demandas da representação
Carta imagem do Entorno no Assentamento Roseli Nunes.	1:40.000	LANDSAT/ 2000	Produto gerado a partir do ARCGIS. Arquivo em MXD. Para trabalho em campo: foram distribuídas por grupos de aluno cópias reduzidas em tons de cinza. Disponíveis duas cópias coloridas em escala original.
Carta imagem do Assentamento Roseli Nunes.	1:20.000	SPOT/ 2007	Para trabalho em gabinete: uso da escala original e produção final em escalas diversas, de acordo com as temáticas da representação
Mapa com as curvas de nível do Assentamento Roseli Nunes	1:30.000	Base digital do Estado de Mato Grosso – SEPLAN/MT. 2001	Mapa impresso. Elaborado por Luís Gustavo M. Valero, 2009. Entregue em escala original, em tons de cinza.
Contexto regional do Assentamento Roseli Nunes	1:500.000	SEPLAN – MT/2000	Produto gerado a partir do ARCGIS. Arquivo em MXD. Entregue aos estudantes na forma impressa. Mapa para contextualização do assentamento na região Meio-Oeste do Estado de Mato Grosso
Carta – imagem do trajeto do Trabalho de campo UFMT- Assentamento Roseli Nunes	1:750.000	SRTM / 2000 SEPLAN – MT/2000	Produto gerado a partir do ARCGIS. Arquivo em MXD. Entregue aos estudantes na forma impressa. Mapa para contextualização do assentamento Roseli Nunes na região Meio-Oeste do Estado de Mato Grosso, considerando as principais feições geológicas, geomorfológicas e as bacias hidrográficas.
Recorte de mapas temáticos da SEPLAN – MT: Político; Geológico; Solos; Vegetação; Capacid. de Armazenamento.	1.1.500.000	SEPLAN – MT / 2001	Mapas utilizados como base investigativa para compreensão do contexto econômico, político e social da região do Estado de Mato Grosso a qual o assentamento faz parte. Não há escalas mais adequadas .
Carta topográfica – Região Centro Oeste do Brasil - Folhas: CUIABÁ (SD 21 Z – C) CÁCERES (SE 21 V – B) Barra do Bugres (SD 21Y-D) Poconé (SE 21 X – A)	1:250.000	DNPM/DSG – 1976 DNPM/DSG - 1982	Mapa impresso. Recortes da carta para a elaboração do perfil topográfico, de acordo com o Roteiro de Campo.

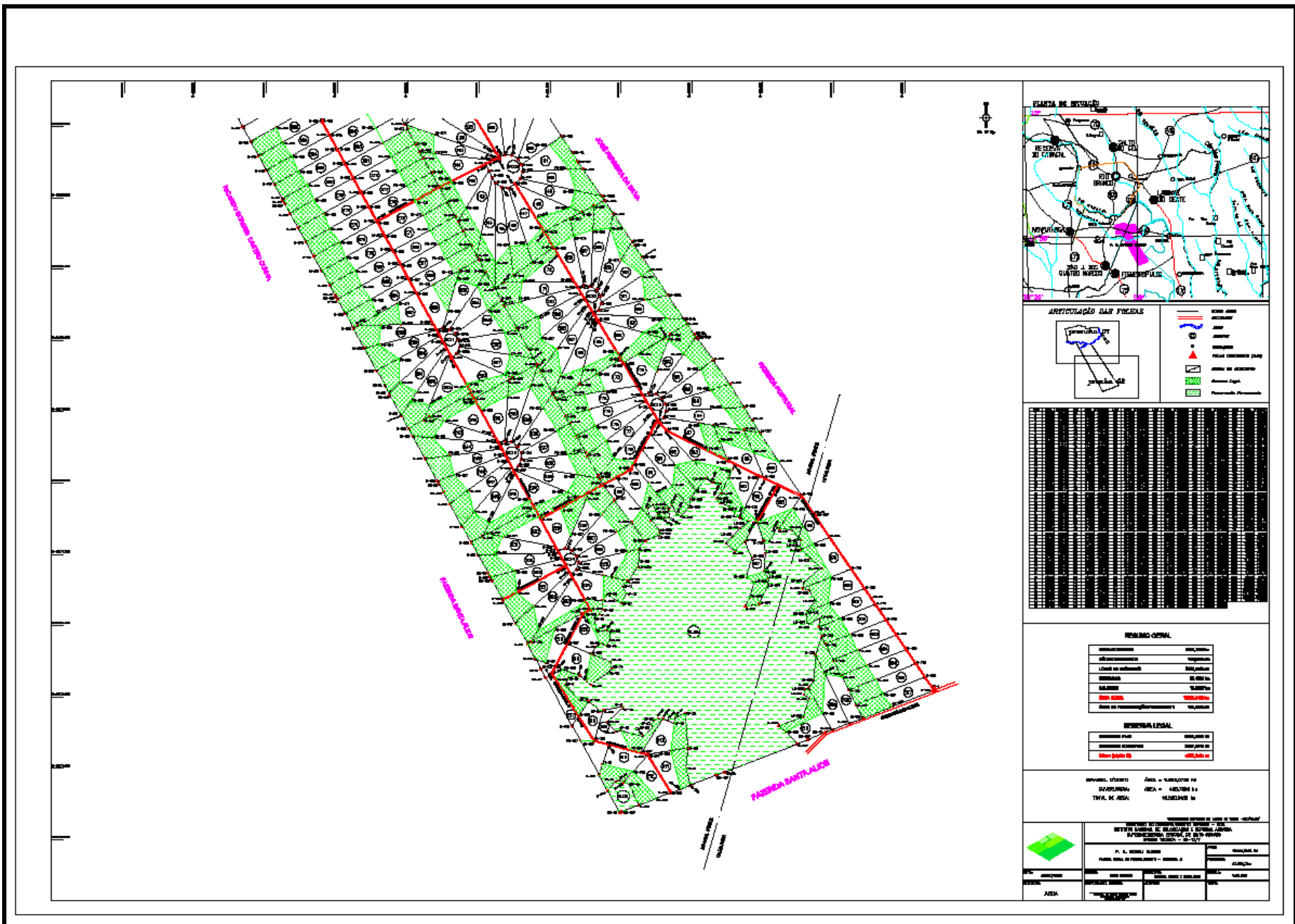
Quadro 05 – Produtos cartográficos utilizados no mapeamento comunitário.

Conforme indica o quadro acima foram levantados e organizados diversos produtos cartográficos. A grosso modo, os mapas, cartas e plantas levantados seguiram os princípios acima arrolados, perseguindo alguma disponibilidade de diferentes escalas tanto para análise, bem como de bases para a elaboração de mapas do próprio assentamento e área de entorno.

A seguir apresenta-se a planta do assentamento em duas folhas mapa 03 e mapa 04, impressa aqui de forma reduzida aproximadamente cinco vezes da escala original (1:20.000), estas folhas compõe a base inicial dos mapas elaborados pelos estudantes.



Mapa 03 – Planta do Assentamento Roseli Nunes. INCRA, 2002, Folha 01



Mapa 04 – Planta do Assentamento Roseli Nunes. INCRA, 2002, Folha 02

1.3.3.IV. PRODUÇÃO

Aí estão incluídas todas as fases que compõem os diferentes métodos de produção. A elaboração da carta ou mapa planejado terá início com a execução das mesmas. Todavia o processo de mapeamento possibilita ao mapeador/leitor a construção de seu raciocínio espacial que poderá gerar ao final não só um mapa, mas novas ideias sobre a realidade e uma nova concepção sobre o território mapeado (IBGE, 1999, p.91).

O IBGE considera a produção somente a etapa de levantamentos e sistematização dos dados e informações, contudo, considera-se que aqui a produção é ampla e compreende todo o processo de mapeamento.

Mantendo a analogia aos processos tradicionais de mapeamento, será tratado neste item 'produção' o processo de mapeamento em campo e a produção dos mapas em gabinete pelos estudantes de geografia, considerando fundamentalmente: a mobilização política, debates e propostas para o mapeamento; estratégias de campo e encaminhamento para a elaboração dos mapas.

Não se configurará, ainda, a compreensão do processo de luta e consolidação do assentamento. Será apresentada na segunda parte da tese, a partir do Memorial do assentamento Roseli Nunes, uma segunda experiência de mapeamento comunitário.

1.3.3.IV A) PROCESSO DE MAPEAMENTO EM CAMPO

ESCOLA MADRE CRISTINA – ASSENTAMENTO ROSLI NUNES



Foto 01 e 02: Escola Madre Cristina, salas de aula, barracão de descanso e quadra esportiva. 09 de Outubro de 2010.

Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho de 2010, respectivamente

MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Mesmo com os debates travados ao longo do semestre tanto na disciplina de Cartografia Geral quanto na disciplina de Geografia Agrária, o exercício da leitura acadêmica e reflexão, as representações que povoam os estudantes ainda é aquela amplamente veiculada pela mídia. As representações sobre o campesinato brasileiro produzidas pela mídia estão bem situadas por Feliciano (2009, p. 97):

O entendimento sobre o espaço midiático passa pela construção, uso e divulgação de que, muitas vezes, são manipuladas para se chegar a uma ideia de mundo rural ideal. É pelo espaço midiático que as ações do espaço judicial e institucional ganham vitalidade e visibilidade. É por ele que, atualmente, basta preencher um cadastro e esperar para ser assentado ou formar uma associação e comprar a terra do proprietário latifundiário ‘comprometido’ com a reforma agrária. Empregados pelo Estado, os meios de comunicação são os principais veículos de formação deste espaço. Por outro lado, este mesmo espaço serve para garantir a construção de imagens e vinculações depreciativas do movimento camponês, como o atraso do mundo rural, da violência, a desordem, suas irregularidades e fragilidades internas, etc.

Sem a presença de ‘homens barbudos com foices na mão’ na entrada do assentamento, ao chegar ao assentamento o primeiro impacto diz respeito ao espaço escolar, a escola Madre Cristina (local de alojamento e reuniões do trabalho de mapeamento), apresentando uma estrutura e organização ‘surpreendentemente’ melhor que a das escolas públicas urbanas.

O cotidiano do assentamento desmonta as imagens midiáticas dos alunos em relação aos assentados – compreendidos como desordeiros militantes do MST e não como camponeses em luta pela terra a partir da força de um movimento social.

A receptividade camponesa surpreendia a todos os estudantes, que produziam a representação do camponês bruto e sisudo, ocorria de diversas formas: a recepção individual, em suas casas, nas visitas em campo, e as recepções coletivas como as místicas de abertura de trabalhos e reuniões; a interação das crianças da escola com os estudantes (como por exemplo, a gravação de um vídeo das crianças em homenagem a nós devido à presença e trabalho no assentamento em abril/2010; participação em festa de comemoração do dia das crianças em outubro/2010); além de outros momentos como festas do assentamento para apoio de algum morador com dificuldades financeiras; festa da escola; etc.

Em todos os encontros foram desenvolvidas místicas, prática simbólica do MST para reverenciar as atividades desenvolvidas, estimular a reflexão e representar as possibilidades de luta e trabalho (fotos 02 e 03). A prática emocionava os estudantes que enxergavam nos assentados pessoas completamente diferentes do estereótipo exposto pela mídia e do imaginário do

estudante urbano em relação a quem são o homem e a mulher do campo. Outros espaços de representações que situam outras práticas sociais.

MÍSTICAS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS



Foto 03 e 04: Assentamento Roseli Nunes: Mística de abertura dos trabalhos de mapeamento. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho de 2010 e Outubro de 2010, respectivamente.

Os estudantes perceberam que há por parte dos camponeses assentados o respeito ao nosso trabalho e a valorização de uma interlocução com a universidade instituída de um sentido de conhecimento da realidade concreta e quiçá da produção coletiva de condições para uma transformação social. Num breve espaço-tempo de convivência questionaram suas representações e buscaram compreender os camponeses, e os movimentos do campo, a partir das relações sociais vividas, produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira contemporânea.

A mobilização dos assentados na primeira visita se deu a partir de um contato com o MST. O MST sugeriu que um de seus militantes nos acompanhasse nos trabalhos, mesmo porque tanto nós quanto eles pouco sabíamos das intenções do grupo.

Esta articulação viabilizou a participação da comunidade nos trabalhos de mapeamento a partir um grupo inicial de pessoas, ainda militantes do MST e/ou professores da Escola Madre Cristina e camponeses associados da ARPA (Associação Regional dos Produtores e Produtoras Agroecológicos/as). Participaram das reuniões e debates sobre o assentamento, construíram estratégias de campo e realizaram as visitas às famílias por todo o assentamento junto aos estudantes. Além disto, a participação comunitária se deu também pelas famílias que receberam os grupos de trabalho.

Pouco a pouco, após mais de sete trabalhos de mapeamento, conhecemos ex-militantes do MST que ainda lutam pela permanência camponesa na terra, camponeses que adquiriram o lote como repasses, mas não realizaram a luta pela terra, professores que não lutaram pela terra ou têm lote no assentamento, mas acreditam na necessidade de uma vida camponesa no campo e, portanto na luta pela terra, entre outros sujeitos sociais que vivenciam cotidianamente o assentamento.

Nas primeiras experiências do mapeamento uma pequena parte da comunidade sabia do trabalho a ser realizado, em muitos momentos houve certa desconfiança, mas como havia assentados nos grupos de trabalho não houve grandes problemas para realizar as conversas com as famílias.

Após o retorno dos mapas elaborados pelas primeiras turmas, a comunidade já sabia da existência do trabalho e a receptividade das famílias aos estudantes foi muito boa. Em muitos momentos era preciso ‘administrar’ todas as expectativas geradas em cima dos grupos e dos mapas, a todo o momento era esclarecida a natureza da proposta dos mapas: um exercício pedagógico (os estudantes apreendendo um processo cartográfico) e uma possibilidade de mobilizar o assentamento e não produzir mapas a partir de uma encomenda dos camponeses, mas que eles pudessem apropriar-se da cartografia, e principalmente da geografia para refletir e agir sobre a produção de seu espaço cotidiano.

Foi na escola que realizamos intensivamente o trabalho de mobilização e também as assembléias e oficinas do mapeamento comunitário. A escola Madre Cristina é o local de encontro destes camponeses e de organização para a luta pela manutenção do assentamento como um território das famílias camponesas em meio ao território do agronegócio. É o principal lugar de mobilização deste e de outros trabalhos no assentamento.

É também o lugar do ‘estudo’, da formação, onde os filhos (as crianças) e os pais (os adultos) buscam um refinamento da sua capacidade de compreensão da sua vida e luta, ao mesmo tempo que recebem uma “orientação” de sua ‘formação cidadã’, ainda que esta escola resista, na medida do possível, à formatação da educação do Estado.

Por isto, permanecer alojados e realizar os debates na escola permitiu-nos dialogar com muitos assentados, vinculados ou não aos movimentos sociais, embora nem todos por lá compareçam. Portanto, foi na visita à casa das famílias que construímos a possibilidade efetiva de chamá-los ao local de encontro e reunião e também discutir a vida cotidiana. Exceto no trabalho com as duas primeiras turmas, fase ainda de nos conhecermos, os demais trabalhos de visita às famílias realizaram alguma mobilização para as reuniões posteriores ao campo, portanto de finalização da proposta dos mapas.

A mobilização é processual, não ocorre de uma hora para outra, dizer a um determinado grupo de pessoas que queremos fazer um mapa sobre sua vida pouco interessa. O que interessa é o sentido deste mapa, o sentido do processo de reunião, o que sugere, como opera e qual a autonomia que estas representações ganham após sua materialização.

Assim, a mobilização da comunidade do Assentamento Roseli Nunes ampliou-se até culminar nas oficinas de mapeamento de junho e setembro de 2011, fora da disciplina de Cartografia Geral, tratando de questões prementes ao assentamento e da efetivação de práticas políticas.

Nos assentamentos fruto de luta pela terra há uma compreensão coletiva da necessidade de mobilização, contraditoriamente há também certo desgaste desta mobilização pelo próprio processo de luta, muitos dizem estar cansados de lutar. Ou ainda, se a mobilização for para esperar mais uma vez algo que venha de cima para baixo, ou seja, do Estado, nem sempre é motivador, pois para muitos a política do Estado é clara em relação à desarticulação dos camponeses assentados.

Neste processo de mobilização muitas questões surgem, para nós ainda em elaboração (quicá ter respostas!), como por exemplo: como estabelecer uma relação com o Estado no tocante às demandas mínimas para a permanência na terra? Como podem os camponeses assumir as demandas da produção de alimentos para o cotidiano da vida dos brasileiros sem as condições mínimas de sua produção? Como poderíamos assumir a manutenção destas condições sem a presença do Estado? Quais são as possibilidades e os limites da auto-gestão? O que significa ter clareza das estratégias espaciais do avanço do capitalismo no campo? Como é possível resistir? A produção camponesa, por meio das associações e cooperativas são formas de inserção ou resistência? Ou os dois?

Tais questões surgem situando o sentido dos mapas e do processo de mapeamento, que foi sendo dado principalmente no tocante à estruturação de representações camponesas, forjando os espaços da diversidade de sua produção e da valorização da potência de sua quantidade em pequenos espaços de produção. Outros sentidos foram dados à compreensão da condição objetiva que impede a ampliação da produção camponesa e constitui obstáculos à sua permanência. O que desejamos é reafirmar a existência da desigualdade social de condições e compreender, a partir dos modos como vivem os sujeitos cotidianamente, os sentidos desta desigualdade.

Ou seja, não é chegar à comunidade e forçá-la a “reconhecer” sua identidade, “reivindicar” sua infra-estrutura ou “denunciar” o descaso do poder público, mas movimentar a comunidade no sentido mais amplo de uma mobilização: sair de si mesmo como indivíduo isolado (e alienado) e compreender-se como sujeito coletivo, historicamente situado e espacialmente produzido, capaz de questionar sua condição e lutar pela dignidade da vida e das possibilidades (brechas) da transformação

desta condição. Não é lutar para derrubar o Estado e conquistar o poder, mas questionar a manutenção do poder como o exercício da determinação da vida e da condição humana.

Questionamentos e sentidos colocados, o processo de mapeamento ocorreu com a participação de boa parte dos camponeses assentados no Roseli Nunes, todos os lotes do assentamento foram visitados ao longo dos quatro anos de trabalho, contudo nem sempre foi possível encontrar as pessoas que lá residem e/ou produzem.

DEBATES E PROPOSTAS PARA O MAPEAMENTO

São realizadas reuniões coletivas, as quais os assentados denominam de assembléias, que abrem cada etapa de trabalho. Há uma reunião inicial – de apresentação de todos os sujeitos envolvidos, dos objetivos do trabalho e do processo histórico de luta e estruturação do assentamento (considerando um debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais no Brasil). Em outro momento, são discutidas questões sócio-ambientais que atingem o assentamento; há outra reunião para definir informações e possibilidades de mapeamento, neste momento formam-se os grupos de trabalhos. Por fim, realizam-se reuniões de avaliação ao final de cada dia.

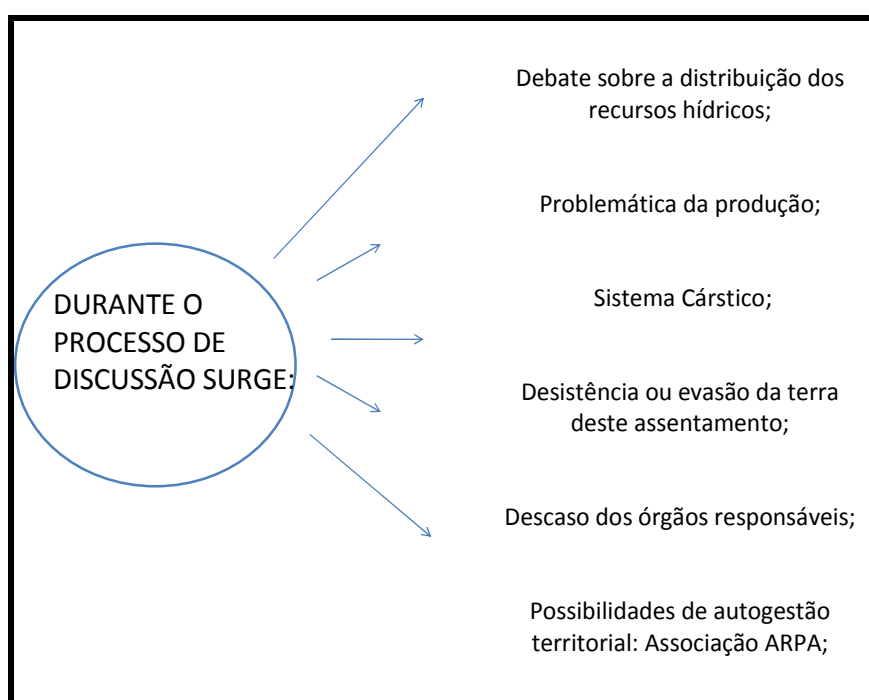


No processo de resgate histórico do assentamento, problematização sobre a Reforma Agrária e a luta pela terra, realizado pelos camponeses assentados, os estudantes travaram um

debate importante, apresentando suas críticas, posturas, buscando até mesmo desmistificar a visão midiática carregada pela maioria deles. O diálogo se deu de forma respeitosa e sincera, colocando questões fundamentais como:

- ✓ A urgência de uma Reforma Agrária no Brasil;
- ✓ Favorecimento dos investimentos do Estado ao Agronegócio e os desmandos da reestruturação da balança comercial;
- ✓ A criminalização dos movimentos sociais pela mídia, conseqüentemente pela sociedade;
- ✓ Fortalecimento da relação entre o campo e a cidade na luta pela soberania alimentar;
- ✓ O uso dos agrotóxicos e a ampliação da cadeia “produtiva” em torno do agronegócio;
- ✓ A importância da produção alimentar e distribuição interna de produtos com qualidade;
- ✓ O problema das terras devolutas e a injustiça da má distribuição da terra;
- ✓ Cooptação dos assentados pelos latifundiários para mão-de-obra barata e escrava;
- ✓ Os lemas dos movimentos agrários: Ocupar o latifúndio, resistir e produzir! Discutir o acesso à terra, a Reforma Agrária e a Transformação social.

Deste debate originaram-se questões que nortearam o processo de mapeamento:



Quadro 06 – Debates que permearam o processo de mapeamento comunitário.

Este processo estabeleceu a concepção do mapeamento, com base na história da luta e consolidação do assentamento; conquistas e necessidades da comunidade, considerando:

- ✓ A necessidade de ampliação da participação famílias para o projeto agroecológico;
- ✓ A má distribuição de água no assentamento;
- ✓ A necessidade da assistência técnica;
- ✓ O Licenciamento ambiental e seu atrelamento à política de financiamentos;
- ✓ O acesso às estruturas de lazer, saúde e educação;
- ✓ O problema da venda dos lotes, em relação à quebra do pequeno produtor, ou da baixa participação de alguns assentados no processo de luta pela terra.

Após um longo debate foram definidos como temas centrais para o mapeamento:

A produção do assentamento: com vistas a responder à necessidade da assistência técnica e dos financiamentos. Colocou-se a possibilidade em mapear sonhos e desafios, como o caso da pequena agroindústria do leite, da mandioca e da produção de hortaliças e frutas agroecológica;

A escassez da água na porção sul do assentamento: com o intuito de investigar a origem do problema da água buscou-se compreender a relação com o sistema cárstico no qual o assentamento está geologicamente instalado e a refletir sobre a necessidade de um sistema de captação de água.

Apresentaram-se como hipóteses fundadoras: o corte dos lotes realizados no processo de assentamento sem estudos prévios, ocasionando uma distribuição irregular da água, desencadeando problemas à produção que se tornou desigual no assentamento Roseli Nunes, que por sua vez ampliou os conflitos internos entre a comunidade e a abrangência da estrutura geológica em que o assentamento consolidou-se: terrenos calcários com enormes cavernas em seu subsolo – o sistema cárstico. Neste item surge outro problema, o conflito entre a “existência” deste sistema e a impossibilidade de “existência” do assentamento. Ou seja, é preciso construir mapas que mostrem a possibilidade da permanência na terra e da produção agrícola.

Ao longo dos anos de trabalho ganhou força a avaliação de questões relativas ao conflito entre a exploração das prefeituras interessadas no potencial turístico da região a partir da Caverna do Jaboti e o assentamento, considerando as consequências diretas e indiretas desta exploração.

Partindo destas diretrizes foi sistematizada uma tabela detalhada, quadro 07, que ano após ano foi refinada com o intuito de sistematizar um banco de dados importante para as análises dos próprios camponeses assentados sobre seu território. A construção da tabela trouxe questões como a necessidade da padronização das unidades de medidas e as formas de coleta dos dados para a elaboração de diferentes mapas a partir de um mesmo banco de informações.

MAPEAMENTO COMUNITÁRIO - TABELA DE DADOS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

GRUPO DE TRABALHO					Material da casa: (1) alvenaria/tijolo, (2) madeira, (3) adobe (4) outro	Tipo de produção: (1)subsistência, (2)comércio ou (3) ambos	Descrição da Produção	Área produzida por produto (em hectare)	Área total produzida (em hectare)
Número do Grupo	Nome dos Integrantes do Grupo	Nome do Núcleo	Nº do Lote	Nome do Morador entrevistado					
Utiliza Agrotóxicos? (1) Não (2) Sim	Participa de associação? (1) Não (2) Sim	Qual?	Participa do Banco de sementes? (1) Não (2) Sim	Seu lote foi adquirido na luta pela terra? (1) Não (2) Sim	Faz parte do movimento de luta pela terra? (1) Não (2) Sim (3) Já fez parte	Trabalha fora do assentamento? (1) Não (2) Sim	Local	Há conflitos com as fazendas vizinhas? (1) Não (2) Sim	Quais?
					Tipo de poço				
Há água no lote? (1) Não (2) Sim	Se não, de onde pega água? (Indicar o nº do lote se for o caso e tipo de poço)	Uso da água no lote: (1) produção (2) uso doméstico e (3) ambos	Tem poço no lote? (1) Não (2) Sim	Manual (x)	Artesiano (x)	Há represas? (1) Não (2) Sim	Secam?(1) Não (2) Sim	Olho d'água ou nascentes? (1) Não (2) Sim	Quantas pessoas moram na casa?
Teve financiamento? (1) Não (2) Sim	Qual? (1) PRONAF (2) CUSTEIO (3) ambos (4) Outro/ Qual?				Conseguiu pagar? (1) Não/ em dívida (2) Sim/ quitado (3) pagando Se não, Porque?		Outras OBSERVAÇÕES		

Quadro 07 – Tabela de dados para o desenvolvimento do mapeamento comunitário.

ESTRATÉGIAS DE CAMPO

Como estratégias de campo definiram-se: formação dos grupos de trabalho; partilha dos conhecimentos cartográficos; visitas às famílias e visita a importantes estruturas do assentamento.

Formação do grupo de trabalho: teve como princípio a participação de ao menos um assentado em cada grupo. Nem sempre isto foi possível, principalmente nas turmas maiores, pois em alguns momentos havia um assentado no grupo que ficou responsável por determinada região, mas na hora da visita os grupos se subdividam em duplas ou trios e daí não havia um assentado a cada subgrupo. A professora esteve envolvida nos grupos de trabalhos durante todo o processo.

As turmas de estudantes variaram entre 36 a 45 estudantes. Nas turmas grandes conseguimos formar até 10 grupos de trabalho, em outras oportunidades formamos 7 grupos, todos com uma média de 12 famílias visitadas por grupo, em alguns casos chegando a 20 famílias, num período do dia.

Nos núcleos do assentamento formados pelos raios de sol era possível a permanência de todos os membros dos grupos em todas as visitas, mas nos grupos dos linhões era necessário subdividir os grupos, por conta das grandes distâncias entre a moradia de um lote a outro. Em muitos lotes não havia assentados para receber os grupos. Em nenhum campo foram visitadas de uma só vez as 331 famílias, mas houve campos que se complementaram e posteriormente houve uma junção das tabelas para o uso das turmas.

Nos primeiros trabalhos de campo a organização dos grupos e as estratégias de visitas às famílias foram realizadas pelos assentados. Era essencial, pois havia um conhecimento das pessoas, do lugar e das relações sociais que movimentam o assentamento.

Inicialmente houve equívocos nas estratégias, pois o coletivo (os assentados e nós) ainda não havia aprendido a conciliar os conhecimentos sobre o lugar e estratégias de campo em relação ao tempo de trabalho e à necessidade de visita em regiões específicas. Aos poucos, aprendendo sobre a vida cotidiana dos assentados, conseguimos participar da organização das estratégias de campo de forma mais afinada, os assentados e o coletivo da UFMT (professora, monitores e estudantes⁵⁸).

⁵⁸ É preciso notificar que a disciplina de Cartografia Geral entre os anos de 2009 e 2013 teve a participação de estudantes de graduação como monitores no trabalho de campo e em gabinete: Cislene Dias Rodrigues; Dayane Pricila Alves Godoi; Dehbora Alves da Costa; Flavio Augusto Oliveira Bueno; José Moizés Pereira Leite; Patrícia Wolff Sampaio; Rosinaldo Barbosa da Silva.

É importante colocar que apesar dos conflitos internos não houve por parte dos assentados um direcionamento nas visitas às famílias, em todos os núcleos, todas as famílias foram visitadas. O objetivo do coletivo em torno do mapeamento comunitário era sistematizar o maior número de informações para a elaboração de mapas sobre o contexto do assentamento e sua vida cotidiana. Como definimos em princípio dois temas centrais ao mapeamento, a produção e a distribuição da água, era preciso visitar tanto ao norte (com maior produtividade) quanto ao sul (área com escassez de água).

Ao longo dos anos 2009-2013 os campos não ocorreram exatamente da mesma forma, mesmo porque na medida em que refinávamos a tabela e as informações levantadas, conhecíamos melhor o assentamento e as necessidades de visitas. Em geral, conservando o objetivo pedagógico do mapeamento, a ideia era sempre visitar todo o assentamento, mas em muitas oportunidades foi decidida coletivamente a visita à porção sul do assentamento para reforçar os mapas sobre a questão da falta de água na região.

No planejamento inicial, a sugestão era que organizássemos oficinas de manipulação de equipamentos e leituras de mapas (principalmente GPS, bússola, leitura de curva de nível e escala) para “ensinar” aos assentados como manipular os mapas e realizar as leituras da paisagem para elaborar mapas futuros. Aos poucos fomos percebendo que estas “aulas” não funcionavam como desejávamos, ou nunca dava tempo, ou eram extensas e até mesmo enfadonhas. Construímos a ideia de uma partilha destes conhecimentos entre os estudantes e os assentados nos grupos de trabalho. Ou seja, após a organização dos grupos eles se reuniam e conversavam sobre as estratégias de campo e estes conhecimentos que no decorrer do mapeamento eram apropriados, tantos pelos estudantes – também em processo de aprendizagem, quanto pelos assentados.

No caso do GPS, no roteiro de campo há uma explicação da origem do sistema de Posicionamento Global e nos últimos anos foram fornecidos aos estudantes o manual do aparelho de GPS e um slide que ensina o uso do aparelho.

Visita às famílias camponesas: como orientação geral seguiu-se como princípio o diálogo com as famílias. Isto é, mesmo tendo uma tabela a ser preenchida, é importante compreender o cotidiano vivido por estas famílias. A tabela deveria ser preenchida a partir deste diálogo.

As questões não deveriam ser disparadas como um questionário sem fim. É preciso ter no horizonte um trabalho de mobilização destas famílias e não de uso do conhecimento do espaço vivido para realizar intervenções de planejamento sobre este lugar. No processo de visita às

famílias, ouvir, estar atento a tudo o que vê (também escrever nas observações). Mesmo tendo em princípio a mobilização, não forçar uma participação das famílias, tampouco ensinar a eles sobre a realidade deles. Buscar construir um novo espaço de mobilização, a partir de um outro espaço de representação – o mapa.

A presença dos assentados nos grupos fortalecia esta perspectiva, em alguns momentos os conflitos internos surgiam ante os olhos dos estudantes que digeriam paulatinamente a possibilidade da análise crítica, sem o juízo de valor, mas a partir da compreensão das contradições que produzem a vida cotidiana.

Quanto às técnicas de elaboração de mapas, como mapas “mentais/do vivido” e de croquis (dos lotes, dos núcleos, perfis, etc), aconteceram de forma desigual entre os estudantes, alguns tinham mais segurança para a realização destes mapas, outros alegaram timidez para pedir aos assentados fazerem mapas, mas em geral os estudantes compreenderam como situar as técnicas no desenvolvimento do trabalho. Pretendia-se que tanto os estudantes, quanto os assentados (em seus lotes, ou nos grupos) desenvolvessem estas representações. Apesar de uma incidência de quantidade mediana, resultou em representações interessantes.

O uso de GPS e bússolas foi importante para o aprendizado da manipulação tanto por parte dos estudantes quanto dos camponeses ainda que de forma elementar. Somente as últimas contaram com a presença do GPS em quantidade suficiente, o que justifica a desigualdade de condições entre as primeiras e últimas turmas.

Nos dois primeiros trabalhos de mapeamento os dados foram compartilhados pelas turmas que foram a campo um mês após a outra. Visitamos 75 famílias no primeiro e no segundo 54, totalizando 129 famílias. A primeira turma foi mais organizada e teve uma boa sistematização dos dados, já a segunda não conseguiu organizar uma tabela coletiva de dados. Posteriormente fomos refinando estes dados, mas no trabalho de mapeamento junto aos estudantes há lacunas nas tabelas por conta das diferentes formas as quais os estudantes organizaram as informações. Todavia, na oportunidade do Memorial do Assentamento as informações foram revistas.

Ao longo dos anos de 2009 e 2013, das 331 famílias residentes no assentamento Roseli Nunes foram visitadas 238 (238 lotes), sem considerar a duplicidade de visitas. Em geral há um lote por família, mas há casos com duas famílias e os dados foram coletados pelos lotes, pois geralmente são famílias desmembradas – pais e filhos – que tem produções coletivas. Houve oportunidades em que os vizinhos cederam informações, pois havia produções conjuntas, ou

faziam parte da mesma família. Em 93 lotes não há informações coletadas, poucos destes não foram visitados, em geral não havia pessoas no lote para a realização das entrevistas.

O trabalho com os dados desde sua coleta à sua sistematização foi importante no processo de aprendizagem do mapeamento tanto para os estudantes quanto para pensar nos mapeamentos comunitários posteriores, pois há uma necessidade de organização e sistematização destas informações de forma que toda a equipe de trabalho possa manipular os dados. Entretanto, as informações não podem ser tratadas como números, portanto é preciso manter uma relação interessante entre os dados de natureza qualitativa e de natureza quantitativa. Este exercício não é simples, os estudantes sentiram esta dificuldade ao acessar os dados que coletaram para realizar os mapas.

Inúmeras situações foram levantadas para explicar a ausência destas famílias: falta de tempo dos grupos para percorrer longas distâncias a pé; o lote é uma área de produção e a moradia é na cidade; os trabalhos de campo ocorreram em feriados e finais de semana e muitos assentados têm família na cidade (geralmente filhos); separações litigiosas e “divisão” do lote em justiça (mesmo o lote não sendo propriedade do assentado); há camponeses que compraram mais de um lote; abandono do lote por conta da impossibilidade de ficar na terra – principalmente na zona de maior escassez de água; entre outros motivos singulares apontados nas entrevistas com vizinhos.

Considerando que os estudantes não visitam o assentamento como um todo, cada grupo ficou em um núcleo, realizamos outras visitas para conhecer um pouco das questões coletivas da realidade do assentamento. Em geral visitamos o principal local de produção da ARPA e a Caverna do Jaboti.

Visita à ARPA (Associação Regional dos Produtores e Produtoras Agroecológicos): foram reforçadas as questões que versam sobre a relação entre a agricultura camponesa, o Estado e a sociedade como já apresentadas na reunião geral com os assentados. Visitamos sua produção e dialogamos sobre os mecanismos de organização da Associação e a questão da agroecologia no assentamento e sua relação com as políticas agrárias. Sua produção de legumes e hortaliças é variada, principalmente abóbora, mandioca, alface, rúcula, almeirão, couve.

As questões dos estudantes nesta fase do campo tornam-se mais interessantes, pois já estão “familiarizados” ao assentamento e às famílias. Sendo assim, expõem os conflitos externos e internos do assentamento, e começam a compreender a vida cotidiana dos camponeses e as relações com o Estado e o mercado internacional.

Os associados da ARPA fizeram questão de explicitar sua relação com a Via campesina que prevê como princípios fundamentais: a soberania alimentar; o não uso de agrotóxicos; a diversidade produtiva; o uso das sementes crioulas e a valorização do jovem e da mulher no trabalho camponês.

Visita à Caverna do Jaboti: A entrada principal da Caverna do Jaboti fica na porção sul do assentamento, em área de limite municipal entre Mirassol do Oeste e Curvelândia, nos fundos do lote 185 do Assentamento, que por sua vez localiza-se à beira de estrada para a saída do assentamento e acesso ao município de Curvelândia.

Nas visitas à Caverna do Jaboti passamos por inúmeras situações ao longo dos quatro anos de trabalho. Nos primeiros trabalhos de campo (em 2009 e em Junho de 2010) fomos guiados por um grupo de assentados que mal conheciam a caverna, adentrando inclusive com picadas a facão. Fomos até a entrada da caverna e não avançamos a caminhada por seus salões.

Os objetivos iniciais destas visitas eram aproximar-se do contexto de inserção da caverna no assentamento e das condições de estrutura para sua exploração turística. Pensar na delimitação de uma área de APP por conta da existência da Caverna, nos limites do sistema cárstico, os problemas dos “buracos”, sumidouros, a dificuldade de acesso à água, entre outras questões. Em uma das visitas “clandestinas” à caverna, o guarda local nos expulsou, dizendo que aquela área era privada e concedida à prefeitura.

Nossa clandestinidade das duas primeiras visitas é controversa, pois o assentamento localiza-se em cima de um sistema Cárstico e a Caverna do Jaboti também está no assentamento, pois um de seus principais acessos fica no limite entre o assentamento e uma propriedade privada que, segundo a prefeitura de Curvelândia, concedeu o território para a exploração da Caverna pelo poder público.

No trabalho de campo de Outubro de 2010 realizamos o contato com a prefeitura de Curvelândia para estabelecer um diálogo sobre a caverna e realizar uma visita monitorada. Fomos monitorados por Fabiana Bezerra, gerente municipal da Unidade de Conservação Monumento Natural da Caverna do Jabuti (criada em 2011).

Na visita monitorada adentramos quase mil metros na caverna de importante riqueza cárstica. Apresenta uma área de aproximadamente 4 km², sendo estimada como a 2^a maior do país (provavelmente se estende pelo subsolo da área do assentamento), segundo as falas, contraditórias, da gerente da unidade de conservação, pretende-se transformar a área em um parque (nacional ou estadual).

TRABALHO DE CAMPO NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES



Foto 07 e 08 visita às famílias: Camponês assentado realizando mapa junto ao grupo de trabalho e grupo adentrando a casa de uma família. Foto: Antonio Latorraca, Outubro de 2009 e Luis Guilherme F. Leite, Outubro de 2010, respectivamente.



Foto 09 e 10 Nas diversas visitas à ARPA junto aos estudantes de Geografia os camponeses cooperados explicavam todo o processo produtivo. Além disto, discutia-se os desafios à produção, a ausência de subsídios do Estado, a instabilidade do PAA. Os camponeses que participam da associação tem orgulho de seu trabalho e o desejo de sua manutenção apesar dos desafios. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Outubro de 2010.



Foto 11 e 12: Interior da Caverna do Jaboti e entrada para novos salões subterrâneos – riscos para uma visita sem monitoramento. Fotografias: Pedro Saldanha Frantz, Outubro de 2010.

O diálogo com a prefeitura e a visita à caverna subsidiaram a leitura da ausência do diálogo entre o assentamento e a prefeitura sobre o uso do assentamento para o estabelecimento da prática turística da caverna e todas as questões que envolvem a consolidação de uma infraestrutura turística, tais como os impactos sociais e econômicos que serão gerados neste processo.

Como estavam no assentamento, os técnicos da prefeitura fizeram questão de “esclarecer” que há uma parceria firmada entre o proprietário da terra onde se encontra a caverna e a prefeitura. E que a caverna não está no assentamento. *Somente* o acesso à caverna se dá por um dos lotes do assentamento. Mas, o assentado cedeu apenas a parte do acesso (cerca de 500m², também na área de reserva legal do lote) para a prefeitura em troca de um poço de água. Disseram que há um conjunto de cavernas, cavernas menores podem estar na área do assentamento, mas a caverna do Jaboti não.

Dois problemas não foram tratados, primeiro: o lote não pode ser cedido pelo assentado, e sim pelo o INCRA; segundo, esta cessão tem que ter a ciência dos assentados como um todo e eles nunca foram chamados para uma conversa. Abordaremos esta problemática com maior profundidade ao discutir o Memorial do Assentamento no ano de 2011.

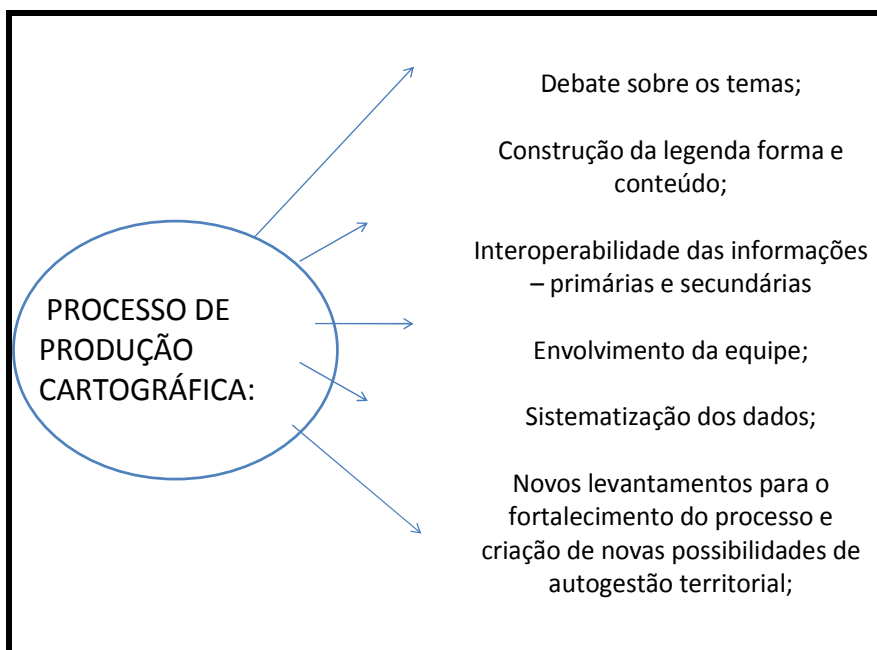
ENCAMINHAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DOS MAPAS

Após as visitas às famílias os grupos de trabalho reuniam-se para a elaboração de mapas e suas legendas. Apesar de não concluir os mapas em campo, iniciava-se a definição sobre a simbologia e esboços de representações possíveis, a partir da análise dos dados coletados.

Em determinados momentos discutia-se em pequenos grupos, em outros se articulava dois ou mais grupos e em outros momentos reunia-se todo coletivo. Em geral, reviam esboços e trocavam ideias sobre a possibilidade de mapas a serem construídos, tiravam dúvidas sobre as questões levantadas nas visitas às famílias e organizavam suas anotações. Posteriormente, em gabinete, os mapas foram definidos de acordo com estas conversas e demandas apontadas para o mapeamento.

Em algumas oportunidades não foi possível a reunião entre alguns grupos de estudantes e camponeses, pois os camponeses tinham que cuidar das tarefas diárias e então somente apareciam nas reuniões de fechamento dos trabalhos para dar uma opinião geral sobre o trabalho e indicar os mapas e eventuais problemas na coleta de dados.

De forma sintética, neste processo surge a necessidade de esclarecer:



Quadro 08 – Processo de produção cartográfica do mapeamento comunitário.

Ou seja, como se dará a passagem de um trabalho coletivo junto aos assentados, para um trabalho de finalização dos mapas pelos estudantes. Como realizar-se-á o produto final, a representação instituída.

Deste modo, as falas tanto dos camponeses quanto dos estudantes apontaram a necessidade de superação deste trabalho como meramente acadêmico, despertando, ainda que timidamente, a militância social em muitos estudantes que estão na universidade. Não fazendo apologia à adesão de movimentos sociais, mas da compreensão política da vida e da vida profissional.

Nas reuniões de avaliação junto aos estudantes foram expostas questões centrais, que orientaram a finalização dos mapas em gabinete:

- ✓ O reconhecimento da necessidade da luta pela terra e a clareza política dos camponeses assentados;
- ✓ Contraditoriamente à clareza política, o estado de desmobilização interna após o período do acampamento, a dificuldade de organização do assentamento para as lutas coletivas em torno da permanência na terra;

- ✓ A produção necessária para viver – existência de uma produção para subsistência minimamente suficiente (algumas famílias apresentam dificuldades com a ausência da mão-de-obra devido à idade dos moradores, ou migração de parte da família);
- ✓ A necessidade da organização da comunidade em associações, mesmo os moradores que apresentaram discordâncias às coordenações do assentamento reconheceram que sem o coletivo não há saídas para as melhorias do assentamento;
- ✓ Os problemas em comum: total ausência de assistência técnica; dificuldade de acesso aos recursos/financiamentos; dificuldade de pagar os financiamentos – os endividamentos; entraves para a organização da logística de distribuição da produção, a escassez da água; conflitos com as fazendas ao redor (problemas de mão-de-obra barata e/ou escrava; a utilização de venenos na produção das fazendas que atinge os quintais); o assédio para a venda de seus lotes.
- ✓ O problema da compra de lotes no tocante aos conflitos internos do assentamento deveria ser analisado sob diversas perspectivas: camponeses que sempre trabalharam em fazendas e com seus salários compraram um lote; o sonho do retorno à terra; a unidade de produção familiar em conflito com a ideologia do MST da produção coletiva; a criação de novas associações fora dos princípios do MST; compra de lotes com objetivos alheios à produção familiar em menor número do que o divulgado pela mídia (houve um caso de uma compra de lote por traficantes da região, mas ficaram por um curto período e já saíram do assentamento); a venda dos lotes porque a família não consegue se manter na terra (a falta de água; de recursos e de assistência técnica); entre outras questões não sistematizadas pelos estudantes.
- ✓ Os conflitos internos do assentamento sobre a distribuição dos lotes na época do parcelamento e os pontos de baixo acesso à água (alguns assentados alegam que famílias do acampamento Paulo Freire, o último a ser chamado para compor o assentamento, ficaram com os lotes com maior problema de acesso à água);
- ✓ As contradições e a condição desigual e diversa dos camponeses assentados: trabalho acessório; o uso de aposentadorias para manter os lotes produtivos; a dedicação à produção para consumo próprio; a inserção da produção camponesa nas indústrias de laticínios e a baixa rentabilidade do leite para os camponeses e a alta rentabilidade para as agroindústrias; os questionamentos em torno da

necessidade da existência de uma pequena agroindústria nos assentamentos; a manutenção dos atravessadores na comercialização dos produtos camponeses; as exigências dos selos de certificação: do leite, da carne, das hortaliças orgânicas; o uso dos agrotóxicos e a ameaça das sementes transgênicas às sementes crioulas.

- ✓ Por fim o conflito entre a inserção total da agricultura camponesa no modo de produção capitalista assumindo o papel de produção da matéria prima da indústria e a autonomia da uma produção camponesa que utiliza-se de estratégias de resistência, mas não deixa de viver o modo de produção capitalista.

Para o fechamento dos trabalhos realiza-se coletivamente uma avaliação geral do processo de mapeamento. Considerou-se a atividade relevante para a ampliação do conhecimento da realidade do assentamento; a reflexão sobre ela e a sistematização deste conhecimento, gerando a possibilidade de produção de novos conhecimentos para a comunidade.

Desde o primeiro trabalho foi situada a necessidade do retorno dos mapas ao assentamento, fechando um compromisso, ainda que apresentassem “problemas” devido à fase de aprendizagem da turma. Nesta oportunidade buscou-se desmistificar o discurso competente, ou seja, apesar dos alunos estarem lá para aprender como ocorre um processo cartográfico a ideia é partilhar o conhecimento cartográfico, portanto os mapas para além de primar pelo rigor cartográfico assumem compromisso político para tratar com responsabilidade os dados levantados e sistematizados e as representações produzidas. Assim, não necessariamente eventuais “problemas” seriam meramente técnicos, mas fruto das representações geradas pelo coletivo estudantes-assentados.

1.3.2.IV B) PRODUÇÃO DOS MAPAS EM GABINETE

A produção dos mapas em gabinete considerou duas questões fundamentais: o respeito ao processo coletivo do mapeamento comunitário, considerando as estratégias de campo; e as problemáticas levantadas para a materialização de um mapa final e seu retorno à comunidade.

Foi enviado às turmas um relato de campo para sistematizar os encaminhamentos para o trabalho em gabinete, uma vez que o mapeamento exigiria além de relatórios descritivos, mas que

partiam de encaminhamentos coletivos. O relato auxiliou no processo de sistematização dos dados coletados e na proposição de legendas⁵⁹.

O trabalho com as diferentes turmas tomou rumos diferentes e certamente sistematizações diferentes, principalmente devido ao tempo de trabalho para a elaboração do mapa final e envolvimento da turma. Os relatos pós-campo e a aula com a orientação para a finalização dos mapas direcionaram os trabalhos em gabinete, a partir dos seguintes encaminhamentos:

- ✓ Organização dos dados: sistematização das tabelas com informações por núcleos visitados por cada grupo de trabalho e sistematização de uma tabela geral com todas as informações de todos os grupos de trabalho, por lotes visitados. Cada grupo preencherá a tabela de dados em meio digital;
- ✓ Seleção das informações a serem representadas: será realizada em cima da tabela de dados, coletivamente na sala de aula de acordo com os temas dos mapas selecionados em campo;
- ✓ Organização da legenda: aula expositiva sobre o uso das legendas: relação entre as informações de natureza quantitativa e qualitativa e o uso de cores, tramas e símbolos;
- ✓ Desenho do mapa em meio analógico e digital: é facultativa a elaboração de mapas nestes meios, dependerá da disponibilidade técnica dos grupos: estudantes que já manejam Auto Cad ou outros softwares de geoprocessamento, a utilização de softwares de desenho como Corel draw;
- ✓ Pesquisas complementares: aprofundamento sobre as questões e conceitos envolvidos no mapeamento, para a realização de propostas de legenda mais claras, tais como: camponês, assentamento, financiamentos rurais, associações, entre outros.
- ✓ A base cartográfica poderá ser “limpada” a partir das Plantas do INCRA, como a retirada das áreas projetadas de APP e Reserva Legal;
- ✓ Uso da escala de acordo com a natureza das informações mapeadas e o que se deseja visualizar e mensurar;

⁵⁹ O texto base para a elaboração das legendas dos mapas foi: JOLY, F. (1997) A cartografia. 1ª reimpressão. Campinas: Papirus. 136p. Não apresentaremos a aula descritivamente, indicamos que a discussão gerou, de forma basilar, em torno da relação entre signo; significante; significado e sentido para a elaboração da legenda, portanto do mapa. Consideramos outros autores como BARTHES apud GIRARDI (1997) e BERTIN (1988).

- ✓ As legendas não são construídas a priori, ao contrário, ao analisar os dados é que constituem e indicam os processos que os mapas revelam!

Houve a disponibilidade de atendimentos extraclasse, no laboratório de Cartografia, nos períodos de atendimento da monitoria da disciplina, com a presença da professora e de monitores, infelizmente poucos estudantes aproveitaram este recurso.

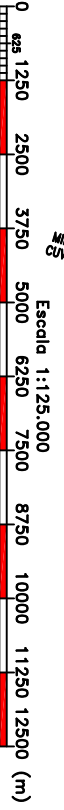
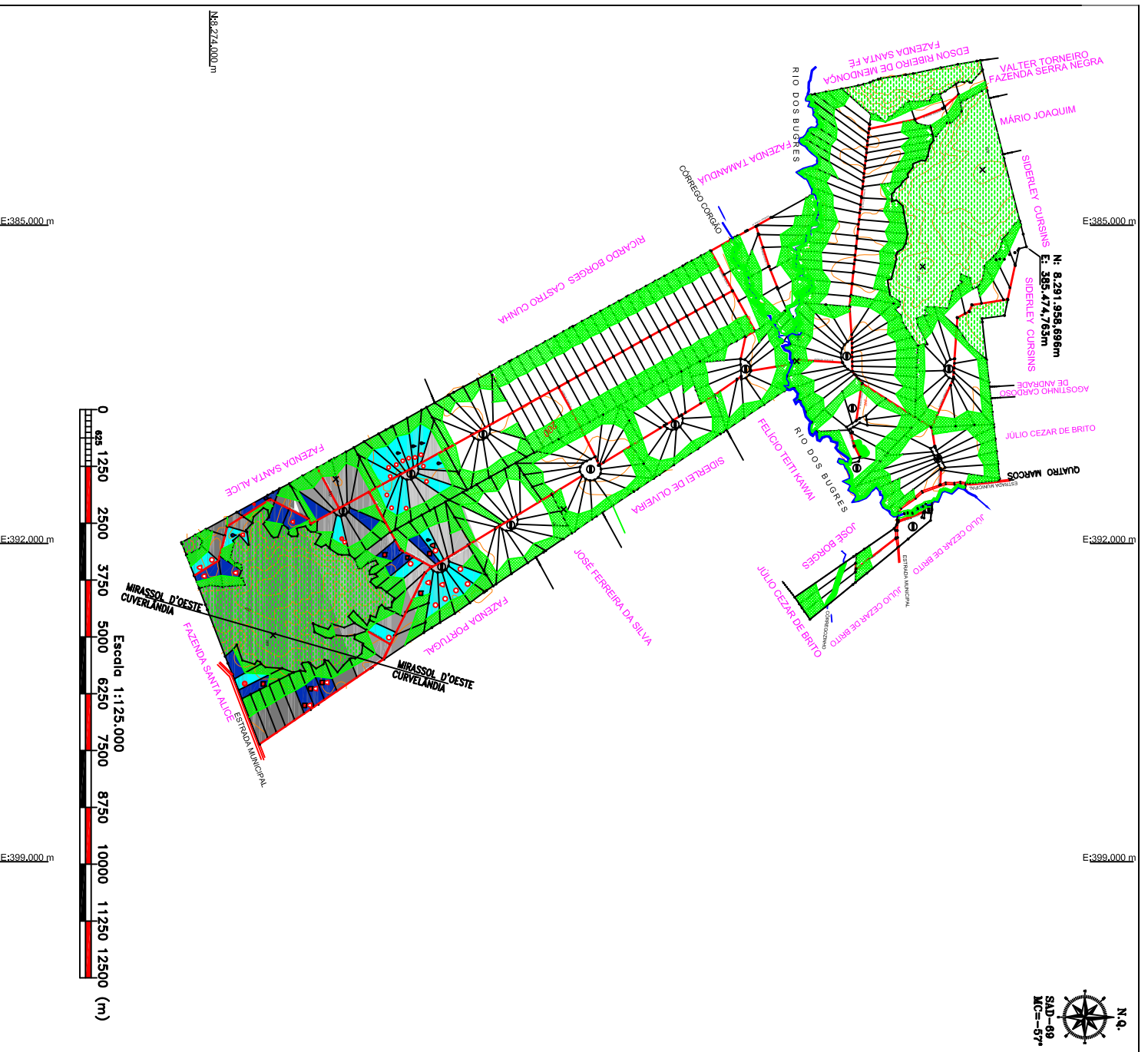
A indicação central para elaboração de mapas realizada coletivamente entre camponeses e estudantes era a elaboração de mapas sobre a produção e o contexto da água no assentamento, no entanto houve mapas que trouxeram outras questões igualmente relevantes para a compreensão da realidade vivida pelo assentamento, como por exemplo seu contexto interno de mobilização política.

Foram gerados cerca de 20 mapas diferentes, contudo o quadro 09 analisa sinteticamente 14 mapas significativos considerando todas as turmas que participaram do processo de mapeamento, apresentados a seguir.

MAPA 05 a– Grupo Água – Bacharelado 2009	p.189
MAPA 05 b– Grupo Água – Bacharelado 2009	p.191
MAPA 06 –Produção – Bacharelado 2009	p.193
MAPA 07 – Analógico – Bacharelado 2009	p.195
Mapa 08 – Produção – Bacharelado / Licenciatura 2009	p.197
Mapa 09 – “Água, fonte de vida”: Analógico, Bacharelado / Licenciatura 2009	p.199
Mapa 10 – Analógico Licenciatura 2010	p.201
Mapa 11 – Disponibilidade de água no assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2010	p.203
Mapa 12 – Mapa de Produção – Assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2010	p.205
Mapa 13 – Índice de participação do movimento de luta pela terra e associação, Bacharelado 2010	p.207
Mapa 14 – Uso e Captação de Água no Assentamento Roseli Nunes, Bacharelado 2013	p.209
Mapa 15 –Tipos de Produções, Bacharelado 2013	p.211
Mapa 16 – Armazenamento de Água de chuva 2013, Bacharelado 2013	p.213
Mapa 17 – Participação e desenvolvimento dos assentados, Bacharelado 2013	p.215

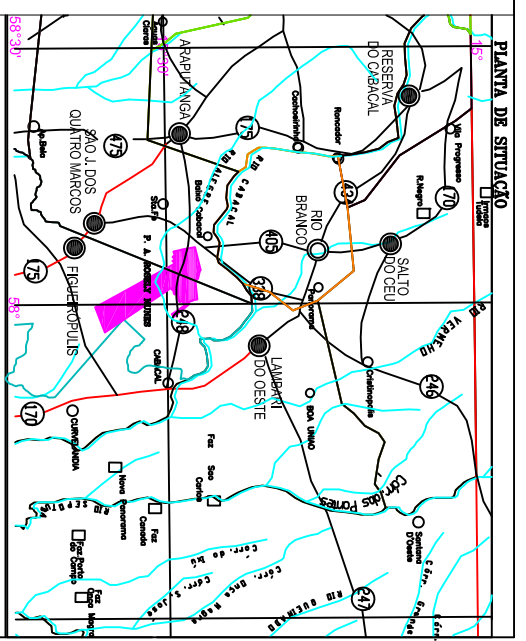
Todos os mapas foram impressos neste documento em tamanho reduzido, fora da escala de produção.⁶⁰

⁶⁰ Os mapas dos estudantes foram elaborados das mais diferentes formas (utilizando softwares como: Corel Draw; Word; Auto Cad; Arc Gis, etc e à mão.) o que dificultou a apresentação no corpo da tese com excelência de resolução de todas as imagens. Sendo assim, não foi possível inserir o número de páginas em todos os mapas por diminuir consideravelmente a resolução dos mapas ao inseri-los no redator de texto Word.

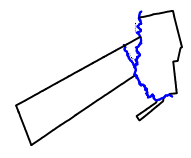


N:8.291.958,696m
E:385.474,763m

N:8.274.000,00m



ARTICULAÇÃO DA FOLHA



- LINHA SECA
- ESTRELA
- ANOS e CUBAS
- CUNHA DE MATA
- MATAS DE MANDIÇUVA
- Pastagem Úmida
- Pastagem Permanente

DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	
	BOM
	REGULAR
	FREQUENTE

LEGENDA DO GRUPO DA ÁGUA

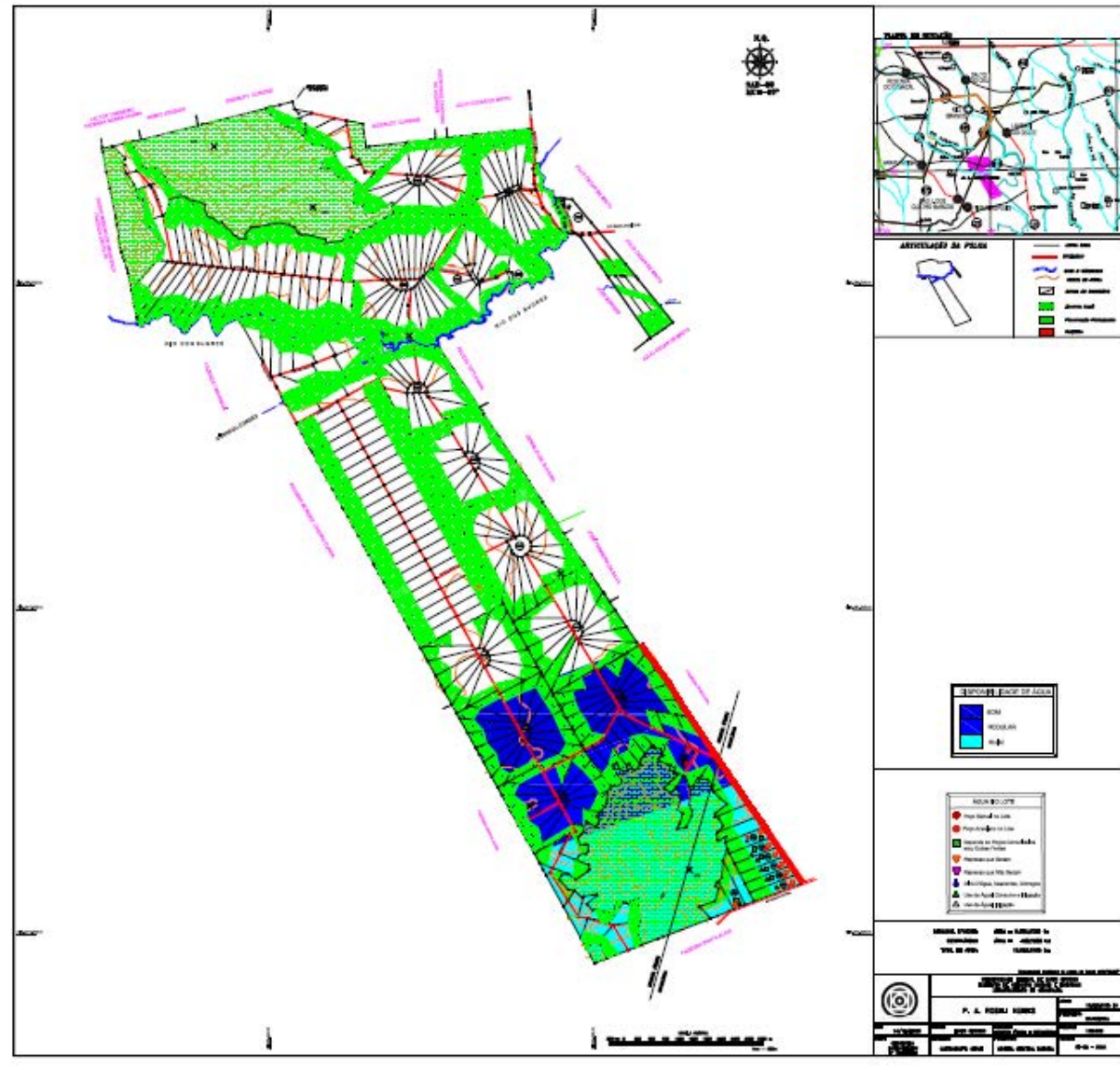
- Popo Manual em Fundamento
- Dependente de Popos Comunitários ou de Associações
- Represas que Secam
- Represas que Não Secam
- Leite com Água Propria
- Leite que Paga ou Recebe Água de Outro Lugar
- Olho D'água, Nascentes, Córregos

MIRASSOL D'OESTE: **ÁREA = 9.552,0725 ha**
 CUVRELÂNDIA: **ÁREA = 468,7380 ha**
TOTAL DE ÁREA: 10.020,8105 ha

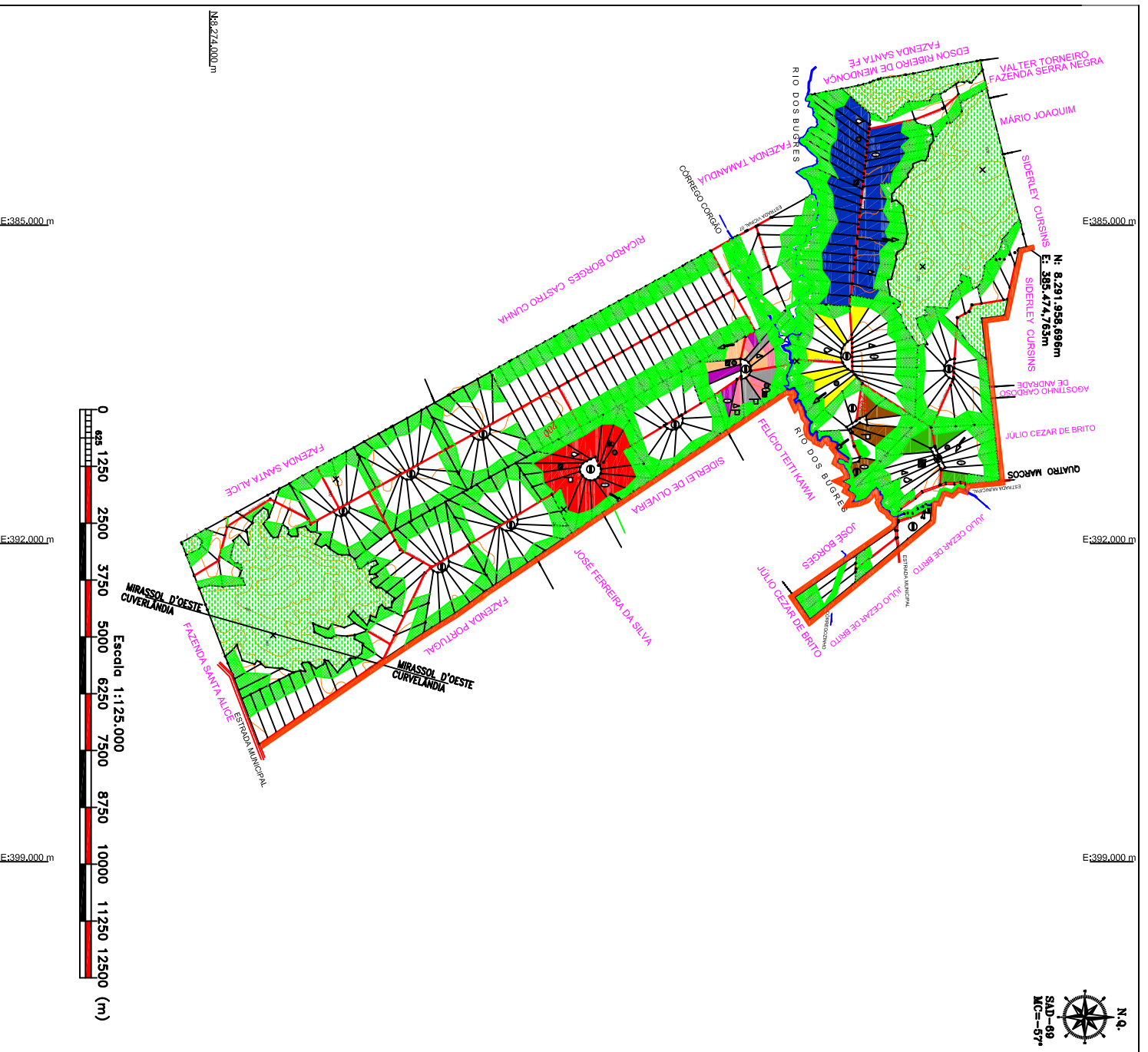
Universidade Federal de Mato Grosso
 Instituto de Geografia
 Departamento de Geografia

P. A. ROSELI NUNES

		ÁREA: 10.020,8105 HA	
DATA:	24/11/2009	PROFESSOR:	67.298,78m
TÍTULO:	GEOGRAFIA BACHARELADO 2º SEMESTRE	ESCALA:	1:125.000
DISCIPLINA:	CARTOGRAFIA GERAL	GRUPO:	GRUPO DA ÁGUA



MAPA 05 b– Grupo Água – Bacharelado 2009



N. 8.291,958,696m
E. 385,474,763m
MC = -57°

PLANTA DE SITUAÇÃO

ARTICULAÇÃO DA FOLHA

DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

- BOA
- REGULAR
- PESSIMA

LEGENDA

Núcleos Sociais	Símbolos
Não Participam	Produção Agrícola Pequena - Média - Grande
Água Viva	Houve Luta Pela Terra
Mão Natural	Possui Água no Núcleo
Vida Nova/Renascer	Participação da Associação
Coletivo	Pequena - Média - Grande
Olho D'Água	Comércio Para Regiões Vizinhas
Sempre Verde	Produção Para Subsistência
Dandara Fátima	Mirassol Cuvrelândia e S. J. dos Campos Novos
Escola	Financiamentos
Região de Conflitos com Atividades Vizinhas	Uso de Agrotóxico

MIRASSOL D'OESTE: ÁREA = 9.552,0725 ha
CUVERLÂNDIA: ÁREA = 468,7380 ha
TOTAL DE ÁREA: 10.020,8105 ha

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

P. A. ROSELI NUNES

COORDENADOR: P. A. ROSELI NUNES
ASSISTENTE: MATEO GROSSO
PROFESSORA: SIMINA CRISTINA BASTISTA

DATA: 24/11/2009
TÍTULO: GEOGRAFIA BACHARELADO 2º SEMESTRE
DISCIPLINA: CARTOGRAFIA GERAL

ESCALA: 1:125.000
FOLHA: 67.299.78m

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

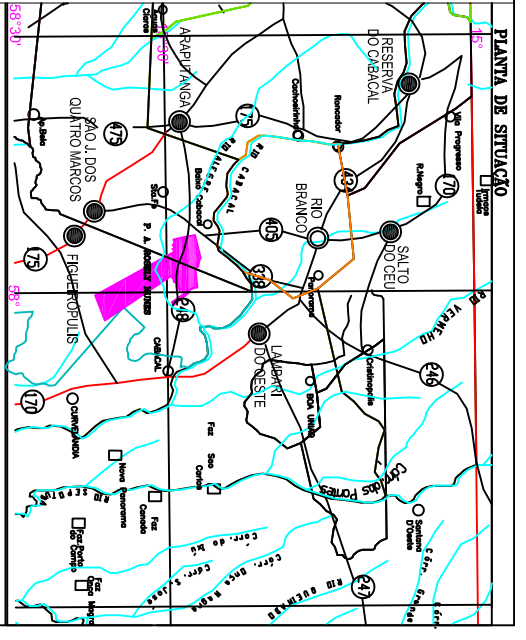
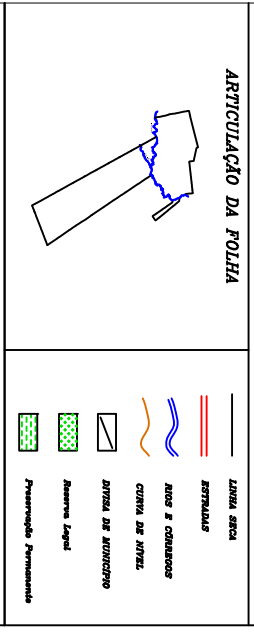
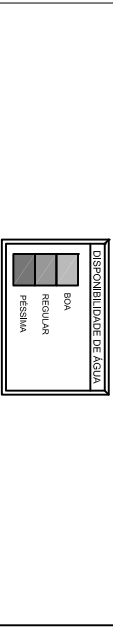
P. A. ROSELI NUNES

COORDENADOR: P. A. ROSELI NUNES
ASSISTENTE: MATEO GROSSO
PROFESSORA: SIMINA CRISTINA BASTISTA

ESCALA: 1:125.000
FOLHA: 67.299.78m

MIRASSOL D'OESTE: ÁREA = 9.552,0725 ha
CUVERLÂNDIA: ÁREA = 468,7380 ha
TOTAL DE ÁREA: 10.020,8105 ha

Núcleos Sociais	Símbolos
Não Participam	Produção Agrícola Pequena - Média - Grande
Água Viva	Houve Luta Pela Terra
Mão Natural	Possui Água no Núcleo
Vida Nova/Renascer	Participação da Associação
Coletivo	Pequena - Média - Grande
Olho D'Água	Comércio Para Regiões Vizinhas
Sempre Verde	Produção Para Subsistência
Dandara Fátima	Mirassol Cuvrelândia e S. J. dos Campos Novos
Escola	Financiamentos
Região de Conflitos com Atividades Vizinhas	Uso de Agrotóxico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

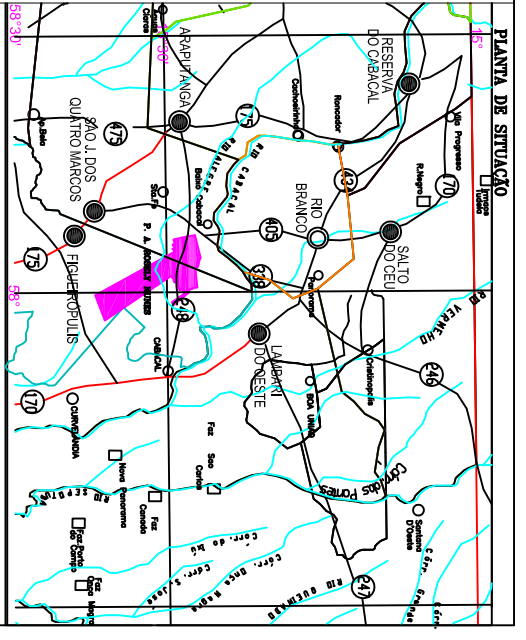
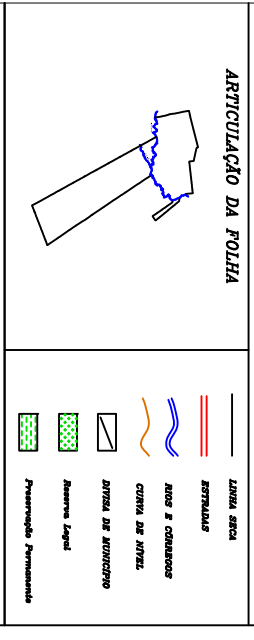
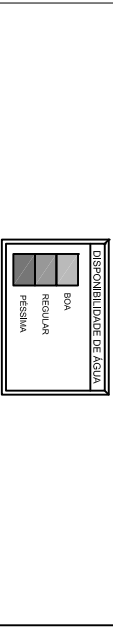
P. A. ROSELI NUNES

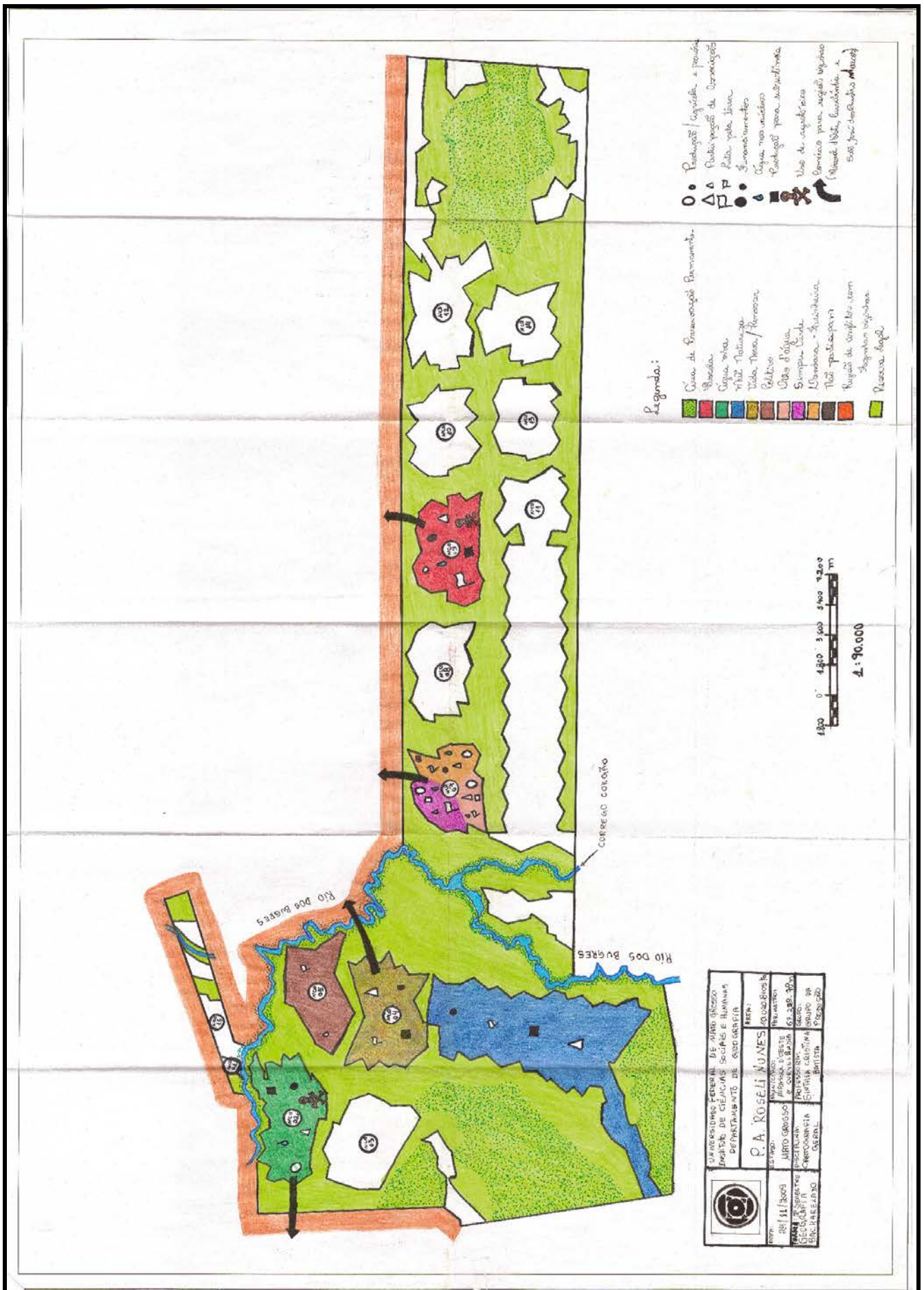
COORDENADOR: P. A. ROSELI NUNES
ASSISTENTE: MATEO GROSSO
PROFESSORA: SIMINA CRISTINA BASTISTA

ESCALA: 1:125.000
FOLHA: 67.299.78m

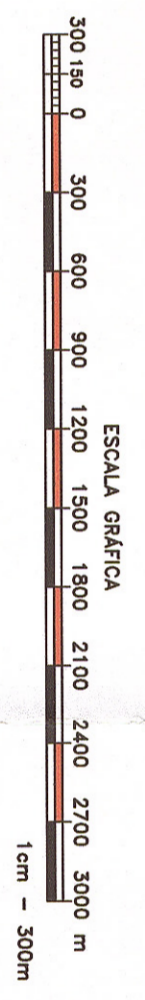
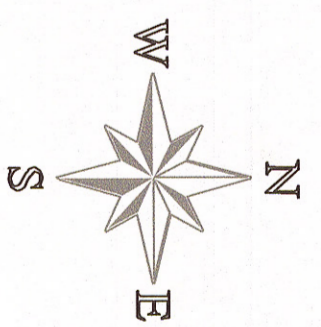
MIRASSOL D'OESTE: ÁREA = 9.552,0725 ha
CUVERLÂNDIA: ÁREA = 468,7380 ha
TOTAL DE ÁREA: 10.020,8105 ha

Núcleos Sociais	Símbolos
Não Participam	Produção Agrícola Pequena - Média - Grande
Água Viva	Houve Luta Pela Terra
Mão Natural	Possui Água no Núcleo
Vida Nova/Renascer	Participação da Associação
Coletivo	Pequena - Média - Grande
Olho D'Água	Comércio Para Regiões Vizinhas
Sempre Verde	Produção Para Subsistência
Dandara Fátima	Mirassol Cuvrelândia e S. J. dos Campos Novos
Escola	Financiamentos
Região de Conflitos com Atividades Vizinhas	Uso de Agrotóxico





MAPA 07 – Analógico – Bacharelado 2009



LEGENDA	
	Participam de associação
	Horas Luta Pela Terra
	Contato Para Regras Zonais
	Uso de Agricultura
	Canais de Irrigação
	Canais de Irrigação
	Produção Para Subsistência
	Área de Pres. Permanente
	Ranço de Confins com Fazendas Vizinhas

LEGENDA DO GRUPO DA ÁGUA	
	Povo Mirassol em funcionamento
	Povo Arreliano em funcionamento
	Povo São Antônio
	Deposito de Resíduos Comunitários, de Associações e das Vizinhas
	Respostas que Não São
	Respostas e Res
	Nascimentos

TIPO DE PRODUÇÃO	
	Agricultura
	Pecuária Leiteira
	Silvicultura
	Outros

TRABALHO DE CARTOGRAFIA

PLANTA GERAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

PROFESSORA: SINTHIA CRISTINA BATISTA

DISCENTES: CAMILA MACHADO
HENRIQUE PEREIRA
SIMONE MALHADO
TAYSLAYNE ALVES
YANKLEY SQUEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

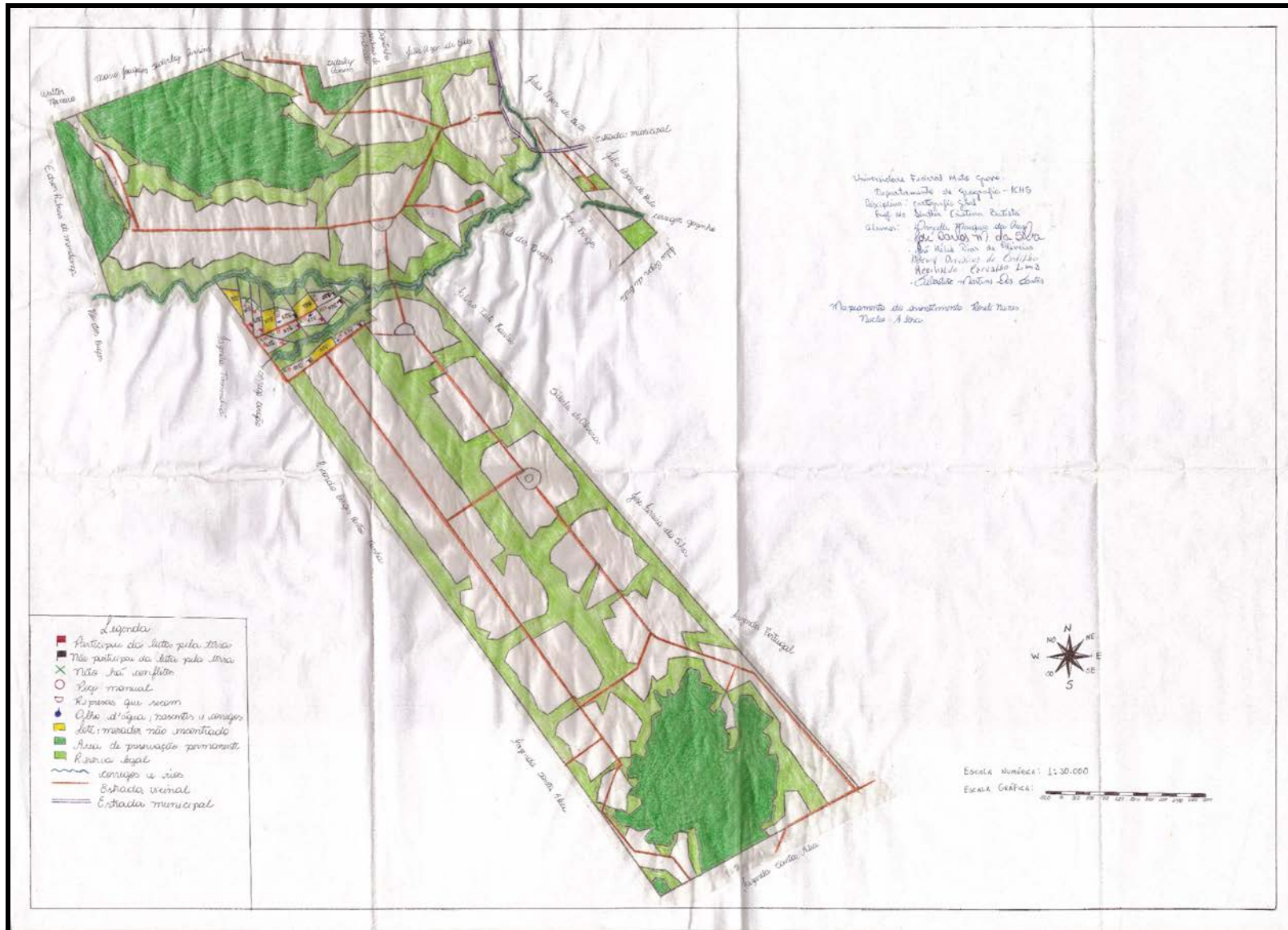
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Município: MIRASSOL DO OESTE - MT

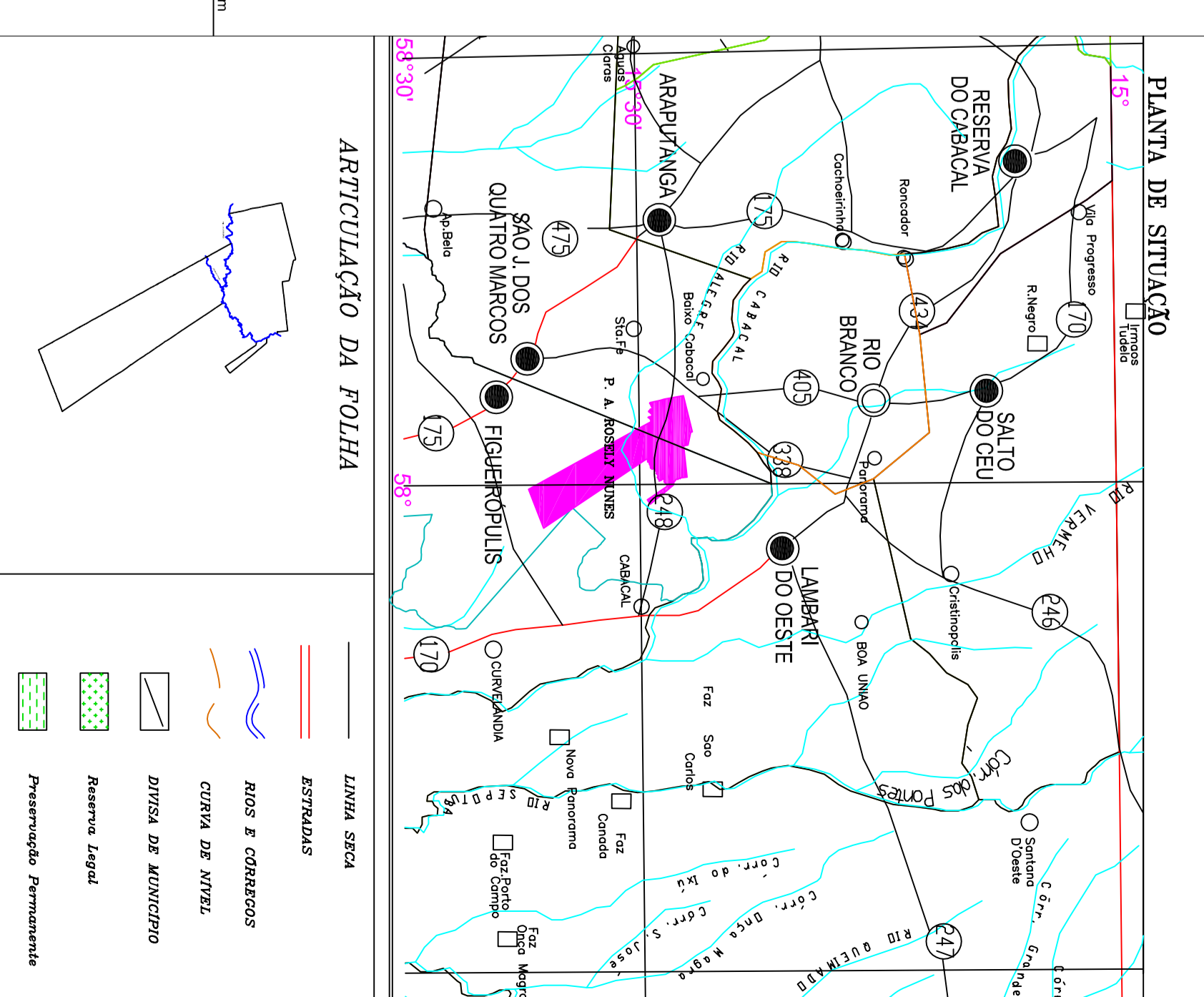
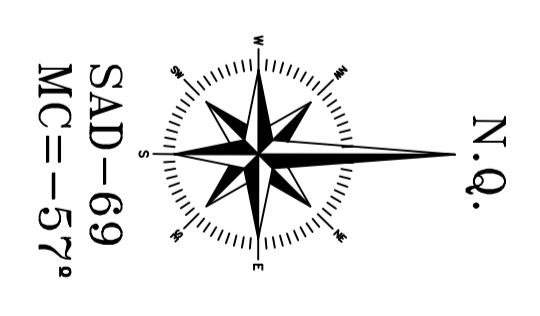
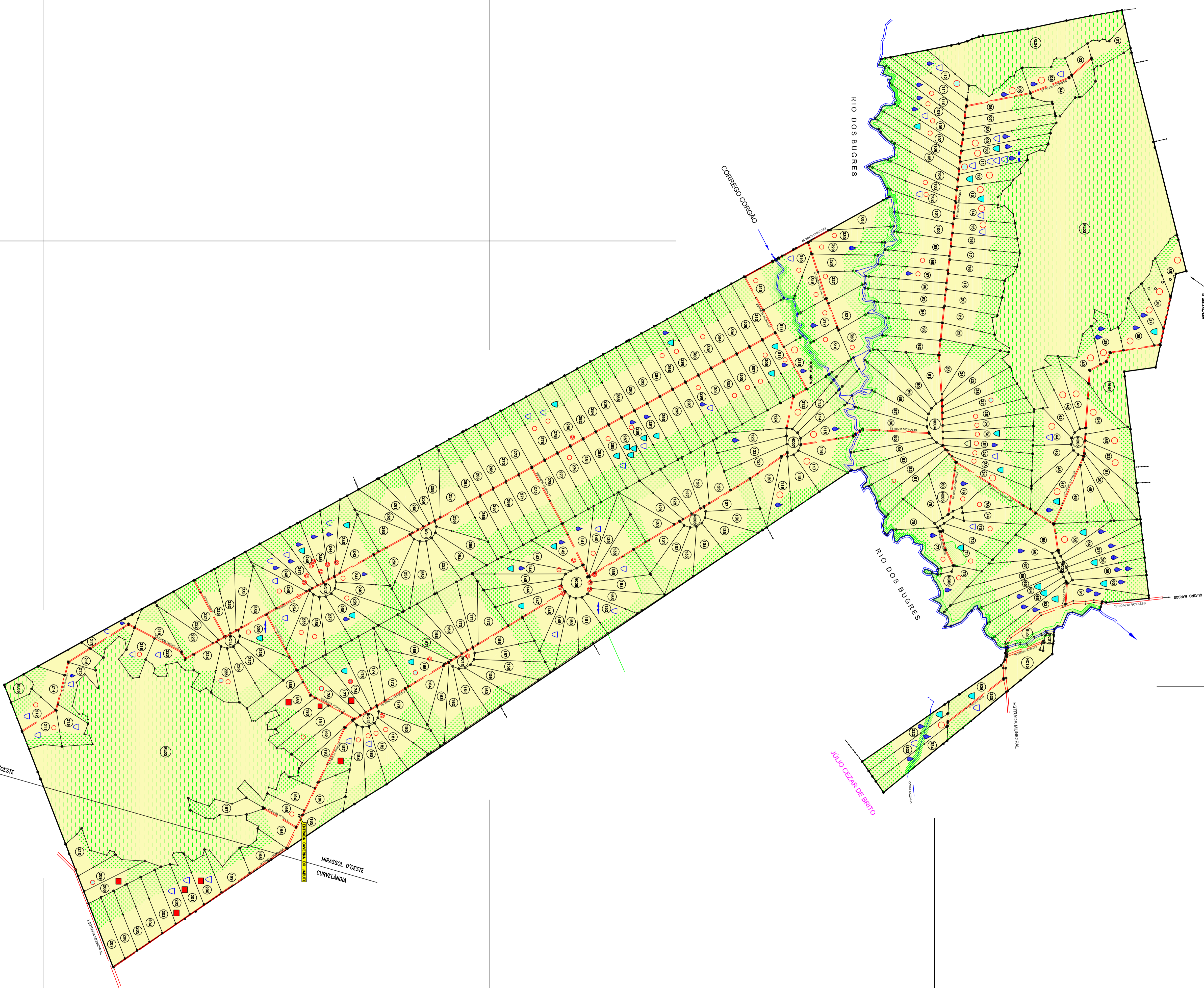
Escala : 1 : 210.000



Mapa 09 – “Água, fonte de vida”: Analógico, Bacharelado / Licenciatura 2009



Mapa 10 – Analógico Licenciatura 2010



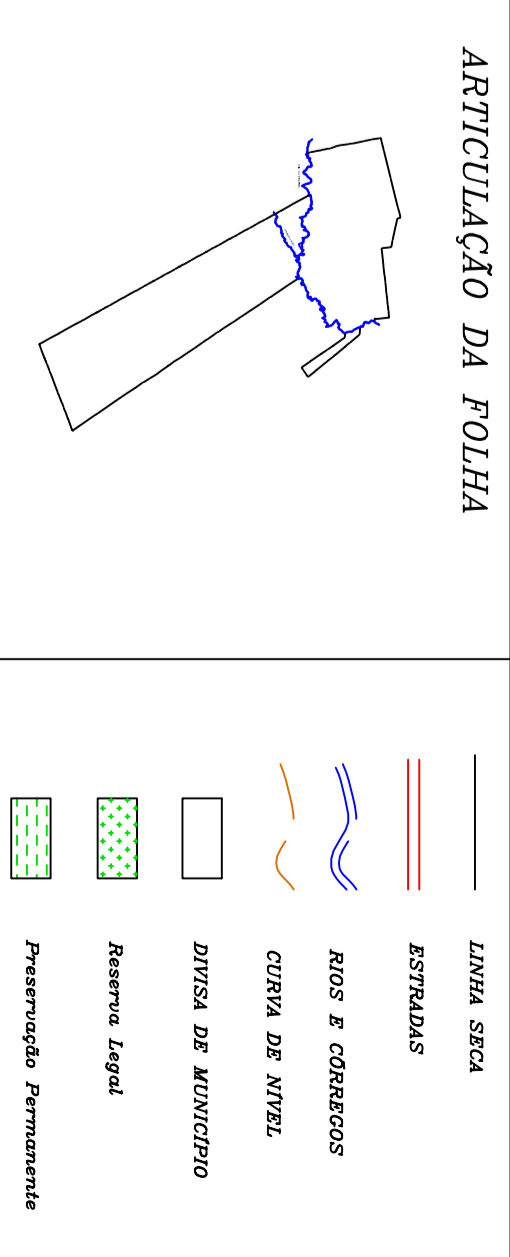
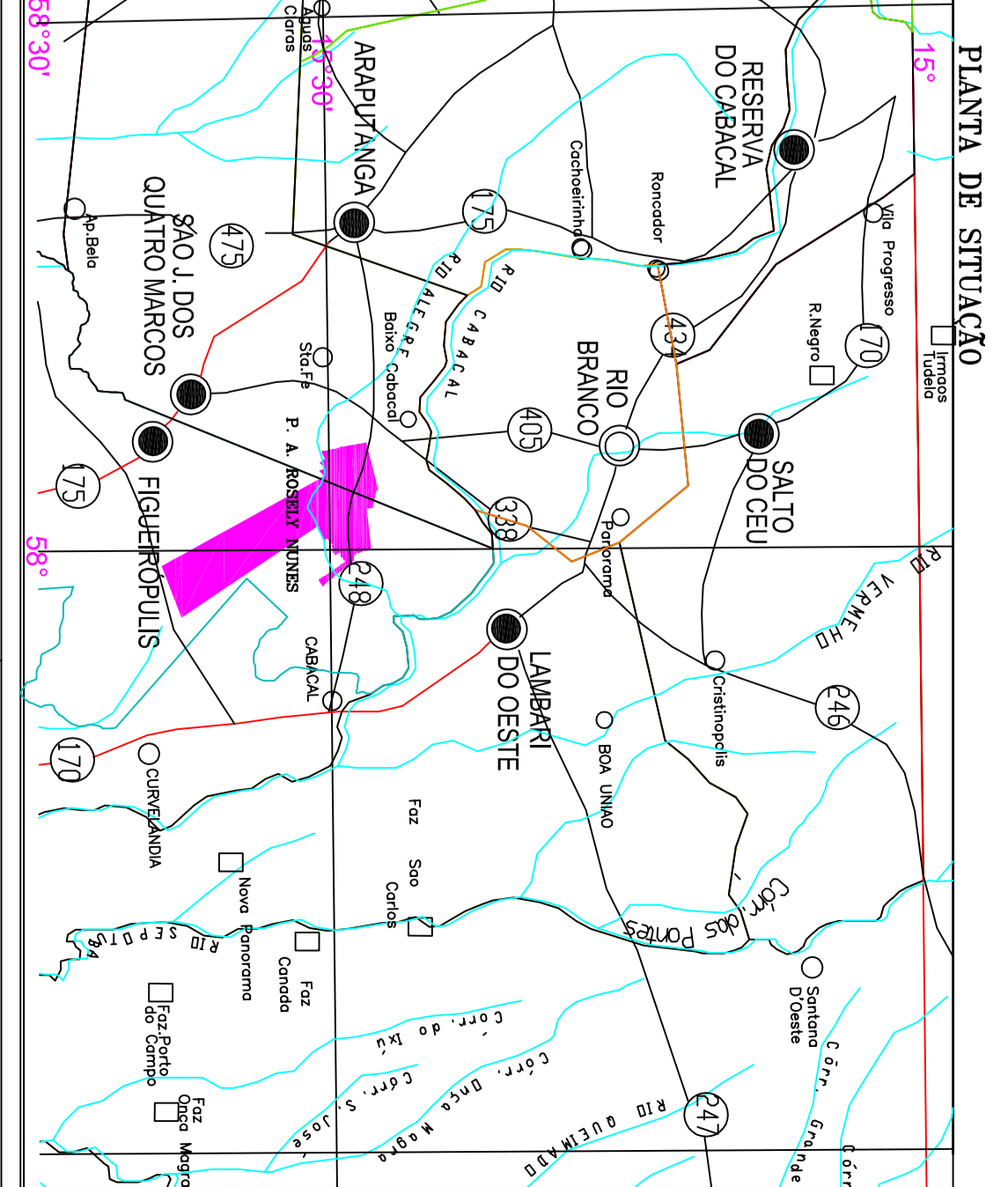
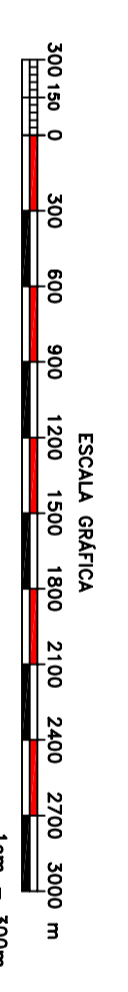
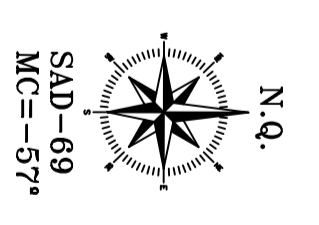
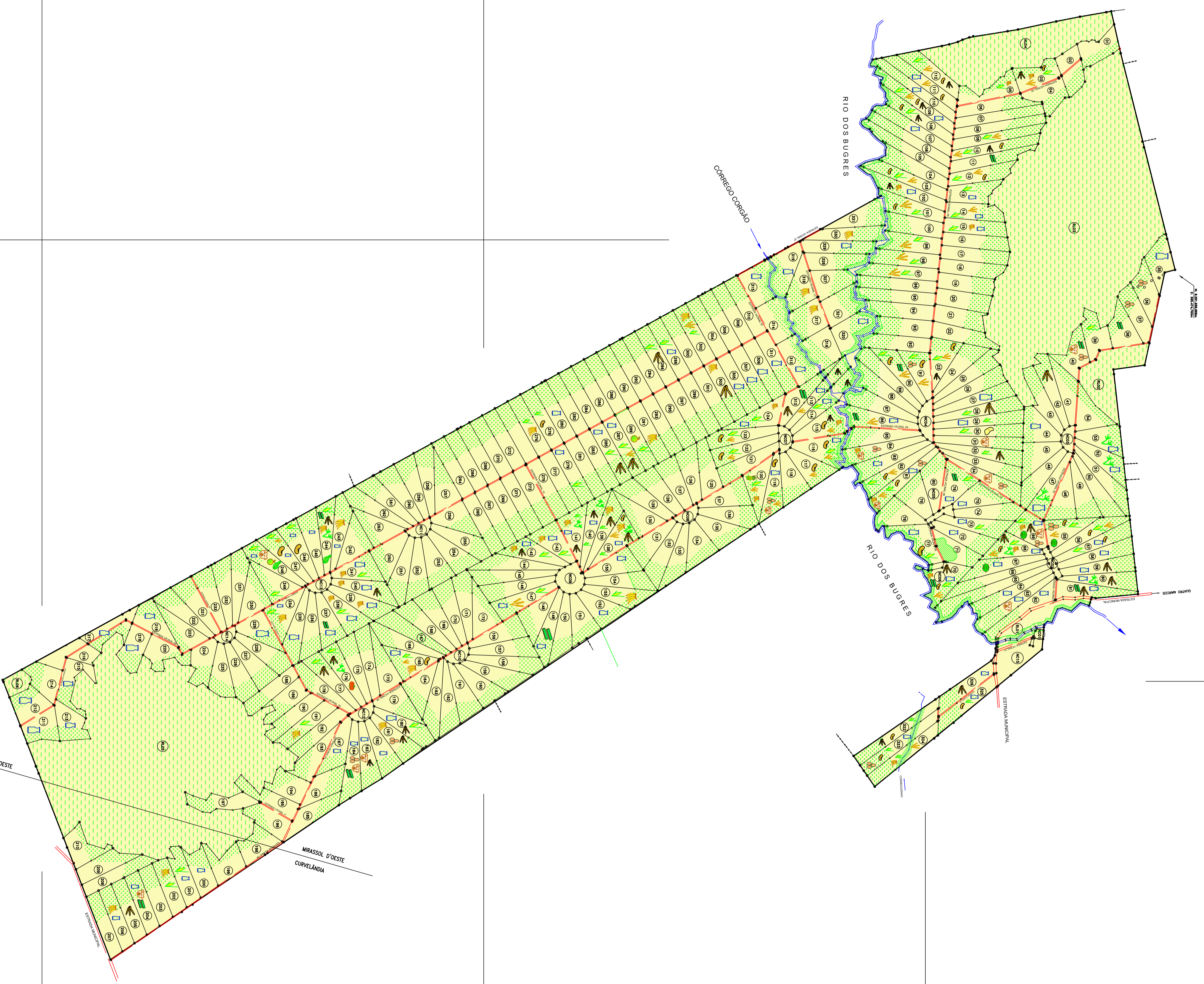
LEGENDA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

- Popo Natural em Fundamento
- Popo Diferenciado
- Popo Amistoso em Fundamento
- Popo Amistoso em Fundamento out de Alameda
- Reposta que Saem
- Outro (Fogão, Microondas, Churrasqueira)
- Inútil água do Vietno

MIRASSOL D'ESTE CAVELANDA: AREA = 9.332,0723 ha
 CAVELANDA: AREA = 488,7780 ha
 TOTAL DE AREA: 10.020,8103 ha

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	
DATA: 22/11/2010	ESCALA: 1:30.000
TÍTULO: GEOPORTAL BUCARVALDO 2010/07	PROJEÇÃO: UTM - 200m
ESTADO: MATO GROSSO	MUNICÍPIO: ROSÉLI NUNES
PROPOSTA: AMPLIAÇÃO DE CAVELANDA	FECHA: 10/02/2010
PROFESSOR: SINALIA CRISTINA MATRIZ	ALUNO: SINALIA CRISTINA MATRIZ



LEGENDA	
	LEITE
	MILHO
	MANDIOCA
	BATATA
	ABRIZ
	FEIJÃO
	CAÑA
	HORTALIÇAS
	BANANA
	ABRIZOLA
	SALMO
	MAMÃO
	LIJANINA
	SALINHA
	VELANCA
	ABACAXI

MIRASSOL D'ESTE
CUIVELANDA
TOTAL DE ÁREA

ÁREA = 3.522,0723 ha
ÁREA = 468,7380 ha
10.020.8105 ha

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES			
DATA:	23/11/2010	ESCALA:	1:10.000
TÍTULO:	MAPA DE PRODUÇÃO	PROFESSOR:	6.729.728h
LOCAL:	MATO GROSSO	DISCIPLINA:	11.000
INSTITUIÇÃO:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	SEMESTRE:	2º SEMESTRE 2010
PROFESSOR:	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA		
ALUNO:	SIMILA CRISTINA BATISTA		

Índice de participação no movimento da luta pela terra e associação



Legenda

- - participa do movimento de luta pela terra
- X - não participa do movimento de luta pela terra
- A - participa de alguma associação
- ? - sem informação



1970 = 2000
 2000 = 2000
 2000 = 2000

Escala Gráfica



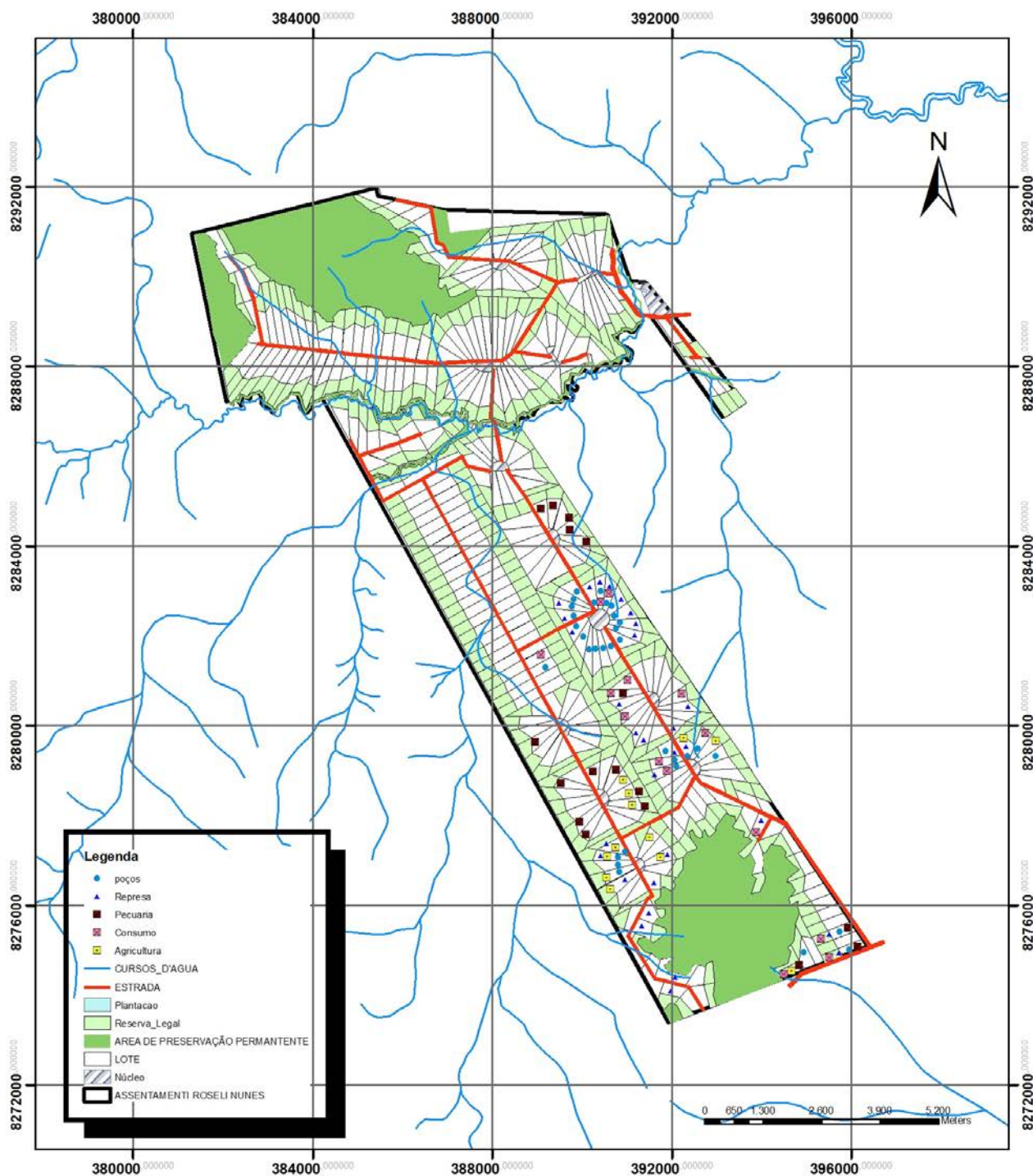
Objetivo

identificação do uso do mapa
 para a unidade pedagógica
 através da participação do aluno

F116 - Espetro
 F117 - Associação

Mapa 13 – Participação do movimento de luta pela terra - Bacharelado 2010

Uso e captação de água - Assentamento Roseli Nunes



GRUPO: Rodrigo Takata, Jaime Jr. Thamara, Damaris, Willian Kanashiro, Pablo, Daniel, Gabriela

Fonte : planta Geral de Parcelamento - Pranchas 01 e 02 - Escala 1:20 000. INCRA, Julho,2002;
 Carta Topográfica IBGE Nº 271, 272, 290 e 291 - Escala 1:50 000 meio digital.

Mapa 14 – Uso e Captação de Água no Assentamento Roseli Nunes Bacharelado 2013

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - TIPOS DE PRODUÇÕES

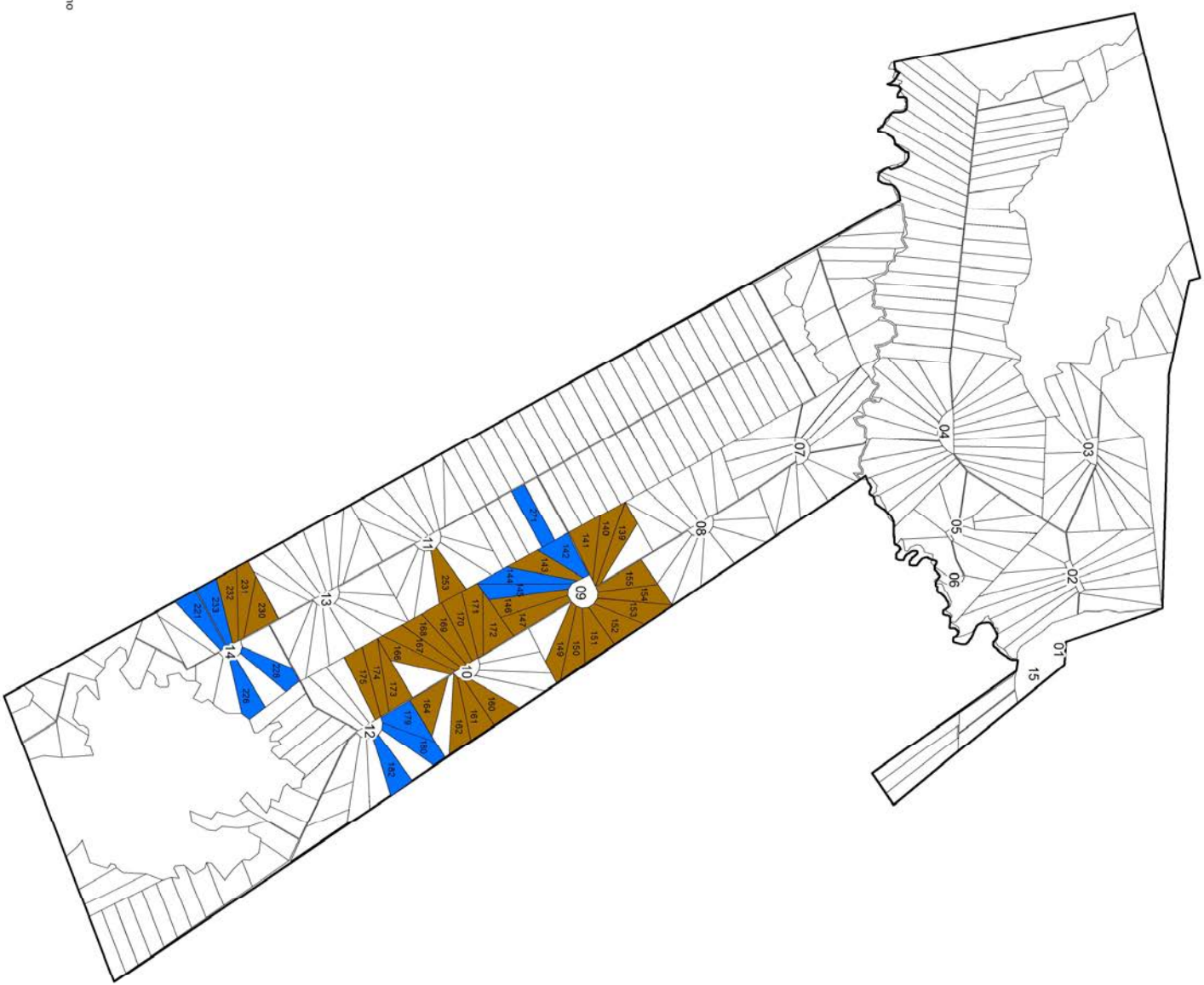


- Legenda**
- LOTES NÃO VISITADOS OU SEM PRODUÇÃO
 - MILHO E MANDIOCA
 - ARBÓREA E QUIBO
 - ARROZ, FEIJÃO, MILHO E LETTE
 - BANANA, MANDIOCA E MILHO
 - BANANA E MILHO
 - FEIJÃO, ARROZ E MILHO
 - GALINHA
 - LETTE, MANDIOCA E MILHO
 - LETTE, MILHO E BANANA
 - LETTE, MILHO, MANDIOCA, BANANA
 - LETTE, MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA
 - LETTE, MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA E BANANA
 - LETTE
 - LARANJA E LIMÃO
 - LETTE E MILHO
 - LETTE, BANANA E BAR
 - LETTE, PORCO E GALINHA
 - MILHO, FEIJÃO, BANANA E MANDIOCA
 - MANDIOCA, MILHO E ARROZ
 - MILHO E ARROZ
 - MILHO E FEIJÃO
 - MILHO E GADO
 - LETTE, GALINHA E MILHO
 - LETTE, GALINHA E PORCO
 - LETTE E PLANTAÇÃO
 - MANDIOCO E LETTE
 - MILHO, AMENDOIM, ARROZ, MANDIOCA E BANANA

Elaboração: Fernanda Ferreira, Luiz Roberto, Jacquelyne Jacques, Romário Damasceno
 Fonte: Planeta Geral de Parcelamento
 Prancha: 01 e 02 - Escala 1:20.000 INCRÁ, Julho 2002
 Carta Topográfica IBGE Nº 271, 271, 290 E 291 - Escala 1: 50.000 relevo digital



ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - ARMAZENAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA



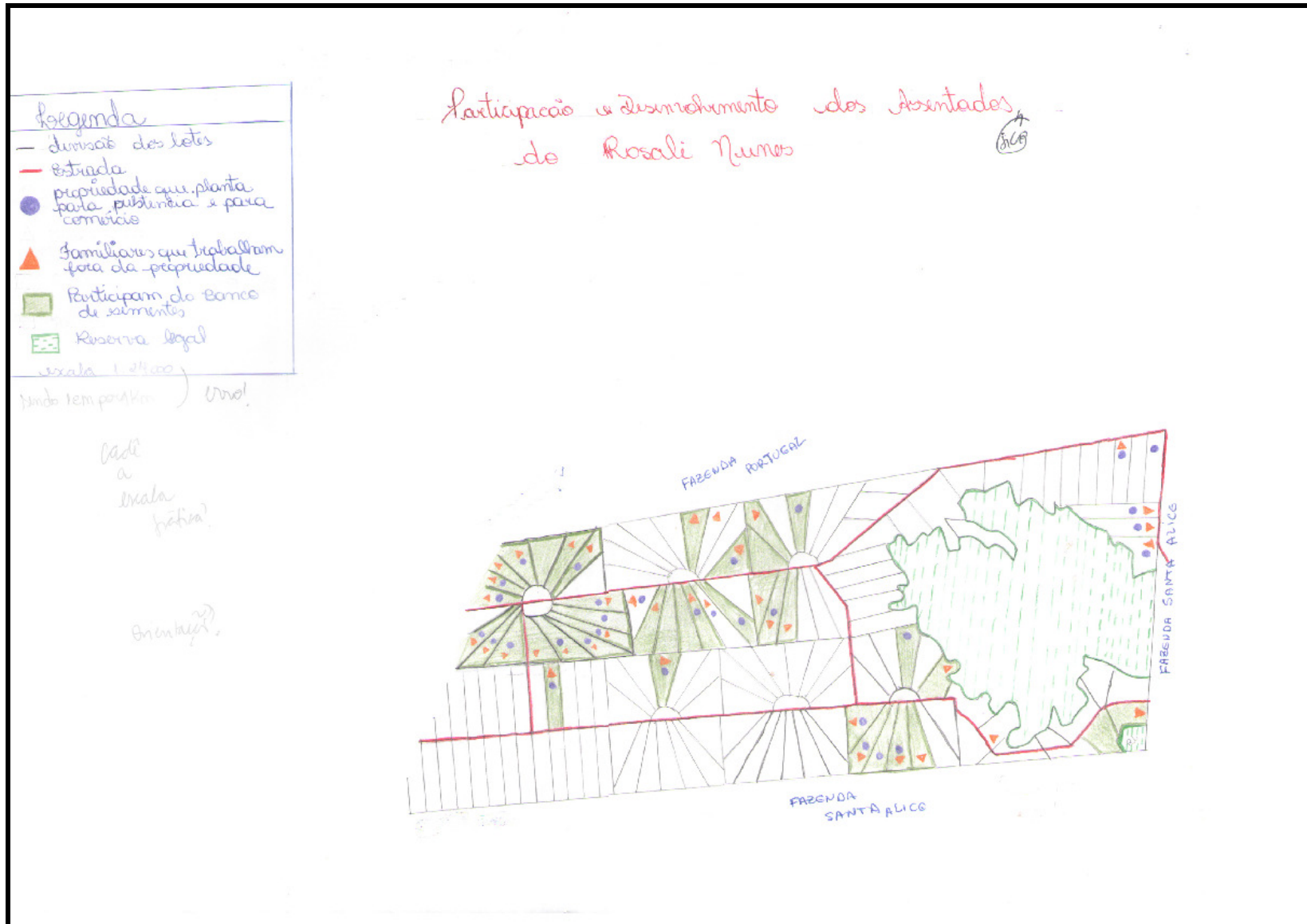
Legenda

	LOTE
	NÃO VISITADOS
	NÃO
	SIM

ESCALA: 1 : 50.000



Elaboração: Fernanda Ferreira, Luiz Roberto, Jacquelyne Jacques, Romário Damasceno
Fonte: Planta Geral de Parcelamento
Planilha: 01 e 02 - Escala 1:20.000 INCRÁ, Julho 2002
Carta Topográfica IBGE Nº 271, 271, 290 E 291 - Escala 1:50.000 meio digital



Mapa 17 – Participação e desenvolvimento dos assentados - Bacharelado 2013

MAPAS GERADOS PELOS ESTUDANTES 2009 - 2013				
CONTEÚDOS	DATA	ESCALA	ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES	ABRANGÊNCIA
MAPA 05 a – Grupo Água – Bacharelado 2009	24/11/2009	1:30.000	Bom uso das cores para identificar a origem da água; Uso razoável de símbolos para a localização das fontes de acesso; Base do INCRA transportada completamente que dificulta a leitura do mapa	Porção Sul: 39 famílias
MAPA 05 b – Grupo Água – Bacharelado 2009	14/12/2009	1:30.000	Uso de uma gradação que indica a disponibilidade de água. Sugere uma zona de escassez e dificuldade de acesso à água. Usa mesma legenda do mapa 5a e complementa as famílias visitadas.	Porção Sul: 8 famílias
MAPA 06 – Produção – Bacharelado 2009	24/11/2009	1:30.000	Contextualiza, a partir de diferentes informações a produção do assentamento não somente pelos produtos, mas sobre as condições de circulação e produção. Utiliza símbolos pontuais. Uso da cor indicando como base os coletivos de produção e relações de vizinhança.	68 Famílias distribuídas pelo assentamento
MAPA 07 – Analógico – Bacharelado 2009	24/11/2009	1:90.000	Utiliza as mesmas informações do mapa de produção, mas realiza uma generalização cartográfica mais interessante para a representação gráfica. Apesar de colorir a área de Reservas Legais e APPS de forma bastante generalizada, deixa a base mais clara e indica os núcleos e linhões visitados. Sem coordenadas/orientação.	Preocupa-se com a porção Norte do Assentamento: 29 famílias
Mapa 08 – Produção – Bacharelado / Licenciatura 2009	14/12/2009	Aprox. 1:30.000	Base do INCRA transportada completamente dificulta a leitura do mapa. Apesar do uso intenso de simbologias, apresenta o maior número de informações da porção sul do assentamento, a visitada pela turma. Fez uso das tabelas dos grupos. Cálculo errado da escala; não apresenta as coordenadas em UTM. Permite visualizar a abundância do gado leiteiro e as condições da produção.	Preocupa-se com a porção Sul do Assentamento, mas abrange informações de outras porções: 100 famílias
Mapa 09 – “Água, fonte de vida”: Analógico – Bacharelado / Licenciatura 2009	14/12/2009	Aprox. 1:30.000	Boa generalização cartográfica. Utilizou os dados dos outros grupos da turma. Manteve nomes dos fazendeiros e fazendas vizinhas ao assentamento, o limite municipal e assinalou estas áreas de fronteira como áreas de conflitos. Assinalou as famílias não encontradas: 44 e encontradas 63. Assinala ainda as famílias que tiveram informações dadas por vizinhos: 13. Valorizou a questão da água e da participação das famílias na luta pela terra. Esta representação indica que mesmo que a porção sul do assentamento tenha um grave problema de disponibilidade de água, ainda permanecem muitos camponeses que lutaram pela terra.	Porção Sul: 76 famílias com informações
Mapa 10 – Analógico – Licenciatura 2010	07/2010	Aprox. 1:30.000	Foi escolhido como representação dos mapas da turma. Em geral, apresentam todo o assentamento, mas só há informações nas áreas visitadas pelo grupo. Todos os mapas foram elaborados analogicamente. É possível compreender o contexto do assentamento lido por eles a partir do conjunto dos 4 mapas da turma. As características são similares, poderiam ter feito um único mapa: Valorizou a compreensão da participação das famílias na luta pela terra, a questão da água e algumas da produção (neste mapa ausente). Os dados foram cuidadosamente situados. Os mapas parecem representar a própria visão fragmentada da turma, não realizou esforços para a sistematização dos dados coletivamente e apesar de um envolvimento emocionante em campo não se sentiram motivados para encaminhar o retorno aos camponeses do assentamento.	Porção da ilha entre o Rio dos Bugres e o Córrego: 10 famílias visitadas; 04 famílias ausentes.
Mapa 11 – Água – Bacharelado 2010	22/11/2010	1:30.000	Mapa realizado coletivamente pela turma. Foram utilizados dados de outras turmas para a realização dos mapas. Há conflitos de informações e informações repetidas nos mapas gerando dúvidas, como a indicação de represas que secam em áreas com maior disponibilidade hídrica. Contudo, traz de forma ampla um contexto da água no assentamento a partir dos dados das quatro turmas, é possível ver claramente as zonas de escassez indicadas nos mapas anteriores. Para contextualizar os conflitos políticos na relação com a água o mapa aponta a coordenada exata da entrada da Caverna do Jaboti.	143 Famílias distribuídas pelo assentamento
Mapa 12 – Produção – Bacharelado 2010	23/11/2010	1:30.000	Mapa realizado coletivamente pela turma. Foram utilizados dados de outras turmas para a realização dos mapas. A produção apresenta-se qualitativamente, indicando a diversidade de produtos agrícolas do assentamento. Esta representação evoca a força da produção camponesa de alimentos: milho, abóbora, arroz, feijão, hortaliças, leite, ovos, carne suína, entre outros produtos.	154 Famílias distribuídas pelo assentamento
Mapa 13 – Participação do movimento de luta pela terra – Bacharelado 2010	23/11/2010	1:30.000	Mapa realizado por um grupo com os dados da turma. Representa (ainda que parcialmente) a mobilização interna do assentamento e traz condições para pensar na organização política atual do assentamento. Desta amostragem, metade não participa de associações. Apesar da amostragem diferente realizada por SAMPAIO (2013), permanece uma moda de 50% dos assentados sem participar de associações.	59 Famílias distribuídas pelo assentamento
Mapa 14 – Uso e Captação de Água no Assentamento Roseli Nunes – Bacharelado 2013	03/2013	1:50.000	Mapa da porção sul do assentamento, a partir da tabela organizada pelo coletivo da turma. Como mapearam pontualmente inúmeras questões, tiveram um maior número de lotes com informações. Nem a partir dos relatórios, nem dos mapas desta turma é possível apreender quais lotes foram visitados e a família não estava. Apesar de usar a mesma base do INCRA, realiza uma generalização cartográfica melhorando a apresentação gráfica. Na legenda não fica claro, mas é possível depreender o contexto da água e da produção.	Porção Sul: 67 famílias com informações
Mapa 15 – Assentamento Roseli Nunes – Tipos de Produções – Bacharelado 2013	03/2013	Aprox. 1:60.000	Mapa da porção sul do assentamento, a partir da tabela organizada pelo coletivo da turma. Representa a produção, lote a lote, mas formação da legenda não realiza nenhum agrupamento. O mapa é de difícil leitura. Na aula pós entrega dos mapas discutimos os equívocos deste mapa.	Porção Sul: 50 famílias com informações
Mapa 16 – Assentamento Roseli Nunes – Armazenamento de Água de chuva 2013 – Bacharelado 2013	03/2013	Aprox. 1:60.000	Mapa da porção sul do assentamento, a partir da tabela organizada pelo coletivo da turma. Representa o armazenamento da água de chuva por 11 famílias do assentamento, de um total de 42 entrevistas que responderam a esta questão. Este dado foi importante para este campo que tinha como objetivo avaliar a possibilidade de pensar em sistema de produção de cisternas na porção sul do assentamento.	Porção Sul: 42 famílias com informações
Mapa 17 – Participação e desenvolvimento dos assentados – Bacharelado 2013	08/03/2013	Aprox. 1:60.000	Mapa da porção sul do assentamento, a partir da tabela organizada pelo coletivo da turma. O mapa foi realizado por uma estudante que não foi a campo, mas preocupou-se em discutir a condição da vida camponesa. Apresenta a produção e as relações de trabalho.	Porção Sul: 44 famílias com informações

Quadro 09 – Mapas gerados pelos estudantes de Geografia da UFMT de 2009 a 2013.

Em geral os mapas feitos à mão, analogicamente, realizaram generalizações das bases, o cálculo da escala e apresentaram melhor resultado gráfico dos mapas. Estes mapas são mais bem pensados tanto em suas representações plenas, quanto nas apresentações gráficas e cartográficas. O uso indiscriminado do meio digital parece “facilitar” a vida dos estudantes, mas não exige pensar sobre os mapas que estão produzindo tecnicamente.

Os títulos dos mapas em geral têm uma relação direta com o dado e não com os problemas apresentados, esta é uma questão comum em mapas do Estado e do mercado – autonomiza o dado e escamoteia o problema, gera uma representação que simula uma isenção. O desenvolvimento desta compreensão se dará ao longo do processo de formação dos geógrafos.

Ano a ano apresentávamos os mapas dos estudantes das turmas anteriores, assim algumas ideias foram reproduzidas e outras soluções encontradas. O curto espaço de tempo para a realização dos mapas não permitiu consolidar mapas mais bem elaborados pelos estudantes. Entretanto, por se tratar de turmas de segundo semestre de Geografia, o trabalho teve os “resultados” esperados, a compreensão do processo técnico, teórico e político para a elaboração de mapas.

RETORNO À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

O processo cartográfico coletivamente instituído exige o retorno do mapa:

Esta restituição à fonte é, no entanto, pouco frequente. Mesmo para aqueles que vêem claramente a necessidade de pagar suas dívidas, a restituição nem sempre é fácil. Tomando partido “a posteriori” o pesquisador se dirige, quer queira ou não, contra os projetos e estratégias de seus informantes; as relações previsíveis destes não são encorajadoras. Pelo contrário, a atitude daqueles que ele deseja defender não virá automaticamente recompensar os esforços do pesquisador. Porque a análise na sua primeira abordagem incomoda todo mundo, particularmente a análise feita do exterior, por uma pessoa que, afinal, não está implicada na dinâmica social. Decididamente, a prática e o uso da pesquisa de campo são penosos. E, no entanto, sem pesquisa de campo... (ninguém tem direito a falar) (KAYSER, 1985, p.39).

Portanto, durante os anos de 2009 e 2013, a cada nova visita e processo de trabalho, foram entregues os dossiês e mapas elaborados pelas turmas anteriores para a coordenação da Escola Madre Cristina, local de realização das oficinas, assembleias e sistematização dos mapas. Todos os mapas produzidos pelos estudantes foram apresentados e discutidos com a comunidade.

RETORNO DOS MAPAS À COMUNIDADE



Foto 13 e 14: Apresentação dos mapas elaborados em 2009 no saguão da Escola Madre Cristina. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho e Outubro de 2010, respectivamente.

Os mapas foram apresentados e analisados primeiro em sala de aula com os estudantes e posteriormente com a comunidade, discutindo as falhas no processo de levantamento e sistematização dos dados a partir da reflexão sobre o contexto e as condições objetivas do assentamento.

Na análise coletiva dos mapas entregues, estudantes e professora em sala de aula, discutiu-se sobre a insegurança da elaboração dos mapas pelos estudantes, do peso que o discurso técnico do mapa exerce e ao mesmo tempo de uma falta de comprometimento com os resultados dos mapas. Posteriormente à análise muitos estudantes finalmente compreenderam os sentidos e as possibilidades dos mapas e do processo de mapeamento, mas não havia mais tempo hábil para refazê-los.

Os estudantes que assim desejaram, compuseram o grupo de pesquisa “Territorialidades e representações”, coordenado pela professora, que realizou em 2011 as oficinas de mapeamento comunitário. Um total de 15 estudantes, sendo 7 da turma do currículo misto; 6 da primeira turma de bacharelado; 2 da primeira turma de licenciatura.

Algumas formas de representação causaram incômodo na comunidade, como por exemplo, a caveirinha que representava o uso de agrotóxicos. Os mapas que apontaram os conflitos e as relações entre os ainda militantes e ex-militantes do MST não causaram incômodos, ao contrário, pudemos realizar leituras importantes sobre as relações estabelecidas internamente e externamente ao assentamento.

O trabalho com a comunidade exige muito cuidado na hora de sistematizar as informações, a exposição das fragilidades e dos conflitos gera desconforto, mas também a possibilidade de discussão sobre as perspectivas de ação com a comunidade. Este processo de leitura foi mais desenvolvido no trabalho do memorial do Assentamento em 2011.

Assumindo o risco de certo reducionismo, apresentamos um quadro síntese sobre a movimentação geral do trabalho de mapeamento comunitário junto aos estudantes de Geografia da UFMT, ao longo dos anos 2009 e 2013, estabelecendo um contexto crítico das dificuldades e desafios ao processo, sinteticamente analisados anteriormente.

Certamente este quadro poderia ainda desenvolver uma análise mais apurada do processo didático-pedagógico das aulas de Cartografia, contudo, não será objeto de apresentação nesta tese, seguramente será publicizada em outros momentos. Na oportunidade da tese este processo junto aos estudantes constitui uma movimentação para a elaboração de uma proposta de mapeamento comunitário. Sendo extremamente relevante para a consolidação da ponte estabelecida entre a práxis da sala de aula e a práxis no assentamento nas oficinas de realização de seu memorial.

**MAPEAMENTO COMUNITÁRIO I:
MOVIMENTAÇÕES DO PROCESSO JUNTO AOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA**

TEÓRICO-METODOLÓGICA		TÉCNICAS DE PESQUISA			POLÍTICA	SUPERAÇÕES
CONCEITOS/CONTEÚDOS A SEREM APROPRIADOS	DIFICULDADES	PROCESSO CARTOGRÁFICO	PROCESSO DE TRABALHO DE CAMPO	DIFICULDADES	CONTRADIÇÕES E CONFLITOS	
<p>Método: atitude filosófica; autonomia; criticidade e práxis.</p> <p>Compreensão histórica e social: luta de classes e totalidade.</p> <p>Espaço/Produção do espaço Lugar Território Cotidiano</p> <p>A relação espaço-tempo: distâncias, extensões, deslocamentos, processos, diferenciações espaciais.</p> <p>Trabalho de Campo</p> <p>Camponês Assentamento rural Acampamento Movimentos Sociais</p> <p>Compreensão do mapa como representação.</p> <p>Elaboração de mapas</p> <p>Uso da escala; coordenadas (UTM e Geográfica) e legenda.</p>	<p>Compreensão do significado e sentido do método (materialismo histórico dialético) associado ao fazer cartográfico.</p> <p>Uso coerente da teoria-prática para a análise crítica da realidade motivando sua transformação.</p> <p>Lacunas para compreensão conceitual elementar da geografia.</p> <p>Compreensão do trabalho de campo para além da perspectiva da observação.</p> <p>Dificuldade de articulação com os conteúdos de outras disciplinas, como Geografia Agrária e Geomorfologia.</p> <p>Falta de dedicação aos estudos teóricos das disciplinas realizadas.</p> <p>Reconhecimento da importância da elaboração de mapas em meio analógico Supervalorização do meio digital e do uso de ‘mapas prontos’.</p> <p>Compreensão dos sentidos e do que engendram como prática social Deficiências basilares de orientação e localização em campo.</p> <p>Dificuldade de uso adequado das legendas na sistematização de classes de objetos.</p>	<p>Concepção: Compreensão do mapa como processo: mediação, linguagem e lógica. Estabelecimento claro de uma perspectiva teórico-metodológica coerente ao projeto cartográfico como um todo.</p> <p>Finalidade: Parte das necessidades da expressão dos saberes, práticas e ações dos mapeadores sobre o território que definirá os elementos importantes ao mapeamento. Finalidade a partir de duas determinações do mapa: a cognição e a estratégia de luta; conhecer o espaço produzido (lógica de produção) e intervir sobre sua produção. O ato de mapear é também um ato político e de ação.</p> <p>Planejamento cartográfico: Condições objetivas para o mapeamento: <i>Materiais:</i> produtos cartográficos, alimentação; alojamento; <i>Técnicas:</i> Compreensão do processo cartográfico em geografia: uso de diversos recursos e fontes (mapas temáticos, cartas topográficas, dados estatísticos, mapa em meio digital, produtos sensoriamento remoto); desenho; artes gráficas e impressão. <i>Políticas:</i> mobilização junto à comunidade do assentamento e dos estudantes de geografia</p> <p>Produção: em campo e em Gabinete. <u>Processo de produção em campo: a coluna ao lado detalha este processo.</u></p> <p>Produção final dos mapas: Produção dos mapas em gabinete pelos estudantes de geografia, considerando fundamentalmente: mobilização política; debates e propostas para o mapeamento e estratégias de campo Elaboração de legendas. Elaboração de Cartogramas simples.</p> <p>RETORNO À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES</p>	<p>Constituição de um referencial teórico sobre trabalho de campo em Geografia com abordagem materialista histórica dialética. Realizado a partir de:</p> <p>MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: Debate sobre processo de luta do assentamento; questão agrária no Brasil; movimentos sociais</p> <p>DEBATES E PROPOSTAS PARA O MAPEAMENTO: Definição das temáticas: produção do assentamento e distribuição da água; elaboração coletiva de tabelas para levantamento de dados</p> <p>ESTRATÉGIAS DE CAMPO: Formação dos grupos de trabalho; partilha dos conhecimentos cartográficos; visitas às famílias e visita a importantes estruturas do assentamento ARPA e Caverna do Jaboti</p> <p>Uso da orientação e localização e coordenadas em campo; Leitura e análise elementares de mapas e imagens de satélites; Leitura da topografia a partir das curvas de nível; Levantamento dos dados; Croquis; Mapas do vivido (mapas mentais). Georeferenciamento de dados primários. Entrevistas orientadas História Oral Áudios, Vídeos e fotografias</p> <p>ENCAMINHAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DOS MAPAS: Reuniões de sistematização de dados em Campo e produção de legendas; Indicações de temas ao mapeamento; Avaliação dos trabalhos em campo</p>	<p>A troca das experiências fortalece a aprendizagem dos estudantes de geografia das técnicas da linguagem cartográfica, pois os usos dos mapas aliados ao conhecimento da realidade dos camponeses assentados permitem esta leitura. Contudo, os estudantes ainda mantêm uma aprendizagem formal e nas avaliações de cartografia não conseguem realizar leituras de outros mapas no tocante à escala e à curva de nível, pois estão presos “aquilo que o professor quer que diga” e não às suas leituras.</p> <p>Há pouco tempo para os grupos de trabalho discutirem as legendas e formas de representação.</p> <p>Como a disciplina de Cartografia Geral não atende aos conteúdos de Cartografia Temática, o design e a comunicação dos mapas são difíceis. Ainda que não sejam “cobrados” mapas rebuscados do ponto de vista da relação entre a natureza da informação e o tipo de técnica de representação.</p> <p>Inúmeros imprevistos no decorrer das aulas ocasionando o encurtamento do tempo para a realização dos mapas finais por parte dos estudantes.</p> <p>Dificuldade de compartilhamento dos dados coletados pelos diferentes grupos de trabalho.</p> <p>Instabilidade no comprometimento dos estudantes com a devolutiva dos mapas aos assentados.</p> <p>Mapas finais assumem as leituras dos estudantes junto aos assentados. Sendo realizadas representações “híbridas” que conjungam dois sujeitos sociais diferentes.</p> <p>Vale ressaltar que não há dificuldades por parte dos camponeses assentados em apreender técnicas cartográficas e desenvolver as leituras dos mapas.</p>	<p>Compreensão da Cartografia como representação socialmente produzida e não técnica de desenho espacial.</p> <p>Análise “crítica” mistificada em relação à questão agrária.</p> <p>Preconceito por parte dos estudantes com os movimentos sociais.</p> <p>Postura midiática sobre a questão agrária por parte de estudantes.</p> <p>Dificuldade de aceitação da inserção dos alunos no assentamento para um trabalho de mapeamento – alguns pensam que estarão à serviço dos movimentos sociais.</p> <p>Mobilização de parte dos camponeses assentados, mais ligados ao MST. Pouca participação de camponeses que afastaram-se do MST ou que compraram os lotes posteriormente.</p> <p>Conflitos internos provenientes das relações sociais entre os assentados identificados nos processos de mapeamentos que auxiliaram a compreender as condições do assentamento hoje.</p> <p>Postura política dos camponeses diversa à da prefeitura de Curvelândia em relação à Caverna do Jaboti</p> <p>Elaboração de representações em gabinete que feriram/expuseram os assentados em suas contradições</p> <p>Falta de comprometimento de alguns estudantes com a entrega dos mapas elaborados com a comunidade</p>	<p>Aproximação da compreensão da realidade conflituosa e contraditória por parte dos alunos, sem tentar buscar um “bom senso” tão proclamado pelo senso comum. Compreensão do sentido de justiça social.</p> <p>Descriminalização dos movimentos sociais.</p> <p>Compreensão do processo de exploração e desigualdade no campo brasileiro.</p> <p>Constituição de uma relação de respeito aos camponeses e à luta pela terra.</p> <p>Mobilização dos assentados em torno da dificuldade do acesso à água.</p> <p>Mobilização dos assentados para compreender os significados e sentidos da presença do terreno cárstico no assentamento.</p> <p>Elaboração de mapas sobre a organização política do assentamento: participação da luta pela terra; participação em associações com a finalidade de compreender as origens e permanência destes conflitos.</p> <p>Mapas que constituem uma base estratégica para compreender a dimensão e os problemas do carste.</p> <p>Após a entrega dos mapas e a realização da análise coletiva, ampliou-se a compreensão do processo cartográfico e do mapeamento dotado de sentido teórico, prático e político</p>

Quadro 10 – Movimentação do processo de mapeamento comunitário.

1.4 CONSIDERAÇÕES PROCESSUAIS

Tendo em vista que a disciplina de Cartografia Geral está inserida, no currículo de 2009, no segundo semestre do primeiro ano do curso (com exceção da turma do currículo antigo que é no 3º semestre) a vivência é intensa para estudantes no começo da graduação e os resultados são satisfatórios sob o ponto de vista da apreensão do processo cartográfico, de todas as etapas necessárias à produção de um mapa elaborado a partir de fontes primárias.

Os mapas gerados apresentaram temáticas sugeridas pela comunidade, considerando que o trabalho no assentamento foi acompanhado e desenvolvido coletivamente. Os temas centrais foram: a produção agrícola do assentamento; os conflitos e situação da distribuição da água no assentamento; mobilização interna da comunidade; conflitos com as propriedades limítrofes.

Infelizmente a etapa de organização final da representação não contou com a participação da comunidade do assentamento. Ressaltamos a importância da participação da comunidade na composição da legenda já que é esta quem estabelece as representações, pois dado o curto tempo de trabalho com a comunidade e mesmo tendo respeitado as ideias e os momentos de partilha com a comunidade em campo, a legenda final foi composta pelos estudantes, por tanto pela academia e não pela comunidade. Mesmo tendo sido aprovados no retorno à comunidade, compreendemos que poderíamos ter refinado a representação e portanto respeitado as representações da comunidade.

Em muitos momentos, na ânsia de incorporar o “discurso e o olhar” do camponês ao mapa, utilizou-se de forma equivocada termos da militância política, devido ao fato de que os mapas finais não foram elaborados pelos camponeses nesta etapa de trabalho.

A cada nova visita o material produzido pelos estudantes foi entregue à comunidade, alguns destes trabalhos já vêm sendo utilizados pela escola Madre Cristina, a única escola do assentamento, como forma de resgate e construção do processo histórico do assentamento.

Apesar de inúmeras falhas na coleta de dados é possível realizar análises sobre a situação do assentamento, inclusive da ausência de informações em áreas concentradas, de evasão dos camponeses que originalmente foram assentados, e das representações forjadas pelos estudantes nos mapas. Em geral os mapas foram utilizados dentro do próprio assentamento, nas reuniões coletivas e pela escola para pensar sobre a condição do assentamento.

Durante o processo de mapeamento a ideia era fazer um dossiê para levar ao poder público e encaminhar as demandas do assentamento sobre a produção e alguma providência para resolver a questão da distribuição da água. Contudo, somente no trabalho de memorial do assentamento isto foi possível. Posteriormente, junto ao grupo de pesquisa que se formou a partir dos estudantes indicados anteriormente, realizamos um pequeno banco de dados com estas informações e entregamos esta sistematização aos assentados. Estes estudantes participaram do mapeamento comunitário na elaboração do Memorial do Assentamento em Junho e Setembro de 2011.

Conforme foi assinalado, os conflitos gerados no processo devem ser analisados sob o contexto de formação destes geógrafos: a instrumentalização da mão-de-obra sob o discurso da técnica, em todos os sentidos, como a determinação da formação profissional, tanto para o professor (saber dar aulas) quanto para o bacharel (saber fazer mapas e laudos de licenciamentos, fiscalização e estudos de impactos). É fazer ou fazer!

Portanto, situar a disciplina de cartografia no campo da práxis – fazer e pensar/pensar e fazer; pensar no que está fazendo, fazer o que está pensando, é situá-la num contexto de uma educação “para além do capital”. Como sugere Meszáros (2008), para além da alocação das forças produtivas, uma formação que busque a formação humana que reconhece no trabalho uma potência auto-realizadora e não uma relação com o mercado, mas com a vida. Que se estabeleça outra relação entre sociedade e natureza que não esteja condicionada à exploração do próprio homem, que a educação seja mais um dos mecanismos de combate à força destrutiva do capital.

A cada turma surge um novo desafio, é preciso também compreender os contextos das turmas. Ou seja, estudantes pais e mães de família ainda muito jovens, estudantes do diurno e noturno são trabalhadores. A opção forçada pelo curso de geografia, a “não opção” pela licenciatura – o curso que restou; as lacunas da formação básica aliada à falta do hábito da leitura (de textos e mapas); a entrada na universidade visando exclusivamente ao diploma para a aprovação em concurso público são as condições de muitos estudantes nos cursos de geografia da UFMT entre 2009 e 2013.

Para a maior parte dos estudantes a entrada na universidade não é o sonho da burguesia intelectual, que escolhe as ciências humanas por afinidade; nem o locus da produção do conhecimento. É o *locus* da possibilidade “digna de ascensão social” (leia-se algum salário garantido e manutenção da família após a formação) que nem sempre se realiza pós-formatura.

Muitos de nossos ex-alunos não “trocaram” seus trabalhos como vendedores, serviços domésticos, na construção civil ou outros serviços pela sala de aula. A sala de aula demora a dar

retorno financeiro para quem está em começo de carreira e tem uma família a sustentar, a não ser nos casos de aprovação em concurso público. Sob este horizonte, com uma parcela significativa de estudantes trabalhadores que sentem na pele sua condição de exploração, reforça-se a ressignificação cartográfica, potencializando a clareza da análise geográfica.

A análise dos relatórios, entregues no período da realização da disciplina, apresenta contradições nas falas dos estudantes, mantendo representações sobre um campo ou um camponês atrasado, mesmo que reconheça que não é passivo, mas sugere um “retorno à passividade”. São manifestações diversas como afirmações sobre “uma deficiência” da lógica do trabalhador que não sabe agregar renda à sua produção e ao seu território; que os camponeses precisam de alguém que ensine a gerir seus recursos e administrar os custos para não se endividar; ao mesmo tempo em que surgem escritas de indignação com o descaso do Estado em relação à produção camponesa; escritas de esperança num futuro ligado à distribuição de terra e a manutenção da energia da vida a partir do alimento e do trabalho, até mesmo o idealismo de uma sociedade perfeita, sem conflitos...

Nos debates em sala de aula, nos relatórios de campo e nas análises coletivas dos mapas, houve o reconhecimento e a compreensão de que a Cartografia supera a dimensão técnica em sua relação com a Geografia como uma linguagem pertinente à “reconstrução/compreensão” das relações espaciais do cotidiano. Em princípio, a demanda de leitura na disciplina de cartografia foi alvo de muitas críticas por parte dos estudantes, reforçando um pensamento centrado na aprendizagem das técnicas de desenho.

Estão tão embebidos com o discurso da técnica que pouco conseguem se render ao conteúdo, à construção. A preocupação centra-se em como desenhar, como fazer o mapa e não no processo de reconhecimento territorial. De compreensão das dinâmicas das territorialidades. Para eles o produto que devem construir é quem vai dizer se realmente sabem o que fizeram. Mas e o processo de aprendizagem, de vivência? É a aparência quem vale? O mapa é a aparência... não o conteúdo em relação (contraditória) com a forma.

Alguns grupos de estudantes reforçavam a necessidade de aprender a técnica do desenho e da precisão cartográfica isoladamente, não compreendendo que esta aprendizagem se dá na prática e processo de mapeamento, desde que seja acessada. Ocorreram falhas técnicas no processo de mapeamento, como por exemplo, o atraso de algum conteúdo não trabalhado em aula não superado em campo. Estas falhas são previsíveis no processo dinâmico de realização do trabalho.

Muitos estudantes não consideraram o diálogo com os camponeses e entenderam que deveriam fazer um trabalho para “facilitar” a vida dos assentados. Ou seja, uma relação de trabalho para eles e não com eles... Uma geografia que parece ainda servil. É extremamente difícil problematizar o discurso competente, a ideia de um trabalho hierarquizado, do senso comum ao técnico, do saber universitário ao saber “popular”. Ao menos fica a sensação de incômodo, os estudantes percebem que há um contexto diferenciado daquele que sedimentaram em suas mentes.

Nos relatórios é possível também identificar a compreensão do papel comunicativo do mapa e o processo de apreensão/compreensão da realidade feita pelo próprio ‘usuário’ um novo usuário do mapa, valorizando a necessidade do mapeamento comunitário:

Assim, os mapas podem tornar-se instrumentos de resistência à grilagem e à apropriação indevida dos recursos naturais, servem de base para a elaboração de planos de manejo, e transformam-se em “documentos da realidade” que também servem aos órgãos públicos na aplicação de políticas mais adequadas para a região. (Relatório Grupo Altair – Licenciatura/Bacharelado 2009, p.09).

O trabalho colocou no horizonte o entendimento do assentamento como um território em transformação, de um território do latifúndio ao território dos camponeses. A possibilidade da apropriação cotidiana do espaço e consolidação do lugar da vida camponesa, de uma única fazenda a diversos lotes. Mesmo no mapa do INCRA é possível realizar esta leitura.

A aproximação com a linguagem cartográfica e seus diversos recursos, como produtos de sensoriamento remoto e cartografia de base, proporcionam a articulação de novos contextos e leituras do território, incentivando novas análises sobre conflitos territoriais, como por exemplo, os conflitos gerados no estabelecimento do assentamento sobre um terreno cárstico.

A exigência de explicações e “respostas” coloca-se a todo o momento pela comunidade do assentamento. Desde a solução para a distribuição da água até a necessidade de capacitação técnica para o reflorestamento, a melhoria da produção e a necessidade da criação de políticas públicas e não programas políticos que viabilizem a produção de alimentos no Brasil e a permanência dos camponeses na terra.

Neste processo outros elementos surgiram com força e intensidade: necessidade de realização de propostas de políticas públicas elaboradas a partir da vida cotidiana das pessoas (mesmo que contraditoriamente reproduzam o sistema capitalista, indicam possibilidades de sua superação) e também na viabilidade do trabalho como bacharel e professor de geografia na relação com os movimentos sociais, assim como na difícil e contraditória relação do trabalho junto ao Estado.

Outras questões também foram tocadas como: a desmistificação dos espaços de luta social; a necessidade de um trabalho de descriminalização dos movimentos sociais; o estreitamento das relações entre estudantes de geografia sejam eles bacharéis ou licenciados, com a realidade do campo e das condições da vida camponesa; o desenvolvimento de ações integradas entre saberes geográficos como a geologia, hidrografia, geomorfologia, debate regional.

Fomos com uma forma de pensamento e voltamos com outra, mais do que a prática e os conceitos apreendidos em sala de aula, esses dois dias serviram [para muitas experiências] assimiladas em campo e pudemos participar ativamente de uma pesquisa. (Relatório de campo: Giulia; Thiago e Juvenil – Fevereiro de 2013).

Chegamos ao assentamento com uma linha de pensamento totalmente contraditória, pois a mídia nos influenciava com suas notícias irreais. Onde achávamos que os assentados eram um bando de gente com foices e facões querendo tomar algo que não lhes pertencia. Mas vimos que a história é totalmente diferente, onde as pessoas somente defendem o direito à terra e a luta pela vida. Concluo que nos foi esclarecido muito a respeito do movimento, pois tínhamos uma linha de pensamento diferente, e tivemos um choque de realidade, ao constatar que realmente a luta pela terra tem argumentos fortes, porém percebemos também que há muitos que se aproveitam do movimento para ter vantagens e com isso acabam por denegrir a imagem do movimento. (Relatório de campo: Lucidalva, Maria e Marilza – Fevereiro de 2013).

Isto favoreceu um “preenchimento de sentido da cartografia”, pois segundo os estudantes, muitos conteúdos de diversas disciplinas são trabalhados sem abordar seus sentidos, esclarecendo ao aluno quais são as práticas filosóficas e teóricas que orientam as análises geográficas. O que impede o estudante de ousar ler e compreender o mundo que se desvela aos seus olhos dia a dia no trabalho de campo. Antes desta experiência parecia que a Cartografia não precisava da Geografia. E a Geografia não precisava do debate teórico-metodológico.

Em geral, os estudantes compreendem que todo o debate realizado em sala de aula deveria ter sido mais bem assimilado para ir a campo e realizar o trabalho. Segundo suas falas acabam levando a disciplina de Cartografia, como todas as outras, na lógica do “conteúdo pelo conteúdo” e quando chega a campo e precisa exercitar o famoso “olhar e pensar geográfico” não conseguem realizar contemplando suas próprias expectativas. O que tem sido estudado no curso não se conecta e faltam respostas. Este problema se dá devido à ausência do debate sobre método no processo de formação do geógrafo.

Uma das questões que se colocou de forma gradual e mais explícita na última turma de trabalho é a dificuldade em construir uma base cartográfica. Mesmo sendo realizados exercícios em aula como a construção de croquis do campus da UFMT e suas territorialidades, não é assimilado que para elaborar a base cartográfica só é preciso grafar.

Nem mesmo as inúmeras cópias feitas no Ensino Fundamental e Médio os deixaram à vontade para copiar ou delimitar os territórios, nem do espaço cartesiano. Ou seja, há também dificuldades em realizar os aspectos da forma. O processo de produção cartográfica é preciso ser demasiadamente explícito e lento, a má formação do ensino básico agrava as dificuldades para o desenvolvimento da formação do geógrafo.

Os estudantes avaliam o tempo de trabalho em campo insuficiente para realizar todas as etapas do mapeamento e o tempo de preparação anterior ao campo também. Vale considerar que o tempo de trabalho escasso fez com que os objetivos principais fossem atingidos ainda de forma elementar, pois para que a comunidade participasse de todas as etapas levaríamos mais três dias para a finalização do mapa.

Muitos problemas nos mapas ocorreram por questões múltiplas: greves na Universidade; atraso com os conteúdos da disciplina e curtos prazos para a entrega dos mapas finais; no final das contas alguns estudantes, apesar de compreenderem todo o processo, não valorizaram o compromisso de entrega dos mapas com maior responsabilidade no tocante à coerência dos dados; insegurança na elaboração das representações por terem “surpresas” nos resultados dos mapas – como as contradições e os conflitos que afloraram no processo, entre outras situações.

Outro ponto deve ser avaliado: a construção desta proposta de mapeamento no processo de formação dos estudantes de geografia. Testar, experimentar, errar, acertar, reformular, a partir da práxis cotidiana, produziu um conhecimento cartográfico na relação com a produção do conhecimento geográfico em sala de aula e também fora dela. Em nenhum momento a proposta de trabalho esteve pronta, fechada e amarrada. Tanto é que não apresentamos nenhuma experiência mirabolante, ela se constituiu no processo formativo dos estudantes de geografia e da pesquisadora.

A construção da disciplina de Cartografia Geral, tendo como princípio sua compreensão e realização a partir de uma Geografia crítica e radical, permitiu elaborar uma proposta de mapeamento comunitário em dois sentidos: 1. Como estratégia de compreensão do processo cartográfico e subversão das etapas formais deste processo; 2. Considerando as múltiplas determinações do mapa: cognição; comunicação; determinação crítica; representação social, desenvolver um processo de mapeamento com vistas à apropriação do conhecimento cartográfico, para a realização da análise da produção do espaço e da elaboração de diagnósticos e estratégias (para além dos inventários) para a luta pela transformação da vida cotidiana no que toca à reprodução das relações de produção, valorizando o processo histórico, conflitos, permanências e possibilidades da comunidade.

Estas propostas ainda precisam ser amadurecidas e não estão fechadas. Este é um momento de sistematização de parte do processo: o estabelecimento das bases teóricas, técnicas e políticas para esta construção.

Poderá haver inúmeras críticas sobre a realização de um trabalho desta dimensão com turmas do segundo semestre em geografia, pois os estudantes nesta fase ainda não detêm todo o conhecimento cartográfico e geográfico “necessário” para a realização dos mapas. Mas, se o objetivo da tese é tornar a cartografia um conhecimento ‘popular’ instituído de sentido, é preciso trabalhar com os estudantes e com os assentados independente de seus conhecimentos técnicos. E este trabalho mostrou que isto é possível.

Em síntese, considera-se que o trabalho focou a relação entre estudantes e comunidade e a elaboração de uma proposta para reconstruir o ensino do projeto cartográfico a partir do mapeamento comunitário, alcançando suas expectativas.

Na teoria e prática entendemos que o mapa é dotado de intencionalidade, representa a realidade política, metodológica a partir de uma perspectiva de mundo. Quanto aos assentados é fruto de um contexto histórico e processual que vivenciou e vivencia um processo de luta. Dentro do movimento de ocupação do MST, a luta não é só por terra, mas por dignidade, saúde, educação e qualidade de vida. (Relatório de campo: Lucidalva, Maria e Marilza – Fevereiro de 2013).

Assim, o processo de aprendizagem do processo cartográfico, via mapeamento comunitário, realizou uma proposta de mapeamento valorizando a clareza política junto aos assentados, e constitui-se também como um pressuposto para um processo de clareza política e de formação cartográfica junto aos estudantes de geografia. A proposta foi paulatinamente incorporada à disciplina de Cartografia Geral, tendo os estudantes como parceiros de trabalho, sujeitos que em diálogo, debate e construção junto à comunidade, questionaram, reforçaram e/ou reconstruíram suas posturas políticas, sendo tomados por reflexões sobre suas futuras práticas em seu trabalho como geógrafos.

PARTE 2 - MAPEAMENTO COMUNITÁRIO II:

MEMORIAL DO ASSENTAMENTO ROSELI

NUNES



“Os primeiros passos” - van Gogh - 1890

E o esplendor dos mapas, caminho abstracto para a imaginação concreta,
Letras e riscos irregulares abrindo para a maravilha.

O que de sonho jaz nas encadernações vetustas,

Nas assinaturas complicadas (ou tão simples e esguias) dos velhos livros.

(Tinta remota e desbotada aqui presente para além da morte,

O que de negado à nossa vida quotidiana vem nas ilustrações,

O que certas gravuras de anúncios sem querer anunciam.

Tudo quanto sugere, ou exprime o que não exprime.

Tudo o que diz o que não diz,

E a alma sonha, diferente e distraída.

Ó enigma visível do tempo, o nada vivo em que estamos!

Fernando Pessoa - Álvaro de Campos

2. 1 A PRÁXIS COM A COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO

O trabalho junto aos camponeses do assentamento Roseli Nunes será fundamentado a partir da teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio no campo brasileiro OLIVEIRA (2007, p.11), que procura explicar não só a permanência, mas também o aumento do campesinato no modo de produção capitalista. Para tanto, os autores compreendem que o modo de produção capitalista é contraditório, pois o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção.

O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste(...) O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. (...) para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (...) Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Conseqüentemente, de acordo com OLIVEIRA (2007; 2013), se passará a considerar as diferenças entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar, que se desenvolve contraditoriamente no modo de produção capitalista promovendo seu próprio desenvolvimento a partir das duas lógicas distintas:

<p>AGRICULTURA CAMPONESA MERCADORIA – DINHEIRO – MERCADORIA M – D – M PRODUÇÃO DO CAPITAL</p> <p><small>*A produção do capital: nunca está baseada em relações capitalistas de produção (trabalho assalariado)</small></p>	<p>AGRICULTURA CAPITALISTA OU AGRONEGÓCIO DINHEIRO – MERCADORIA – DINHEIRO + LUCRO D – M – D` REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL</p> <p><small>*A reprodução ampliada do capital: sempre está baseada em relações capitalista de produção (trabalho assalariado)</small></p>
---	---

O cuidado a ser tomado nesta análise é de não confundir a base produtiva da agricultura camponesa, que é de origem familiar, com a família como a base de exploração da agricultura em pequena escala voltada a atender a produção noutra escala. Neste sentido, diferentemente dos teóricos burgueses do Estado, compreende-se que o camponês ao ter a terra como propriedade e a mão-de-obra familiar como unidade produtiva orienta sua produção à satisfação das necessidades da família, sendo que a produção de excedentes direciona-se à troca por mercadorias não produzidas nesta unidade.

Portanto, o camponês não produz um excedente visando ao lucro, nem explora a mão-de-obra familiar para a extração de mais valia, diferenciando-se fundamentalmente da compreensão da agricultura familiar, forçada à produção de um excedente, a partir da extração de sua mais valia e inserção direta na cadeia produtiva do agronegócio.

Neste sentido, compreende-se que o assentamento Roseli Nunes, produzido pela/na luta do acesso à terra, constitui um fragmento do território capitalista, na medida em que estes sitiados, por meio das relações sociais estabelecidas, seu arcabouço cultural, de valores e de experiência, apropriam-se do espaço concebido pelo INCRA. Como analisa BOMBARDI (2004), frente ao processo de territorialização camponesa, transformam uma parcela do território capitalista noutra unidade, igualmente contraditória.

Sendo assim, o assentamento será compreendido a partir da contradição entre a resistência de uma agricultura camponesa com autonomia produtiva e a pressão para a consolidação da agricultura familiar inserida na cadeia produtiva do agronegócio. Ou seja, conflito gerado para o estabelecimento de uma terra de trabalho, não uma terra de negócio, conforme nos ensina José de Souza Martins⁶¹. Esta análise fundamentar-se-á na ousada conciliação entre a compreensão de território assumida por OLIVEIRA (2013; 2010; 2007) à de produção do espaço de LEFEBVRE (2006)⁶².

Considerando o espaço como categoria de existência, a partir de Lefebvre (2006) compreende-se que o espaço é social (não existe per se) e sua produção, engendrada nas relações sociais de produção (num determinado processo histórico) se dá em dois momentos dialeticamente (triádicos) interconectados: a partir da prática espacial as representações do espaço e os espaços de representação se realizam no espaço percebido, vivido e concebido. Nenhum destes momentos é isolado ou consistem num termo encerrado em si mesmo, portanto o espaço é inacabado e aberto.

61 Ver: Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil". In: Expropriação & Violência (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

62 Vale assinalar a clareza sobre as críticas que esta atitude desencadeará, ainda assim, assumiremos este risco.

Assumindo junto a OLIVEIRA (2013; 2010; 2007) que território é uma categoria geográfica analítica, que materializa a tensão entre dominação e apropriação, deve ser

apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O **território** é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao **território**. Logo o **território** não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

O processo de construção do **território** é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do **território** é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais; que a produção é produto contraditório de constituição do capital; e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2013; 2010; 2007). Grifo acrescentado.

Atinge-se, então, o entendimento de que o assentamento é um espaço produzido contraditoriamente, ao mesmo tempo espaço concebido – tensionado pelo conflito entre dominação e apropriação, pois realiza-se a partir de dois movimentos: da luta pela terra, disputa pelo território capitalista e da concepção do Estado para a realização de um território “camponês”; vivido – paulatinamente experimentado e apropriado pelos camponeses em luta por sua permanência na terra e percebido – conflituosamente estabelecendo-se como uma unidade territorial camponesa e um território do Estado, que orienta a produção camponesa, reifica o camponês à sua condição de pobreza e permite um devir histórico, o possível.

Sendo assim, a cartografia e o mapa postos como instrumento de luta, configuram-se como possibilidade de subversão da prática espacial a partir do desvelamento das representações do espaço ao constituir-se como possibilidade de novos espaços de representações. Diante do exposto, buscar-se-á uma explicativa sobre as representações do espaço camponês, considerando que os mapas e relatos dos assentados retomaram uma prática social a partir do processo histórico da luta da expropriação e mobilidade das famílias migrantes; a organização territorial e de luta nos acampamentos e pré-assentamentos; as estratégias de resistência aos mecanismos de repressão do Estado e do Capital, portanto da violência física e psicológica.

Este marco teórico orientou o processo de mapeamento junto aos estudantes de geografia e camponeses assentados culminando em duas questões prementes: a luta pela terra não termina quando se consegue a terra, se amplia a partir da necessidade de nela permanecer, ou seja, no assentamento, e a produção e uso do mapa fundem-se à possibilidade da tomada de consciência da condição espacial (subjetivamente e objetivamente) para o fortalecimento desta luta.

Esta compreensão, aliada ao estreitamento da relação com os camponeses assentados, permitiu propor uma experiência de mapeamento comunitário. Avaliando junto a eles a possibilidade de instrumentalização técnica e política com vistas à autogestão territorial, mais tarde compreenderíamos que o trabalho iria além da instrumentalização, até o reconhecimento do espaço como uma categoria da existência social. Para a comunidade este processo poderia alçar no sentido de pensar nas estratégias de permanência na terra, essencialmente como uma oportunidade de mobilização interna.

A questão da mobilização dos assentados perpassou o trabalho com os estudantes de geografia, pois em muitas entrevistas com as famílias (algumas foram gravadas), os camponeses que fizeram parte do processo de luta pela terra reconhecem a coletividade como necessária à realização da luta, ao alcance da satisfação das necessidades e à possibilidade de transformação da realidade.

Mesmo aqueles que se afastaram do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) indicaram a necessidade de pensar o assentamento coletivamente. Ainda que haja críticas em relação ao movimento, há uma clareza do coletivo, sempre mencionada.

Para alguns assentados, principalmente militantes do MST, depois do término do acampamento e do processo de luta pela terra, o processo de assentamento e concentração do trabalho nos lotes acaba diluindo o poder da participação. Segundo eles, pós-acampamento as pessoas estão desgastadas do processo de luta e muitas vezes os conflitos internos ganham uma dimensão que anula as possibilidades de continuidade da luta coletiva. Entretanto, quando se realiza o assentamento os problemas do campo continuam, surgem também outros problemas.

Paulatinamente, a comunidade compreendia que o mapa veicula uma discussão importante sobre o processo contraditório da produção do espaço agrário, da relação conflituosa entre os territórios camponeses (assentamentos) e o território capitalista (latifúndios), sendo possível materializar o entendimento do assentamento como unidade territorial, frente de luta e resistência à homogeneização do entorno. Contudo, a lógica da produção familiar camponesa, sua unidade de trabalho e reprodução da vida, coloca-se contrária à lógica de uma produção cooperativa estimulada pelo MST, fundando uma contradição no seio desta unidade territorial camponesa: ao

mesmo tempo em que a produção camponesa situa-se como resistência e permanência parece impedir a formação de uma unidade territorial autônoma à produção capitalista.

Assim, a ideia do mapeamento cria a oportunidade de reviver o processo coletivo, reconhecido por muitos assentados, pois, “sozinho você não faz nada” e também a possibilidade de uma proposta para o assentamento, promovendo um retorno ao trabalho coletivo. Não só mapear conflitos, mas também pensar nas possibilidades.

Esta questão trouxe como reflexão a possibilidade de realização do processo de mapeamento como atividade mobilizadora, inscrita politicamente numa retomada da luta coletiva. Inicialmente, este trabalho seguiu a orientação dos militantes do MST, em busca de uma identidade forjada pelo próprio MST, de “camponeses-operários”. Contudo, o processo de mapeamento e as representações produzidas apontaram as contradições entre a condição e luta camponesa e a “classe camponesa-operária”, exigindo uma explicativa sobre os conflitos internos do assentamento.

Em março de 2011 realizamos uma reunião com a coordenação e a direção da Escola Madre Cristina. Fomos surpreendidos ao constatar que o processo de mapeamento já estava inserido na programação anual da escola. O mapeamento compôs junto ao projeto político pedagógico anual da escola: a realização de um “Memorial do Assentamento Roseli Nunes” a ser construído no decorrer de 2011, em parceria com a comunidade do assentamento e das atividades da sala do professor da Escola Madre Cristina.

O diálogo com os professores presentes reforçaram a escola como local promotor da visão de mundo e perspectivas de transformação da comunidade à qual o estudante está inserido. Perspectiva respaldada pela prática da Educação do Campo, elaborada junto aos movimentos sociais do campo, em especial MST e Via Campesina. Portanto, o trabalho foi orientado pela própria escola que teve o papel de convidar, além dos estudantes do ensino fundamental e médio, seus familiares, ou seja, toda a comunidade do Roseli Nunes. Assim, a partir da escola buscar mobilizar a comunidade, a partir dos estudantes trazerem a família, esta estratégia vem sendo utilizada com diversos projetos na Escola Madre Cristina, agregando as famílias nos debates propostos.

A sugestão de realização do memorial do assentamento por parte da escola modificou nossa perspectiva de entendimento do mapeamento comunitário, ao invés de mapear problemas sócio-ambientais, para a elaboração de estratégias de auto-gestão territorial, o “mapeamento da História” foi a necessidade apresentada pelos assentados.

O estranhamento, ao pensar em como realizaríamos os mapas para este memorial, aflorou a sedução do discurso competente. Ou seja, num primeiro momento a ideia era mapear os

conflitos existentes e a partir deles entender a condição do assentamento e propor estratégias de luta. Não havíamos ainda compreendido que já havia sido lançada uma estratégia de luta por parte da comunidade – a retomada do coletivo, a necessidade da estruturação de um projeto de produção cooperada, fundamentalmente a partir da agroecologia.

Desde então, começamos a entender concretamente que as contradições surgem a partir das condições objetivas que se materializam no processo histórico. Deslocou-se o significado “ideal” de mapear conflitos e possibilidades, para um sentido “material”, ou seja, retomar o processo de luta pela terra é retomar o sentido da classe trabalhadora (camponês-operário), pois, contraditoriamente, as possibilidades de permanência na terra exigem recompor a realidade em movimento e a condição camponesa (a classe camponesa).

Isto significa analisar e compreender seu contexto espaço-temporal – o avanço do agronegócio e a inserção da produção camponesa em sua cadeia produtiva, a contradição entre a unidade familiar e as cooperativas para produção camponesa “autônoma” (com sua inserção no mercado, a partir de um controle “total” da produção e circulação dos produtos agroecológicos).

Como poderíamos a partir da cartografia retomar o processo histórico do assentamento, seu processo de territorialização camponesa? A “resposta” estava na própria pergunta, produzindo coletivamente as representações camponesas deste processo afinadas ao objetivo posto pela comunidade: o fortalecimento da mobilização do assentamento.

2.1.1 A COMUNIDADE COMO CLASSE SOCIAL

Não é a consciência que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (Marx e Engels, 2007, p.39).

Na primeira parte deste trabalho situou-se o comunitário a partir da força da coletividade, do trabalho na escala cotidiana, noção francamente desenvolvida com os estudantes de geografia. O desenvolvimento da tese amadureceu a compreensão deste coletivo, a partir do chamamento de CONCEIÇÃO (2005, p. 166) aos geógrafos para extrapolar nossas denúncias frente ao que está “errado” na organização do espaço, na indicação de “espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas”. Sugere que aprofundemos a concepção crítica “do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho”, na totalidade das relações, para que possamos “ver a espacialização

da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do capital. Logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico”.

A análise de CONCEIÇÃO (2005) assinala um elemento fundamental para discutir a ampliação do uso da cartografia nos processos participativos no Brasil e no mundo: para compreender a relação entre a produção da miséria (e sua espacialização) como condição substantiva de carência total dos meios de subsistência é preciso retomar o entendimento da relação capital versus trabalho calcada na exacerbação do lucro e da concentração da riqueza mundial, a ampliação total da perda dos direitos dos trabalhadores.

Movimento da realidade “apagado” pelo discurso da insuperabilidade e da permanência do capitalismo, da morte da utopia socialista e da contínua profetização da aceleração do crescimento econômico e conseqüentemente o fim das desigualdades. Culminando, contraditoriamente, na transferência da responsabilização da superação da pobreza pelos pobres, que devem lutar por seus direitos a partir de um processo de indiferenciação do sujeito, universal, porque cidadão.

Isto explica a discordância fundamental de propostas de cartografia social aliadas à ação do Estado, pois não se trata de instrumentalizar o povo para o uso da cartografia como uma estratégia de luta pelo poder, e/ou pela participação das decisões a partir de políticas públicas para “amenizar” suas condições de pobreza. Ainda que haja alguma possibilidade de ‘luta por dentro do Estado’ é preciso retomar a luta de classes, questionar a centralidade determinante que a cultura vem assumindo na compreensão histórica em detrimento do próprio processo histórico e de suas determinações, desfazer a polarização entre estruturalismo e o empirismo (apagando as relações entre infra e superestrutura) que valoriza a perspectiva discursiva a partir de uma dialética invertida, como sugere Emília Viotti da COSTA (1994).

A “leitura geográfica da miséria exige o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual”, se há concentração de riquezas, distribuição desigual, serão também desiguais as condições de cada classe social. O espaço será também desigual.

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social. Desta forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais. A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza,

portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro (CONCEIÇÃO, 2005, p. 169).

Esta desigualdade não poderá homogeneizar-se no sujeito destituído da classe, do sujeito-cidadão, imbuído de um sentido político contraditório que atribui uma igualdade de condições somente para sua inserção como sujeito-trabalhador, vendedor de mão-de-obra.

O debate sobre classes sociais e consciência de classe é ainda aberto entre os marxistas (mesmo Marx não conclui no “Capital” sua análise sobre a questão). Portanto, a relação aqui estabelecida entre a cartografia, o mapa e a consciência de classe carece de aprofundamento, trata-se de iniciar um caminho para a explicativa das representações forjadas no processo de elaboração e uso dos mapas.

Em princípio ressaltamos a relação intrínseca entre a consciência e as condições de existência do homem, da sociedade. A compreensão de que o capitalismo é um modo de produção que estabelece relações sociais de produção historicamente determinadas pelas condições sociais, políticas e econômicas assume parte da explicativa das representações do espaço produzidas nos processos de mapeamento. Que por sua vez, exigem uma explicativa dos sentidos e das intencionalidades destas representações, engendradas numa determinada consciência de classe que expressa as contradições e conflitos com outra classe social, portanto, fruto da luta de classes.

Compreende-se a classe social no seio da leitura marxiana posicionando o sujeito na divisão social do trabalho e no processo de produção e distribuição de riquezas. No modo de produção capitalista, um modo peculiar de produção de mercadorias que visa à produção de mais valia, a classe social situa-se de acordo com suas condições de exploração ou produção da mais valia a partir do trabalho. Condição que situa materialmente a classe na divisão social do trabalho, com ou sem os meios de produção, com ou sem o controle da produção do excedente. Portanto, a luta de classes travada no seio da sociedade capitalista tensiona a apropriação e o domínio das condições de reprodução da vida humana a partir da autonomia do trabalho e da produção das condições objetivas da existência humana em igualdade de acesso e justiça social.

Conflito gerado no seio das relações sociais de produção, que na tensão entre apropriação e dominação do trabalho do homem (do conhecimento social, do excedente produzido) produzem cotidianamente um espaço social historicamente determinado, em movimento, triadicamente concebido, percebido e vivido.

MAIA (2011) assinala que para Marx capitalistas, proletários e proprietários de terra, são classes fundamentais do modo de produção capitalista, mas que há inúmeras diferenciações em seu interior. Tais diferenciações só podem ser analisadas à luz das condições sociais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: a existência de trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho; a propriedade dos meios de produção da burguesia; a igualdade jurídica entre o produtor e o apropriador de mais trabalho para que ambos se relacionem como vendedores “iguais” de mercadorias entre si (ainda que esta mercadoria seja a força de trabalho).

Para que tais condições se estabeleçam surgem outras formas de organização social e de classes que garantem a reprodução do modo de produção capitalista, tais como os burocratas, gerentes, intelectuais burgueses, entre outras classes. Portanto, a condição material das classes sociais é produto da divisão social do trabalho, diferenciando-as em seus interesses que as colocam em oposição, devido à exploração e opressão de uma classe sobre outra, fruto da posição que ocupam na divisão social do trabalho e da parcela de mais valia de que se apropriam ou que produzem (MAIA, 2011, p.30).

Por toda esta plêiade de condições sociais, elas desenvolvem modos de viver, pensar, agir, bastante distintos. Isto gera nelas a fabricação de valores, mentalidade, práticas culturais, educacionais diferentes. Ou seja, é um equívoco considerar que as classes são só um momento econômico da vida social. O indivíduo vive a totalidade, como membro de uma ou outra classe reproduz valores, concepções, interesses, mentalidade, práticas culturais pertencentes à sua classe (MAIA, 2011, p71).

A consciência de classe, a tomada de consciência do sujeito na classe, não é um produto intelectual acabado, poderá constituir-se em luta, não por novas consciências, mas por outras condições de vida. É a luta quem motiva o desejo da superação de sua condição. E é a expropriação de sua humanidade que coloca o sujeito em luta, quando a emancipação não é só uma vontade isolada, mas a necessidade de humanizar-se. Portanto, compreende-se, ainda que preliminarmente, que a consciência de classe é consciência da luta de classes. Da necessidade da autonomia do trabalho, do controle do tempo e do espaço pelo homem emancipado.

Em uma fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, assim, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho tiver se tornado, não apenas um meio de vida, mas o requisito precípua da vida; quando, com o desenvolvimento diversificado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem se incrementado também e todas as fontes de riqueza jorrarem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês poderá ser totalmente suplantado, e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: “A cada um, de acordo com suas habilidades; a cada um, de acordo com suas necessidades” (MARX e ENGELS, 2002, p. 107-108).

Tomar a consciência de classe no sentido de compreender e destituir a divisão social do trabalho alienada, como sugere Marx, reforça a necessidade de mais uma vez subverter o uso e a

produção de mapas. Partindo deste pressuposto, o movimento do trabalho da tese originou-se na necessidade de afirmar a cartografia, no modo de produção capitalista, como linguagem burguesa que veicula a dominação espacial. Negá-la como linguagem unívoca, situando-a como um exercício de poder que poderá ser apropriada por qualquer classe social. Negá-la novamente como exercício de poder, mas superá-la situando-a como linguagem que produz e revela representações do espaço circunscritas a um espaço de representação burguesa, situando-a como um possível espaço de representação da luta de classes.

Pois ao trabalhar com os alunos a disciplina de Cartografia Geral afirmou-se a necessidade de aprendizagem das técnicas de produção e leituras de mapas, cartas e plantas elaboradas no modo de produção capitalista como veículo necessário ao controle espacial para a produção e circulação de mercadorias. Para o geógrafo em formação é necessária a aprendizagem da linguagem bem como a compreensão de seus usos tanto para a exploração de novos territórios, para o domínio e/ou para a busca de matéria-prima, quanto para o controle espacial hoje fortemente marcado pelo uso das novas tecnologias destinadas à logística da produção e do consumo (incluem-se neste uso as diversas pesquisas sobre as condições ambientais, a degradação da natureza e os mecanismos de sua recomposição).

Contudo, a aprendizagem destas técnicas e de seus usos exige a compreensão das intencionalidades que orientam a produção dos mapas e, portanto, como as representações que os mapas produzem são contraditórias e revelam não só o domínio, mas também as possibilidades da ruptura. Ainda que haja uma reprodução das relações sociais de produção socialmente determinadas, os mapas carregam também o desejo da autonomia, da liberdade, do controle do homem de suas vontades e do atendimento das necessidades.

Para tanto é preciso subverter não só a concepção de espaço que o mapa veicula, mas seu processo de produção. Extrapolando a organização espacial como a forma que revela o conteúdo e alcançar o processo histórico que viabiliza objetivamente e subjetivamente as relações sociais de produção.

Esta subversão passa por um doloroso processo de tomada de consciência (dos estudantes e camponeses) de sua condição de exploração, de sua situação de classe. É aqui que estudantes e camponeses se aproximam, pois no caso desta tese, em sua maior parte, os estudantes de geografia da UFMT são trabalhadores e neste processo de realização de um mapeamento comunitário orientado pela explicativa da luta, luta de classes, o estudante-trabalhador toma consciência de sua condição de explorado, ainda que acredite que uma formação universitária o libertará de uma opressão maior.

Em síntese, no terceiro momento, o do mapeamento com a comunidade, chegamos a negar a negação de apreender uma cartografia de exercício de poder para buscar uma cartografia de classe. Enquanto saber socialmente produzido, que deva ser socializada, popularizada, tornada um instrumento de luta, luta de classes. Enquanto linguagem que veicule as representações da classe, neste caso, da classe camponesa, que desenvolva um momento de sua consciência de classe, qual seja, sua vida, suas condições objetivas, que determinam sua consciência e também poderão transformá-la. É por isto que o conteúdo dos mapas é compreendido a partir da teoria crítica das representações, na sua relação com a produção do espaço concebe, percebe e vive os espaços de representações em conflito com as representações do espaço.

2.1.2 PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE MAPEAMENTO

Quando pressupomos que todos podem fazer mapas, não partimos do princípio de que as diferentes classes sociais reconheçam a priori a potência do mapa para fazer suas discussões e lutas. Partimos do entendimento de que algumas classes já dominam este conhecimento, e que para outras classes é preciso reiterar o uso e a elaboração do mapa e da cartografia como uma possibilidade de ser uma de suas ferramentas de luta, de realização de diagnósticos e estratégias espaciais.

No caso do trabalho junto aos estudantes, o mapa era um produto esperado, mas no caso do trabalho direto com os camponeses a elaboração do memorial do assentamento exigia compreender e explicar o processo de produção do assentamento. Os mapas não foram estabelecidos a priori, mas elaborados no processo. Escolhidos como a possibilidade da representação, por nós “intelectuais”, a cartografia foi uma das linguagens, mas não a única. É claro que se tratando de uma proposta de trabalho com mapas, o mapa foi estabelecido como a mediação central para contar esta história.

Não objetivou-se revelar os saberes das comunidades, como saberes tradicionais exclusivos, mas o desenvolvimento da compreensão que vai além dos diagnósticos e das estratégias necessárias, historicamente situadas, para as ações políticas das classes dominadas. A apropriação do mapa e da cartografia amplia suas estratégias de luta não só pela veiculação dos discursos, mas pela compreensão da produção do espaço e da possibilidade de seu uso e apropriação.

Ao cartografar não só dizemos o que sabemos sobre o espaço, capturamos as contradições expressas nas representações produzidas cotidianamente, que só podem ser explicadas pela realidade em movimento, por uma totalidade.

Trabalhamos efetivamente para não autonomizar a cartografia, o mapa, tampouco as técnicas cartográficas, mas situar a condição espacial camponesa frente ao processo de produção do espaço no modo de produção capitalista. Apesar da tese refletir sobre o fazer cartográfico, ela é antes geográfica. Aqui o mapa buscará assumir múltiplas determinações, exerce sua enunciação, a veiculação de um discurso, constitui-se cognitivamente como meio de desenvolvimento do raciocínio espacial, portanto viabiliza um saber espacial que produz representações e manifesta um estado de consciência, de classe.

Como foi sugerido na análise da espacialização da miséria, o mapa vem ganhando centralidade no discurso da participação e a cartografia uma linguagem que parece mediar "os interesses" socializando e universalizando a "desigualdade" com o discurso da "diferença". Mas, o cerne dos mapas construídos neste memorial buscará discutir a desigualdade, seus conteúdos e vivências da lutas sociais são fruto da luta de classes.

Portanto, as escolhas das comunidades não são livres, mas determinadas, mesmo que possamos traçar nossos desejos, eles situam-se no tempo e no espaço, por exemplo, o assentamento é um espaço concebido pelo Estado, ou seja, apresenta uma série de limitações, mas ao mesmo tempo é apropriado pela vida cotidiana, que poderá remeter a possibilidades de uma autogestão espacial, não por um salto, mas cotidianamente.

A sugestão de trabalho para a realização do memorial pelos camponeses assentados no Roseli Nunes, como foi dito anteriormente, foi orientada pela necessidade de mobilização dos camponeses assentados para a luta pela permanência na terra, bem como na necessidade da manifestação, manutenção e cuidado com a memória coletiva da luta pela terra, para que não seja esquecida, mas vivificada.

Partindo da realidade, não seria muito diferente, uma vez que para estes camponeses em marcha é preciso resgatar seu processo de luta em sua totalidade. Portanto, o trabalho desenvolveu-se em duas oficinas, sistematizadas para discutir: “o presente, o passado e futuro” do assentamento, ou melhor, os acampamentos, o pré-assentamento, o assentamento e seus conflitos, e o mapa do futuro (em Junho de 2011); processualmente discutiu-se o contexto sócio-ambiental do assentamento: a distribuição de água e os conflitos com a existência das manchas de

terrenos cársticos, a gestão e manutenção da Caverna do Jaboti para o desenvolvimento de ações políticas coletivas (setembro de 2011).

É preciso esclarecer que um trabalho de mapeamento comunitário é extenso e exige articulações entre o conhecimento cartográfico, a vida cotidiana dos camponeses assentados (ou outra comunidade) e as estratégias políticas e espaciais vinculadas ao processo de luta. Portanto, não se realiza com apenas um pesquisador “coordenando” trabalhos, é preciso um grupo de pesquisadores que se envolvam no processo objetivando compreender a produção do espaço social junto à comunidade, construindo um novo conhecimento coletivo. Outro ponto igualmente relevante é a afinidade de método: é impossível realizar um trabalho no sentido aqui proposto a partir de um “ajuntamento” de pesquisadores que têm conhecimento parcial de suas especializações.

Ao longo dos anos de trabalho constituiu-se um grupo de estudantes de geografia que já haviam participado dos mapeamentos no assentamento na oportunidade da disciplina de cartografia e depois como monitores dos trabalhos de campo. Compuseram ainda um grupo de estudos, pesquisa e de orientação de monografias⁶³, é fundamental salientar que realizamos coletivamente estudos sobre teoria e método em Geografia e a questão da terra em Mato Grosso, considerando o avanço do capital na Amazônia Brasileira. A prática do grupo de estudos e da participação contínua nas disciplinas de cartografia fortaleceu e preparou estes geógrafos para o trabalho de mapeamento.

Outros pesquisadores participaram em uma ou outra etapa do trabalho fortalecendo o trabalho metodologicamente e politicamente, participaram ativamente durante os trabalhos em campo e também em interlocuções realizadas em gabinete⁶⁴.

As reuniões preparatórias, junto aos estudantes, para o trabalho em campo, ocorreram para a organização dos materiais e conhecimentos cartográficos bem como para a construção da perspectiva do mapeamento junto à comunidade. Discutimos também sobre a exposição das comunidades nos processos de pesquisa e a responsabilidade da veiculação das informações, problematizando as intencionalidades das pesquisas.

63 Adriana Souza e Silva; Cislene Dias Rodrigues; Dayane Pricila Alves Godoi; Dehborá Alves Da Costa; Edimilson Lima de Andrade; Everton Carneiro de Souza; Flavio Augusto Oliveira Bueno; Flávio Aparecido da Costa Assumpção; Henrique Severiano Felipe Guerreiro; Joelson de Souza Passos; José Moisés Pereira Leite; Patrícia Wolff Sampaio; Pedro Moreira dos Santos Neto; Rosinaldo Barbosa Da Silva; Sebastião Martins dos Santos; Zenildo Crisóstimo do Prado.

64 Ivaniza de L. L. Cabral (UFMT); Tânia Paula da Silva (UNEMAT); Carlos Alberto Feliciano (UNESP); Dirce M. A. Sueregaray (UFRGS); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP).

Subdividimos-nos em grupos para a preparação do material de trabalho nas oficinas, enfocando as técnicas de representação cartográfica em seu uso e conceituação. Os grupos formados foram divididos em: manuseio do GPS e abordagem do debate sobre as coordenadas geográficas/cartográficas e escala; elaboração de maquetes; elaboração de mapas mentais; elaboração de croquis; elaboração de cartogramas a partir da análise de outros mapas, imagens de satélites e dados levantados.

A orientação geral foi acessar os conhecimentos de acordo com as demandas do mapeamento, ou seja, não se pretendia dar aulas nas oficinas de “coordenadas geográficas, maquetes, croquis”, etc. Mas, toda a equipe deveria estar preparada para trabalhar com as técnicas e linguagens necessárias ao desenvolvimento do trabalho coletivo e com maior profundidade em um ou outro assunto. Preparamo-nos no sentido de estabelecer a produção coletiva de conhecimento.

Em linhas gerais, estabelecemos a diferença entre croquis (podem ser elaborados a partir de outros mapas e/ou a partir da prática de campo) e cartogramas (provenientes da sistematização de dados coletados e outras informações disponíveis por diversos meios inclusive de outros mapas). Ambos pressupõem um acúmulo de conhecimentos que aos poucos se aprofundam e complexificam as representações. Exigem um refinamento técnico pois veiculam as abstrações do concreto pensado, devem estar pautados pelo movimento do método e da clareza comunicativa espacial.

Situamos o mapa do vivido como fruto das relações sociais que o sujeito constrói a partir da realidade concreta concebida, percebida e vivida contraditoriamente. Uma representação espacial forjada dialeticamente entre o subjetivo e o objetivo, ou seja, o recurso inicial é a memória subjetiva, mas a elaboração não é mental-ideal, parte da práxis cotidiana material objetivamente determinada.

Problematizamos a eficiência e abrangência do pressuposto fenomenológico “eu com o mundo” e a transmissão das relações subjetivas psico-sociais, no sentido de superar a esfera do indivíduo alcançando o momento de abstração do pensamento contextualizado na prática coletiva e material. O pensamento é o movimento sobre e com a realidade, quando ele cessa e organizamos estas abstrações é possível manifestar sua compreensão da realidade a partir da produção de representações, um estado de consciência determinado, por meio da lógica dialética, apresentando não só a forma, mas também o processo.

Esta construção permite ampliar as possibilidades cartográficas a partir dos conteúdos e não “enfiando” os conteúdos na cartografia ou no mapa, na medida em que o processo de mapeamento se desenvolvesse.

Neste sentido, elaboramos as bases cartográficas e as imagens de satélites relacionadas às expectativas de trabalho levantadas pelos camponeses ao longo do tempo de trabalho com as turmas de cartografia, visando a ampliar as possibilidades do mapeamento e de ferramentas cartográficas.

Além da planta do assentamento elaborada pelo INCRA, na escala de 1:20.00 (em duas folhas, apresentada na parte I), foram impressos três jogos com cinco mapas elaborados pelos estudantes (sobre a produção do assentamento, a distribuição da água e a participação política) junto às tabelas de dados coletados sobre o assentamento.

Preparamos ainda uma base cartográfica com curva de nível, um intervalo de 40m de altitude na escala de 1:40.000, além de textos de apoio para possível construção de maquetes, que não foi concretizada neste mapeamento. No tocante às imagens de satélites, utilizou-se mais de uma escala de abrangência, recortes e períodos conforme o quadro a seguir:

IMAGENS DE SATÉLITES UTILIZADAS NO MAPEAMENTO				
Características para a escolha das imagens	SATÉLITE	ANO	ESCALA	PAPEL
Carta-imagem com melhor resolução anterior ao corte dos lotes do assentamento, objetivando compreender o contexto do pré-assentamento. Abrange o entorno do Assentamento Roseli Nunes, apresentando seus limites municipais.	LANDSAT Rota/Cena 228/071	2000	1:40.000	A0
Imagem mais recente e disponível em boa resolução do Estado de Mato Grosso no ano de 2011. Apresentou o assentamento já consolidado.	SPOT 2,5m Rotas 2150, 2151, 2194 e 2195	2007	1:20.000	A0
Cartas-imagens com detalhamentos da área de proteção permanente (APP) dividida em 6 locais por todo o assentamento	SPOT	2007	1:10.000	A3 e A4
Cartas-imagens dos 15 Núcleos Sociais em escala de detalhe. Apresenta os lotes, estradas, APPs, Reserva Legal proposta pelo INCRA e hidrografia. Fontes: INCRA IBGE, SEPLAN e SEMA.	SPOT	2007	1:10.000	A3 e A2

Quadro 11 – Imagens de satélites utilizadas no mapeamento.

É importante esclarecer, mais uma vez, que os procedimentos apresentados tratam do processo de mapeamento comunitário, da realização de um conjunto de mapas junto aos camponeses assentados do Roseli Nunes para a composição de um memorial do assentamento, proposto pela escola Madre Cristina.

2.1.3 O PROCESSO DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO II

Como já assinalado, o processo de mapeamento ocorreu em duas oficinas, em junho e setembro de 2011. Na primeira oficina foram retomados processos da luta pela terra, evidenciando a mobilidade das famílias, a estruturação e consolidação dos acampamentos; a condição do pré-assentamento, o estabelecimento dos conflitos na relação com o agronegócio do entorno até hoje vividos pelo assentamento. Na segunda oficina, foi respeitado o encaminhamento dado pela primeira oficina e focou-se o assentamento hoje, considerando fundamentalmente a existência do sistema cárstico no assentamento, evidenciando a questão da distribuição da água e os conflitos territoriais gerados pela caverna do Jaboti.

Em síntese, em cada oficina a estrutura de realização dos trabalhos ocorreu de forma similar ao processo de mapeamento realizado com as turmas de cartografia: a mobilização interna no assentamento realizada em princípio pela Escola Madre Cristina e posteriormente no próprio processo de mapeamento ao realizar visitas às famílias para a coleta de informações; assembléias coletivas (abertura dos trabalhos – apresentação dos sujeitos envolvidos; contextualização da proposta de realização do memorial do assentamento e o uso da cartografia; organização de grupos de trabalhos; reuniões de avaliação ao término de cada etapa de trabalho; encaminhamentos das oficinas e avaliação geral) e desenvolvimento dos trabalhos em grupos; elaboração de estratégias de campo e realização de visitas às famílias camponesas.

De igual modo aos trabalhos com as turmas, os conhecimentos de técnicas de leitura e produção de mapas foram partilhados na medida em que o trabalho do memorial desenvolveu-se, não houve aulas sobre qualquer tipo de técnica cartográfica.

É preciso considerar o carinho e a força dos trabalhos expressos pela prática das místicas. Este processo é contraditório, dentre inúmeras questões, coloca em conflito a defesa de um socialismo possível na luta de classes, portanto pelos homens, e a crença na religião e na fé como promotora das transformações da realidade. Entretanto, representa a esperança, simbólica e ao mesmo tempo material pela luta. Foi assim que todos os trabalhos realizados iniciaram e

encerraram com a prática das místicas, como mensagens que reforçam a tomada de consciência e forma de agradecimento pelos trabalhos realizados.

A mística da primeira oficina, por exemplo, focou a simbologia do processo histórico do assentamento, trazendo os instrumentos de trabalho, a produção e as fases de constituição do assentamento: o acampamento, o pré-assentamento e o assentamento, a mesma estrutura selecionada para o trabalho com o mapeamento comunitário. Como vemos nas fotos 14 e 15, a seguir, processo representado pela bandeira do MST, produtos camponeses e mensagens dos projetos de futuro do assentamento.



Seguindo a proposta de elaboração do memorial do assentamento, a própria comunidade realizou a subdivisão de grupos de trabalho (Acampamento, Pré-assentamento e Assentamento, na primeira oficina), considerou sujeitos que vivenciaram cada uma das fases deste processo, incluindo as crianças e os adultos. Na segunda oficina os grupos foram distribuídos após a avaliação inicial dos encaminhamentos realizados pela primeira oficina, sendo distribuídos os seguintes grupos: a disponibilidade hídrica do assentamento; o sistema cárstico e a caverna do Jaboti; conflitos e possibilidades para os camponeses do assentamento Roseli Nunes.

Cada grupo de trabalho foi composto por 15 a 20 assentados, mais os estudantes e pesquisadores de geografia que participaram do processo como articuladores dos conhecimentos geográficos cartográficos necessários ao desenvolvimento do trabalho. As crianças que

participaram do trabalho de mapeamento são estudantes da Escola Madre Cristina, em geral representantes das turmas da escola e trabalharam da mesma forma que os adultos no processo de debate e construção do memorial. É preciso ressaltar que há lideranças infantis, por sala de aula, que foram estimuladas a participar do processo com mais compromisso, mas o convite foi realizado para toda a escola e comunidade. Apresenta-se a seguir o desenvolvimento dos grupos de trabalhos.

2.1.3.I. O ACAMPAMENTO E PRÉ-ASSENTAMENTO

Este grupo de trabalho discutiu o processo de luta pela terra, considerando a questão agrária no Estado de Mato Grosso, principalmente na região da Grande Cáceres, especificamente em Mirassol do Oeste, Araputanga e São José dos Quatro Marcos, municípios de maior enfrentamento durante o acampamento. As atividades iniciaram com os relatos dos camponeses, problematizando o processo histórico desde a organização territorial e de luta até as estratégias de resistência. Os depoimentos enfocaram os mecanismos de repressão do Estado e do Capital, portanto da violência física e psicológica.

A partir dos relatos foi possível reconstituir a mobilidade capital-trabalho, histórias dos migrantes, territórios e territorialidades na luta. Assim foi sugerido o trabalho com os mapas do vivido tanto dos acampamentos quanto das trajetórias das famílias camponesas, como chegaram à luta pela terra e como esta luta constituiu-se nos três acampamentos que originaram o assentamento Roseli Nunes: Margarida Alves, Roseli Nunes e Paulo Freire.

Discutiu-se a produção cartográfica, na época ainda denominávamos mapa “mental”, valorizando a dimensão subjetiva, o que o próprio processo superou exigindo uma explicativa sobre a produção das representações que se constitui a partir da relação entre subjetividade e objetividade. No processo de elaboração e análise dos mapas, compreendemos que ao mesmo tempo em que o subjetivo parece apresentar singularidades “isoladas”, como “cada um vê e percebe”, o espaço concebido, percebido e o vivido é a tríade que se remete à totalidade, à produção social, neste caso de uma memória de luta coletiva.

Durante a discussão da conceituação dos mapas do vivido os assentados compreenderam que ao elaborar os mapas podemos ao mesmo tempo produzir representações que reproduzem a ideologia burguesa promovida pela mídia e também as formas de resistência dos camponeses sem terra. Assim, o mapa do vivido produzido coletivamente tem a capacidade de superar a percepção

individualizada e elaborar representações que evocam um coletivo vivido que rompe com o concebido do Estado, mas poderão forjar um novo concebido, no caso os acampamentos do MST.

Como podemos notar na passagem do diálogo entre o pesquisador Carlos Alberto Feliciano e a camponesa Marta, discutiu-se o significado e o sentido das representações:

Dependendo do sentido que a mídia passa as informações ela projeta na nossa cabeça, por ex. se você fala Chapada dos Guimarães imagina alguma coisa que é a beleza, coisa bonita, cachoeira. Todo mundo tem essa imagem coletiva daquele espaço. Agora eu falo pra vocês Pontal do Parapanema isso lembra o que? Do conflito, violência... Então é uma coisa construída, só que lá também tem lugares bonitos pra se ver. Só que essa imagem construída carrega na memória, talvez a mídia participe disso, que esses lugares são assim, são lidos dessa forma e a gente acaba reproduzindo isso. Carlos Feliciano - grupo do Acampamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

É igual um exemplo prático que eu sempre uso, eu falo assim que é essa questão do nosso convívio aqui às vezes é mal interpretada pela mídia. Então assim o que eles querem, tem casos de pessoas, quando eu venho pro assentamento, alguém fala assim você tem coragem de ir pra lá? Eu lembro assim de um episódio lá em Curvelândia, eu ajudei uma velhinha subir no ônibus depois sentei do lado dela no ônibus e fui conversando quando falei pra ela que era sem terra ela ficou assustada; você é sem terra mesmo filha? Disse sou. Moro lá no assentamento Roseli Nunes. Ela ficou, tipo assim, eu senti que a reação dela, será que a pessoa que fez isso, que me ajudou é sem terra? Marta - grupo do Acampamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Ela teve uma representação... Carlos Feliciano - grupo do Acampamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Explicou-se que o mapa pode ser carregado de ideologia, mas que nem todo o mapa é uma falsa consciência (sentido crítico negativo), ele carrega uma perspectiva (no sentido da ideologia como visão de mundo), uma intencionalidade e tem pontos de partida diversos, orientados por esta intencionalidade.

Questionou-se frequentemente porque os mapas da escola não são assimilados, porque a Geografia parece tão distante. Como sugere KATUTA (2003), os alunos estrangeirizados, em estranhamento com o espaço apresentado nos mapas não compreendem seu espaço próximo, pois estes mapas desconsideram o cotidiano, seus conflitos e tão pouco explicam a realidade que o constitui.

Neste mapeamento busca-se subverter esta ordem, deseja-se justamente entender os conflitos, suas trajetórias de vida e buscar alguma explicativa para sua condição. É ver além da forma. Porque usamos as cores, porque desejamos representar nosso espaço daquela forma? “Assim, como a bandeira vermelha do MST”, porque a bandeira do MST é vermelha? Porque ela existe? Para que existe? De onde parte? Onde quer chegar?.

Podemos também não conhecer o lugar, mas ter uma representação sobre ele. Geralmente temos uma imagem a partir da percepção (empírica) e da concepção (evitada de ideologia) que não apresenta seus conflitos e contradições. Neste processo de mapeamento o importante “é que vocês representem não só aquilo que é percebido pelos outros, mas o que é cotidianamente vivido por vocês”. Os camponeses prontamente compreenderam as possibilidades de realização destes mapas: “A gente tem que dizer nestes mapas o que é ser um sem terra!”.

Ao assumir a relação entre a vida cotidiana, o espaço (produzido e “formado pelos valores” da sociedade) e condições objetivas historicamente determinadas, os assentados despertaram para a potencialidade da Cartografia e da Geografia, ressignificando-as.

Cá entre nós, eu só sei de mapa o que tá lá o Brasil... Capitais, cidades, fronteiras. Aí ele fala assim: é só decoreba. Então assim, franca e honesta eu nunca vi a geografia desse lado que você tá me mostrando não, nunca vi. Marinalva - grupo do Acampamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Outra coisa muito comum pra nós, que se enquadra também, tem um espaço no lote faço um mapa teórico vou plantar um pedaço aqui de tal coisa, outro de tal coisa... Jair - grupo do Acampamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Não se trata só da disciplina escolar de geografia, mas da realidade. Estas representações também ajudam a entender a sua própria realidade, ou melhor, que o espaço é também condição de existência e que, portanto deve ser apropriado, compreendido. Para os camponeses “a história é sempre mais interessante que a Geografia, mas agora vemos que a geografia é muito importante para compreender nossa vida”.

Neste movimento de mapeamento também se tornou claro o sentido de mapear as trajetórias das famílias para a compreensão da mobilidade capital-trabalho, assim como das inúmeras dificuldades materiais e culturais para a produção agrícola de determinados produtos (apesar de não terem sido sistematicamente apresentadas).

O debate no grupo ampliou o simples processo de passar as relações espaciais da cabeça para o papel, descrevendo aquilo que se vê empiricamente para a clareza de que este processo é dotado de uma intencionalidade. Assim, as imagens deixam ser meras descrições de paisagens mortas para serem imagens espaciais de lugares vividos e lugares distantes e é construído a partir da condição subjetiva/objetiva social, econômica, histórica. Cada um vai representar um trajeto, um lugar, mas há uma totalidade que o constitui, que por sua vez constituirá a representação da realidade – que não é polarizada, falsa ou verdadeira.

Os camponeses (e também nós) compreenderam que o mapa não serve só para se localizar, mas é também uma estratégia, revela ou escamoteia as condições de produção do espaço, de seu domínio e também de seu uso.

Para eles, o individual é “o que você passou, o que você viveu” a partir das condições produzidas pelas relações sociais deste tempo histórico. De onde o sujeito parte para compreender seu lugar individualmente, mas também coletivamente. O que permite apresentar aspectos que não são colocados no mapa formal, pois, é uma representação forjada no cotidiano da vida, portanto contraditória. Revela a tensão entre a apropriação do espaço e sua dominação, a partir de um conhecimento espacial produzido cotidianamente.

Semeia-se aqui outra forma e concepção de representar o mundo – estabelece-se claramente uma questão de classe, no caso a classe camponesa, o que adiante revelou que não se trata só das leituras do mundo, mas de como se estabelece a linguagem, a enunciação e a interlocução, de onde parte e para quem parte e porque se realiza. Neste caso, as representações analisadas adiante revelam as contradições vividas pelo campesinato brasileiro no final do século XX, início do século XXI. Ainda que reconheçamos a necessidade de aprofundamento desta análise, já se revela a luta pelo acesso a terra, pela autonomia camponesa em conflito com a orientação de sua produção ao mercado.

Assim, foram elaborados mapas dos 3 acampamentos, das trajetórias das famílias e também do pré-assentamento. Os mapas dos acampamentos foram construídos coletivamente, já os mapas das famílias ou camponeses individualmente; posteriormente produziram um mapa coletivo do pré-assentamento, apresentado no memorial adiante.

Resgatou-se também o período do pré-assentamento e a origem dos conflitos atuais para a permanência na terra. Para isto foram analisadas as imagens de satélites do ano de 2000 e de 2007, em que muitos assentados “descobriram” inúmeras questões sobre o assentamento, como as divisas entre três municípios; a abrangência do terreno cárstico; a fazenda Prata como a única inexplorada da região ainda em 2000 (e a suspeita dos motivos desta “inexploração”), além de diversas questões sobre o contexto regional do assentamento, como a ocupação da Bacia do Bugres e a dificuldade da produção agroecológica; o cercamento das fazendas do agronegócio tão visível e latente nas imagens.

O trabalho com o pré-assentamento ampliou sua capacidade explicativa ao somar-se ao trabalho do assentamento. Num primeiro momento foram elaborados os mapas do vivido e num segundo momento, partindo da leitura da imagem de satélite Landsat do ano de 2000 e dos

conhecimentos dos assentados, foi feita uma reflexão sobre qual era o conhecimento que os assentados tinham sobre aquele território e quais eram os conflitos já existentes naquela época, quais permaneceram e quais modificaram-se.

Por exemplo, os assentados estabeleceram relações entre o que reconheciam dos limites do sistema cárstico e fatos da época do pré-assentamento, sendo possível reconstituir alguns indicadores do sistema e da caverna. Como os inúmeros “buracos” onde a água some durante o período de chuva, alguns lotes que parecem chacoalhar quando passa um caminhão com carga pesada (que parece identificar lajes e possíveis galerias subterrâneas). Contudo, a necessidade pela terra não permitiu que fossem realizadas grandes reflexões ou até mesmo estudos sobre os prováveis problemas futuros.

Em síntese, nos mapas, junto aos relatos e resgate da memória, surgem: as determinações históricas do processo de luta; a mobilidade dos acampamentos; as ocupações dos órgãos do Estado; a esperança do acesso e retorno à terra pelo campesinato brasileiro sem terra; as orientações políticas e organização do espaço do MST que explicam as representações que carregam a organização dos acampamentos, as estratégias de ocupação, seus mecanismos de defesa, portanto a produção espacial destes territórios de luta.

2.1.3.II. O ASSENTAMENTO

Este grupo de trabalho realizou um debate sobre a organização camponesa, as demandas da produção agrícola, da resistência na terra para a permanência e os conflitos vividos neste processo. Considerou-se no debate a questão agrária no Estado de Mato Grosso, a expansão do agronegócio na região da Grande Cáceres e a pressão sofrida para a inserção da mão-de-obra camponesa.

Contudo, o grupo optou por trabalhar duas questões que se relacionam: a dificuldade de acesso à água na porção sul do assentamento e a existência de um sistema cárstico. Objetivou-se compreender o contexto da distribuição de água no assentamento, a relação do assentamento com o carste e sua abrangência. Estas questões estão diretamente ligadas à permanência na terra e à possibilidade da produção agrícola.

Inicialmente o grupo subdividiu-se: parte foi a campo na porção sul do assentamento, local de maior dificuldade de acesso à água, sob o domínio do sistema cárstico, e parte ficou na escola analisando mapas (produzidos pelos alunos entre 2009-2010) e imagens de satélites.

O primeiro grupo obteve noções básicas do Sistema de Posicionamento Global e uso aparelho de GPS. Posteriormente, visitou algumas famílias com grande dificuldade de acesso à água, identificou e constatou a localização, com auxílio do aparelho de GPS, de poços artesianos secos e os que minam água e sumidouros.

Houve muita dúvida em relação à área de abrangência da Caverna do Jaboti e sua relação com o assentamento, pois toda sua porção centro-sul apresenta sinais do sistema cárstico. Em campo, na visita na região da caverna do Jaboti, confirmou-se que a localização da boca da caverna fica fora do assentamento – já na propriedade do fazendeiro Siderlei Corso, mas o acesso, a estrada e o lote de acesso, ficam no assentamento. Na oportunidade desta oficina os limites do sistema cárstico não foram delimitados de forma clara, sendo delimitado em setembro de 2011.

O grupo conversou brevemente com o morador do lote que cedeu terras à prefeitura de Curvelândia para a instalação da infra-estrutura turística de acesso à caverna. Nesta conversa, foi situada a ação da prefeitura e negociações para a cessão do lote, bem como a apresentação dos “benefícios” que a caverna traria para o assentamento, como, por exemplo, a melhoria das estradas de acesso. Contudo, não houve um debate coletivo junto ao o assentamento.

O grupo também conversou com Senhor Frederico Paulo Pereira (Paulão), morador do lote 144, no Núcleo 09, o mesmo da Escola Madre Cristina. Em seu lote há a segunda maior caverna da região, dista 5 km da caverna do Jaboti. Segundo ele, técnicos do IBAMA, da CECAV (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas) confirmaram 22 buracos no assentamento, seguramente existem cavernas menores. Há uma intenção, “velada”, de explorar de forma integrada a Caverna do Jaboti e a Caverna que fica no lote do Senhor Paulo. O IBAMA em alguns momentos “sugeriu” a construção de infra-estrutura para recepção de pesquisadores, até mesmo de um alojamento e estacionamento de veículos.

Em seu relato adverte que tanto o IBAMA quanto o INCRA sabem da existência destas cavernas. Afirma que o INCRA já cogitou a ideia de retirá-lo de seu lote e isto poderia acontecer em outras partes do assentamento. Segundo o IBAMA o assentamento jamais poderia ter se concretizado nesta área. Ainda em campo, grupo constatou a possível existência de mais duas cavernas, nos lotes 185 e 191.

O outro grupo, responsável pela análise dos produtos cartográficos, obteve noções introdutórias de sensoriamento remoto, como: princípios de captura das imagens de satélites (funcionamento dos satélites e principalmente o ano e período de captura dos dados – seca e cheia);

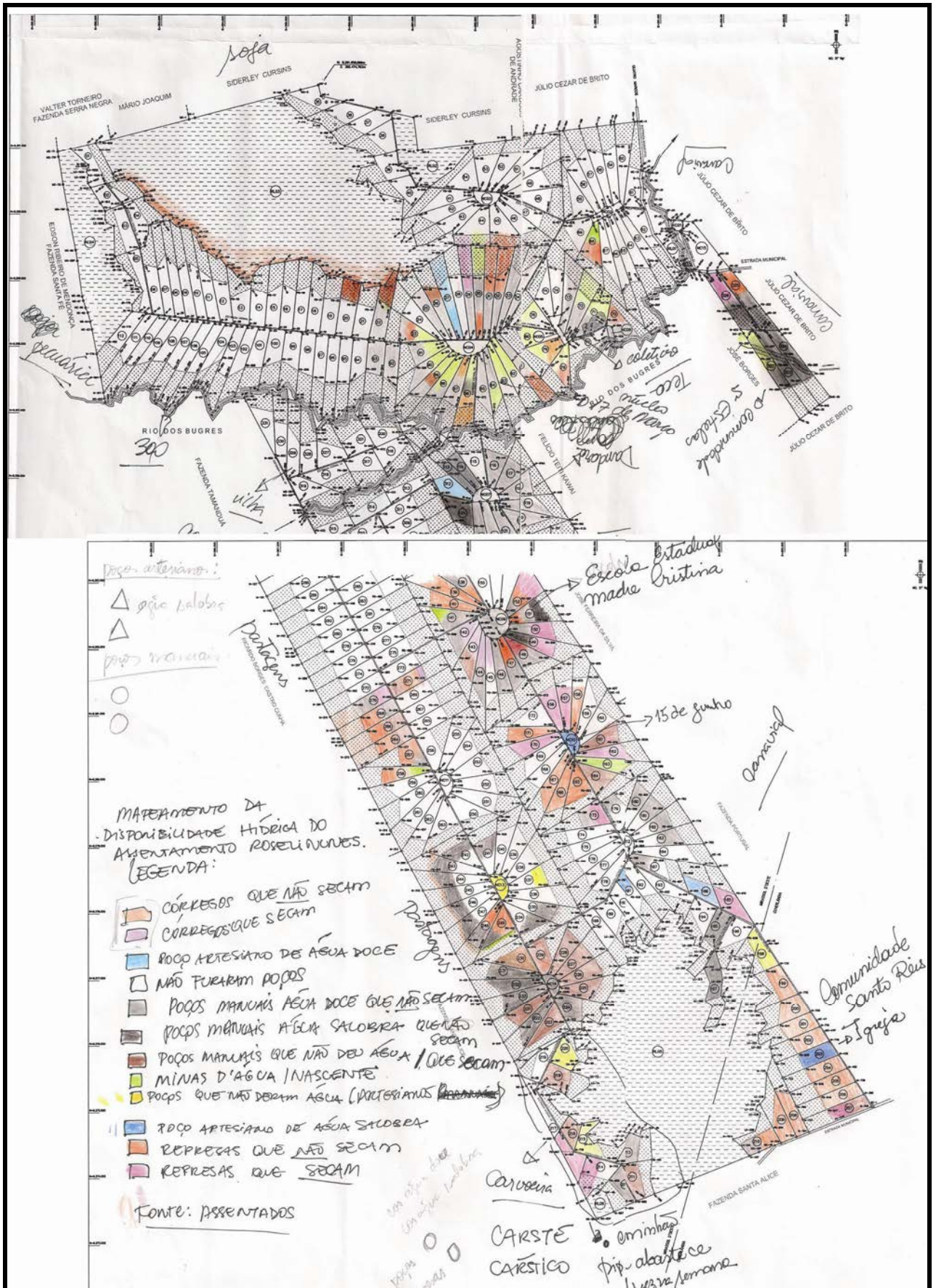
a relação entre a resolução da imagem e a escala; e as chaves de interpretação associando à realidade do campo. Analisamos as imagens de satélites (anos de 2000 e 2007).

O conceito de escala cartográfica também foi apresentado para a compreensão da relação entre a área de abrangência da imagem, as distâncias e o “tamanho” dos objetos. Além das explicações também informamos os sites que disponibilizam dados tanto de imagens de satélites, quanto dados estatísticos para o uso dos assentados.

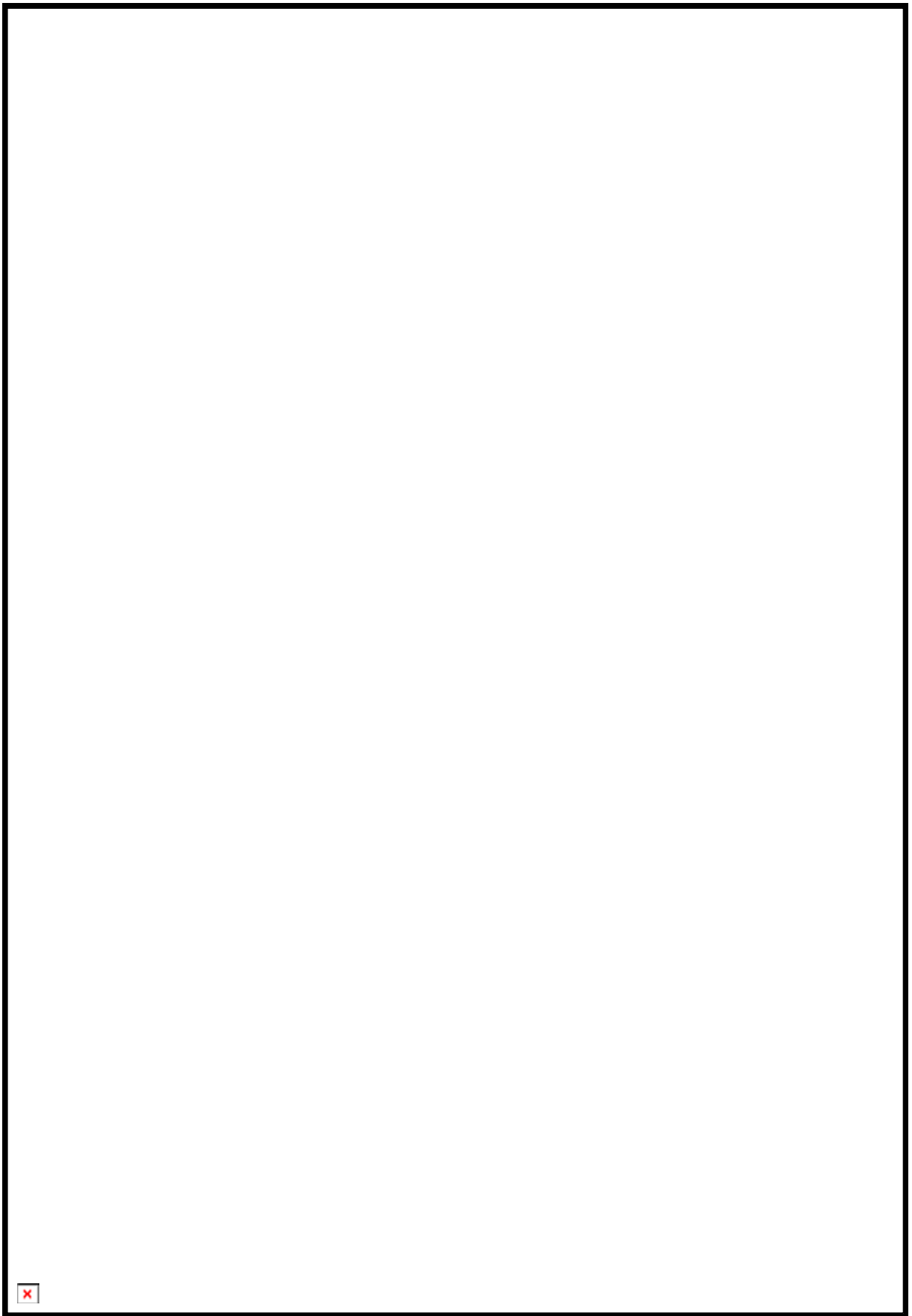
Realizamos a leitura dos mapas produzidos pelos estudantes entre os anos de 2009 e 2010, corroborando ou corrigindo informações importantes. A cada mapa foi realizada uma leitura atenta de suas representações, bem como um levantamento de informações necessárias para a elaboração de novos mapas que contextualizassem a disponibilidade hídrica por todo o assentamento e a condição da água (qualidade e oferta).

O grupo se subdividiu para analisar os mapas, as imagens e posteriormente foram elaborados croquis tanto para analisar o contexto da água, quanto para compreender a abrangência do sistema cárstico no assentamento.

Esta leitura proporcionou um levantamento de indicadores do sistema cárstico assinalados em rascunhos sobre a montagem das duas folhas da planta do assentamento, elaborada pelo INCRA. Foram apontados sumidouros, minas permanentes, perenes, ou que secam e outros indicadores da existência do carste gerando um croquis que serviu de base para a realização de cartogramas sobre a abrangência do sistema cárstico e a condição da água no assentamento (mapas 18 e 19). Os cartogramas que foram produzidos em gabinete digitalmente via softwares de Geoprocessamento e desenho assistido por computador, serão apresentados no memorial.



Mapa 18 – Esboço da abrangência do sistema cárstico. Mapeamento comunitário do Assentamento Roseli Nunes. Junho de 2011.



Mapa 19–Croquis do contexto da água e do sistema cárstico. Mapeamento comunitário do Assentamento Roseli Nunes. Junho de 2011.

Boa parte dos camponeses assentados não dimensionava os problemas existentes na relação com o sistema cárstico e suas interações com o território. Sugeriu-se buscar no INCRA relatórios técnicos do período de criação do assentamento para verificar se já eram de conhecimento deste órgão os possíveis problemas que o carste poderia causar, tais como a inviabilidade de perfuração de poços, a fragilidade do terreno em alguns lotes e a existência de água com alto índice de sais. Mas, após o campo, verificamos que os documentos do INCRA não assinalam a questão.

No momento desta oficina o ponto forte foi compreender a relação entre o assentamento e a instalação da infra-estrutura turística para a Caverna do Jaboti, realizada pela prefeitura de Curvelândia. Os relatos resgataram ações fragmentadas da prefeitura no estabelecimento do diálogo com o assentamento.

Por exemplo, foi feita uma visita à caverna do Jaboti pelos professores da Escola Madre Cristina monitorados pela gerente da Caverna – Fabiana Bezerra. O objetivo da prefeitura era valorizar o potencial turístico da caverna e da divulgação junto aos estudantes da escola. Nesta oportunidade, a gerente se esquivou do diálogo com os assentados ao ser questionada sobre a participação dos assentados referente aos recursos da caverna, afinal o acesso principal se dá pela estrada do assentamento.

Esta situação revivida e analisada impulsionou o debate sobre a questão territorial e o controle do território do assentamento. Um dos encaminhamentos importantes foi socializar com a comunidade o debate sobre a criação desta estrutura turística, ou seja, nas palavras dos assentados “massificar a discussão para poder conquistar alguma coisa”. Principalmente uma mobilização maior das pessoas que apresentam indicativos de cavernas em seus lotes, mas até o momento esta mobilização não foi efetivamente realizada.

Também se encaminhou um diálogo com o INCRA para discutir a questão da Caverna, mas em duas tentativas de contato com o órgão não houve o diálogo e os camponeses deixaram de insistir. Contudo, é preciso ressaltar que este debate ainda está em processo; mesmo com os reveses da ação política coletiva, ainda trabalha-se pela resistência. Principalmente porque o assentamento sofre também pressões de mineradoras devido ao seu contexto geológico, como veremos no memorial.

Na oportunidade da oficina de junho, o grupo de pesquisa da UFMT ficou responsável por preparar novos materiais para a conclusão do mapeamento sobre a área de abrangência da caverna e os impactos sobre o assentamento. Foram levadas para a segunda oficina cartas do IBGE na escala de 1:50.000 em meio digital para o cotejo da hidrografia nas imagens de satélites, auxiliando a

delimitação de uma área hipotética de abrangência da caverna. A hidrografia foi também complementada com a restituição a partir das imagens e do trabalho em campo.

Levantamos o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) feito pelo INCRA em 2002; a legislação sobre a criação de Unidade de Conservação na modalidade Monumento Natural e também sobre cavernas no Brasil. Tivemos acesso ao decreto lei de Criação do Monumento Natural da Caverna do Jaboti e organizamos mapas mostrando os limites da Unidade de Conservação e a relação com o assentamento.

2.1.3.III. A DISPONIBILIDADE HIDRÍCA DO ASSENTAMENTO

De acordo com os encaminhamentos da oficina de Junho, refinamos nos mapas indicadores do sistema cárstico, sua área de abrangência e impactos na relação entre o assentamento e a caverna. Servindo de base na oficina de setembro para a discussão do acesso à água e da relação entre o sistema cárstico e o assentamento.

Este grupo de trabalho discutiu amplamente a relação entre o INCRA e o assentamento, analisando a deficiência das políticas públicas para o desenvolvimento do campo, fundamentalmente para a agricultura camponesa.

Uma das questões centrais foi compreender como o INCRA realiza o corte dos lotes e a delimitação dos assentamentos rurais no Brasil, que não avalia de forma significativa a necessidade da presença de alguma forma de captação de água nos lotes, ou em lugares próximos. Uma vez que as terras destinadas para os assentamentos originam-se de contextos políticos complexos, que desconsideram o processo da produção camponesa, incluindo as condições ambientais necessárias à produção. Avaliou-se que o agravamento da indisponibilidade de água na porção sul do assentamento é fruto deste processo associado à existência do sistema cárstico que impede a formação de uma rede hidrográfica superficial suficiente para o abastecimento das famílias.

Discutiu-se amplamente sobre a qualidade da água, por todo o assentamento, que apresenta problemas seja pela presença de sais provenientes das rochas carbonáticas, seja pela presença de agrotóxicos provenientes do uso e ocupação do solo do entorno do assentamento pela monocultura. Sugeriu-se uma ação junto ao ministério público de denúncia em relação à presença de agrotóxicos, prejudicial à produção camponesa, que vem sendo discutido junto a outros pesquisadores da UFMT da área da saúde.

Houve um intenso debate em relação às possibilidades de distribuição de água no assentamento. Inicialmente considerou-se a elaboração de um projeto de distribuição via bombeamento da água do Rio dos Bugres, contudo discutiu-se sobre custos e encargos permanentes ao assentamento que necessitaria de uma infra-estrutura mais bem estabilizada, inexistente. Esta proposta não seria concretizada em curto prazo.

Também foi analisada a eficiência dos poços artesianos e a dificuldade de sua implantação por conta da existência do sistema cárstico. Ao relatarmos o processo de perfuração inicial dos poços no assentamento os assentados reclamaram o descaso do INCRA para a realização de estudos sérios neste procedimento. Também foram analisadas as cisternas, consideradas eficientes para situações emergenciais e para a sementeira animal, mas não pode ser pensada como fonte exclusiva de captação de água.

Este debate indicou a necessidade de uma séria avaliação sobre a demanda da água para a elaboração de um projeto de distribuição. Para tanto, é preciso realizar um trabalho minucioso sobre as necessidades das famílias (consumo próprio, produção e sementeira animal), indicando um coeficiente de segurança para o consumo⁶⁵. A clareza de que a conquista e a permanência da terra se faz em luta impulsionou o desenvolvimento de um dossiê sobre o contexto da distribuição de água no assentamento, apontando a possibilidade de instalação de cisternas, como plano emergencial de acesso à água para a porção sul do assentamento⁶⁶.

Estas informações constituem-se como ponto de partida para pensar em um sistema de distribuição de água no assentamento, só possível com a colaboração técnica de outros profissionais. Este é um passo ainda a ser dado pela comunidade.

O grupo organizou-se em duplas/trios para um levantamento de dados sobre a situação das famílias que vivem na porção sul do assentamento. Os subgrupos formaram-se de acordo com a área de moradia dos camponeses facilitando as entrevistas, tendo em sua composição também um pesquisador (estudantes ou docentes universitários de Geografia).

Nesta oportunidade refinaram-se os indicadores que situaram a existência e limites do sistema cárstico no assentamento: a presença de água doce ou água salobra (água dura); a existência de minas de água e/ou nascentes, córregos contínuos ou córregos descontínuos; a

⁶⁵ Vale a pena apontar que esta problemática não foi desenvolvida amplamente no mapeamento aqui objeto da tese, mas será trabalhada na dissertação de mestrado da geógrafa Dayane Pricila Alves Godói, que ainda no trabalho de graduação analisou a capacidade do assentamento em captar água e armazená-la a partir de cisternas.

⁶⁶ Este dossiê foi encaminhado ao INCRA, mas nunca obtivemos resposta. Houve uma mudança de direção do INCRA justamente após a entrega do dossiê. Contudo, a partir do trabalho de GODOI (2013) propusemos a elaboração de um projeto para instalação de cisternas, a ser desenvolvido em 2014.

perenidade ou intermitência do escoamento superficial (rios que secam e que não secam); a existência de poços manuais ou artesianos e em quais condições (secam ou não secam; água doce ou salobra); a existência de sumidouros (buracos em que desaparece a água).

Foram também abordadas questões sobre o destino e uso da água, por quem, por quantos e para quê, a partir das seguintes questões:

- ✓ Que tipo de criação tem no lote?
- ✓ Quantas pessoas moram na casa?
- ✓ Têm nascentes no lote?
- ✓ De onde pega água para o consumo?
- ✓ Possui bolsa família?
- ✓ Os poços que não deram água estão à qual profundidade?

Posteriormente ao levantamento o grupo realizou uma análise sintética dos dados fundamentalmente para compreender o acesso da água pelas famílias: compra, aquisição via caminhão pipa enviado pelo Estado, minas em lotes vizinhos e formas de captação; o volume de famílias que já participam do programa bolsa família; o tamanho das famílias.

Além de indicar possíveis fontes d'água para fomentar futuros estudos hidrológicos, objetivando sistematizar sistemas de distribuição consorciados às cisternas e poços artesianos mais profundos. Existem somente três lotes na região sul que apresentam um comportamento físico diferente, merecendo um estudo geológico aprofundado, poderão ter a água necessária para uma distribuição regional. Foram visitadas 72% das famílias, a maioria dos poços perfurados é de água salobra, com regiões sem água. Contexto que será apresentado no memorial do assentamento.

2.1.3.IV. O SISTEMA CÁRSTICO E A CAVERNA DO JABOTI

Este grupo de trabalho tinha como objetivo compreender a abrangência do sistema cárstico e a relação entre a caverna existente dentro do assentamento e a caverna do Jaboti (em princípio fora do assentamento). Portanto, em setembro de 2011, focou na análise dos mapas produzidos a partir da oficina de Junho de 2011 e também das imagens de satélites em diversas escalas. A necessidade de compreensão da situação geológica do calcário, da dinâmica das cavernas da

região e da aproximação do diálogo com o senhor Paulão levou o grupo a uma visita a caverna existente em seu lote.

A partir das análises das imagens, da visita à caverna do lote do senhor Paulão, de sua elaboração de um mapa do vivo da sub-superfície e explicação sobre a orientação do pacote calcário que a compõe, o entendimento do grupo de trabalho é que a Caverna do Jaboti e a Caverna do lote do Senhor Paulão estão realmente separadas. Ambas as cavernas apresentam um comportamento geomorfológico similar, indicado pela amplitude dos salões e do afunilamento do pacote calcário em direções iguais. O pacote finaliza-se em cada lateral, no sentido nordeste-sudeste.

Os estudos apontaram ainda a hipótese de que o limite máximo do sistema cárstico esteja próximo à escola Madre Cristina no núcleo 09.

A leitura das imagens e dos croquis elaborados indica que os limites do decreto de criação da Unidade de Conservação da Caverna do Jaboti coincide com os limites da superfície da Reserva Legal do Siderlei Corso, proprietário da fazenda vizinha e não se sabe o quanto coincide com o limite do mapa elaborado pela prefeitura de Curvelândia da caverna subterrânea (mapa apresentado adiante no memorial). Como apresentaremos adiante no memorial, esta hipótese exige uma análise mais acurada, pois a desconfiança foi alimentada fundamentalmente pelo contexto político gerado em torno do domínio, gestão e exploração da Caverna do Jaboti.

Discutiu-se amplamente a relação entre o assentamento e a existência de um monumento natural em seu subsolo, bem como um recurso mineral de alto valor para a produção agrícola, o calcário. A luta é para que as famílias que ali vivem sejam escutadas, tendo em vista os aspectos jurídicos que envolvem o uso de seu subsolo pelo Estado. E assim, batalhar pela concessão de uso do subsolo também ao assentamento.

Os assentados enfrentam um problema de mobilização interna, que compreendemos num contexto mais amplo dos debates políticos internos ao assentamento, portanto apesar destes levantamentos e da iniciativa de mobilização as iniciativas de luta da gestão territorial não se desenvolveram. No ano de 2013 houve uma preocupação geral do assentamento em relação ao seu subsolo, quando uma equipe técnica do INCRA apareceu subitamente alegando a realização de estudos geológicos para a extração de níquel e cobre, mencionando a possibilidade de algumas desapropriações.

Contudo, após uma assembleia entre os técnicos do INCRA e mais de 600 pessoas da comunidade houve um recuo do órgão alegando que a solicitação dos estudos geológicos havia sido expirada. Analisamos a documentação DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e a solicitação de estudos geológicos foi aberta em 2007 e encerrada, sem ser realizada, em 2011.

Foi solicitada ao Ministério Público a averiguação do comportamento dos técnicos do INCRA, a denúncia foi arquivada. O entendimento do Ministério Público é que o esclarecimento deva ser solicitado ao INCRA, pois não houve perdas à comunidade.

Pretende-se fomentar a rearticulação da comunidade e o desenvolvimento destas ações a partir da análise que compõe o memorial do assentamento (em que os mapas se inserem), que se pretende um documento de ação política.

2.1.3.V. CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Outro grupo ficou responsável por produzir mapas dos conflitos vividos pelo assentamento e uma projeção do assentamento no futuro. A partir dos debates no grupo de trabalho e também nas diversas reuniões de avaliação dos trabalhos, foram representadas as relações que impedem e/ou permitem (ou permitiriam) a consolidação da produção camponesa no assentamento Roseli Nunes, de acordo com o desejo dos assentados.

Também foi analisado o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), elaborado pelo INCRA no período do corte dos lotes (finalizado em 2002), discutindo os planos e propostas do Estado da época, avaliando se as propostas foram concretizadas e como se desenvolveram. Avaliou-se que para além da entrega de recursos para o desenvolvimento do gado nada mais foi realizado, ou seja, o Estado não oferece condições efetivas para a consolidação da produção camponesa, portanto as possibilidades aventadas para o futuro só serão possíveis a partir da luta.

Atualmente o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (que garante a compra da merenda escolar municipal de camponeses associados ao Programa) é a oportunidade mais acessível de circulação da produção de alimentos camponesa, mas apresenta dificuldades para sua consolidação. A ARPA é a única associação do assentamento que realiza esta parceria, contudo, nem todos os assentados fazem parte desta associação.

Discutiu-se sobre a abertura (ou consolidação) de outras associações para a produção de leite e carnes que pudessem voltar-se também ao PAA. Os assentados levantaram as dificuldades em relação aos selos de qualidade emitidos pelos órgãos sanitários, pois mesmo os camponeses produzindo leite, queijo e carnes, não podem comercializar.

Outro ponto discutido foi a necessidade de acessar aos programas e linhas de crédito via MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) para os processos de pequenas agroindústrias (laticínio, a farinheira, a agroindústria de processamento da banana), bem como um mini-frigorífico e um auxílio técnico também. Que tenham como objetivo não a comercialização no mercado, mas voltadas às articulações via Estado para a distribuição de alimentos para escolas, hospitais e famílias de baixa renda.

Este debate foi e continuará intenso, pois trata-se de discutir as relações de produção camponesa, suas articulações com o Estado e/ou com o mercado. Em muitos momentos, as cooperativas parecem buscar mais sua inserção no mercado do que continuar uma luta franca pela soberania alimentar. Há inúmeras contradições a serem analisadas neste processo, mas a tese aqui presente não dará conta desta empreitada no momento.

A partir dos mapas dos conflitos desde a época do pré-assentamento ampliou-se o mapa dos conflitos atuais. As interpretações das imagens de satélite e a vivência dos camponeses identificou as produções do agronegócio do entorno, principalmente Teca, Eucalipto, Cana-de-açúcar e Soja e as relações que estabelecem com o assentamento no tocante à mão-de-obra camponesa; a pressão para o arrendamento e venda de lotes e o impacto do uso do solo das fazendas vizinhas. Também se discutiu sobre as condições que a fazenda Prata oferecia para o desenvolvimento do assentamento e o total desconhecimento dos assentados em relação à existência das cavernas, do sistema cárstico.

Os mapas foram compostos por elementos pictóricos sendo bastante estimulada a criatividade na elaboração das legendas dos mapas do futuro e de conflitos buscando expressar a representação produzida pelos camponeses (também compõem o memorial do assentamento).

Este movimento acima apresentado é fruto da práxis da sala de aula e do trabalho com a comunidade do Roseli Nunes. Onde no primeiro momento trabalhamos um mapeamento formal (de um espaço concebido) e a possibilidade de sua subversão ao movimento da realidade (espaços concebidos, vividos e percebidos). Discutimos as representações “híbridas” apresentadas nos mapas produzidos pelos estudantes, pois não era nem “puramente” camponesa e nem havia uma análise geográfica contundente de seus significados, mas que indicaram a possibilidade da tomada de consciência da condição de classe e da possibilidade do uso da cartografia como uma ferramenta de luta.

Posteriormente, ao sugerir aos assentados um mapeamento, compreendemos que o mapa por si só ainda mantinha-se como lógica formal, e que a solicitação do memorial do assentamento constituiu-se em nova negação, qual seja, o mapa fruto de uma perspectiva crítica radical

constitui-se como processo histórico e representação espacial da luta de classes. Assim como os mapas de abrangência do sistema cárstico, o mapa de conflitos foi elaborado nas oficinas e posteriormente finalizado em software específico de mapeamentos (versão final no memorial). É importante salientar que foram respeitados (no limite do tecnicamente possível) não só as localizações dos fenômenos, mas também as simbologias utilizadas.

A seguir registra-se em imagens parte da movimentação dos trabalhos de mapeamento comunitário em Junho e Setembro de 2011.

MAPEAMENTO COMUNITÁRIO NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - JUNHO DE 2011



Foto 17 e 18: Análise de imagens de satélites e mapas para a elaboração dos mapas do assentamento. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho de 2011.



Foto 19 e 20: Elaboração dos mapas do vivido da trajetória das famílias e do acampamento. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho de 2011.



Foto 21 e 22: Aprendizagem sobre o sistema de posicionamento global e manuseio do aparelho de GPS em campo, tomada da coordenada geográfica da boca da Caverna do Jaboti. Fotografias: Edmilson Lima, Junho de 2011.



Foto 23 e 24: Apresentação e debate sobre os mapas elaborados na oficina. Grupo da questão da caverna e grupo do acampamento Margarida Alves. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Junho de 2011.

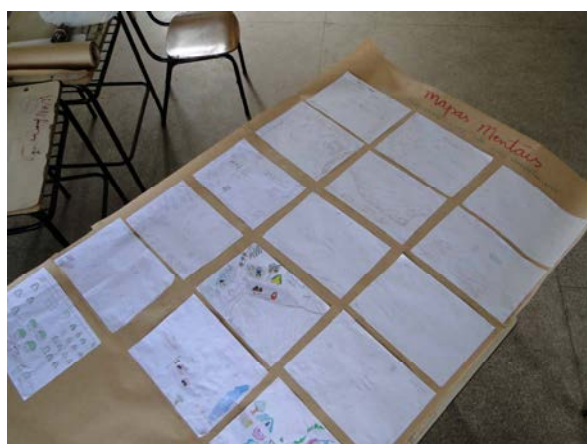


Foto 25 e 26: Painel de mapas individuais sobre as trajetórias das famílias camponesas e parte do grupo de trabalho na oficina de Junho de 2011. Fotografias: Fernando Luiz Mews, Junho de 2011.

MAPEAMENTO COMUNITÁRIO NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - SETEMBRO DE 2011



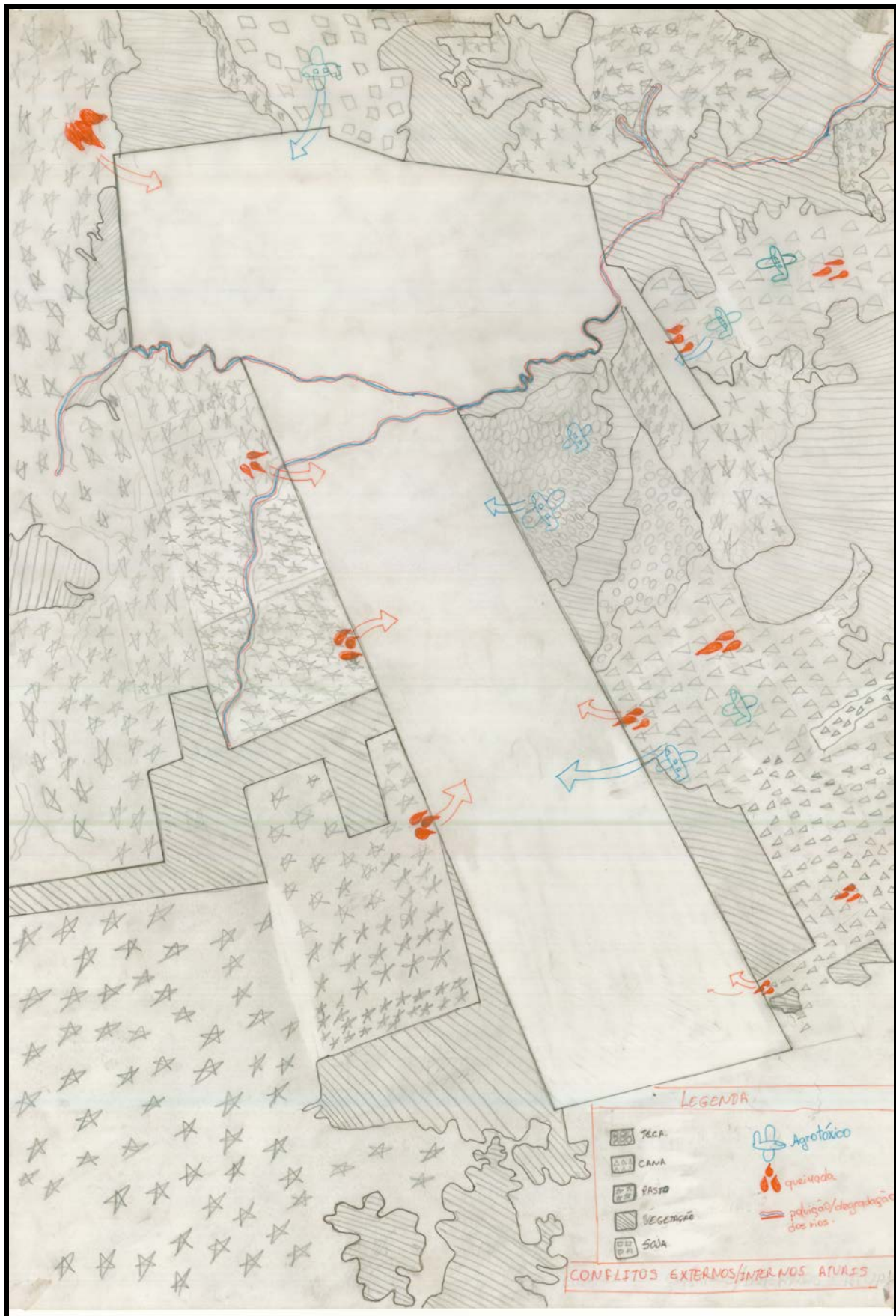
Foto 27 e 28: Reunião inicial retomando os encaminhamentos dos trabalhos de Junho de 2011 e análise dos cartogramas elaborados em gabinete para dar continuidade aos trabalhos de mapeamento sobre o sistema cárstico, área de abrangência e relações com o assentamento. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Setembro de 2011.



Foto 29 e 30: Trabalho em campo – entrada da Caverna do lote do Senhor Paulão e condição da água utilizada pelas famílias da porção sul do assentamento. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Setembro de 2011 E Dayane P. Alves.



Foto 31 e 32: Apresentação e debate sobre os levantamentos de campo dos grupos da caverna e da água e p arte do grupo de trabalho na oficina de Setembro de 2011. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, Setembro de 2011.



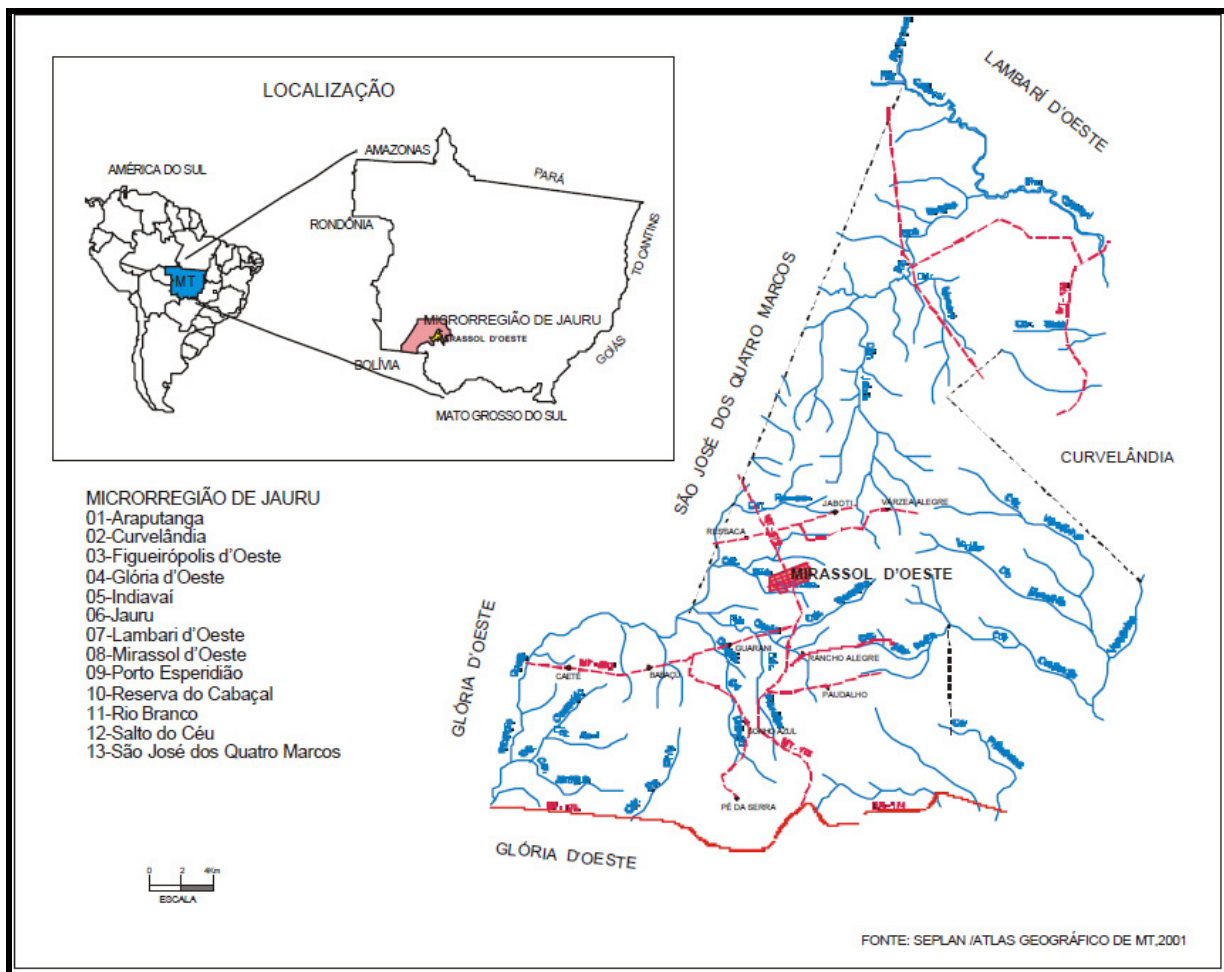
Mapa 20 – Mapa de conflitos do assentamento. Mapeamento comunitário do Assentamento Roseli Nunes, Junho de 2011.

2.2 MEMORIAL DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

O memorial do assentamento que será apresentado não foi produzido pelos camponeses, é produto da tese, contudo boa parte dos mapas utilizados no memorial é fruto do trabalho acima apresentado. Daqui derivam duas questões: os mapas produzidos são utilizados no assentamento consonantes aos objetivos iniciais propostos pelo trabalho com os camponeses, mas não foram inseridos no memorial coletivo inicialmente desejado pelos camponeses. Realizar um memorial do assentamento como produto da tese foi uma exigência explicativa das representações produzidas e também do cumprimento do compromisso político junto aos camponeses do assentamento Roseli Nunes em materializar a memória coletiva destes camponeses em luta e quiçá fomentar lutas futuras.

Para cumprir este objetivo o memorial foi escrito partindo de uma apresentação sintética do processo histórico de acesso à terra e das relações de trabalho em Mato Grosso, mais especificamente no antigo Vale do Guaporé hoje burocraticamente denominado de micro-região de Jauru, inserida na região da Grande Cáceres, porção sudoeste do Estado de Mato Grosso (mapa 21). Este processo explica a produção do município de Mirassol do Oeste, que vem disputando força política e econômica com o município mais antigo da região, Cáceres, a partir da irrestrita abertura para o avanço da produção das commodities.

O assentamento Roseli Nunes situa-se em maior parte no município de Mirassol, estabelecendo com ele suas relações político-administrativas, portanto será igualmente analisado no tocante à relação terra e trabalho. Contudo, o assentamento também se relaciona com o município de Curvelândia e por este motivo apresentaremos brevemente seu contexto político e econômico.



Mapa 21 – Contexto regional do Assentamento Roseli Nunes - Micro-região de Jauru. Fonte: HEINST (2003, p. 18).

O processo de abertura destas terras das fronteiras matogrossenses para o capital abriu-se igualmente para o camponês, em busca de terra e trabalho, que neste percurso desenrolou diversos conflitos pela terra e nos anos 1990 teve sua força ampliada e motivada pela aliança entre os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base e a chegada do Movimento dos trabalhadores sem terra no estado de Mato Grosso. Processo que será apresentado posteriormente aos contextos políticos e econômicos atuais dos municípios, para que seja compreendido o sentido da luta nas terras do agronegócio.

Por fim, após a luta e a conquista da terra serão apresentadas as condições atuais do assentamento Roseli Nunes e suas projeções para o futuro, construídas coletivamente no mapeamento comunitário. As representações camponesas, do processo de luta pela terra e por sua permanência, apresentadas ao longo do memorial serão analisadas junto à contextualização histórica de sua luta, pela compreensão de que só é possível explicar as representações em sua relação com a totalidade que as produz.

2.2.1 O CONTEXTO REGIONAL DO ASSENTAMENTO ROSELI

NUNES: Acesso à terra e relações de trabalho

Esta vasta capitania, pela sua situação geográfica sempre foi considerada como a grande reserva do Brasil, pois abrange as divisões internas desta imensa área do novo continente, berço de seus maiores rios, que se desdobram em inúmeros canais, enriquecida com grandes e inexplorados tesouros (John Mawe, 1811 apud SEPLAN – MT (2011).

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo (OLIVEIRA, 1997, p. 135).

As citações acima apresentadas situam a contradição que funda o processo de ocupação das terras e a produção do Estado de Mato Grosso. Sua explicativa parte da compreensão do processo de avanço do capital às fronteiras do Brasil, inicialmente impulsionado pelas ações da Coroa Portuguesa para a defesa das fronteiras da Colonização Espanhola; num segundo momento, pelo processo de integração da Amazônia ao capital internacional e hoje pelo avanço do capital monopolista e a consolidação do domínio de toda a cadeia produtiva do campo a partir do agronegócio.

Deste modo, segundo Oliveira (1997), é preciso compreender tanto a sujeição do trabalhador quanto a sujeição da terra ao capital internacional no Brasil, a participação das elites nacionais e o aprofundamento da dívida externa nacional. Compreensão que passa pelo entendimento das ações do Estado na relação com o capital, a partir de planos e programas, na produção da infra-estrutura; disponibilidade de mão-de-obra; transferência de terras públicas e subsídios fiscais para a consolidação da exploração da Amazônia.

Este processo será contextualizado à luz das análises de dois geógrafos sobre a realidade agrária mato-grossense: Ariovaldo Umbelino Oliveira e Gislaene Moreno. Duas outras autoras nos aproximam da realidade regional: a antropóloga Bernadete A.C. Castro Oliveira (1998), que discute o processo de travessia camponesa em Mirassol do Oeste e a historiadora Andréia de Cássia Heinst (2003), que revela como a história dos vencedores subsume a realidade vivida por

todos os sujeitos da história escamoteando a opressão e violência do processo de “abertura das terras” de Mirassol do Oeste.

A escolha destes autores se dá pela opção de método e clareza explicativa que articula as diferentes escalas da ação do capital no Brasil e no Mundo. O que não significa que não houve contato com outros textos e autores, mas tais leituras reforçaram a escolha aqui realizada. Não serão realizados contrapontos com estas leituras, pois o objetivo é dar bases para compreender o Assentamento Roseli Nunes e não realizar um longo debate sobre as diferentes perspectivas da questão agrária.

A orientação analítica constitui-se no processo contraditório de criação e recriação do campesinato no modo de produção capitalista, sua permanência na terra, crescimento e na participação da agricultura brasileira. Para Oliveira (2013; 2007; 2001; 1997) o desafio histórico de compreender a questão agrária no Brasil sob o modo capitalista de produção se coloca a todos aqueles que assumem a necessidade de situar o papel e o lugar do campesinato, aos povos indígenas e quilombolas na sociedade capitalista contemporânea, em sua marcha e luta pela terra e pelo território no Brasil. Desafio de compreender a contradição da sujeição dos trabalhadores a cativar (e estar cativo) à terra ao mesmo tempo em que buscam o trabalho livre e, portanto questionam a sociedade em que vivem e o modo de produção que a viabiliza.

Assumindo a análise do autor toma-se como pressuposto o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo brasileiro, que simultaneamente atua em direção à implantação do trabalho assalariado e desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Desenvolvendo-se a partir de seu caráter rentista ‘pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra’ em que a propriedade privada da terra no Brasil é também retida para fins não-produtivos, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, atuando ‘como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais’. Nas palavras de Oliveira (2001):

Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. Os dados disponíveis revelam que há no Brasil mais de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase sete milhões de famílias (18% do total) são classificadas como indigentes, e mais 38% delas, ou seja, mais 14 milhões, como pobres. A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p.188).

Pressupostos que levam o autor à compreensão do campesinato como uma classe social no modo de produção capitalista, portanto o camponês é um sujeito social que vive o capitalismo produzindo-o e sendo produzido contraditoriamente. Pois, a atual fase do capitalismo monopolista produz ao mesmo tempo as condições do assalariamento – portanto a possibilidade da “proletarização” e as condições da permanência das relações familiares de produção – a base da unidade produtiva camponesa.

Para compreender este processo no estado de Mato Grosso é fundamental resgatar dois momentos: a passagem e tomada das terras públicas e devolutas do Brasil, em especial em Mato Grosso para o domínio privado – Moreno (2007) – e a territorialização da produção monopolista a partir da abertura da Amazônia tanto para os camponeses quanto para os capitalistas/proprietários de terra – Oliveira (1997) – que será apresentada junto ao processo histórico de Mirassol do Oeste.

Segundo Moreno (2007, p.24) “na medida em que a terra é elemento essencial, indissociável e particular de toda atividade agrícola, a renda fundiária, que é decorrente do seu monopólio, torna-se um conceito-chave para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo”, que por sua vez exige um entendimento das diversas formas de apropriação da renda fundiária, bem como do papel do Estado no uso capitalista do território conferindo as condições materiais necessárias para sua produção e reprodução.

Doravante um meticuloso trabalho analítico de leis e documentos históricos sobre a história da terra em Mato Grosso entre os anos de 1892 e 1992, Moreno (2007), aponta como principais formas legais de distribuição de terra no território mato-grossense:

- alienação de terras devolutas e públicas, através da venda direta por meio do processo de licitação ou através de concessões do governo;
- regularização fundiária, com ou sem a exigência de concorrência e concedendo ou não o direito de preferência;
- colonização oficial e particular, segundo uma política maior, empreendida pelo Governo Federal, para a ocupação dos ‘espaços vazios’ e sua integração à economia nacional, principalmente na sua fase recente de acumulação capitalista.

Moreno (1999) mostra que a passagem do processo de regularização fundiária para o domínio dos Estados (Constituição de 1891) favoreceu o acesso a ‘grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização’. Desde a primeira lei de terras do Estado de Mato Grosso já há

garantias e mecanismos de regularização das ocupações ‘consolidadas’, sesmarias e posses, alterando a data limite estabelecida pela Lei de Terras de 1850, inicialmente 1854 para até 15/11/1889. Segundo Moreno (1999, p. 68):

Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado quando estas passaram para o seu domínio, por força da Constituição Republicana de 1891.

Durante o final do século XIX, a partir dos atos legitimatórios das posses da terra, estabeleceu-se uma relação estreita entre o beneficiamento dos grandes proprietários, favorecendo os projetos econômicos do Estado com base na agricultura, pastoreio e na exploração extrativa vegetal, principalmente erva-mate, borracha e poaia. Excluía-se a possibilidade da compra aos pequenos posseiros, pois estes não tinham condições econômicas e políticas para o desenvolvimento da monocultura estimulada pelo Estado.

Este processo realizou-se a partir de abusos na titulação considerando um alargamento das posses de terras, pois os proprietários declaravam ter mais áreas do que as áreas ocupadas; associavam-se às oligarquias políticas locais e pressionavam os juízes comissários e posteriormente técnicos agrimensores responsáveis pelo controle das áreas medidas, controlando assim todo o processo de regularização fundiária.

Apesar de inúmeras denúncias dos abusos e pedidos de providências junto à Assembléia Legislativa, esta situação manteve-se sob a alegação de que o processo de regularização fundiária incidia sobre um aumento de arrecadação da receita do Estado, associada à ideia de que o ‘Estado dispunha de terras devolutas sem valor’ e que deveria estimular a venda para seu povoamento.

Entretanto, a abundância de terras devolutas no Estado não significou necessariamente a democratização do acesso à terra. Nos discursos governamentais, o incentivo à imigração aparecia como uma necessidade ao povoamento e desenvolvimento do Estado, mas o que se pode observar foi uma certa tendência de acomodação e regulação, por parte dos Governos Estaduais, em relação às correntes que afluíam espontaneamente para a região, possivelmente devido à sua promissora condição de fronteira, ainda totalmente inexplorada.

Nessa perspectiva, pode-se entender a política de concessões gratuitas de terras a colonos nacionais e estrangeiros, defendida pelos Governos Estaduais nos primórdios da República em Mato Grosso. Essa era uma estratégia para defender as terras desocupadas, mas já sob o domínio particular, principalmente no sul do Estado, atual Mato Grosso do Sul, onde registrava-se a presença frequente de pequenos posseiros. Por outro lado, a lei proibia também ocupações em terras devolutas, colocando o posseiro na condição de invasor, sujeito a despejo e cominações. Porém, politicamente, não era interessante para os Governos Estaduais penalizar os posseiros, uma vez que vinham contribuindo, de uma forma ou de outra, para a colonização da região, sem ônus para o Estado, até porque a gratuidade ‘era mais aparente que real’, uma vez que o imigrante tinha a obrigação de morar e cultivar a terra dentro do prazo de 5 anos, findo

o qual, deveria proceder, às suas custas, à regularização do lote. Não cumprindo as exigências prescritas, perdia a concessão e voltava à condição de invasor (MORENO, 1999, p. 72).

O início deste processo de acesso à terra já anunciava os mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro, em especial em Mato Grosso, de sua política fundiária: a burla, o envolvimento político dos responsáveis pelos serviços de demarcações e registros para fim de transferência de um grande volume de terras aos grandes proprietários e a contradição necessária do acesso e expulsão da terra pelos pequenos proprietários, condição de sua expropriação, reprodução e produção no modo de produção capitalista, assim:

O envolvimento de funcionários em atos de corrupção e a participação de dirigentes em grandes transações de terra, trazendo benefícios pessoais ou políticos, marcaram a trajetória dos órgãos de terra no Estado. Mas a corrupção se instala quando há pacto entre aqueles que detêm o controle e o poder de decidir sobre a destinação das terras públicas, que ficam submetidas ao ordenamento do Estado. A centralização do poder político-econômico pelos mesmos grupos dominantes que historicamente se alternam no comando do Estado, desde a implantação do regime republicano, permitiu a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e o das classes rural e empresarial.

Nesses moldes, a transformação das terras devolutas no Estado em propriedades privadas consolidou em todos estes anos uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde os latifúndios com mais de 1.000 hectares somam 13.495 imóveis (14,75%), que controlam 57.483.857 hectares de terras, o que corresponde a 80,39% do total da área ocupada pelos imóveis no Estado. Ou seja, 63,39% do território estadual encontram-se nas mãos dos grandes proprietários de terra, revelando o ‘caráter rentista’ da expansão da produção capitalista no campo mato-grossense/brasileiro (MORENO, 1999, p. 87/88).

Desta forma, Moreno (2007) explicita como o Estado, por meio dos processos legislativos, escreve uma “história legal da terra em Mato Grosso caracterizada por uma política de favorecimento à monopolização da propriedade privada da terra” expressão máxima das “pretensões das classes dominantes que comandaram esse processo por anos a fio, seja como governantes, seja como beneficiários do poder econômico e político”. Tais beneficiários foram fundamentalmente os interesses econômicos e político-partidários locais interessados em se manter no poder e manter seus aliados, assim como beneficiar grupos econômicos fora do território de Mato Grosso.

Em síntese, a autora situa historicamente este processo nos seguintes momentos: A predominância da política geral de venda de terras no Estado (1940-1960) com o objetivo de aumentar a arrecadação do Estado de Mato Grosso, legitimando grandes posses, reconhecendo inúmeros domínio particulares - sendo a maior parte grilos; O breve estímulo para a imigração e concessão gratuita de terras entre 1822 e 1892 que não chegaram à 1% das terras alienadas do

Estado formando restritos núcleos de povoamento; A colonização agrícola oficial no Estado Novo de Vargas, anos 1940, com a promessa de solucionar os problemas do homem do campo facilitando o acesso à terra aos colonos imigrantes, objetivando a partir da Marcha para o Oeste uma política de trabalho-colonização como “conquista” do interior do país; O processo de concessão da colonização às empresas particulares entre os anos 1947 e 1964 promovida pelos Governos Estaduais de MT, cedendo áreas destacadas aos núcleos de colonização do Estado Novo, a partir da política de expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso, incorporando-a na economia nacional e ao mesmo tempo absorver a mão-de-obra excedente do restante do país (estes projetos mais serviram à concentração de terras do que ao povoamento).

Nas décadas de 1970 e 1980 todas as outras ações repetiram-se inseridas num contexto mais amplo da geopolítica militar da ocupação da Amazônia, portanto:

...as ações fundiárias se deram concomitantemente, com predominância da regularização fundiária, através do ato de compra e venda. A política de venda de terras devolutas voltou a predominar no período de 1982 a 1986, combinada com as diretrizes da política federal de regularização fundiária. A colonização particular foi incentivada por programas especiais do governo federal, sendo a via capitalista de acesso à terra pelos trabalhadores rurais, expropriados de outras regiões do país. A colonização oficial também teve lugar no Estado, sendo desenvolvida mais pelo INCRA, nas áreas de conflitos sociais pela posse da terra. Todas as ações fundiárias que marcaram esse período, embora guardassem especificidades locais, foi o resultado concreto da inserção de Mato Grosso na política federal de valorização da Amazônia (MORENO, 2007, p.27).

Moreno (2007) contribui significativamente ao esclarecer como a passagem das terras devolutas às propriedades particulares, a partir dos processos de ação discriminatória, retirou a possibilidade de posse da terra pela transformação do devoluto em terra pública. Assim as terras públicas sujeitas à regularização passaram por processos de compra e venda, concedendo ao capital a possibilidade da compra em detrimento das posses, permitindo que ‘a discriminação também funcionasse como um ato de expropriação’, portanto:

A articulação entre o poder político local/nacional e o poder econômico permitiu a transformação das terras devolutas sob a jurisdição do Estado em propriedades privadas capitalistas, de um lado, fortalecendo a estrutura fundiária altamente concentrada e, de outro, criando as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no campo matogrossense, com conseqüente sujeição da renda fundiária ao capital. A expropriação de terras indígenas e a violência no campo, pela posse e apropriação privada da terra, marcaram esse processo, envolvendo diversos personagens, na medida em que antigas formas de relações de produção foram sendo modificadas ou destruídas, para dar lugar à moderna propriedade (MORENO, 2007, p.275).

Processo que origina o município de Mirassol do Oeste, apresentado a seguir.

2.2.1. I – PROCESSO HISTÓRICO DE MIRASSOL D'OESTE

O município de Mirassol do Oeste foi criado pela Lei nº 3.698, de 14 de maio de 1976, de autoria do deputado Airton dos Reis. A veiculação de sua história oficial não toca nas questões sobre a terra, tampouco sobre o processo de exploração da classe camponesa para a expansão do capital na região. Nos sites oficiais, tanto da prefeitura, quanto do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), exaltam-se as iniciativas de grandes “aventureiros”, bons investidores, homens de bem e de boa vontade para viabilizar o processo “civilizatório” em Mato Grosso.

Foi Antonio Lopes Molon que fundou o núcleo que deu origem ao atual município de Mirassol D'Oeste. Por volta de 1958, Molon começou a interessar-se por terras em Mato Grosso e investiu todo o seu capital nesta região, requerendo terras devolutas através do Departamento de Terras do Estado. A seguir decidiu dividir a gleba em lotes rurais e urbanos. Molon montou um escritório de venda de terras, no local da futura Mirassol de Mato Grosso. Para melhor gerir os negócios associou-se a Mário Mendes, José Lopes Garcia, Nírcia Lopes D'Áuria e Paulo Mendonça. A cidade ganhou esta denominação em homenagem aos familiares de Molon, que residiam na cidade de Mirassol, no estado de São Paulo. O termo d'Oeste foi acrescentado para que não fosse confundido com o município de Mirassol, no estado de São Paulo. IBGE CIDADES. Último acesso: 10/11/2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510562&search=mat-o-grosso|mirassol-d`oeste|infograficos:-historico>

HEINST (2007), a partir de documentação jornalística e materiais escolares do município de Mirassol do Oeste, demonstra como os mecanismos de dominação se realizam a partir da oficialização da história burguesa, a história dos vencidos, a ser seguida e reproduzida.

A partir do final de 1980 e início de 1990 são produzidos, na própria localidade, textos escritos, dirigidos especialmente às escolas do município, sobre a história da cidade, as apostilas municipais e dois livros publicados. Nesses textos, inquieta e chama a atenção, o modelo de história utilizado para criar e fixar a ideia de que o município é um lugar que, desde sua formação, já nasceu “predestinado” ao progresso. Suas terras são representadas como férteis e produtivas e as pessoas apresentadas como pioneiras são consideradas aquelas que se estabeleceram inicialmente na localidade. Tais pessoas são descritas, nesse discurso, como os que trabalharam bem a terra, souberam aproveitar a fertilidade do solo, tornaram-se prósperos proprietários, transformando a cidade também em próspera, portanto, são verdadeiros heróis (HEINST, 2007, p.03).

Para tanto, os interesses que elaboram a produção escrita sobre a história de Mirassol D'Oeste e que estabelecem um tipo de memória - a memória do vencedor - tomam como ponto de partida aquele que deve fazer parte dessa memória: o pioneiro. Selecionam esses indivíduos que, via-de-regra, têm uma história de ascensão sócio econômica e, ao mesmo tempo, excluem a multiplicidade das experiências vividas quotidianamente pelas pessoas que fizeram parte da chegada e vivenciaram o duro trabalho de abertura da área, tomando como parâmetro apenas o par progresso/pioneiro (HEINST, 2007, p.04).

Consequentemente, os pioneiros apresentados são sempre pessoas voltadas para o trabalho com a terra. Essa história que busca as origens, para dar tons de verdade a certos interesses do presente, encontra na figura do paulista o pioneiro mais ajustado aos interesses de fixar uma história de progresso para o Estado. Sendo assim, elegem o paulista que se deslocou para Mato Grosso como herdeiro dos grandes bandeirantes,

responsáveis por seus locais de origem, as regiões Sudeste/Sul, regiões, segundo tais discursos, mais desenvolvidas que os demais Estados do país (HEINST, 2007, p.05).

A aproximação inicial da história do município sugere que o Sr. Antonio Lopes Molon era dono da Imobiliária Mirassol e promoveu a partir de um pedido de “regularização” de terras devolutas um projeto de colonização particular na região. Contudo, segundo Oliveira (1998) é preciso ir mais fundo para compreender o processo histórico da origem jurídica das terras deste município, fruto de uma antiga Sesmaria – a da Vacca Morta.

Posteriormente à passagem do poder de regularização e validação das sesmarias para o domínio do Estado após a constituição de 1891, elucidada por Moreno (1999), estas terras foram alvo de disputa entre os interesses políticos locais, além do forte interesse do capital estrangeiro para a exploração de recursos naturais a partir de atividades como o garimpo de ouro e também do interesse nacional para o resguardo de suas fronteiras. Portanto, ao mesmo tempo em que há uma abertura para o processo de colonização para a integração do país, há também uma corrida pelo acesso à propriedade da terra e incorporação das terras ao mercado nacional.

Contudo, estas terras não eram despovoadas, habitavam indígenas, quilombolas e também antigos posseiros, até mesmo descendentes de ex-bandeirantes que compreendiam a inserção destas terras na nação de outra forma, pois seria preciso, a partir do poder do Estado que “a lei nova (a revolução) vai obrigar toda gente a entrar para a nação do Brasil” (Seu Melanias – um velho cuiabano descendente de paulistas que povoaram Mato Grosso) Oliveira (1998, p.67).

Esse distanciamento entre as propostas de construção da Nação levado a cabo pelas elites em vários momentos de nossa história, e a experiência de setores e grupos sociais expropriados da própria cultura, sempre marcou “os projetos para o Brasil”, desconsiderando o potencial de resistência/oposição dessa população (OLIVEIRA, 1998, p.67).

A história contada nos sites do Estado escamoteia os processos de expropriação dos povos residentes sob a égide da valorização do avanço e da modernidade produtiva com poder civilizatório. Subsume as relações de trabalho que se estabelecem, portanto a sujeição do trabalhador e a sujeição da terra ao modo de produção capitalista.

Desse ponto de vista, as sucessivas fases dessa expansão parecem ser constituídas por um mesmo ideário, o que de fato não foi. A relação estabelecida com essas áreas por aqueles que iam atrás do ouro era diferente daqueles que lá se fixavam e montavam sua fazenda para criação ou cultivo; diferente também, daqueles que ocupavam as terras para fazerem suas roças. O espírito empreendedor pode ser encontrado na perspectiva do Estado (colonial, imperial e depois republicano), posteriormente da empresa, que para lá se dirigiram a fim de ampliar as possibilidades da reprodução do capital em oposição aqueles que para se dirigirem a fim de garantir as possibilidades da reprodução da vida. Lembrando também que essa região sudoeste do Mato Grosso, tinha considerável

população indígena e marcadamente a presença espanhola, não podemos considerar que a história veio do leste (OLIVEIRA, 1998, p.67).

As histórias “oficiais” não expõem os mecanismos para estimular o desenvolvimento regional e ao mesmo tempo atrair a mão-de-obra barata de outros pontos do país, como no caso da construção da ponte sobre o rio Paraguai, no município de Cáceres em 1960 e os projetos de Colonização Federal e Estaduais dos anos 1950. São escamoteados seus sentidos políticos e econômicos como os incentivos fiscais à colonização do centro-oeste para a ocupação da Amazônia, ou melhor, para o avanço das fronteiras da produção capitalista, da entrada do capital internacional no Brasil que viabilizaram o processo de estruturação e consolidação do capital monopolista em Mato Grosso.

Para revelar todos estes sentidos e significados exige-se a história dos não vencedores, para que possamos compreender os motivos que levaram os diversos paulistas das cidades de “Fernandópolis, Jales, Mirassol, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto, Votuporanga”, apontados no site da prefeitura de Mirassol do Oeste, migrarem “trazendo consigo muitos sonhos a serem realizados na região”.

Desta forma, junto a Oliveira (1998, p.13), compreendemos que parte destes paulistas, camponeses expropriados das terras já em mãos dos grandes latifundiários produtores de cana-de-açúcar e café, migraram em busca de terra e trabalho, por conta de inúmeros conflitos com arrendatários no noroeste paulista entre os anos 1950 e 1960 que lutavam junto ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), ao FNT (Fórum Nacional do Trabalho) e lideranças sindicais por seus direitos trabalhistas. Buscavam a partir de seu processo migratório “a possibilidade de recriação do modo de vida camponês, uma vez que essas famílias ao migrarem, reconstruíram a condição social de sitiante, portanto, passaram pela crise e superação, negando o destino à proletarização”.

Essa região se constituiu inicialmente numa frente de expansão (anos 50 e 60), cujo regime de posse assegurou a vinda da população de outras regiões do país, estabelecendo-se em terras devolutas, de sesmarias e terras públicas. A exploração econômica da região, em função da ocorrência da mata tropical úmida, a existência de madeiras de lei como a cerejeira e o mogno (conhecidas na região respectivamente, como imburana e araputanga), permitiu o interesse comercial pela extração dessas madeiras, cuja atividade acompanhou a ocupação da região, assim como a frente que se expandiu pra Rondônia nos anos subsequentes (anos 70 e 80) (OLIVEIRA, 1998, p.67).

Mais tarde, este processo de luta gera os conflitos em torno da área que se tornará o assentamento de Mirassolzinho (anos 1980). Conflitos que não podem ser compreendidos fora do movimento histórico do Brasil dos anos 1950 com as Ligas Camponesas⁶⁷.

Segundo OLIVEIRA (1998), esta região movimentou-se a partir de muitas mudanças na agricultura como: a expansão das fazendas de gado (anos 60), como extensão da atividade pecuária do Oeste de São Paulo, fortalecida pela entrada do gado já em tempos coloniais na região de Cáceres; o aumento do fluxo migratório dos anos 1960 e 1970 de camponeses da região Sul e Sudeste⁶⁸; o alto crescimento populacional urbano da região do Alto Guaporé-Jauru (anos 70-80); a expansão dos chamados empreendimentos agropecuários (anos 70 e 80) alavancados por Planos e Programas Federais para o desenvolvimento econômico através de incentivos fiscais; a derrubada da mata e/ou cerrado com o crescimento da agricultura “que se deram mais pela expansão espacial do que por sua modernização” Oliveira (1998, p. 17).

A maioria dos trabalhadores que se dirigiram para a região trabalhava derrubando a mata e plantando o arroz, milho e feijão, num sistema de meação com o proprietário. Fazia parte do trato deixar o capim semeado, ao terminar a colheita, deixando a terra e buscando outra propriedade para abrir novamente a mata, e repetir o processo anterior. Para esses trabalhadores, o trabalho temporário em terra alheia tinha a conotação que não trabalhavam para si, e sim transferiam o produto de seu trabalho ao proprietário, sob a forma de parte da produção em espécie e em trabalho. Outros se empregavam em serviços na cidade, nas serrarias, ou tocavam um pequeno negócio (“bolicho”), mas dentro da limitação dos salários ou pequenos ganhos, que não assegurava a subsistência sua e de sua família (OLIVEIRA,1998, p.18).

O forte incentivo da ‘Marcha para o Oeste’ e a abertura das vastas áreas de terras públicas e devolutas aos grandes proprietários de terras, também aos posseiros, estabeleciam a contradição que marcou a região dos “vazios demográficos e vazios econômicos”: a abertura da área para os projetos agropecuários e a colonização dirigida (públicas e privadas) estabelecendo uma relação direta entre as áreas de interesse do capital nacional e internacional para resolver os problemas da contingência da mão-de-obra não absorvida nas regiões sul-sudeste e nordeste e a ausência na região Amazônica.

⁶⁷ Movimento social camponês, surgido nos anos cinquenta, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Essas ligas existiram até 1964, ocasião em que foram desmanteladas pelo regime militar instalado no país, e seus dirigentes condenados à ilegalidade e perseguidos.

⁶⁸ Marca verificada no censo populacional do Estado de Mato Grosso IBGE (2010) que apresenta os Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais contribuindo com um número ainda expressivo das pessoas residentes em Mato Grosso, ver: TABELA - 2.4 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO MT /2009.

Nessa região que anteriormente se constituíam frentes de expansão, em contato com o latifúndio (projetos agropecuários), passaram a conhecer uma grande “onda” de conflitos, muitos sem solução até os dias atuais, mostrando a resistência de posseiros, índios e trabalhadores rurais em geral.

Os personagens se misturam numa rede de relações que expressam o conflito, de um lado o Estado, os especuladores de terra, o grande capital, e de outro, os sitiantes, parceiros e posseiros, recriados a partir das formações de relações de produção nos campos paulista, mineiro, paranaense e gaúcho. Os latifúndios se expandiram, cercando a terra, concentrando a propriedade, semeando o capim, ou simplesmente deixando a terra à espera da especulação.

O posseiro, o colono, tombam o cerrado, derrubam a mata, e o grande capital efetua o serviço de “limpar a área”. Foi essa a política adotada pelo chamado “desbravamento da fronteira mato-grossense” nessa porção sudoeste do estado (e no estado como um todo). (OLIVEIRA, 1998, p.34).

Este processo também deve ser compreendido a partir da passagem das terras devolutas às terras privadas que assinala:

As vítimas mais visíveis desse processo foram e têm sido os lavradores ou camponeses que, na recusa de se tornarem proletários, tentam se reproduzir como trabalhadores livres em outros lugares, através da posse de terras devolutas, indígenas ou privadas. Também são vítimas do mesmo processo de expropriação os povos indígenas que sistematicamente, foram e têm sido massacrados, escravizados, espoliados e dizimados. No auge da expansão da fronteira econômica em toda a Amazônia Legal, exacerbou-se o processo de expropriação, tornando mais acirrada a luta destes povos contra o capital, pois afigurava-se uma luta entre desiguais, envolvendo, de um lado, índios e ou posseiros e, de outro, latifundiários, empresários ou grileiros (MORENO, 2007, p.276).

Expropriação promovida pelos projetos de colonização no Estado de Mato Grosso tanto no processo viabilizado pelo governo do Estado de Mato Grosso nos anos 1950 e 1960, quanto nos projetos dos governos militares entre os anos 1970 e 1980, intimamente ligados ao à formação do capital rentista na região. As autoridades governamentais transferiram claramente a tarefa da realização de uma colonização do Estado de Mato Grosso para a iniciativa privada, declarações do então governador Fernando Corrêa da Costa (nos anos 1950) afirmam sua política de ocupação dos espaços vazios calcadas na parceria público-privada.

Este processo se insere no contexto político de favorecimento aos aliados já anunciado por Moreno (1999; 2007). Sendo assim, as facilidades e concessões de terras faziam parte dum entrelaçado jogo de interesses que “transformava-se numa ciranda especulativa, onde grandes áreas eram açambarcadas para posteriormente serem negociadas como mercadoria, e sua venda como comércio qualquer” (LENHARO apud HEINST, 2003, p.39).

Este clima de favorecimento dificultava e comprometia a política de distribuição de terras no Estado de Mato Grosso, gerando ainda denúncias conciliadas aos processos eleitorais,

principalmente nas passagens de governos e partidos políticos, o que não impedia a continuidade deste processo na mudança de governo. Esta política foi marcada pela total falta de critérios para a concessão dessas terras:

A terra que ao mesmo tempo tem função de atrair pessoas para Mato Grosso, no intuito de ocupar/povoar, também é usada como instrumento especulativo/comercial, servindo como pagamento por favores políticos, ou como o documento aponta, como presente a amigos (HEINST, 2003, p.42).

As denúncias foram noticiadas aos quatro cantos do país, Heinst (2003) aponta inúmeros exemplos, principalmente nos jornais de circulação Estadual, sobre a venda arbitrária das terras devolutas e o procedimento “legal” das imobiliárias que tinham o aval do Estado para a comercialização de terras, numa tentativa de moralizar os incentivos à colonização do Estado. Assim, escamoteava-se o verdadeiro “leilão de terras”, realizado pelas imobiliárias por um preço bem mais alto do adquirido.

Ao que tudo indica as imobiliárias não apresentavam projeto para colonização e quando o faziam não o executavam, suas obrigações no tocante ao estabelecimento da infra-estrutura mínima dos loteamentos, como “abertura de estradas, construção de hospitais, escolas entre outras obrigações, firmadas nos contratos de colonização” não eram cumpridas. “Estas muitas vezes figuravam apenas para efeito de propaganda, na revenda das terras” (HEINST, 2003, p.44).

Andréia Heinst realiza em 2002, em Heinst (2003), uma entrevista com Paulo Mendonça, o proprietário das terras loteadas e vendidas para formar a cidade de Mirassol D'Oeste (tem dupla residência, nas duas Mirassóis: em Mato Grosso e em São Paulo). Diversos pontos do processo de aquisição de terras são esclarecidos e contextualizados junto aos fatos abordados por MORENO (1999; 2007).

Paulo Mendonça explicita como a preocupação com a as movimentações camponesas dos anos 1950/1960 frente à ameaça de João Goulart da realização de uma ampla reforma agrária expulsou os camponeses do sudeste de diversas maneiras, até mesmo com a ajuda do “patrão”, recebendo dinheiro para comprar terras distantes.

Esclarece também a prática de aquisição de terras por familiares, a formação de grandes áreas, a política de especulação da terra e de sua valorização. Toca nas estratégias de favorecimento e envolvimento de pessoas ligadas ao governo.

(...) terra aqui não era devoluta. Essa família Saraiva fez os requerimentos, cada membro da família recebeu um título de aproximadamente 2.000 hectares e, eu adquiri esses títulos. Esse pedaço de terra pertencia a Eurico Saraiva, Alírio Saraiva e mais os irmãos

e cunhados....Cada título era de 2.000 hectares, era nove..então eram 18.000 hectares aqui meu. Mato Grosso tinha muita terra barata, ainda tava saindo daquela fase do devoluto para o terreno titulado né, então comprava bastante terra com pouco dinheiro (...) (HEINST, 2003, p.46).

Aqui aconteceu o seguinte; nessa região aqui, antes de eu vir comprar, veio trabalhar um agrimensor francês **que fez amizade com gente importante de Cuiabá**. Então ele descobriu essas terras aqui e requeriu para essa família Saraiva. Edio Otolfo por exemplo, é médico da Santa Casa de Cuiabá, é cunhado do Arnaldo Saraiva que é irmão do Eurico Saraiva, essa família Saraiva, gente de bens em Cuiabá. Através do conhecimento do pessoal do estado e o engenheiro agrimensor fazendo o levantamento dessas terras para atender o pessoal, que ai compra isso aqui por requerimento. Nem sabia onde era! E ai o engenheiro dava informação. **Então aconteceu o seguinte, os amigos compravam essa terra aqui que era muito boa. O Luiz Ambrózio era advogado ali em Cáceres, foi prefeito, era pessoa bem colocada, ele comprou dez mil hectares através de requerimento, não custou quase nada. (...) Comprei também do senhor Aurélio, do Cartório do 1º Ofício de Cáceres, o homem é cacerense de nascença, então quer dizer, o pessoal, os amigos, os mais chegados, adquiriram essas terras todas do Estado através de requerimento, quase de graça, depois me venderam(...)**. (HEINST (2003, p.51). (Grifos acrescentados).

Na entrevista afirma que as terras eram muito baratas em relação às terras do sudeste: “ao redor desse plano de Mirassol eu comprei mais ou menos cinquenta a sessenta mil hectares (...) eu vendia um alqueire em São Paulo, com aquele dinheiro eu chegava e comprava aqui, cem alqueires. Vê que aqui era barato e lá era caro demais”, demonstra como era possível adquirir terras melhores a partir da prática de títulos voadores, mas afirma não ter utilizado desta prática:

(...) então acontecia o seguinte: o camarada requeria numa outra região, terra de campo, ruim, e trazia o título pra cá, e invadia uma terra boa, botava aquele título e o título voava, né? Ou então falava, aqui é meu, oh o documento meu é bom, mas era outra comarca, outro trecho do mapa, depois chegava outro comprador, e chegava o terceiro, o quarto, eles não tinha como verificar, eles não sabia nada(...) (HEINST, 2003, p.56).

No tocante à relação entre Estado e iniciativa privada, o antigo proprietário do projeto Mirassol reclama do descaso do Estado nos projetos de colonização privada dos anos 1950/60, apesar da promoção da aquisição de terras:

(...) **nós não pegamos nada do estado**. Nunca pedimos nada, isso aqui foi feito completamente independente, com recurso próprio, sem depender de autoridade nenhuma, (...) abrimos estradas com recurso próprio, com enxadão, com peão, com machado. Promovemos o início de colonização, mas colonização nos moldes de São Paulo e Paraná, quer dizer, pequenas propriedades de terras de mata alta, (...) o governo veio depois abrir estradas, veio fazer alguma coisa pra montar os postos dele de arrecadação de impostos, quer dizer pra ajudar na frente ele não veio, nós também nunca fomos pedir, (...) não ajudou mas também não atrapalhou, nem tomou conhecimento (...). (HEINST, 2003, p.53). (Grifos acrescentados).

É interessante notar a cobrança da presença do Estado para a produção da infra-estrutura da colonização, pois “ignora-se” o fato da franca oferta de terras e a possibilidade de sua especulação reclamando para si a necessidade do apoio para a produção de um novo espaço, de interesse também do Estado.

Heinst (2003) aponta que o entrevistado realiza uma comparação entre os projetos de colonização dos anos 1950 e o dos anos 1970 “*nós nunca tivemos aqui incentivos como no norte*”, que segundo ele o objetivo era o mesmo, colonizar, mas os incentivos foram diferenciados e não havia nos anos 1950 políticas de Estado para os projetos de colonização.

O entrevistado nega as conveniências e favorecimento do Estado em relação às negociatas de terras, conforme amplamente apontado por Moreno (2007), tanto a partir das facilidades legais, quanto a partir dos favorecimentos políticos e ainda do aparato midiático que dava aos corretores o ar de seriedade do processo de aquisição de terras por meio dos anúncios jornalísticos.

Observamos que a região sudoeste de Mato Grosso (antes conhecida como Vale do Guaporé) teve seu processo de ocupação iniciado ainda no século XVII, com a marcha bandeirante à procura de ouro. No segundo momento foi intimamente ligado ao processo de passagem das terras devolutas às terras privadas no Estado de Mato Grosso e o avanço do capital nacional e estrangeiro com vistas ao estabelecimento não só dos projetos agropecuários, mas antes de tudo atrás da renda privada da terra, ao mesmo tempo em que houve a abertura aos camponeses expropriados das diversas regiões do Brasil.

Inseriu-se no eixo dos projetos oficiais de colonização, nos focos de conflitos, representado especialmente pelo conflito de Mirassolzinho, contudo não contou com os projetos de colonização privada acompanhados pelo Estado, que concentraram-se na região norte/nordeste de Mato Grosso e no eixo da BR 364.

Contexto que sugere a fundação de Mirassol do Oeste a partir de um processo de colonização particular especulativa estimulada pelo Estado de Mato Grosso nos anos 1950 e 1960, a partir da ocupação dos “vazios”. Como apontado por Paulo Mendonça, especulador imobiliário que a partir do processo de requisição de terras devolutas ao Estado de Mato Grosso realizou sua própria colonização com a venda de terras na região.

A intenção minha não era fazer loteamento, nem imobiliária, meu negócio é criar boi, e só isso. Eu resolvi lotear porque no primeiro ano que eu cheguei aqui, eu vim na época das águas, cheio de ribeirõesinho aí, cheio de peixe. Eu voltei na seca só tina peixe morto, secou tudo. Aí eu consultei um geólogo de Cuiabá, e ele falou: enquanto tá coberto de mato segura uma aguinha, mas quando tirar a mata vai secar tudo e vai acabar. Então, vou lotear e vender, quem tem a área pequena fura um poço, bebe água, dá água para vaca. Agora eu vou dar água para dez mil bois? Quer dizer, aí eu comecei a vender, o pessoal começou a abrir. (...) Então vamos marcar aqui uma cidade, fazer um loteamento aqui de cidade. Ao redor vamos fazer de chácara. Então vamos tirar 400 alqueires, tira 40 para a cidade, 360 em

chácaras. (...) eu tinha uma equipe de agrimensores para cortar o terreno, então o pessoal vinha aqui, a gente andava e procurava a terra que servisse para aquele indivíduo. Ele determinava a quantia, a área que ele queria adquirir e o agrimensor cortava, então foi feito de acordo com a possibilidade do comprador, podia comprar cinco alqueires, dez, cinquenta, duzentos, era de acordo com a possibilidade (...) pra vender eu tinha que trazer gente de lá, vender picadinho, pra vender fazenda, dois, três, quatro mil alqueires já dava trabalho (...) Foi feito na época o mapa, dividi os lotes em chácaras de um alqueire e a pessoa comprava o que podia pagar (...). (HEINST, 2003, p.64).

Um processo orientado pelo sentido especulativo e de valorização da terra, o importante era lotear, estes projetos em colocaram pequenos produtores em situações problemáticas. Não havia condições efetivas para o desenvolvimento de qualquer atividade produtiva. Tampouco a preocupação com a infra-estrutura mínima de acesso aos lotes, somente a área central da cidade era “limpa”, o resto era mata:

(...) quer dizer não foi programado antes, vamos colonizar, vamos comprar terra, vamos lotear. Não, tinha que haver um apoio, então vamos marcar aqui uma cidade(...) eu fiz o seguinte: a cidade eu tracei, quer dizer, eu estabeleci o tamanho dos lotes, fiz um planejamento. Eu tinha cinquenta mil hectares de terras, então, eu fiz em 62, aqui dentro da cidade, onde estava projetada a cidade, eu fiz um galpão coberto da moda de índio, e aqui o pessoal fazia a parada para procurar a terra (...) até aqui onde está o Mirassol eu consegui chegar, porque existia a rodovia. Então eu entrava no campo. O campo é uma terra mais limpa, de natureza mais limpa e a mata começava daqui pra lá, então aqui era o limite para eu poder chegar a pé, aqui eu marquei o lugar de fazer o barracão. Então dava acesso mais fácil, se eu fosse um quilômetro pra dentro eu tinha que entrar dentro da mata. (...) O secretário da prefeitura lá era cunhado do Walbert, quer dizer o nome Mirassol aqui é porque eu sou de Mirassol. Sou nascido em Mirassol de São Paulo, então o nome Mirassol. Agora o Walbert era cunhado do secretário da prefeitura, e numa conversa com o Walbert, (...) ele falou: não “perá aí”. Ligou pro cunhado dele, “- Ô Geovaldo, traz o mapa da cidade” lá de Mirassol. Então mandei o engenheiro copiar e botei no chão aqui, igual se for lá em Mirassol e olhar as ruas, praça, a igreja matriz e tal, vai ver que repete tudo aqui, (...) quer dizer, tudo imitação, ninguém quebrou a cabeça não, (...). (HEINST, 2003, p.63).

Os pequenos que lá chegavam se deparavam com um “novo” totalmente imprevisível, mata fechada e sem acesso a qualquer infra-estrutura, sem água, sem estrada, sem médico nem escola. Sem assistência, que segundo o proprietário das terras deveria ter sido dada pelo governo, alegando que o Estado não tinha políticas à colonização naquela época, pois o que predominava era a lógica da venda de terras. Nega a legislação vigente já no processo de colonização dos anos 1950 que responsabilizava a iniciativa privada da assistência ao projeto de colonização num jogo de responsabilização pela sorte daqueles que lá chegavam alega que o Estado não deu atenção à região.

...ao pequeno agricultor, que na maioria das vezes trazia para essa área de terras em Mirassol D'Oeste o sonho de melhorar de vida, como afirmou uma entrevistada em seu relato de memória sobre o período inicial de ocupação dessas terras: Se for terra que dá futuro, segura um pedaço pra mim(...), tornava-se imperioso produzir suas próprias condições de enfrentamento, não somente do trabalho da abertura das novas terras, como

também coragem e astúcia para sobreviver num lugar onde só se podia contar com o improvisado (HEINST, 2003, p.66).

Assim, esta região sofreu violentamente um processo de concentração de terras à esteira do uso da mão-de-obra camponesa, pequenos proprietários, posseiros e arrendatários “amansando terras”, ao mesmo tempo estabelecendo sua expropriação:

Enfim, toda a movimentação em torno das terras mato-grossenses por diversos personagens sociais – garimpeiros individuais, empresas mineradoras, agropecuárias e de colonização, grileiros, posseiros, colonos e especuladores, – combinadas com uma política governamental de favorecimento à regularização fundiária, em escala estadual e federal, contribuíram para a desterritorialização de diversas sociedades indígenas e de outras comunidades tradicionais, favorecendo ao mesmo tempo a territorialização do capital, que se espelha na construção de novas territorialidades e em um novo reordenamento fundiário do Estado (MORENO, 2007, p.284).

Ao analisar os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (1997); Oliveira (1998); Heinst (2003) e os levantamentos detalhados de projetos de colonização oficial e particular realizados por Moreno (2007, p. 155-185), dentre as 33 empresas privadas de colonização registradas no INCRA – MT (com 88 projetos de colonização) não há empresas imobiliárias que atuaram na região sudoeste do Estado.

Contudo, estes projetos realizados entre os anos 1970-1980 atingiram a região da Grande Cáceres devido à concessão das áreas situadas às margens das rodovias federais da Amazônia Legal (faixa de 100 km de cada lado de cada rodovia) para o INCRA que “promoveu a regularização fundiárias destas áreas, procedendo ao reconhecimento de domínios pré-existentes, a legitimação de posses e a retificação de títulos expedidos pelo Estado nas faixas de fronteira internacional”. Conferindo ao INCRA o domínio de mais de 60% das terras do Estado de Mato Grosso, a partir de uma “transferência do processo de regularização fundiária da região para os governos militares” (MORENO, 2007, p.156).

Desse modo, a abertura de estradas como a BR-163 (Cuiabá x Santarém) e a BR-364 (Cuiabá x Porto Velho) possibilitou o afluxo de milhares de migrantes-colonos, investidores e especuladores e madeireiros – para as porções norte e noroeste do Estado, áreas tradicionalmente ocupadas por inúmeros povos e grupos indígenas (Salumã, Myky, Zoró, Cinta Larga e Krenakore), muitos dos quais até então não contatados. Enquanto os colonos foram atraídos para as áreas dos projetos de colonização, oficial e particulares, situados ao longo daquelas rodovias, os grupos econômicos, interessados nos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, apropriaram-se de grandes extensões de terras no norte do Estado. Grande parte dessas apropriações foi feita com base na grilagem de terras indígenas, posteriormente regularizadas com a expedição de certidões negativas pela FUNAI (MORENO, 2007, p.280).

Sendo a região da Grande Cáceres uma área de fronteira, e a BR 364 sua maior via de acesso, seu processo de ocupação atrelou-se às políticas econômicas nacionais e internacionais, de integração nacional da Amazônia, promovidas pelo Governo Militar e até hoje em franco desenvolvimento.

Apresentam uma relação direta com os programas de desenvolvimento das fronteiras amazônicas dos anos 1970/1980 (PIN, POLOAMAZÔNICA, POLOCENTRO). A partir da integração nacional de capitais da região norte como Porto Velho, Manaus, Boa Vista e Rio Branco e de integração internacional a partir da construção da estrada que liga Cáceres - Santa Cruz de La Sierra na Bolívia à Rodovia Panamericana (ao Porto de Arica no Chile) com vistas à passagem para o Oceano Pacífico.

Esta rota é ainda hoje valorizada para o escoamento de produtos primários nacionais, como vemos no “Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007-2020)”, BRASIL (2007), sobre a necessidade da Implantação das rodovias Transoceânica, Anel regional-internacional (Goiânia – Campo Grande - Cuiabá – Santa Cruz – Salta e Assunção) e projetos do IIRSA que viabilizam a integração continental e a saída para o Pacífico. O foco é atingir o mercado asiático e facilitar uma conexão por terra entre os dois oceanos (Pacífico e Atlântico) desenvolvendo “forte integração físico-territorial e logística, que ampliará o comércio regional”:

A motivação central da IIRSA é a integração econômica e cultural dos países da América do Sul, embora possa ajudar também a viabilizar a saída para o Pacífico, especialmente interessante para o Brasil e para o Centro-Oeste. Em todo caso, considerando os elevados investimentos necessários e os custos de transporte, a exportação pelo Pacífico é viável apenas para produtos de alto valor agregado; os custos seriam muito altos para transporte de commodities, mesmo com ferrovias, à medida que teria que subir até 4000 metros. (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste, 2007-2020, p.53).

Contexto reforçado por Oliveira (1998) ao explicar que uma alta soma de recursos do POLONOROESTE foi distribuída em municípios do Vale do Guaporé (região sudoeste do Estado de MT) atendendo ao mesmo tempo os interesses geopolíticos de integração e alargamento das fronteiras, proporcionando o desenvolvimento econômico principalmente em:

Araputanga e Mirassol do Oeste, onde as fazendas de soja e gado se expandiram, concentrando terra e onde as propriedades já pertencem às classes das médias e grandes. É nesse sentido que, posseiros e colonos aparecem como “amansadores de terra” e fornecedores de mão-de-obra e gêneros alimentícios ao grande empreendimento rural, possibilitando a valorização das terras e apropriação do trabalho camponês (OLIVEIRA, 1998, p.35).

O processo de legalização das terras desde os anos 1890, os processos de colonização dos anos 1950 e dos anos 1970 e os programas governamentais de desenvolvimento e integração nacional como o PIN, POLOCENTRO, POLOAMAZÔNIA estabeleceram a condição fundamental para a consolidação do caráter rentista da terra e a abertura necessária para a monopolização do capital. Como podemos hoje observar a partir da relação entre os proprietários de terra e os capitalistas do mercado mundial de produção dos alimentos, que em muitos momentos fundem-se na mesma pessoa.

O contexto histórico da produção deste espaço regional permite compreender os conflitos intensificados nos anos 1990, ainda permanentes na região, camponeses em busca do seu trabalho livre e o capital em busca de sua sujeição e ampliação da oferta da mão-de-obra familiar.

A colonização recente em Mato Grosso deriva simultaneamente do processo de transformação da agricultura brasileira, e da lógica da mercadoria terra como instrumento gerador de riqueza. Deriva também, da necessidade de obter força de trabalho disponível para tornar possível os projetos capitalistas de desenvolvimento. Deriva igualmente da vontade predatória dos latifundiários, mais preocupada em viabilizar seus títulos de terra, ou seja, criar um mercado de terras. Deriva também, das contradições estruturais da agricultura camponesa no sul do Brasil, sem condição de viabilizar a reprodução da família, sonha com o horizonte distante da terra farta. Enfim, deriva das políticas públicas que o estado brasileiro gestou nos últimos 30 anos. (...) há uma lógica do desenvolvimento capitalista que impõe simultaneamente, o mundial, nacional, regional e local. Assim, é evidente que esta lógica geral que desenvolve em Mato Grosso, por exemplo, a cultura da soja, ou o garimpo do diamante. Mas, é fundamental o entendimento da ação desencadeada pelas elites políticas cuiabanas. Como também, o é, o fascínio da utopia camponesa que torna o colono estradeiro, retirante (OLIVEIRA, 1997, p.330).

Assumindo o enorme risco da simplificação, organizamos um quadro síntese para orientar o aprofundamento das leituras deste contexto sobre a produção do espaço amazônico e a disputa pelo território, em especial mato-grossense e da Região da Grande Cáceres objetivando o conhecimento da realidade do Assentamento Roseli Nunes.

A organização deste quadro também se dá pela necessidade de não alongar neste curto espaço da tese, sobre questões já trabalhadas em pesquisas sobre a questão agrária. O quadro indica focos do processo nos anos indicados, o que não significa dizer que uma coisa não tenha acontecido antes ou depois.

CONTEXTO GERAL DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA/MT/REGIÃO SUDOESTE (Vale do Guaporé)					
	Até 1950	Anos 1950/1960	1970/1980	1990/2000	2000/2013
Sujeitos Sociais – relações de trabalho Sujeição do trabalhador: sujeitos em conflito para a conquista do trabalho livre	Expropriação indígena x Bandeirantes; Constituição de parceiros/ meeiros x Grandes proprietários (latifundiários nacionais); Garimpeiros x Mineradoras; Posseiros; Seringueiros; Índios Nambikaras; Chiquitanos; Kaiubis.	Empresariado Nacional e internacional; Em presas de colonização privada – concessões de terras devolutas; Expropriação indígena (exclusão dos Nambikaras) e de posseiros; Peonagem; Parceiros – meeiros; Colonos; Posseiros; Índios; Chiquitanos; Kaiubis.	Expropriação de indígena e posseiros; Empresas de colonização privada – política de colonização do governo militar (terras e subsídios do estado); Empresas agropecuárias; Peonagem; Colonização oficial: Assentados - regularização fundiária Colonos; Posseiros; Bóias-frias (Trabalho rural assalariado); Índios Chiquitanos.	Grandes proprietários de terras e grandes produtores (capital nacional e internacional); Posseiros e Sem terra; Assentados fruto de luta pela terra; Trabalho acessório de assentados (Trabalho rural assalariado); Bóias-frias (Trabalho rural assalariado); Índios Chiquitanos; Retorno de parte dos índios Nambiquara.	Grandes Grupos econômicos como JBS S.A e BRF BRASIL FOODS S. A. Grandes proprietários de terras e grandes produtores (capital nacional e internacional); Expropriação indígena – não demarcação de terras; Permanência do trabalho escravo; Empobrecimento do campesinato; Resistência à proletarianização camponesa; Trabalho acessório camponês Dificuldade de reconhecimento dos povos quilombolas e outras comunidades; Arrendamento de terras em assentamentos para plantio de monoculturas Assentados fruto de luta pela terra; Trabalho acessório de assentados (Trabalho rural assalariado); Bóias-frias (Trabalho rural assalariado); Índios Chiquitanos e Nambiquara.
Fluxos migratórios para MT / Região Grande Cáceres	Bandeirantes de São Paulo; Colonos imigrantes nacionais e estrangeiros.	Camponeses expropriados do Noroeste paulista e também de outras regiões do PR; MG; SP; ES; Desvio do fluxo Nordeste/Sudeste para Nordeste/Amazônia.	Migração em outras regiões de Mato Grosso: Colonização do Cerrado por sulistas, expropriados principalmente por conta da dificuldade de acesso à terra e da construção de barragens.	Empresariado paulista; Camponeses expropriados de diversas regiões do país, e principalmente de São Paulo, Paraná e Nordeste.	Fluxo migratório na região “mediano” ainda de migrantes de outros estados O fluxo migratório mais intenso é nas regiões das grandes plantas industriais da carne (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum...)
Valorização do espaço Sujeição da terra ao capital: imposição do monopólio. A propriedade privada da terra: é a mercadoria que comanda este processo.	Regime de posse; Terras devolutas; Sesmarias; Terras Públicas; Início do processo de passagem das terras devolutas às terras privadas; Lei de terras de MT – ampliação do prazo de regularização de terras (de 1854 para 1889).	Formação dos latifúndios pós Estatuto da terra (legalização de terras públicas e terras devolutas); Regime de posse; Abertura das terras – “liquidação de terras baratas no Estado” e possibilidade de especulação imobiliária; Internacionalização da economia brasileira (principal/e mineração); Proposta de uma agricultura modernizada; Início do processo de integração da Amazônia ao capital estrangeiro.	Fortalecimento do processo de Integração Nacional – fronteiras geopolíticas e ideológicas; Adesão do empresariado ao acesso à terra da Amazônia; Projetos agropecuários e de mineração; Intensificação da abertura das terras por colonos; A “contra-reforma agrária”; Incorporação de novas áreas ao sistema produtivo; Grilagem das Terras devolutas; Intensificação da venda de terras aos estrangeiros; Proposta da integração latino-americana; Assentamentos de regularização fundiária; Ocupação das fronteiras.	Expansão espacial e baixa modernização (tecnificação); Expansão da economia de mercado e integração latino-americana: PROFAO/Calha Sul (Rodovia BR/Bolívia/Peru/Chile); ZPE (zona de processamento de exportação); Projeto de Hidrovia; Produção e reprodução camponesa subordinada à extração de excedente econômico; Intensificação das hidrelétricas; 40% de alvará de pesquisas do subsolo brasileiro nas mãos de estrangeiros; Descoberta privada em MT de ouro, diamante e cassiterita; Descoberta privada em MT de ouro, diamante e cassiterita;	Avanço das Barragens e Hidrelétricas Consolidação das empresas multinacionais e domínio de toda a cadeia produtiva – capital monopolista e capital. Territorialização dos monopólios: atuam simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Como por exemplo o setor sucroalcooleiro e outros setores : Da cana ao biodiesel; Da madeira à celulose; Da soja ao biodiesel Monopolização do território: pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlam, por meio de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Do frango, porco e gado à Carne e o leite industrializados AMAZÔNIA LEGAL: legalização das terras públicas griladas do INCRA na Amazônia legal – decorrência das MPs 422 e 458: pode estimular a concentração de terra, a expansão da estrangeirização da terra, a consolidação de grandes latifúndios e a promoção do desmatamento
Forças políticas Organizações, mobilizações, resistência e controles sociais	Atuação do PCB; FNT, liderança sindicais no Noroeste Paulista – derrota política como expropriação dos camponeses para o MT e MS; Estado como promotor do processo de expropriação camponesa. No plano Nacional as Ligas Camponesas	Estado como promotor da abertura das fronteiras tanto em Mato Grosso quanto no Brasil; Política de favorecimento na aquisição de terras às oligarquias locais de Mato Grosso e bases políticas aliadas no Brasil; SUPRA – 1ª tentativa de Reforma Agrária (Jango deposto); Ligas Camponesas: luta pela terra e contra a exploração do trabalho no campo – abafamento pelo regime militar.	Governo Militar e a ideologia do anti-comunismo; Estado como promotor da integração do Brasil ao Mercado internacional; Governo militar “levar homens sem terras para as terras sem homens” – tentativa de diminuição da tensão social. PCdoB – guerrilhas na Amazônia; CPT; Sindicatos dos trabalhadores Rurais; CIMI; Quebra da unidade de produção camponesa (familiar) Exploração do trabalhador rural assalariado - proletarianização Subordinação do campesinato ao capital financeiro e industrial; Formação de associações camponesas; Conflitos entre posseiros e a Agropecuária em Mirassol.	MST em MT (1995) – pressão política para a RA e denúncia das grilagens e do descumprimento da função social da terra Movimentos sociais ligados à sindicatos para realizar “negociações” e não a luta pela terra MDA E NEAD – aliança entre o Estado e intelectuais para fomentar ações ao desenvolvimento da agricultura familiar Aumento da força midiática para a criminalização dos movimentos sociais Permanência da atuação da CPT, CIMI, FETAGRI e sindicatos de trabalhadores rurais	MST; FASE; Permanência da atuação da CPT; CIMI, FETAGRI e sindicatos de trabalhadores rurais Diversas entidades não governamentais, algumas aliadas ao Estado como e outras menores aliadas à compreensão da identidade por “grupos sociais” e fazeres culturais; Iniciativas de unificação em frentes de lutas sindicais; indígenas; quilombolas; questões ambientais; causas feministas; causas do homossexualismo; Atuação de inúmeros Conselhos participativos com a atuação das ONGS e representantes das diversas entidades políticas acima citadas
Planos e Programas – Recursos e Concessões Metas a serem alcançadas pelo Estado “sem consulta à sociedade”	Vigilância da Fronteira portuguesa com a Bolívia; Bandeirismo preador de índio e prospectador de metais e pedras preciosas;	Estruturação produtiva; Estatuto da terra – 1964 / Criação do IBRA e INDA: colonização dirigida; incentivos fiscais à modernização e expansão de empreendimentos agropecuários; Para diminuir a tensão social do campo (ligas), criação da SUDAM – Ocupação do vazio amazônico e desenvolvimento regional; Incentivo à mineração e da colonização particular das fronteiras pelo governo do Estado de Mato Grosso.	PIN (Programa de Integração Nacional): Rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica / depois BR 080 Cuiabá–Porto Velho; Colonização em 10km nas faixas das rodovias; 30% de incentivos fiscais destinados ao PIN; SUDAM+FIDAM+BASA: fundo de investimentos para o desenvolvimento da Amazônia e SUDECO para o Centro O este INCRA (1970): Projeto de Colonização em conjunto ao PROTERRA – Reforma Agrária para latifundiários; POLOAMAZONIA: pólos agropec. e agrominerais, incluindo geração de energia por hidrelétricas e exploração de madeira; POLOCENTRO: desenvolvimento dos cerrados para o plantio de soja para o Japão (obras de infra-estrutura) POLONOROESTE – programa para o desenvolvimento do Noroeste Brasileiro com recursos do Banco Mundial: execução da BR 364 que liga Cuiabá à Porto Velho; processo de colonização neste eixo e incentivo à mineração. 1ª PNRA (1980) elaborado para não realizar-se.	PRODEAGRO: orientar o processo de ocupação e desenvolvimento predatório em MT (posseiros ou colonos, índios, pescadores) – “decadência regional”, necessidade de reestruturação produtiva ZPE – participação da região no mercado externo Privatização da CVRD (Vale do Rio Doce). Projeto Casulo e BANCO DA TERRA – Reforma Agrária de Mercado	Reestruturação produtiva Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE) Plano de Desenvolvimento Territorial (MDA) Plano Centro Oeste – Ver Planos Nacionais 2ª PNRA (2003) – apresentado como realizado a partir de um ajuntamento de dados de diversas naturezas; Programa do Biodiesel Novo Código Florestal (2011) – Anistia o desmatamento até 2008 / Flexibiliza a abertura das florestas e cerrado BRASIL SEM FOME/BRASIL SEM MISÉRIA: Bolsa Família – Programa de “distribuição de renda” – Combate à miséria, sem reformas estruturais. PAA – Programa de Aquisição de Alimentos O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) PAC – Programa de Aceleração do Crescimento Lei dos transgênicos
Uso da terra	Mineração – Ouro; Seringa; Poaia; Pecúria e Cana-de-açúcar (pós mineração); Exploração de madeira de lei Mogno (Araputanga) e Cerejeira (Imburana); Primeiro roçados depois lavouras temporárias (abertura das matas); Lavouras permanentes dos imigrantes (principalmente café)	Mineração Ouro; Extração de Madeira; Articulação da formação do pasto às lavouras temporárias; Primeiro roçados depois lavouras temporárias (abertura das matas).	Mineração Ouro; Gado de Leite (produção camponesa); Gado de corte (grandes fazendas); Estruturação da produção de grãos; Produção de subsistência.	Mineração Ouro; Mineração Calcária Pecúria de corte (grandes fazendas) Pecúria leiteira (produção camponesa) Silvicultura (principalmente Teca) Arroz; Cana-de-açúcar; Soja. Produção de subsistência.	Mineração Ouro; Mineração Calcária Pecúria de corte (grandes fazendas) Pecúria leiteira (produção camponesa) Silvicultura (principalmente Teca) Arroz; Cana-de-açúcar; Soja. Produção de subsistência.

Quadro 12 – Contexto geral do processo de territorialização e monopolização do capital na Amazônia/MT/Região sudoeste (Vale do Guaporé). Organização: Sinthia Cristina Batista a partir de: OLIVEIRA (1998); MORENO (1999; 2007); OLIVEIRA (1997; 2010; 2013) e SEPLAN (2011).

Para auxiliar na leitura espacial deste processo, ordenamento e produção, organizamos uma série de imagens de satélite com abrangência de parte dos municípios de entorno do Assentamento Roseli Nunes indicando o desenvolvimento do uso da terra⁶⁹ desde a década de 1970 a 2010.

Optamos por deixar a imagem de 1976, dado o salto do processo de ocupação expressivo para 1981, supostamente devido à intensificação do processo de transferência das terras devolutas a privadas, ocasionando a intensificação do processo migratório e abertura das áreas. Em geral, estas as imagens mostram o avanço do gado na região, principalmente no eixo oeste.

Na imagem de 1976 é possível perceber a relação entre a presença dos colonos, com a abertura dos roçados (pontos mais roxos e menores) em meio da abertura das pastagens, com tonalidades arroxeadas um pouco mais claras. Observa-se que as pastagens ocupam inicialmente as beiras dos córregos, contudo em 2010 nota-se a tentativa de “preservação das áreas permanentes”, restringindo a vegetação nestas áreas.

Ao norte situa-se o rio Cabaçal (parece fazer um chapéu acima do assentamento), formador da Bacia do Alto Paraguai, encaixado num falhamento geológico, um dos mais preservados da região, por conta da unidade de conservação “Reserva do Cabaçal”.

Muitos estudos de pesquisadores da UNEMAT⁷⁰ levantam sistematicamente como o processo de ocupação desta região vem afetando o sistema fluvial dos rios que formam a bacia do Pantanal mato-grossense, ainda que dado o curto tempo histórico social não seja possível afirmar veementemente as mudanças na relação com o tempo histórico natural. Dentre as atividades mais destacadas como fatores de alteração do sistema pantaneiro na região estão o turismo, a implantação de um sistema de hidrovias e a pecuária bovina.

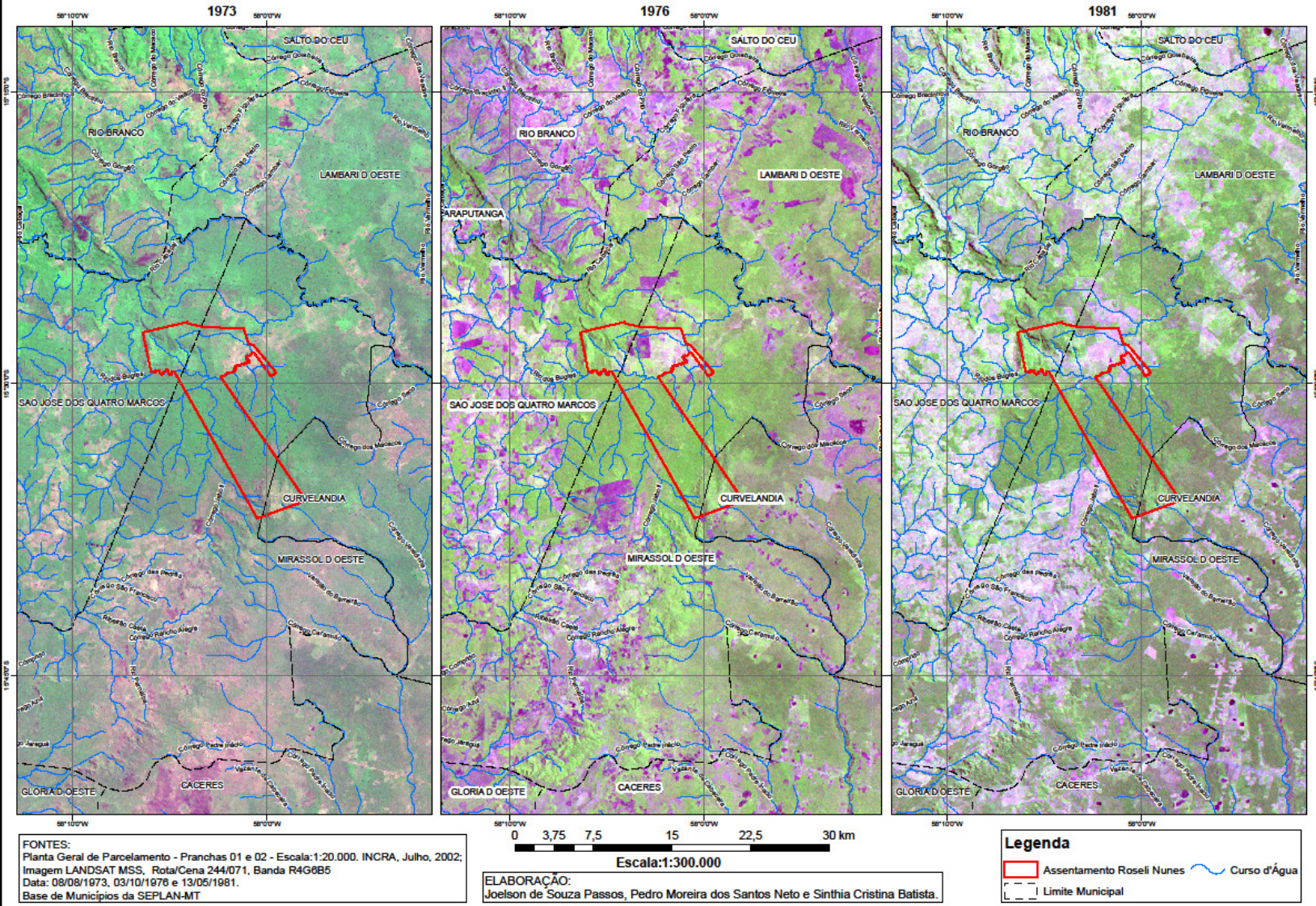
As imagens também revelam certo desvio da ocupação na faixa de apresentação do calcário (área mais rugosa), eixo sudoeste-nordeste. Por conta da dificuldade de uso para as atividades da pecuária, soja ou cana, ficaram como resíduos na paisagem. Há parte deste calcário explorada, melhor visualizada em outras imagens em escalas maiores.

Na imagem de 2010 é possível ver que a nordeste do assentamento já ocorria o plantio de cana-de-açúcar (manchas rosa mais forte, com forma quadriculada) na década de 1980, já na região sudeste percebe-se sua intensificação na década de 1990. Hoje é possível observar que seu entorno apresenta uma área superior a 80% de desmatamento.

⁶⁹ A escolha das imagens buscou mais antigas e intervalos aproximados de dez anos. Buscou-se disponibilidade e qualidade da cobertura, sem a presença de nuvens e com a possibilidade de articulação das cenas em alguns períodos. A escolha das imagens do satélite Landsat deu-se por sua gratuidade no site do INPE: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>.

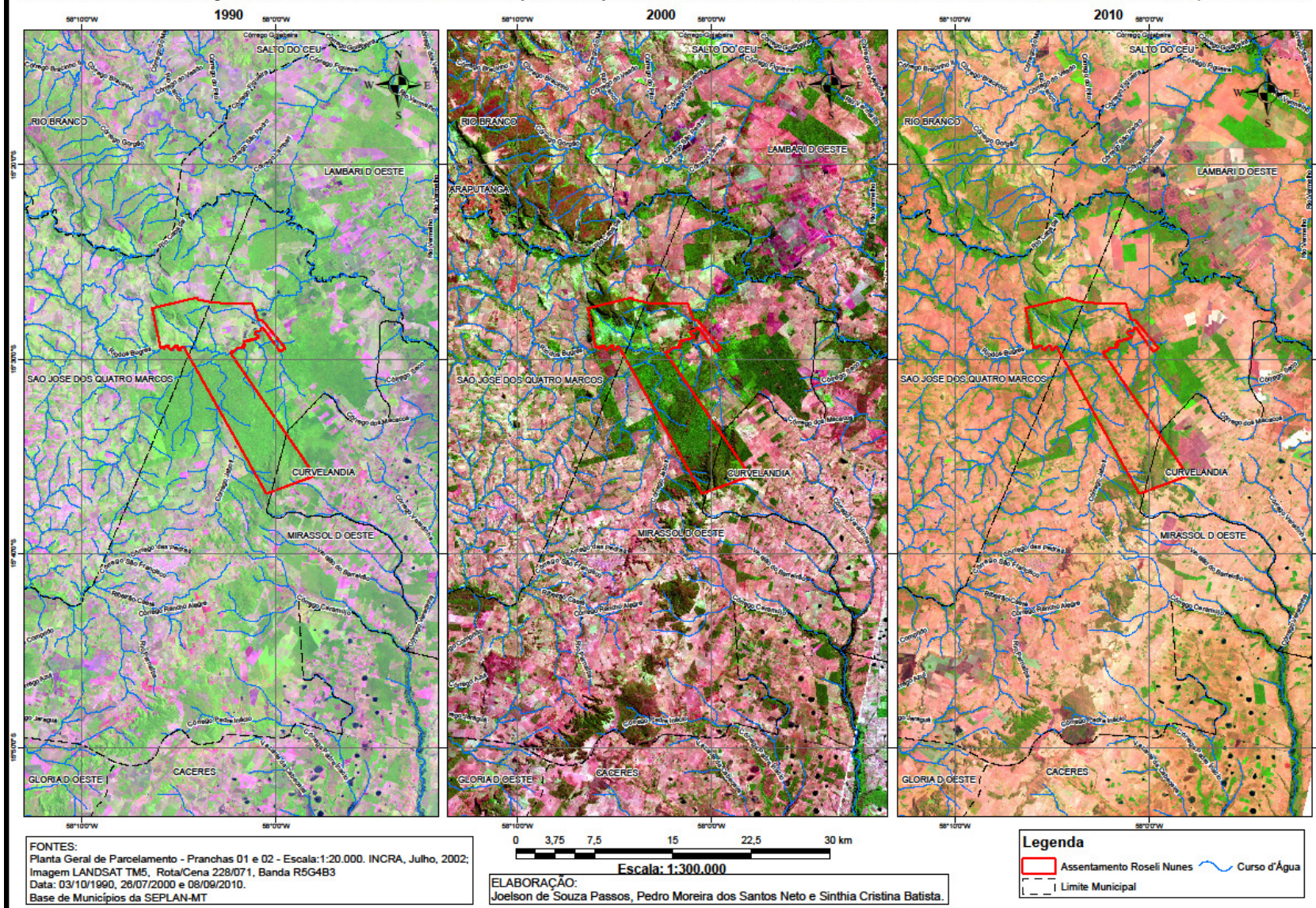
⁷⁰ Ver o trabalho de SILVA et al (2008): Padrões de canal do rio Paraguai na região de Cáceres (MT).

CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DA MICRO REGIÃO DE JAURU (PARCIAL): ENTORNO DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES NOS ANOS DE 1973, 1976 e 1981



Mapa 22 – Imagens de satélites anos 1973; 1976; 1981

CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DA MICRO REGIÃO DE JAURU (PARCIAL): ENTORNO DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES NOS ANOS DE 1990, 2000 e 2010



Mapa 23 – Imagens de satélites anos 1990; 2000; 2010.

2.2.1. II - MIRASSOL D'OESTE HOJE

Conforme aponta Oliveira (1997, p.328) a consequência do processo de avanço do capital na Amazônia brasileira aprofundou a concentração fundiária nesta região, agregando os “maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. Contraditoriamente, registramos “o crescimento e participação significativa dos posseiros na história da ocupação da região”, não só em seu processo de ocupação, como também em seu processo produtivo. É o que veremos na realidade do município de Mirassol do Oeste, onde está situado a maior parte do assentamento Roseli Nunes.

Considerando os diversos trabalhos de campo, a interlocução com os camponeses e a análise dos diversos índices estatísticos apresentados pelo IBGE (censo populacional, 2010 e agropecuário, 2006); documentos produzidos pelo Estado de Mato Grosso (Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA 2013 e Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN 2011) e pelo Governo Federal (Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável - BRASIL, 2010 e Plano Estratégico Centro Oeste – BRASIL, 2007-2020); Mirassol do Oeste situa-se como um município expressivo no contexto econômico da “Grande Cáceres” e da “Micro-região de Jauru”, ligado às atividades agropecuárias e estabelecendo uma nova frente de produção de grãos no estado.

Compõe uma região de fronteira com a Bolívia, dista 329 km da capital Cuiabá e margeia a BR070, Cuiabá-Porto Velho. Esta região, entre o Vale do Guaporé e a Bacia do Alto Paraguai (grande parte de bioma amazônico) porção noroeste da “Grande Cáceres”, apresenta municípios pouco populosos e rurais, destacando-se Mirassol do Oeste e Cáceres com 80% de sua população urbana (BRASIL, 2010, p.38/39).

Mirassol do Oeste vem buscando um desenvolvimento econômico a partir da ampliação de sua cadeia produtiva, objetivando a atração de grandes investidores, realizando até mesmo certa polarização econômica com Cáceres.

No tocante à educação, apresentava em 2012: 3.614 estudantes matriculados no Ensino Fundamental, 1.218 estudantes matriculados no Ensino Médio e ainda 8.023 crianças em creches (públicas e privadas) com nove escolas públicas estaduais (sendo uma rural Madre Cristina, no assentamento Roseli Nunes⁷¹) e cinco escolas municipais. Apresenta 81% da população residente alfabetizada, mas sem universidades públicas instaladas no município sendo a UNEMAT, em Cáceres, a mais próxima. No ano de 2013, diversos políticos do município mobilizaram-se para pleitear

⁷¹ Ver site: <http://www.seduc.mt.gov.br/escolas.php>. Último acesso em: 01/12/2013.

universidades. Em Julho a reunião foi com a UNEMAT⁷² e em Setembro com a UFMT. Reforçando a busca pela concentração de serviços e instituições públicas para o desenvolvimento local.

A população economicamente ativa, segundo IPEA, apresentado pela SEMA-MT (2013), é de 50,9% de sua população total com quase 50% de pessoal ocupado em 2010. Segundo os dados apresentados em cartogramas pelo IBGE Cidades, o município apresenta uma alta taxa de pobreza em relação aos demais municípios do estado 37,59%⁷³.

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários é de apenas 2.271 (um terço da população ocupada) pessoas em 1.335 estabelecimentos, são menos de duas pessoas por estabelecimentos⁷⁴. Contudo, mesmo as áreas de comércio e serviços estão voltadas ao desenvolvimento da agropecuária no município. Segundo SEMA-MT (2013, p.540) a maior parte do pessoal ocupado, cerca de 12.889 pessoas, desenvolve atividades na área comércio e serviços, 6.525 pessoas; na agropecuária 1.818 pessoas e 1735 pessoas em indústria de transformação (também relacionada à agropecuária, como laticínios e frigoríficos).

O município aumentou entre 2000 e 2011 mais de 40% o rebanho bovino, 50% do rebanho ovino e apenas 10% do rebanho suíno, SEPLAN-MT (2012)⁷⁵. A análise dos diversos Cartogramas do IBGE Cidades⁷⁶ indica Mirassol entre os municípios de expressão na produção de gado em Mato Grosso, fundamentalmente no eixo da Grande Cáceres.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (congrega os grandes grupos frigoríficos de capital nacional e internacional) do total de 83 plantas

⁷² O município de Mirassol D'Oeste será beneficiado com dois cursos de bacharelados em Administração e Ciências Contábeis, oferecendo cada um 50 vagas pela UNEMAT para o ano de 2014, custeado a partir de uma parceria entre a prefeitura (1/3 dos custos) e o Estado de Mato Grosso. Ver: <http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Noticias/Prefeito-deputados-e-reitor-debatem-implantacao-da-unemat-em-mirassol/>. Último acesso em: 01/12/2013.

A reitora da UFMT assinalou que levará ao conhecimento da presidência da República argumentando que o processo de expansão do ensino superior ainda está implementando o que foi projetado anteriormente e que novos projetos ainda precisam ser avaliados pelo Governo Federal. Ver site: <http://www.ufmt.br/ufmt/site/noticia/visualizar/12725/Cuiaba>. Último acesso em: 01/12/2013.

⁷³ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=51&codmun=510562&idtema=19&codv=v01&search=mato-grosso|mirassol-d'oeste|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Último acesso em: 10/10/2013.

⁷⁴ É preciso registrar que no 'Atlas do Trabalho Escravo no Brasil' (THÉRY et. al. 2012, p.28) houve em Mirassol do Oeste um foco de trabalho escravo identificado entre os anos de 1995 a 2006, com a liberação de mais de 250 trabalhadores. Em trabalho de campo, durante conversas informais, soube-se de grupos ligados à igreja que atuam ainda hoje na liberação de escravos na região, principalmente no trabalho com a cana-de-açúcar.

⁷⁵ Série histórica de 2000 a 2011 - SEPLAN-MT. Os dados foram entregues em meio digital na própria SEPLAN-MT, ainda seriam publicizados em um anuário de 2012.

⁷⁶ Dados do Censo Agropecuário de 2006. Ver: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=510562>. Último acesso em: 20/12/2013.

industriais no Brasil, 18 estão em Mato Grosso e 4 estão na região da Grande Cáceres⁷⁷, em: Araputanga; Mirassol do Oeste; São José dos Quatro Marcos e Cáceres.

Desde 2007 a Brasil Foods S.A opera em Mirassol, a partir de uma unidade de bovinos. A corporação aposta em Mato Grosso como estado estratégico para sua produção, em suas publicações e sites de notícias anuncia os aumentos de investimentos no estado, bem como as parecerias com o poder público para sua consolidação⁷⁸.

A planta de Cáceres da JBS – Friboi foi fechada em 2010 e os pecuaristas da Região pressionam para sua reabertura. A JBS afirma que a região não apresenta condições mínimas para sua produção, pois tem problemas ambientais e funciona de forma deficitária⁷⁹. Os pecuaristas de Mato Grosso ao mesmo tempo em que “exigem” a permanência das empresas reclamam dos entraves da negociação do preço, pois afirmam que vendem sempre para três grandes frigoríficos: **JBS/Friboi, Marfrig e BRF – Brasil Foods**. Denunciam as fusões ininterruptas destas empresas a partir de compra de diversas marcas e frigoríficos.

Tanto a JBS quanto a Brasil Foods S.A enfrentam problemas trabalhistas, amplamente divulgados na internet, em Mato Grosso e outras partes do país, respondendo judicialmente a denúncias⁸⁰. A empresa afirma que está regular com a justiça do trabalho e que está sempre atenta para que não haja “sobrecarga de trabalho”. Contudo, durante os trabalhos de campo os camponeses afirmam que quem se sujeita ao trabalho nestas empresas está subordinado à superexploração, tanto para quem trabalha entregando sua produção quanto para quem trabalha nos frigoríficos.

Apoiadas pelo Governo Federal, estas grandes corporações consolidam seu espaço político de produção a partir de reformas estruturais a fim de aumentar substancialmente sua produtividade, inclusive ampliando o processo de desestruturação da legislação trabalhista:

Vivemos um momento em que o governo Dilma aprofunda as reformas que visam retirar toda e qualquer legislação restritiva ao avanço do capital no Brasil, e não encontra nenhuma oposição! (...) Dá pra ilustrar com exemplos como tais ações que vêm ocorrendo (...). A BR Foods, produto da fusão da Sadia com a Perdigão, é um desses exemplos (...) Ou seja, o capital continua em sua marcha de concentração, centralização. E o governo apóia.

⁷⁷ Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC. Disponível em: http://www.abiec.com.br/2_mapa.asp. Último acesso em: 30/11/2013

⁷⁸ (ver Revista - <http://revistabrf.com.br> e <http://pontocapital.com/?pg=noticia&id=13409>).

⁷⁹ Ver matéria veiculada: “JBS Friboi posicionou-se e afirma que planta de Cáceres não será reaberta” publicada em 06/07/2013, num site de notícias de Mirassol do Oeste – MT. Ver: <http://www.agitandomais.com.br/v2012/index.php?pg=noticia&id=6273>. Último acesso em: 30/11/2013.

⁸⁰ Ver: <http://maismirassol.wordpress.com/tag/brasil-foods-mirassol-d-oeste/> e <http://www.formad.org.br/?p=1925/>; [http://www.mirassolmtnews.com.br/noticias.php?id=4957](http://www.mirassolmtnews.com.br/noticias.php?id=4957;); <http://www.mirassolmtnews.com.br/noticias.php?id=3857>. Último acesso em: 30/11/2013

Contraditoriamente, vemos que uma parte dessas empresas brasileiras que vão se tornando mundiais têm dinheiro dos fundos de pensão das estatais. É uma coisa curiosa, pois assim os próprios trabalhadores se tornam ‘interessados’ no fortalecimento de tais empresas. É uma espécie de nova soldagem da relação capital-trabalho, de forma a mostrar ambos como duas faces da mesma moeda.

E penso que as contradições na relação capital-trabalho vão se aguçar, pois, inevitavelmente, o país terá posto na pauta política a discussão da questão previdenciária... É só olharmos o item principal das medidas na Europa no momento de crise: retirada das conquistas sociais dos trabalhadores. O governo ainda não implementou tais políticas, mas inevitavelmente vai fazer isso no ano que vem, principalmente se tivermos o aprofundamento da crise mundial. E tudo indica que ela irá se aprofundar, o que, se ocorrer, impactará o Brasil também. Aí, tais questões vão aparecer, o que permitirá aos trabalhadores verificarem de que lado está o Partido dos Trabalhadores. E não tenho dúvidas de que esse lado é o do capital, não o do trabalho. Disponível em: <http://terralivre.org/2012/01/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania/>. Último acesso em: 16/12/2013.

Não podemos afirmar categoricamente, mas a região da Grande Cáceres por sua História, com a presença de muitos assentamentos e posseiros em luta pela terra, apresenta ainda resistência à entrada total destas empresas e das condições de superexploração do trabalho. Diferente de cidades como Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, espaços produzidos brutalmente, com a parceria do Estado, para a consolidação destas empresas.

Os camponeses do assentamento Roseli Nunes afirmam que não vendem sua produção a estes grupos, e que em geral os assentamentos não entregam sua produção de carnes, mas que há pequenos produtores da região que entregam e são superexplorados.

Um exemplo destas parcerias público-privadas ocorreu com o Grupo Marques & Caetano – GRANJA MARQUES, sediado em Mirassol do Oeste, que agrega cinco marcas de produtos alimentícios como embutidos; peixes; aves e produtos para nutrição animal. Este grupo matogrossense consolidou-se a partir dos fomentos do Estado para médios produtores, que aos poucos expandiram e tornaram-se grandes⁸¹.

O frigorífico do grupo, na lista do INDEA (2012) é o único regularizado no tocante à “saúde animal” para abatimento de aves. Realiza sua produção em parceria com os pequenos produtores, mas assim como na relação com os frigoríficos de carne bovina, em geral, os assentados da região não realizam a entrega de sua produção.

⁸¹ Como se vê na reportagem em que apresenta o empresário Domingos Aparecido Marques, proprietário do Grupo Marques de Mirassol D’Oeste em sua terceira parceria com o MT Fomento (subsidiado pelo governo de Mato Grosso). Disponível em: <http://www.mtfomento.mt.gov.br/principal/noticias/item/3365-microcr%C3%A9dito-%C3%A9-a-op%C3%A7%C3%A3o-para-expandir-neg%C3%B3cio>. Publicada em 10/01/2011. Último acesso em: 30/11/2013.

A análise da tabela da produção pecuária de Mirassol do Oeste, série histórica 2000-2011 SEPLAN (2012), indica a diminuição do rebanho avícola de galinhas, quase 50% e também de seus ovos – cerca de 20% de diminuição (produção camponesa para consumo e venda), um pequeno aumento dos rebanhos avícolas (galos, frangos e pintos) em 2011, apesar de ter quedas nos intervalos entre os anos de 2001 e 2010.

Em uma busca rápida pela internet foi possível ver trabalhos de análise de economistas que revelam a falta de “qualidade” da produção de aves na região da grande Cáceres devido à falta de regularização das áreas de abate e criação. Ou seja, insere-se o camponês na produção e busca o enquadramento industrial da produção e como não alcançado diminui-se o valor pago pelos produtos. Assim, a região apresenta “dificuldades” para sua inserção nas plantas industriais das produções avícolas de Mato Grosso, principalmente se comparada a outras regiões como o meio norte, onde estão os municípios de Sorriso, Campo Verde e Lucas do Rio Verde⁸².

Em relação à produção de leite, na série histórica 2000-2011, SEPLAN (2012), aumentou expressivamente neste período. O rebanho de ordenha na ordem de 6.076 cabeças (2000) passou para 12.560 (2011) e a quantidade de leite produzida passou de 7.291 (mil litros) para 14.243 (mil litros), ambos dobraram seu volume. Vale assinalar que o rebanho bovino efetivo do município é de 132.416 cabeças (2011).

Segundo dados do MAPA⁸³, na região da Grande Cáceres há um grande número de fábricas de laticínios e usinas de beneficiamento de leite, são onze estabelecimentos. Na tabela o grupo “Vencedor” é a maior usina de beneficiamento de leite, confirmando os dados levantados em campo a partir das experiências dos assentados. O laticínio Vencedor é de um grupo paulista com sede em São José dos Quatro Marcos com mais de oito municípios fornecedores na região.

Outro importante laticínio, o Rovigo, sediado em Curvelândia é propriedade de Antônio Bornelli Filho, foi eleito recentemente como presidente do Sindicato das Indústrias de laticínios de Mato Grosso (Sindilat-MT). Destaca-se também o laticínio que fica em Figueirópolis do Oeste, “Agro Industrial Soares Junior Ltda”, movimentando a maior quantidade de leite da região.

⁸² Ver artigo de Cleiton Franco et all. A ocupação da avicultura de corte em Mato Grosso. Porto Alegre: SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. <http://www.sober.org.br/palestra/13/279.pdf>. O autor assinala ainda subsídios do Estado e o avanço da produção de aves em Mato Grosso e as fusões para o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da avicultura.

⁸³ Não foi possível descobrir o ano do documento, pois não encontramos no site do MAPA, somente nos territórios da cidadania, mas como estes “territórios” são recentes, possivelmente trata-se de dados posteriores a 2010. Fonte: www.territoriosdacidadania.gov.br/o/893267+&cd=10&chl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Último acesso: 30/11/2013.

A produção de leite é estimulada nos assentamentos desde a elaboração dos PDAs (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), “a pecuária leiteira não constava no planejamento inicial de muitos municípios, sendo que foi amplamente estimulada pelos programas de financiamento” BRASIL (2010, p.46), mas tem se colocado, forçosamente, como alternativa mais viável e certa de produção.

Observa-se que o Governo Federal, a partir do ‘Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável - Território da Grande Cáceres’⁸⁴ BRASIL (2010, p.45-48), coloca o desenvolvimento da produção do leite como alternativa ao autoconsumo para a modernização do camponês, desde que se agregue às cadeias produtivas maiores e busque estratégias para o aumento de sua produtividade.

Uma vez que se constata um “quadro de baixa produtividade da agricultura familiar em decorrência da desorganização da produção e das principais cadeias produtivas” em que há unidades produtivas com sistemas de produção em estágios diferenciados de uso da base tecnológica agroindustrial, sendo que a média geral apresenta defasagem na tecnologia utilizada BRASIL (2010, p.46), é preciso desenvolver sua capacidade produtiva para que a ‘agricultura familiar’ continue desempenhando seu importante papel para o território da Grande Cáceres associada à produção pecuária:

A produção de leite, apesar de ser a principal fonte econômica para grande parte dos agricultores familiares, possui baixa produtividade. A baixa qualidade dos pastos, principalmente no período seco, aliada à baixa aptidão leiteira dos animais reduzem a produtividade e os ganhos financeiros dos agricultores familiares do Território. A necessidade de complementaridade da renda com a venda de bezerros faz com que se forme um ciclo vicioso da produção (necessidade de animais sem características leiteiras para valorizar o bezerro, gerando baixa produção e aumentando a dependência pela venda do bezerro).

Atualmente, a granelização e aumento da qualidade do leite vêm sendo discutidos **em todo o Território com sendo estratégias de elevar a rentabilidade da atividade**. A baixa produtividade da pecuária foi responsável direta pelos grandes impactos ambientais observados, a exploração da madeira e do garimpo, assim como a abertura de novas áreas de pastagens, a retirada das matas ciliares, erosão no solo entre outros pontos. A resolução destes problemas é fundamental para a sustentabilidade dos sistemas produtivos do Território (BRASIL, 2010, p.48).

⁸⁴ Não será possível ampliar o debate neste momento, mas é preciso assinalar a ação do Estado a partir destes planos que têm como base um “desenvolvimento territorial sustentável” compreendendo o território um tecido social que fornece as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital, viabilizadas pela concretização das parcerias público-privadas para seu ordenamento. Para aprofundar este debate ver o artigo de CONCEIÇÃO (2013) Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio. MERIDIANO. Revista de Geografia, número 2, 2013, p.81-104. – versão digital. <http://www.revistameridiano.org/>.

A análise dos dados oficiais, reportagens e documentos, indicam que a pecuária na região Sudoeste de Mato Grosso tem movimentado um alto volume de produção e buscado uma inserção cada vez maior no mercado internacional, aumentando sua produtividade. Contexto que pressiona o aumento da produção leiteira nos assentamentos e realiza inúmeras parcerias privadas com o Estado para sua consolidação.

Um dos exemplos é mais um “programa legal” como Mato Grosso gosta de lançar, é o “Leite Legal”, que trará processos de aprendizagem para manejo da coleta de leite voltado a pequenos e médios produtores. O programa é iniciativa do sistema CNA/SENAR (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que vem buscando parcerias com as Universidades, a exemplo da Universidade Federal de Mato Grosso⁸⁵. A expectativa, coincidentemente ao “Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável - Território da Grande Cáceres” Brasil (2010) é do aumento da produtividade e da qualidade do leite, pelos pequenos e médios produtores. Consequentemente, o aumento do preço e a inserção no mercado internacional.

Ao contrário do que se anuncia, o programa Leite Legal, que os produtores aumentarão o valor do leite, sob a égide do aprimoramento do produto modificará a estrutura produtiva nos assentamentos e a relação de exploração do trabalho. Sob o rótulo “o que se paga é a qualidade” os mecanismos deste controle certamente favorecerão os grandes laticínios, provavelmente diminuirá o pagamento pelo produto bruto por conta do aumento da exploração da capacidade de trabalho do camponês⁸⁶.

O gado, ao longo do século XX, constituiu-se como a força econômica do capital da região da Grande Cáceres, contudo, anuncia-se a abertura de uma outra relação, o avanço da produção de soja. A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006⁸⁷ para o Estado de Mato Grosso, considerando as décadas de 1970 a 2006, indica a aceleração deste processo, inserido no contexto de modernização e monopolização do capital na produção do espaço agrário mato-grossense. Para compreender o processo faz-se importante apresentar brevemente alguns dados sobre o

⁸⁵ Informações gerais sobre o programa, disponível em: <http://www.senar.org.br/programa/programa-producao-de-leite-de-qualidade>. Último acesso em: 30/11/2013.

Reportagem sobre a parceria com a UFMT, em Maio de 2013, disponível em: <http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=427311>. Último acesso: 10/10/2013.

⁸⁶ O incentivo do Estado para a produção de outros produtos, como por exemplo, o mel de abelha, apesar de estar presente em muitos planejamentos para pequenos produtores, não se consolida no município. Os camponeses do Roseli Nunes reclamam da dificuldade de formação técnica para seu desenvolvimento.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>. Último acesso: 10/09/2013.

Estado, para em seguida retomar os dados do município e estabelecer a relação da expansão da produção de grãos em Mato Grosso.

Em Mato Grosso houve o acréscimo de 10 vezes o número de tratores entre 1970 e 2006, aumentando brutalmente a ocupação das áreas com a produção de lavouras: de 753.749ha (1970) para 6.865.763ha (2006), um aumento de mais de 9 vezes. Ou seja, superior ao aumento das pastagens, uma vez que o aumento de áreas ocupadas por atividades agropecuárias é de 3,5 vezes.

No Estado as pastagens diminuíram em números absolutos e relativos, pois de 31.588.303ha em 1970 passaram para 22.809.021ha em 2006. O interessante do dado sobre pastagens é que ele soma as pastagens pecuárias às pastagens naturais o que sugere que as pastagens ocupavam quase o dobro das áreas agropecuárias ocupadas em 1970. A questão é: o que diminuiu foram as áreas do gado ou as áreas do cerrado? Uma análise minuciosa das imagens de satélites apresentadas anteriormente indica a diminuição expressiva das áreas de cerrado, na bacia do Alto Paraguai.

Segundo SEMA-MT (2013, p.57), com base nos dados do IBGE, o Mato Grosso é o maior produtor bovino do Brasil, com 12,86% da produção total, contando com 27.357.089 cabeças de gado. A maior parte deste rebanho está no Bioma amazônico, sendo 22.809.021 hectares áreas de pastagens. Da região da Grande Cáceres estão entre os dez maiores produtores de bovinos do Estado: Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Porto Espiridião (Bioma Amazônico) e Cáceres (Bioma Pantanal).

Há uma forte relação entre o desmatamento e a pecuária. A partir da leitura dos dados de 1970 em que as matas e florestas representavam quase 50% das áreas ocupadas, em 2006 não chegam a 36%. Considerando que estas áreas somam além das áreas de reserva legal as áreas de proteção permanente tanto nos Biomas Cerrado quanto Amazônico, observa-se que os estabelecimentos agropecuários não cumprem minimamente os 35% nas áreas de Cerrado e 80% nas áreas da floresta Amazônia, segundo a Lei Federal 12.651/2012 (o novo Código Florestal).

No tocante à produção agrícola, o Mato Grosso também lidera no ranking nacional da produção de grãos e oleaginosas. É o primeiro exportador de soja e algodão e o terceiro na produção de arroz. O bioma Cerrado é o que aporta a maior produção agrícola, quase 70% do total do Estado. SEMA-MT (2013). Hoje se busca conciliar a consolidação do desmatamento ao “melhor aproveitamento das áreas” com o avanço da produção de grãos, fundamentalmente soja, no circuito das commodities agrícolas.

A partir dos dados apresentados pela SEPLAN-MT (2011) em forma de anuário estatístico⁸⁸, sistematizados a partir de dados do IBGE, é possível identificar a desigualdade entre, área, volume de produção e valores das colheitas de grãos (geralmente commodities) e os produtos alimentícios no Estado de Mato Grosso.

Entre os anos de 2001 e 2010⁸⁹, enquanto a mandioca aumentou somente cerca de 10% da sua área e 20% da sua produção; e o tomate aumentou cerca de 30% em área e em produção; a melancia diminuiu em área e em produção obtendo certa instabilidade ao longo dos dez anos. Já o milho quadruplicou em área e em volume de produção e a soja dobrou em área e produção, acompanhados de um aumento do sorgo – plantio de alternância e preparo para o plantio de soja. Cerca de 70% da produção agrícola do estado é de soja.

Noutra tabela, com outra matriz de produtos⁹⁰, também observa-se a mesma movimentação, ainda que haja um aumento das áreas e dos volumes de produção do abacaxi, amendoim, feijão, há um aumento significativo da cana-de-açúcar, apesar de certa oscilação ao longo dos dez anos, e manutenção da área e do volume do algodão. Contudo há uma diminuição expressiva do plantio de arroz no estado, com 40% a menos de sua área e quase 50% de seu volume de produção.

Para a SEMA-MT (2013) a produção de alimentos é em grande parte fruto da agricultura camponesa (“familiar”), sendo a mandioca, a banana, o café, o feijão, o abacaxi e a borracha o maior volume de produção. O município de Cáceres é o 4º produtor de mandioca do Estado, sendo este o principal produto atribuído à agricultura camponesa na região da Grande Cáceres.

O município de Mirassol do Oeste seguiu seu ritmo e ampliou em número de tratores conta com 135 tratores em 109 estabelecimentos. Considerando o total de 1335 estabelecimentos no município nem 10% dos estabelecimentos contam com o equipamento. Mas, na relação com outros municípios da região, é um município com um alto índice. SEPLAN (2011)⁹¹.

88 Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads>.

89 Série histórica da área colhida e produção da cultura de mandioca, melancia, milho, soja, sorgo e tomate, 2001-2010. SEPLAN 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads>.

90 Série histórica da área colhida e produção da cultura de abacaxi, algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar e feijão, 2001-2010. SEPLAN 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads>.

91 Ver Anuário Estatístico de 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewcategory/1496-anuario-estatistico-2011?Itemid=0>. Último acesso em: 12/12/2013.

Os dados do município apresentados pela SEPLAN (2011; 2012)⁹² indicam a produção de alimentos com intervalos e tipos de produtos inconstantes. Coco, algodão e café somente apresentam dados de produção em 2002, o abacaxi só nos anos de 2002 e 2003 e mamão somente nos anos de 2008 e 2009, o que pode indicar a baixa produção destes produtos e conseqüentemente a ausência de sua informação.

Já, a banana teve ao longo de dez anos (entre 2000-2011) uma redução na área produzida e um pequeno aumento no volume da produção. Neste mesmo intervalo de tempo, o tomate apresenta manutenção em sua área de produção e uma queda de 10% em sua produção. A melancia teve redução em sua área de produção e oscilação em seu volume de produção, mantendo entre 150 e 200 toneladas anuais, ao longo dos dez anos.

Boa parte destes produtos existe nos assentamentos da região para consumo dos camponeses e não de sua comercialização. A comercialização é local. Exceto o algodão e a banana que teve uma queda em sua comercialização, mas vem sendo retomada.

Assim como em todo o Estado de Mato Grosso, entre 2000-2011 a área de produção de arroz foi reduzida a menos da metade de 500ha para 200 ha e a produção de 1.000 para 600 toneladas, representa quase 1% da produção do Estado de Mato Grosso (687.137 toneladas).

O feijão também teve sua área reduzida de 250ha em 2002 para 150ha em 2011. Mostra uma oscilação que pode ser explicada pelo aumento inicial dos anos de 2003 a 2005 com a fase de estruturação de muitos assentamentos do entorno, contudo, as dificuldades apresentadas em entrevistas como, por exemplo, a falta dos subsídios para o plantio, o uso de agrotóxicos de fazendas de cana próximas às áreas de plantio de feijão forçou o abandono da produção na região. Mas, a crise do preço do feijão em 2007 impulsionou uma nova produção mantendo-a por um tempo e agora apresentando nova queda na produção. Assim como o arroz, o município foi responsável por cerca de 2% da produção do Estado - 133.813 toneladas - com 275 toneladas em 2010.

Em dez anos a mandioca ampliou sua área de produção de 30ha para 150 ha, um aumento de cinco vezes e em volume um aumento de 4 vezes, passando de 450 para 1.950 toneladas. Além de a mandioca representar um dos alimentos mais importantes da cultura camponesa em Mato Grosso, outra possível explicação é a promoção das farinheiras pelo Estado como proposta de consolidação dos assentamentos no começo dos anos 2000.

⁹² Para a análise da produção de Mirassol do Oeste sistematizou-se uma tabela com os dados, uma série entre os anos de 2000 a 2011. Apresentados pela SEPLAN (2012) e Anuário Estatístico de 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewcategory/1496-anuario-estatistico-2011?Itemid=0> Último acesso em: 12/12/2013.

A produção de cana-de-açúcar aparece registrada a partir de 2003 e sua produção aumenta expressivamente de 250ha (2003) para 5.527ha (2011), mais de 22 vezes, com 469.795 toneladas produzidas em 2011. Perfazendo cerca de 3% da produção total do Estado em 2010 – 14.564.724 toneladas, indicando sua expansão na bacia do Alto Paraguai.

A produção do milho apresentou forte oscilação no período apresentado, com um aumento entre os anos de 2002 e 2005, uma queda entre os anos de 2006, um aumento nos dois anos posteriores e agora parece estar em queda novamente, tanto em sua área quanto em seu volume de produção. A produção de soja no município ainda é pequena, seus registros aparecem somente no ano de 2003 com uma área de 800ha, chegando a 1.865ha de área plantada e colhida e, 2011, sendo produzidas de 1.920,00 toneladas (2003) a 5.819 toneladas em 2011. Seu valor no município passou de R\$975.000 para R\$3.491.000, por tonelada produzida, demonstrando aumento crescente.

Em entrevista sobre a festa do 1ºBoi no Rolete⁹³, o prefeito Elias Leal (PSD) anuncia as mudanças que estão por vir com a chegada da soja, assumindo o discurso de ‘aproveitar as antigas áreas de gado, pois não precisa desmatar’ e aumentar a produtividade do estado. Declara que, com quase 50 anos de fundação, Mirassol do Oeste “precisa respirar progresso” ampliando seus horizontes produtivos e para isto, além de iniciativas como a festa do boi, que criará “uma identidade para o município, que tem um dos maiores rebanhos bovinos de Mato Grosso”, e grandes plantas frigoríficas, fortalecerá uma integração entre “lavoura e pecuária, podendo atrair investidores para produzir soja, milho, sorgo e outras culturas em áreas já exploradas pela pecuária”.

Para tanto, o Governo de Mirassol D’Oeste anunciou essa semana a **criação de um banco de dados com informações de produtores locais que pretendem vender ou arrendar suas propriedades rurais para empresários do agronegócio que desejarem investir neste município, como forma de fortalecer este setor tão importante para o desenvolvimento econômico.** Neste momento em que o agronegócio brasileiro responde por cerca de 40% das exportações do país, e bate novo recorde histórico, o prefeito de Mirassol D’Oeste entende ser necessário que os segmentos que o compõe aprendam a interagir entre si e deixem de debater qual é o elo da cadeia produtiva responsável pelo sucesso do setor. “Por isso creio que, além da união do sistema de integração da lavoura e pecuária é uma grande ferramenta para ajudar o produtor rural a definir o caminho certo na busca de melhores índices de produtividades e consequentemente melhorar sua renda”.

Mirassol vive atualmente um momento importante na sua história com perspectivas reais de crescimento, com a retomada da exploração por parte da **Bemisa do Projeto Jauru Fosfato; instalação da Agência da Caixa Econômica Federal; investimentos do Governo Federal através do PAC 2** em saneamento básico

⁹³ Prefeitura de Mirassol do Oeste (29/10/2013). Disponível em: <http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Noticias/Mirassol-doeste-ganha-referencia-como-a-capital-do-boi-no-oeste-e-entra-na-rota-da-soja-no-estado>. Acesso em 08/11/2013

(esgoto, asfalto e água); gestões do Governo Municipal que resultaram na criação da Fundação Municipal de Saúde “Samuel Greve”, que hoje administra a recém instalada unidade municipal hospitalar “Samuel Greve”; para a instalação de campus da UNEMAT, UFMT, IFCT e SENAI. (Grifos acrescentados).

Além da construção da representação da “capital do Boi” e do fortalecimento da implantação de plantas frigoríficas, o prefeito anuncia o “desenvolvimento” para a região, que conta com muitos assentamentos a serem inseridos em diversos momentos das cadeias produtivas do agronegócio da carne e da soja. Certamente sofrerá intensa pressão para a perda de suas terras e desestruturação, associada ao contexto nacional de pressão para a liberação dos títulos de terras para os assentamentos e o retorno ao mercado de terras, liderado pela Senadora Kátia Abreu.

Vale assinalar que no tocante a relações de trabalho os municípios da micro-região de Jauru apresentam fraco processo de arrendamento, com poucos estabelecimentos usando esta relação, segundo dados do IBGE (2006) em Mirassol são somente 5. Caso confirme-se o avanço da produção de grãos na região, é possível que a prática de arrendamento estabeleça-se como mais um elemento de desestruturação dos assentamentos.

Este contexto de produção realiza um PIB per capita a preços correntes de R\$15.600,43; situando Mirassol medianamente em relação a outros municípios de Mato Grosso ao ser comparado com grandes PIBs como o de Sapezal R\$27.202,68 (terras do Senador Blairo Maggi). Realizado também por sua concentração fundiária, conforme o índice de Gini por volta de 0,8 apresentado pelo DATALUTA – MT (2012). Segundo o sociólogo Inácio Werner⁹⁴:

O latifúndio se renovou e hoje gerencia um moderno sistema chamado agronegócio, que controla as terras e a produção. Dados do último censo agropecuário de 2006 indicam que 3,35% dos estabelecimentos, todos acima de 2.500 hectares, detém 61,57% das terras. Na outra ponta, 68,55% dos estabelecimentos, todos até 100 hectares, somente ficam com 5,53% das terras. A concentração das terras traz um reflexo direto para a agricultura familiar. Enquanto a média nacional de apropriação é de 33,92% dos recursos, em Mato Grosso esta fatia cai para 6,86%. Em outras palavras, 93,14% do bolo fica com a agricultura empresarial. IHUNISINOS (2011).

O recente documento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, SEMA-MT (2013, p.53) relaciona claramente a concentração fundiária à expansão da produção de grãos, mais especificamente da soja. Contudo, mesmo reconhecendo a concentração de terras um problema

⁹⁴ O referido autor é militante ativo no Estado de Mato Grosso, a partir da ONG Centro Burnier Fé e Justiça, ligado à igreja católica. Entrevista realizada em 02/08/2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/45914-do-latifundio-ao-agronegocio-a-concentracao-de-terras-no-brasil-entrevista-especial-com-inacio-werner>. Último acesso em: 20/10/2013.

social, um barreira ao “desenvolvimento sustentável”, não apresenta os dados da estrutura fundiária do Estado e tão pouco discute os mecanismos de sua produção.

Os dados fundiários da Grande Cáceres, quadro 13, permitem visualizar a concentração das terras em Mirassol do Oeste (apenas 13 estabelecimentos ocupa 59,8% da área do município) ao mesmo tempo em que indicam alguma parcela de terras nas mãos dos antigos posseiros, vindos ainda nos anos 1950 (com 19,6% de estabelecimentos em áreas menores de 10 hectares) e de muitos assentados (com 929 estabelecimentos com área entre 10 e 100 hectares, perfazendo 70% do número de estabelecimentos do município).

Situa-se como o segundo município com maior concentração de terras desta região, atrás de Cáceres, contraditoriamente também o segundo em número de estabelecimentos próximo ao seu módulo fiscal (80ha) certamente representado pelos assentamentos.

Nesta mesma tabela é possível situar o pequeno município vizinho, Curvelândia, que como veremos adiante se produz a partir da agricultura camponesa de pequenos e médio porte, com aproximadamente 35% de sua área com estabelecimentos de até 100ha, e 50% com estabelecimentos entre 100 e 1.000 ha.

Brasil, Mato Grosso e Municípios da Grande Cáceres - Escalas de Tamanho das Propriedades Áreas e Percentuais

		Grupos de área total.																							
Brasil, MT e Município	Módulo Fiscal (ha)	Total		Mais de 0 a menos de 10 ha				De 10 a menos de 100 há				De 100 a menos de 1000 há				De 1000 a menos de 2500 ha				De 2500 ha e mais				Média dos estabelecimentos acima de 2500 ha	Produtor sem área
		Total de estabelecimentos	Total de Área dos estabelecimentos (Hectares)	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Percentual estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Percentual de Área estabelecimentos		
Brasil		5.175.489	329941393	2.477.071	47,87	7.798.608	2,37	1.971.577	38,1	62.893.092	19,07	424.906	8,21	112.696.478	34,15	31.899	0,62	48.072.546	14,57	15.012	0,29	98.480.672	29,85	6560,1	255.024
Mato Grosso		112.978	47.805.514	14.987	13,26	58.603	0,12	61.774	54,67	2.582.257	5,4	26.577	23,52	8.109.979	16,96	4.870	4,31	7.621.694	15,94	3.754	3,32	29.432.982	61,57	7840,4	1.016
Cáceres	80	2.524	1.182.936	285	11,3	1.372	0,12	1.697	67	57.440	4,9	398	15,8	137.366	12	67	2,65	104.969	8,87	75	2,97	881.789	74,5	11757	2
Curvelândia	80	470	28.192	121	25,7	669	2,38	301	64	9.117	32	46	9,78	14.472	51	2	0,43	X	X	-	-	-	-	####	-
Figueirópolis D'Oeste	80	534	70.169	52	9,75	229	0,33	367	69	13.354	19	105	19,7	28.622	41	4	0,75	6.305	8,99	4	0,75	21.659	30,9	5415	2
Jauru	80	890	102.211	63	7,06	330	0,31	688	77	24.486	24	119	13,4	27.590	27	11	1,24	16.614	16,3	9	1,01	33.188	32,5	3688	-
Lambari D'Oeste	80	281	76.828	46	16,4	276	0,36	159	57	5.269	6,9	60	21,4	19.572	25	11	3,91	17.886	23,3	4	1,42	33.817	44	8454	1
Mirassol d'Oeste	80	1.335	171.035	262	19,6	1.005	0,6	929	70	27.645	16	124	9,29	33.939	20	4	0,3	6.108	3,57	13	0,97	102.338	59,8	7872	3
Pedra Preta	60	908	276.808	98	10,8	346	0,12	501	55	13.723	5	145	16	55.066	20	58	6,39	92.408	33,4	23	2,53	115.265	41,6	5012	#
Pontes e Lacerda	100	1.241	525.653	145	11,7	616	0,12	697	56	27.627	5,3	302	24,3	94.257	18	49	3,95	80.726	15,4	44	3,55	322.426	61,3	7328	4
Porto Esperidião	80	894	352.011	96	10,7	327	0,08	440	49	16.584	4,7	279	31,2	96.217	27	52	5,82	79.105	22,5	27	3,02	159.776	45,4	5918	-
Porto Estrela	80	502	139.702	88	17,5	443	0,32	252	50	9.567	6,9	131	26,1	44.744	32	14	2,79	20.263	14,5	11	2,19	64.684	46,3	5880	6
São José dos 4 Marcos	80	1.327	111.615	227	17,1	1.211	1,09	884	67	29.588	27	200	15,1	56.156	50	16	1,21	24.657	22,1	-	-	-	-	####	-
Reserva do Cabaçal	80	269	73.296	61	22,7	219	0,29	139	52	4.764	6,5	51	19	14.084	19	8	2,97	15.286	20,9	10	3,72	38.943	53,1	3894	-
Salto do Céu	80	435	85.911	55	12,7	252	0,3	252	58	8.823	10	104	23,9	34.344	40	19	4,37	27.389	31,9	3	0,69	15.101	17,6	5034	2

Quadro 13 – Contexto fundiário da Região da Grande Cáceres. Fonte: IBGE - Censo Agropecuário / Ano = 2006. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?t&=t&o=11&i=P&c=1244> / http://www.centroburnier.com.br/2010/06/jul/07_dados_mt_municipios_propiedades.pdf. Reelaboração: Inácio - Centro Burnier e Justiça. Adaptado

Em Mirassol do Oeste são seis assentamentos: Roseli Nunes (331 famílias); Santa Helena II (53 famílias); Providência I (67 famílias); São Saturnino (112 famílias); Margarida Alves (144 famílias) e Vila Rural Modelo Fitoterápico (25 famílias); um total de 732 famílias, BRASIL (2010).

Para refletir sobre a luta pela terra na região, partirmos dos dados do IBGE (2006) que apresenta no total do Estado de Mato Grosso 3,8% do total de estabelecimentos na categoria produtor sem área declarada, com 1.016 (unidades) de produtor sem área. Seriam estes produtores famílias sem terra? Caso sejam, as mobilizações pelo Estado de Mato Grosso mostram um número muito maior.

De acordo com dados da CPT são de 2003 até 2012 são mais de 15 acampamentos com mais de 8.000 famílias⁹⁵. As informações da Ouvidoria Agrária do INCRA de Mato Grosso reiteram este número (informalmente, não há dados publicizados), confirmam a distribuição de 8.000 cestas básicas, sugerindo no mínimo 8.000 famílias acampadas.

Segundo o MST-MT (em entrevista) são mais de 2.000 famílias sem terra em luta a partir deste movimento. Com a FETAGRI – MT no final de 2012 eram 800 famílias nas proximidades da Gleba Marzagão I e II⁹⁶, na baixada Cuiabana.

A luta pela terra em Mato Grosso ainda gera conflitos sendo registrados nos últimos três anos mais de 24 focos, mantendo-se cerca de 10 focos até 2013, dois deles na região de Cáceres (Fazenda Nova Mutum e Fazenda Rancho Verde). Os principais focos estão na região norte e nordeste do Estado, envolvendo terras indígenas e acampamentos, além de desapropriações de posseiros e assentados por obras de construção de barragens⁹⁷. Nos últimos 25 anos, foram mais de 110 pessoas assassinadas no Estado.

No ano de 2013 os conflitos no Vale do Araguaia mantiveram-se avivados por conta da reintegração de posse da Terra Indígena de Marãiwatsedé e da demarcação de um Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Retireiros do Araguaia. Estes conflitos trouxeram casos de violência extrema com atentados à liderança dos Retireiros, chegando a cidade de Luciara a ficar sitiada por uma semana (ninguém entrava nem saía da cidade), mantendo na lista de ameaçados de morte da CPT o Bispo Dom Pedro Casaldáliga e certamente entrarão os retireiros Rubem Taverni Sales, sua esposa Ines Ana Wickroski Sales e filho Dimitri Wickroski Sales; José

95 Ver site: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/4-caderno-conflitos?Itemid=23>

96 Ver site: http://www.fetagrimgt.org.br/noticia_ler.php?id=195.

97 (Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/6-areas-em-conflito/303-areas-em-conflito-2012?Itemid=23>. Último acesso: 25/11/2013).

Raimundo Ribeiro da Silva e sua esposa Rita de Cássia de Azevedo; Lidiane Taverni Sales e Jossiney Evangelista Silva.

Segundo a CPT, em 2012 no Brasil foram 794 focos de conflitos, envolvendo 81.074 famílias e uma área de 13.181.559 hectares, indicando que a luta pela terra ainda vive.

A análise de OLIVEIRA (2013) questiona a situação das terras no Estado de Mato Grosso e a ausência do Estado no sentido de viabilizar assentamentos e a realização da reforma agrária. A partir dos dados do IBGE (2006), OLIVEIRA (2013) apresenta que no Estado de Mato Grosso em sua área total de 90.338.609 hectares⁹⁸ somente 58.231.757 hectares (64%) destas áreas são cadastradas, sendo o restante em situação de desconhecimento de sua 'natureza'. Deste total de áreas 56.843.815 hectares (12.557 imóveis) são improdutivas, e 32.106.852 hectares (36%) são terras devolutas.

Nos mapas apresentados por OLIVEIRA (2013), da distribuição de terras devolutas em Mato Grosso por municípios, chama atenção o fato de que na região da Grande Cáceres os municípios de Mirassol do Oeste e São José dos Quatro Marcos, ambos produzidos a partir de projetos de colonização privada, apresentam de 50% a 90% de suas terras devolutas. Esta região é também movimentada por acampamentos e luta pela terra, e ainda apresenta enorme capacidade de realização de projetos de assentamentos.

2.2.1.II.A) CURVELÂNDIA

Apresenta-se brevemente este município por conta da sua relação cotidiana com o assentamento Roseli Nunes, pois apesar do assentamento estar legalmente sob a responsabilidade municipal de Mirassol do Oeste, muitas ações em relação à agricultura camponesa partem de Curvelândia. Outro motivo pelo qual definiu-se apresentar este município é ser coadjuvante da questão da Caverna do Jaboti – área de conflito entre o Assentamento e o município.

Curvelândia emancipou-se em 1998, no dia 28 de janeiro de 1998 sob a lei de n. 6.981, desmembrado dos Municípios de Cáceres, Mirassol do Oeste e Lambari do Oeste. O contexto de ocupação de Curvelândia não foge ao processo sofrido por Mirassol do Oeste, que não trataremos com o mesmo detalhamento, no entanto os sujeitos políticos que marcam sua história são outros:

⁹⁸ No site do IBGE Cidades, apresenta a área de Mato Grosso em quilômetros quadrados: 903.366,192 Km² <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>. Último acesso em 25 de Novembro de 2013.

A primitiva denominação do lugar foi "Curva do Boi", posteriormente alterada para Curvelândia. Segundo depoimento do deputado José Lacerda, o nome Curva do Boi surgiu na década de setenta: "...vinha uma comitiva de bois da região de Rio Branco, eu era um dos boiadeiros, quando de repente, na curva surgiu um ônibus, atropelando nove bois, a partir deste fato o ponto passou a ser conhecido como Curva do Boi". A história do lugar está intimamente ligada a duas personalidades da política matogrossense, que não militavam na política na época do acidente, o então açougueiro e mais tarde **brilhante advogado e deputado, José Lacerda**, e ao ainda empresário do ramo de **transporte rodoviário** e também **deputado Amador Tut**. BRASIL (2010, p.25) (Grifos acrescentados).

Só para situar, a TUT é uma das mais importantes empresas mato-grossenses de transporte rodoviário. Coloca-se como a “pioneira” da região. E ainda hoje controla grande parte dos fluxos rodoviários de passageiros pela região meio-norte do Estado.

Em linhas gerais, segundo IBGE (2010), Curvelândia é distante 311km da capital Cuiabá e apresenta uma população de 4.866 habitantes, cinco vezes menor do que Mirassol do Oeste e uma área territorial de 359,762(km²), com densidade demográfica de 13,53hab/km². Segundo BRASIL (2010) há dois assentamentos em seu território: Tupã e Providência III, com 114 e 74 famílias assentadas respectivamente.

Assim como Mirassol, Curvelândia recebeu camponeses posseiros, camponeses que adquiriram pequenas propriedades e outros ainda estão sem terras, na região há mais de oitenta anos. Conta com quase 40% de sua população vivendo no campo IBGE (2010). Muitos dados não estão disponíveis para este município, por se tratar de um município recentemente emancipado.

Curiosamente, os dados da produção estão bem sistematizados pela SEPLAN (2011; 2012)⁹⁹. Os dados de Curvelândia apresentam uma série anual maior, com uma diversidade maior de produtos, mesmo com lacunas em alguns anos.

A produção de coco, tangerina, algodão e café aparecem somente em 1998 e a de laranja aparece também em 1999. Há um furo na apresentação dos dados, pois não há informações sobre os anos de 2005, 2006 e 2007. O maracujá é apresentado na série apenas entre os anos de 1999 e 2003, apesar do aumento tanto na área de produção, de 17ha para 21ha, quanto no volume de 490 para 672 toneladas, somam os dados entre 2004 e 2010.

O abacaxi aparece em 1999 com manutenção da área e aumento de cerca de 20% no volume de produção. O mamão tem um aumento expressivo tanto em sua área plantada de 3 para 13 hectares

⁹⁹ Para a análise da produção de Curvelândia sistematizou-se uma tabela com os dados, uma série entre os anos de 2000 a 2011. Apresentados pela SEPLAN (2012) e Anuário Estatístico de 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/index.php/component/jdownloads/viewcategory/1496-anuario-estatistico-2011?Itemid=0> Último acesso em: 12/12/2013.

quanto em sua produção de 60 para 260 toneladas. Boa parte destes produtos existe nos assentamentos para consumo dos camponeses, com pequena comercialização local.

Assim como em Mirassol do Oeste a área de produção de arroz foi brutalmente reduzida de 85ha (1998) para 15ha (2010) e o volume de produção reduzido a menos da metade de 213 para 45 toneladas. Também o feijão teve sua área reduzida de 50ha (1998) para 20ha (2010), posteriormente mostra uma oscilação e apresenta nova queda na produção de 18 toneladas cai para 12, também oscilando entre 1998 a 2010.

A mandioca tem um aumento expressivo de sua área de produção de 10 para 120 hectares, ou seja, um aumento de doze vezes, em volume um aumento de 150 para 1.680 toneladas. De igual modo a Mirassol, possivelmente o aumento se dê em função dos assentamentos e da promoção das farinheiras pelo Estado como proposta de consolidação dos assentamentos no começo dos anos 2000. O milho também apresenta queda de uma área de 200ha em 1998 cai para 180 ha em 2010. Seu volume de produção oscila, de 500 (em 1998) para 900 toneladas em 2001 e 300 toneladas em 2002, recuperando-se em 2009 com 630 toneladas e caindo novamente em 2010.

Já a área de produção de cana-de-açúcar aumenta de 400 para 1.257 hectares, com um volume de 28.000 toneladas (1998) para 101.817 (2010), amplia-se quatro vezes. Os dados da produção de soja aparecem entre 1999 e 2002 com aumento de dez vezes a área (de 40 para 400 ha) e o volume de produção (de 120 para 1.080 toneladas), aumentando seu valor em cinco vezes em apenas quatro anos (de R\$64 mil para R\$ 324 mil reais). Depois os dados não são mais contabilizados pela SEPLAN, apesar de não apresentar dados de arrendamento de terras no município, identificou-se esta iniciativa em trabalho de campo.

No tocante à produção pecuária, em Curvelândia são 392 estabelecimentos agropecuários, permanecendo em uma classe de baixa à média no geral do Estado de Mato Grosso, segundo cartograma do IBGE (2006)¹⁰⁰. A partir da análise da série histórica de 2001 a 2011 - SEPLAN-MT (2012), o município aumentou em cerca de 20% do rebanho bovino de 33.904,00 cabeças para 49.219,00, aumento inferior ao do Município de Mirassol do Oeste de 50%.

Dobrou o rebanho ovino passando de 380 em 2001 para 845 em 2011; teve um aumento expressivo do rebanho suíno, de 620 para 3.601 cabeças, ou seja, 6 vezes em número de rebanho. Possivelmente esta produção está vinculada aos pequenos produtores e uma comercialização local, uma vez que não há na região grandes abatedouros suínos.

¹⁰⁰ Ver: <http://cidades.ibge.gov.br/cartograma/mapa.php?lang=&coduf=51&codmun=510562&idtema=3&codv=v100&search=mato-grosso|mirassol-d-oeste|censo-agropecuário-2006>

Diferentemente de Mirassol, apesar de uma leve diminuição do rebanho avícola de galinhas, 12.430 em 2001 para 11.681 em 2011, sua produção manteve-se na mesma medida dos rebanhos avícolas (galos, frangos e pintos). Houve ainda o aumento da produção de ovos de galinha, de 44 para 57 mil dúzias. Provavelmente apesar da presença do frigorífico agrícola em Mirassol do Oeste, não houve a diminuição da produção camponesa em função do aumento da produção inserida na planta de corte de aves.

Houve aumento expressivo no rebanho Ovino de 380 unidades em 2001 para 845 unidades em 2011, somando-se ao aumento expressivo em Mirassol, percebe -se que a presença da Cordeiro Premium em Porto Estrela tem movimentado a produção.

Os dados de vacas ordenhadas e produção de leite permitem dizer que houve nesta série um aumento expressivo da produção de leite neste município, de um rebanho de ordenha na ordem de 742 cabeças em 2000 passou para 1.920 em 2011, mais que o dobro. E a quantidade de leite produzida passou de 720 (mil litros) para 2.627 (mil litros), um aumento de três vezes e meio do volume. Como já foi dito, junto a Mirassol do Oeste a produção do leite nesta região, realizada por pequenos produtores, é vinculada aos laticínios que concentram a produção para o processamento e industrialização e pagam baixos preços para o produtor.

Curvelândia, diferentemente de Mirassol, apresenta alguma preocupação cotidiana com a agricultura camponesa (para o Estado familiar), possível de verificar a partir do site da prefeitura com inúmeras reportagens sobre as parcerias entre as associações de pequenos produtores e a prefeitura¹⁰¹. As iniciativas não estão diretamente vinculadas aos grandes sindicatos rurais, geralmente estão vinculadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais e das associações organizadas nos assentamentos nos dois municípios.

As reportagens mostram a contradição entre a preocupação com a “melhoria de vida dos assentados e pequenos agricultores com alguma autonomia de seu processo produtivo” em troca de sua inserção na cadeia produtiva do agronegócio. Em geral as reportagens focam o abastecimento das escolas e oferta de cursos, em parceria com o governo Estadual, de capacitação técnica voltada aos interesses da inserção dos camponeses principalmente para a produção de leite e de queijo. Curvelândia é a capital do queijo! Corroboram assim para fortalecer

¹⁰¹ As manchetes apresentadas comprovam este processo: Distribuição de hortaliças CONAB; Reunião MT Fomento; Curso de Derivados do Leite; Cursos na área rural; Agricultura Familiar; Prefeitura de Curvelândia incentiva a agricultura familiar; Hoje podemos contar com um "Patrulha agrícola", trator com vários implementos agrícolas, equipamentos estes que irão apoiar o pequeno pecuarista e produtor rural de nosso município; Recuperação e manutenção das estradas vicinais do município; Ver site: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/>. Último acesso em: 10 de Novembro de 2013.

o grande objetivo dos planos ligados à “agricultura familiar”: sua inserção na cadeia produtiva do agronegócio.

Mas, a preocupação central de Curvelândia é o turismo, com a promoção da Caverna do Jaboti e a implantação do circuito das águas, a discutir-se adiante, ao abordar os atuais conflitos vividos pelo Assentamento Roseli Nunes.

Em síntese: a análise deste contexto regional indica que apesar da pressão exercida pela consolidação da produção do leite como única fonte de renda e produção nos assentamentos da região, é possível identificar alguma diversidade na matriz da produção, considerando a participação dos assentamentos nos dois municípios. Também fornece bases para analisar as questões apresentadas adiante no tocante à realidade atual do assentamento, como o conflito da Caverna do Jaboti e a dificuldade de acesso água.

Compreender e identificar as forças que atuam na produção do espaço regional da Grande Cáceres, em especial no município de Mirassol do Oeste e de Curvelândia, vivenciados pelo assentamento Roseli Nunes, fez com que paulatinamente fosse possível compreender as palavras de OLIVEIRA (1996; 2001):

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão(...) No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra.

Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Contexto que impulsionou e ainda impulsiona muitos camponeses sem terra a lutar por ela. Como veremos a seguir no processo de constituição do assentamento Roseli Nunes.

2.2.2 ACAMPAMENTO E PRÉ-ASSENTAMENTO: PROCESSO

HISTÓRICO

O caminho teórico para o estudo da questão agrária e particularmente dos movimentos sociais no campo tem que ir além da chamada espacialidade diferencial. Tem que buscar no entendimento da luta, sua dimensão espacial. Móvel, movente, flexível, assim é a luta travada pelos camponeses. Por isso, é importante trabalhar com a noção de espacialização da luta. Os acampamentos, as caminhadas, as ocupações, são processos que fazem a luta mover-se pelo território apropriado privadamente pelos proprietários de terra e ou pelos capitalistas. É como se eles não estivessem em lugar nenhum e ao mesmo tempo estivessem em todos os lugares onde há a necessidade de erguer uma bandeira de luta. São homens, mulheres, crianças que fizeram da opção pela terra uma luta cotidiana sem fim. Por isso eles brotam por todos os cantos cantando seus hinos de guerra. A sua luta espacializou-se, espacializando com ela a luta pela cidadania (OLIVEIRA, 1997, p.08).

O uso dos mapas no memorial materializa (e simboliza) a memória e espacialização desta luta assumindo como possibilidade a resistência da classe camponesa (ainda que se reconheça o franco processo de empobrecimento e expropriação a qual está subjugada) e viabiliza estratégias para a permanência na terra, a partir da compreensão e reflexão sobre suas representações, forjadas na contraditória práxis cotidiana.

O processo de mapeamento comunitário no assentamento Roseli Nunes estabelece-se na interlocução com o chamamento da espacialização da luta camponesa. Aqui o mapa revela a movimentação da luta, seu sentido político espacial, o que orienta a produção dos acampamentos, indicando ainda a origem da tensão individual-coletivo que se estabelece no processo de consolidação dos assentamentos. Para tanto, é preciso situar historicamente a questão agrária no Brasil no final dos anos 1990, sua relação com a mobilização camponesa na região da “Grande Cáceres” e a inserção do MST em Mato Grosso.

Tendo como ponto de partida a análise de Feliciano (2006; 2009) que, a partir dos anos 1990, com o governo do então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, vê o Estado intensificar seu processo de despolitização da questão agrária e da violenta supressão da mobilização camponesa, em especial do MST “procurando ao máximo dirimir sua força enquanto classe presente na sociedade capitalista” (FELICIANO, 2009, p.96).

Este processo não é novo no Brasil, mas ganhou expressão neste período. As leituras de diversas reportagens sobre a questão agrária dos anos 1950, 1960, 1970 e 1980, a partir de trabalhos como os de Oliveira (1997); MORENO (2007) e HEINST (2003), demonstram que o Estado desde o começo do século XX, a partir da mídia, por meio de planos e programas de desenvolvimento e colonização e de políticas de intervenção econômica promoviam a desvinculação entre a questão da terra e seu conteúdo político.

FELICIANO (2006; 2009) traz como contribuição fundamental a compreensão de como os espaços de controle do Estado sobre a questão agrária vão além, pois “o caminho estrategicamente adotado pelo governo federal transitou em torno de três espaços: judicial, institucional e midiático”. São representações do espaço da questão da terra e do território capitalista que promovem o espaço concebido do capital e procuram desarticular a luta camponesa ao mesmo tempo em que criam condições de sua permanência e recriação a partir de seus espaços de luta (espaços de representação):

O espaço judicial cria, transita e vincula-se a toda forma de punição, extinção e repressão das ações adotadas pelo movimento camponês, que venham a infringir ou transgredir aquilo que está fundamentado nos ditames da lei. Esse espaço ocorre com a própria confusão e diversidade interpretativa que a Constituição Federal propicia, na implantação e formulação de leis complementares, medidas provisórias, regulamentos, etc. Os seus agentes centrais de manutenção são sustentados por uma estrutura de poder que, em momentos determinados, apresenta-se local, regional e nacionalmente, envolvendo juízes, delegados, promotores, advogados, técnicos preocupados com a manutenção da “ordem estabelecida”.

O espaço institucional cria mecanismos de sustentação política, científica e ideológica para, de um lado, afirmar e apresentar as propostas e entendimento do governo, no tocante ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e, de outro lado, explicar o atraso das relações baseadas na reivindicação dos movimentos camponeses de lutar pela democratização do acesso à terra e em denunciar a viciosa estrutura agrária brasileira. As instituições internacionais como FMI, BID, FAO, são os principais agentes que estabelecem e determinam orientações, sobretudo econômicas, para o desenvolvimento dos países que “forçosamente” estão presos a dívidas e empréstimos com os referidos órgãos.

Para fechar o ciclo deste processo, o governo federal apoia, se utiliza e constrói com todo o engajamento **o espaço midiático**. O entendimento do espaço midiático passa pela construção, uso e divulgação de informações que, muitas vezes, são manipuladas para se chegar a uma ideia de mundo rural ideal. É pelo espaço midiático que as ações do espaço judicial e institucional ganham vitalidade e visibilidade. É por ele que, atualmente, basta preencher um cadastro e esperar para ser assentado ou formar uma associação e comprar terra do latifundiário “comprometido” com a reforma agrária... Por outro lado, este mesmo espaço serve para garantir a construção de imagens e vinculações depreciativas do movimento camponês, como o atraso do mundo rural, a violência, a desordem, suas irregularidades e fragilidades internas, etc. (FELICIANO, 2009, p.96/97).

Segundo LEFEBVRE (2008) a resistência revela o espaço político, reclama o reducionismo do sentido político às políticas de Estado. Logo, questiona a ordem do espaço dado como realizado e movimenta rumo à nova produção do espaço.

É evidente (é preciso repisar?) que essa economia política do espaço, enquanto expressão teórica e crítica de uma prática social no quadro da sociedade existente (das relações de produção capitalistas), não anula a produção dos bens ditos de consumo (duráveis ou não), nem os problemas aí implicados. E, inclusive, ela se refere a esses problemas; mas ela tende a *deslocar* as questões essenciais, ou melhor, a mostrar os *deslocamentos* que se realizam efetivamente na prática, com os procedimentos e resultados habituais, a saber, substituições de agentes e de pessoas, transferências de responsabilidades, usurpações de competências e de poderes, às vezes de ideologias, confrontações e estratégias novas. O problema da posse e da gestão dos meios de produção permanece intocado, embora deslocado para a produção, para a gestão, para a organização do espaço. O que amplia o problema, ao invés de resolvê-lo. Em termos mais adequados: o que amplia as contradições, ao invés de aboli-las! (LEFEBVRE, 2008, p.132).

Assim, o governo procura legitimar suas ações políticas em busca de uma “des”legitimação do processo político da luta. Como ao afirmar midiaticamente o cumprimento das metas de assentamento de famílias camponesas e convocar uma comemoração solene, tendo como convidado especial o 80.000º assentado, o paranaense Edivaldo Dias de Barros para comemorar que o problema da Reforma Agrária não é mais a terra! Segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso “A questão não é mais política”, mas de assistência comercial e técnica. Ou seja, da inserção destes camponeses, a partir da mão do Estado, na lógica de mercado¹⁰².

Para FELICIANO (2009, p.97) os espaços de despolitização da luta camponesa agem de forma integrada, mas aparecem desarticulados, aparentando não sintonizar em uma ação conjunta, como se os “fatos falassem por si mesmos e não fossem construídos por pessoas, instituições e ações com finalidades políticas previamente delineadas”. Tais representações parecem não tocar no essencial do ser social capitalista, suas relações de produção calcadas no processo de superexploração do trabalho, assim:

A produção do espaço tende hoje a dominar a prática social, sem alcançar tal propósito, dadas as relações de produção. Ela corresponde às forças produtivas. Ela supõe o emprego das forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção, igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações, sobretudo de representações espaciais. Ideologia e representações correspondentes aos grupos e classes, portanto às relações sociais de produção, ou seja, aos obstáculos diante das forças produtivas e das possibilidades que elas contêm (LEFEBVRE, 2008, p.139).

¹⁰²

Ver reportagem do Jornal “Diário de Cuiabá”: “As metas agrárias”. Cuiabá: 11/1/1998.

Considerando os espaços de despolitização da questão agrária como representações do espaço, serão utilizadas diversas manifestações da mídia escrita que permitem reconstruir uma série de ações políticas nas diferentes escalas de ação do Estado: do municipal ao nacional (juridicamente, institucionalmente, portanto politicamente); da escala do cotidiano da luta dos assentados e sua ação à escala do império e tentativa de controle da luta. Foram analisadas matérias de dois importantes jornais do Estado de Mato Grosso: “O diário de Cuiabá” e “A gazeta” entre os anos de 1997 e 2002¹⁰³.

Como contraponto, são tomados os relatos e mapas do vivido produzidos pelos camponeses do Assentamento Roseli Nunes, retomando historicamente o processo de luta pela terra, a movimentação do MST, do Estado e do contexto nacional da questão agrária.

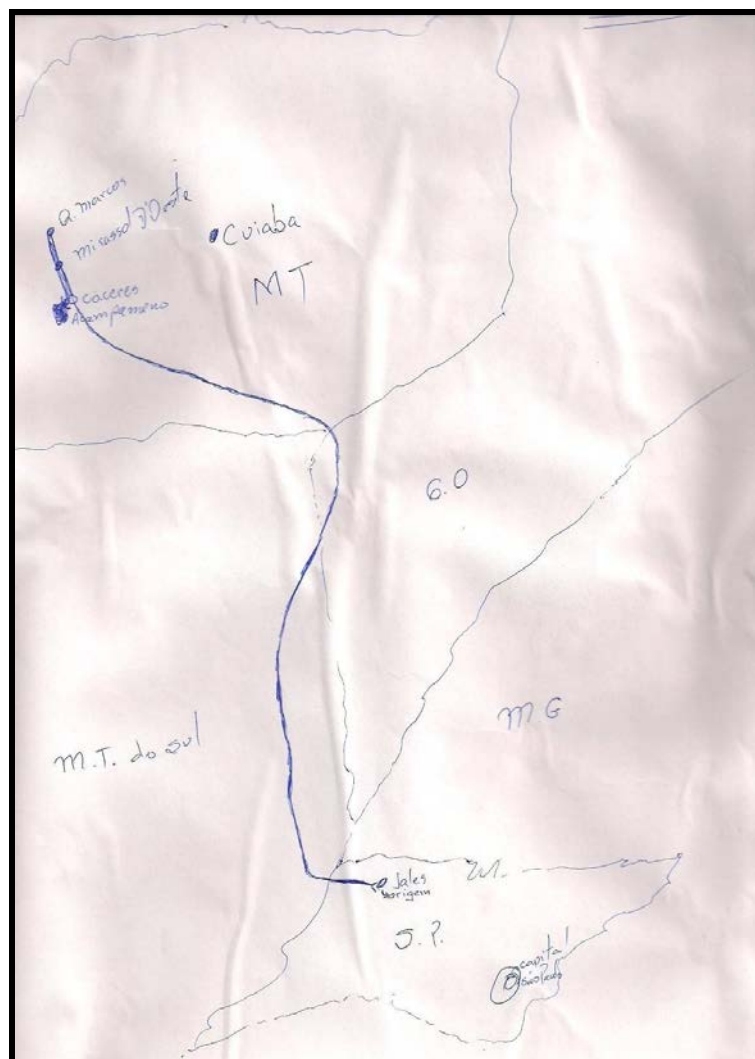
2.2.2. I – MATO GROSSO EM MARCHA: A MOBILIZAÇÃO CAMPONESA NA REGIÃO DA GRANDE CÁCERES

À semelhança do processo de formação de Mirassol do Oeste, as movimentações e os conflitos de luta pela terra iniciaram-se muito antes da chegada do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Segundo os relatos de camponeses e de militantes do movimento, o MST entra no processo de mobilização camponesa na região da Grande Cáceres a partir de dois grupos organizados, um pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e outro pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres e de Mirassol do Oeste em meados de 1995.

Em ‘longa marcha, o campesinato na região da Grande Cáceres fez sua hora, não esperou acontecer’, lutou pela terra para nela trabalhar e permanecer (e ainda luta), mobilizou-se contra o acelerado processo de proletarização e ainda por justiça e dignidade Oliveira (2001, p.194). No começo dos anos 1990 havia muitos trabalhadores da cana desempregados que viviam na região de Curvelândia e Mirassol do Oeste, bem como diversos camponeses que realizavam a parceria e arrendavam terras e estavam sendo expulsos de suas terras de trabalho.

¹⁰³ A redação deste texto conta com a contribuição fundamental do levantamento realizado pelo grupo de pesquisa TERRAÇÕES - Geografia / UFMT devido à pesquisa nestes jornais. Foram levantadas mais de 400 reportagens sobre a questão agrária entre os anos de 1997 e 2002 no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso em Cuiabá. Este material será mais bem sistematizado e compartilhado com os movimentos sociais do Estado e principalmente com os assentados do Roseli Nunes.

O clima de insatisfação com as relações de trabalho, da exploração da produção familiar e de expulsão das terras nas quais os colonos trabalhavam na região geraram a possibilidade de aglutinação de inúmeras famílias dispostas a lutar pela terra. Estas famílias vieram de diversas regiões do país, são nordestinos, mineiros, paulistas, goianos, alguns poucos gaúchos nesta região. A partir da elaboração de mapas do vivido propusemos recompor as trajetórias das famílias camponesas e foram produzidos cerca de 30 mapas.



Mapa 24 – Mapa da trajetória da família do Senhor Jair Furlan. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

Como no mapa acima, confirma-se a presença dos antigos colonos expropriados da região noroeste paulista, caso do casal Jair e Ana Luiza Furlan, que ainda crianças vieram “amansar a terra” nas paragens mato-grossenses. Mapa 24.

A maior parte das famílias, apesar de relatar sua origem natal de fora do Estado de Mato Grosso, representou seu processo migratório recente, a mobilidade na própria região de Cáceres.

Mesmo posteriormente elaborando coletivamente mapas dos acampamentos, alguns camponeses representaram seus acampamentos de origem, espacializando sua mobilidade. E ainda, como no mapa 25, da assentada Eliane, sua mobilidade e os diferentes espaços vividos enquanto criança no período dos acampamentos:



Mapa 25 – Mapa da trajetória de Eliane Floriano Silva dos Reis. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

Os camponeses relatam que em meados da década de 1990 havia muitos trabalhadores da cana desempregados que viviam na região de Curvelândia e Mirassol do Oeste, bem como diversos camponeses que realizavam a parceria e arrendavam terras e estavam sendo expulsos de suas terras de trabalho. O clima de insatisfação com as relações de trabalho, da exploração da produção familiar e de expulsão das terras as quais os colonos trabalhavam na região geraram a possibilidade de aglutinação de inúmeras famílias dispostas a lutar pela terra.

Muitos declaram ter feito seus cadastramentos pelos correios para o acesso à terra¹⁰⁴, mas não havia expectativas para este acesso. Foram incentivados pela movimentação nacional de luta

¹⁰⁴ Política do FHC para dissimular uma reforma agrária “chapa branca”, ver FELICIANO 2009, p.105.

pela terra e gradualmente organizados pela igreja e sindicatos durante o ano de 1995. As primeiras reuniões de base de mobilização para os acampamentos aconteceram a partir do convite destes trabalhadores organizados para o MST, recentemente em Mato Grosso, com sua ação inicial na região de Rondonópolis, em Pedra Preta, ao sul do Estado:

O pessoal do MST chegaram para fazer uma reunião de mobilização inicial, mas já tinha 300 famílias esperando pela luta! Nosso primeiro acampamento na fazenda Santa Amélia, no distrito de Caramujo contou com 1.500 famílias. Foi mais ou menos dois dias antes do Massacre de Carajás, foi em 08/04/1996¹⁰⁵.

Desta ocupação surgiram dois assentamentos: Che Guevara (que migraria para a região de Tangrá da Serra originando o assentamento Antonio Conselheiro) e Margarida Alves (que originou o assentamento de mesmo nome e as famílias excedentes foram posteriormente para o assentamento Roseli Nunes). Em um segundo movimento de ocupação surgiu o acampamento do Facão que posteriormente geraram os acampamentos Roseli Nunes e Paulo Freire.

Os camponeses relatam que em meados da década de 1990 havia muitos trabalhadores da cana desempregados que viviam na região de Curvelândia e Mirassol do Oeste, bem como diversos camponeses que realizavam a parceria e arrendavam terras e estavam sendo expulsos de suas terras de trabalho. O clima de insatisfação com as relações de trabalho, da exploração da produção familiar e de expulsão das terras nas quais os colonos trabalhavam na região geraram a possibilidade de aglutinação de inúmeras famílias dispostas a lutar pela terra.

Muitos declaram ter feito seus cadastramentos pelos correios para o acesso à terra¹⁰⁶, mas não havia expectativas para este acesso. Foram incentivados pela movimentação nacional de luta pela terra e gradualmente organizados pela igreja e sindicatos durante o ano de 1995. As primeiras reuniões de base de mobilização para os acampamentos aconteceram a partir do convite destes trabalhadores organizados para o MST, recentemente em Mato Grosso, com sua ação inicial na região de Rondonópolis, em Pedra Preta, ao sul do Estado:

O pessoal do MST chegaram para fazer uma reunião de mobilização inicial, mas já tinha 300 famílias esperando pela luta! Nosso primeiro acampamento na fazenda Santa Amélia, no distrito de Caramujo contou com 1.500 famílias. Foi mais ou menos dois dias antes do Massacre de Carajás, foi em 08/04/1996¹⁰⁷. (Dona Vanda – Assentamento Antonio Conselheiro).

¹⁰⁵ Este relato foi dado por um grupo de estudantes de especialização em economia da turma de Residência Agrária – PRONERA/CNPq e UFMT, em Novembro de 2013.

¹⁰⁶ Política do FHC para dissimular uma reforma agrária “chapa branca”, ver Feliciano (2009, p.105).

¹⁰⁷ Este relato foi dado por um grupo de estudantes de especialização em economia da turma de Residência Agrária – PRONERA/CNPq e UFMT, em Novembro de 2013.

Desta ocupação surgiram dois assentamentos: Che Guevara (que migraria para a região de Tangará da Serra, originando o assentamento Antonio Conselheiro) e Margarida Alves (que originou o assentamento de mesmo nome e as famílias excedentes foram posteriormente para o assentamento Roseli Nunes). Em um segundo movimento de ocupação surgiu o acampamento do Facão que, com os dois anteriores, posteriormente geraram os acampamentos Roseli Nunes e Paulo Freire.

2.2.2.1 A) ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES

Este é o acampamento mais antigo dos que formaram o assentamento Roseli Nunes, o primeiro da região de Cáceres na luta junto ao MST. Este acampamento contou fundamentalmente com as forças do trabalho da igreja e do sindicato de Cáceres, ambos formadores das lideranças da mobilização inicial da região.

Este acampamento teve início dia 08 de abril de 1996. Ficava na entrada de Cáceres na Fazenda Santa Amélia. Nesse dia que entrou as pessoas na área foi 1.500 famílias. E nesse acampamento, ele está aqui, né (apontando para o mapa), em cada lugar tem tudo o que a gente viu e tudo o que a gente viveu.

Tem os barracos, tem a sala de reuniões, tem o barracão de alimentação, que ele me perguntou, porque o barracão de alimentação e o posto ficava junto? É porque era uma orientação do governo. É porque vinha a alimentação do governo vinha e era distribuído para os nucleados. Os coordenadores de Núcleo via quem precisava e daí para semana tinha a cesta básica. Um pouquinho de cada coisa. Mesmo porque era muita gente.

A farmacinha, tem os campos, porque quando a gente vai para estes lugares, tem que ter de tudo, porque se não tiver, fica muito triste, muito angustiado. Tem que ter lazer, a escola, que é municipal. O dia que chegou o acampamento logo em seguida já fez a escola. Porque foram muitas crianças junto. Porque tinha que acompanhar os pais e não tinha como deixar. Quem tinha um parente deixava com o parente, mas quem não tinha, tinha que levar. Então é obrigado a fazer a escola.

Então nós temos cinco salas de aula, estas salas de aula aqui tinham 150 crianças, aqui tinha a cozinha que fazia o lanche para as crianças. E este lanche que era para as crianças, não era só para as crianças da escola, as crianças das casas disto aqui tudo do acampamento, tinha criança que era pequena. Eles viam o lanche, eles estavam sempre juntos no acampamento. Então era para a escola e várias crianças pequenas. Servia leite, comida. Os mais velhos que não tinham como estudar no acampamento tinham que enfrentar a BR para estudar. Tinham muitos jovens também, são mais de 3 anos vivendo ali, então tinha que ter um espaço de lazer.

Tinha também um carro, este carro aqui, que era para levar as pessoas doentes para Cáceres. Porque a gente tinha a farmacinha, a farmácia, mas poucas coisas: um álcool, um instrumento para medir a pressão. Assim, tinha pouca coisa. Eu fiz estágio de formação lá na farmacinha, media a pressão e outras coisas assim para ajudar. Mas, cada posto (apontando para os eixos do arruamento do acampamento no mapa), cada nucleado, cada coordenador era responsável pelas pessoas do seu grupo, mas tinha o carro.

– Relato coletivo do grupo do Acampamento Margarida Alves. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Há uma organização do acampamento de modo que as partes que necessitam de comunicação com outras pessoas fiquem com um acesso externo, mesmo que não seja sempre autorizado a entrada de pessoas de fora do acampamento, estes lugares são geralmente os barracões que recebem a comida e os medicamentos.

Já os barracos-moradia, as áreas de reuniões localizavam-se no centro, mais protegidas, com acesso pelos caminhos trilhados e abertos no acampamento. No mapa vemos a portaria e é lá que estão os homens e mulheres que protegem a entrada do acampamento, a vida dos camponeses que lá estão (são poucos os desenhos de pessoas, só na portaria, no carro e no trajeto entre o poço e a escola).

Os acampados falam da necessidade de organizar um acampamento com tudo o que é necessário para levar uma vida cotidianamente, não só a casa-moradia, mas também os espaços de lazer, saúde, estudo e reuniões políticas. A organização vem desde as primeiras reuniões, é preciso se dividir e se juntar nos momentos certos. Compreender quem são aqueles que realmente querem lutar pela terra e aqueles que querem sabotar a luta. Os relatos partilham a emoção que envolve a luta e a possibilidade de “questionar o mundo como é”.

Mas, antes da gente começar este assentamento, este acampamento, nós tivemos reunião de base em 1994, que foi pela igreja, a gente trabalhava pelo movimento da Boa Nova, né? Aqui tem a Maria José e a Maria que também trabalhou no movimento da Boa Nova. Na igreja falava desta reforma. Daí em 1995 foi uma pessoa ver um acampamento lá pro sul, né e daí já tinha aqui em Mato Grosso surgiu o nosso em 1995 e as primeiras reuniões. A primeira reunião nós tivemos 280 pessoas, foi na Chácara do cumpadre Zé Crispin, em Curvelândia também, e daí que partiu os Núcleos e também os coordenadores. Dessa reunião tirou cinco coordenadores, o Zé e mais alguns outros. Estes coordenadores sofreram muita pressão. Aí na segunda reunião cada coordenador já ia conhecendo sua turma e era muita gente, muita gente mesmo, até mesmo gente quera pra espioná, era muito, muito mesmo. Aí tinha gente de Lambari, do Cabaçal, de Rio Branco, de Salto do Céu, de Mirassol e vários lugares aqui vizinhos.

– Relato coletivo do grupo do Acampamento Margarida Alves. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Desde o começo da organização as famílias foram vigiadas e pressionadas para que não ocupassem a terra, portanto havia em meio deles muita gente que repassava as informações para a polícia e fazendeiros.

Daí no dia que a gente foi pro acampamento, no dia 08. Mas, eu tinha muito medo, pois quando eu saí, aliás antes de eu sair a polícia tava na porta da minha casa, ficavam fazendo ronda na rua e o povo fica olhando, porque a polícia ta passando ali, né? Porque nós tava arrumando pra sair e era um sigilo. A minha casa tinha uma sala que era muito grande, e ficou lotadinha de objetos das pessoas, foice, facão... Porque eu morava na rua, né? Os demais moravam no sítio. E o dia que saiu, nossa foi uma tensão, eles diziam que não ia deixar, fizeram uma barreira na frente da minha casa. De repente ninguém foi eles (os policiais) tiveram que voltar para seus lugares. Vamos deixar eles esquecerem. Daí no dia que a gente saiu, foi no final de semana, o caminhão

parou lá na frente e eu tremendo, tremendo, com medo da gente sair e a polícia vim, né? Saímos então à meia noite do dia 07. Mas, eu fiquei. Quando eles soube no outro dia, já no dia seguinte a polícia rodava a minha casa. Eu fiquei com estas meninas (as meninas estavam doentes), daí a polícia rondava e a gente escutava aqueles passos, e diziam que era para pegar o Zé, e a gente com medo. E as vizinhas diziam vocês não saiam mais de casa hoje... Daí quando deu dez dias eu peguei as meninas tudo e falei: vamos para o acampamento! Saí do serviço que eu tinha lá, desisti. E desde então minha vida era o acampamento e agora o assentamento.

– Relato da Dona Ivone, coletivo do grupo do Acampamento Margarida Alves. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

O acampar era naquele momento a única possibilidade de retorno à terra para as famílias. Dona Ivone declara que não se arrepende de ter largado seu serviço, “que ficou lá, não voltei mais”, sua vida é o assentamento, “não tem mais como voltar pra cidade”.

O senhor Crispim já era membro do sindicato dos trabalhadores rurais em Cáceres e foi uma das lideranças deste acampamento.

A burguesia é tão nojenta, porque eu fazia parte do sindicato naquela época, fizemos seminário com um monte de gente que podia dar terra pra nós e eles diziam que: “neste momento não tinha terra pra Reforma Agrária”. Que nessa região não tinha terra pra Reforma Agrária. E aí, o que acontece, nós tomemos uma decisão e tomamos conhecimento que o movimento tava lá em Rondonópolis, lá o pessoal do acampamento da Fazenda Nova Aliança e nós conversamos com eles pra vir pra essa região, que nós ia dá toda a assistência pra eles, o pessoal lá de Pedra Preta. Daí destes tempos pra cá, a gente já tava fazendo a reunião de base, já começou as ameaças, a polícia chegou na minha casa. Fizeram um mandato de prisão pra companheiros responder um processo por conta da ocupação desta fazenda. (Eu tenho o mandato de prisão até hoje guardado na minha casa – disse dona Ivone).

O povo que vê a gente assim, vê os pessoal do movimento com outros olhos: que é baderneiro, que é preguiçoso, que é violento, mas não é nada disto. A única coisa que a gente fazia era exige que a lei seja cumprida, que ela não fique só no papel. Porque na lei é o seguinte, lá na constituinte, tá escrito que todo mundo tem direito à terra. Mas ela não chega aqui, toma a terra e ocupa a terra. Você acha que a gente queria fazer acampamento, enfrentar greve, correndo risco? Enfrentando a polícia? Nós fazemos que a lei seja cumprida. E esse pessoal aí vê a gente com outra visão... Que nem a professora que tem a coragem de trazer aqui os alunos com a mente toda poluída, nem todos, e sai daqui pelo menos com outra visão. A gente que fazê uma escola de transformação do mundo.

Quando você vai fazer isto aí (o acampamento), vem perseguição, vem prisão pra liderança, vem tudo. Eu já passei cinco meses preso por conta disto. Pó causa dessas “coisinhas que a gente faz”. Coisinhas, né? (risos).

– Relato do Senhor Crispim, coletivo do grupo do Acampamento Margarida Alves. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Hoje, retomar as perseguições e a luta gera ao mesmo tempo um sentimento de angústia com as marcas deixadas pelas pressões e ameaças vividas e de satisfação de uma batalha ganha (o acesso à terra), contudo compreendem que a luta é cotidiana e não terá fim se não houver outras

bases sociais para a vida e a humanidade. O movimento tem colocado claramente a luta de classes, fortalecendo os grupos de formação política, que é assumida por boa parte de seus militantes:

A burguesia não quer que a gente desafie eles, né? E nós desafiamos porque é o seguinte: eles não cumpriu a lei. Pra chegar neste acampamento, como este aí (apontando para o mapa e a porteira do acampamento) essas são as primeiras pessoas que se alguém chega tem que conversar com eles. Tem que parar aqui. Porque o negócio é o seguinte depois que entra... Ou seja, pra não acontecer nenhuma tragédia com o pessoal do acampamento... Depois que a gente se instalou, colocou a segurança aqui, até a polícia vai pensar pra entrar. É mais ou menos esta luta. Um dia todo não dá pra contar! Relato do Senhor Crispin - coletivo do grupo do Acampamento Margarida Alves. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

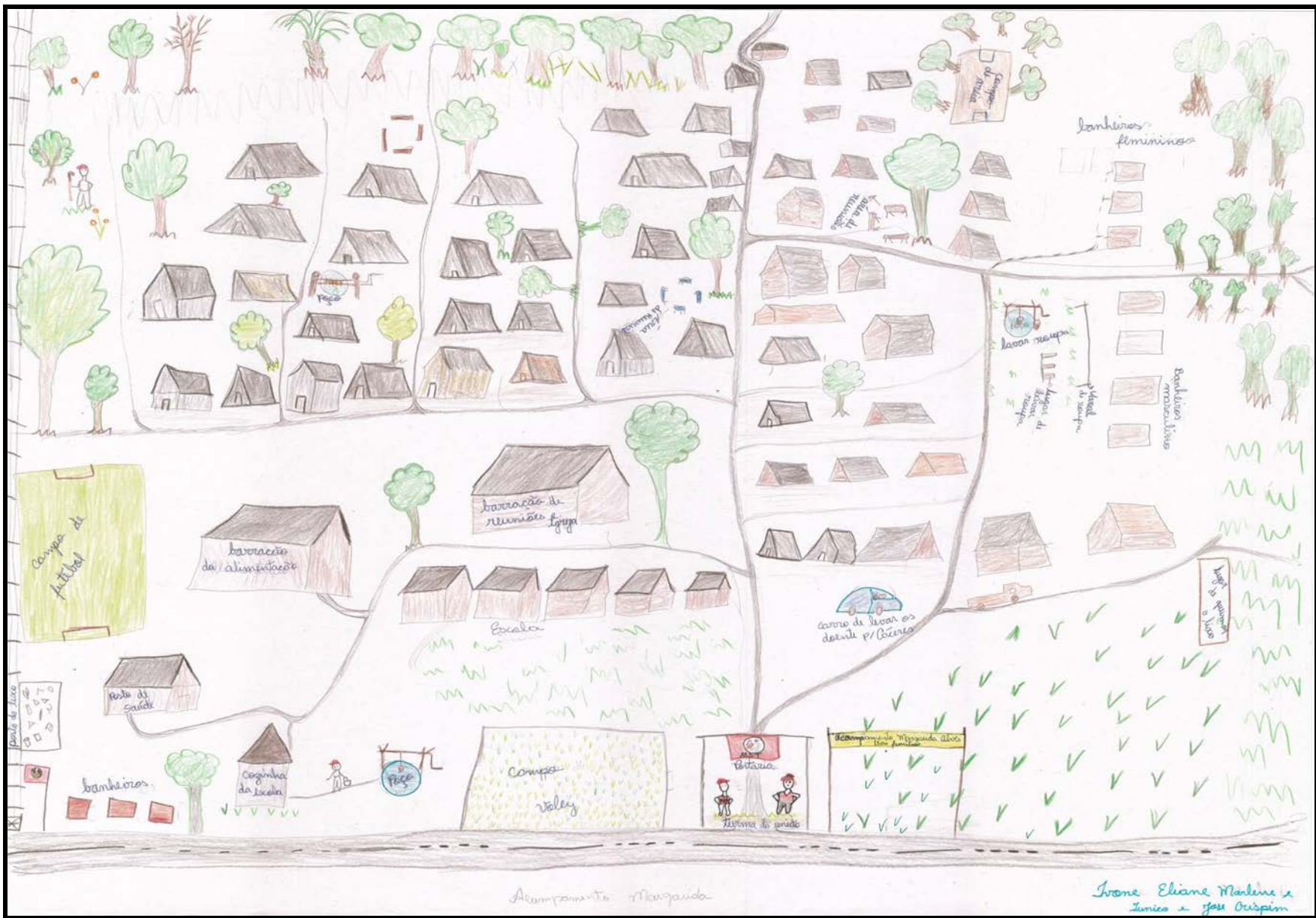
Nós brincamos às vezes com toda a situação que sofremos, mas a coisa é séria. É muita responsabilidade, muito compromisso que ele tá colocando aqui (referindo ao senhor Crispin) é que lógico tem que ter as pessoas que pensam, que tem uma estratégia e conhecer a área pra onde vamo primeiro. Isto tem que ser sigiloso, porque o fazendeiro ver alguém andando dentro de uma área dele ele vai lá e colocar pistoleira em cima. Então tem que ter muito cuidado, pra ver a área e pra levar as famílias para o acampamento. O mínimo para manter nossa sobrevivência é ter nossa segurança. Tem que ter gente firme e que pensa rápido.

– Relato do Senhor Jair, coletivo do grupo do Acampamento Roseli Nunes. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Da primeira ocupação, de 1.500 famílias, foram para a fazenda Mirante, era muita gente e foram divididas entre a fazenda Laranjeiras I e II, Paiol, Florestan, Che Guevara e Médici. A fazenda Santa Amélia não suportava tanta gente.

Eu participei deste primeiro acampamento Margarida Alves e foi quando saiu a primeira liminar pra despejo da fazenda ali do Caramujo. Foi quando surgiu o primeiro fechamento de BR, na região. Por seu o primeiro acampamento aconteceu. Foi quando teve também bastante susto, né? Mas, o povo não desanimou, por ser um acampamento muito grande, né? Foi então quando saiu a caminhada de Caramujo até Cuiabá que durou trinta dias. Foram três meses acampados no INCRA e voltaram com o resultado da liminar de desapropriação da fazenda que hoje é o Margarida Alves. E depois disto muitas outras caminhadas que conseguiram outras fazendas, né? Pra Brasília, pra Tangará... (Senhor Jair – Coletivo do grupo do Acampamento Roseli Nunes. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011).

As famílias ficaram acampadas durante cinco anos neste acampamento e quando saiu o comodato da fazenda Prata parte destas famílias se uniram ao acampamento Roseli Nunes, já instalado naquela fazenda. No mapa 26, produzido coletivamente, temos a representação do acampamento Margarida Alves.



Mapa 26 – Mapa do acampamento Margarida Alves. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

Conforme a reportagem de página inteira: “MST pode invadir terras públicas em MT” de 20/01/1997 no jornal “A Gazeta”¹⁰⁸, uma das lideranças do MST-MT na época, Valdir Misnerovicz, discute abertamente o contexto político de Mato Grosso e avalia a entrada do movimento como necessária, devido à grande procura das famílias camponesas. O jornal aponta 95 mil famílias sem terra e questiona os motivos pelos quais o MST não atua com todas elas, contudo a liderança do MST deixa claro que a atuação do movimento camponês se realiza por diversas entidades e organizações e ainda há muita gente desmobilizada: “Quanto mais movimentos existirem pela reforma agrária, melhor para os trabalhadores. Nós podemos ter é discordância metodológicas e ideológicas.”

O MST apresenta ainda à mídia inúmeras questões: a inoperância do INCRA e a força dos latifundiários que se negam a realizar seus cadastramentos de imóveis; a política de alianças do Governo Dante de Oliveira com diversos partidos e todas as concessões que realiza para a manutenção do status quo da terra em Mato Grosso; a relação entre a INTERMAT, sua política de regularização de terras desde os anos 1960/1970, o desaparecimento da instituição e o tríplice comando PT/PSDB/PMBD da instituição e a impossibilidade de realização de alguma diretriz de ação na política de distribuição de terras; a falta de ética dos funcionários do INCRA e os sistemas de corrupções; os conflitos em Mato Grosso, a ausência do Estado (em 1995 foram 200 focos de conflitos, segundo a CPT) e a pistolagem da FAMATO/UDR; sobre as falcatruas do cumprimento das metas de assentamentos do Governo FHC e enfim sobre a existência das terras públicas e a intenção clara do movimento de ocupá-las e não fazer reforma agrária na base da compra de terras.

No tocante à realidade dos cinco acampamentos na época (nas regiões de Rondonópolis, Cáceres e Mirassol do Oeste), Valdir Misnerovicz assinala:

Os sem terra, cerca de 1.200 famílias, estão amontoados nas áreas ocupadas em lonas, produzindo comunitariamente para subsistência. Mas falta tudo. O plantio é pouco porque os sem terra foram para as áreas num período de entre safra, sem condições para plantar, e sem qualquer incentivo. Imagina você sair debaixo de uma lona, onde o calor chega a 50° e ter que produzir sem financiamento, sem nada. O Estado não deu nenhuma assistência. Não conseguimos sequer uma patrula do governo. A única coisa que nos foi dada foi semente (MISNEROVICZ, JORNAL A GAZETA, 20/01/1997).

Esta fala situa o contexto das condições as quais viviam estas famílias e ainda assim seu trato com a terra para a subsistência, ou seja, muito diferente do que em muitos momentos a mídia propagava como um bando de baderneiros, que objetiva fundamentalmente tomar a terra dos outros sem ter trabalho algum.

¹⁰⁸ As edições citadas do Jornal “A Gazeta” foram consultadas junto ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Em princípio, os jornais analisados abriram um espaço ao MST em Mato Grosso. Uma das hipóteses é que seu governador da época, Dante de Oliveira, arrogava para si os ares democráticos dos quais ufanava-se, por sua “intensa e árdua” participação na constituinte de 1988 e de sua luta política pela formalização da Reforma Agrária¹⁰⁹.

No começo de 1997 a primeira região de ocupação – Rondonópolis – já estava com a negociação de terras e a viabilização do assentamento mais adiantada, contudo, os acampamentos recentes, como o acampamento Margarida Alves, realizado no final de 1996, ainda estavam em franca movimentação:

O INCRA tinha uma meta em 96 de assentar 7.500 famílias em todo o Estado. Na região de Cáceres tinha muitas famílias de trabalhadores rurais que foram esquecidas pelo INCRA. Quando esses trabalhadores perceberam que não estariam nos planos de assentamento, apoiado por várias entidades, inclusive a igreja, nos convidaram para conduzir uma discussão sobre o assunto. Foi decidida pelas lideranças a ocupação da fazenda Santa Amélia. No dia 08 de abril se formou o acampamento com 1.500 famílias. Na época houve o acordo com o governo do Estado e com o proprietário, pelo qual o pessoal fiaria acampado dentro da fazenda e o INCRA faria o assentamento no prazo de seis meses. Mas, se nós não tivéssemos feito aquela caminhada para Cuiabá e acampado em frente ao INCRA, estaríamos sem uma solução até hoje. Foram então formados os cinco assentamentos, mas as áreas ainda estão irregulares. Os proprietários não receberam pela terra e alguns já ameaçaram pedir o despejo dos trabalhadores, devido à demora do INCRA. (MISNEROVICZ, JORNAL A GAZETA, 20/01/1997).

Mesmo com a compra e não a desapropriação das terras, negócio interessante para muitos proprietários da região, instala-se um clima de resolução em andamento, mas não se realiza. Somente com a pressão e a luta cotidiana dos movimentos: marchas, ocupações de instituições públicas e ainda assim sofrem cotidianamente um processo de criminalização.

Em fevereiro de 1997 o jornal “A Gazeta” noticiou também “A marcha dos sem terra”, em alguns momentos valorizando a mobilização nacional, comparando-a com a “Coluna Prestes” como forma de mudança de foco do poder político. Curiosamente, a reportagem de Onofre Ribeiro (26/02/1997), na coluna de “opiniões” situa a Marcha até mesmo como uma esperança na mudança de atitude por parte dos governos para a realização da reforma agrária.

Durante os acampamentos houve diversas ocupações na sede do INCRA, por motivos diversos como: a pressão para a agilidade da desapropriação de fazendas improdutivas; a agilidade da definição dos assentamentos; a falta de infra-estrutura para a manutenção das famílias acampadas (principalmente nos períodos de pré-assentamento).

¹⁰⁹

Ver matéria: “MST pode invadir terras públicas em MT” de 20/01/1997 no jornal “A Gazeta”.

Tais ocupações foram amplamente divulgadas na mídia mato-grossense situando de forma explícita o MST como o movimento violento que ameaça a ordem pública e exige condições para a continuidade de sua desordem, em pleno processo de criminalização da luta. São também noticiadas “ajudas do Estado” para os acampados, com a distribuição de cestas básicas, negociações feitas diretamente entre o MST e o governo federal¹¹⁰.

PLANTIO: A ocupação do Incra anteontem prova que o MST decidiu por um comportamento mais agressivo nos últimos três meses do ano, justamente a época do início do plantio. A preocupação do movimento é a perda do ano agrícola decorrente do atraso na liberação das sementes, especialmente de arroz, feijão e milho. Ontem, praticamente não houve expediente na sede do Incra. Apenas alguns funcionários compareceram ao trabalho, a maioria ligada ao gabinete da superintendência. Os trabalhadores rurais sem-terra acampados na sede do órgão são originários das regiões de Rondonópolis, Cáceres e Tangará da Serra.

Dia 13 de outubro, os trabalhadores rurais já haviam ocupado a sede do Incra. Numa conversa com o superintendente Elarmin Miranda, resolveram abandonar o local no mesmo dia e montar acampamento no terreno que existe em frente. Um outro fator motivou o retorno ao prédio do Incra. Eles ainda pedem alimento para três acampamentos e três áreas provisórias.

REFORMA AGRÁRIA: Sem-terra e Incra tentam hoje resolver problema da ocupação.
JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 07/11/1997 -
<http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/071197/politica.htm>

Ainda em alguns espaços midiáticos o MST denunciou a política da venda de terras no INCRA, tomando como exemplo a negociação da Fazenda Prata, reclamada pelo movimento desde 1997 (hoje assentamento Roseli Nunes):

Alguns funcionários possuem o vício de supervalorizar a terra. O INCRA virou imobiliária. Muitas vezes é mais importante vender a terra para o INCRA do que no mercado... Nós pedimos a desapropriação da fazenda Prata, com 10.000 hectares em Cáceres. O proprietário ofereceu alguma propina para algum funcionário e, na vistoria do INCRA, deu que a propriedade é produtiva. Mas, lá só tem mato. Para se ter ideia, ao lado tem a fazenda Mirante. Que dá de dez a zero em produção na fazenda Prata, mas foi desapropriada. Não enxerga só quem é cego. (MISNEROVICZ, JORNAL A GAZETA (20/01/1997).

Foram mais de dois anos de negociação entre MST e INCRA para a compra ou desapropriação das fazendas para realizar o assentamento das famílias em luta. Em 02/03/1998 cerca de 100 integrantes do MST ocupam o INCRA-MT, representando mais de 1.000 famílias dos acampamentos da região de Cáceres, principalmente do Margarida Alves, acampado desde 1996, para pressionar a consolidação do assentamento:

¹¹⁰ Ver: “Comunidade solidária libera alimentos”. Jornal A GAZETA – CUIABÁ MATO GROSSO 05/05/1997

Os sem terra querem a liberação emergencial de três fazendas: a São Saturnino, área de 2,8 mil hectares localizada na região de Cáceres, em processo de desapropriação; a Santana, de 4 mil hectares, na região de Araputanga e a fazenda Agropastoril Prata de 10,5 mil hectares. Nesta última o MST pede uma nova vistoria, uma vez que a primeira, invalidada, conclui que a fazenda era produtiva... Ontem, outros 100 sem-terra deixaram o acampamento Roseli Nunes, em Cáceres, para engrossar a ocupação. O MST ameaça mobilizar todos os sem-terra acampados no Estado para dentro da Sede do INCRA até que as reivindicações sejam atendidas. (SEM TERRA VOLTAM A COBRAR DO INCRA MAIS AGILIDADE. JORNAL A GAZETA 02/03/1998).

O mês de março de 1998 foi intenso por conta da ocupação do INCRA pelo MST e a pressão do movimento para as novas vistorias nas fazendas sugeridas pelo movimento para o assentamento de 2.000 famílias. O INCRA tenta deslocar os pedidos e ainda dividir as áreas solicitadas pelo MST com outros movimentos ¹¹¹. O caso ganha interesse nacional, tendo a presença do chefe de setor de conflito em Brasília, Gilmar Viana, que alega que o problema de Mato Grosso é político, pois há terra:

O acordo firmado no final da manhã de ontem prevê, além do laudo da Prata em um prazo de 10 dias, a assinatura imediata do comodato da fazenda Santana (4 mil hectares), localizada no município de Araputanga e, em 45 dias, a indicação pelo Incra de 16 outras áreas na região de Cáceres que sejam passíveis de desapropriação. (...) “Falar que Mato Grosso tem problema fundiário é uma brincadeira. O que não falta aqui é terra. A dificuldade deve-se ao viés político-partidário que acaba envolvendo a questão”. Reafirmou Viana.

REFORMA AGRÁRIA: MST libera sede, mas acampa em frente. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 07/03/1998 Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/070398/cidades2.htm>.

E a luta continua, houve um reforço do lado de fora do INCRA para exercer a pressão sobre os processos de vistoria de áreas consideradas improdutivas.

Aumentou-se também a pressão do Estado, com a força policial, com 40 policiais militares para cercar 300 sem terra inicialmente, posteriormente 900: “O tenente José Pereira da Silva, que comanda os 40 policiais, disse que a segurança dos três órgãos será feita por tempo indeterminado. 'Estamos aqui para manter a ordem pública; prisão só em caso de flagrante

¹¹¹ Vale assinalar que o Estado semeou em muitos momentos conflitos entre os trabalhadores rurais a partir de política de concessões a sindicatos que não mobilizassem uma luta mais ampla. Ver reportagem: **CONFLITO AGRÁRIO: Impasse entre Incra e Movimento Sem-terra.** JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 05/03/1998. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/050398/cidades2.htm>. Último acesso em 04/12/2013. Ver também: **REFORMA AGRÁRIA: Sem-terra recusam proposta do INCRA.** JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 06/03/1998. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/060398/politica.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

delito', assegurou Silva¹¹². Depois de mais de duas semanas de tensão e negociação, o MST consegue o comodato da fazenda prata:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) acertaram ontem o **comodato da fazenda Prata, próxima a São José dos Quatro Marcos**, 334 quilômetros a oeste de Cuiabá. O comodato ficou acertado após reunião da diretoria do movimento com o superintendente regional do Incra, Elarmin Miranda, na sede do órgão. Apesar do acerto, eles continuaram acampados à frente do prédio.

Com a decisão, o movimento pretende levar para a fazenda Prata pelo menos 350 famílias, por enquanto instaladas no acampamento Roseli Nunes, próximo a Cáceres. "Amanhã (hoje) estaremos realizando uma avaliação de nossas negociações", disse ontem à noite o diretor do movimento, Valdir Misnerovicz. "Algumas coisas avançaram, outras não".

Para hoje está marcada nova reunião entre MST e Incra. De acordo com Misnerovicz, ainda faltam negociações com técnicos e membros do setor jurídico. Elarmin Miranda recebeu ontem nova pauta de reivindicações. O MST pede o parcelamento das áreas Chico Mendes, em Araputanga, e São Francisco, em Rondonópolis.

Eles ainda pedem a realização de convênio para o parcelamento do projeto de assentamento Antônio Conselheiro, em Tangará da Serra.

O MST pede liberação de créditos de alimentação e fomento para famílias assentadas no Antônio Conselheiro, Nova Conquista, em Cáceres, Geraldo Pereira, em Juscimeira, Márcio Pereira, em São José do Povo, e São Francisco em Rondonópolis. Por meio de sua assessoria de imprensa, o Incra informou que todos pedidos foram encaminhados e deverão ser atendidos nos próximos dias. FAZENDA PRATA: Incra e MST "acertam" comodato. Disponível em: JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 19/03/1998 - <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/190398/cidades2.htm>. último acesso em 04/12/2013. (Grifos acrescentados).

2.2.2.1 B) ACAMPAMENTO ROSELI NUNES

O que adiante se consolidaria como acampamento e assentamento Roseli Nunes, partiu de um trabalho de base para a realização do acampamento do Facão, diverso ao do acampamento Margarida Alves, de igual modo fruto do trabalho da igreja junto ao MST na região de Cáceres; foram três reuniões gerais em Mirassol ao longo de seis meses.

Trabalhadores sem terra de todas as regiões do Brasil, da região de Cáceres, do Nordeste, compareceram nas reuniões de base, realizadas em diversos municípios. Todo o trabalho de base é demorado, e todos têm que saber como ocorre a luta. Segundo relatos, o Bispo Dom Marcos foi a maior força para a ocupação desta fazenda.

¹¹² Ver: REFORMA AGRÁRIA: Mais sem-terra chegam a Cuiabá e governo pede o reforço da polícia. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 17/03/1998 . Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/170398/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

Discutiam sobre a necessidade da participação ampla de todos os acampados nas atividades coletivas, como reuniões e atividades de lazer, religiosidade e místicas. Uma das questões primordiais é que se todos sabem de tudo, a luta é coletiva e não há um descolamento do grupo. Todos precisam saber se vai acontecer uma “ação”, novas ocupações (instituições como INCRA, prefeituras), marchas e outras ações políticas. Cada um deve estar inserido no processo, ou melhor, sentir-se e ser parte do processo de luta para que compreenda seu sentido:

Todo dia tinha reunião, tinha o horário de lavar louça, o horário de lavar roupa e o horário das reuniões. Todos tinham que largar o que estava fazendo e ir para reunião: homens, mulheres e crianças. Ia todo mundo pras reuniões, não deixava ninguém nos barracos. Ao meio dia era o horário das equipes, né? Todo pessoal da higiene, da educação, todo pessoal da alimentação, todo pessoal da segurança... Então ao meio dia todo o pessoal de cada núcleo tinha a sua reunião. Então quando era duas horas o nucleado avaliado tudo de bom e de ruim, todo o problema que havia tinha penalidade.

Toda a participação é necessária porque na luta pela terra é um momento de interação. Todos tinham que saber de tudo o que estava acontecendo, o que podia acontecer. Então é primordial dentro do acampamento todos ficar por dentro de tudo. Então não pode deixar solto, todos têm que estar interessados. Que luta pode demorar, que a luta pode ser mais curta, se a gente não sabe, tem que ficar mais perto. Quando a gente chega para ocupar já estão todos organizados em diversos setores, quem vai cuidar da educação, da saúde... E depois que a gente consegue conquistar nosso espaço, que é o lote, muita gente se esquece que é aí que a luta começou. Ou seja, quando chega aqui para ocupar, todo os setores já estão organizados... Todos já tem uma organização diária completa, tudo o que tem que ser encaminhado.

– Relato coletivo do grupo do Acampamento Roseli Nunes. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Em 17/03/1997, às 3 horas da manhã, boa parte das 1.500 famílias ocupou a Fazenda Facão. Outra parte ficou na cidade e mais tarde foi diretamente para a fazenda Prata, para o pré-assentamento Roseli Nunes. Sua ocupação foi estratégica, à beira da BR, perto de Cáceres e entre duas serras e do córrego do Facão.

Então este aqui é o mapa mental, do Roseli Nunes, outros companheiros também ajudaram além do grupo, o Crispin, a Penha, né? Ficou bonito. Isso aqui é a BR, né, (apontando para o mapa), Cáceres, espero que tenha ficado fácil de visualizar e entender. Este acampamento fica a 12km de Cáceres, na estrada para Cuiabá do lado esquerdo, então lá na frente é o projeto do Facão. Então deste lado aqui vai para Cuiabá, aqui é uma serra, aqui é outra serra e o córrego do Facão também, né? (o acampamento ficava entre duas serras). E aqui a gente vai se organizando, igual o pessoal aqui do acampamento Margarida Alves, tem também a organicidade igual esta questão da segurança, tem também aqui a guarita, né? Aqui é uma sala que ficam duas ou três pessoas na guarita. Se alguém chegasse e insistisse muito em entrar a gente se reunia e ia lá ver o que era, mas graças a Deus, no nosso acampamento lá não precisou disto. E à noite, constantemente mudava o guarda, porque o guarda não podia ficar dormindo. O principal é do acampamento ter estes cuidados, porque se não, não dá tempo de fazer nada, né?

– Relato do Senhor Jair, coletivo do grupo do Acampamento Roseli Nunes. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

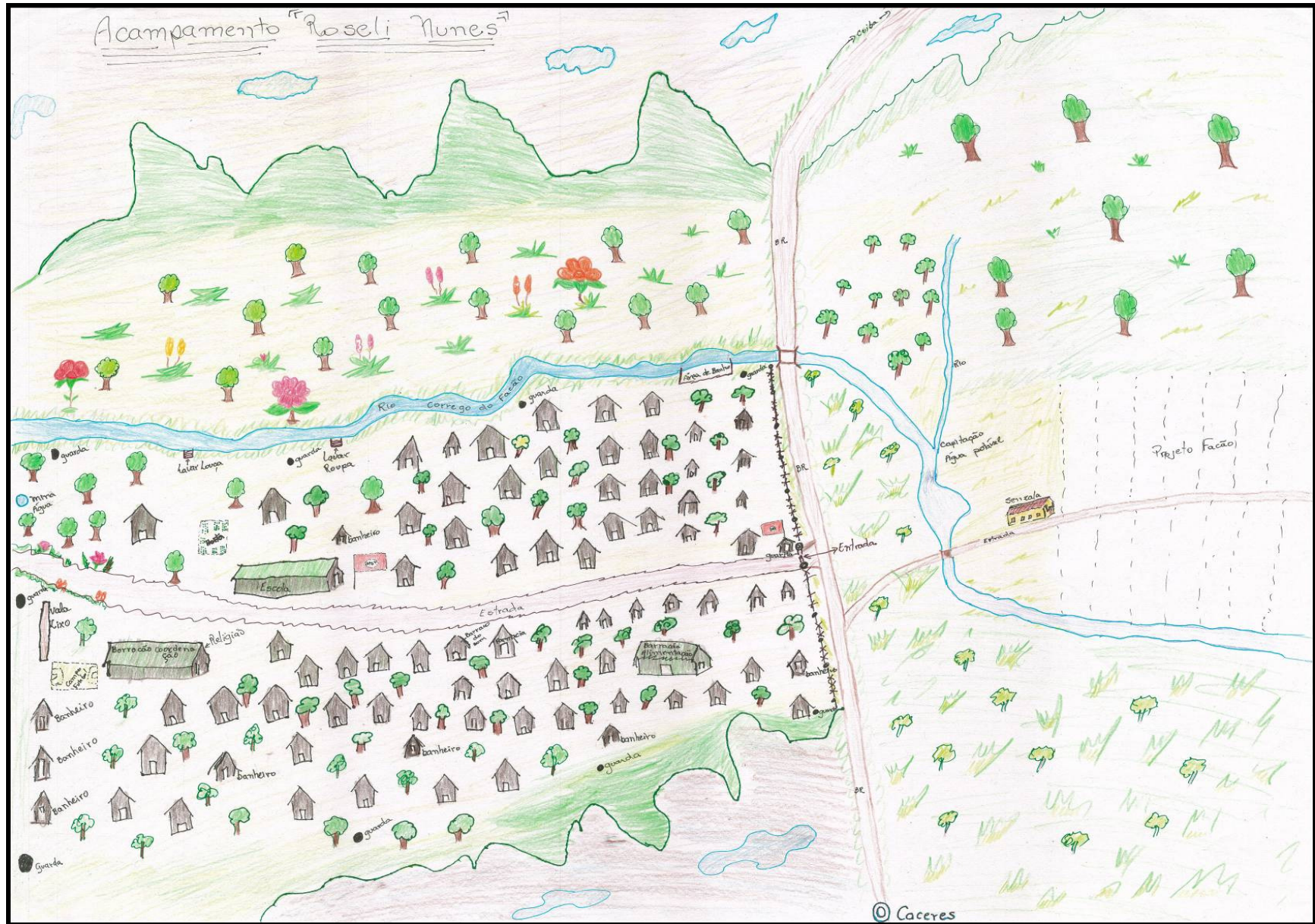
Assim, como no acampamento Margarida Alves, o Roseli Nunes matinha a mesma organização e preocupação com a saúde, alimentação, escola e segurança, que se realiza além da guarita, em outros quatro pontos à beira do rio. No mapa 27, indica-se de forma clara o local da coordenação como a área compartilhada das atividades religiosas.

Representaram os lugares em relação às atividades cotidianas de banho, alimentação, lavar roupa, reuniões, bem como os lugares de captação de água, com a presença de uma mina e do rio e depósito de lixo (vala comum). Foi assinalado também outro córrego, afluente do Facão, do outro lado da estrada, no Projeto Facão, também utilizado pelos acampados. Buscou-se assim demonstrar como todo o acampamento lida com questões cotidianas, assim como a chegada e a partida de famílias; criação de novos acampamentos, ou a migração de famílias para outros já existentes, como no caso do acampamento Antonio Conselheiro. Não necessariamente os acampados ficavam no Facão, mas era um local estratégico para requerer outras áreas.

O acampamento do Facão ficava na fazenda Facão, próxima à antiga fazenda Jacobina, umas das mais antigas da região do pantanal Cacerense, um dos grandes latifúndios que produzia cana, feijão e mandioca com base no trabalho escravo. No mapa, aparece a antiga senzala da fazenda e hoje parte dela é tombada pelo patrimônio histórico e atrativo turístico, e parte destinada ao projeto de assentamento estadual, Facão e outros assentamentos com uma política de lotes pequenos. Segundo os camponeses em luta, esta foi uma estratégia da INTERMAT, pois esta área era requerida pelo movimento e fizeram inúmeros assentamentos para desmobilizar a luta.

Do Facão 150 famílias foram para o Florestan Fernandes e 180 foram direto para a Fazenda Prata, para o Pré-Assentamento. Ficaram acampados um ano e um mês, quando conseguiram o comodato da fazenda Prata, uma turma foi para lá dia 18/03/1998 e outra turma ficou lá segurando o acampamento até 20/04/1998. Ficaram cinco anos entre o acampamento e o pré-assentamento na fazenda Prata, de 1998 até 2002. Uma minoria veio do Margarida e mais tarde veio gente do acampamento Paulo Freire também, que formou o assentamento Roseli Nunes.

Durante o processo foi havendo muita desistência, na medida em que a terra demorava e a pressão e perseguições aumentavam.



Mapa 27 – Mapa do acampamento Roseli Nunes . Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

2.2.2.1 C) ACAMPAMENTO PAULO FREIRE

Do conjunto dos acampamentos que produziram o assentamento Roseli Nunes, o Acampamento Paulo Freire foi o acampamento que mais sofreu despejos. Diferente dos outros acampamentos, maiores e com muitas famílias, era menor e estava numa região, que segundo os acampados “o latifúndio estava bem mais presente”, na região de Quatro Marcos e Mirassol. Os conflitos vividos por estas famílias foram registrados nos cadernos de conflitos da CPT de 1998 e 1999.

Nosso acampamento começa em 19 de Outubro de 1998. Antes, estávamos na fazenda Urutal. Da Urutal nós fomos lá pra EMPAER. Então o que aconteceu, foi uma embosca junto a pistoleiros. Isso é coisa que a mídia não mostra pra vocês. Não mostra, né? Para poupar a vida, nós saímos. Se não vai morrer alguém. Daí que fomos junto à EMPAER.

– Relato do coletivo do grupo do Acampamento Paulo Freire. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Desde de 1998 o MST solicitava a vistoria da fazenda Urutal, sem sucesso: “O MST quer ainda agilidade no processo de desapropriação da fazenda Urutal, também em Mirassol D'oeste, que já foi vistoriada, mas estaria demorando muito para ser parcelada, medida que legalizaria a situação dos trabalhadores que estão no local há mais de um ano”¹¹³.

Ali nós ficamos de boa, por uns sete meses, esperando a massificação. Pois da saída da URUTAL saiu muita gente. Quando nós ocupamos aqui (na fazenda Urutal) tinham 500 famílias, depois disto desistiram muitas famílias. Porque na mesma época quase aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás. O que fez muitas famílias desistirem da luta pela terra.

Então depois de sete meses na EMPAER nós fizemos outra ocupação. Nossa teima ainda naquela região, então nós fomos para a fazenda Araguari. Que é uma fazenda que fica no município de Araputanga. Aí na Araguari nós ficamos 17 dias e daí houve despejo dos policiais. Aí chegaram os policiais, como o seu Zé tava explicando, daí a gente fazia em volta do acampamento uma cerca humana. O que é cerca humana, nós dávamos as mãos, fazendo aquele círculo em volta do acampamento. Porque se eles entrarem no acampamento, podem colocar fogo lá, pode entrar e pode matar alguém. E aí? Qual é a lei que vai estar do nosso lado, né? Se a sociedade diz que a lei é deles... quem é que vai nos amparar? Então a gente usava esta estratégia, né? E os policiais ficavam assim, rosto a rosto conosco.

Nesse dia a gente tinha realizado o corte do Arame. E qual é a sensação de estar no corte do arame? É maravilhosa. Romper a cerca do latifúndio gente é coisa que a gente jamais esquece! Porque então corta a cerca e a gente entra. Como o Zé falou, então tem uma equipe ali para assegurar que tá tudo bem e a gente entra. Então ali estava muito bom pra gente, nós felizes. Uma área boa. Porque nosso sonho era ser assentados ali. É

¹¹³ REFORMA AGRÁRIA: Mais sem-terra chegam a Cuiabá e governo pede o reforço da polícia. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/170398/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 17/03/1998.

igual eu falei, nós não conseguimos conquistar nossa área. Era aquela região que a gente queria ter sido assentado, no meio de Araputanga.

Mas, quando veio o despejo, nós fomos negociar e nós ali, resistindo, mas quando o Vanderli ligou e disse: retira o povo, retira o pessoal pra ninguém se ferir. Porque eles estão dispostos a realizar o despejo mesmo, seria um massacre também. Quem não estivesse disposto a sair ia tá contrariando a lei e ia acontecer o pior. Então o que nós fizemos? O mais rápido possível fomos ao barraco, pegamos nossas coisas, jogamos em cima do caminhão e partimos e fomos embora. O carro carregava as crianças e os adultos se não cabiam iam andando junto. Então nós fomos para o Florestan Fernandes.

Já era o pré-assentamento do Florestan Fernandes (em São Jose dos Quatro Marcos). E aí perdemos mais um monte de famílias. Aí nós fomos para o Florestan pra massificar de novo. Pra fazer outra ocupação, que era nossa estratégia. Aí conseguimos massificar, né? Daí fomos para outra fazenda, a São João no município de Araputanga.

Na São João nós ficamos em torno de quatro meses, perto da cidade, onde nós não tínhamos a força da igreja, que era pra apoiar os pobres, os oprimidos, mas nós não tivemos apoio nesta cidade. Inclusive o padre Celso, que é um padre da elite, da burguesia, dos latifundiários, ele mesmo excomungava os sem terra. E neste acampamento, foi assim o acampamento que mais sofreu, nesta região do Mato Grosso. Só que aí foi o despejo, que não foi pra despejar, foi pra falar assim: “Vamos acabar com eles! Nós vamos mostra onde é que está o poder.”

– Relato do coletivo do grupo do Acampamento Paulo Freire. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Segundo os relatos, o governador na época, Dante de Oliveira exercia um domínio sobre a força policial para a repressão dos processos de ocupação. “Quando eles foram lá retirar o pessoal tudo quanto era policial do estado ele levou”, diz Aline, na época do acampamento ainda criança. Muito diferente dos “ares democráticos” propagados pela mídia mato-grossense.

E no dia do despejo foram mais de 300 soldados, tudo armado de fuzil, pistola e helicóptero! E colocou nós pra fora. A cerca humana aconteceu de novo. Em cada ordem de despejos nós organizávamos a cerca humana. Mas, neste dia eles não vieram para despejar, vieram para massacrar. Fizemos trincheiras à beira da estrada e as lideranças avaliaram que o que queriam era massacrar. Inclusive as cestas básicas que recebemos era só fubá. E as crianças ficavam desnutridas, né? Na área do mapa de baixo, perto da mata ficavam os pistoleiros do fazendeiro, que atirava em nós, para assustar os acampados. Esta época foi a de mais pressão psicológica. Daí saímos daqui e atearam fogo nos barracos. Então juntava filho de um, bacia do outro, e o helicóptero descia e metia fogo nos barracos. Então foi gente de vários acampamentos trazer reforço. Mas, o mesmo caminhão que vinha com monte de gente pra ajudar, levava um monte de gente que desistia.

Nós saímos assim, e os barracos daí nós não tínhamos mais colchão, né, não tinha mais nossos pertences, porque tava tudo queimando, né? Nós pegamos as crianças e saímos pela estrada a fora, fomos pro assentamento Che Guevara que nos acolheu. Lá no Che Guevara, chovia muito, nós falamos que não ia conseguir mais reunir pessoal. Então vamos mobilizar no INCRA né? O INCRA vai ter que ter uma posição e resolver nosso problema. Quando nós estávamos falando que o pessoal já estava cansado, decepcionado, o que a gente vai falar pra esse povo? Aí começou a surgir do meio assim, as famílias. E as famílias vinham. Isto foi muito marcante. Eles falavam assim, nós vamos junto pro INCRA. Não esperou assim as lideranças, eles falaram nós não

vamos amanhã não, nós vamos hoje. E saímos no meio da noite. Nem sei como. Acho que a força da indignação, da vontade de justiça.

Porque na realidade, nossa sociedade, a mídia não mostra não. Se não é a Sinthia que traz os alunos da universidade aqui e a Tânia que vem conhecer nossa história, vocês não vão conhecer esta realidade não. Porque a mídia, vai falar assim: esse bando de baderneiros, o que a gente tem a ver com isto? Por isto que nós valorizamos que vocês venham até nós. Porque vocês vão divulgar nossa história, porque o dia que vocês ouvirem falar assim: são baderneiros, vocês vão falar, não esse pessoal estão reivindicando alguma coisa ligada a eles.

Nós ficamos seis meses no INCRA. As crianças desnutridas. A alimentação melhor que nós tinha era o que os assentamentos reuniam e mandavam para nós. Nós tivemos problemas sérios, na São João mesmo, porque os fazendeiros estavam tão unidos que a gente era perseguido e era muita pressão psicológica muito grande que parecia que a gente ia explodir a qualquer momento. Mas, graças a Deus que dava força pra nós que achamos assim: isto não é o fim, vamos lá no INCRA e vamos discutir. E mesmo com todas estas mudanças mantínhamos os setores. A escola continuou, a gente pensava que ia desanimar, mas não desanimava. Até lá no INCRA teve escola itinerante.

– Relato do coletivo do grupo do Acampamento Paulo Freire. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Os relatos mostram claramente que os processos de ocupação do INCRA são fruto da violenta política de despejos em nível nacional à qual os acampados estavam submetidos. Ou seja, como disse FHC: “com os sem terra não quero mais negociar!” Mas, o que ocorreu foi que os órgãos de regularização de terras cessaram os movimentos das vistorias das fazendas cessando os regimes de comodatos.

Esta última retirada da fazenda São João – município de Araputanga, já nos anos 2000, foi relatada amplamente pelos jornais, com inúmeras representações do MST e da questão agrária, deslocando politicamente a luta pela terra pelo espaço midiático. O Diário de Cuiabá, “de forma neutra”, relata sem pudores, ou melhor, com “naturalidade” que foram despejadas 375 famílias com um corpo de 308 policiais e o despejo foi pacífico! A justiça decreta, e os policiais fazem cumprir a lei, pacificamente, apesar de sua preparação para os confrontos eminentes! Um policial por sem terra, e um “confronto” com foices...

O jornal relata que as famílias do acampamento Paulo Freire sofreram mais de quatro despejos, expõe a condição das famílias em luta e suas origens, que “buscam algo inalcançável, deixando para trás sua segurança de escola e emprego”, sugerindo uma irresponsabilidade das mães, em franco processo de criminalização dos movimentos.

O acampamento denominado "Paulo Freire" foi o quinto "endereço" dos sem-terra, que antes ocuparam duas áreas, de onde já tinham sido retirados, e fizeram outros dois acampamentos. Apesar do clima calmo de ontem, eles prometeram surpresas para hoje, ameaçando fazer protestos no fórum de Araputanga ou uma nova invasão.

Uma liderança informou que 11 fazendas estão na lista de ocupação do MST, na região da Grande Cáceres, por serem improdutivas.

A maioria das famílias que ontem deixaram o acampamento tem relatos de vida bastante parecidos. Deixaram pequenas propriedades rurais para tentar a vida nas cidades, onde não tiveram sorte, e tentam agora voltar às origens, conseguindo lotes de terra através da reforma agrária. Para isso, se submetem a morar meses seguidos em barracos, comer mal, tirar filhos adolescentes da escola, uma vez que nos acampamentos a escola só funciona para crianças nas séries iniciais.

Luzia Ferreira, 31, estava no acampamento com o filho de 7 anos, Josiel. Ela é oriunda do Município de Figueirópolis D'Oeste e sempre trabalhou plantando roças para os outros. As famílias do acampamento são de Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Cáceres, Jauru e outros municípios da região. Mas há exceções, como famílias de Rondônia, Mato Grosso do Sul ou do Espírito Santo, como é o caso de Milton Cobra, 39, desempregado há três anos. Ele deixou a capital Vitória e veio direto para o Mato Grosso, com a finalidade de se tornar um dos parceiros do Incra. Trouxe a esposa e quatro filhas. A mais velha, de 15 anos, trabalha como doméstica em Mirassol D'Oeste para ajudar a família enquanto a terra não chega.

Os acampados recebem cestas básicas do Incra, mas periodicamente, com um espaço que pode chegar a 90 dias. Assim, muitos trabalham fora, fazendo derrubadas ou plantando lavouras em fazendas da região. A renda é revertida em prol do acampamento, para a aquisição de alimentos. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

REFORMA AGRÁRIA: MST não reage e desocupação é pacífica em Araputanga. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 07/01/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/070100/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013. (Grifos acrescentados).

No dia seguinte o jornal publica uma matéria expondo a leitura dos sindicatos e movimentos sobre o despejo, e a questão agrária no Brasil, mas não cita a violência ocorrida. O que sugere é que o movimento fará novas invasões, sem considerar a situação das famílias acampadas¹¹⁴.

Entre as 375 famílias cadastradas retiradas da Fazenda São João, estavam cerca de 350 crianças. Por enquanto, elas conseguiram abrigo no assentamento Che Guevara e vão aguardar uma reunião com o Incra, em Cuiabá, no próximo dia 13. Se não conseguirem uma área, não descartam a invasão e ocupação de uma outra fazenda da região.

O líder Genadir Vieira dos Santos, do MST, **antes de deixar a Fazenda São João reafirmou que a área é improdutiva. "Nossa retirada é um ato covarde do governo.** Saímos sem conflito porque a Polícia Militar também está cumprindo uma ordem, mas áreas improdutivas como essa, na verdade, produzem alguma coisa: colônio e miséria, a miséria que vem do latifúndio". (Grifos acrescentados).

Outro detalhe é que a fazenda é do mesmo senhor Paulo Mendonça, o paulista que fundou o município de Mirassol do Oeste, especulador imobiliário, à espera de uma valorização de sua

¹¹⁴ JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 08/01/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/080100/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

fazenda para a venda no INCRA, ou sem negociação¹¹⁵. O desejo dos acampados do Paulo Freire foi congelado no pedido de vistoria da fazenda São João, mesmo sendo claramente improdutivo¹¹⁶.

O relato dos assentados, ao retomar a história destas famílias, foi regado à emoção da lembrança sofrida, da luta e da frustração de não conquistar a terra prometida:

A frustração desta história é que nós não tivemos assim como garantir nossa área. Nós tivemos que esperar e no processo de tentar nova massificação conseguimos colocar famílias aqui no Roseli e no Florestan Fernandes. Foi aí que a gente conseguiu. Mas, conquistar assim como o Roseli conquistou, nós somamos com eles esta conquista. Mas, dá esta frustração da gente não conseguir nossa terra não conseguimos. Mas, quem sabe a gente ainda vai massificar bastante e conseguir fazer mais um assentamento aqui perto, né?

Na verdade nossa história foi assim, avançar e recuar, avançar e recuar, pra não massacrar recuou e foi assim...

– Relato do coletivo do grupo do Acampamento Paulo Freire. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

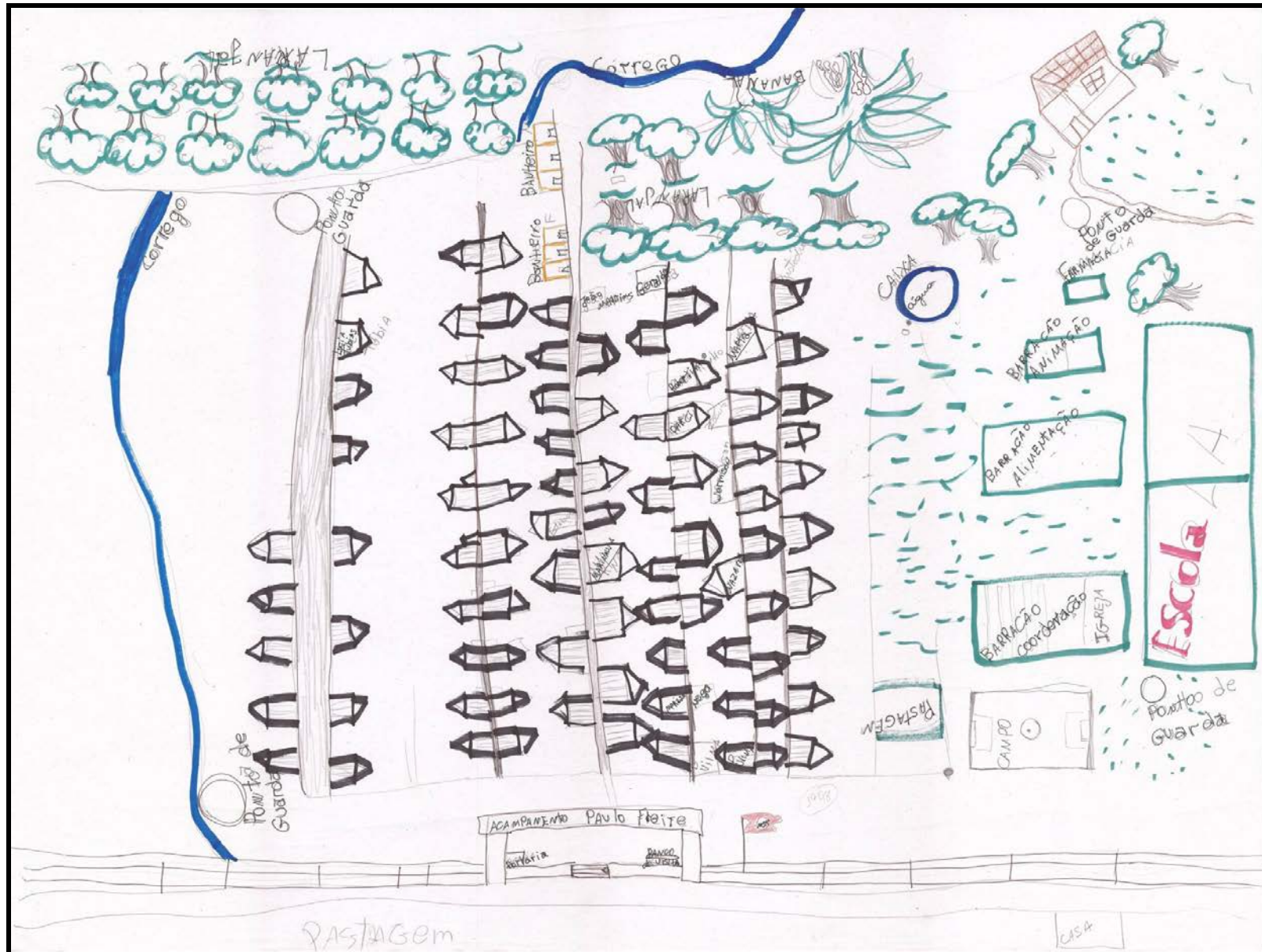
Como as famílias sofreram muitos despejos, o mapa por eles elaborado virou um 3x1, ou seja, organizaram de forma a manter a organização interna dos acampamentos:

Daí a organicidade é como nos outros acampamentos, com portaria. Esse acampamento nosso foi feito com ruas entre os barracos, com escola, banheiros, tudo. O que a gente queria era outras áreas. Porque que a gente fez este tipo de mapa? Porque todos os lugares que nós fomos acampar têm o mesmo estilo do mapa. Entrada do córrego, a forma dos barracos. Então este mapa serve para os três acampamentos. Na EMPAER, você pode virar deste lado (virando o mapa de direção), na São João, deste lado (virando novamente), então ele é estratégico, este mapa. No Araguari é o mesmo sistema, da relação com os córregos e os barracos. Saímos da fazenda Santana e daí fomos ocupar a fazenda da EMPAER (município de Quatro Marcos).

Relato do coletivo do grupo do Acampamento Paulo Freire. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

¹¹⁵ JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 08/01/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/080100/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

¹¹⁶ “Sem terra recorrem ao MPF pedindo vistoria da área” JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 14/01/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/080100/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.



Mapa 28 – Mapa do acampamento Paulo Freire. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

2.2.2.1 D) PRÉ-ASSENTAMENTO

A história da questão agrária no Brasil revela, na atualidade, que o MST é a face moderna do Brasil, a parte deste país que está em luta. Por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, o movimento da cidade para o campo contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também um movimento que busca a construção de uma nova sociedade. Nos assentamentos procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual. Os problemas são muitos e vão desde os entraves para acesso ao crédito, ao mandonismo burocrático, à imposição stalinista e à não-compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e da liberdade do trabalho. Mas, são esses sem terra, agora no seio do Movimento dos Sem Terra, que marcham pelas estradas e pelas cidades deste país, ocupando locais e prédios públicos. O MST é praticamente, neste ano 2001, a única força social de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, por isso a campanha para tentar destruí-lo (OLIVEIRA, 2001, p.205).

Após a liberação da Fazenda Prata, acampados do Facão e famílias mobilizadas pelo trabalho de base nos municípios da região foram para um novo acampamento, o pré-assentamento, já na fazenda. Também chegaram parte dos camponeses do Margarida Alves e por último do Paulo Freire. Segundo os relatos, esta fazenda era uma propriedade que funcionava com trabalho escravo, improdutiva (com algumas áreas de gado) e mais um dos latifúndios da região sudoeste do Estado à espera da valorização da terra, contudo não foi desapropriada, mas comprada pelo INCRA.

É importante retomar os sentidos dados pelo MST aos seus espaços de luta. Os camponeses sempre falam sobre os significados dos nomes do assentamento e da Escola, escolhidos em assembleias coletivas, ainda no acampamento, como apresenta HACK (2005), o nome Roseli Nunes vem desde um dos acampamentos que compuseram o assentamento:

O assentamento permaneceu com o nome de “Roseli Nunes”, que havia sido escolhido em assembleia geral do acampamento, que contava com um número maior de mulheres. Então, como forma de homenagear as mulheres na luta e, principalmente, uma mulher Sem Terra, cuja vida foi ceifada por uma carreta, quando estava em plena marcha do MST, próximo a Sarandi, no RS, a plenária deliberou pela indicação de seu nome para denominar o assentamento. (...) Segundo os registros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Roseli Nunes, nos últimos dias de gravidez, participou da ocupação da fazenda Anoni, em 1985, a maior ocupação realizada no Rio Grande do Sul, início do MST. Foi mãe da primeira criança a nascer em acampamento do Movimento Sem Terra, parto realizado no Sepé Tiaraju, nome dado ao acampamento em homenagem ao líder guarani. Liderou uma caminhada de 300 quilômetros até Porto Alegre, onde os caminhantes ocuparam a Assembleia Legislativa, permanecendo acampados por seis meses, até ser dada uma solução para as 3.000 famílias que estavam na fazenda Anoni. Rose foi assassinada no trevo da estrada em Sarandi - RS, com mais dois companheiros, no dia 31 de março de 1987, ocasião em que participava de uma manifestação com mais de 5.000 pessoas na luta pela reforma agrária e por uma política agrícola justa. Sua história foi contada nos filmes Terra para Rose e O Sonho de Rose, de Tetê Moraes (HACK, 2005, p.51).

No pré-assentamento a organização é a mesma do acampamento, com coordenações, núcleos, a portaria (agora mais aberta, sendo possível familiares entrarem facilmente), os barracos, a escola, farmacinha, barracão de animação, barracão de reuniões, cantina comunitária, cantina da escola. O que muda são as distâncias e os locais os quais os pré-assentados já podem ocupar, neste período eles procuram explorar toda a área da fazenda para a realização do corte dos lotes.

Neste momento, a escola era um local de aglutinação e a antiga sede da fazenda a recepção dos acampados, que aos poucos ocupavam outros espaços da fazenda. Este espaço produzia-se a partir da estrutura da sede, aproveitando suas construções, a disponibilidade de água que possibilitava realizar espaços com a produção de roçados e hortas, como vemos no mapa 29. Diferente dos acampamentos, o plantio era assegurado “não era mais a condição de incerteza”, poderíamos plantar e colher, embora houvesse casos de acampamentos que realizavam produção nas fazendas ocupadas.

Como é preciso ocupar toda a área as pessoas se espalham mais, contudo ainda eram controladas pelo fazendeiro, orientando os locais a serem ocupados, devido à contínua exploração das terras da fazenda, como a extração de madeiras nobres. Inicialmente ocuparam a área da “Botinha”, como se observa a nordeste na planta do INCRA.

Havia um poço comunitário e um córrego, com água salgada, posteriormente muitos camponeses apresentaram problema renais. A água doce de melhor qualidade ficava na “Ilha”, atravessando o rio do Bugres, onde as pessoas iam lavar roupas e também os cabelos (pois a água salobra os ressecava). Mas, era muito longe, então tinha que ir de carroça, bicicleta, a pé demorava muito, mas, quando não tinha jeito iam a pé. A escola era um espaço de aglutinação dos pré-acampados, as reuniões e algumas atividades dos setores aconteciam por lá.

A escola fica no centro. Na escola não tinha energia, à noite funcionava com lampião. Nós tínhamos muito conflito naquela época porque a escola era municipal e a prefeitura queria detonar a escola, porque ela tinha medo de que a gente chegasse onde chegou hoje. Então era um bombardeio, muita pressão. O pessoal da cozinha trabalhava voluntário. Fazia as refeições e não recebiam nada por isto. Mas, eu até tenho saudades do terreiro desta escola. A gente se reunia e ficava até tarde no barracão... – Relato do coletivo do grupo do Pré-assentamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

A relação com a prefeitura de Mirassol era difícil porque tinha que fazer contratação de professores para a escola, eles não deixavam fazer salas de aula com dez alunos, tinha que juntar diversas faixas etárias. Assim, ao mesmo tempo os alunos estudavam coisas diferentes com professores únicos. Houve durante todo este período a pressão da prefeitura em levar os alunos para as escolas do município. Mas, os camponeses organizavam tudo para que a escola não fechasse.



Mapa 29 – Mapa do pré-assentamento na Botinha. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

O fazendeiro não saiu imediatamente após o pagamento da terra, em 45 dias, pois ele queria esgotar todas as benfeitorias dali, como o aluguel do pasto, fomentando ainda conflito com pistoleiros. Só retirou-se definitivamente com a intervenção do INCRA. Isto impedia o uso irrestrito dos camponeses da fazenda e de suas benfeitorias, uma vez que precisavam de dinheiro para a comida e outras questões emergenciais.

Quando o fazendeiro saiu abriu-se então o grotão, realizando-se a conquista da fronteira. Havia um conflito com os pobres da periferia da cidade que, a mando de políticos da região, eram incentivados a paulatinamente tomar a área para que o INCRA fosse legalizando suas posses. Ou seja, corria o risco dos acampados, depois de toda a luta, ficar sem terra. Isto instituiu um novo conflito no processo de parcelamento.

Então fizemos uma avaliação e conversamos para ver as famílias que queriam vir para cá e se espalhar porque a fazenda era muito grande. Então foi estratégico e mandou um pessoal ficar para lá. Na beira do rio já tinha uma sala, por conta da escola, então aí a gente começou, uma reunião era do lado de cá e outra do lado de lá. Passava a nado, de barco, apoiados num arame e ia. Então a escola também ficou, um pouco pra lá e um pouco pra cá. Não tinha estrada e nem nada e diziam que tinha muita onça e nós precisávamos reuni.

– Relato do coletivo do grupo do Pré-assentamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

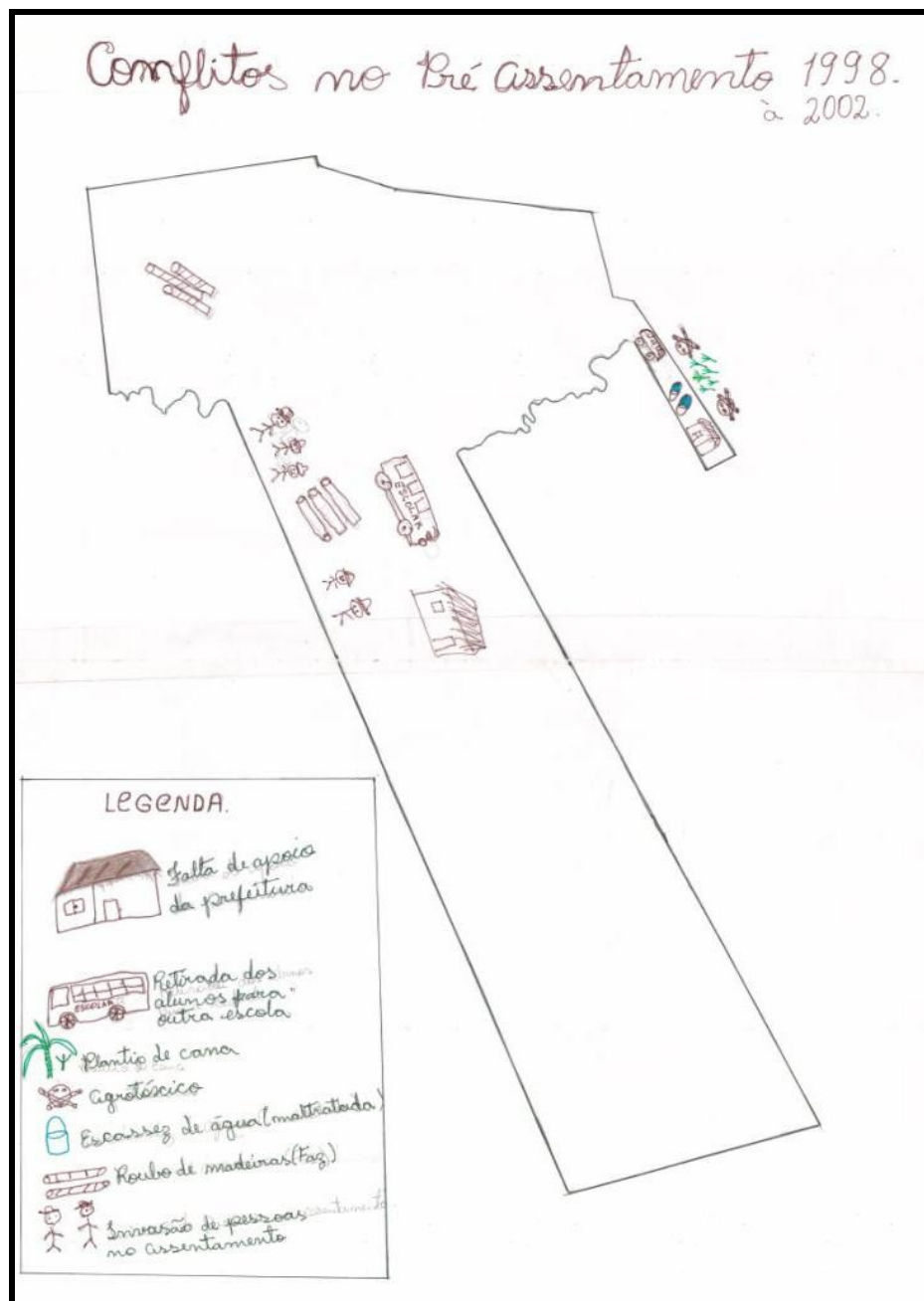
Posteriormente, surgiu o parcelamento e daí ficou decidido quem ia para cada parte do assentamento. Então foi o momento de começar a construir as casas, e a estrutura de sua consolidação.

Como vemos no mapa 30, a conquista da fronteira, na região do Grotão, expandiu os limites do assentamento com a produção de novos espaços de consolidação do assentamento pelos camponeses mobilizados e em luta pela terra.



Mapa 30 – A conquista da fronteira. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

Em síntese, os conflitos deste processo de estruturação giravam em torno: da exploração da natureza (a retirada de quase toda a madeira nobre, principalmente Aroeira); a ameaça da invasão (politicamente orientada); barreiras físicas (as condições ambientais desiguais, como a distribuição irregular de fontes de água e a existência de terrenos mais íngremes); a necessidade de abertura de estradas) e políticas (a difícil relação com o Estado, como a ausência e/ou demora da liberação dos subsídios para a implantação dos lotes e da produção; a falta de apoio da prefeitura; a tentativa de retirada dos alunos camponeses; o descaso e demora de realização dos serviços do INCRA).



Mapa 31 – Conflitos no Pré-assestamento. Mapeamento comunitário: Junho de 2011.

A presença de agrotóxicos, jogados pelos aviões e também na água, carregados das fazendas vizinhas para o assentamento, inicia-se neste período e se estendem até os dias de hoje. Muitas pessoas adoeceram e ainda adoecem na região da Botinha, ali plantação de feijão nunca conseguiu desenvolver-se nestas condições. Outros conflitos ainda intensamente vividos no assentamento são originados neste período, intimamente relacionados com a exploração destas terras, como as frequentes visitas e levantamentos das condições físicas do assentamento devido ao interesse da caverna; a caça e extração de plantas (hoje nas áreas de reserva); o assédio à mão-de-obra camponesa e arrendamentos pelas fazendas vizinhas; além de outras questões referentes às drogas e violência devido à circulação intensa de pessoas e mercadorias nas terras do assentamento.

Estes conflitos fizeram a gente se organizar e se mobilizar e usar estratégias. Nós tivemos um companheiro também, que foi comprar no boteco, lá na beira do rio. Daí o homem falou pra ele, “xingou” de sem terra e ele não é de briga, mas ele retrucou e deram um tiro nele lá no balcão, né? E ele voltou sangrando pro acampamento e daí o pessoal foi lá. Acho isso importante porque todos foram. Daí colocou fogo naquele barraco lá, e o cara vazou. Porque ele pegava dinheiro do povo, a gente comprava as coisas lá.

– Relato do coletivo do grupo do Pré-assentamento. Mapeamento Comunitário, Junho de 2011.

Havia o estranhamento com os camponeses do assentamento Santa Helena, que não eram “sem-terra”, pois não lutaram por ela, este assentamento é fruto das políticas de acesso privado à terra. Havia muito preconceito com os sem-terra na região e hoje esta relação está menos agressiva. Hoje, muitos alunos de lá vem para a escola Madre Cristina, no assentamento Roseli Nunes.

É importante situar o jogo de interesses com a prefeitura de Curvelândia, pois se no primeiro momento havia muito preconceito e discriminação, a prefeitura não realizava nenhum tipo de atendimento aos assentados do Roseli Nunes, sob a alegação de que o município responsável era Mirassol do Oeste. Hoje a situação é amena e existe até mesmo alguma parceria com a prefeitura. O que segundo a leitura dos assentados é por conta da questão da caverna, mas também explica-se pela viabilização das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Quando se consegue a terra a luta continua, é preciso uma infra-estrutura para a implantação do assentamento, assim a mídia retrata: “com-terra” assentado agora pede mais estradas e saúde. A primeira luta por infra-estrutura no pré-assentamento foi uma ocupação da prefeitura por dois dias, pleiteava-se a merenda escolar, gasolina para a geração de iluminação e um poço com água doce para as 37 famílias que precisavam água para tomar na escola e nas proximidades.

A matéria veiculada no Diário de Cuiabá (28/1/1998) discute a necessidade de consolidação dos projetos de assentamento via INTERMAT, em geral sem a luta pela terra, mas a situação dos assentamentos realizados pelo INCRA, que também necessitam de infra-estrutura e acesso ao crédito, é colocada pela mídia noutros termos:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) não sabe dimensionar numericamente quantos dos 244 assentamentos implantados em Mato Grosso se desenvolvem com sucesso e quantos fracassaram. **Não existe no órgão um estudo detalhado sobre o desenvolvimento dos projetos, fato que impossibilita saber se o dinheiro da união aplicado para desapropriar terras consideradas improdutivas as tornou produtivas.**

No último dia 10 a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) em audiência com o governador Dante de Oliveira responsabilizou o Incra pela dificuldade que as famílias assentadas têm para receber os recursos que viabilizariam os Projetos de Assentamentos (PA).

A falta de sincronia entre a liberação do dinheiro e a época de plantio é considerada um dos principais problemas. E ela está relacionada à ausência de técnicos para elaborar as propostas de financiamento, segundo o presidente da Fetagri Jilson Francisco da Silva. "Das 33 mil famílias assentadas sob a coordenação da Federação, apenas 5 mil recebem assessoria técnica - as outras estão relegadas à própria sorte", disse Silva.

O superintendente adjunto do Incra, João Bosco Moraes, admite que a atual estrutura do órgão não é suficiente para atender aos projetos criados e a crescente demanda, tendo o órgão que atuar como "bombeiro", respondendo ao que existe de mais urgente. "Não podemos resolver esses problemas sozinhos. Há a questão social que é muito complexa. Estamos negociando parcerias com o governo e os municípios para melhorar os serviços", disse Moraes. No quadro de funcionários do Incra existem atualmente 100 técnicos trabalhando em várias atividades e 80 no projeto Lumiar, que atende 8.455 famílias, segundo Moraes (JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 1999).

REFORMA AGRÁRIA: Incra não tem controle sobre PAs em Mato Grosso. JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 14/11/1999. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/141199/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013. (Grifos acrescentados).

Justamente no mesmo período em que acontecem os chamados pré-assentamentos de boa parte dos processos de luta do MST em Mato Grosso, no começo dos anos 2000 que o MST sofre uma forte criminalização da mídia. Diferentemente da cobertura realizada até o final dos anos 1990 de reportagens mais abrangentes (considerando as falas das lideranças do movimento), a tônica das matérias é criminalizar e fomentar um mundo rural perfeito, Feliciano (2009):

A Polícia Federal enquadró Altamiro Stochero e Osmar Tolomeu, líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST/MT), no artigo 18 da Lei de Segurança Nacional (lei 7.170/83), editada durante o regime militar (1964-1985) (...)

Um delegado da Polícia Federal em Brasília, que não quis se identificar, afirmou que a Lei de Segurança Nacional deve ser utilizada para enquadrar o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, por ter defendido a depreciação de pedágios das rodovias, no

ano passado. Outros 27 militantes do MST foram indiciados por crimes leves (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

JORNAL DIARIO DE CUIABÁ – 06/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2228&edicao=9593&anterior=1> <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/110100/cidades.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

Em maio de 2000, no Diário de Cuiabá foram veiculadas não só notícias, mas também opiniões sobre o desenvolvimento do Estado e a Questão Agrária, sob a máscara do desenvolvimento (até mesmo de valorização da SUDAM, ver jornal de 19/05/2000) e do processo de “ajuste do MST” às leis do país, trazendo insistentemente a necessidade de uma criminalização dos movimentos a partir do indiciamento de lideranças por conta das ocupações em prédios de instituições públicas, culminando com a proposta de criação de uma polícia para assuntos fundiários¹¹⁷.

Pelo menos oito prédios da Fazenda foram invadidos ontem por integrantes do MST em todo o país. Oito representações do Ministério da Fazenda foram invadidas ontem por integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). As ações – em Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e Rondônia – fazem parte da chamada Jornada de Lutas, que incluiu várias manifestações em todo o país, com invasões de terras, bloqueios de estradas e vigílias. (...)

Em Mato Grosso, pelo menos 600 pessoas, segundo a PM (o MST fala em 1.500), invadiram de manhã a sede da delegacia da Receita Federal, em Cuiabá. Durante a invasão, os sem-terra quebraram uma porta de vidro, na entrada do prédio. Ninguém saiu ferido. A coordenadora do MST em Cuiabá, Itelvina Masioli, 36, disse que os invasores vão permanecer no local por tempo indeterminado.

A superintendência regional do Inbra em Cuiabá não funciona desde o dia 20 de março passado, quando foi invadido por cerca de 400 pessoas. No final da tarde, a Justiça Federal concedeu liminar determinando reintegração de posse dos prédios invadidos (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 03/05/2000).

SEM-TERRA/INVASÕES: MST invade prédios públicos em todo país. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 03/05/2000.

¹¹⁷ Ver as matérias: SINAL VERDE. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 11/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2858&edicao=9598&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013.

A Sudam e Mato Grosso. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 19/05/2000.

Polícia Federal recua de indiciamento. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 09/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2629&edicao=9596&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013.

Jungmann pede inquérito policial contra novo presidente da UDR. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 09/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2620&edicao=9596&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013

Raul Jungmann descarta “trégua” com o MST. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ 07/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2309&edicao=9594&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013

A mídia promoveu fortemente junto ao Estado, divulgando ao mesmo tempo medidas de “fortalecimento da agricultura familiar” e de esvaziamento do conteúdo político da luta camponesa, a partir da divulgação de negociações com outras instituições de trabalhadores rurais:

As medidas atendem reivindicações da Contag a favor de agricultores familiares e esvazia propostas do MST. O governo anunciou ontem o aumento de R\$ 2,5 bilhões nos recursos administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para atender principalmente reivindicações da Contag a favor de agricultores familiares e tentar esvaziar propostas do MST para a reforma agrária. (...) As medidas atendem em parte as cinco principais reivindicações da Contag: eliminação de correção monetária nos financiamentos do Pronaf, elevação dos recursos do Pronaf, garantia de financiamento, aumento de recursos para assistência técnica e renegociação das dívidas dos agricultores familiares. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

Governo anuncia pacote agrário. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 11/05/2000.
Disponível em:
<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2978&edicao=9598&anterior=1>.
Último acesso em: 04/12/2013.

Todavia, Fernando Henrique Cardoso, na época presidente do Brasil, afirma que é o MST quem está despolitizando a questão agrária, por isto não tem mais diálogo. E ainda acrescenta que a luta pela terra é coisa do século passado, a luta agora é pelo conhecimento:

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que não se senta para discutir a questão agrária com os integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) porque eles não querem discutir. "(Eles) Querem deprender". FHC afirmou que "a sociedade não aceita mais o latifúndio, mas a sociedade não aceita mais a invasão da propriedade produtiva".

O presidente disse já ter desapropriado o equivalente a três Bélgicas, ou cerca de 14 milhões de hectares, desde o início do governo. "Não há uma semana em que eu não desaproprie muita terra", afirmou ele, ressaltando que não basta dar terras, é preciso assentar os trabalhadores no campo. A crítica de FHC ao MST foi feita ontem, no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no final de um discurso de quase 90 minutos, quando ele falava de improviso.

O presidente disse não estar fechado ao diálogo com quem está interessado em conversar. E citou como exemplo a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), com quem se reuniu na semana passada. (...)

Ele salientou a diversidade de problemas e realidades do país, capaz de ter uma alta taxa de usuários da Internet e de ainda discutir reforma agrária. Foi o que FHC definiu como "pluralidade do momento histórico". Segundo o presidente, esse tipo de problema é um entrave para o país entrar no século 21, que, segundo ele, será o século do conhecimento.

"Não vai poder ter conhecimento quem ainda hoje luta pela terra. Meu Deus... É uma luta dos séculos passados. São processos históricos diferentes". (...)

FHC diz que não discute questão agrária com MST. O presidente disse que os sem-terra “não querem discutir. Querem deprender”. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

Um discurso que desloca claramente as condições materiais da existência do povo. Contudo, neste mesmo jornal, em 09/05/2000 apresenta-se na coluna de opinião um contraponto, assinada pelo jornalista Enock Cavalcanti, denunciando o modelo de agricultura implantada pelo governo FHC e a política de empobrecimento da população camponesa sob o auspício de desenvolvimento e modernização da agricultura familiar, os conflitos no campo e a violência decorrente da estrutura fundiária brasileira e questiona: Diante da gravidade da situação, será que os trabalhadores não têm o direito e até o dever se organizar e lutar por sua sobrevivência?!¹¹⁸

“A tática da baderna”. A capa da Veja dá o tom da cobertura que a revista dedica às movimentações do Movimento dos Sem-Terra. Aliás, nestes dias, a mídia tem investido pesado na tentativa de isolar o MST e colocar a sociedade contra este movimento que levanta, com decisão, a bandeira da reforma agrária em nosso País.

Queimar o MST é, hoje, a forma mais fácil de fazer manchete e tentar causar impacto. Nas páginas da grande imprensa, o MST desponta como se fosse uma gangue de baderneiros, a rivalizar com Marcinho VP e outros traficantes nas artes da bandidagem. O que se escamoteia, quase sempre, é que o MST surge e se afirma como uma reação. Uma reação de contingentes cada vez mais expressivos do nosso povo pobre contra o descaso histórico a que estão relegados os problemas do campo e da agricultura em nosso País. O MST, simplesmente, reage. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

DIARIO DE CUIABÁ, 09/05/2000. Disponível em:
<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2583&edicao=9596&anterior=1>.
Último acesso em: 04/12/2013.

Lembrando que neste clima de tensão, muitos camponeses estão acampados nos pré-assentamentos, sem infra-estrutura para sua consolidação e ainda auxiliam aqueles acampados em luta, foi então que um fato marcou a história dos pré-assentamentos da região de Cáceres/Mirassol: primeiro o saque ao depósito da CONAB para alimentar todos os acampados da região e posteriormente a prisão de oito de membros da liderança estadual do MST devido a outro saque, desta vez a caminhões que carregavam leite, carne e outros alimentos. Note-se na reportagem abaixo que uma das fazendas ocupadas pelo MST é de Paulo Mendonça, um dos principais especuladores de terra da região, fundador de Mirassol do Oeste, anteriormente apresentado neste memorial.

¹¹⁸ Neste mesmo período o jornal traz reportagens sobre a violência no campo, ver: Fetagri reúne provas de agressão a pequenos. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 10/05/2000. Disponível em:
<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2791>. Último acesso em: 04/12/2013.

Estão presos em Cáceres os oito trabalhadores sem-terra detidos por policiais civis quando levavam para o acampamento Sílvia Rodrigues alimentos saqueados de três carretas. Os saques aconteceram na manhã da última segunda-feira, na BR-174, que liga Cáceres a Rondônia. Cerca de mil trabalhadores que há quatro meses ocupam a fazenda São Paulo, município de Mirassol D'Oeste, retiraram dos caminhões 25 toneladas de carne, mais de mil fardos de arroz e 20 mil litros de leite.

Os motoristas abandonaram as carretas temendo agressões e registraram queixa na delegacia de Glória D'Oeste, cidade mais próxima ao local. A ação dos sem-terra provocou o bloqueio temporário da rodovia, até que a Polícia Rodoviária Federal conseguisse restabelecer a normalidade do tráfego de veículos.

Foram presos os agricultores José Francisco dos Santos, Geraldo Camilo Pereira, Mauro Bento Farias, Gumerindo Rodrigues de Oliveira, Alberto Gonçalves de Oliveira, José Martins Neves, Genadir Vieira dos Santos e a agricultora Ana Maria dos Reis, mãe de três crianças que ficaram no acampamento. Eles alegam que participaram dos saques porque estão passando fome no acampamento. A área, de 4,5 mil hectares, pertence ao fazendeiro Paulo Mendonça e foi invadida em abril por 1,5 mil famílias que integram as fileiras do MST.

Desde o início de maio foi expedida a liminar de reintegração de posse, pelo juiz Luiz Augusto Veras Gadelha, da comarca de Mirassol D'Oeste. Até agora a ordem não foi cumprida pela Polícia Militar, que espera autorização da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Os oito presos foram encaminhados inicialmente à cadeia de Porto Esperidião, mas o delegado Walfrido Franklim do Nascimento, temendo uma tentativa de resgate por companheiros dos sem-terra, os encaminhou para Cáceres, por questões de segurança. Presos em flagrante, os sem-terra foram enquadrados nos artigos 157 e 288 do Código Penal, por roubo e formação de quadrilha. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 31/07/2002).

Oito do MST estão presos por saque a caminhões. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 31/07/2002. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=109173>. Último acesso em 04/12/2013.

Os presos de MST em nenhum momento foram tratados como presos políticos, nem pela mídia¹¹⁹, tampouco pelo Estado, mas sim como formadores de quadrilha de perfil criminoso altamente qualificado, ainda que entidades políticas que formam o “Fórum de Luta das Entidades de Cáceres”, no qual estão sindicatos, centro de direitos humanos, igreja católica e outros movimentos apelassem pela soltura dos presos. Este fórum denuncia a criminalização de um número reduzido de pessoas, as lideranças do movimento, sendo que a ação de saque ocorreu por mais de mil pessoas. Este fato repercutiu nacionalmente na mídia, recebendo apoio, mas também julgamento de diversas entidades.

¹¹⁹ Ver: SAQUE: Sem-terra presos são transferidos JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 1/08/2002. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=3130&edicao=9599&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013. Ver também: REFORMA AGRÁRIA: MST fará vigília contra a prisão de 8 sem-terra. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 20/11/2002 Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=121769>. Último acesso em: 04/12/2013.



Figura 01 – JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 13/12/2002. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=124121&edicao=10492&anterior=1>. Último acesso: 04/12/2013.

Houve intensa mobilização destas entidades junto aos camponeses acampados e pré-assentados, principalmente para que os presos não fossem transferidos para presídios maiores. Foi redigida e distribuída uma carta de apelo à população para que a questão seja tratada politicamente (figura 02).

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Nós do Movimento Social de Cáceres, Juntamente com o MST, queremos esclarecer à sociedade cacerense e demais municípios, que o fato vinculado na imprensa falada e escrita do dia 29 de julho, o qual denomina saqueamento, na verdade o que houve foi uma recuperação de alimentos realizado pelos trabalhadores/as rurais Sem Terra do acampamento Sílvio Rodrigues na BR 364, rotulando as pessoas como criminosas por estarem tentando suprir a necessidade mais elementar do ser humano que é o direito à alimentação.

Entendemos e acreditamos que nem toda lei é justa e quando, como neste fato, deixam as pessoas privadas da alimentação, cabe a elas criarem mecanismos que proporcionem condições mínimas necessárias para a sobrevivência humana. São 1.200 famílias (homens, mulheres e crianças), que estão lutando por terra e dignidade.

Esclarecemos que o fato ocorrido é essencialmente de cunho social, visto que o governo está a par da real situação em que se encontram os trabalhadores (as) acampados há mais de 4 meses na luta pelo também, direito à terra para tirar dela seu sustento e da sua família.

Fato é que essas famílias, encontrando-se em situação precária, pararam os caminhões que trafegavam nessa rodovia, escolhendo os que transportavam alimentos, dentre eles: leite, arroz e carne, necessários para saciar a fome de adultos e crianças.

Assim, a polícia, tentando entrar no acampamento para reaver os alimentos e sem sucesso, resolve fazer rondas nas estradas vicinais de acesso ao acampamento, vindo assim a prender 7 trabalhadores e 1 trabalhadora rural.

Manifestamos nossa solidariedade a todos/as que lutam pela terra, pela Reforma Agrária e por Justiça Social. Organizar e mobilizar para a defesa de um direito fundamental, que é a alimentação, tem que ser visto como um exemplo de luta e resistência.

**LIBERDADE AOS SEM TERRA QUE ESTÃO PRESOS : LUTAR
PELA VIDA NÃO É CRIME!!!**

**REFORMA AGRÁRIA: POR UM BRASIL
SEM LATIFÚNDIO!**

*GAIA, SINTEP, FETRAM, CDH, MNMMR, MPA, STR, ARLICA, MST, ADUNEMAT,
FASE, PARÓQUIA CRISTO TRABALHADOR e SANTÍSSIMA TRINDADE, SINDICATO
DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS*

Figura 02 – Carta distribuída à população da região de da grande Cáceres em defesa dos presos políticos do MST

Os presos políticos, enquadrados nos artigos 157 e 288 do Código Penal, por roubo e formação de quadrilha, passaram mais de seis meses encarcerados, saíram abatidos e deprimidos e alguns, com problemas de saúde. Até hoje, estes presos emocionam-se ao relembrar deste longo tempo, mas orgulham-se da coragem da luta e do apoio incondicional dos companheiros de luta por justiça social.

Em contínuo processo de luta, boa parte destes camponeses ocupou novamente diversas instituições do Estado, principalmente o INCRA, reivindicando a consolidação destes pré-assentamentos e a soltura da liderança do MST na região. A frequente ocupação do MST ao INCRA impulsionou o deslocamento da sede no Estado, amplamente divulgado pela mídia como um problema causado pelo próprio MST, que atrasava a realização dos assentamentos e sua consolidação¹²⁰.

E a luta pela infra-estrutura dos pré-assentamentos estava longe de terminar¹²¹, foram inúmeras ocupações e negociações entre os anos de 2000 e 2002. Houve avanços, como o repasse de cestas básicas para acampamentos e pré-assentamentos, mas muitos impasses entre as pautadas de reivindicações do MST e o INCRA, como a promessa de como cronogramas para desapropriação de áreas (não realizada); o intenso debate da desapropriação das áreas de fronteiras (uma vez que Cáceres é fronteira internacional Brasil-Bolívia) – também não realizado.

Em muitos momentos os camponeses mobilizados pelo MST pediram uma audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não foram diretamente atendidos. As pautas diretas com FHC foram paulatinamente ganhando outros ares das políticas do Estado como o controle do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), e mais assistência técnica a pequenos produtores rurais, pelo Programa Lumiar, dentre outras políticas que foram semeadas nesta gestão e ganham hoje outros contornos para o incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Neste processo o Estado fortalecia políticas para a inserção dos assentados na produção da agricultura de mercado. Ainda assim, os recursos destinados à consolidação dos assentamentos foram poucos e em Mato Grosso noticiava-se que a demanda dos assentamentos superava as

¹²⁰ Ver: Membros do MST invadem sede do Incra em Cáceres. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 26/04/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=1286&edicao=9584&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013.

¹²¹ Ver: REFORMA AGRÁRIA: Após dois meses, MST e INCRA retomam diálogo. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 11/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2927&edicao=9598&anterior=1> Último acesso em: 04/12/2013.

previsões de recursos, sendo atendidas menos de 50% das famílias assentadas no prazo estabelecido pelo governo:

(...) Questionado sobre os critérios de recebimento dos recursos, já que aproximadamente metade dos produtores não vão receber a verba, o superintendente (do INCRA) explicou que o repasse deve ser por ordem de entrega do projeto. "Os recursos não são suficientes mas o Banco do Brasil não tem mais dinheiro para disponibilizar aos produtores", completou.

As cidades que mais têm assentamentos estão sendo beneficiadas, como Cáceres, Rondonópolis e Tangará da Serra. Assis explicou que para entregar o financiamento aos produtores - é necessário um projeto de custeio da área a ser cultivada -, o banco faz uma análise cadastral e elabora um contrato. Logo depois a verba é liberada. Cerca de 40% do financiamento é subsidiado pelo governo federal. (...) Há duas semanas produtores rurais de Tapurah protestaram em frente ao BB contra a falta de liberação dos recursos. Em Cáceres houve ocupação de uma agência. (JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 2000).

REFORMA AGRÁRIA: Produtores terão apenas R\$ 35 milhões do Pronaf. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 11/11/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/110100/cidades.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

Noticiou-se que em Água Boa os trabalhadores rurais acamparam na porta do Banco do Brasil, alegando a demora da liberação de tais recursos, ou seja, além de não haver o necessário, ainda não há a liberação em tempo hábil para viabilizar o plantio. Em Cáceres a BR-O70 foi interditada para a liberação de recursos do PRONAF, para alimentação, crédito habitação e custeio agrícola. Na matéria veiculada pelo Diário de Cuiabá¹²² sugere-se que o repasse dos recursos são politicamente orientados pelos políticos de Mato Grosso com interesses eleitoreiros.

Os camponeses em luta negavam sua favelização, exigindo condições iniciais para a produção. Muitos presidentes de associações chegaram a endividar-se e ter seus nomes "sujos" no SERASA por conta das demandas iniciais dos assentamentos, contando com um recurso que não vinha.

No período de Pré-assentamento outras questões foram tocadas pela mídia: a saúde e a necessidade de programas de prevenção de doenças e o atendimento médico no campo; assim como ocorreram debates nas universidades, até mesmo no processo eleitoral para reitores da UFMT¹²³.

¹²² REFORMA AGRÁRIA: Mil famílias interditam BR na região de Cáceres. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 15/03/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/15032000/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

¹²³ Ver: SAÚDE NOS ASSENTAMENTOS. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ - 23/02/2000. Também: Só Speller vai a debate com o MST. JORNAL DIARIO DE CUIABÁ, 19/05/2000 Disponível em: <http://diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=4180>. Último acesso em 04/12/2013.

Em 1999, os acampamentos, pré-assentamentos e assentamentos da região de Cáceres conquistam um curso de Pedagogia da Terra, junto à Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) em Cáceres, a partir de um convênio entre o PRONERA/INCRA; SEDUC e EMPAER¹²⁴.

Este período em Mato Grosso clarificou sobre a necessidade permanente da luta, que é triplamente qualificada pelo acesso, pela consolidação e pela permanência à e na terra.

ENQUANTO ISSO... Em Mato Grosso o agronegócio atinge o patamar desejado, avança rumo à consolidação no Estado. Sua produção superou o Paraná e assumiu o primeiro lugar no ranking nacional da produção de soja no Brasil.

O último levantamento de safra, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), confirma Mato Grosso como o maior produtor nacional de soja, superando o Estado do Paraná - líder no ranking até o ano passado – e ficando com o primeiro lugar também em produtividade. A produção que deu a Mato Grosso o título de campeão de produção foi de 7,64 milhões de toneladas de soja (número divulgado ontem pelo Diário), contra 7,11 milhões de toneladas do Paraná e 5,03 milhões de toneladas do Rio Grande do Sul. Goiás colheu 3,95 milhões de toneladas e, Mato Grosso do Sul, 2,32 milhões. No ano passado, o Paraná havia colhido 7,7 milhões de toneladas de soja, contra 7,13 milhões de toneladas de Mato Grosso.

O grande responsável pela “virada” no ranking dos maiores produtores foi o fantástico índice de produtividade alcançado pelos produtores mato-grossenses, na safra 99/2000. O rendimento médio por hectare no Estado foi de 2.900 quilos (48,33 sacas). Alguns municípios – como Sapezal, Campos de Júlio e Campo Novo – entretanto, registraram produtividade acima de 55 sacas por hectare. O Estado do Paraná, que utilizou uma área de plantio maior e colheu menos, obteve produtividade de 2.517 quilos/hectare (41,95 sacas), seguido de Goiás, com 2.720 quilos (45,33 sacas), Mato Grosso do Sul (2.100 quilos ou 35 sacas) e, Rio Grande do Sul, com apenas 1.672 quilos por hectare (27,86 sacas).

Outro detalhe que chama a atenção é que, embora Mato Grosso tenha alcançado uma boa produção, o nível de tecnologia empregado no processo de plantio foi menor do que o utilizado pelos demais Estados produtores. Na avaliação dos técnicos, o bom desempenho da produção mato-grossense se deve em grande parte a ganhos de produtividade e às boas condições climáticas do Estado. (JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 2000).

SAFRA 99/2000: MT é campeão de produção de soja. JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 10/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2798&edicao=9597&anterior=1>. Último acesso em 04/12/2013.

E ainda... Noticiava-se todo o aparato do Estado na regulação da agricultura mediando as relações com o sistema financeiro, como a defesa do então ministro da agricultura, Pratiní de Moraes, por uma política de juros que flexibilize do sistema bancário e o fim das garantias bancárias para os financiamentos rurais (no máximo a garantia da própria safra, mas nunca da terra):

¹²⁴ Convênio reúne SEDUC e MST. JORNAL A GAZETA – CUIABÁ MATO GROSSO 20/07/1999. Acesso no arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

“Não acredito em agricultura financiada com juros variáveis e taxas extorsivas como as que estão sendo praticadas no mercado”, disse ele. “Na minha opinião, os juros devem ser fixos ou os bancos devem aceitar a equivalência em produtos como forma de resolvermos este problema”. O ministro defendeu também urgência na reforma tributária como forma de o país corrigir falhas na política agrícola. (...)

Segundo Pratini, as exigências do sistema financeiro são tantas que chegam a inviabilizar o plantio para muitos agricultores. “O banco quer a propriedade do produtor e até o aval da sogra para aprovar um empréstimo”, ironizou o ministro. Ele afirmou que boa parte dos produtores está sendo obrigada a hipotecar o seu patrimônio para plantar. “Esta é uma aberração que precisa acabar no Brasil”, acentuou.

Na avaliação do ministro, as taxas de juros estão acima da capacidade de pagamento do produtor e incompatíveis com a realidade econômica do país. Por isso, ele defende taxas pré-fixadas para o crédito rural e maior flexibilização do sistema bancário na hora de aprovar um financiamento. “As taxas precisam ser fixas para que os produtores possam fazer um planejamento de safra para o ano sem sofrer os traumas dos juros extorsivos e do achatamento da renda, na hora de pagar o empréstimo”.

Pratini foi recebido ontem pela manhã por cerca de 200 produtores, no Parque de Exposições de Tangará da Serra. No final do encontro, ele foi aplaudido de pé pelos agricultores e, em seguida, homenageado com uma placa “pelo trabalho desenvolvido em prol da agricultura brasileira”, o que possibilitou ao país produzir uma safra recorde de 85,6 milhões de toneladas de grãos (JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 2000).

AGRICULTURA: Ministro quer juros fixos e fim das garantias bancárias. JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 12/05/2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=3130&edicao=9599&anterior=1>. Último acesso em: 04/12/2013.

Como aponta Feliciano (2009), o governo, a partir do espaço midiático, produz o espaço institucional que desloca a questão da reforma agrária para as políticas de governo. Como sugere FHC “estamos colocando a agricultura como vital ao Brasil!”, anunciando a reestruturação do Agronegócio e inserindo os camponeses na cadeia produtiva do agronegócio, não criando condições para a produção camponesa, mas sim para seu endividamento. Afinal, é igualmente justo: “dar (recursos) para os sem-terra, mas é mais justo dar para quem tem terra e está trabalhando e precisa dos recursos”¹²⁵. As políticas de estado ganham força em seus espaços de representação (que agem simultaneamente às práticas que as engendram) e legitimam-se.

E a luta continua, pois o MST continuou pressionando o INCRA para a liberação de outras áreas em Mato Grosso. O resultado deste processo são 37 assentamentos originados a partir de sua luta, principalmente entre os anos de 1997 e 1998, período de sua maior movimentação em Mato Grosso e no Brasil. Hoje há 4 acampamentos, quadro 14, e ainda seis pré-assentamentos

¹²⁵ Discurso de FHC na matéria: **AGRICULTURA FAMILIAR**: Governo federal abre crédito para pequeno produtor. JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ - 18/10/1997. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/181097/politica.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

sob a mobilização do movimento, sendo que as famílias ainda aguardam o corte dos lotes em baixo de lona (todos na região norte do Estado), quadro 15.

FAMÍLIAS EM LUTA PELO MST DE MATO GROSSO - 2013			
ACAMPAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	OCUPAÇÃO
Mutum	Dom Aquino	78	21/04/2012
Pablo Neruda	Sinop	110	11/2011
Castro Ramos	Cáceres	145	25/06/2007
Silvio Rodrigues	Mirassol do Oeste	184	22/04/2001
Pré-Assentamento KENO	Claúdia	500	2005
Pré-Assentamento 12 de Outubro	Claúdia	140	2005
Pré-Assentamento Olga Benário	União do sul	50	2005
Pré-Assentamento Novo Renascer	União do sul	25	2005
Pré-Assentamento Sonho de Anderson	União do sul	55	2005

Quadro 14 – Famílias em Luta em Mato Grosso, 2013. Fonte: MST – MT. Coordenação regional do MST em Mato Grosso 04/12/2013.

ASSENTAMENTOS DO MST - MT 2013					
REGIÃO SUL					
FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Santa Maria	Geraldo P. de Andrade	3926,46	136	Juscimeira	089/ 06.11.96
Primavera	Oziel Pereira	1154,7	45	Rondonópolis	033/ 04.04.97
Vale do Bacuri	Chico Mendes	605	30	Rondonópolis	096/02.12.96
Bagagem / barra	Márcio Pereira	2285,6	90	S. José do Povo	047/30.05.97
São Francisco	Rose Beltran	1332,1963	50	Rondonópolis	004/10.01.97
Jupia	Pe. Josimo M. Tavares	3156,1703	120	S. José do Povo	052/06.07.98
São Domingos	Canudos	994,4946	45	Pedra Preta	016/10,02,00
Pontal da Areia	Carlos Mariguela	5582,6	166	Poxoréu	138/10,12,99
Bagagem II	Água da Serra	440	17	S. José do Povo	105/07.12.98
Tietê	Dom Oscar Romero	726	27	Poxoréu	131/16,11,99
Ageira	Saete Strozake	1049	30	Guiratinga	027/04.06.01
Canta Galo	Olga Benário	3075,0765	99	Rondonópolis	016/24,02,99
Coqueiro	D. Osório Stoffel	1178,9936	40	Rondonópolis	030/05.05.98
Paraíso	Zumbi dos Palmares	1246,8141	47	D. Aquino	100/02.12.96
Perdigão	28 de Outubro	2262,1141	70	Campo Verde	111/30.12.96
Terra Forte	14 de Agosto	2099,8	71	Campo Verde	003/09.10.97
Perdigão II	Paulo Freire	889,9229	29	Campo Verde	139/10.12.99
São Bento	4 de Outubro	959,0767	42	Campo Verde	025/04.06.01
Barra Bonita	Mártires dos Carajas	3225,336	120	Poxoréu	060/17/11/05
Total da Região		36189,3551	1274		

REGIÃO SUDOESTE					
FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Laranjeira I	Antonio Conselheiro I	10944,1342	120	Cáceres	015/24.02.97
Laranjeira II	Antonio Conselheiro II	1210	33	Cáceres	022/03.03.97
Mirante	Margarida Alves	3902,5362	145	Mirassol D'Oeste	043/09.05.97
PaioI	Nova Conquista	16067,41	195	Cáceres	014/24.02.97
São Benedito	Che Guevara	1279,6248	48	Araputanga	030/05.05.98
Santana	Florestan Fernandes	4551,12	155	S. J. Quatro Marcos	085/04.09.00
Santa Rosa	Chico Mendes	1887,0272	73	S. J. Quatro Marcos	117/31.12.97
Prata	Roseli Nunes	10611,4	331	Mirassol d'Oeste	003/02.04.01
Cajá	Cecília Antunes	1253,9523	45	Salto do Céu	081/09.09.02
Carla Patricia	Lourivaldo Abich	1210	110	Pontes e Lacerda	036/28/05/05
São Paulo	Silvio Rodrigues		184	Mirassol D'oeste	
Total da Região		52917,2047	1439		
REGIÃO MÉDIO NORTE					
FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Tapirapuã	Antônio Conselheiro	37258,8171	999	Tangará da Serra	109/12.12.97
Prom.São João	Pe. José Ten Caten	1344	58	Santo Afonso	
Maroca/Maior	Oziel Perreira	1524	60	Nova Olimpia	
Palmital					
Total da Região		40126,8171	1117		
REGIÃO BAIXADA CUIABANA					
FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Umuarama	Dorcelina Folador	983,7969	33	Várzea Grande	032/13.07.01
Cocal	Maria Benvinda		80	Rosário Oeste	
Total da Região		983,7969	113		
REGIÃO NORTE					
FAZENDA	NOME OFICIAL	ÁREA EM HÁ	Nº FAM.	MUNICÍPIO	PORT. DEC.
Alvorada	Terra de Viver	1210	20	Cláudia	062/09/11/07
Alvorada I, Alvorada II, Chaparral, Minata, Juvimara e Tres nascente	Zumbi dos Palmares II	6554,74	150	Cláudia	
Zifa da Amazônia	Sonho de Anderson	2497,4687	80	União do Sul	06/07 de 16/03/07
Faz. Bergamim e Faz Tanabi	Renascer		30	União do Sul	
Rio Azul	Keno		500	União do Sul	
Iguaçu e Frei Crispin	Olga Benário		30	União do Sul	
Panorama	12 de Outubro		180	Cláudia	
Total da região		10262,2112	990		

Quadro 15 – Assentamentos do MST em Mato Grosso. Organização: Sinthia Cristina Batista. Fonte: MST – MT. Coordenação regional do MST em Mato Grosso 04/12/2013.

A posse da fazenda Prata realizada pelo INCRA data de março de 2001 e o corte do assentamento ocorreu em Junho de 2002. Em síntese: as famílias assentadas no Roseli Nunes são

provenientes de três acampamentos: Roseli Nunes, Margarida Alves e Paulo Freire. As famílias do acampamento de mesmo nome do assentamento ocuparam por cinco anos (entre acampamento e pré-assentamento) a antiga Fazenda Prata, área de aproximadamente 10.531 mil hectares, considerada improdutiva e reivindicada para desapropriação desde 1996 pelo MST. Cada acampamento tem tempos diversos de luta na lona, mas estão historicamente ligados às movimentações da luta camponesa no Brasil do final do século XX.

Para a comunidade, é importante revigorar o papel da memória, considerando a necessidade em escrever a história por diversos sujeitos que a constituem e a reconstrução de seus territórios de luta, carregados ou não para o assentamento. Os relatos do acampamento revitalizaram a memória da trajetória de luta registrando e fortalecendo o processo vivido por muitos assentados e transferido neste movimento para seus filhos, muitos deles nascidos nos acampamentos ou já no assentamento.

Há a preocupação da manutenção da história e a passagem entre gerações, a firmeza e convicção da luta e da resistência, para que seus filhos se formem e atuem no assentamento, com e para a comunidade. A história viva e o vigor dos simbolismos são prementes neste processo, como a valorização do trabalho familiar e a necessidade de semear a vida que produz e reproduz o modo de vida do camponês.

Preocupação expressa a todo o momento, nas palavras de muitos: “vamos a partir desta história cuidar das crianças, porque os velhos já não têm mais jeito...”. Por um lado esta estratégia permite uma história viva, não esquecida, fortalecendo a recriação camponesa e por outro reproduz uma das estratégias do MST que investe na construção das lideranças a partir das crianças e do resgate histórico.

Para os militantes do MST após a conquista da terra todos se isolam, mas “a luta coletiva não acaba” e é preciso criar outras estratégias para a continuidade da luta. Assim, os mapas dos acampamentos representam a produção do espaço de luta do MST no processo de ocupação, em linhas gerais: a criação de uma infra-estrutura para a manutenção do acampamento; a assistência aos acampados e acima de tudo fomentar o coletivo e a formação política. Os mapas são intensos, durante o processo de apresentação de mapas dos acampamentos pelos camponeses o retorno ao coletivo retoma a esperança, principalmente por um mundo menos desigual e solidário.

Neste processo as representações indicam um sentimento de coletividade complexo, que emerge da liminaridade camponesa (fruto de sua expropriação), mas também de uma

coletivização impulsionada pela organização do movimento de massa do camponês-operário forjado pelo MST, segundo seus teóricos, são momentos educativos, de criação da consciência política. Não há acampamentos mistos, em que um sujeito pertença a mais de um movimento de luta pela terra, pois os conteúdos das ocupações diferenciam-se nos movimentos. Seu significado passa pela legitimidade do movimento e de seu poder de contestação e resistência. Segundo ALMEIDA (2005):

O acampamento do MST vale-se de uma tendência histórica de parte do campesinato, qual seja, viver na liminaridade e, por isso, nos momentos transitórios, criar *communitas* como forma de luta e resistência, para engendrar um processo de “formação da consciência política” que tem, no trabalho coletivo, na divisão de tarefas, na formação das cooperativas o cenário por excelência. Contudo, por ser ideológico, ou seja, fruto de uma distinção imposta, embora fomentada muitas vezes desde os tempos do acampamento, não tem conseguido romper os limites da condição camponesa: o confronto da terra de trabalho (propriedade camponesa) versus a terra de negócio (propriedade capitalista) (ALMEIDA, 2005, p.148-149).

A manifestação desta complexidade do coletivo em luta só pode emergir porque os mapas foram constituídos em grande parte por camponeses que atuaram e ainda atuam no MST. Houve uma participação expressiva de camponeses que lutaram pela terra, junto ao MST, mas que tiveram sua mobilização política a partir das Comunidades Eclesiais de Base ou nos Sindicatos dos trabalhadores rurais, indicando em momentos singulares diferenças dos sentidos e significados deste coletivo. A necessidade de produzir um memorial do assentamento constituiu-se numa estratégia de mobilização que buscava “naturalizar” a organização política como condição necessária à luta, mas ao mesmo tempo revelou a força da luta pela terra preenchida de um sentido concreto, uma vez que os camponeses ora “não sabiam que eram explorados” e ora organizaram-se de forma autônoma para a luta, não no coletivo politicamente orientado, mas no trabalho comum camponês para o enfrentamento da precarização de suas condições de vida.

Em muitos momentos os camponeses presentes queixaram-se da ausência dos demais companheiros de luta no trabalho do mapeamento e principalmente na produção coletiva, dizendo que boa parte dos assentados não haviam compreendido o sentido da luta, que “uma coisa é lutar pela terra e outra coisa por uma sociedade”. Por outro lado, muitas falas indicavam que quando a comunidade percebia algum risco eminente, todos se mobilizavam, e voltavam a ser uma coletividade, como a mobilização para discutir a exploração mineral com o INCRA em 2013.

Esta coletividade camponesa, solidária, manifesta-se cotidianamente: “Para fazer uma festa e juntar dinheiro para alguém que está precisando, todo mundo se junta. Dá uma galinha, uma ovelha, um boi, faz um bingo, uma rifa, daí todo mundo participa” – dona Marta; “Quando pegou fogo lá na

reserva, e morreu um pessoal lá, foi a maior correria. Uma desgraça. Agora a gente tem que ver como vai fazer para ajudar a família” – dona Maria José. “A escola é luta nossa, nós construímos os primeiros barracões, e também outras partes que a prefeitura ficava demorando para fazer. Se não fazem, a gente se organiza em mutirão e daí sai.” – senhor Jair. São inúmeros exemplos atentamente acompanhados ao longo destes anos, que por conta do “recorte da tese” não serão aprofundados.

A partir da análise de Almeida (2005) e Fabrini (2002; 2008) é possível explicar o engendramento destas representações que originam e são originadas por práticas sociais contraditórias no seio do movimento de luta pela terra no Brasil do final do século XX, começo do século XXI.

São dois pontos fundamentais: para Fabrini (2002; 2008) há uma valorização da prática econômica que orienta o projeto político de desenvolvimento dos assentamentos fruto de luta pela terra, principalmente do MST, em detrimento da valorização das práticas sociais camponesas. Isto significa que para o MST o desenvolvimento do cooperativismo é a principal estratégia de fortalecimento dos assentamentos para desenvolver-se economicamente e politicamente, fomentando assim o desenvolvimento das forças produtivas pelos trabalhadores, objetivando a transformação da sociedade capitalista.

Segundo Almeida (2005) isto se explica devido ao desencontro entre a mobilização camponesa, a prática política do MST e a teoria existente de sua prática. Situação que instaura um conflito político e ideológico em torno da questão camponesa e igualmente o torna um movimento de massa significativo no Brasil do final do século XX. É preciso reconhecer e dar legitimidade aos acampamentos e assentamentos como importantes formas de luta pelo direito à terra e ao trabalho livre (ou ao menos à sua possibilidade), pois permitem aos camponeses reconstruir suas condições materiais na medida em que cumprem seu papel contraditório no seio das relações de produção da sociedade capitalista.

Partindo destas análises compreende-se que o processo de elaboração dos mapas para a composição do memorial do assentamento revela que a necessidade de uma organização “politicamente orientada” se realiza muitas vezes em conflito com “atraso político e econômico camponês”.

Para Almeida (2005) os teóricos que fundamentaram a ação política do MST direcionaram uma prática política que forja um conflito entre a base e a liderança do movimento, qual seja, uma base – camponesa – que existe, resiste, cria-se e recria-se, liderada por uma orientação política que trabalha para a transformação desta base (camponesa) noutra base (operária). Isto significa que, desde os primeiros teóricos do MST, seus pesquisadores-militantes (definido por Fernandes apud Almeida

(2005), desenvolvem uma teoria sobre a prática do MST que atribui aos camponeses a mesma condição e papel histórico dado por Marx aos proletários – a revolução operária.

Inicialmente, colocamos que nosso pressuposto explicativo do descompasso, ou melhor, do desencontro da teoria de organização social em relação à prática de movimento social do MST, se faz em virtude de uma confusão entre as possibilidades históricas da classe operária e da classe camponesa, ou melhor, uma tendência em inculcar no campesinato, por meio da teoria da organização social, uma consciência política típica do operariado (ALMEIDA, 2005, p.146).

Para que se cumpra seu papel histórico, os camponeses então formam uma classe trabalhadora ou no máximo são um fragmento/parte desta classe: “A análise da produção teórica do e para o MST é reveladora do obstinado empenho de trazer os camponeses para uma ideologia política da classe trabalhadora com vistas à transformação da sociedade” (ALMEIDA, 2005, p.143).

Este projeto só realizar-se-á com um camponês novo, que consiga – assim como o operário – trabalhar “coletivamente”, sabendo qual é seu papel na produção, que só poderá desenvolver-se a partir das práticas cooperativas. O camponês que aí está, o camponês real, não sabe trabalhar nesta “coletividade”, pois se ele faz tudo – ou melhor, domina o processo produtivo – pensa (sabe) que não precisa do outro para sua produção. Sua unidade de produção é a família. Aqui se manifesta claramente um conflito sobre a necessidade da divisão social do trabalho. Para o Movimento, é preciso realizar uma “Revolução Cultural” que oriente o camponês atrasado politicamente a assumir uma transformação social, por eles compreendida como:

o primeiro passo para a construção de um “camponês de novo tipo”, aquele que é capaz de resistir aos aspectos alienantes da cultura camponesa, bem como aos aspectos ingênuos que prejudicam a formação da consciência política. Partindo do pressuposto de que ele possui um estilo de vida mais afeto ao isolamento, à relação intrínseca com a natureza, ele tenderia a desenvolver uma explicação mistificada da vida, daí oriunda a necessidade de uma ação política programada visando retirá-lo desse ostracismo (ALMEIDA, 2005, p.145).

Para os teóricos do movimento, o atraso e a ingenuidade camponesa não permitem que se enxergue a necessidade da revolução, pois este camponês, na interpretação destes teóricos, está fadado ao desaparecimento ou ao aburguesamento; uma vez que são proprietário de terra, o processo de diferenciação econômica poderá modificar sua condição de classe.

É por isso que frequentemente a interpretação da conquista da propriedade da terra, por exemplo, apresenta-se como limitadora da consciência camponesa... Em outros momentos, o trabalho coletivo, a divisão de tarefas e a cooperação agrícola são apreçados como o caminho de superação do individualismo camponês e, por conseguinte, de elevação do nível de consciência (ALMEIDA, 2005, p.146).

Neste sentido, os cadernos e cartilhas do MST discutem uma formação de consciência a partir da “incorporação de uma ideologia política estranha ao campesinato”. “Tais fontes se aproximam de manuais no sentido de querer resolver o insolúvel problema que persegue o processo de formação da consciência em Lênin: a consciência da Base é suficiente para pensar e organizar a luta ou somente é consciência suficiente para delegar estas funções para a Direção, a vanguarda?” (ALMEIDA, 2005, p.154).

O debate travado pela autora objetiva compreender não o descompasso teórico de forma isolada, mas suas origens e consequências, pois carrega um questionamento fundamental para compreender o campesinato do século XXI: “Essas proposições acerca da tarefa de formar ou elevar a consciência do campesinato nos remete às seguintes indagações: quem são os camponeses? Quais são suas particularidades em termos de classe social? Teriam os camponeses e os operários o mesmo lugar e as mesmas possibilidades de consciência do processo de desenvolvimento do capital?” (ALMEIDA, 2005, p.146). E ainda, são os camponeses uma classe social ou o fragmento de uma classe?

Logo, sua linguagem e sua mística são reveladoras muitas vezes deste contra-senso que coloca em choque a teoria da Organização Social e a prática do Movimento Social que, em tese, é o confronto da prática com a teoria da prática. Confronto que existe porque a teoria tem sido construída a partir de concepções que não admitem a (re)criação camponesa como um processo autônomo de luta e resistência (ALMEIDA, 2005, p.157).

A análise da autora, a partir de diversos textos oficiais do MST, indica que o Movimento fundamenta-se em Kautsky e Lênin indicando o fim do campesinato e sua necessária proletarização. Em alguns momentos os camponeses, base do Movimento, ora são compreendidos como parte da classe trabalhadora e ora são a própria classe trabalhadora. Portanto, é preciso desenvolver uma consciência de classe operária, ou do camponês-operário (pátria operária-camponesa, indicada no hino do MST).

No entanto, insistimos que essa predominância da teoria da organização social à qual nos referimos não pode ser concebida como absoluta, algo que não produz seu contrário enquanto condição do que é ambíguo, já que, nos assentamentos, como se discute no capítulo seguinte, tem prevalecido a utopia do movimento social, da luta pela terra de trabalho, que muitas vezes se dá, não como negação do MST, mas como afirmação da força daqueles que são efetivamente o MST). Assim, entendemos que a busca pela formação da identidade Sem Terra se faz através da distinção, leia-se classificação. Há por parte do Movimento uma preocupação em formar uma comunidade coesa, leia-se com consciência de classe, onde a identidade revele seu par contrário, a distinção. Sendo assim, a ocupação e o acampamento são o campo privilegiado desta transição. Consequentemente, ser Sem Terra do MST contém um significado social que se insere na lógica da distinção, distinção de classe para si. A questão, portanto, passa a ser: qual classe, camponesa ou trabalhadora-operária? (ALMEIDA, 2005, p.150)

Para Almeida (2005) e Fabrini (2002; 2008) há a tentativa de ‘inversão’ do projeto camponês a partir do momento em que não é mais a família, mas o desenvolvimento das forças produtivas o foco de sua existência. Contudo esta inversão poderá ocasionar em um risco estratégico na luta contra o capital, pois não dialoga com os camponeses reais, que existem e resistem:

A lógica da empresa econômica, produto da teoria da organização social, não considera o projeto camponês centrado na família, no trabalho e na terra e na sua potencialidade anticapitalista, porque acredita que “Os assentamentos devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade” (MST, 1998a, p. 22). ALMEIDA (2005, p.147).

Em síntese, reconhece-se a correção do pensamento de ALMEIDA (2005) ao situar que a análise e reflexão sobre o MST se fazem necessárias não para “corrigir” seus descompassos teóricos, mas ao reconhecê-lo como um importante movimento na história da luta pela terra no Brasil é preciso compreender o desenvolvimento desta luta alcançando suas possibilidades históricas efetivas, por acreditar que a luta camponesa pela terra no Brasil é necessária.

E ao concluir que as teorias desenvolvidas pelos teóricos do MST não alcançam sua luta, pois acabaram por negar seus sujeitos, “ou seja, a condição de classe *sui generis* do campesinato”, o estranhamento existente no Movimento não se trata de uma relação base-liderança, mas “da prática com a teoria da prática que é produzida pelos intelectuais que, de diferentes maneiras, caminham com o MST”. Neste sentido, se essa teoria que tem dado características de Organização ao Movimento Social e tem feito do sonho camponês da terra de trabalho, a luta pela transformação do capitalismo, a questão central ainda está por ser respondida: a luta do campesinato pode ter como referência uma consciência de classe trabalhadora própria do confronto capital versus trabalho? (ALMEIDA, 2005, p.157/158). A autora sugere uma resposta, ainda que em constante construção:

Portanto, podemos dizer que a classe camponesa embora exista como dado objetivo (classe no papel), sua consciência de classe é uma potencialidade, não como derivação da consciência operária moldada no confronto capital versus trabalho, mas na contradição camponesa que no limite pode fazer de sua resistência contra a expropriação uma luta anticapitalista.

Assim, podemos dizer que a consciência política esperada dos camponeses, ou seja, aquela fundada na superação da contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação dos resultados do trabalho, ou seja, a superação da contradição capital versus trabalho e da exploração do trabalho que nela se funda, não é possível, é, portanto, ideológica.

E essa impossibilidade se deve ao diferente vínculo social que o camponês tem com o capital e com o capitalismo, porque o seu trabalho não aparece separado do produto resultante dele, como é o caso do operário. Diferente porque a sujeição é da renda e não diretamente do seu trabalho, porque seu trabalho aparece como trabalho da família e não como trabalho social explorado. Superar essas diferentes possibilidades históricas

e sociais por meio de esquemas explicativos que buscam, depois da conquista da terra, continuar a luta “quebrando” o isolamento das famílias assentadas, estimulando o trabalho coletivo, desenvolvendo as “forças produtivas”, é equivocado porque funda-se em uma visão e posição de mundo que não é camponesa (ALMEIDA, 2005, p.160).

Tais questões se refletem na vida cortiana camponesa que anima o assentamento, de suas representações e práticas sociais, eivadas das contradições entre a consciência e a prática dos camponeses que lutaram pela terra junto aos movimentos do final do século XX, que potencialmente explicarão, ainda que parcialmente, inúmeros conflitos que constituem os assentamentos nos dias de hoje, mas também assinalarão suas potencialidades. Adota-se, então, o compromisso de estudar os camponeses como sugere SHANIN (2008, p.28):

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações... Devemos refletir bem sobre isto. Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades.

Portanto, a aliança entre a classe trabalhadora e a classe camponesa deverá realizar-se historicamente a partir da compreensão de suas diferenças “e do direito mútuo de cultivá-las” (OLIVEIRA apud ALMEIDA, 2005, p.160).

2.2.3 O ASSENTAMENTO PRESENTE: PERMANÊNCIA E CONFLITOS

Por essa razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma Reforma Agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhe é imposto (Martins apud Almeida e Paulino, 2000, p. 122).

O assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra, ao mesmo tempo, seu ponto de partida e num processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social (Feliciano, 2006, p.113)

Fruto de luta pela terra o assentamento Roseli Nunes, após 11 anos de sua estruturação mantém mais de 50% dos camponeses que participaram da luta pela terra. De acordo com os dados levantados durante os anos de 2009-2011, das 331 famílias do assentamento: 156 famílias adquiriram seus lotes mediante a luta pela terra. 50 famílias declaram ter adquirido seus lotes mediante a compra de terceiros, 125 famílias não foram visitadas ou estavam ausentes.

O assentamento Roseli Nunes, como boa parte da região sudoeste do Estado de Mato Grosso, é um grande produtor de leite e conserva ainda uma diversidade da produção da subsistência de muitas famílias a partir de produtos como algumas hortaliças, mandioca, abóbora, banana, milho, mamão, melancia, arroz, feijão, laranja, abacaxi, hortaliças, ovos de galinha e porco (apresentados na parte I deste trabalho, mapeados pelos estudantes entre 2009 e 2013).

As associações existentes no assentamento e identificadas são: ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos; Associação dos Pequenos Produtores do Sol Nascente; Associação dos Produtores Rurais Renascer do Projeto de Assentamento Roseli Nunes; Mulheres Rurais e a COPERLEITE, entre outras que não tiveram seus nomes identificados corretamente. Além dos camponeses que trabalham em associações, muitos assentados têm sua atividade produtiva de forma “isolada” (segundo militantes do MST), com sua base produtiva na família ou no emprego de mão-de-obra nas épocas de plantio e colheita, alguns estão diretamente ligados aos sindicatos dos trabalhadores rurais de Mirassol do Oeste e não ligados às associações. Das famílias entrevistadas/com informação durante todo o trabalho com o assentamento entre 2009 e 2011 36,75% (68 famílias) participam de alguma associação e 63,24% (117 famílias) não participam.

Conforme foi verificado, tanto na primeira parte do trabalho quanto no contexto regional do Assentamento, a produção de leite é “o carro chefe do assentamento”, vinculada ao sistema

produtivo dos grandes e médios laticínios da região, como o Laticínio Rovigo e o laticínio Vencedor. A COOPERLEITE, cooperativa dos assentados, coleta a produção do leite do assentamento, resfria e revende para os laticínios a 0,70 R\$/litro(2010), sendo 0,10 R\$ para reinvestir na cooperativa.

No tocante à produção agrícola há uma força atuante da agroecologia pela Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) e iniciativas de viabilização da produção diretamente com os consumidores. A ARPA nasceu antes mesmo do assentamento, fundada em 2000 com abrangência de produtores da região de Cáceres, paulatinamente restringiu-se à poucas famílias de assentamentos vizinhos ao Roseli Nunes, é a associação que conta com a maior participação de militantes do MST.

Segundo os relatos dos camponeses a ARPA vem contrapor o projeto da monocultura, visa à variedade da produção e a agroecologia, portanto “Para o assentado ser sócio da ARPA hoje um dos primeiros critérios não pode utilizar veneno de nenhum tipo, nem mesmo em seu sítio, nem na tua vida, jamais utilizar. Se o sócio usar veneno é expulso da Associação, sem direito a nada... Tem que trabalhar em grupo, formar um grupo de no mínimo cinco famílias”. (– José Roberto. Grupo de mapeamento comunitário, Outubro de 2010).

Em 2013 a ARPA junto à FASE desenvolveram um folder de apresentação de seus trabalhos, com breve Histórico, objetivos e contatos para viabilizar a produção. Neste folder a ARPA estabelece princípios articulados aos princípios da Via Campesina, ancorados no debate sobre segurança e soberania alimentar:

1. Cuidados no manejo do solo;
2. Não uso de fogo;
3. Resgatar e cultivar as sementes crioulas;
4. Não uso de agrotóxicos;
5. Uso racional e proteção da água;
6. Diversificação da Produção;
7. Produção de alimentos saudáveis;
8. Valorização das Mulheres e da Juventude;
9. Não uso de transgênicos;
10. Multiplicação do conhecimento agroecológico.

Até 2011 contava com 35 famílias, que trabalham em sistema de alternância da produção de acordo com os projetos vigentes. A maior parte da produção destinou-se ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA¹²⁶ em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Na lógica de fortalecer o Associativismo e a Economia Solidária, a FASE apóia as ações da ARPA – Associação regional de Produtores Agroecológicos foi contemplada para 2006 com o projeto de Compra antecipada Especial da Companhia nacional de Abastecimento – CONAB. O Convênio foi assinado entre ARPA e CONAB no final de setembro/05 em Cuiabá contemplando 7 grupos de produção. O convênio foi resultado do bom exemplo do projeto de compra especial da CONAB com o Grupo Vida Nova filiado a ARPA no Assentamento Roseli Nunes. O Grupo plantou uma horta com manejos totalmente agroecológicos que abasteceu durante o segundo semestre de 2005 a escola Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes com as 370 crianças tendo uma merenda saudável e com qualidade.

Disponível em: http://www.fase.org.br/reg_matogrosso/pagina.php?id=235. Último acesso: 21/08/2011.

Este projeto garante um contrato de fornecimento de alimentos por um breve período, não garantindo a continuidade no processo de fornecimento de alimentos saudáveis e fortalecimento da relação entre a sociedade o assentamento. Este Programa realiza convênios para a distribuição da produção de legumes e hortaliças com escolas e creches dos municípios de Mirassol do Oeste e Curvelândia de 700 famílias carentes cadastradas no programa de assistência social do município de Mirassol do Oeste. O excedente é entregue em forma de doação para comunidade urbana em bairros carentes da cidade de Mirassol.

Uma das principais áreas de produção fica no lote da assentada Emília Alves, lote número 312, pois se localiza a beira do Rio Córgeão (próximo ao encontro com o Rio dos Bugres) para facilitar a irrigação. São seis grupos que utilizam a mesma área de produção, cerca de 2 alqueires. Há grupos que produzem em seus lotes. No total são oito grupos.

¹²⁶ O PAA foi instituído pelo artigo 19 da [Lei 10.696/2003](#), desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e objetiva promover “o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Ver site: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. O PAA encontra-se em debate, pois apresenta inúmeras dificuldades de consolidação, conforme discutido na carta elaborada por Leonardo Alonso, ex colaborador na formulação do programa. Ver: <http://184.107.57.144:10480/quotaAna/ana/ana-site/noticias/ex-colaborador-do-governo-critica-os-rumos-do-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-em-carta-a-sociedade/>.

A ARPA – Associação Regional de Produtores Agroecológicos



Foto 33: Dona Emília em meio à produção das hortaliças da ARPA. Camponesa assentada no lote 312, em que a ARPA desenvolve a maior parte de sua produção. Foto: Antonio Latorraca, Outubro de 2009.

Fotos 34, 35, 36 da horta da ARPA: diversidade de hortaliças e legumes. Proximidade ao Rio dos Bugres, facilidade de irrigação. Fotografias: Sinthia Cristina Batista, entre 2009-2011.



Foto 37: Caminhão disponível para o uso da ARPA. Fotografia: Dayane P. AL. Godói. Outubro de 2009.

A ausência do INCRA e da EMPAER é sentida no assentamento como em todo o contexto nacional. No caso da ARPA há uma parceria para a assistência técnica e construção de projetos para a viabilidade da produção com a FASE. A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, ONG comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, desenvolve trabalhos de cunho técnico com parte da comunidade do assentamento, principalmente de práticas agroecológicas e produção calcada na economia solidária. Os projetos desenvolvidos estão publicizados no site da FASE:

Projeto Demonstrativo Agroecológico no Assentamento Roseli Nunes: em Mirassol D'Oeste, está completando 4 anos e vem demonstrando que o princípio da agroecologia é a construção participativa e coletiva. A Fase acompanha as 30 famílias (Pais, Mães e filhos), das 331 do total do assentamento, que decidiram participar do projeto e que estão construindo um modelo alternativo de práticas agroecológicas, sem o uso de insumos químicos e agrotóxicos. Animadas com os resultados as famílias envolvidas no projeto não se cansam de difundir os bons resultados para as outras famílias do assentamento que continuam produzindo de forma convencional com os pacotes de insumos químicos correndo os riscos de envenenamento...

Disponível em: http://www.fase.org.br/reg_matogrosso/pagina.php?id=235. Último acesso em 21 de Agosto de 2011.

Ao apresentar o trabalho da ARPA incita entre os assentados (e também os estudantes) a reflexão e estratégias para garantias legais no tocante ao subsídio e veiculação da produção da agricultura “familiar”, mas é também preciso discutir a agricultura camponesa. O debate sobre políticas públicas do Estado e não ‘Programas’ políticos de governo fragiliza a produção camponesa, visto que os aprisiona e é instável, uma vez que a produção de alimentos também não conta com subsídios efetivos para seu desenvolvimento. Segundo os cooperados da ARPA o PAA não garante a continuidade no fornecimento de alimentos saudáveis e fortalecimento da relação entre a sociedade e o assentamento, questionam-se quais são as garantias legais para a veiculação de sua produção.

Para os associados, um dos principais desafios da ARPA é manter sua perspectiva agroecológica já que vive ilhada pelo agronegócio e o uso de agrotóxicos atinge o assentamento tanto pelo ar quanto pela água, a partir do Rio dos Bugres. A associação busca o chamado selo orgânico para viabilizar sua produção e agregar valor ao produto. Outro desafio é a luta pelo escoamento da produção, uma das possibilidades estudadas é o debate sobre a economia solidária, criando uma rede de consumidores solidários, mas o problema da distribuição ainda não foi superado.

Algumas tentativas de comercialização direta com os consumidores finais foram realizadas, inclusive com a proposta de locação de um ponto comercial na cidade de Mirassol, mas segundo

os camponeses foram boicotados para que o projeto não se desenvolvesse. Pretendiam montar uma feira próxima a um mercado da cidade, porém, o terreno que seria alugado por eles foi comprado pelo proprietário desse mercado. Não foi descartada esta possibilidade, mas tampouco alimentada.

Por fim, a ARPA hoje comercializa praticamente para o Estado. O fato de só trabalhar com o Estado causou um problema à associação. No início havia mais sócios, porém o Estado demorou a pagar pelos produtos e muitos abandonaram a Associação, pois não queriam trabalhar sem receber.

Algumas pessoas da ARPA pertencem ao grupo de animadores de sementes, Grupo de Sementes Crioula – GIAS, movimento vinculado à Via Campesina e MST. Esse grupo resgata sementes crioulas de milho, arroz, feijão e outros alimentos, assim como o conhecimento ligado à sua produção visando à soberania e à segurança alimentar. Objetiva-se uma troca ampla de sementes, para que todos os camponeses da Via campesina tenham acesso a elas. Foi elaborado um banco digital de informações sobre essas sementes, porém, como informação é poder, o acesso a isso é restrito. Os caminhos das sementes são mapeados pelos animadores, neste sentido sabe-se onde buscar uma determinada semente, em um determinado assentamento ou com um camponês específico.

Outra possibilidade de produção, com menor adesão e expressão, é o projeto da Farinheira, que logo no começo do assentamento ganhou parte da estrutura para a produção de farinha de mandioca e foi deixada de lado devido à dificuldade de circulação da farinha com todas as certificações exigidas pra sua comercialização. Posteriormente o grupo de mulheres retomou o projeto da farinheira com muitas dificuldades para sua concretização.

O único financiamento para os assentados realizou-se via PRONAF¹²⁷ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Cada um recebeu 12.000 reais para iniciar o trabalho no lote, porém o financiamento veio somente para a compra de gado. Ou seja, financiamento e assistência técnica são para aquilo que o Estado acha necessário. Foram assentados e devem produzir uma coisa pré-determinada, com uma técnica pré-determinada.

¹²⁷ ‘Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

Ver site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

Esse financiamento do PRONAF não foi pago pela maioria dos agricultores, que agora tenta renegociar a dívida. Como pagar o PRONAF se não há como produzir e viabilizar a produção?

Outro financiamento que eles recebem é uma ajuda anual de 2.500 reais para uma produção de subsistência, esse empréstimo é pago por quase todos, pois essa é uma condição básica para conseguir esse recurso no ano seguinte. No ano de 2013 saiu um financiamento para a moradia (mais de dez anos depois do assentamento já parcelado), os camponeses estão utilizando a verba ou para construir ou para reformar as casas existentes (em geral em condições irregulares ou precárias)

Para os camponeses assentados via luta pela terra, boa parte ainda militantes do MST, a ARPA representa a possibilidade de resistência da produção camponesa frente à sua inserção na cadeia produtiva do agronegócio. A partir da proposta da economia solidária o MST vem hoje construindo uma perspectiva de produção e distribuição direta da relação entre consumidor e produtor.

Contudo, este processo carrega contradições à lógica da produção camponesa. Conforme apontado por Wellen (2008) e Germer (2005) ao analisar os fundamentos da Economia Solidária, desenvolvida fundamentalmente por Paul Singer, identifica problemas ao situar a prática da economia solidária como alternativa ao modo de produção capitalista isolando-a da totalidade que a produz.

Estes autores desmistificam a economia solidária autonomizada, demonstrando que ao contrário da “ideologia transformadora” a prática deste cooperativismo incorre na reificação da solidariedade como mercadoria, portanto é o produto que carrega uma relação social como força que agrega valor.

Atribuindo um sentido particular ao seu trabalho, os integrantes da 'economia solidária' podem se imaginar como trabalhadores autônomos quando, na verdade, estão inseridos numa relação direta de exploração. Vendem sua força de trabalho, mas são levados a se ver como imunes e superiores a essa relação de exploração. Percebem-se como autônomos, mesmo estando a serviço de empresas de capital internacional: "nos anos 90, cooperativas cearenses ficaram quase seis meses sem encomendas em função da crise Argentina, país para o qual a empresa parceira destinava parte de sua produção" (LIMA, 2003, p.18), além de que "geralmente a empresa determina a produção, como deve ser organizada, padrões, etc" (LIMA, 2003, p.19). Os integrantes dessas organizações podem não saber, mas o fazem.

Promove-se, portanto, um movimento de mistificação da realidade no momento em que se defende que um importante diferencial competitivo a serviço das organizações de 'economia solidária' seria a capacidade de atribuição de sentido do trabalho como um recurso interno, assim como na caracterização dessa qualidade subjetiva como atributo de valor de troca. Ou seja, além de instaurar uma separação entre o espaço interno das organizações da 'economia solidária' e as determinações do modo de produção capitalista, fomenta-se uma mercantilização dessas qualidades subjetivas. Num primeiro momento, ocorre o processo de autonomização da 'economia solidária' e, em seguida, as características provenientes dessas organizações são transformadas em diferenciais competitivos frente ao mercado capitalista. Como já afirmamos, uma

contradição entre as partes que se completa para fechar um ciclo iniciado com a utilização do capital como solidariedade e finalizado com a transformação da solidariedade em valor de troca.

Auferindo para si a possibilidade de atribuição interna de sentido ao trabalho, a proposta da 'economia solidária' suscita uma ruptura mistificadora com a unidade material entre os diversos trabalhos dentro do modo de produção capitalista. Esse posicionamento teórico nos remete a formas anteriores de organização da produção, nas quais as diferentes formas de trabalho ainda não estavam equiparadas numa só (WELLEN, 2008, p.10-11).

Em linhas gerais os autores questionam a relação direta que Paul Singer realiza com o cooperativismo realizado a partir da “tomada da produção fabril” do operariado do século XIX com a economia solidária como o desenvolvimento histórico possível de controle da produção pela classe trabalhadora. Ou seja, desconsidera os debates entre “Miséria da Filosofia” Marx (2009) e os socialistas utópicos (e/ou reformistas), como Proudhon, entre outros, e a clara diferença entre as cooperativas de consumo e/ou de comercialização e as fábricas-cooperativas do século XIX.

Wellen (2008) e Germer (2005) consideram ainda que a economia solidária aprofunda a alienação do trabalhador considerando-o como parte inevitável de um modo de produção que gerará desigualdade no processo de geração de riquezas a ser “redistribuída” pelo Estado. Ou seja, não se trata de determinações históricas socialmente construídas, mas das vontades individuais de organizar-se para que o trabalho seja controlado pelo trabalhador:

Ao adotar essa postura, a 'economia solidária' se apresenta como um projeto que busca substituir a centralidade do trabalho como fonte de valor da mercadoria por características individuais que lhe seriam peculiares. Para tanto, suscita-se um privilégio aos fatores subjetivos, atribuindo a estes uma força social que em muito extrapola àquela referente na sua validade social. Com esse artifício, organizações de 'economia solidária', orientadas a partir de qualidades como a consciência social, teriam capacidade de sucesso no mercado capitalista: "Objetivos sociais podem substituir a ganância como uma poderosa força motivadora. Se forem bem dirigidas, as empresas orientadas para a consciência social podem se sair muito bem no mercado, competindo com as outras baseadas na ganância" (YUNUS; JOLIS, 2006, p. 264 apud WELLEN, 2008, p.09).

Os dados levantados ao longo dos quatro anos e meio de trabalho com o Roseli Nunes conduzem à importante reflexão, visto que há uma “negação” de muitos camponeses em organizar-se em torno de cooperativas e/ou associações. Do total de famílias do assentamento = 331 famílias, 20,55% participam de alguma associação; 35,35% não participam de nenhum tipo

de associação e 44,10% das famílias em suas entrevistas não apresentam esta informação ou não foram entrevistadas¹²⁸.

O que pode sugerir que a desconfiança dos camponeses em relação à organização das cooperativas esteja baseada em certa clareza de sua subordinação mesmo na organização coletiva que parece autonomizar-se. Assim, de acordo com Wellen (2008):

A transformação social não pode ter como seu núcleo estrutural a premissa de superação subjetiva e particular das determinações materiais presentes no capitalismo, ao contrário disso, faz-se preciso analisar a 'economia solidária' por meio de suas relações de dependência com o mercado. A consciência das pessoas que integram essas organizações não está acima dessas relações, mas é consubstanciada por elas; não está suspensa aos determinantes econômicos, nem se sobrepõe a estes. Não existe uma dualidade estrutural entre o espaço interno organizacional e a totalidade social, marcada por uma ruptura da consciência: para aquele, sentimentos de solidariedade, para este, a competição mais selvagem. As regras que governam o funcionamento externo da 'economia solidária' são as mesmas que incidem sobre o seu espaço interno.

Conforme aponta Lima (2003, p. 19–20), para Quijano (2002), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operariam externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Essa consciência é um processo complexo, pois raramente significa uma situação de materialidade mais satisfatória para seus membros o que explica o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa a exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração (WELLEN, 2008, p.12).

Para Germer (2005) a economia solidária tem o papel de desarticular a luta política da classe trabalhadora¹²⁹, ao adotar a ideologia burguesa de produção como a possibilidade de controle sobre seu trabalho:

A difusão da “economia solidária” pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante. Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de iniciativas de “economia solidária” como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848. A adoção da “economia solidária”, em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são relativamente mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno no qual são amplamente desfavoráveis (GERMER, 2005, p.10-11).

¹²⁸ Referente a este dado, foram visitadas 236 famílias, de 331 famílias do assentamento, 95 famílias não foram entrevistadas.

¹²⁹ Neste aspecto não é possível concordar com o autor, ao assumir o campesinato como classe. Este foi um dos poucos artigos encontrados com uma crítica direta e consistente sobre a economia solidária. Ou seja, mesmo que os teóricos do MST assumam o campesinato como uma fragmentação da classe, a adoção da economia solidária ainda assim traz mais problemas do que avanços no “desenvolvimento destas forças produtivas”.

Assim, os trabalhadores deixam de realizar os debates e confrontos na arena política, em que há possibilidades efetivas (por conta de uma quantidade que vira qualidade, há uma massa de proletários em franco processo de exploração e revolta), para realizar uma “disputa” desigual na arena econômica (a qual o proletariado não dispõe em igualdade de condições de acesso aos meios de produção), assim, o autor questiona se a “Economia Solidária” pode efetivamente ser compreendida como possibilidade histórica alternativa ao modo de produção capitalista:

Na medida que o socialismo é um projeto do proletariado como classe e em oposição ao capitalismo como projeto de classe capitalista, ele só pode ser concebido como um sistema não-capitalista. Com efeito, na formulação marxista o socialismo baseia-se na propriedade social, ou coletiva, ou comum dos meios de produção, como o oposto da propriedade privada, e no planejamento integrado da economia como o oposto do mercado. Na medida que a concepção de “economia solidária”, formulada por Singer, se opõe explicitamente a esses dois pilares do socialismo (SINGER, 2003, p.18; 2002, p.111), deve-se forçosamente concluir que a “economia solidária” não é um projeto socialista e não reflete, portanto, os interesses do proletariado como classe (GERMER, 2005, p.11-12).

Nas palavras do próprio Marx, ao analisar a condição das fábricas-cooperativas, assinala que no contexto capitalista não é possível considerar estas experiências como libertadoras, e que portanto deve ser a disputa política o foco da luta da classe operária:

A experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido, dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio e socialistas (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária (MARX, 1975 apud GERMER, 2005, p.17).

Assim, não são as formas de produção independentes das relações sociais que as produzem, portanto, não é o cooperativismo fruto de uma decisão individual, ou de um grupo, a possibilidade de mudança. Mas são as mudanças gerais da sociedade que orientarão a transformação do sistema de produção e também as relações de produção:

Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zweckhaften*: nanicas - CG] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias *mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade*, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX, 1975 apud GERMER 2005, p.20).

É neste limite que a análise de Fabrini (2002; 2008) expõe as contradições entre o projeto de desenvolvimento territorial do MST e a economia camponesa. Pois, o descompasso entre o movimento de “formação da consciência de classe do camponês-operário” e a vida cotidiana do camponês, já assentado, Almeida (2006), institui impasses ao desenvolvimento dos assentamentos e a luta pela permanência na terra. Assim, o projeto de desenvolvimento territorial dos assentamentos do MST, fundamentados na operacionalização das cooperativas, desconsidera o camponês.

As cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos. Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário. Entretanto, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento territorial elaborado pelo MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas (FABRINI, 2002, p.76).

Para Fabrini (2002) a resistência camponesa frente ao desenvolvimento desigual das relações capitalistas deve ser compreendida a partir da produção de seu lugar num modo de produção que “insiste em fazer-lhes desaparecer” (tanto no capitalismo, quanto após o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação do socialismo). Sendo assim, sua existência é “garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que a possibilidade aberta e criada nas entranhas da produção de mercadoria das relações capitalistas” (Fabrini, 2002, p.77).

Neste sentido, o autor entende que apesar de muitos autores marxistas não enxergarem a possibilidade da existência para o camponês, estes mesmos autores subsidiam a compreensão de que a existência camponesa pode ser explicada pelo desenvolvimento desigual e pela luta de classes. Neste caso, este conflito situa-se noutra relação, pois os camponeses não estão em conflito direto com a instituição da propriedade, mas com o capitalista “porque este o subordina na circulação da produção, o que leva à expropriação e diferenciação social” (FABRINI, 2002, p.78).

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da produção da mercadoria, mas na circulação da produção e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda da terra ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e também proprietários de terra.

Como o proprietário de terra está inserido numa lógica de acúmulo que tem como raiz a produção e distribuição da mais-valia, o camponês, na sua revolta, também atinge os proprietários fundiários. A revolta atinge os proprietários de terra porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social (renda da terra) garantida pela propriedade terra, ou seja, vai contra a transferência de mais-valia social para o proprietário fundiário. “Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas

contra uma sociedade de classes; por isso o desespero, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas” (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134) (FABRINI, 2002, p.78-79).

Para o autor isto sugere que a compreensão da questão agrária e do campesinato brasileiro situa-se “na desigual correspondência, no descompasso entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias. O desenvolvimento desigual que se incorpora na distribuição do produto social (riqueza produzida) exige a presença da instância política (Estado) para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise” (FABRINI, 2002, p.80).

Esta compreensão amplia a análise economicista, pois considera a partir de autores como Alexandre Von Chayanov, José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira: a unidade produtiva camponesa, a família, e suas relações sociais de produção não capitalistas em relação ao modo de produção capitalista.

Assim, o trabalho camponês “serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor” (Chayanov apud FABRINI, 2002, p.80), bem como “a luta pela terra como forma de garantia de seu lugar no processo social e político”, mas para isto se faz necessário “ouvir o campesinato” (Martins apud FABRINI, 2002, p.81). Os estudos de Oliveira retomam a ideia de desenvolvimento contraditório e desigual para compreender o campo e o campesinato não como uma excrescência do modo de produção capitalista, mas como uma contradição necessária ao seu desenvolvimento, “se existe capitalismo, existe contradição e conseqüentemente a existência de camponeses”, isto porque “a produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas” (FABRINI, 2002, p.80-81).

Este arcabouço explicativo sobre a realidade camponesa considera o camponês como sujeito histórico, em luta e que resiste, e que apesar de parecer “de fora” continua existindo “dentro” do capitalismo. Portanto, para desenvolver um projeto para os assentamentos é preciso dar audiência aos camponeses, uma vez que:

No caso dos assentamentos de sem-terra a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência (FABRINI, 2002, p.81).

Neste sentido, para Fabrini (2002; 2008) este projeto deve negar a prolaterização do camponês contra a subordinação capitalista, portanto compreender o campesinato a partir de suas lutas valorizando “as características camponesas dos assentados e não a defesa de seu fim”. Para tanto, a luta pela terra segue seu curso no assentamento, e por meio de ações políticas os camponeses modificam seu conteúdo, “aí desdobram-se novas ações e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc”.

No assentamento, um espaço político continuará sendo produzido a partir da luta, resultante do processo histórico, no qual se materializam as relações sociais camponesas. Para Fabrini (2002) estas “relações sociais se realizam no espaço e se tornam condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações”, uma vez que implicam o modo de vida camponês em movimento, aberto.

A produção deste espaço político se dá contraditoriamente e em conflito com o desenvolvimento do projeto do MST e da vida cotidiana dos camponeses, portanto para que se realize outro projeto de desenvolvimento do assentamento que considere o camponês como sujeito social é preciso questionar o projeto de desenvolvimento territorial teórico e alçar novas possibilidades, a partir da compreensão da vida camponesa na atual fase do modo de produção capitalista.

Em linhas gerais, o projeto do MST visa à organização de cooperativas para o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente à construção do socialismo. Trata-se de implantar nos assentamentos uma lógica operacional semelhante à empresarial, fundamentada na divisão social do trabalho (incomum à produção familiar). Isto não significa que a produção da subsistência camponesa tenha sido desprezada, mas foi minimizada mediante à valorizada produção de mercadorias, “a produção neste caso, tem como objetivo a satisfação das necessidades do outro, realizada nas trocas” e não na família. Devem produzir “em escala e colocar seus produtos no mercado a preços mais competitivos”. Portanto:

Trata-se de uma construção territorial que não passa pela dimensão camponesa, ou seja, que não reconhece na construção do território camponês as condições favoráveis para transformações sociais revolucionárias, pois o coletivo forjado na esfera política das relações camponesas tem um conteúdo “menor” do que aquele forjado no interior da produção como ocorre com os operários da fábrica (FABRINI, 2002, p.85).

Além disto, Fabrini (2002) aponta inúmeras dificuldades para a manutenção destas cooperativas na esfera do mercado, além de não terem “força competitiva”, não contam com os mesmos subsídios do Estado que os grandes sistemas produtivos agrícolas. Oliveira (1994, apud

Fabrini, 2002, p.88) aponta que o processo de especialização da produção poderá constituir-se como uma armadilha, uma vez que sem o subsídio do Estado faz-se necessária a entrada no sistema de financiamento bancário para a aquisição de tecnologias, visando ao aumento da produção e da competitividade no mercado. Portanto o caminho é outro, a policultura.

Apontando para outros caminhos Fabrini (2002) sugere que o projeto de desenvolvimento dos assentamentos deverá considerar as relações sociais de produção camponesa, centradas nas relações sociais e não na produção de mercadorias. Ao contrário da especialização, fomentar a diversificação da produção, recuperação da policultura, e diminuição ao máximo da dependência externa. Uma vez que:

... o ideal camponês de autonomia motiva sua disposição de luta e manutenção na terra conquistada, procurando ampliar suas conquistas agora na condição de assentado. As características da produção camponesa, ao contrário de fragilidade, são uma condição para a luta. Não somente luta para entrar na terra, mas também para nela permanecer e garantir sua autonomia e liberdade. Portanto, aquilo que o MST considera uma fragilidade é condição de resistência e existência.

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver atividades coletivas que se traduzem em resistência na sua prática. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra.

A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta. O prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção desta característica camponesa. Assim, as características camponesas dos assentados devem ser preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de sua superação para alcançar patamares superiores de luta (CPA), como defende o MST (FABRINI, 2002, p.90).

Aprendemos com Fabrini (2002; 2008) que deslocar a valorização do econômico para as relações sociais não significa subsumir nenhuma das duas dimensões da vida camponesa, mas fortalecer a mediação central de unidade do assentamento, espaço e temporalmente. Uma vez que os grupos constituem o assentamento realizam-se a partir de suas identidades políticas (construídas no processo de luta pela terra) e familiares (como vimos no campo, boa parte das famílias camponesas tem muitos parentes por todo o assentamento), portanto,

O núcleo/grupo não é um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos (FABRINI, 2002, p.91).

O que leva os camponeses a combinar formas diversificadas de relações e, portanto de ações, é o fato de que sua prática social não é modelar, unívoca, tampouco determinante. Os camponeses assentados não ficam passivos mediante aos conflitos, não há somente repasse de informações, mas a necessidade das mobilizações frente às decisões tomadas para atender às classes dominantes, portanto a participação e forma de resistência camponesa, quando acionada, é coletivamente discutida e encaminhada.

Este movimento realizou-se em muitos momentos da elaboração do memorial e sugere ao assentamento hoje um movimento de resistência e permanência na terra que seja constantemente debatido. Neste sentido, o debate sobre o assentamento nos trabalhos de mapeamento comunitário levantou questões que foram perseguidas em todo o processo de elaboração dos mapas, mesmo que não tenham sido respondidas, para que a partir do resgate processual da memória de luta pela terra seja possível compreender a conjuntura presente do assentamento Roseli Nunes.

Em relação ao debate da questão agrária: compreender a conjuntura agrária e o atual momento de “dissenso da massa” no processo de ocupação e luta pela terra; como se estruturam os mecanismos de favorecimento do Estado para a produção fruto do agronegócio e ao mesmo tempo as políticas de inserção da produção camponesa; como se realiza a luta pela compreensão da questão agrária como um problema a ser situado na relação campo-cidade tendo como horizonte a soberania alimentar; as ações políticas dos movimentos sociais e sua relação com as políticas governamentais estabelecidas pelos governos Lula e Dilma.

Em relação à vida cotidiana do assentamento: é possível manter no horizonte uma produção de subsistência autônoma, suficiente para manutenção da família?; como organizar-se coletivamente esquivando-se dos modelos associativos “sugeridos pelo Estado” para cooptação e controle total da produção camponesa ou de associações que desconsiderem o camponês; compreender os mecanismos da total ausência de assistência técnica, dificuldade de acesso aos recursos/financiamentos, entraves para a organização da logística de distribuição da produção, a escassez da água; a reflexão sobre o Licenciamento Ambiental e seu atrelamento à política de financiamentos; conflitos com as fazendas ao redor (problemas de mão-de-obra barata e/ou escrava; a utilização de venenos na produção das fazendas que atinge os quintais); o assédio para a venda de seus lotes a fim de estabelecer ações políticas de resistência camponesa.

Estes questionamentos indicaram a necessidade de elaborar mapas não para fomentar as estratégias de organização da produção, mas que viabilizassem novas condições para a produção camponesa e a possibilidade de algum horizonte autogestionário, com base na autonomia

camponesa na relação entre terra e trabalho. Portanto definiu-se elaborar mapas sobre duas questões fundamentais para a permanência dos camponeses do Roseli Nunes na terra: a dificuldade do acesso à água e a existência da Caverna do Jaboti e sua relação com o assentamento. Além destes mapas, foram produzidos dois mapas que sintetizam esta luta: o mapa dos conflitos e o mapa do futuro.

Tais mapas focaram nas “respostas” imediatas dos camponeses frente a tais questionamentos: a necessidade de ampliação da participação em número de famílias para o projeto agroecológico; realizar um projeto de redistribuição de água no assentamento; a luta pela assistência técnica contínua e efetiva; a luta pelo acesso às estruturas de saneamento básico, lazer, saúde e educação. Assim nas oficinas optou-se não discutir as relações imediatas de produção, circulação e distribuição dos produtos agrícolas, mas as condições objetivas que as viabilizam ou inviabilizam: o acesso à água e por estar intimamente relacionada a esta condição compreender a presença do terreno cárstico no assentamento.

2.2.3.I. O CONTEXTO DA ÁGUA¹³⁰

Para os camponeses a água é uma condição material fundamental e imediata para a produção agrícola e manutenção das atividades cotidianas no cuidado com o corpo, com a vida. Hoje o acesso à água, bem comum, é no modo de produção capitalista cada vez mais dificultado, partindo da produção da água como mercadoria, situando-a no discurso da escassez.

Como analisa Carlos Walter Porto Gonçalves (2004) o discurso da escassez é uma produção ideológica necessária para que a água seja objeto de valorização. Caso contrário, a ideia de pagar por água seria considerada absurda. Se por um lado as inúmeras mediações que realizam o acesso à água tornam mais caro "produzir" água (captação a distância, bombeamento de fontes subterrâneas com motores a óleo diesel, etc), por outro tenta-se, pelo discurso da escassez, criar um nicho de mercado (lucrativo, claro). Opondo-se frontalmente a ideia de água como bem comum.

Hoje o assentamento Roseli Nunes insere-se neste debate por enfrentar um problema sério de acesso à água, principalmente na porção sul do assentamento, demandando alguma estrutura local que considere sua disponibilidade livre de um processo de mercantilização. Esta questão

¹³⁰ As oficinas realizadas no ano de 2011 geraram um dossiê sobre a condição do assentamento Roseli Nunes objetivando uma política emergencial de um sistema de captação de água. Foi entregue ao INCRA, até hoje não obtivemos resposta.

tem dificultado a consolidação do assentamento, e não é uma situação singular ao Roseli Nunes, inúmeros assentamentos sofrem o mesmo problema devido ao descaso no processo de estruturação dos lotes. Contudo, consideramos inadmissível que as pequenas propriedades rurais não tenham água disponível.

No caso aqui em questão, há uma singularidade que precisa ser compreendida: a presença de um sistema cárstico em boa área de abrangência do assentamento. Este sistema relaciona-se às questões fundamentais para a permanência e consolidação do assentamento Roseli Nunes: o acesso à água, ao solo e a existência de um conjunto de cavernas calcárias.

O assentamento está situado de forma consorciada com as duas formações geológicas, a formação Araras (predominam sedimentos carbonáticos calcíferos e pelíticos na base e dolomitos no topo. Finais com intercalações de siltitos e folhelhos); Formação PUGA (conglomerados – diamictitos – com intercalações de arenitos siltitos e folhelhos. No topo exhibe intercalações de Marga e Calcário) e a formação Raizama (constituída por arenitos ortoquartzíticos, com intercalações de siltitos e argilitos), (SEPLAN, – MT, 2011, p.29), em síntese, como pudemos observar no campo, uma intercalação fundamental entre arenito e calcário. Esta região foi tomada por antigos mares, no período Proterozóico superior – Grupo Alto Paraguai e formações Araras e Raizama. Faz contato com o Complexo Xingu (rochas predominantemente orotmetamórficas, Gnaisses, ácidos e básicos), provavelmente ao norte do assentamento, de topo plano, em que poderá acontecer um granito, com um comportamento diferente do comportamento do Calcário.

O processo de formação de solos nas áreas do calcário de boa parte da porção sul do assentamento é o intemperismo químico, de decomposição de rochas, que geralmente é carregado por conta da ação da água e o material intempérico não permanece para formar solos, originando solos muito rasos nesta porção. Por outro lado, onde há superfícies com maior estabilidade, em termos de circulação superficial, a porção centro sul do assentamento apresenta condição para formação de solos, sendo de boa qualidade. Portanto, do ponto de vista dos tipos de solos, há uma distribuição regular de solos com boa fertilidade, a não ser nas áreas em que ocorrem afloramentos rochosos, tanto do calcário em algumas porções do centro ao sul do assentamento, quanto na serra que se localiza ao norte do assentamento, já inserida noutro sistema geológico.

A mistura entre as rochas calcárias e rochas areníticas ocorre frequentemente no terreno do assentamento, como pudemos observar na caverna do seu Paulão (lote 144), localizada na porção central do assentamento, atuam por conta desta composição os intemperismos químico e físico (facilmente identificados na caverna), formando solos com maior estabilidade.

Os solos do assentamento na porção norte, da conhecida “ilha” (entre os rios do Bugres e Corgão) ao norte, são solos aluviais consorciados aos organosolos por conta da forte presença de matéria orgânica (de melhor qualidade para uso). E bem ao sul, na área da serra, temos solos litólicos.

O solo originário de rochas calcárias deixa as frutas adocicadas, poderiam ser desenvolvidas produções de diversas frutas sobre o domínio dos camponeses assentados.

Segundo Guimarães (2004), a partir de uma revisão de diversos autores sobre o carste, entende-se por carste “um sistema de formas, tanto de superfície como subterrânea, resultantes de processos de dissolução” de rochas sedimentares e/ou metamórficas (solúveis, que podem ser ou não calcárias). Este sistema deriva morfologias próprias a partir de processos geomorfológicos que têm na ação da água sua principal formadora, formando não só uma geomorfologia bastante particular, mas também uma hidrografia igualmente particular. Este sistema deriva cavernas, dolinas, vales (secos e vales cegos), sumidouros, salões, paredões, entre outras formas. O processo de dissolução de minerais forma espeleotemas a partir de sua recristalização, estalactites e estalagmites.

A autora assinala que no sistema cárstico é possível encontrar formas residuais que resistem à dissolução. Apesar do processo de dissolução ser muito lento, este sistema é frágil e gera formas passíveis de desestruturação mediante qualquer alteração mais intensa do ambiente.

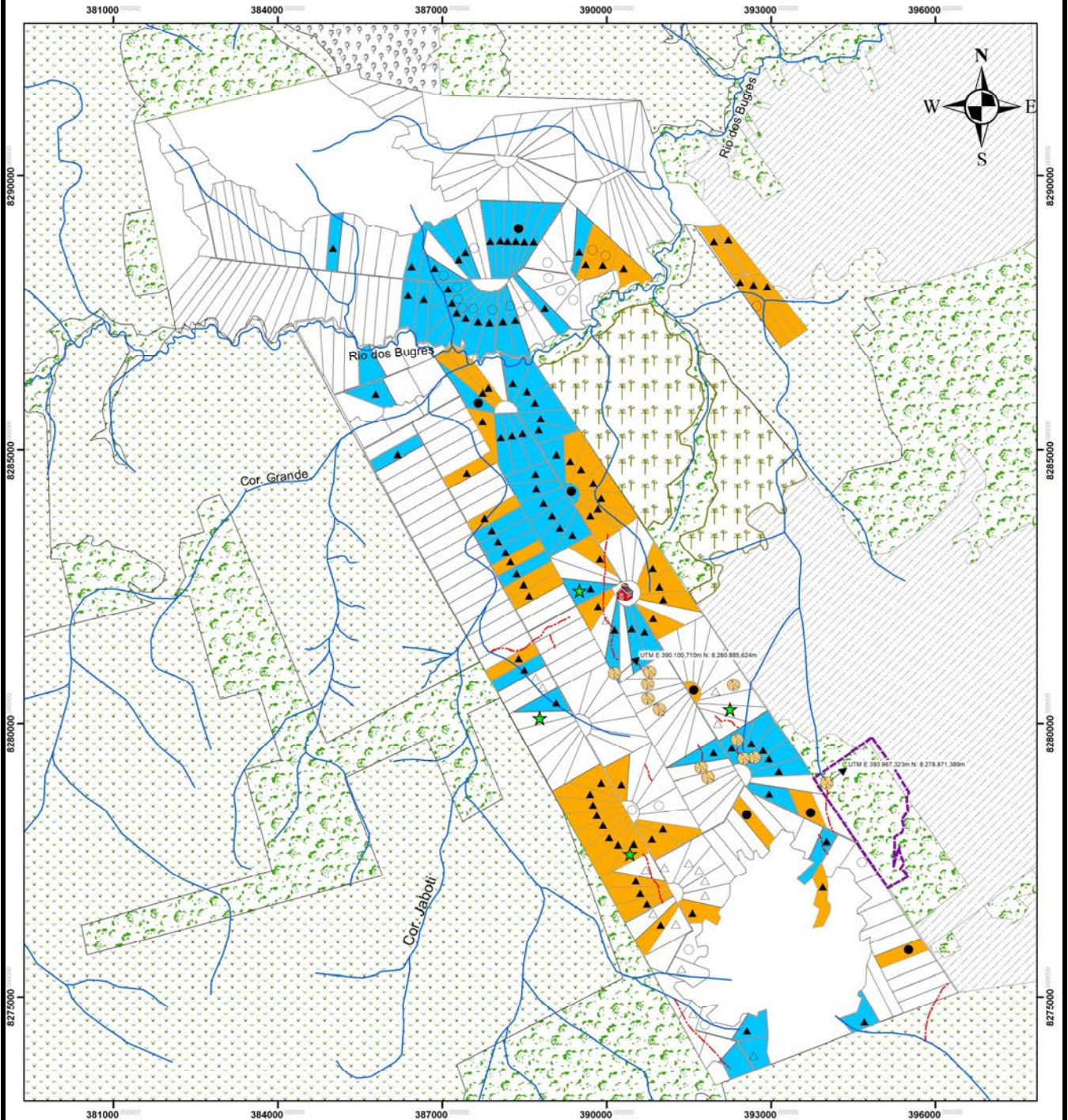
Os trabalhos de campo ao longo dos últimos cinco anos corroboraram os indicativos fundamentais da existência deste sistema: a presença de sumidouros (escoamento superficial com rupturas), dolinas (não têm drenagem nas suas escavações), rios subterrâneos (existem algumas suspeitas não comprovadas), baixa densidade da rede de drenagem superficial (geralmente o rio se forma só por diaclasamento, pois a rocha calcária é maciça), a ausência da água subterrânea (identificada a partir das inúmeras tentativas de perfuração de poços).

A partir do mapeamento de indicadores como: a presença de água doce ou água salobra (água dura); a existência de minas de água e/ou nascentes, córregos contínuos ou córregos descontínuos; a perenidade ou intermitência do escoamento superficial (rios que secam e que não secam); a existência de poços manuais ou artesianos e em quais condições (secam ou não secam; água doce ou salobra), evidencia-se que o contexto da água no assentamento afirma a existência de um sistema cárstico.

Como já indicamos no contexto do processo de ocupação do assentamento, é possível observar o controle desta estrutura no sentido nordeste-sudoeste, principalmente ao sul do assentamento nas imagens de satélites apresentadas na página 270 e 271.

De acordo com os trabalhos do mapeamento, ver mapa 32, assinalamos hipoteticamente que a abrangência deste sistema no assentamento segue a partir no núcleo 10, núcleo da escola, e segue em direção ao sul do assentamento. Ou melhor, na divisa sudoeste do assentamento constata-se um pacote de calcário aflorado, identificado a partir da presença de uma serra de rocha carbonática, ao atravessá-lo a disponibilidade de água diminui consideravelmente.

CONTEXTO DA ÁGUA - ASSENTAMENTO ROSELI NUNES



LEGENDA

- VEGETAÇÃO
- PASTO
- TECA
- SOJA
- CANA

- LIMITE DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES
- M. N. CAVERNA DO JABUTI_ DECRETO Nº 25 DE 19 DE JULHO DE 2007
- HIDROGRAFIA
- ESCOLA MADRE CRISTINA

- ÁGUA DOCE
- ÁGUA SALOBRÁ
- SEM INFORMAÇÃO
- SUMIDOURO
- MINA D'ÁGUA
- ABERTURA DE CAVERNA



- POÇO MANUAL
- NÃO DEU ÁGUA
- POÇO ARTESIANO
- NÃO DEU ÁGUA

MAPEAMENTO COMUNITÁRIO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - SETEMBRO, 2011.
 FONTES: Planta Geral de Parcelamento - Pranchas 01 e 02 - Escala:1:20.000.INCRA, Julho, 2002;
 Carta Topográfica IBGE Nº 271, 272, 290 e 291 - Escala 1:50.000 meio digital.
 Conflitos externos atuais: mapa confeccionado no mapeamento comunitário realizado em setembro de 2011 no Assentamento Roseli Nunes, com uso das imagens: SPOT 2.5 m, Ano 2007, Rotas 2150, 2151, 2194 e 2195 e LANDSAT TM5, Ano 2000, Rota/Cena 228/071 no Assentamento Roseli Nunes.

Mapa 32 – Contexto da água. Mapeamento comunitário: Setembro de 2011.

Retornando no sentido sudoeste para norte, rumo ao núcleo da escola pela estrada do linhão, na medida em que se distancia da serra nos lotes, aqueles que estão virados para a divisa do assentamento, começa a aparecer água até chegar no lote que tem a mina de captação, já com uma mini estaçãozinha de captação, em que fizeram um grande tanque com bombeamento e os lotes vizinhos já tem água bombeada e onde todos os outros vêm buscar água para beber.

É possível identificar afloramentos de calcário, justamente onde os poços furados têm maior teor de salinidade, água mais salobra. O Sr. Jair cita que o único poço onde a água é doce da parte onde tem o problema com a água que ele conhece, é o lote do Sr. Hélio, onde há uma mina, no núcleo 14, neste núcleo tem um lote que já furou sete poços e nenhum deu água. Este sistema atinge diretamente 129 lotes e destes cerca de 80 enfrentam problemas efetivos para sua consolidação na terra, quase 25% do assentamento, considerando que no total configuram-se 331 lotes, com 331 famílias.

A presença do sistema cárstico traz contradições à vida cotidiana do assentamento: ao mesmo tempo em que há bons solos nesta porção – mas não há água (há uma produção intensa de banana - bem doce - e mandioca), há instabilidade do terreno, conflitos territoriais na relação com o turismo; questionamentos sobre a delimitação e reconhecimento de áreas de Preservação Permanente por conta da existência da caverna; conflitos de uso como no caso do senhor Paulão, morador do lote 144 – Núcleo da Escola, onde há outra entrada importante ao sistema de cavernas, pois o assentado não pode usufruir nem da caverna e nem fazer nada em relação à produção. Atualmente tem gado leiteiro, mas precisa de outros produtos para sobreviver.

Em síntese, a existência do terreno cárstico no assentamento gerou uma distribuição desigual em relação ao acesso à água por todos os lotes, sendo o “norte rico e o sul pobre” em água. De forma geral os lotes da porção sul do assentamento Roseli Nunes não desfrutam de água superficial abundante e as águas captadas pelos poços (sejam manuais ou artesianos) não são próprias para o consumo.

Esta deficiência é também responsável por um dos principais conflitos em relação à distribuição dos lotes na época do corte para a constituição do assentamento, tanto com o Estado quanto entre os acampados. Na época do corte dos lotes, para suprir o problema da distribuição da água, o INCRA acertou a instalação de três poços artesianos, entretanto, a perfuração dos poços não deu certo na zona em que a necessidade de água era emergencial. Justamente na área do carste.

É preciso assinalar que na época de corte dos lotes a maior parte dos acampados do Paulo Freire foram para os lotes da porção sul, atingidos pelo sistema cárstico. Fato que até hoje causa certa divergência sobre o processo de divisão dos lotes no assentamento.

Há duas versões: a primeira diz que havia certa rivalidade entre os dois grupos (Acampados do Paulo Freire e do Roseli Nunes). Um dos grupos ficaria no norte e o outro ficaria no sul, isso seria decidido através de um sorteio (prática recorrente no MST). O resultado foi que o pessoal do Roseli Nunes ficaria no norte e o pessoal do Paulo Freire no sul. A outra versão diz que esse sorteio não ocorreu, pois o pessoal do Roseli, como havia chegado primeiro, escolheu o norte e o resto (no sul) ficou pro Paulo Freire.

Em uma conversa informal com alguns assentados do Paulo Freire levantaram-se as seguintes questões: não houve o sorteio e o pessoal do Roseli escolheu o norte devido a presença abundante de água. Como o solo é bom em todo o assentamento, o pessoal do Paulo Freire não se importou de início, porém, com o passar do tempo, viram que não havia a possibilidade de obter água por poços, o que é impeditivo à vida e à produção. Há assentados do Paulo Freire que discordam desta posição.

Outras questões foram ainda levantadas: os lotes do assentamento são todos do mesmo tamanho, qual o critério adotado para a divisão e escolha dos tamanhos dos lotes? O sul, por ter menos acesso a água não deveria ter lotes maiores? Alguns relatos sugeriram ainda que a possibilidade de transposição da água do Rio dos Bugres para o sul do assentamento, na realidade, é pleiteada para os participantes da ARPA, mas que deverá atingir todo o assentamento

Em muitos momentos a discordância entre os assentados partiu da valorização da produção coletiva e dois exemplos foram significativos neste conflito: a escolha inicial da localização dos poços foi política, valorizando as áreas selecionadas para a produção coletiva, desconsiderando a insuficiência da água na porção sul e a destinação do maquinário conseguido a partir de um programa do Estado para o assentamento. Neste caso, o assentamento conseguiu 2 tratores, o MST resolveu entregar apenas 1, o outro foi destinado a outro assentamento (acordado entre todos os assentados). Porém, a ARPA se apropriou desse trator e ele só pode ser usado por outros assentados via pagamento de diárias.

Estes conflitos permanecem até os dias de hoje, visto que, segundo alguns assentados, (uns se posicionaram claramente no momento do trabalho com os estudantes de geografia e outros sutilmente), o assentamento (não sabemos ao certo quem) elaborou um projeto para conseguir um caminhão, mas devido à disputa de seu uso, ou do controle da ARPA, o caminhão não é repassado, e está parado na prefeitura. Estes exemplos revelam claramente as contradições vividas pelo campesinato brasileiro ao buscar assumir, via movimentos sociais, a responsabilidade de uma “transformação social verdadeiramente socialista”. Ou seja, há um desencontro no sentido do coletivo ao exigir a incorporação do cooperativismo no assentamento.

Contudo, no processo de elaboração dos mapas, os grupos de trabalho objetivaram elaborar uma proposta sobre a redistribuição de água por todo o assentamento; nos momentos de trabalho coletivo, estes conflitos pareciam adormecer.

De partida questionamos a ausência de um estudo ambiental sério no processo de desapropriação da fazenda objetivando a organização e o planejamento das unidades produtivas prevendo a demanda de água e terra, solo apropriado. Este é o papel do órgão responsável, o INCRA e não um debate a ser considerado a posteriori do corte do assentamento, jogando aos assentados a responsabilidade: “onde é que vou ter que buscar água?”.

Segundo os relatos dos assentados o parcelamento dos lotes se deu no ano de 2002, mas somente no ano de 2003 é que os moradores enfrentaram o problema da má distribuição de água. A proposta do INCRA para suprir o problema da distribuição da água foi construir três poços artesianos, os moradores cogitaram a ideia de fazer um estudo sobre o melhor local para perfuração, mas não foi feito. As perfurações realizadas não efetivaram os poços na zona em que a necessidade de água era emergencial. Não foram realizados estudos sobre as características físicas do terreno do assentamento e a escolha das áreas para a perfuração foi feita de forma aleatória, portanto não resolveu o problema da comunidade, a maior parte dos poços não deu água.

As falas dos camponeses denunciam o descaso do Estado e indignam mediante a compreensão que um estudo técnico coerente e competente resolveria o problema: “... os órgãos competentes para resolver os problemas, eles têm, eles sabem, que não compensa furar ali e eles insistem em gastar dinheiro público jogando fora, furando um, dois, três poços, mas na verdade eles fazem isso...”. Conjectura-se que há outras políticas locais embutidas neste descaso, pois “essas pessoas sabem que quanto menos funcionar quanto mais negativo for a coisa, mais vai desmotivando, e como o morador necessita de água, não tem como viver nessa situação”. Ou seja, não há visibilidade nem interesse para o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Nos lotes da porção norte do assentamento, no entorno do Rio dos Bugres e do Córrego, a água dos poços não é salobra como na porção sul, este levantamento foi realizado a partir das entrevistas e testes instantâneos de PH da água em alguns pontos tanto da parte norte quanto sul do assentamento. Portanto, é preciso realizar análises químicas detalhadas para compreender sua relação com a geomorfologia e a presença de calcário na região para ações de melhoria da qualidade da água. De acordo com os depoimentos e o resgate histórico feito pelos camponeses, podem ser abertos vários poços no sul que a água não vai ser totalmente de qualidade.

Na oficina de mapeamento realizada em setembro de 2011, constatou-se detalhadamente a situação em que vivem as famílias nas áreas de maior escassez de água. Objetivava-se compreender esta situação a fim de propor um sistema de captação de água de chuvas em regime emergencial. Para tanto foram levantados dados sobre o número de moradores e suas criações para dimensionar a necessidade da água, considerando em cada lote as formas de obtenção da água.

A porção Sul do assentamento está dividida em seis núcleos sociais (09 ao 14). Em princípio projetava-se visitar 129 lotes, foram visitadas 93 famílias, sendo que em 29 lotes não foi possível conversar com os moradores, porém alguns os vizinhos deram informações e somente em 7 lotes não foi possível realizar o levantamento de dados. Portanto, cerca de 72% dos lotes foram visitados.

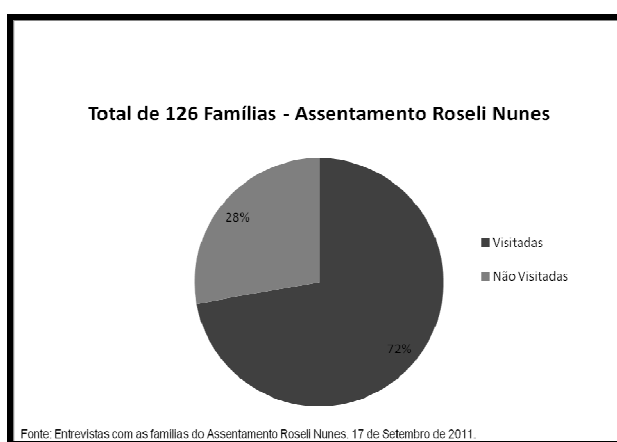


Gráfico 01 – Famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes.

A maior família encontrada tem sete pessoas, sendo quatro crianças e três adultos, mas a maior sequência é de quatro pessoas por família, dois adultos e duas crianças. A região tem uma população mínima de 280 pessoas, mas considerando que cerca de 30% das famílias não foram entrevistadas, é possível considerar uma estimativa populacional de 400 pessoas.

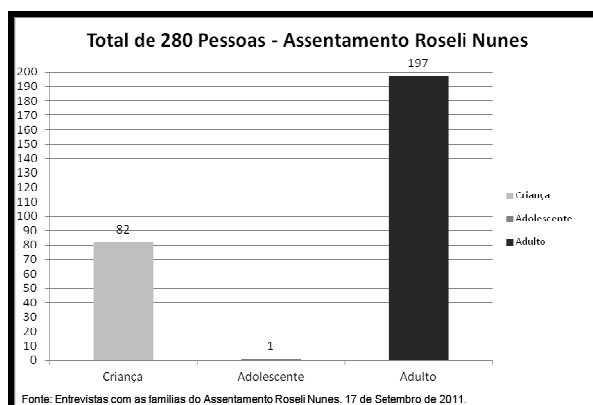


Gráfico 02 – Faixa etária da população das famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes.

Das famílias entrevistadas pouco mais da metade são contempladas com o programa do Governo Federal “Bolsa Família”. Há crianças com direito à bolsa, mas ainda sem acesso, situação que aos poucos vem sendo revertida pela luta dos assentados com as prefeituras. De forma geral é o município de Mirassol do Oeste que deveria se responsabilizar pela inserção dos assentados nas políticas públicas, município de referência do assentamento, mas há um jogo político com o município de Curvelândia, que mantém cotidianamente uma relação mais estreita com a porção sul do assentamento.

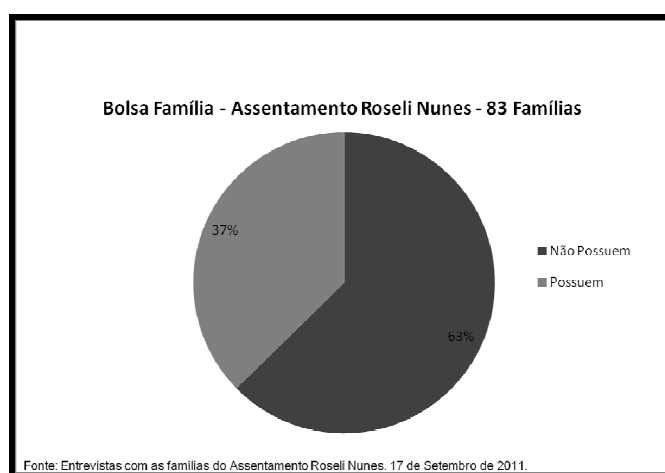


Gráfico 03 – Aquisição do Programa Bolsa Família - famílias residentes na porção sul do assentamento Roseli Nunes.

Cerca de 60 famílias não tem água no lote, seis famílias têm nascentes, quatro disseram ter pequenos córregos, as demais tem represas só para o gado e em geral a água é salobra. No núcleo 11, no lote 257, tem uma mina já canalizada e é onde as maiorias das pessoas buscam água. A caixa d'água onde é armazenada a água da mina fica aberta, destampada. Tem um córrego que passa nesse núcleo.

A maioria da população do núcleo 12 pega água do lote do Sr. João Basílio (lote 181, ph da água aproximadamente = 05) e do poço artesiano comunitário (lote 184, água salobra). Houve perfurações de poços entre 7 a 20 metros de profundidade em diversos locais, mas não deram água. No lote 218 foram perfurados 3 poços: 1 Semi- Artesiano 180m sem água, 1 Poço Manual de 17m e 9m sem água, mesmo no período de chuva. Há dois poços com água doce na região, nos lotes 195 e 213.

De forma sucinta é possível delinear o seguinte quadro: O absurdo maior de famílias do extremo sul que compram água da cidade, um dos assentados informou que a prefeitura levava de graça, mas mudou o

prefeito cortou o abastecimento, então as famílias estão pagando pela água. Em três lotes as famílias não conseguem morar na época de estiagem, pois tem que comprar ou buscar na mina da dona Iraci.

Para beber as famílias compram água do caminhão pipa que custa R\$ 93,00 e dividem entre si em grupos de três, consomem em média dois mil litros por semana, o caminhão abastece duas vezes por semana. Alguns buscam água doce numa mina próxima, outros utilizam pequenas represas para armazenar a água da chuva para os animais e caixas d água para o consumo próprio, mas de forma incipiente. Os poços de maiores profundidades encontrados foram semi-artesianos de 180m, mas já estão sem água.

Nos lotes do extremo sul não tem água nem para os animais, todos têm que comprar ou buscar água fora. A família que está na divisa do assentamento tem familiares proprietários de sítios vizinhos, buscam água lá, ou levam o rebanho para o sítio dos familiares. Na maioria dos poços furados a água é salobra. Só três lotes do extremo sul não estão sobre o domínio do calcário, como pudemos observar há uma composição geológica de arenitos e calcáreos, um dos lotes apresenta um indicativo interessante a lagoa não seca integralmente, hipoteticamente uma perfuração pode encontrar água.

Por fim, dos sete núcleos visitados, um tem parcialmente água e outro tem metade água e metade não, os demais, precisam de água. A vazão da mina encontrada é maior que a necessidade hoje, daqueles que buscam água nela. Devido ao fato de que às vezes a caixa onde armazena a água derrama. Essa mina poderia ser a solução para o problema da água, ela é o ponto mais próximo da região do problema. É preciso desenvolver um estudo hidrológico nessa área para avaliar o potencial de distribuição de água. Para ter segurança vai ter que fechar não deixar a água exposta para evitar contaminação. A mina não é a solução, ela pode ser o indicativo de que ali há a solução, pois é preciso pensar em toda a comunidade que sofre com o problema da água e não em uma minoria, a comunidade local, portanto pontual.

Por conta do comportamento solúvel das rochas carbonáticas, a água que as percola é carregada de sais, o que denota a dureza da água e provoca dentre outras consequências problemas de saúde que afetam principalmente os rins. Muitos assentados relataram doenças renais, como cálculos renais; não foram levantados dados para quantificar a abrangência deste problema, mas a partir dos relatos foi possível identificar a situação já instaurada. Assim, se a água salobra gera cálculo nos rins do ser humano, certamente ocasiona diversas doenças também nos animais.

Esta população apresenta como demanda em média, para 400 pessoas, com a estimativa de 100 litros/dia, recomendada pela Organização Mundial da Saúde, sugere-se uma demanda de 40.000 litros/dia de água. Apesar da porção sul do assentamento contar com uma hidrografia

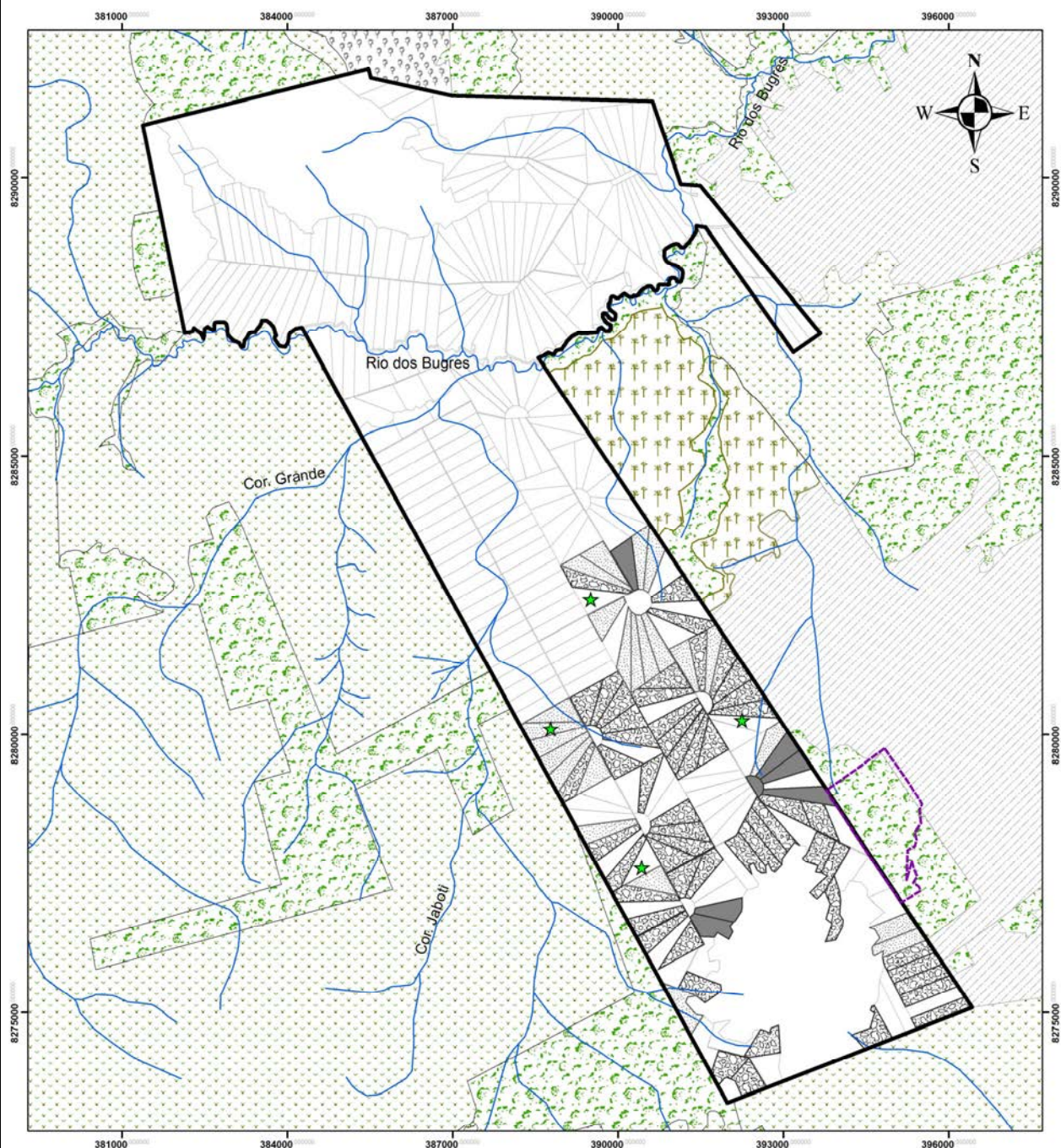
desfavorável à produção, o que prevalece é a solidariedade, sendo que para a irrigação e para os animais, estes assentados contam com o uso da água dos vizinhos, seja de poços ou de minas. De forma geral a criação de pequenos animais existe em todos os lotes, principalmente o gado, a galinha e o porco. É preciso futuramente sistematizar a demanda da água para a sêdação animal.

É possível identificar nos mapas construídos de forma coletiva o contexto da água levantado, de sua qualidade e disponibilidade (Mapa 33). Agora é preciso pensar nas alternativas para a melhoria do acesso à água no assentamento.

O trabalho com o mapeamento comunitário acenou possibilidades para o futuro, discutiu-se amplamente o projeto da captação e distribuição da água. Existe uma discussão entre os assentados sobre a realização da transposição de água do Rio dos Bugres, localizado na porção norte do assentamento, para a porção sul que apresenta deficiência hídrica. O desnível desta transposição seria de 200 a 300 metros, havendo necessidade de uma boa estrutura para a “subida” da água, todavia não há estudos e nem recursos para esta obra. Além disto, é preciso avaliar a viabilidade do Rio em atender a demanda por água dos assentados, já que o Rio dos Bugres à montante do assentamento tem uma exigência alta devido ao uso intenso pelo agronegócio (observado nas imagens de satélites das páginas 2935-295 e 441).

Almeja-se a elaboração de um projeto mais amplo de captação da água do rio para o restante dos lotes, a partir de dois mananciais existentes no próprio assentamento: o Corgão e o Bugres (ambos localizados na porção norte), viabilizando a captação, uma estação de tratamento (ETA) em um ponto alto, e a distribuição por ramais passando nos núcleos sociais de forma sucessiva, cortando o assentamento longitudinalmente no sentido norte-sul. O que para os assentados resolveria o problema da comunidade de forma definitiva, sendo mais barato do que ficar furando poços de forma aleatória.

DISPONIBILIDADE DE ÁGUA - ASSENTAMENTO ROSELI NUNES



LEGENDA

- VEGETACAO
- PASTO
- TECA
- SOJA
- CANA

- LIMITE DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES
- M. N. CAVERNA DO JABUTI_ DECRETO Nº 25 DE 19 DE JULHO DE 2007
- HIDROGRAFIA

- POÇO DISTRIBUIDOR
- ÁGUA POTÁVEL (POÇO - CORREGO - MINA)
- DIFICULDADE HIDRICA (NÃO HÁ ÁGUA OU ÁGUA SALOBRA)
- SEM INFORMAÇÃO
- MINA D'ÁGUA



MAPEAMENTO COMUNITÁRIO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES, SETEMBRO, 2011.
 FONTES: Planta Geral de Parcelamento - Franchas 01 e 02 - Escala:1:20.000.INCRA, Julho, 2002;
 Carta Topográfica IBGE Nº 271, 272, 290 e 291 - Escala 1:50.000 meio digital.
 Conflitos externos atuais: mapa confeccionada no mapeamento comunitário realizado em setembro de 2011
 no Assentamento Roseli Nunes, com uso das imagens: SPOT 2.5 m, Ano 2007, Rotas 2150, 2151, 2194 e 2195
 e LANDSAT TM5, Ano 2000, Rota/Cena 228/071 no Assentamento Roseli Nunes.

Mapa 33 – Disponibilidade de água. Mapeamento comunitário: Setembro de 2011.

Sempre nas negociações sobre melhorias do assentamento a questão da água está em pauta. Os moradores que estavam na reunião aprovaram a ideia da captação da água do rio por ser água doce, com o devido tratamento, sendo melhor que a água dos poços artesianos, que segundo eles é puro sal. Ou seja, para os assentados o importante é água com qualidade, então não adianta abrir vários poços. Assim, a captação seria a solução, por que depois de pronta a ETA sua manutenção é mais barata do que o gasto das perfurações sem sucesso ou com tempo limitado de oferta de água. Seriam necessários cerca de três funcionários para fazer a manutenção da ETA, além de uma bomba de recalque.

Esta ação exige pensar em outras escalas, pois é preciso salvaguardar e até mesmo melhorar a qualidade da água do Rio dos Bugres e do Córrego, pois os agrotóxicos que estão sendo usado nessas fazendas vão chegar ao assentamento de forma direta. Assim, é preciso aumentar a fiscalização ambiental nessas áreas. Outra questão é que demanda custos maiores, portanto é uma proposta que exige cautela e estudos sérios para a distribuição de água.

Apesar da perspectiva da captação da água dos mananciais disponíveis, também pode ser viável pensar em alternativas de distribuição a partir de artesianos, após estudos eficazes, poços mais profundo se preciso, para realizar uma rede com diversos pontos de captação e distribuição, elaborar unidades menores para evitar uma escassez possível devido ao comprometimento de uma fonte única de água e todo mundo ficar sem água.

Toda essa região que possui o calcário terá o problema da água salobra ou da indisponibilidade da água, ou seja, sempre haverá déficit hídrico. Em alguns momentos agrava-se em outros ameniza-se, mas haverá sempre, a água dura não deve ser consumida, nem por homens e mulheres, nem por animais.

Os debates do grupo de trabalho indicaram que um projeto de distribuição de água deve ser diversificado, sendo necessário pensar na demanda coletiva de todo o assentamento, pois se a comunidade for atendida parcialmente não será um projeto eficaz para a consolidação do assentamento. Para tanto, é preciso calcular a necessidade média de área mensal anual de uma família e, considerando um coeficiente de segurança em dobro para a demanda do que cada família necessita, é a partir disto que se poderá elaborar uma estrutura capaz de oferecer água a todos.

Para a elaboração da proposta deve questionar-se: Qual o lugar mais próximo de onde não tem água que tem água? Onde descobrir que tem um poço bom com água boa tem que se ver a geologia. Vai furar vários poços? Vai furar um poço, ou pegar um que já está furado e ver a capacidade dele, fazer o cálculo e ver se tem que furar mais, um grande ou vários pequenos?

Portanto, não é preciso furar um poço em cada lote, mas procurar uma região, uma parte do assentamento onde tem poço que tem água boa e que dura o ano todo, e se possível não furar só um poço mais sim vários, aí sim captar a água para os outros lotes, fazer a rede para consumo humano. A cada alternativa de captação e distribuição é preciso calcular o número de famílias a serem atendidas em relação à água potável.

Outra possibilidade, inclusive incentivada em debates de que participamos com a comunidade, seria a de instalação de cisternas, mas muitos assentados dizem não haver iniciativa, muitas vezes respaldadas na falta do hábito, ou na cultura de captação e aproveitamento da água de chuva. Em conversas com a comunidade há a clareza da necessidade em fortalecer o uso desta estratégia: “Aqui em Mato Grosso não se aproveita como no nordeste e outras regiões do país as águas de chuvas, é preciso viabilizar esta alternativa” (– Senhor Luís. Mapeamento Comunitário, Setembro de 2011).

A captação da água por meio de cisternas foi amplamente discutida e colocada como necessária e urgente, contudo, concluiu-se que este método seria somente para amenizar a situação e não para resolver todo o problema devido ao longo período de estiagem na região. Além disto, o uso das barraginhas (represa pequena) para armazenar água para a criação se dá de forma limitada, devido ao tipo de solo, onde não há como armazenar a água, conseqüentemente as cisternas têm que ter vedação total em relação ao solo, por causa do terreno calcário, mesmo sendo para os animais as cisternas têm que ser um sistema fechado, para evitar o caso de contaminação. Como indicativo para a realização das cisternas, sugeriu-se buscar o programa do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal.

As cisternas seriam adotadas principalmente para sedação animal, e também para a pequena irrigação. Cada família poderia realizar a captação na sua casa, as cisternas são um sistema de captação barato. O assentamento sempre vai ter água por que sempre vai chover, deve se pensar na qualidade da água, no sertão a água da chuva é a única solução, o único recurso, por isso que eles a bebem. O que está errado é que deixaram a população do assentamento gastar dinheiro furando poços, dinheiro e trabalho sabendo que não teria água nunca.

Em síntese, como pontos para estudos futuros foram levantados:

- ✓ Elaboração precisa do cálculo da demanda de acordo com um coeficiente de disponibilidade hídrica por habitante;
- ✓ Levantamento da relação custo-benefício sobre as soluções para a distribuição de água, no sentido de balizar a escolha da melhor solução;

- ✓ Solicitação das redes dutora e de distribuição, pensar sobre as distâncias entre os núcleos sociais e os linhões (com a distância máxima linear de 16 quilômetros entre o Rio dos Bugres e o lote ao extremo Sul);
- ✓ Estudos sobre os possíveis trajetos da rede de distribuição, a partir da escolha de perfis menos agressivos para a rede que atenda todas as unidades e todas as famílias.
- ✓ Refinar o levantamento de dados iniciado, pois cobrimos 72% do área mais frágil do assentamento, suficiente para compreender a gravidade da situação, mas não para elaborar precisamente um projeto de distribuição de água.

Entretanto, a resolução do problema da água é emergencial, é preciso para além do debate sobre a transposição do rio dos Bugres a instalação de um sistema de cisternas que mantenha regularmente a produção do assentamento.

Partindo da problemática do acesso à água no assentamento Roseli Nunes, Godoi (2013) realizou um trabalho para avaliar as possibilidades da instalação de um sistema de captação de água a partir de cisternas. Um trabalho de mapeamento desenvolvido no primeiro semestre de 2013, junto aos estudantes de cartografia geral, sistematizou o interesse das famílias em relação às cisternas e também informações a respeito da potencialidade do assentamento em captar água de chuva.

Por princípio ela foi uma alternativa deixada de lado devida o receio por parte de alguns moradores em relação ao volume e a capacidade de armazenar água. No entanto ela foi colocada como necessária e urgente às famílias no dossiê da água elaborado pelo grupo de pesquisa “Territorialidades e Representações”, partindo de um entendimento de que as famílias necessitam de água urgentemente para contextualizar sua permanência na terra, fato este, aonde a escassez de água vem provocando a venda dos lotes, a troca ou até mesmo o abandono. No entanto em 2013 no mapeamento comunitário desenvolvido, percebemos um forte interesse crescente por parte das famílias, principalmente do extremo sul do assentamento, nas possibilidades de se implementar um projeto de cisternas. Isso se deve sem sombra de dúvidas aos cansaços das famílias ao fato de não terem alternativas além das atuais a se conseguirem água, levando-as a um processo de resistência para permanecer na terra, relutando por condições (GODOI, 2013, p.68).

Cerca de 53% das famílias entrevistadas sabem o que é uma cisterna, muitas através de relatos de seu uso no Nordeste do Brasil. As demais famílias, posteriormente da explicação sobre o que seria a cisterna 79% das famílias demonstraram interesse em ter uma cisterna no lote, avaliando ser uma alternativa viável para resolver em caráter de urgência o problema de acesso à água (GODOI, 2013, p.70).

Esta condição pode também ser explicada por conta da ineficiência dos poços perfurados no assentamento, tido como política exclusiva do INCRA. Segundo relatos dos moradores, houve a perda de várias brocas, que são utilizadas para a perfuração de poços. Ou seja, boa parte dos poços

perfurados chegavam em lajes (rochas maciças) e quebravam as brocas, algumas delas eram perdidas, por caírem em buracos, muitos expeliam gás com cheiro forte, dificultando a respiração.

Assim, o INCRA não realizou estudos necessários para realizar a perfuração de poços no terreno cárstico, tampouco avaliar se esta era a política necessária para o acesso à água no assentamento.

A falta de assistência técnica por parte dos órgãos responsáveis é percebida em todos os assentamentos rurais. Em relação ao acesso a água para as famílias a política adotada pelo INCRA é a de perfurações de poços como soluções aos problemas da água em todos os assentamentos, o governo investe milhões nas perfurações de poços, onde no final nem a metade dos poços perfurados alcançam o seu objetivo, que é disponibilizar água às famílias. Isso se deve por diversos motivos: falta de estudos técnicos no local a serem perfurados os poços para saber, por exemplo, que tipo de litológica se encontra ali, se é favorável a afloramentos de água. Outro fator seria a falta de comunicação com as famílias dos assentamentos para saber onde é mais viável, onde a falta de água é mais precária outra, seria o não rigor em relação à fiscalização do trabalho realizado pelas empresas contratadas, além de diversos outros (GODOI, 2013, p.76).

Na época de estruturação do assentamento, foram escavados pelo INCRA 07 poços artesianos, sendo hoje utilizados apenas três, pois os outros foram condenados por não minar água ou a água ser salobra imprópria para consumo humano e/ou animal devido ao terreno cárstico. Os três poços que “funcionam” a água por sua vez também é salobra, fazendo com que muitos dos assentados comprem água de caminhões-pipa, para abastecimento doméstico, ou então, recorrer aos vizinhos, que conseguiram perfurar poços e encontraram água doce, entretanto muitos desses lotes se encontram a grandes distâncias das áreas mais graves em relação à escassez de água. Os poços em sua totalidade contribuem sim de forma a ajudar as famílias no acesso à água, entretanto não se pode ficar preso em somente uma técnica, pois cada lugar tem suas características físicas próprias, muitas delas não são favoráveis às perfurações de poços (GODOI, 2013, p.78).

Para analisar a possibilidade de um sistema de cisternas no assentamento Roseli Nunes Godoi (2013) levanta o interesse dos assentados, as condições de captação e também situa de forma precisa sumidouros e entradas de cavernas nos lotes da porção sul do assentamento:

Nos levantamentos realizados em Fevereiro de 2013, dos 126 lotes localizados na região sul do assentamento Roseli Nunes, se conseguiu levantar informações apenas de 58 lotes. Sobre a ocorrência de sumidouros e entradas de cavernas (MAPA – 05), buscando compreender a abrangência de rocha calcário existente nesta porção, percebe-se que ela abrange uma área que se estende desde o núcleo de número 09, onde se localiza a Escola Madre Cristina, até o extremo sul do assentamento, pois nos lotes de número 144, 173, 179, 230, 231, 232, 233, 172, 169, 164 271, 207 e 195 foram registrada presença de sumidouros e nos lotes de número 179, 174, 175, 180, 172, 171, 170, 169, 161, 144 e 195 foram registrados presença de entradas de cavernas, elementos estes próprios de sistemas cársticos onde, devido a esses fatores, é quase impossível adquirir água por meio de perfuração de poços.

Cabe destacar que na região do assentamento, próxima ao município de Curvelândia, há uma caverna denominada Caverna do Jabuti, em alguns lotes há pequenas entradas que possivelmente fazem algum contato com a caverna, como no lote 197. Segundo a família que reside nesse lote além de uma pequena entrada de caverna na divisa do lote, há também sumidouros percebidos principalmente quando chove e a água desaparece por pequenas cavidades no terreno (GODOI, 2013, p. 58).

Refinando os dados colhidos em setembro de 2011, Godoi (2013) apresenta ainda como se dá o uso da água nos lotes visitados, indicando também os problemas de saúde causados pela ingestão da água salobra:

Os dados levantados sobre a qualidade da água usada no lote no mapeamento realizado em fevereiro de 2013, nos informa que dos 58 lotes visitados cerca de 71% das famílias utiliza água salobra, 22% água doce e 6% usa água salobra e doce. A água salobra, provavelmente para usos domésticos, animais e produções e a água doce, para beber e cozinhar, conforme (Gráfico 4). Todo esse contexto da qualidade da água não nos direciona onde se consegue a água que as famílias usam nos lotes, pois estas podem ser provenientes de poços próprios sendo estes manuais ou semiartesianos, poços comunitários semiartesianos, de poços, nascentes ou olhos d'águas de lotes vizinhos... 72% das famílias utilizam e ou consomem água salobra, permite inferir a existência de possíveis quadros de doenças apresentados pelas famílias devido à ingestão desta água, dimensionando um quadro onde foram apresentados em 11 lotes, dos 58 visitados, onde algum membro da família que já ficou doente por beber água salobra proveniente dos poços (GODOI, 2013, p.69).

Godoi (2013) indica que muitos camponeses assentados do Roseli Nunes já utilizam a captação de água de chuva, 31% das famílias entrevistadas (de 58 lotes), inclusive para consumo próprio, pois esta água é mais aceitável do que a água dos poços.

A água da chuva armazenada por 31% dos lotes visitados são utilizados para diversos fins, inclusive consumo humano por se tratar de água doce. Os dados registrados nos levam a estimativa de que 42% das famílias que armazenam água da chuva a utilizam para consumo humano, ou seja, para beber e cozinhar, além de que 24% utilizam nas plantações, seguida de 20% para uso animal e 14% para usos domésticos (GODOI, 2013, p.69).

Godoi (2013) situa este problema no debate sobre o acesso à água de qualidade como um bem comum social contraposto à produção da água como mercadoria. Discute ainda os contextos da distribuição de água aos quais as famílias camponesas se submetem nos processos de assentamentos via luta pela terra, questionando o papel do Estado no sentido da manutenção deste acesso às famílias.

A água é um bem essencial e insubstituível à vida, e não se pode, por isso, confiar o poder de decisão a seu respeito a indivíduos privados. É escandaloso pensar que a água possa ser fonte de lucro, e que os objetivos de rentabilidade financeira ditem as escolhas e as prioridades da gestão dela. Além disso, sendo a gestão da água necessariamente organizada sobre bases de monopólio natural, é inimaginável que o acesso à água possa gerar lucros. No quadro da privatização, o acesso à água é subordinado ao poder de compra dos indivíduos e das organizações. Os seres humanos deixam de ser cidadãos para se tornarem consumidores e clientes de água. Ora, o acesso à água é e deve ser considerado e concretizado enquanto direito humano, a saber, um direito universal, indivisível e imprescritível. A sociedade, e as autoridades públicas em particular, traem sua função e abandonam suas responsabilidades procedendo à privatização da água. Opor-se à privatização não significa ignorar a existência dos custos que comporta pôr a água à disposição para os usos humanos vitais e a questão de sua cobertura e financiamento. Os custos, que são importantes, devem ser

assumidos pela coletividade através dos processos fiscais gerais e específicos. O financiamento dos investimentos referentes a todo serviço público relativo à satisfação de um direito humano é de responsabilidade comum dos membros da comunidade, do nível local aos níveis nacional e internacional. Confiar tal financiamento ao consumidor para o pagamento de um preço é esvaziar de sentido o direito humano à vida e mudar a própria natureza da água (PETRELLA, 2010 apud GODOI 2013, p.29-30).

Godoi (2013), após analisar casos de captação de água de chuva realizados no Semiárido nordestino brasileiro, sugere ser possível utilizar tais formas de realização de armazenagens de água também no assentamento Roseli Nunes. Segundo a autora, esta captação possibilita alguma autonomia de controle e acesso à água no campo. Para tanto é preciso avaliar cuidadosamente os mecanismos de realização desta proposta tocante aos aspectos técnicos, ambientais e políticos.

A partir da análise dos dados da estação climatológica da região de Mirassol do Oeste, Godoi (2013) sugere que com uma média anual de 1.266mm de chuva e um comportamento bem definido das estações secas e chuvosas, é possível a instalação de um sistema de captação de água razoável. Considerando ainda a existência de uma estrutura de captação (área e formato dos telhados das casas) o suficiente para assegurar um consumo médio de uma família de 5 pessoas por mais de 240 dias. Pois, o parâmetro adotado pelo Programa “Água para todos” é de uma captação de 16m³ e no assentamento Roseli Nunes, utilizando as mesmas fórmulas e parâmetros, atingiu-se uma capacidade de até 76m³.

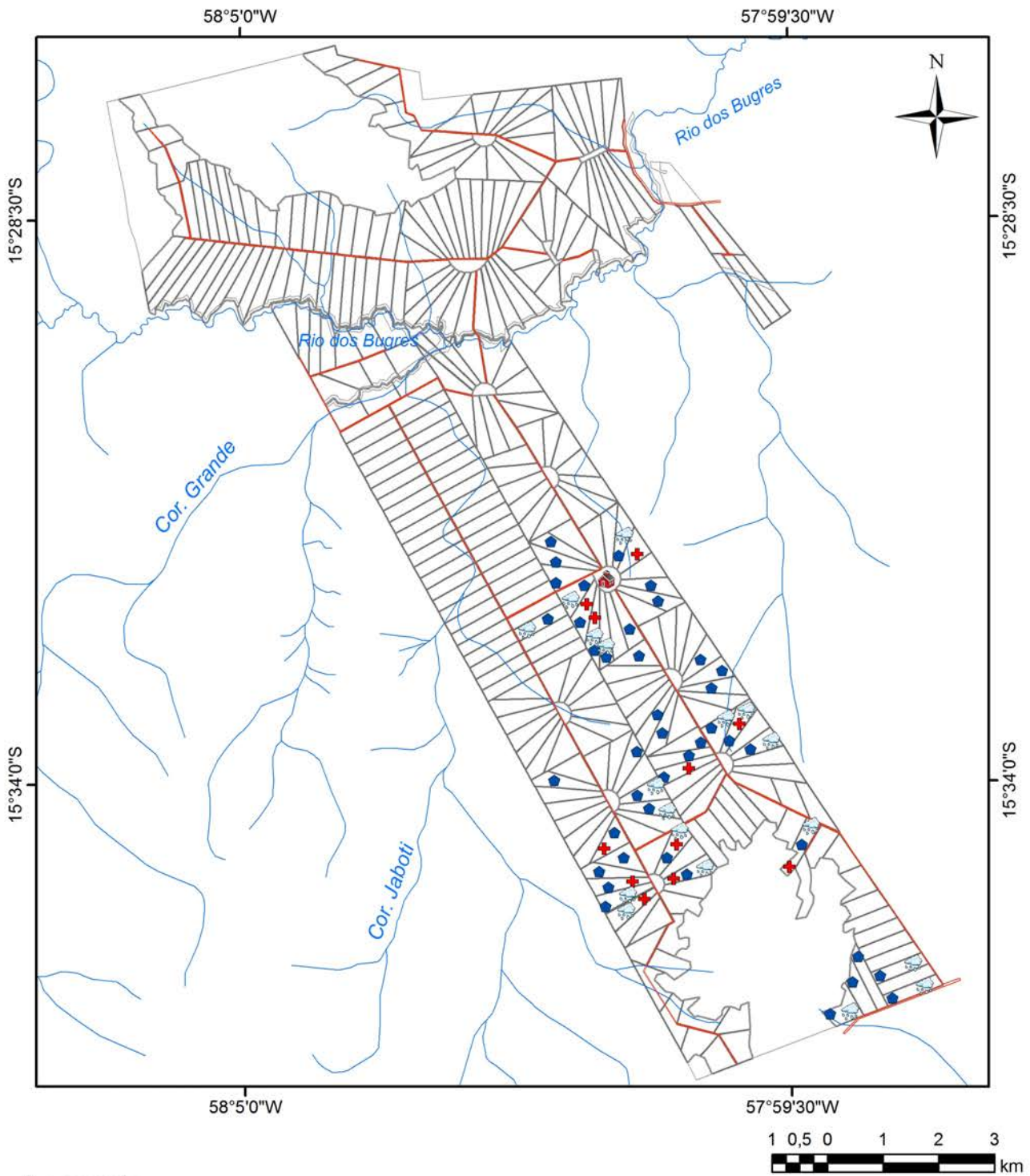
A região onde se encontra o Assentamento Roseli Nunes apresenta níveis de chuva favoráveis à implementação das cisternas porque, se comparado ao Nordeste brasileiro onde a média de chuva anual alcança 800 mm, o município de Mirassol D'Oeste onde está localizado o assentamento, apresenta em torno de 450 mm de chuva anual a mais que o Nordeste, sendo 1.266, 38 mm (média anual dos últimos 5 anos). Além de que se para alcançar a capacidade de uma cisterna de 9m³ é necessário 9,47m² de área de captação, no assentamento Roseli Nunes as casas das famílias possuem estruturas boas e são consideravelmente grandes em torno de 50m², ou seja tem capacidade de literalmente adequadas para captar água da chuva (GODOI, 2013, p.84).

A proposta de um projeto de redistribuição hídrica através de um sistema de cisternas foi pensada às famílias do assentamento Roseli Nunes como possibilidades de serem gestoras de seus próprios recursos, por meio da captação e do armazenamento de água da chuva, não ficando a mercê das oscilações do sistema gestor predominante, tampouco das mudanças de governantes...








Uma das possibilidades discutidas junto à comunidade seria o Programa Água Para Todos do Governo Federal, sendo prioridade para participar deste programa as famílias com o Cadastro no Sistema Único. Para analisar essa possibilidade foram mapeadas as famílias do assentamento Roseli Nunes que possuem o Programa Bolsa Família, estas por sua vez possuem esse cadastro e conseqüentemente tem o direito à participação do Programa Água para Todos que compõe o Plano Brasil Sem Miséria e que possui uma abrangência nacional, entretanto ainda são necessários estudos mais aprofundados sobre a questão para que a comunidade não seja iludida (GODOI, 2013, p.84).

Godoi (2013) sintetiza suas análises a partir do mapa 34 apresentado a seguir:

VIABILIDADE DAS CISTERNAS - ASSENTAMENTO ROSELI NUNES/MT



Legenda

-  Capta e armazena água da chuva
-  Já ficou doente por beber água salobra
-  Tem interesse em instalar cisterna no lote
-  ESCOLA MADRE CRISTINA
-  ESTRADA
-  CURSOS_D'AGUA
-  LOTE

Mapa 34 – Viabilidade Das Cisternas. Fonte: GODOI (2013)

Por fim, Godoi (2013) menciona que há trabalhos que apontam que as Cisternas não podem ser compreendidas como a única fonte de água para as famílias do campo, elas são uma alternativa de acesso, um complemento e necessitam de outras condições mínimas para sua implantação.

Segundo entrevistas realizadas com técnicos do INCRA, foi possível identificar que não há uma política de acesso à água nos assentamentos desde sua instalação, a ação desta instituição resume-se apenas ao compromisso de perfuração de poucos poços comunitários para todo o assentamento.

Constatou-se ainda que as iniciativas de instalação de sistemas de cisternas em Mato Grosso partem de iniciativas individuais, realizadas em parcerias com empresas de “tecnologias sociais”, sendo que os custos do processo são cobertos pelo assentado. Seguindo a mesma lógica do programa “água para todos”, que ao invés de firmar parcerias com as comunidades para a construção de cisternas de concreto (mais duráveis, com melhor armazenagem e manutenção da qualidade da água) que geram emprego, preferem realizar as parcerias com as indústrias de fabricação das cisternas de polietileno (que segundo instituições diretamente envolvidas com o debate sobre a água no Semiárido traz problemas à qualidade da água, é de alto custo, e desconsidera as possibilidades de organização coletiva para a solução do problema de acesso à água).

Existe mais de uma forma de captação e armazenamento de água incentivada pelo programa “Água para todos”, além das cisternas, as barraginhas entre outras formas. Assim como todos os outros programas do Governo Federal de combate à pobreza, este programa também exige o cadastramento das famílias no Cadastro Único. Se por um lado os programas de combate à pobreza melhoram a vida dos camponeses, por outro, estabelecem-se como mecanismos de consolidação de estruturas produtivas necessárias tanto à sua inserção na cadeia produtiva do agronegócio, portanto sua submissão do trabalho quanto à organização de estruturas permanentes que permanecerão no espaço rural em franco processo de disputa a partir do retorno dos assentamentos ao mercado de terras.

Conforme Bueno (2013) o programa “Água para todos” pode ser entendido como um regulador das demandas sociais, como

tentativa de normatização do processo social no qual as pessoas nada mais seriam que meros suportes para o crescimento “progressivo” de mercados ou para o fortalecimento do Estado. Dito de outro modo, haveria um sistema social auto regulador – seu próprio juiz e árbitro – “governado” por um sistema de valores, em que as normas estariam entronizadas nas instituições e nas atitudes dos representantes teóricos dominantes, de maneira que tais valores definem e legitimam as atividades do sistema social como um todo. Nesse sistema, as manifestações civis e populares devem ser reguladas para se adequar a essas normas, na medida em que a teoria pode ser empregada para legitimar o sistema social e “de fato tem consequências” (THOMPSON, 1978 apud MULLER, 2007.).

Nesta esteira, programas e políticas de acesso à água buscam “garantir a gestão e racionalizar o uso” deste recurso natural, apresentado como finito e limitado, portanto a ser tornado em mercadoria. O “Programa Água Para Todos” instituído pelo Decreto nº 7.536 de 26 de julho de 2011, tem como objetivo:

Promover a universalização do acesso e uso da água em áreas rurais para o consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando o pleno desenvolvimento e a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo a implantação de cisternas individuais e produtivas, perfuração e recuperação de poços, pequenas barragens, sistemas simplificados de abastecimento de água, kits de irrigação, para atender prioritariamente as populações de baixa renda. (BRASIL Ministério de integração nacional. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/agua-para-todos>. Último acesso em: 12/12/2013).

A lei que instaura este programa evidencia todos os interesses envolvidos, formando um comitê que agrega do Ministério da Integração Nacional às organizações de trabalhadores da agricultura como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (também aliada à base do governo). Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, os conflitos pela água se alastram por todo o país e envolvem não só as áreas “tradicionalmente” afetadas pela seca, mas hoje apresentam-se fundamentalmente em confronto com os grandes projetos desenvolvimentistas nacionais. O que sugere uma desconfiança maior em relação ao Programa “Água Para Todos” e as possíveis parcerias público-privadas como solução da universalização do acesso à água que poderá tornar-se um trunfo como medida mitigatória dos grandes projetos.

O Brasil está desencadeando um processo paradoxal relativo à água: por um lado prossegue no rumo da privatização dos serviços de água; da construção de grandes obras que afetam o acesso das populações a água; da poluição de mananciais; da eliminação de mananciais pelo desmatamento e intenso uso da água para fins econômicos, principalmente a irrigação. Por outro lado desencadeou também um processo de abastecimento de água pelo plano nacional de saneamento básico (PLANSAB), no programa “água para todos” e no programa “oferta de água”, que inclui também a finalidade econômica. Vem daí a implementação de adutoras de médio e grande porte, sistemas simples de abastecimento para populações rurais, captação de água de chuva para beber e produzir, etc. (CIMI - 21/03/2013) Disponível em: <http://www.cimi.org.br>. Último acesso em: 12/12/2013.

Fato que pode ser sugerido a partir da leitura do manual operacional do programa “Água para todos” BRASIL (2013, p.10), no tocante às atribuições de cada comitê, no caso do Comitê Operacional – desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional, compete:

Avaliar e apresentar ao Comitê Gestor propostas dos órgãos e entidades parceiras do Governo Federal no cumprimento das metas do Programa;
Avaliar e apresentar ao Comitê Gestor propostas de distribuição territorial das metas necessárias à garantia do acesso à água;

Avaliar e apresentar ao Comitê Gestor demandas por diagnósticos e estudos que auxiliem o Governo Federal na elaboração de políticas e ações necessárias à oferta de água e atendimento da demanda;

Avaliar e apresentar ao Comitê Gestor relatórios e informações necessárias ao cumprimento das ações no âmbito do Programa;

Acompanhar as ações dos órgãos e entidades parceiras do Governo Federal em seus respectivos territórios;

Apresentar ao final de cada exercício fiscal, para avaliação e deliberação do Comitê Gestor, o plano de ação integrada para o exercício seguinte, acompanhado de relatório de avaliação e execução das ações desenvolvidas no exercício anterior (BRASIL, 2013, p.10). (Grifos acrescentados).

O manual de operação do programa deixa claro que a interlocução entre os diversos comitês, do Nacional ao Municipal, se dá fundamentalmente na relação de aprovação Nacional, a partir das próprias estratégias estabelecidas pelo Estado. Ou seja, mesmo que haja demandas em nível local, e sejam encaminhadas por comitês comunitários, só serão realizadas as iniciativas do programa se estiverem em acordo com o estabelecido em nível nacional. E ainda, as famílias beneficiadas devem ser compatíveis ao perfil dos beneficiários do Plano “Brasil sem Miséria” e, portanto cadastradas no Cadastro Único.

Além disto, há interesses imediatos como o tipo de material¹³¹ utilizado e todo o sistema de implantação de cisternas e outros projetos de distribuição de água. Que além de se generalizar enquanto medida cabível por todo território nacional, a exemplo do nordeste, coloca-se como mais uma das mercadorias a ser adquirida em grande escala pelo Governo Federal.

Bueno (2013), a partir da revisão bibliográfica sobre o problema, sugere uma conexão entre este programa e a questão do Semiárido em relação às obras de transposição do Rio São Francisco (parceria da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional e a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Ou seja, ele nasce como mais uma das formas de fomentar o debate da seca no nordeste com políticas associadas à pobreza extrema, mas nunca como forma de solução dos problemas, mas como forma de mitigação dos impactos de outros projetos nacionais, via Ministério da Integração Nacional.

¹³¹ Ver reportagem sobre a questão das cisternas de plástico ou de concreto, que estimula a compra de cisternas produzidas de derivados de petróleo, polietileno, sendo a iniciativa apoiada pela PETROBRÁS. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/07/no-semiarido-escolha-de-cisterna-divide-opinioes>. Último acesso: 14/12/2013.

Em Mato Grosso, o governador Silval Barbosa¹³² anuncia uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, atrelando a questão da água à saúde nos assentamentos. O que leva a pensar na própria necessidade da manutenção destes trabalhadores no campo, numa relação escamoteada, porém anunciada pela articulação da Confederação Nacional da Agricultura com o Estado para melhorar a estrutura do campo e ao mesmo tempo retornar os assentamentos ao mercado de terras. Após conseguir R\$ 88 milhões por meio de convênio assinado com a FUNASA para obras de saneamento em 35 municípios, para “resolver o problema da falta de água em todo o Estado até 2014”.

A maioria dos prefeitos nos procura para falar da falta de água nos assentamentos e por isso vamos aproveitar o apoio da Funasa para atender a essa demanda. Os prefeitos precisam fazer relatórios para apresentar o projeto e garantir que a presidente Dilma apoie o programa “Água Para Todos”, declarou Silval, em solenidade na tarde de ontem no Palácio Paiaguás. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 15/03/2012). Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=408287>. Último acesso em: 12/12/2013.

Por outro lado, a questão do programa está atrelada à política ambiental e a “culpabilidade dos assentamentos como maiores desmatadores do Estado”, sob a alegação que somente aqueles que cumprirem a legislação ambiental serão contemplados pelo programa. Assim, o Partido Liberal propõe a criação de uma política pública emergencial, o “MT Água para todos”:

Em decorrência do desmatamento, da destruição do solo e das reservas hídricas, este bem natural está se tornando escasso para muitas comunidades em Mato Grosso, a situação escassa de recurso hídrico chegou num ponto em algumas comunidades que em anos anteriores algumas prefeituras tiveram que socorrer as famílias com carro-pipa, para que fosse possível dar acesso à água potável a milhares de pessoas.

Segundo Fraga, várias comunidades rurais no estado passaram a ser improdutivas pela escassez de recursos hídricos, fato este que vem castigando o homem do campo, seus animais e suas plantações, promovendo em massa o êxodo rural, que em consequência gera o desemprego urbano e a fome. Assim sendo, essa realidade demanda um cuidado especial e uma definição urgente por parte do Estado de Mato Grosso, para que a água seja uma prioridade colocada a serviço da vida e do consumo humano. À luz do Código de Águas de 1934, no seu Art. 36, § 1º, fica reafirmada claramente que em qualquer hipótese terá preferência à derivação para o abastecimento das populações e a dessedentação dos animais.

O MT Água para Todos será constituído e financiado mediante os seguintes recursos federais do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água Água para Todos, instituído pelo governo federal mediante o Decreto n.º 7.535 de 26 de julho de 2011; recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, criado pela Lei Estadual N.º 6.945, de 05 de novembro de 1997; recursos do pagamento das multas e taxas ambientais expedidas pela Secretaria de Meio Ambiente SEMA, dotações orçamentárias; doações e outras receitas que lhe sejam destinadas, inclusive decorrentes da celebração de convênios; recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei Complementar n.º 144/2003; outorga de direitos de uso de

¹³² Ver matéria do Diário de Cuiabá de 15/03/2012. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=408287>. Último acesso em: 12/12/2013.

recursos hídricos prevista na Lei Complementar n.º 232/2005; o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar SEDRAF/MT deverá regulamentar a presente lei, no que for necessário, em até 60 (sessenta) dias de sua publicação, para que sua aplicabilidade. (Publicado: 15/01/201).

Disponível em: <http://al-mt.jusbrasil.com.br/noticias/100407748>. Último acesso em 12/12/2013

Política certamente atrelada às outras ações nacionais, como a exposta pelo jornal Correio Braziliense, que declara a necessidade do acesso ao programa na Amazônia Legal às diminuições dos desmatamentos, só terá água quem não desmatar!

Estamos com uma parceria com o MDA e as prefeituras. O Incra viabilizará a melhoria de infraestrutura, o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida e ao Programa Água para Todos nos assentamentos que estiverem cumprindo as metas de desmatamento. As famílias que estão se esforçando para controlar o desmatamento merecem todo o nosso incentivo”, disse. Guedes ressaltou ainda que grande parte dos desmatamentos se dá em ocupações ilegais e que o Incra, junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), está coibindo essas ocupações.

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, é preciso garantir a sustentabilidade econômica e social das famílias assentadas para poder assegurar sustentabilidade ambiental. Ele também defendeu a integração de políticas públicas como Luz para Todos e Mais Médicos nos assentamentos. O procurador da República Daniel Azeredo, coordenador do Grupo de Trabalho da Amazônia Legal, se mostrou satisfeito com a abertura do Incra para o diálogo e explicou que faz parte do acordo, entre MPF e o instituto, a necessidade de ajudar os assentados da reforma agrária com recursos e mercado consumidor para sua produção e treinamento (CORREIO BRASILIENSE, 2013).

Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/08/interna_politica,381508/incra-promete-diminuir-desmatamento-nas-areas-de-assentamentos-na-amazonia.shtml. Último acesso em: 14/12/2013.

Assim, todas as políticas do Brasil sem Miséria no campo estão atreladas à concepção da pobreza rural elaborada por José Graziano da Silva (propositor do Programa Fome Zero), desenvolvido na breve análise de Gameiro (2011), que sugere um desenvolvimento rural a partir da inserção e consolidação do trabalho assalariado no campo e da inserção da agricultura camponesa na cadeia produtiva do agronegócio.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal, ao reconhecer a importância na agricultura camponesa (familiar) para a produção da comida do prato do brasileiro (via análise do Censo Agropecuário do IBGE de 2006) a restringe a poucas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos. Programa voltado ao atendimento das merendas escolares, e em alguns casos para atender populações de baixa renda, diga-se de passagem, funciona de forma ineficiente (não há

garantias sobre a produção, baixa valorização dos produtos, problemas de atraso de pagamentos, entre outras questões).

Há um pacote de políticas para a manutenção deste homem no campo, a partir do entendimento do Estado, já anunciado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, que a questão agora não é mais a terra, mas fixar este homem no campo:

O Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, foi criado com o intuito de universalizar o acesso e o uso de água por moradores de comunidades rurais. Até 2014, a meta é levar água a 750 mil famílias, principalmente do Semiárido brasileiro. Somente em 2012 foram empenhados R\$ 2 bilhões para o programa, dos quais, R\$ 1 bilhão já pago, conforme explicou o ministro Bezerra.

Os recursos previstos no acordo de cooperação serão aplicados na abertura de cisternas, construção de sistemas coletivos de abastecimento de água e pequenas barragens. “Essa iniciativa nos dá muita força para mostrar que a reforma agrária é um espaço de vida e que representa uma grande parcela do nosso país”, afirmou o presidente do Incra.

Segundo Guedes, a ação vai ser integrada a outros investimentos em infraestrutura nos assentamentos como as medidas para habitação, que a partir de 2013 será feita pelo Minha Casa, Minha Vida. Outro programa é o PAC-2 Infraestrutura, a partir do qual os municípios com até 50 mil habitantes serão beneficiados com máquinas para recuperação e manutenção de estradas de acesso aos assentamentos. **A contrapartida das prefeituras interessadas em aderir ao PAC-2 Infraestrutura é a compra da produção dos assentados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** (INCRA (20/12/2013)¹³³. (Grifos acrescentados).

As contradições da relação entre o Estado, as políticas de subordinação e sujeição da agricultura camponesa ao agronegócio e a resistência camponesa se manifestam nas plataformas políticas elaboradas pela Via Campesina que reclamam, ainda que carregando a semente da desarticulação de sua autonomia, o cumprimento das metas expostas pelo governo em cada um destes programas. Como também, desde 2008, expõe publicamente suas reivindicações na inserção de programas emergenciais¹³⁴.

Os movimentos sociais estão atentos à movimentação do Estado, observando as parcerias estabelecidas e as articulações entre tais planos e programas. Em novembro de 2012 o INCRA sentou-se junto à FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) para discutir a situação dos assentamentos e das políticas públicas voltadas ao campo. Esta reunião rendeu um debate político sobre a evidência do INCRA assumir uma política de inserção da agricultura camponesa ao agronegócio a partir do atrelamento da realidade do campo à condição da pobreza. Ao mesmo

¹³³ INCRA (20/12/2013) Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/12592-assentados-da-reforma-agraria-passam-a-ser-atendidas-pelo-programa-agua-para-todos>.

¹³⁴ Ver matéria do Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2008/06/plataforma-da-via-campesina-programas-estruturantes-de-curto-prazo/>. Último acesso em: 15/12/2013.

tempo em que o INCRA anuncia seu “combate à concentração fundiária” acerta junto à FPA questões relativas à titulação de terras nos assentamentos.

Os fracos resultados da reforma agrária no governo Dilma – marcado pelo menor desempenho na criação de assentamentos dos últimos 20 anos - e o recente estreitamento de relações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a bancada ruralista e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) têm proliferado especulações (comemorativas ou críticas, a depender da origem) sobre os planos do governo federal para a questão fundiária nacional.

O primeiro passo desta parceria, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), acertado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra em dezembro, é a simplificação de procedimentos de certificação de imóveis rurais, em especial os localizados em áreas de fronteira e às margens de rodovias federais na Amazônia. Como base de dados das ações, o INCRA deverá usar o cadastro de áreas e produtores da CNA. Outra demanda, a de disponibilizar com mais celeridade as áreas de assentamentos no mercado de terras através da titulação dos assentados e da emancipação dos assentamentos, teria sido bem recebida pelo INCRA, informou a CNA.

Na opinião do Estadão, o INCRA estaria passando por mudanças que indicam o abandono das tarefas de criação e gestão infraestrutural de assentamentos, e de cadastramento de clientes da reforma agrária, passando a “dedicar-se exclusivamente ao que lhe deveria caber, isto é, prestar assistência aos agricultores nos assentamentos”. Mais além, o órgão teria feito uma “opção pela integração dos pequenos agricultores ao agronegócio, algo que será benéfico para todos - menos, claro, para aqueles que lucram politicamente com a proliferação de sem-terra”, afirmou o Estadão.

É fato que algumas das (até então) responsabilidades do INCRA, como habitação e infraestrutura hídrica, serão repassadas aos programas federais “Minha Casa Minha Vida” e “Água para Todos”, respectivamente; e, em municípios que “adotarem” os assentamentos (efetuando compra da produção via Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar), o INCRA repassará recursos para a manutenção de estradas. “Assim liberamos técnicos destas tarefas pra que possam acompanhar questões mais estratégicas, como o combate à concentração de terras”, afirma Guedes (REPÓRTER BRASIL, 21/01/2013).

O Incra no fio da navalha – Repórter Brasil (21/01/2013)
<http://www.mst.org.br/content/aproxima%C3%A7%C3%A3o-do-incra-com-agroneg%C3%B3cio-preocupa-movimentos-sociais> Último acesso em: 12/2013.

O MST discute parcialmente os problemas das políticas públicas que tratam o assentado como pobre no campo assumindo a necessidade da inserção dos assentamentos nestes programas, o Movimento analisa a conjuntura como uma política que continua a aprofundar os conflitos no campo e a reconcentração de terras no país. Curiosamente são os técnicos do INCRA que questionam a submissão do MDA à CNA e o tratamento que é dado aos assentamentos rurais:

As mudanças de rumo e de estrutura do Incra também têm preocupado os funcionários do órgão. De acordo com Reginaldo Aguiar, dirigente da Confederação Nacional dos Servidores do Incra (Cnasi), elas não foram discutidas com o corpo técnico, que ainda aguarda esclarecimentos da direção. O maior incômodo, no entanto, é a aparente aproximação do órgão com os representantes do agronegócio. De acordo com outro funcionário, “parece estar ocorrendo uma espécie de submissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário aos interesses ruralistas, uma vez que a CNA passará a

interferir nos principais instrumentos de controle e desenvolvimento territorial, ajeitando processos de ocupação irregular com a flexibilização das normas exigidas por lei”.

Ainda, a emancipação de assentamentos antigos, bem sucedidos, leva à substituição de famílias assentadas por agricultores capitalizados, passando a ideia de que o desenvolvimento se deve à evasão dos beneficiários originais, e não à organização das famílias, não à política em si. Com a emancipação dos assentamentos "antigos", perde-se a articulação que traz resultados maiores do que as qualidades da terra e das famílias, perde-se a liderança que orienta os investimentos grupais e puxa o apoio externo, e perde-se a visibilidade dos resultados positivos. Assim, sobrarão como assentados apenas aqueles que ajudam a ilustrar o discurso das “favelas rurais”, justificando o discurso de inoperância da reforma agrária (Idem REPÓRTER BRASIL, 21/01/2013).

Em síntese, a questão do acesso à água no assentamento deve ser pensada com cautela, seja por compreender que não se trata de situar o debate somente no campo da valorização da mercadoria “água”, buscando calcular o quanto vale seu uso e estrutura de distribuição, nem somente no campo da estruturação e consolidação dos assentamentos camponeses para sua autonomia produtiva. É preciso compreender a submissão da produção dos pequenos à produção dos grandes e também do processo de valorização da terra e não só da água.

Por fim, não se trata de ser a favor ou contra buscar as alternativas para o Roseli Nunes a partir do “Programa Água Para todos”, mas de compreender os objetivos do programa e as efetivas possibilidades de seu acesso a uma política mais adequada de distribuição da água no assentamento. Portanto, é preciso que a comunidade se intere das articulações locais e, como já é parte das estratégias destes camponeses, lutem para que esta possibilidade se realize mais no plano da resistência do que da inserção da produção única e exclusivamente de acumulação capitalista. É portanto, um programa emergencial e não pode ser tratado como estrutural.

A análise de Oliveira (2012) sobre a não reforma agrária do governo Lula e Dilma, os governos do PT, indica que os programas de combate à pobreza não viabilizam mudanças estruturais na sociedade brasileira e são postos como mediações necessárias para o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Pois apesar do aparente reconhecimento do problema da concentração de terras e da constatação de que 47% dos sujeitos extremamente pobres (pela ONU miseráveis) atendidos pelo principal programa do Governo “Brasil sem Miséria” estão na área rural, o governo não viabiliza reforma agrária, menos ainda a menciona como uma solução estrutural de combate à pobreza. Segundo Oliveira (2012):

... temos essa situação absurda de se questionar a reforma agrária como instrumento político e econômico. Ela é o único caminho que o país e a sociedade brasileira têm na construção de uma política de soberania alimentar, de produção de alimentos para a sociedade, porque o agronegócio produz mercadoria pra quem tem dinheiro, pra exportar, não pra resolver o problema do abastecimento alimentar da sociedade brasileira. A reforma agrária é o instrumento político que o Estado tem pra submeter a

propriedade privada da terra ao cumprimento da função social, lembrando que a função social se cumpre pelas legislações da terra, trabalhista, ambiental... A reforma agrária é um instrumento poderoso que o Estado tem para efeitos constitucionais, através do qual a propriedade capitalista da terra estaria submetida ao cumprimento da função social, como mandam o Estatuto da Terra e a Constituição Brasileira de 1988.

Disponível em: <http://terralivre.org/2012/01/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania/>. Último acesso em: 16/12/2013.

Para Oliveira (2012), o fato do Governo não promover reformas estruturais de combate à miséria, e fomentar programas mais para acesso ao consumo do que diminuição de desigualdades, gerará um problema mais fundo, pois “na hora em que as famílias saírem do Bolsa Família, não terão como se envolver em atividades produtivas geradoras de renda, capazes de resolver o problema da pobreza no Brasil”. Esta análise indica que a luta pela terra é atualmente levada a cabo pelos camponeses e posseiros que passam ao largo dos movimentos sociais organizados, incidindo em um aumento brutal no número de conflitos e assassinatos no campo.

O movimento combinado, desigual e contraditório do campo brasileiro mediado pelo Estado remete-se à questão agrária como uma série de conjunturas dissociadas do processo de reestruturação capitalista, mas que o governo dos trabalhadores viabiliza a partir de uma série de medidas que tratam o grande e o pequeno produtor de forma conjugada, consorciada, a partir de uma relação de subordinação do Estado ao Capital. Para Oliveira (2012):

Assim, vivemos um momento crucial na sociedade brasileira, de ausência de consciência na sociedade civil sobre o **falso procedimento das elites, que traz a aparência de resolver o problema ambiental, social, econômico**. Mas, na verdade, o procedimento das elites continua sendo da burla da lei, da transgressão constante dos instrumentos legais, indo de acordo com os interesses do desenvolvimento capitalista. Faz aquilo que pede a lógica de acumulação capitalista, mesmo que de forma proibida do ponto de vista legal.

Aliás, tratando da questão indígena, já se fala na mudança da legislação sobre mineração em terra indígena, ou seja, o capital procede na lógica da acumulação novamente. E estamos diante de uma realidade cruel. **Contraditoriamente, o governo do Partido dos Trabalhadores está fazendo todas as reformas estruturais que o capital necessita para aumentar a exploração sobre os trabalhadores e os recursos naturais no Brasil.**

Durante os governos anteriores, a burguesia não teve coragem de fazer tais reformas, que agora são encampadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores. **Reformas que só beneficiam a acumulação capitalista no Brasil, sem trazer benefícios sociais, a não ser essas migalhas representadas pelas políticas compensatórias, como o Bolsa Família, o Luz Para Todos, o Minha Casa, Minha Vida. Um conjunto de políticas compensatórias que traz benefícios à população, mas que esconde o aumento da exploração sobre os trabalhadores e os recursos naturais do país.** (Grifos acrescentados).

Disponível em: <http://terralivre.org/2012/01/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania/>. Último acesso em: 16/12/2013.

Contraditoriamente, no caso do assentamento Roseli Nunes é preciso sim analisar profundamente as possibilidades do Programa Água para todos considerando sua produção. Conforme coloca Bueno (2013, p. 66), “Ainda que este programa situe os assentados como subjugados à sua condição de pobreza para acessá-la como “direito” é necessário não tirar do horizonte a compreensão de que a água não deve ser distribuída para uma classe social ou outra, a discussão foca-se no direito universal à água, à vida”.

Já há movimentações na região para a implantação do programa. Políticos do município de Curvelândia se reuniram em Brasília, em março de 2013, junto ao atual Senador Blairo Maggi para que intervenha junto ao Governo Federal e acelere a estruturação do programa em Mato Grosso. A tônica do diálogo é clara: “além do consumo próprio, o programa ‘Água para Todos’ garantirá aos produtores benefícios como na produção de alimentos e criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos trabalhadores”.¹³⁵

Ao discutir o problema da água do assentamento surgem as contradições do processo de luta e resistência camponesa no campo brasileiro. Ao mesmo tempo em que as políticas de combate à pobreza sugerem a manutenção das famílias do campo e da produção camponesa, também agem no sentido da estruturação do campo para o avanço do capital e da sujeição do trabalho camponês.

A identificação de tais impasses à sobrevivência camponesa neste assentamento, portanto à permanência neste território conquistado na luta pela terra, sistematizou nos mapas elaborados estratégias de levantamento de informações para que subsidie a elaboração de um projeto futuro para a distribuição de água no assentamento que atenda a toda a população camponesa. Portanto, este processo ainda está em movimento, em luta. Por um lado os camponeses iniciaram suas articulações e por outro a proposta de distribuição de água no assentamento é também parte de um trabalho de pesquisa, em nível de mestrado, que será desenvolvido nos próximos dois anos.

2.2.3.II. A CAVERNA DO JABOTI

Em diversos documentos da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, SEPLAN (2011; 2012) o turismo se coloca como uma forte alternativa para a região sudoeste de Mato Grosso. Considerando o conjunto das águas da bacia do Alto Paraguai, os municípios da região (Cáceres,

¹³⁵ Comitiva de Curvelândia vai à Brasília pedir “Água para Todos” a Maggi. Sexta-feira, 01 de Março de 2013 - 15:49:05. <http://www.curvelandia.mt.gov.br/noticias/27/view/819> Último acesso em: 12/13.

Curvelândia, Rio Branco, Salto do Céu, Lambari D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste, Rio Branco e Reserva do Cabaçal) investem na possibilidade de estruturação da chamada “Rota das Águas”.

Tal proposta surge ainda nos anos 1990, a partir dos planos do Estado na relação com o PRODEAGRO, mas é nos anos 2000, principalmente com a chegada do megaevento esportivo – Copa da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), que o discurso do turismo como alavanca econômica da região vem se consolidando.

O pólo do “Circuito das águas de Mato Grosso” vem sendo estimulado pelo governo do Estado de Mato Grosso, deveria realizar-se a partir de uma parceria entre 7 municípios da região para explorar os mais diversos aspectos do lazer aquático, desde a pesca até o rafting. Há uma exaltação do turismo como gerador do desenvolvimento sustentável de todas as regiões.

A partir das notícias sobre a Caverna do Jaboti é possível acompanhar que a intenção não é transformar a área em uma unidade de Conservação sob a custódia do Estado. Mas sim transformá-la, de qualquer forma, em espaço para a exploração turística que trará movimentação de pessoas e capital à região. O que há por parte do Estado é articular e flexibilizar todas as legislações para que a *estrutura mínima* para a visita turística possa acontecer ainda para aproveitar a oportunidade da Copa do Mundo de 2014¹³⁶.

As reportagens veiculadas pela prefeitura de Curvelândia, município caracterizado pela agricultura camponesa, revelam fundamentalmente a relação entre a condição da agricultura camponesa de origem familiar, que não agrega renda expressiva ao município, mas precisa ser apoiada, portanto a expectativa da prática turística coloca-se como o fundamento do desenvolvimento econômico do município. Contudo, o município não tem estudos referentes aos impactos do turismo na região e/ou na cidade e tampouco de demandas e viabilidades das atrações turísticas.

Acima de tudo há valorização das reportagens que anunciam as obras do PAC II e a infraestrutura que subsidiará o desenvolvimento turístico (como a recuperação da MT 070, BR 174 e estradas vicinais que conectam a região a demais pontos do Estado de Mato Grosso); as visitas de políticos, técnicos dos órgãos de Estado voltados ao turismo para discutir os aportes de infraestrutura e recursos para a viabilidade da Caverna do Jaboti e da Rota das Águas.

¹³⁶ Ver: Caverna Jabuti entrará na rota turística para Mundial de 2014 em MT. 22/02/2013. Disponível em: <http://cenariomt.com.br/noticia.asp?cod=270896&codDep=3>. O Senador Pedro Taques diz que a questão do turismo do Estado é a-partidária, é de todos, declaração do comprometimento político com o setor econômico. E também: [Embratur discute novo atrativo turístico para Mato Grosso](http://embratur-discute-novo-atrativo-turistico-para-mato-grosso). (03/03/2013). Disponível em: <http://turismomt.wordpress.com/tag/caverna-do-jabuti/>. Último acesso em: 18/10/2013.

A secretária Teté Bezerra pontuou que a caverna do Jabuti é apenas um dos equipamentos turísticos que compõe o roteiro denominado Rota das Águas. "O turista não virá apenas para visitar a caverna, mas será atraído pela série de produtos e equipamentos turísticos. Temos que destacar que turismo é uma atividade econômica e que deve ser tratada com seriedade", disse a secretária. (PREFEITURA CURVELÂNDIA, 17/06/2013).

Disponível em: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/noticias/27/view/1062>. Último acesso em: 20/10/2013.

Segundo dados oficiais da prefeitura de Curvelândia,¹³⁷ a Caverna do Jaboti, a 10km de distância da cidade, foi descoberta em 1975 (não se atribui exatamente a quem ou a qual contexto) e é a maior cavidade subterrânea do Estado de Mato Grosso. Com aproximadamente 3.860,51m de corte longitudinal, ocupando 249,35 hectares, localiza-se na Serra do Padre Inácio, Província Espeleológica do Alto Paraguai, (único ponto disponível para a localização: 15°33'56" S e 57° 59' 17" W), abrangendo a área de Reserva Legal da Fazenda Santander, tendo como proprietário o empresário Siderlei Corso.

A partir de uma parceria firmada entre a prefeitura de Curvelândia e o proprietário da fazenda, por meio do Decreto Municipal 25/07 de 19/07/07, foi criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral, Monumento Natural da Caverna do Jabuti. Houve a concessão da área de reserva legal da fazenda por 20 anos para a exploração turística pela prefeitura de Curvelândia.

Segundo a prefeitura "Esta caverna apresenta amplos salões de fácil acesso no plano horizontal e por possuir depósitos de origem química de uma extraordinária beleza cênica, conhecida como espeleotemas, sendo as estalactites, estalagmites, cortinas, represas de travertinos, flores de aragonita e outros, a Caverna do Jabuti apresenta grande potencial para o turismo de contemplação"¹³⁸.

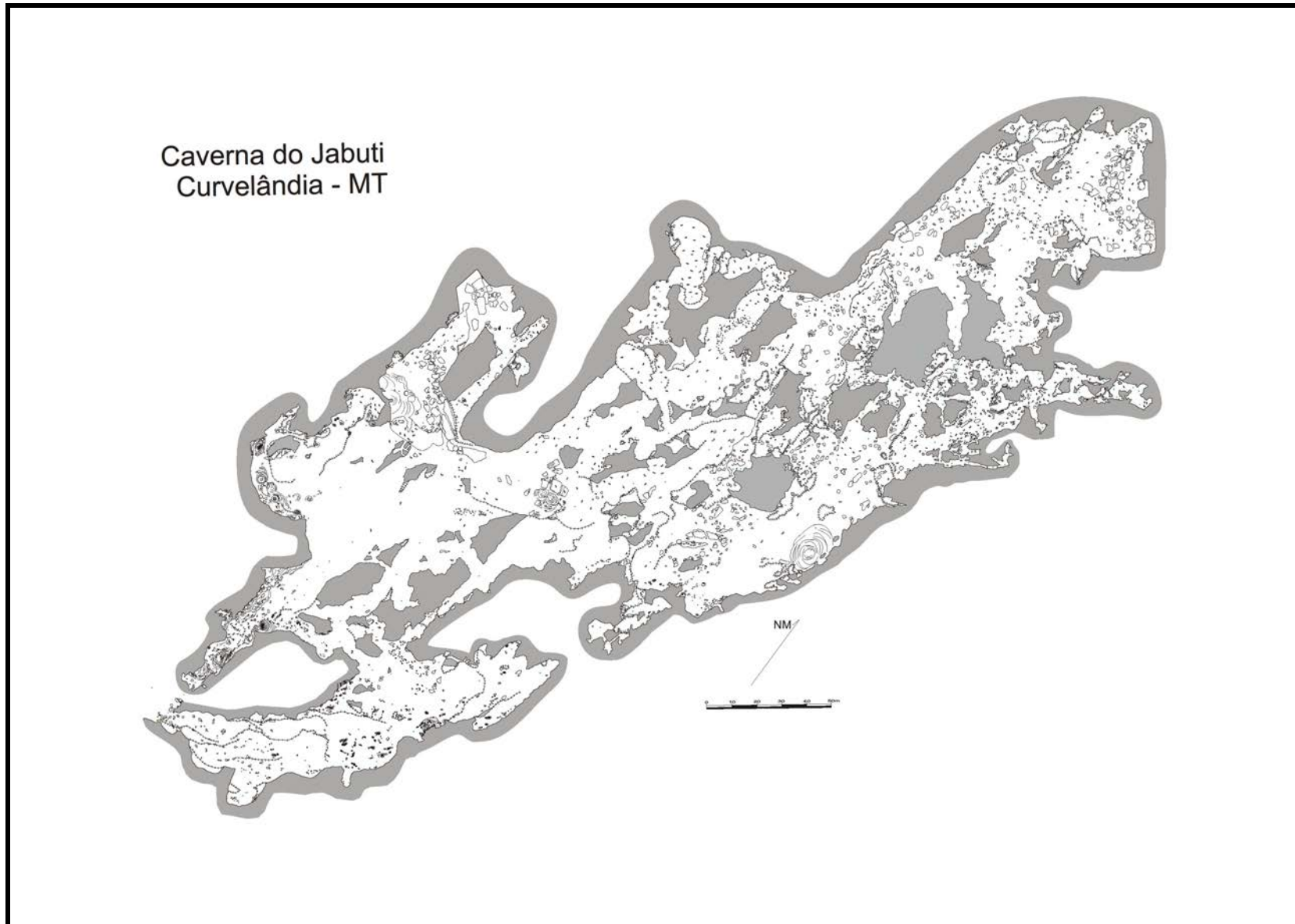
Desde 2002, a partir da primeira visita oficial do IBAMA, diversos projetos foram elaborados com o intuito de promover a Caverna como suporte turístico regional. O primeiro deles foi o mapeamento da caverna realizado ainda de forma parcial, mas que já conta com um bom nível de detalhamento, na escala de 1:5.000 apresentando uma diversidade de salões e galerias conhecidos. Porém, este mapa não apresenta coordenadas geográficas e nenhum outro sistema de referências, nem legenda, ao menos o que nos foi passado.

¹³⁷ Informações disponíveis no site da prefeitura: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/>.

¹³⁸ Disponível em: http://www.curvelandia.mt.gov.br/?tipo=menu&cid=0&item=ver_pub&sub_menu=7&pub=31.

A seguir apresentamos o mapa 35, elaborado pela prefeitura do interior da caverna, somente com uma orientação do Norte Magnético e na sequência uma carta imagem (elaborada para as oficinas de mapeamento) e o mapa 36, que delimita a partir dos pontos descritos no decreto municipal de Curvelândia 025/2007 a área da Unidade de Conservação. Não é possível estabelecer uma relação entre eles, pois o mapa da caverna não possui coordenadas geográficas, estando “solto” na relação entre a superfície (estabelecida no decreto de criação da Unidade de Conservação) e a de sub-superfície.

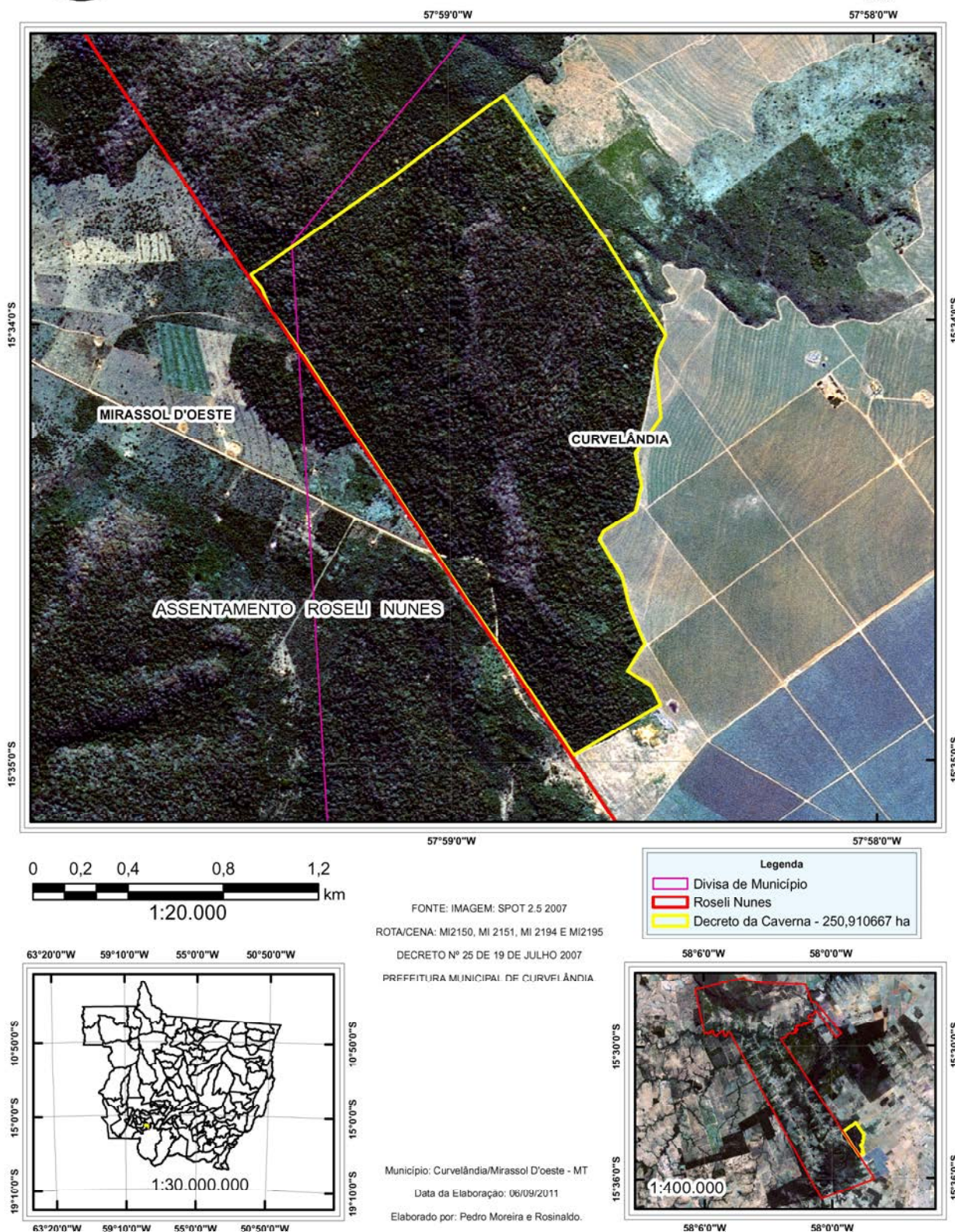
Como podemos observar, o mapa não coincide com o perímetro do polígono do Decreto. Este perímetro delimita a área de Reserva Legal da Fazenda, na imagem de 2007, mas observando imagens mais recentes, ainda permanece a mesma delimitação.



Mapa 35 – Interior da Caverna do Jabuti. Fonte: prefeitura de Curvelândia. Ficou disponível no site durante o ano de 2010, já não está mais disponível.



Limite da Unidade de Conservação do Monumento Natural Caverna do Jaboti.



Mapa 36 – Carta-imagem: limite da Unidade de Conservação do Monumento Natural Caverna do Jaboti. Fonte: mapeamento comunitário, setembro de 2011

Desde o primeiro trabalho com os camponeses anuncia-se a questão da Caverna do Jaboti, pois se situa nos domínios do assentamento, no limiar entre os municípios de Mirassol e Curvelândia, não há exatidão nesta fronteira, tampouco a garantia de que a Caverna situa-se completamente em Curvelândia¹³⁹. Os municípios disputam este trecho de terra, pois nesta porção encontra-se a maior caverna do Estado de Mato Grosso, portanto o potencial mais forte para a exploração do turismo na região. Segundo depoimentos dos assentados, suspeita-se que houve ‘concessão de terras’ (talvez uma “venda”) deste limite pelo prefeito de Mirassol do Oeste para o prefeito de Curvelândia por volta de dez anos atrás. Há conflitos entre os município do “Circuito das águas” em relação ao domínio dos monumentos naturais, segundo os camponeses, este é um dos motivos de emancipação do município de Curvelândia.

Nos diversos trabalhos de campo realizados conhecemos a Caverna do Jaboti por estar “no assentamento”, entretanto após o trabalho de mapeamento confirmamos que o ponto de entrada da caverna localiza-se fora do assentamento, mas a principal via de acesso está no assentamento, tanto a estrada, quanto o lote de um dos assentados que dá acesso à boca principal da Caverna.

Durante um dos trabalhos de campo, em outubro de 2010, agendamos uma visita monitorada à caverna com a gerente da Unidade de Conservação, Fabiana Bezerra. Em sua fala inicial ficou claro que a região que inclui o assentamento Roseli Nunes apresenta inúmeras cavernas e que a Caverna do Jaboti é apenas uma delas. A gerente afirma que o assentamento não tem relação com a caverna do Jaboti.

Esclareceu ainda que *somente* o acesso à caverna se dá por um dos lotes do assentamento. Mas, o assentado cedeu apenas a parte do acesso (cerca de 500m², também na área de reserva legal do lote) para a prefeitura em troca de um poço de água. Dois problemas aqui não foram tocados, primeiro: o lote não pode ser cedido pelo assentado, e sim pelo o INCRA, segundo esta cessão tem que ter a ciência dos assentados como um todo e eles nunca foram chamados para uma conversa. O absurdo é que o assentado trocou seu lote por um poço de água e na região este é o problema fundamental – não há como furar poços!

O trabalho da prefeitura focou a parceria realizada com o fazendeiro Siderlei Corso, que aposta no potencial turístico da região, mas ‘não investe nele’, concedendo a área para a prefeitura e exigindo ‘apenas’ que o dinheiro arrecadado deveria ser reinvestido na própria Caverna.

¹³⁹ Realizamos um exercício de sobrepor os limites municipais de diversas bases cartográficas oficiais: IBGE; SEMA-MA; SEPLAN, em escalas próximas. Não há uma única sobreposição correta, em cada base há um limite, todas tocam no ponto da caverna. Em algumas a Caverna pertence a Mirassol, em outras a Curvelândia.

É possível acreditar que não há interesse do fazendeiro na exploração turística da caverna? O poder público concretiza e viabiliza a exploração (infraestrutura; acordo com o INCRA e a concessão do lote que dá acesso à caverna; elaboração de plano de manejo, etc) e depois o poder privado é quem “concede” ao poder público, consolidando mais uma de suas parcerias público-privada.

Há todo um trabalho do poder público para a criação e manutenção da Unidade de Conservação e um processo de valorização de uma área privada. Segundo Fabiana Bezerra o acordo é benéfico para a prefeitura, pois “se fossemos desapropriar a área da fazenda demoraria demais, o pequeno brigar com o grande não compensa.” Aqui o pequeno é a prefeitura – Estado – e o grande é o fazendeiro. Ou seja, o Estado não tem força política para desapropriação de uma fazenda em prol da reserva de um patrimônio natural. Esta aparente contradição revela o interesse da prefeitura: explorar única e exclusivamente o potencial econômico da caverna.

A prefeitura diz que não pretende se indispor para criar a possibilidade de exploração da caverna, portanto “deixou de lado” a ideia do parque, pois haveriam desapropriações, preferindo realizar a parceria público-privada com o fazendeiro que detém o solo superficial da área da caverna.

A parceria se realiza a partir de um termo de concessão da área por 20 anos em troca de 50% do valor arrecadado com a visitação, sendo que todas as despesas estão sendo pagas pela prefeitura. A área concedida pelo fazendeiro é a reserva legal da fazenda e não se sabe quais outros acordos foram feitos com a finalidade de suprir esta área que virou uma unidade de conservação. A grande questão que não quis calar: O que ocorrerá com a área após esses 20 anos? Por parte dos técnicos da prefeitura não houve respostas.

O que depreendemos é que o principal acordo com o dono da propriedade em cujo subsolo encontra-se a caverna se faz no sentido de não degradar a superfície, apesar da área superficial compor a Reserva Legal da fazenda, tornando-a também valorizada. Neste acordo, a prefeitura fica com 50% e o proprietário 50% dos lucros obtidos pela exploração turística. Entretanto, as vias de acesso para a caverna estão no assentamento, mas os assentados não fazem parte deste acordo.

A prefeitura passou por cima da coletividade e foi negociar junto ao camponês que reside no lote que dá acesso à principal boca da caverna (este não foi assentado pelo processo de luta pela terra). Assim, Mauro Francisco de Moura concedeu uma área do sítio dele para a prefeitura, no entanto, o território é da União. E é o INCRA quem deve conceder o uso; segundo a gerente da Unidade de Conservação, o INCRA vai fazer o mapeamento desta área, fazer um termo de doação para a prefeitura. Mas os assentados não participaram deste processo de discussão.

Contudo, diferente do apresentado aos assentados pela gerente da caverna em 2010, a situação da concessão do lote não foi resolvida, como se vê noticiada no próprio no site da prefeitura de Curvelândia. A reportagem que indica claramente que o assentamento é um problema, pois ainda não houve uma efetivação da concessão do lote por parte do INCRA (ainda em Junho de 2013), esta é a primeira menção ao assentamento no tocante à Caverna do Jaboti:

Problemas burocráticos para a transferência de recursos para infraestrutura da caverna é um dos empecilhos que devem ser resolvidos. O Parque da Caverna do Jabuti - aproximadamente 2 km de área externa onde está a central do visitante e a trilha até a boca da caverna - faz parte de uma assentamento da reforma agrária. O posseiro do terreno já fez a doação para a prefeitura. No entanto, ainda é preciso uma doação do Incra, evitando impedimentos jurídicos para a transferências de recursos via governo federal e estadual.(...) O senador Pedro Taques colocou a assessoria jurídica do gabinete à disposição da prefeitura para a resolução deste problema. Além disso, irá fazer gestões junto ao Incra para a concretização do termo de doação. (Reportagem da prefeitura: Visita de técnicos da EMBRATUR abre novas oportunidades para turismo na região sudoeste. 17/06/2013).

Disponível em: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/noticias/27/view/1062>. Último acesso em: 20/10/2013.

Em relação à concessão do subsolo esta deverá ser feita pela União pela Secretaria de Patrimônio da União, mas após a realização do Licenciamento Ambiental, que ainda não foi realizado. Contudo, os projetos e encaminhamentos rumo à instauração da rota turística, que prevê a caverna como principal atrativo, têm se consolidado de forma gradual e acelerada nos últimos dois anos, a partir de inúmeras leis e decretos municipais que dão suporte a este projeto.

A prefeitura de Curvelândia pretendia iniciar a exploração turística até o final de 2011, a partir de brechas da legislação ambiental como os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público – sem concluir os planos de manejo (o da Unidade de Conservação e da Caverna), tampouco a liberação do Licenciamento Ambiental pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Contudo, até o presente momento (Dezembro de 2013) a Caverna ainda não está aberta à visitação turística.

Na época de nossa conversa com a Gerente da UC, os estudos de impactos sócio-ambientais estavam sendo realizados por uma equipe de pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, entretanto, com o desenvolvimento dos trabalhos houve pontos de conflitos de interesse entre a equipe e a prefeitura no tocante à liberação da Caverna para a exploração turística.

Atualmente a prefeitura de Curvelândia está realizando seu plano de manejo por uma segunda equipe técnica contratada, a equipe de professores da Universidade do Estado de Mato

Grosso – UNEMAT foi preterida por conta das visitas e laudos técnicos iniciais serem rigorosos em relação à exploração turística da Caverna e apontar a ausência de diálogo com os assentados do Roseli Nunes, logo a prefeitura optou por desconsiderar esta equipe e contratar outra.

Os trabalhos da equipe da UNEMAT continuam e não foram concluídos, pois os estudos foram apresentados como projeto de pesquisa e contam com recurso da FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

Apesar do não reconhecimento por parte da prefeitura da necessidade em dialogar com os assentados, alguns dos estudos são realizados NO assentamento e COM os assentados (pois haverá inúmeros impactos sócio-ambientais no território do assentamento), mas os assentados não fazem parte do processo, entretanto sabem que precisam se apropriar do debate e do uso do território.

Em todas as reportagens veiculadas a única fragilidade do projeto posta pela prefeitura é a fragilidade do sistema cárstico, não há menção sobre o assentamento e/ou sobre pessoas atingidas pelo empreendimento turístico.

O local abriga formações muito delicadas, como as estalactites e estalagmites, que demoram milhões de anos para se formarem. É preciso equipar a caverna de maneira que esse bem natural raro que temos aqui pode ser visto pela população, usando uma fórmula sustentável para que esse patrimônio não seja degradado", explicou a chefe do parque. (VISITA DE TÉCNICOS DA EMBRATUR ABRE NOVAS OPORTUNIDADES PARA TURISMO NA REGIÃO SUDOESTE.17/06/2013). Disponível em: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/noticias/27/view/1062>. Último acesso em: 20/10/2013.

Muitos camponeses assentados no Roseli Nunes não dimensionavam os problemas existentes na relação com o sistema cárstico, a partir disto foi levantada a possibilidade de buscar no INCRA relatórios técnicos no período de criação do assentamento para verificar se já eram de conhecimento deste órgão os possíveis problemas que este terreno poderia causar, tais como a inviabilidade de perfuração de poços, a fragilidade do terreno em alguns lotes e a existência de água com alto índice de sais. Verificamos que não há nos documentos do INCRA uma única menção sobre a questão.

A compreensão deste processo ao longo dos anos de trabalho junto aos camponeses, mais especificamente nas oficinas de mapeamento comunitário em Junho e Setembro de 2011, emergiu a necessidade de aprofundamento do problema, principalmente devido ao fato que a questão da Caverna além de trazer um elemento novo, aviva outros conflitos vividos cotidianamente no assentamento.

José Roberto: sobre a caverna é preciso fechar alguma coisa que a gente queira no futuro. Nós não estamos à parte da discussão. Não tem como barrar isto, vai acontecer. Mas, tem que acontecer de uma forma que a gente tem que discutir junto. Temos que propor alguma coisa.

Marta: Temos que levar a discussão para a escola, para a igreja. Tentar mobilizar a comunidade para este debate. As crianças aqui levam o debate para casa. Não vamos resolver, mas tem que massificar, ir para um coletivo unificado. Este é um acerto, que já vem acontecendo há tempos entre a prefeitura e o fazendeiro vizinho.

Marinalva: A questão da água foi o indicativo para compreender a caverna. Desde os primeiros trabalhos de campos com os estudantes de geografia. Mas, demoramos para digerir e ainda não agimos até agora. Estão agindo de má fé desde que descobriram. Porque sempre diziam para nós não irmos até lá, porque tinha morcego e era tudo muito perigoso. Daí quando fomos até lá, é tudo limpo. Não tem nada. Daí até perguntei: limparam?

Marta: A dona Emília já tem batido em cima deste debate e nós ainda não estamos fazendo nada. Mas, nós precisamos sentir parte do processo. Pois estamos dormindo. Depois de tudo isto que ouvimos de nossos relatos, um foi juntando com o outro, fazendo a reflexão.

Cleide: Nós estamos dormindo. É um compromisso nosso e da educação do campo. Então, nós temos que ser mais ágeis. Buscar isto, e usar com nossos alunos nosso conteúdo. Esta questão da caverna é importante para nós. A geografia e a história nos livros é uma coisa que não serve de nada se nós, porque se tivermos conhecimento, nós vamos à luta. Hoje estamos aqui, amanhã podemos não estar. Temos que estar com os olhos bem abertos. Mais coisas vão entrar aqui dentro, mais coisas vão acontecer. E a escola é um ponto de referência. Nós aqui temos que estar mais atentos para as coisas que vão acontecer.

– Oficina de mapeamento comunitário, Junho de 2011.

O ponto forte da reflexão foi compreender a relação entre o assentamento e a instalação da infraestrutura turística para a Caverna do Jaboti, realizada pela prefeitura de Curvelândia. O conhecimento efetivo da existência da caverna pela comunidade se deu em 2003, já no assentamento, quando os estudantes da Escola foram convidados pela prefeitura para conhecer a caverna. Só sabiam que tinham lugares com buracões e que alguns assentados na época da corte do lote não queriam ficar.

Esta discussão gerou um desconforto entre todos os assentados ao perceberem que estão alheios ao processo de discussão e implantação da estrutura para o turismo ecológico. A maior parte deles avalia de forma positiva a entrada do turismo no assentamento, mas ainda não tinham se dado conta de que eles não estão inseridos neste debate junto à prefeitura. Em muitos momentos se perguntaram: O que a caverna gera financeiramente? É preciso pensar no quanto a exploração da caverna movimentará economicamente a cidade.

Durante uma conversa de Sidnei (assentado) com uma geóloga, que foi ao assentamento para fazer a proposta de uma perfuração de um dos poços, esta região apresenta inúmeras possibilidades de atividades mineradoras, e já está tudo mapeado pelo Estado:

Sidinei: Ela disse que em 1980/1982, o presidente da época mapeou o Brasil inteiro e eles sabem onde tem todos os minérios do Brasil. Onde tem calcário, onde tem caverna, eles sabem tudo, conhecem tudo. Inclusive, esta conversa de fosfato de ferro. Só não tinham certeza do que era. Então, por exemplo, nós estamos discutindo o assentamento, mas o município que tem uma descoberta dessas de fosfato de ferro quem vai explorar isso daí é a Votorantim e a Vale do Rio Doce, vão chegar aqui e explorar o que quiserem e vai sobrar pro município só favela e os buracos. O emprego é pra gente de fora, os especialistas. As áreas de interesse eles vão comprar. E aí qual é preço que pagam? Preço de dívida pública e o trabalhador que quiser comprar algum lugar vai pagar o preço de mercado. E outra coisa é que dos 100% do lucro, 94% vai para a empresa e 6% vai pro Estado. E para o prefeito do município de um lugar destes o que vai sobrar? Vai sobrar só poeira.

– Oficina de mapeamento comunitário, Junho de 2011.

Este quadro poderá consolidar-se também no caso do assentamento, o Estado (governos municipal e estadual) e o proprietário da fazenda ficarão com os bônus e os assentados com os ônus.

Os relatos paulatinamente resgataram ações da prefeitura no estabelecimento do diálogo com o assentamento, por exemplo, foi feita uma visita com todos os professores da Escola Madre Cristina e a gerente da Caverna – Fabiana Bezerra, mas a visita tinha o intuito de mostrar que era importante para os alunos conhecerem o potencial turístico da caverna. Entretanto a gerente se esquivou do diálogo com os assentados ao ser questionada sobre a participação dos assentados no lucro da caverna, afinal o acesso principal se dá pela estrada do assentamento. Sua resposta foi muito certa ao dizer que os assentados poderiam vender panos de prato e alguns artesanatos nos quiosques que fariam parte do pequeno comércio na entrada da caverna.

Ana Luiza: Acho que nem pano de prato ela não vai deixar nós vender. Nem isto vão deixar a gente fazer.

José Roberto: Tem também uma questão. Nas placas de identificação da Caverna Jaboti não tem o nome do assentamento. Pra eles é como se não tivesse gente aqui. Se a gente não ficar atento, daqui dez, quinze anos não vai ter mais assentamento aqui. Tem que correr atrás colocar o nome do assentamento nas placas e demarcar o território.

– Oficina de mapeamento comunitário, Junho de 2011.

Aos poucos o debate ganhou força para compreender a questão territorial e o controle do território. Um dos encaminhamentos importantes foi socializar com a comunidade o debate sobre a criação desta estrutura turística, ou seja, nas palavras dos assentados “massificar a discussão para poder conquistar alguma coisa”. A proposta era a realização deste debate na comunidade entre os meses de Julho a Agosto. Contudo, este debate não foi levado neste período. O conflito com a Caverna do Jaboti parece distante da comunidade, apesar da infraestrutura turística estar em processo de consolidação. Cada vez menos os assentados têm tido qualquer informação sobre o projeto turístico.

De Outubro de 2009 a Junho de 2011 o processo de implantação das estruturas foi lento, mas depois que fincaram as placas de sinalização todo o processo está sendo acelerado. Todo o caminho da cidade de Curvelândia até a boca da caverna está sinalizado, entretanto não há referência sobre o assentamento, é como se a caverna estivesse totalmente desvinculada deste território. Hoje há a abertura total da trilha que dá acesso da entrada no lote, a beira da estrada principal de acesso àquela região do assentamento até a boca da caverna.

O DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS TURÍSTICAS DA CAVERNA DO JABOTI



Foto 38 e 39: Em 2009, para chegar até a caverna era preciso uma longa caminhada, em princípio por um descampado, depois abrindo o caminho na mata. Fotografias: Nikson Anderson Abraao Gomes, Outubro de 2009.

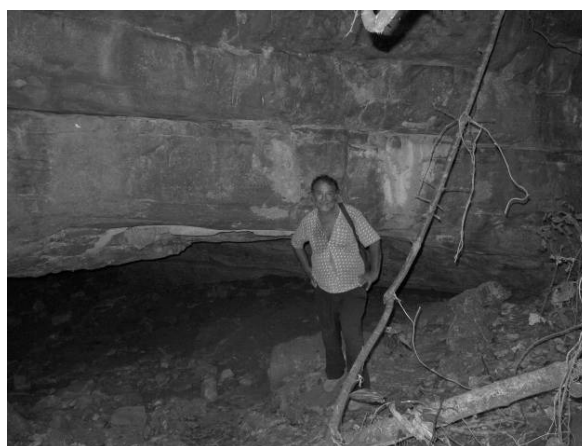


Foto 40 e 41: Em junho de 2010, ainda a única referência da caverna era a grande placa na estrada à beira do lote que dá acesso à caverna. Fotografia da placa e da boca da Caverna com o Sr. Crispim, camponês do Roseli Nunes. Fotografias: Sinthia Cristina Batista

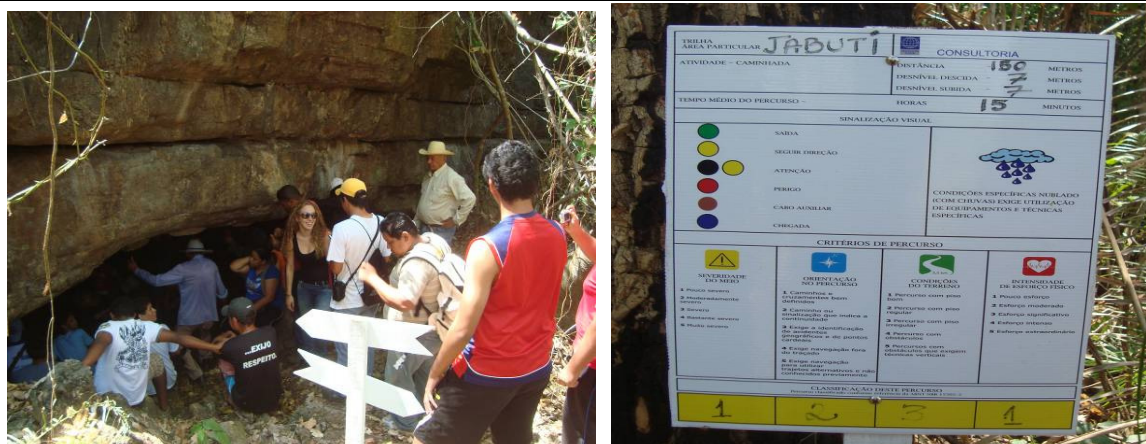


Foto 42 e 43: Em Outubro de 2010 as placas de sinalização começaram a aparecer, tanto na boca da caverna, quanto anterior à sinalização das trilhas. Já era possível chegar com o ônibus bem mais perto da entrada da caverna. Fotografias: Sinthia Cristina Batista.



Foto 44: Em Junho de 2011 já havia uma infra-estrutura sendo montada para a recepção dos turistas. Fotografia: Sinthia Cristina Batista.

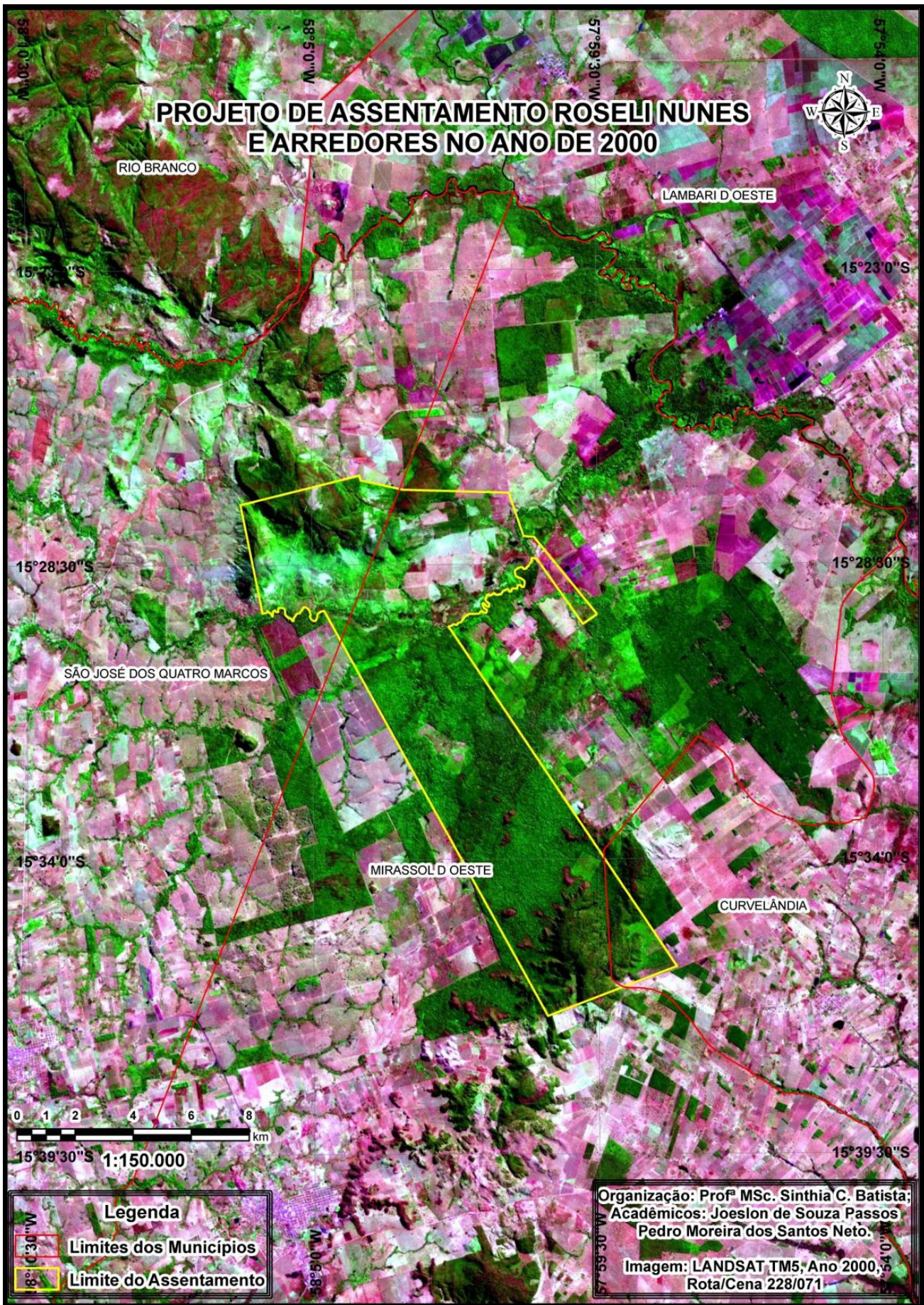


Foto 45 e 46: No ano de 2013, a entrada da caverna foi fechada e sua estrutura quase finalizada. Foto: Prefeitura de Curvelândia. Fonte: <http://www.curvelandia.mt.gov.br/galeria-de-fotos/26/view/108>. último acesso em: 15/12/2013.

Em diversos trabalhos de campo contamos com pesquisadores da área de geomorfologia, auxiliando na delimitação (ainda que aproximada) da área de abrangência do sistema cárstico, como já foi apresentada no debate sobre a água. As análises ambientais, somadas ao conflito territorial e político com a prefeitura de Curvelândia, levantaram um questionamento sobre o posicionamento da Caverna do Jabuti.

Considerando que a formação de cavernas demanda presença de água e um pacote calcário que ocupe certa área e relativa espessura de rocha solúvel (neste caso o calcário), a observação de campo e análise das imagens de satélite da região, principalmente a do ano 2000, utilizada em campo (mapa 37), sugere que a maior área de calcário está dentro do assentamento e possivelmente a maior espessura também está no assentamento. É possível que o pacote de calcário na área do assentamento em direção ao eixo de drenagem do Rio Bugres tenha sua espessura reduzida, em prol da formação Raizama.

Esta suposição se reforça ao identificar que o pacote mais espesso de rocha calcárea situa-se na porção sul do assentamento, representado pela serra (observe na imagem a rugosidade no sentido nordeste-sudoeste), provavelmente cerca de 300 metros de amplitude, considerando que o Rio dos Bugres e o Córrego (níveis de base local) situam-se na cota altimétrica de 160 metros e o topo da serra entre 400 e 430 metros (mapa 38).



Mapa 37 – Carta-imagem: Entorno do Assentamento Roseli Nunes. Escala do conteúdo: 1:40.000.

A análise das cotas de altimetria, a existência de um nível de base do rio dos Bugres em uma cota abaixo de 200m e a existência de um pacote de calcário maior dentro do assentamento, levantaram a hipótese da caverna situar-se abaixo da morraria ao sul do assentamento, como acompanhamos no raciocínio desenvolvido pelo grupo de trabalho no mapeamento comunitário:

São dois grandes eixos de calcário mais elevados, um passa pelo seu Paulão onde tem uma caverna que está na curva de 200m e a boca da caverna com 215m. E o outro grande eixo de calcário mais elevado é onde está a caverna do Jaboti, o topo deste pacote é acima de 400m. Entre esse elevado de 200m e o elevado de 400m tem uma caverna que também está na cota de 200. É muito pouco onde está a caverna do Paulão, é muito pouco acima de 200. A boca está em 215m e o topo em 260m.

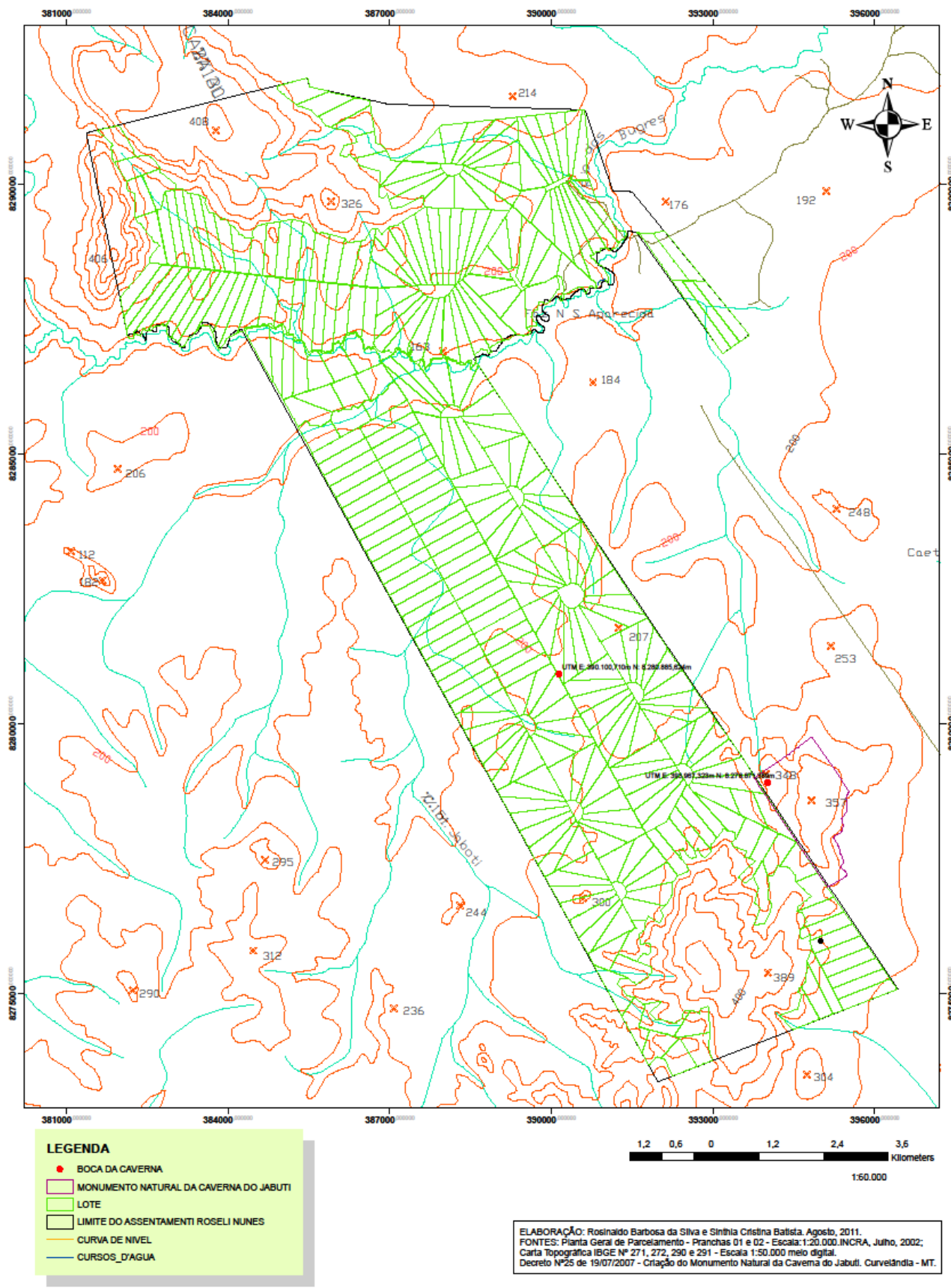
Então o que acontece, já entrei na caverna e o seu Paulão me mostrou: a caverna do seu Paulão quando entra a gente consegue caminhar, eu sou baixinha, de pé e assim mesmo a gente fica se batendo nas estalactides. Então ela não é muito alta. E na medida em que a gente se dirige para o nascente, como diz o senhor Paulão, para o leste em direção à caverna do Jaboti, ela vai fechando, fechando e daqui a pouco só entra nela deitado. Significa que pra cá ela fechou. Agora para o poente ela continua. E o que se observa é que em direção àquela caverna de lá fecha. Ela se espalha em relação ao poente, ela é longitudinal. Supostamente o mesmo problema da outra.

Aqui nos foi dito que as galerias e os salões desta caverna são amplos, né? Todo mundo poderia entrar... Só que claro, esta caverna pode estar muito mais solidificada e pode estar a 400m, é óbvio tem muito mais pacote lá. E a grande questão na nossa hipótese é que a caverna esteja no assentamento, é que este mapa do interior da caverna... a boca da caverna é aqui, só que eles botam o norte pra lá... Mas isto aqui pode sugerir que esta face é o norte, entendeu? Então se esta face é o norte e virarmos o mapa, a boca da caverna coincide com o pacote maior e tudo isto aqui está dentro do assentamento. E porque tem que estar dentro do pacote? Porque o limite da caverna, a cota da caverna do senhor Paulão é acima de 200m, e lá o que temos acima da cota de 200m que forma a serra está dentro do assentamento.

– Dirce Suertegaray – grupo da Caverna. Mapeamento Comunitário, Setembro de 2011.

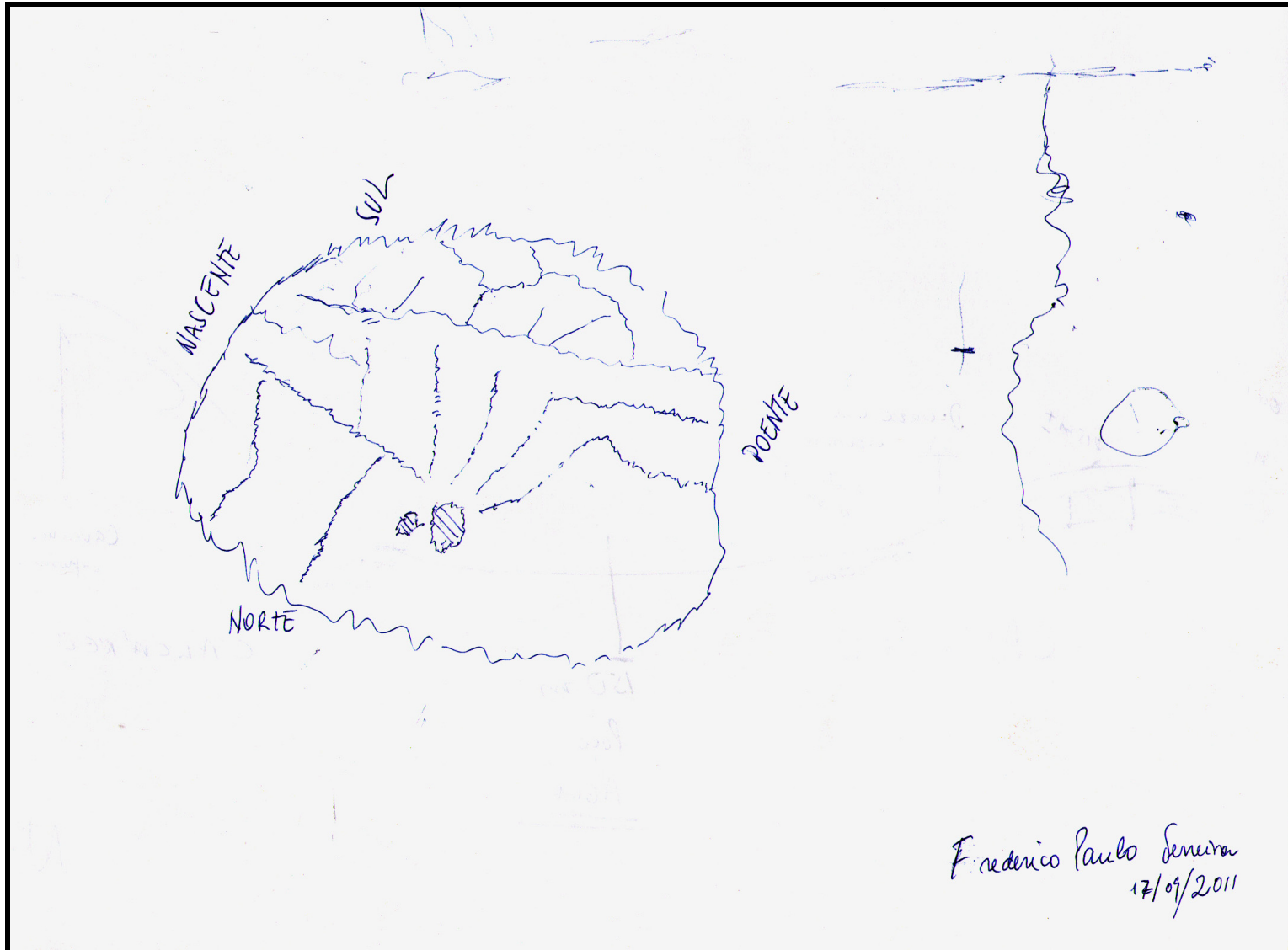
Este pacote existente na porção do assentamento apresenta uma orientação bem definida (Noroeste-Sudeste) e de acordo com as indicações realizadas pelo Senhor Paulo (mapa 39) há certa diminuição da espessura deste pacote na direção do “nascente”, ou seja, leste. Nesta mesma direção, situa-se a área da unidade de conservação decretada pela Prefeitura de Curvelândia. Nos questionamos: é possível que esta caverna conecte-se à Caverna do Jaboti? Porque o mapa do interior da caverna não apresenta nenhum tipo de articulação espacial entre o subterrâneo e o superficial?

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - MONUMENTO NATURAL DA CAVERNA DO JABUTI - MT



Mapa 38 – Mapa com altimetria e o limite da Unidade de Conservação do Monumento Natural Caverna do Jabuti.

Fonte: mapeamento comunitário, setembro de 2011



Mapa 39 – Mapa do interior da caverna do lote 144,. Elaborado por: Frederico Paulo Pereira (Paulão). Fonte: mapeamento comunitário, setembro de 2011

A área identificada como a área da unidade de conservação da caverna está na “franja” do pacote calcário residual da formação Araras, tendo um pacote de aproximadamente 200 metros, considerando sua cota de 360 metros em relação ao nível de base local de 160 metros. Sendo que o maior pacote da rocha calcária está na área do assentamento, na porção da reserva legal ao sul do assentamento.

Neste sentido questiona-se: Se a caverna do Jaboti é a maior do Estado, porque não está no maior pacote calcário local? A dúvida persiste ao constatar que não há informações mais precisas sobre a área da caverna, só da Unidade de Conservação que é superficial.

O mapa da caverna elaborado pela prefeitura não apresenta sua direção exata, não há pontos de amarração da superfície. Não se sabe se a área total da caverna em sub-superfície é a mesma da unidade de conservação decretada da área de superfície.

Por outro lado, sabemos que a caverna faz parte da paisagem anterior e também da atual, originária de um processo de milhares de anos que permanece de uma paisagem geológica mais antiga. Portanto, a área de abrangência do pacote de calcário certamente foi maior e é possível que a porção indicada pela prefeitura de Curvelândia possa ter um pacote menos espesso, mas pode ter formado há mais tempo um sistema de caverna. O que demanda estudos mais criteriosos para a delimitação e definição da área e da localização da Caverna do Jaboti.

Segundo os relatos, a caverna é visitada por gente do mundo todo. O Senhor Paulão afirma que muitos estrangeiros a visitaram e levaram diversas amostras. Além disto, o próprio IBAMA já esteve no assentamento por diversas vezes. “Muita gente aparece e não fala nada”. Os camponeses avaliam que todo mundo já sabia da caverna, de sua importância antes da realização do assentamento, menos eles.

Foi aventada a proposta de diálogo com a gestão da Caverna estabelecendo inclusive os fluxos em relação ao território do assentamento, por exemplo, restringir o turismo para fins de pesquisa e ensino e não exploratório a partir do consumo de massa do “ecoturismo”.

No processo de elaboração dos mapas sobre a questão da água e da caverna as determinações cognitiva e política do mapa se estabeleceram mutuamente, pois o uso do mapa como mediação estratégica faz emergir os significados da produção do espaço do assentamento. É no decorrer da situação dos fatos que os contextos ganham o sentido da explicação das condições materiais às quais os camponeses foram submetidos ao serem assentados na Fazenda Prata. Território que só pode ser compreendido a partir das relações que o político e o ambiental estabeleceram (e ainda estabelecem) no processo de constituição e consolidação do assentamento.

Aqui permanece um incômodo do movimento do próprio trabalho: o surgimento deste conflito é fruto das análises em decorrência da escassez de água na porção sul do assentamento, portanto, não havia se constituído um conflito explícito para os camponeses. Se por um lado, o entendimento territorial revela os conflitos, por outro seria para os camponeses um conflito real? Ou ainda, qual é a necessidade destes camponeses gerirem esta caverna?

Contudo a existência deste conflito deve ser mais bem compreendida devido à fragilidade a que o assentamento está propenso. Se por um lado a existência do sistema cárstico constitui-se numa ameaça para a consolidação do assentamento (que em princípio jamais deveria produzir-se naquele ambiente), por outro, fatores como a qualidade dos solos e a distância de grandes centros consumidores, portanto facilidade de circulação da produção do excedente camponês, faz com que os camponeses lutem por sua permanência no local. Mesmo porque a conquista desta terra é fruto de luta.

Portanto, o estudo mais detalhado sobre a dinâmica natural do carste, considerando o espaço produzido pelo assentamento e as fazendas do entorno, deve ser realizado considerando uma estratégia de tombamento das cavernas dentro e fora do assentamento. Isto se deve a duas questões: barrar o desenvolvimento de um turismo degradante não só do ambiente, mas que possa carregar elementos de desestruturação do assentamento, mas também impedir a concessão destas áreas para a exploração mineral por grandes multinacionais (há rumores de que toda aquela região tem um termo de concessão para a Votorantim, infelizmente não foi possível comprovar).

Deste modo, o estudo da área para tombamento das cavernas dentro do assentamento poderá efetivar-se como estratégia de permanência camponesa no assentamento, uma vez que ele já está consolidado. Mas é preciso averiguar cautelosamente esta possibilidade, no momento é o que estamos fazendo (levantando informações no IPHAN e IBAMA) para discutir junto aos camponeses.

2.2.3.III. CONFLITOS COM A VIZINHANÇA

A aliança entre Estado e Agronegócio gera conflitos em diversas escalas com os assentamentos. Desde o período do pré-assentamento, o Roseli Nunes vivencia cotidianamente conflitos que ao mesmo tempo trabalham no sentido de sua desestruturação, são momentos de luta e convicção de que os camponeses querem permanecer na terra. Optamos por discutir conflitos também a partir da relação entre a forma e os conteúdos dos mapas.

No processo de mapeamento sinalizamos os conflitos expressos nas representações oficiais, porém escamoteados numa relação que naturaliza a estrutura fundiária do Brasil. A partir da apresentação da planta do assentamento Roseli Nunes elaborada pelo INCRA (2002), realizamos coletivamente uma análise dos conteúdos expressos nas formas do mapa, para isto é preciso ir além da simples localização dos lotes. Qual é a configuração espacial que o mapa revela? O que significa a existência de dois padrões de corte dos lotes: ‘os quadrados de burros’ (forma dos lotes no sistema de parcelamento em Linhões – cortados por estradas em ramais paralelos); e os ‘raios de sol’ (forma dos lotes no sistema de parcelamento em Núcleos sociais: centralizados por uma área comum nuclear que encontram duas ou mais estradas de comunicação), o que revelam? O que significa os nomes ao lado dos limites do assentamento – fazendas ou homens? Homens e fazendas? O corte do assentamento segue algum sentido?

A leitura da planta do assentamento realizada coletivamente indicou a disputa pela organização espacial do assentamento, pois o quadrado de burro (cortes em formas retangulares, perpendiculares às vias de acesso) é a forma padronizada do INCRA parcelar os lotes, que segundo os camponeses militantes do MST dificulta a comunicação entre os vizinhos. Já o formato em raios de sol possibilita a constituição dos chamados “Núcleos Sociais”, o espaço dos encontros, da reunião, e constituição da infraestrutura coletiva. Esta forma espacial possibilita a aproximação das famílias e viabiliza a mobilização interna do assentamento.

Ainda que os formatos dos ‘raios de sol’ não possam ser padronizados para todas as situações de parcelamento de lotes, pois nem sempre os terrenos contam com a mesma topografia e distribuição hidrológica, a presença de uma disputa efetiva pela ‘organização do espaço’ mostra claramente a necessidade de outra produção deste espaço, com outros sentidos.

A questão do parcelamento é fundamental para compreender boa parte dos problemas da permanência na terra, pois diz respeito à existência e à condição das infraestruturas de manutenção da moradia e da produção. É interessante perceber que a venda dos lotes ocorreu com mais frequência nos chamados linhões, onde estão localizados os lotes sob a forma do “quadrado de burro” e na parte sul do assentamento, que sofre com a escassez de água.

Outras análises são igualmente necessárias, como o significado da representação dos lotes, são todos números – não há famílias em contraposição às fazendas limítrofes ao assentamento, indicadas também pelos nomes de seus proprietários, opções tecnicamente respaldadas pela ‘escala do mapa’ e da generalização cartográfica. Assim como a projeção planejada, portanto uma localização obrigatória, das áreas de Reserva Legal, a projeção das áreas de APPs, as projeções das estradas, enfim toda a organização do espaço concebido do assentamento é revelado na planta

que não contém a vida do assentamento, sendo em alguns poucos momentos o assentamento concebido junto aos assentados.

Ao pensar nos mapas do assentamento compreendemos que as plantas elaboradas pelo INCRA representam a subordinação da agricultura camponesa ao seu ilhamento. Reforçam a impossibilidade de acesso à educação, saúde, circulação de seus produtos. O conteúdo dos mapas trata o lote como propriedade e o camponês como possível proprietário, portanto, “livre”, para comercializar seu produto (sem ser viabilizado pelo Estado), entretanto, o que fica é sua própria força de trabalho.

Os mapas dos assentamentos ‘recortam’ os territórios do agronegócio e aparecem como fissuras de um modo de produção homogeneizante. Assim, a possibilidade de mapas camponeses, é a objetivação de sua condição de existência e luta, estes mapas não partem só dos desejos, mas do concreto, do vivido, os significados das contradições entre o percebido e o concebido. O sentido do tensionamento entre a apropriação e a dominação do espaço.

Pensando em seus ícones, o mapa do INCRA traz as divisas com as propriedades, com o nome dos proprietários, as marcas da responsabilidade ambiental para os assentados (Apps e Reserva Legal) e a demarcação dos lotes, ou seja, as pequenas parcelas de propriedade, os lotes são números, a identificação de lotes, independente das pessoas ou famílias. Estas parcelas de terra poderão ser passadas adiante e continuarão a ser lotes.

Já os mapas produzidos pelos camponeses revelam o conteúdo político de apropriação do espaço na disputa pela terra/território. O Estado delimita um quinhão de terra para amenizar os conflitos pela terra ao mesmo tempo em que garante alguma mão de obra no campo e a viabilidade de alguma agricultura destinada à produção de alimentos que abasteça o mercado interno. Todavia para os camponeses aquele quinhão de terra configura-se em um espaço de esperança, na possibilidade de resistência de seu modo de vida.

A articulação entre os sentidos e significados dos cortes dos lotes à compreensão da produção do espaço e dos discursos presentes no mapa do INCRA é um ponto de partida (ainda que aqui no texto apareça no final) para ‘resignificar’ o conhecimento geográfico e cartográfico, pois ainda que presente nas ações políticas parece ausente no processo de elaboração de suas estratégias, pois não é apenas uma forma que atenderá a todos os outros conteúdos. Só os ‘raios de sol’ não atendem a todas as demandas dos assentamentos em todo o país, é preciso analisar

em cada caso uma estratégia de produção do espaço que abarque os mesmos princípios da reunião, da sociabilidade e da mobilização.¹⁴⁰

Então o mapeamento comunitário pode alcançar uma compreensão deste processo pelos sujeitos que vivem o assentamento, ou seja, pelos camponeses que lutam cotidianamente para transformar o território do assentamento, um espaço concebido pelo Estado, num lugar da vida e da produção camponesa. Sendo assim, os mapas de conflitos surgiriam do processo de territorialização camponesa vividos cotidianamente pelos camponeses.

Um importante conflito vivido desde o pré-assentamento é o domínio político e pedagógico da Escola Madre Cristina. A escola não apresenta os insistentes rabiscos e pichações das paredes de nossas escolas públicas urbanas (que muito tem a dizer para além do aparente ‘desrespeito ao espaço público’).

É organizada, limpa, repleta de cartazes e outras colagens, frutos de trabalhos realizados pelos estudantes, que manifestam regras da escola permeada pelas práticas políticas e o projeto pedagógico lá desenvolvido. Apesar de manter ainda dois barracões dos tempos do mutirão para a construção da escola, há uma infraestrutura importante para a prática escolar no assentamento.

Criada legalmente em Junho de 1998 (ainda na época do acampamento), após desenvolver seus trabalhos iniciais na área da Botinha e depois no Grotão, sua estrutura foi construída com a força do trabalho dos assentados durante o ano de 2003 já em seu lugar atual, núcleo 09, hoje chamado Núcleo Social da Escola. O primeiro bloco foi construído pela comunidade e o segundo contou com recursos do Governo do Estado, a comunidade aguarda a construção de novos espaços para a biblioteca (que ainda está em um barracão, aguardando a liberação de verbas do Estado ou do Município.) e a ampliação de salas de aula. Com relação ao nome da escola, como prática do MST:

O nome da escola foi escolhido em assembleia do pré-assentamento Roseli Nunes, com a mesma metodologia acima descrita. A escola recebeu esta denominação, em homenagem à Madre Cristina, uma freira revolucionária de grande representatividade no Movimento, que escreveu alguns textos e poesias. Estes se refletem como mensagens de apoio e incentivo à luta do MST, por isso a comunidade deliberou por adotar seu nome em uma instituição educacional, que foi uma de suas trincheiras de atuação, na luta contra a opressão e a tirania. (...) Madre Cristina foi o nome adotado por Célia Sodré Dória, religiosa da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho. É lembrada como uma figura singular de mulher, freira, psicóloga e militante política, lutadora corajosa e afoita pela liberdade e dignidade da pessoa humana, em múltiplas frentes de batalha. Nasceu em Jaboticabal/SP em 1916 e faleceu em São Paulo, em 1997 (HACK, 2005, p.52).

¹⁴⁰ Para mais informações sobre este debate das formas de parcelamento dos lotes ver: GOLDFARB, Y. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios. Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

Os relatos dos professores, muitos deles camponeses assentados fruto do processo de luta pela terra, denuncia os entraves políticos para a alocação de recursos para a escola dentro do assentamento. Há uma insistente desestruturação da escola pelo poder público municipal para que os recursos sejam alocados na cidade. Sistemáticamente há um “roubo” dos estudantes do assentamento pelos prefeitos de Mirassol do Oeste e Curvelândia com vistas a incrementar a quantidade de estudantes do município e angariar recursos, cedem até mesmo transporte do assentamento à escola na cidade.

Para os professores e famílias camponesas o urbano traz uma perspectiva diversa à da concepção da Educação do Campo e dos princípios daqueles que participam de um projeto político pedagógico ligado ao modo de vida camponês. Muitas famílias entrevistadas gostam do trabalho da escola, reconhecem que boa parte dos professores desenvolve a pedagogia da terra do MST, poucos moradores declararam alguma oposição à escola.

A Escola conta com professores formados em cursos de nível superior voltados para os movimentos sociais (via UNEMAT ou UNB) e também professores que já eram formados antes mesmo de ingressarem no movimento de luta pela terra. Este contexto faz da escola um dos principais eixos de mobilização interna do assentamento, principalmente pela veiculação da pedagogia da terra.

O conflito também se instaura na contratação de professores de fora do assentamento, pois a maioria chega e não quer se inserir na proposta pedagógica da escola camponesa, alguns logo assumem o trabalho no campo e procuram uma formação pedagógica voltada ao projeto da escola. Há uma luta pelos movimentos ligados à Via Camponesa para a realização de um concurso público diferenciado para os professores da escola do campo, mas este horizonte está ainda distante de sua realização.

A fragmentação dos limites políticos administrativos é outro conflito vivido desde o pré-assentamento que materializa um jogo de empurra entre os municípios de Mirassol do Oeste e Curvelândia para o atendimento de saúde dos camponeses e outras necessidades para a infraestrutura do assentamento. A questão da saúde é a mais grave, pois o acesso mais fácil para boa parte dos moradores do assentamento é para a cidade de Curvelândia, mas ao procurar pelo único posto de saúde existente o atendimento de emergência é muitas vezes negado, pois o poder público municipal alega que o assentamento está sob jurisdição de Mirassol do Oeste (o que é real).

Em 2009 foi construído um posto de saúde no assentamento, em frente à escola Madre Cristina, contudo até os dias de hoje não há atendimento diário. O posto está em desuso, há um atendimento mensal, quase coletivo (dizem que o médico atende mais de uma pessoa por vez), feito por apenas um médico para toda a comunidade.

Conforme já mencionado, o assentamento, ilhado pelo Agronegócio, enfrenta os conflitos compartilhados aos demais assentamentos no Brasil, como a conflituosa (e contraditória) relação de trabalho estabelecida pela mão-de-obra barata do assentado ao corte de cana das fazendas vizinhas e o trabalho com a Teca (madeira de reflorestamento bastante utilizada nesta região do Estado de Mato Grosso). Apesar de não estar representado no mapa, os relatos do assentamento indicam a pressão de fazendeiros vizinhos para o arrendamento das terras e da força de trabalho dos assentados, principalmente no trabalho com a cana e com a Teca, os depoimentos garantem que nenhum camponês assentado aceitou o arrendamento em seu lote.

A relação entre os assentados e os fazendeiros, é essa relação de patrão e empregado mesmo. Pois tem gente que não consegue tirar o sustento da terra, a única renda é o leite, daí não tem leite o ano todo e aí vão trabalhar nas canas, na Soroteca... Acostumou com o salarinho e não consegue produzir, acontece a visão do imediatismo – Eu quero uma moto, isto, aquilo, bate na onda do consumismo. Não consegue produzir o arroz, o feijão, porque comprar no mercado é mais fácil e aí prefere trabalhar para o fazendeiro... a realidade tem que ser falada... O camponês tem condição de viver bem, cada um tem seus valores e um papel importante na sociedade. Os valores da terra... (– Dona Miraci, Mapeamento Comunitário, Outubro de 2010).

Esta fala traz inúmeras questões para a reflexão: a alocação da mão-de-obra dos assentados nas fazendas vizinhas; os desafios da permanência na terra; os conflitos da sociedade de consumo; o processo de proletarização do campo e a resistência camponesa.

Para muitos assentados que participam da luta pela terra é preciso ressignificar a luta, uma luta por uma sociedade mais justa, o que indica claramente os objetivos políticos do MST assumidos pelos militantes assentados. Segundo eles há assentados que ficaram com a cabeça no “latifundinho” e não deixa espaço para a Roça, só pensa no valor alto e não sabe viver com o pouco, o necessário, não viver na miséria, ter vida digna para tirar seu sustento.

Por outro lado, estes camponeses dizem que querem produzir “sozinhos” e como é difícil acabam encontrando outras fontes de renda. Contraditoriamente há um espaço para o surgimento da representação de um coletivo cooperativista que não considera a unidade familiar como unidade da produção camponesa. Isto fica claro ao cotejar as falas das reuniões coletivas (com os assentados em maior parte ligados ao MST) e as falas das famílias visitadas.

Como foi apresentado nas análises de FABRINI (2002; 2008) e ALMEIDA (2006), este contexto revela a contradição estabelecida no processo de luta pela terra via MST, pois há uma compreensão da “necessidade estrutural” da organização cooperativa, mesmo que considere a produção desenvolvida a partir da unidade familiar camponesa, ao mesmo tempo em que o camponês só vislumbra esta possibilidade de organização coletiva de produção mediante a “necessidade conjuntural”, ou seja, sua unidade de produção é a família e seu sustento, o excedente é que deve ser comercializado e não o contrário, organizar-se para produzir o excedente, subordinar-se portanto à lógica do mercado. A ingerência do Estado sobre a produção e a insistente inserção do assentamento nas cadeias produtivas do agronegócio, também não aparecem como conflitos no mapa.

Os impactos ambientais giram em torno do uso de agrotóxicos por fazendas vizinhas, que atinge direta e indiretamente a produção e a saúde da população do assentamento. Uma das áreas mais afetadas no Roseli Nunes é a conhecida região da botinha (área nordeste do assentamento que parece uma botinha), antiga sede da fazenda Prata. São 40 ha sem produzir arroz ou feijão devido ao despejo aéreo de agrotóxicos nas áreas de plantação de cana, por meio dos aviões e via aquática, pela contaminação dos cursos d’água pelo uso intensivo dos corpos d’água e do solo pelo plantio de cana, soja e criação de gado (uso mapeado no entorno do assentamento e visível nas imagens de satélites utilizadas no processo de mapeamento).

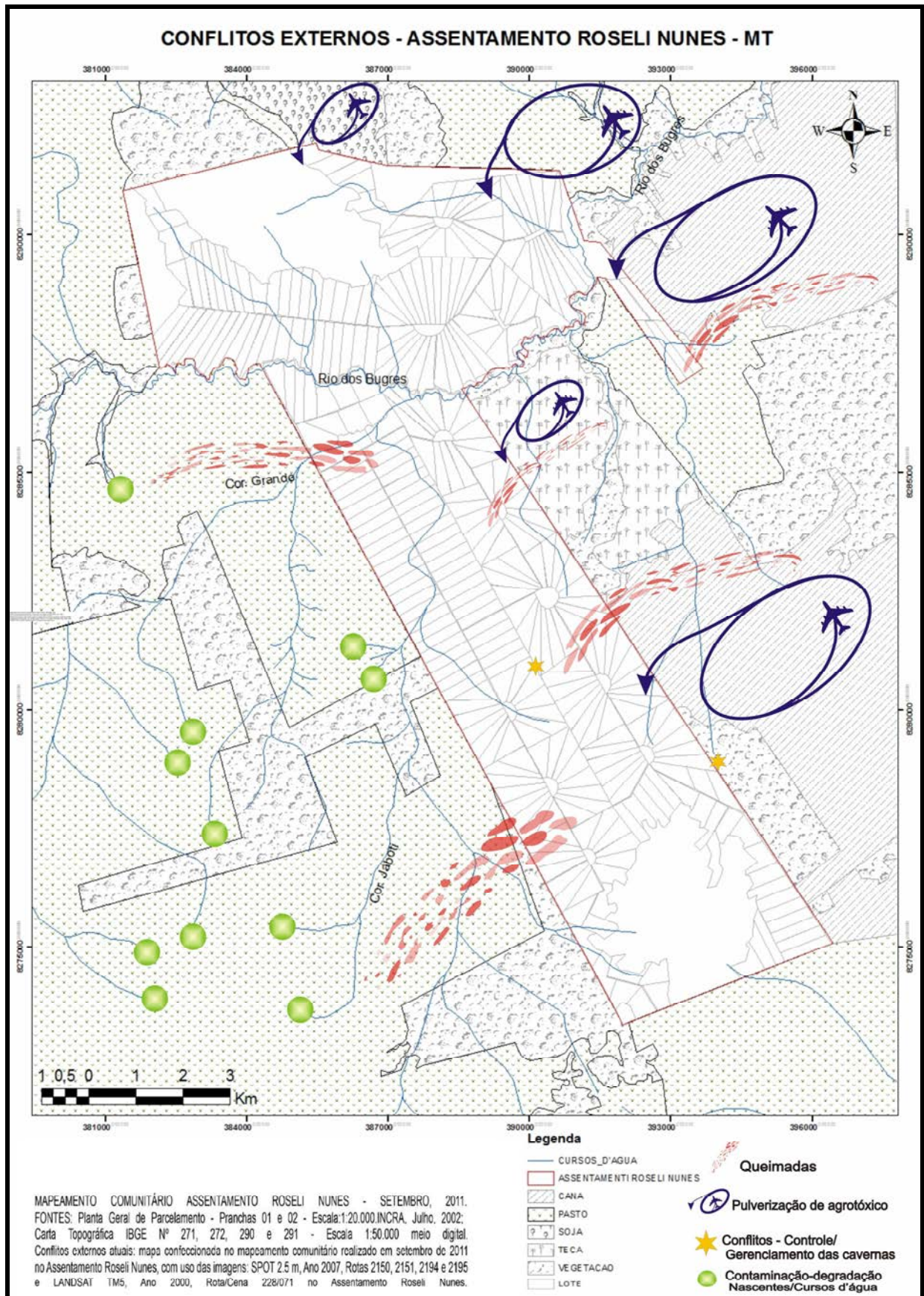
Os demais conflitos de ordem ambiental foram apresentados como as queimadas ilegais que de fora para dentro atingem os lotes, principalmente em épocas de seca, uma vez que estão cercados por fazendas vizinhas que produzem cana, Teca, pasto para o gado. As fazendas ateiam fogo para fazer a limpeza e acabam ultrapassando seus limites, assim como há queimadas dentro do assentamento. Discutiu-se também o problema da manutenção das áreas de Reserva Legal e a falta de orientação dos órgãos públicos no tocante ao manejo e recuperação das áreas degradadas, que em última instância prejudica a concessão de recursos para a produção, pois os assentados estão “ilegais” com suas áreas desmatadas. Para eles, os problemas de regularização ambiental hoje prejudicam o desenvolvimento da produção.

Olhando as plantas originais do INCRA é possível ver uma zona de amortecimento feita pelas áreas de reserva legal em cada lote, que protegeria os assentados das fazendas, por parte dos assentados segundo o planejamento do INCRA. Ou seja, o INCRA delimitou onde seriam as áreas de reserva e não projetou o assentamento a partir das possibilidades efetivas, considerando o acesso à água, estradas e outras condições materiais.

Para resolver problemas da relação ambiental entre a comunidade e seu entorno é preciso discutir a viabilidade de uma área de proteção (reservas legais) dos dois lados – assentamento e fazenda nos pontos possíveis que estabeleçam a segurança do assentamento principalmente nas áreas de produção da cana de açúcar, tanto para resolver os problemas da queimada quanto do uso dos agrotóxicos.

Como comenta o assentado José Roberto (Mapeamento Comunitário, Outubro de 2010): “como a professora colocou, para você mapear uma área você vai começar de baixo pra cima igual vocês estão fazendo, vocês estão conhecendo o histórico do assentamento e depois mapear e este mapa do INCRA de que jeito que foi feito? Caiu do Céu...” Tal situação deveria ser revertida com o investimento do Estado em orientações técnicas e subsídios, fomentando políticas públicas para o fortalecimento/produção de um “território camponês” e conseqüentemente para o desenvolvimento da produção com vistas à soberania alimentar. Ou seja, o espaço concebido nas plantas do INCRA é também percebido e vivido cotidianamente pelos camponeses, que surgem em suas representações.

Os diversos conflitos vivenciados pelos camponeses do assentamento foram relatados em diferentes momentos, mas a realização de um mapa síntese de conflitos – mapa 40 (produzido pelos camponeses na oficina de mapeamento) – focou nos conflitos vividos cotidianamente com a vizinhança do assentamento. Estes conflitos sintetizam questões que segundo os camponeses afetam a produção do assentamento.



Mapa 40 – Conflitos externos. Fonte: mapeamento comunitário, junho de 2011

2.2.4 - FUTURO: POSSIBILIDADES

(...) não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais (...) não é possível libertar os homens enquanto eles não estiverem em condições de adquirir comida, bebida, habitação e vestuário na qualidade e quantidade perfeitas. A “libertação” é um fato histórico, não um fato intelectual, e é efetuada por condições históricas, pelo nível da indústria, do comércio, da agricultura. (MARX 2010).

CONDIÇÕES DE VIDA E PRODUÇÃO DOS CAMPONESES ASSENTADOS NO ROSELI NUNES



Foto 45: Resfriador de leite em frente ao lote 243. Foto: Rodrigo Takata, Fevereiro de 2013.

Foto 46: Crianças esperando a coleta do leite. Fotografia: Nikson Anderson Abraao Gomes, Outubro de 2009.



Foto 47: Lote na porção sul do assentamento região de solos favoráveis à produção de frutas doces, como no caso a banana. Fotografia: Nikson Anderson Abraao Gomes, Outubro de 2009.

Foto 48: A produção familiar no lote de Dona Emília, porção central do assentamento, diversidade para subsistência da família. Fotografia: Sinthia Cristina Batista. Março de 2012.



Foto 49 e 50: Porção sul do assentamento Roseli Nunes, sumidouros e poços manuais com pouca água. Fotografia: Sinthia Cristina Batista. Fevereiro de 2013.



Foto 51 e 52: Limite do domínio do sistema carste, em direção à morraria de rochas carbonática, região com dificuldade de acesso à água. Fotografias: Sinthia Cristina Batista. Outubro de 2010.



Foto 53: Dona Emília e seu mapa conceitual das conquistas do Assentamento Roseli Nunes. Foto realizada no atual Acampamento Castro Ramos. Cáceres – MT. Fotografia: Sinthia Cristina Batista. Fevereiro de 2013.

Como nos ensina Karl Marx, o futuro só é possível a partir do presente. Não há como dar um salto de um abismo para efetivar as possibilidades de transformação do real, pois estas só podem ser historicamente produzidas. É dos conflitos vividos no passado e no presente, das contradições que impulsionaram o processo de luta, da vida cotidiana dos camponeses que o futuro poderá se desenhar.

As conquistas apresentadas pela Dona Emília, foto 53, condições materiais objetivas de permanência na terra: a escola; a ARPA; a farinheira; o trator; o resfriador de leite; o caminhão; os barracões comunitários; a igreja; o bar e o mercado são o ponto de partida para discutir as demandas desde a época do pré-assentamento e ainda presentes. Estas condições foram alcançadas na luta, ao mesmo tempo um possível-impossível, ao mesmo tempo estratégias de subordinação e libertação camponesa.

Ao analisarem o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Roseli Nunes – PDA ¹⁴¹, desenvolvido em 2002 pelo INCRA, e verificarem que quase nada do planejado foi efetivamente realizado, os assentados refletiram sobre o conflito entre o assentamento concebido pelo Estado e o assentamento por eles vivido. Concluíram (sem nenhuma novidade) que é preciso lutar para que os planos para o futuro tenham como base a autonomia camponesa.

As prioridades indicadas pelos assentados no PDA: Parcelamento das terras; Estradas (internas), pontes e bueiros; Fomento; Habitação; Educação, saúde e água; Pronaf e assistência técnica; Energia; Transporte; Telefone, igreja e esporte; Crédito; indicam a estruturação elementar para o desenvolvimento da produção, mas no documento são colocadas basicamente como o objetivo último, o possível a ser viabilizado pelo INCRA.

O foco do documento é a organização da produção dos assentados em torno da lógica de aumento da produtividade e enriquecimento, aliados à política das parcerias possíveis entre o Estado e a iniciativa privada, o que sugere que esta articulação depende da vontade “dos indivíduos”. Conforme o PDA o desejo dos assentados para seu futuro é:

O futuro desejado para o assentamento prevê a implantação de sistemas produtivos agropecuários capazes de **proporcionar sustentabilidade econômica** ao assentado, de forma que possa, utilizando basicamente mão-de-obra familiar, **garantir o sustento da família, bem como promover o acúmulo de capital (enriquecimento)**, através

¹⁴¹ O objetivo geral do PDA: A fixação sustentável dos parceiros no campo, respeitando o meio ambiente, é o principal objetivo deste plano de desenvolvimento. Serão consideradas as potencialidades e limitações da área do P.A. e da região do entorno, bem como o futuro sócio, econômico e ambiental, desejado pelos assentados. Desta forma são apresentadas entre outras, propostas de organização dos produtores e da sua produção, as necessidades dos cursos de qualificação profissionais, e ainda, alternativas de comercialização e de agregação de valores para seus produtos (agroindústrias), promovendo assim a fixação sustentável do homem no campo (BRASIL, INCRA – PDA do Assentamento Roseli Nunes, 2002, p. 01).

da utilização racional dos recursos naturais disponíveis, de forma a não esgotá-los, atingindo assim o desenvolvimento sustentável.

A necessidade de assistência técnica para implantação dos sistemas produtivos propostos é de suma importância, sendo identificada como um das prioridades dos assentados, de acordo com o diagnóstico participativo.

Manifestou-se também, o anseio dos assentados na criação de **agroindústrias no PA**, pois dessa forma estarão unificando esforços e **agregando valores aos seus produtos**, atingindo assim patamares economicamente interessantes, além dos benefícios advindos da **geração de empregos locais**, que estas agroindústrias proporcionarão à comunidade assentada, absorvendo a mão de obra excedente na agropecuária, bem como aquela melhor qualificada.

Estas agroindústrias poderão também ser instaladas por empreendedores alheios ao assentamento, pois a disponibilidade de matéria prima, mão de obra e infraestrutura básica prevista para o assentamento dão viabilidade a tais empreendimentos, que, por outro lado, proporcionarão aos assentados a garantia de mercado com melhores preços para seus produtos, uma vez que o custo do frete no transporte da matéria prima torna-se baixo, podendo esta margem ser transferida ao produtor, proporcionando maior renda líquida. Finalmente, ficou ainda evidente o desejo e necessidade dos assentados, em face de toda estrutura a ser criada e implantada, da oferta de **cursos de capacitação** específicos para a produção agropecuária, **para a agroindústria, de associativismo e cooperativismo**, nas áreas operacionais e gerencias (INCRA – PDA, 2002, p. 02). (Grifos acrescentados).

Entretanto, tudo o que é destinado aos assentados já está previamente definido, os relatos dos assentados indicam que ao receber o dinheiro pelo Programa Nacional Agricultura Familiar (PRONAF) deverão fazer sua casa, e comprar oito vacas com R\$2.500, valor insuficiente. Após a percepção do financiamento há um curto espaço de tempo para efetivarem a compra do gado, mesmo sem infraestrutura necessária para sua criação: “é o tempo do relógio, o do INCRA, não o da Vaca ou do pasto em formação”.

Sem alternativas acabam comprando vacas velhas de fazendeiros vizinhos, que rapidamente perecem trazendo mais prejuízos do que algum auxílio à produção. Não conseguem recursos e não pagam os financiamentos e logo caem no endividamento, acabam muitas vezes trabalhando para o próprio fazendeiro para terminar de pagar o gado que já morreu. Ou seja, os planos dizem uma coisa (parece que irão subsidiar a produção de alimentos e a autonomia camponesa de produção), fazem outra (impõe a compra do gado) e querem realmente ainda outra coisa (inserção da mão-de-obra e da produção camponesa da cadeia do agronegócio).

Estes objetivos do PDA podem ser mais bem compreendidos a partir da leitura de CONCEIÇÃO (2013) ao analisar as estratégias do Estado para a articulação da expansão do espaço agrário brasileiro e questionar se as políticas do Estado têm garantido “a permanência da produção e autonomia camponesa ou se estão aprofundando: a mobilidade do trabalho, a concentração de renda e da terra, a exclusão”.

A contabilidade é estabelecida como uma relação entre produção e consumo. Nesta esfera sempre foram direcionadas as políticas de Planejamento e concretizados os modelos de desenvolvimento como justificativa de crescimento econômico, de produção (formal) de riqueza. Em escrita sobre a “A importância do Planejamento e da igualdade substantiva”, István Mészáros (2009) afirma que a concepção econômico-política idealiza a conflitualidade/adversidade como manifestações puramente individuais na sociedade civil. A dissimulada solução é compreendida na esfera do consumo individual, desta forma o sistema do capital pode produzir “um tipo de planejamento *post festum* parcial, e em larga escala técnico ideológico, sem a proclamada capacidade de remediar os antagonismos estruturais subjacentes” (MÉSZÁROS, 2009, p. 118). O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo (CONCEIÇÃO, 2013, p.83).

A autora esclarece como o Estado utiliza-se da ideia de sustentabilidade associada à noção de território a partir de uma ideologia que assume o campo brasileiro como sinônimo de progresso e desenvolvimento da Nação promovendo o agronegócio como naturalmente brasileiro, portanto deverá ser encampado por todos os *cidadãos*. A noção de território efetiva-se como ordenador do espaço, mas não a partir das relações sociais que o produzem, mas do controle possível que agrega o sentido da unificação do rural e do urbano “homogeneizando” as relações de produção:

Abramovay (2003) enfatiza a crítica da concepção de antinomia campo e cidade e reforça a ideia da oposição cidade/campo, reafirmando como Schneider e Navarro (1998) a necessidade de considerar a dimensão territorial do desenvolvimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Considera o autor que a categoria território “mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa além dos atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações” (ABRAMOVAY, 2003, p. 45). Comportando aspectos identitários que favorecem o empreendimento e a existência de redes públicas e privadas. Compreende o autor que, o que definirá o caráter urbano e ou rural é a densidade demográfica, é esta que define o que a OCDE denomina de “trama territorial”, negando o parâmetro da pobreza como veiculador da ideia de rural.

Com esta mesma intenção o governo do PT de Lula da Silva assume já no seu primeiro ano de governo a formatação de sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, seguindo o mesmo direcionamento do governo anterior. O território torna-se o referencial para a organização das políticas públicas, constituindo a base para a Proposta Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT.

É importante observar que o governo assume na totalidade o Programa do Banco Mundial agregando na sua ideologia o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O conceito operacional de ordenamento territorial e sua associação ao desenvolvimento sustentável reiteram as medidas definidas pela política neoliberal do Banco Mundial, e o governo popular do Partido dos Trabalhadores se encaixa ao modelo macroeconômico e de ajuste fiscal dando prioridade a centralidade do livre mercado como requisito básico para o crescimento econômico (CONCEIÇÃO, 2013, p.90).

Como já foi tratado, é neste contexto que se realizam as políticas dos territórios como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável promovido pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que em consonância ao apresentado no PDA do Roseli Nunes, pressupõe a mesma lógica de desenvolvimento da agricultura camponesa “que tem como pressuposto a gestão social dos Territórios com vista ao alcance das seguintes áreas de resultados: Fortalecimento da Gestão Social, Fortalecimento das redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica nos Territórios Rurais e Articulação de Políticas Públicas”, território composto pela articulação de 20 municípios “com identidades semelhantes no que tange à agricultura familiar” buscando uma “gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores públicos, sociais e econômicos do Território”.

A sistematização de uma noção de futuro compartilhada (num espaço de cinco anos) se faz a partir do desejo do “território”, não das pessoas, dos sujeitos sociais, trata da valorização do espaço:

...os agricultores familiares entenderam que para ter uma melhoria de qualidade de vida no território serão necessárias as seguintes ações: Maior conhecimento da gestão e planejamento da produção, mercado e comercialização; Trabalhar de forma cooperativista; Organização da produção; Infraestrutura da produção; Agregação de valores aos produtos da agricultura familiar; Ação empreendedora de mercado e comercialização aos atores sociais da agricultura familiar (BRASIL, 2010, p.61).

As iniciativas devem partir dos indivíduos e do conhecimento tradicional dos “velhos agricultores”, nunca de um processo de desconcentração da renda e da terra:

O espaço produzido na área de trabalho no Território da Grande Cáceres deve-se a força e a coragem dos seus habitantes, os agricultores e agricultoras familiares, indígenas, setor técnico e político. Que mesmo frente às adversidades de clima, solo e infraestrutura, além da dificuldade em acessar determinadas políticas públicas devido às questões de regularização fundiária e/ou ambiental, assim como a discriminação social e a assistência técnica precária e insuficiente no Território. Os agricultores familiares têm sobrevivido ao longo dos anos, e reagido principalmente nestes últimos oito anos do governo LULA em que se trabalhou efetivamente o desenvolvimento rural sustentável. (...)

Não fosse a criatividade e a vontade dos agricultores e agricultoras familiares mais velhos em preservar o pouco que restou dos saberes e fazeres da agricultura empírica e de subsistência, a situação seria ainda mais difícil neste Território para sobrevivência da agricultura familiar. Isto devido à busca ilusória de recursos urbanos nas cidades, muitas vezes, por falta de oportunidades e perspectivas de políticas públicas que promovam cidadania a quem vive no campo, ou seja, infraestrutura na saúde, educação, transporte, cultura e lazer. Como já se destacou, com a criação do Território, os agricultores por intermédio de seu Colegiado Territorial e de seu PTDRS terão condições de discutir e pleitear seu futuro desejado para melhor viver em seu lugar de origem – o campo (BRASIL, 2010, p.69).

O documento do MDA, apoiado teoricamente em Milton Santos, defende que a “agricultura familiar” agregue valores aos seus produtos para poder fazer frente ao desenvolvimento do processo de modernização da agricultura (que traz problemas ambientais e de superprodução) e expulsa os camponeses do campo tornando-os pobres da cidade. Mas, “contraditoriamente”, o mesmo documento afirma a necessidade de “inclusão dos excluídos” neste processo:

A reprodução da modernização empresarial da agricultura, que já mostrou no estado de Mato Grosso e no restante do Brasil seus efeitos danosos, aumentará de fato ainda mais a produção e a produtividade, ampliando a competitividade dos produtos do campo, principalmente nas cidades pólos, podendo ser denominada de cidade campo (SANTOS, 1988, 2002; ELIAS, 1996, 1997), uma vez que o consumo produtivo associado à agropecuária cresce mais rapidamente do que o consumo consumptível. Daí a necessidade da agricultura familiar agregar valor aos seus produtos, buscando tecnologias adequadas para alicerçar seus saberes e fazeres locais. (...)

Nos debates da plenária do Colegiado Territorial, durante a construção do PTDRS, foi muito discutida **a inclusão dos excluídos do modelo de modernização em curso, principalmente os agricultores e agricultoras familiares, indígenas, quilombolas e os assentados da reforma agrária**. Não basta apenas debater, será necessário a ampliação das políticas públicas com programas de desenvolvimento sustentável diferenciados, aplicados aos **interesses territoriais específicos e endógenos, pautados pela viabilidade econômica, pela sustentabilidade ambiental, pela qualidade ética e pela igualdade social** (BRASIL, 2010, p.69). (Grifos acrescentados).

De qual igualdade o Estado fala? Daquela em que no mercado todos se encontram “livremente” para vender suas mercadorias, sejam o trabalho ou produtos? A igualdade só possível a partir da inserção dos camponeses na cadeia produtiva do agronegócio? Para sustentar a vida a partir da cultura e da identidade e não da produção de alimentos?

Mesmo com tudo isso acontecendo em sua volta, os atores sociais locais sustentam a duras penas suas identidades culturais, sobrevivendo através da agricultura praticada pela família e procurando uma adequação das técnicas modernas no desenvolvimento de seu Território pela coragem e coesão social da diversidade étnica, em uma relação amistosa com os assentados da reforma agrária, preservando suas diferenças e buscando a coesão territorial para sobrevivência do local. **Somente políticas públicas contextualizadas e de caráter específicos poderão trazer mudanças culturais e sociais imprescindíveis à sustentabilidade do desenvolvimento, contrapondo-se a ideologia consumista e ao neoliberalismo, que impedem a convivência realmente solidária** (BRASIL, 2010, p.71). (Grifos acrescentados).

Este documento parece “conciliar” interesses do Estado aos interesses dos pequenos agricultores, induzindo-os às políticas inclusivas. Este movimento legitima uma noção de futuro em que toda a produção dos pequenos agricultores estejam vinculadas às cadeias produtivas mais modernas. Não há menções explícitas sobre o fortalecimento do próprio programa de aquisição de alimentos e tampouco à reforma agrária (em um parágrafo, de um documento de 80 páginas, é citada a concentração de terras). Esta lógica se manifesta em todos os planos do Governo, nas

mais diversas escalas, como podemos ver no “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007-2020)” que trata o fortalecimento da agricultura familiar nos seguintes termos:

Programa 2 - Regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar

O Centro-Oeste ainda não tem uma ampla e completa regularização fundiária e titulação de terras, representando um grande potencial de conflitos fundiários; por outro lado, a Região apresenta uma alta concentração fundiária com limitado espaço para a pequena produção e a agricultura familiar. Como resposta a este problema, o programa de regularização e fortalecimento da agricultura familiar conta com os seguintes projetos:

Regularização fundiária dotando a região de pequenas e médias propriedades rurais (titulação e assentamentos de reforma agrária).

Promocão da agricultura familiar e da pequena agroindústria familiar. O projeto contempla os seguintes subprojetos:

- Estímulo às associações e ao cooperativismo;
- Criação de centros de comercialização e rede de abastecimento de seus produtos;
- Assistência técnica e difusão de tecnologias.

Estímulo à produção orgânica.

O projeto se desdobra nos seguintes subprojetos:

- Incentivo aos pequenos produtores para produção orgânica;
- Assistência técnica e difusão de tecnologias de produção orgânica;
- Implantação de mecanismos de comercialização para produtos orgânicos;
- Criação de selo de procedência e qualidade ambiental (BRASIL, 2007, p.174).

Mais uma vez, não se fala em Reforma Agrária. No documento o que cabe ao campo é a política dos pobres, no máximo da oferta de empregos no campo, todos subjugados ao agronegócio ou a “conquista” da titulação da terra (e seu retorno ao mercado de terras), e para a agricultura orgânica o incentivo de agregação máxima de valor.

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira¹⁴² o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) elaborado já no governo Lula nunca saiu do papel, o governo não promove a RA e os movimentos sociais e sindicais não a reclamam, tampouco os intelectuais afirmam como necessária. A análise da movimentação das metas alcançadas pelo II PNRA, que não chegam a 30% de seus objetivos, indica que:

a política de reforma agrária do governo LULA está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil.

¹⁴² Análise sobre a reforma agrária e o governo Lula, nas entrevistas disponíveis em: <http://terralivre.org/2012/01/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania/>. Último acesso em: 16/12/2013 e <http://www.brasildefato.com.br/node/3444>. Último acesso em: 10/10/2013.

É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa, também, fingir acreditar. Mas, a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA, é apenas e tão somente uma: o governo Lula do Partido dos Trabalhadores também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária, a pergunta então deve ser: porque também seu governo não faz a reforma agrária? E, a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio.

Entretanto, de 2009 até os dias de hoje há um aumento de conflitos pela terra, o que significa que o “campesinato brasileiro continua sua luta pela reforma agrária”. Esta luta pela terra, em grande parte realizada pelos posseiros sem organização social, tem levado à barbárie, pois “sem essa organização social e política que lhe dê garantias, ficam à mercê da violência praticada pelos latifundiários brasileiros”. Esta situação é simplesmente ignorada pelo Estado, que promove políticas de combate à pobreza e não reformas estruturais.

Portanto, não há a possibilidade da digna permanência na terra se houver o abandono da luta pela terra, ambas são lutas contínuas contra a subjugação total do trabalho camponês ao capital. Como sugere Oliveira (2007), para o retorno à luta, dentre outras coisas é preciso:

- a retomada da bandeira do Plano Plínio de um milhão de assentamentos novos para o III PNRA;
- combate a grilagem de terras no interior do próprio INCRA;
- a construção de uma gestão participativa com todos os setores favoráveis a reforma agrária na condução de sua concepção e implantação;
- a construção de uma política de implantação dos territórios reformados concentrando as ações de todos os ministérios interessados na reforma agrária;
- a construção de um estoque de terras disponíveis para a reforma agrária em todo o país, superior ao exigido pelas metas;
- fim do PRONAF (produto da política neoliberal de FHC) e sua substituição por um Plano Camponês para a agricultura fundamentado em uma política de soberania alimentar e com a constituição de um Fundo de recursos para subsidiar as implantações de novos assentamentos e para dar sustentação a agricultura familiar camponesa;
- consolidação e ampliação das propostas da ASA para o Semiárido, demarcação das terras de remanescentes de quilombo, e de outras formas de uso comum da terra;
- definição de uma nova política de aquisição de alimentos pelos diferentes programas do governo em sintonia com as políticas do Plano Safra da agricultura camponesa;
- edição urgente do decreto que altera os índices de produtividade da terra;
- regularização de todas as posses com área até 100 hectares, sob controle dos movimentos sociais;
- revogação de toda legislação autoritária sobre a reforma agrária; e
- ação dos movimentos sociais no sentido de assumir de fato o controle político do MDA/INCRA e da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p.175).

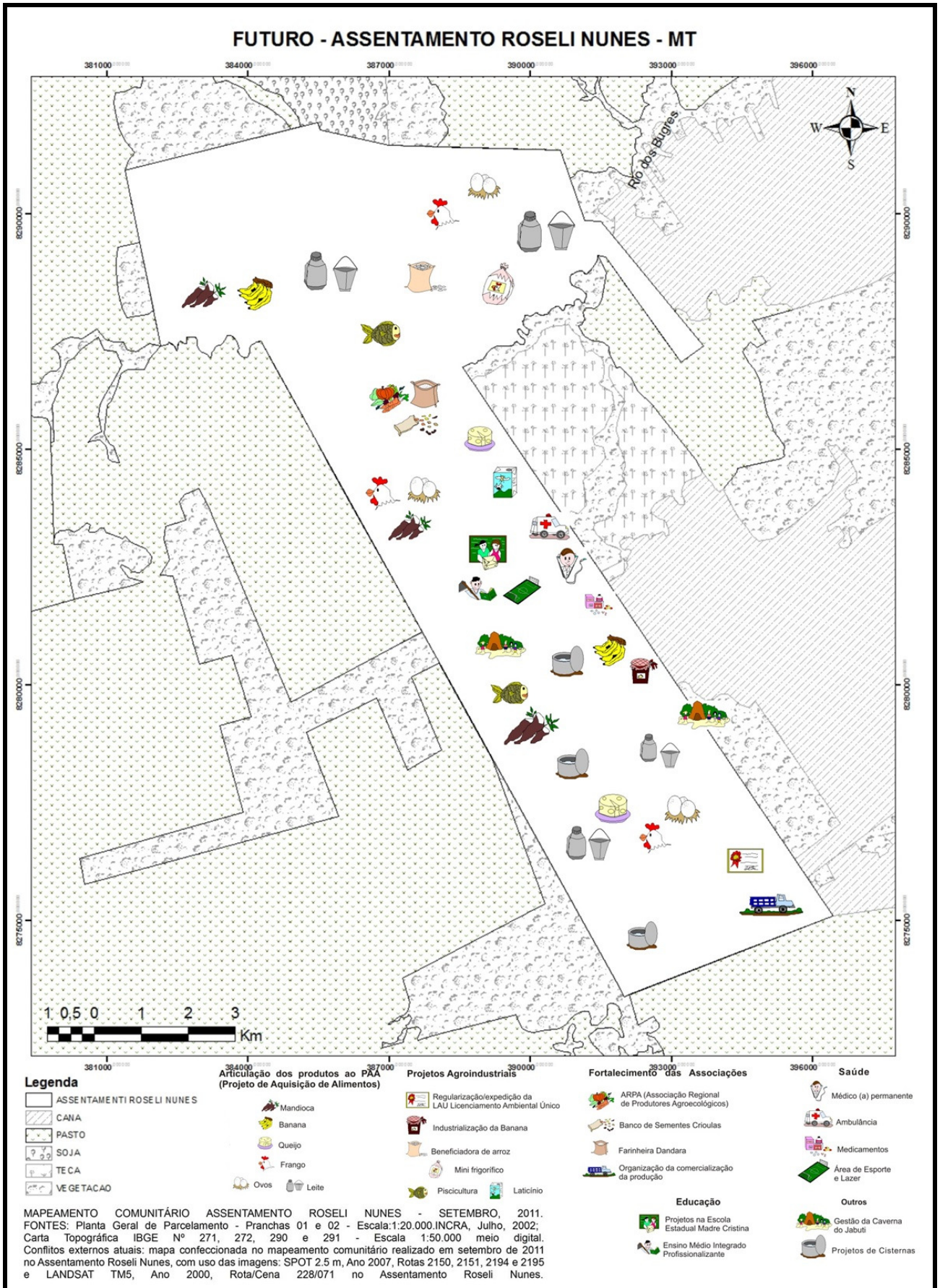
Para que se alcance este horizonte de luta proposto é também preciso discutir junto aos camponeses assentados os sentidos e o alcance do PRONAF (mesmo sendo uma medida neoliberal, nunca chega), do Programa de Aquisição de Alimentos, objetivando aprender com eles suas estratégias de luta cotidiana. O que se vê é luta cotidiana contra “os atravessadores” do

leite em busca de alguma autonomia produtiva. No tocante à ação política dos movimentos sociais o cotidiano do assentamento revela a força da educação do campo como possibilidade de luta, muito mais do que o processo de ocupações e luta pela terra, a educação é importante, mas a conquista da terra continua sendo a condição objetiva fundamental da existência camponesa.

Os camponeses projetam o futuro do assentamento, semeado historicamente, (Mapa 41), evidenciando dialeticamente a relação espaço-tempo que o produz. Por sua vez o espaço desenvolve a extensão e as estruturas do ser social presente, já o tempo, a duração do processo em constante renovação, do possível-impossível (do ser e não ser, também vir a ser), como sugere Damiani (2012):

Para desvendar o mundial, o espacial, que caracteriza o fim do século XX, e se estende e se amplia no início do século XXI, faz-se necessário desvendá-lo como lógico, uma sócio-lógica, a lógica traduzida em estratégia real, se realizando no terreno.

A essência abstrata do espacial é a lógica, mais ainda, a lógica formal. Ela alimenta o planejamento, a informação, a produção do espaço, a deterioração da dialética do tempo. E somente um pensamento que localize essa lógica e a transcenda, revela a dialética do espaço. Então, haveria um movimento a enfrentar: a passagem da dialética do tempo para aquela do espaço, cuja mediação envolve o reconhecimento de uma lógica tornada sócio-lógica, isto é, a lógica que saiu do plano teórico e se tornou prática; num segundo momento, trata-se de reconhecer que ela não se afirma de forma absoluta, renovando-se as contradições internas. Há o que resiste, como *possível-impossível* (DAMIANI, 2012, p. 270-271).



Mapa 41 – O futuro, mapeamento comunitário, setembro de 2011

A visão de futuro do Estado está presente-ausente nos mapas do futuro dos camponeses assentados. A busca do fortalecimento das estruturas produtivas internas a partir de processos de beneficiamento dos produtos, das associações e o estabelecimento de um banco de sementes crioulas, a organização e comercialização da produção não estão explicitamente pensados de forma autônoma, como se discutiu ao longo do trabalho.

O debate sobre o futuro do assentamento se deu na necessidade da luta por uma política de reconhecimento e valorização da produção camponesa. Esta projeção de futuro delimita-se ao atendimento de demandas como: criação de um Centro de Formação Profissionalizante integrado ao ensino médio, visando a inserir o jovem camponês no mundo do trabalho que agregue sua prática ao próprio assentamento; fortalecer a ARPA e o PAA; realização de um laticínio mantido por associações e/ou cooperativas para o controle do processo produtivo (produção, circulação e comercialização do leite e derivados); trazer à comunidade infraestrutura de saúde, lazer e melhorias à escola Madre Cristina fundada na educação do campo. As questões levantadas durante o processo de mapeamento aparecem como “outros”: a gestão da caverna do Jabuti e o projeto de cisternas. Portanto, não estão internalizados na visão de futuro do assentamento.

O que intriga é como esta representação do futuro carrega um tênue limite entre o discurso de poder instituído e o discurso de poder a ser institucionalizado. Compreendendo que este discurso estabelece uma prática social e, portanto o mapa não se fixa na dimensão discursiva, mas poderá viabilizar tanto a consolidação quanto a resistência da ordem do discurso institucionalizado. Assim surge o questionamento: o mapa poderia então carregar também possibilidades de outras práticas sociais?

O mapa revelaria as contradições que desenvolvem (e também são desenvolvidas) as estruturas de poder e de dominação da sociedade, e busca revelar para além do que existe, mas a forma pela qual as coisas existem? As condições materiais que produzem a existência ao mesmo tempo buscam escamotear as relações sociais que produzem esta existência?

É neste jogo do presente-ausente que encontra-se o poder desta representação, compreender a lógica da produção do espaço representado no mapa significa buscar os processos que engendram estas condições objetivas. No caso dos mapas elaborados pelos assentados é possível compreender suas representações a partir dos sentidos dados, contraditoriamente à apropriação do espaço do assentamento:

1. A força ideológica da agroecologia como a saída à lógica do sistema capitalista pela entrada ao sistema de produção de mercadorias, inclusive com mais valor agregado (ainda que a intenção dos camponeses seja de levar comida sem veneno ao prato de todo brasileiro com baixo custo).

A contradição entre o banco de sementes crioulas, em que a luta é pela autonomia produtiva, pela vida, ou seja, a luta para que não seja tornada a semente uma mercadoria que controla a produção e torna dependentes os camponeses da semente e de todo o sistema (tecnológico) produtivo que ela necessita. E a agroecologia como a alternativa para a resistência camponesa mesmo sujeitando-se ao mesmo sistema produtivo que se nega ao lutar pelas sementes crioulas. A produção de hortas agroecológicas que visam em primeiro lugar ao mercado e não ao sustento do próprio camponês, já estão inseridas na lógica da produção capitalista. Uma vez que é o excedente que deve ser comercializado, e não a produção destinada quase exclusivamente à comercialização.

Assim, a questão que se coloca é como produzir alimentos e não mercadoria? O que os mapas revelam? Uma presença-ausência do Estado. E do mercado.

2. A busca pela autonomia e pela autogestão poderá estar na cabeça do intelectual e não na realidade, no discurso do movimento institucionalizado, mas também poderá construir-se no devir histórico. Ao mesmo tempo em que os mapas revelam as representações forjadas no desejo da autonomia econômica e da posse da propriedade, revelam o desejo pela autonomia do trabalho livre. Neste sentido, a apropriação de técnicas, tecnologias como, por exemplo, o mapa, devem ser viabilizadas a partir do conhecimento humano como socialmente produzido, portanto realizar-se como partilha necessária para a emancipação humana.

Não podemos nos iludir e dizer que estes mapas revelam em sua forma pura a síntese de novas formas de compreensão da condição espacial dos camponeses em sua possibilidade já efetivada de transformação social. O que estes mapas revelam são as contradições daquilo que os constituem como classe social, da sua força e opressão, das suas escolhas determinadas historicamente.

Se o mapa ao mesmo tempo carrega uma determinação discursiva, comunicativa e cognitiva ele revela que as práticas sociais camponesas, hoje, no Brasil, mais especificamente em Mato Grosso, no assentamento Roseli Nunes, manifestam um “Modo Capitalista de pensar” como esclarece José de Souza Martins (apresentado por Oliveira, 2007) ao discutir o contexto da alienação do trabalho camponês. Uma vez que a ideologia capitalista procura identificar que o produto criado não é produto do trabalho, mas do capital, é o trabalhador quem depende do capital e não o contrário. De igual modo quem cria a riqueza é o capital e não o trabalho:

Essa inversão faz com que o trabalhador não se veja na riqueza que cria, e que cresce sob a forma de capital, ou seja, o seu trabalho aparece como se fosse estranho a ele. É aí que nasce o processo de alienação.

Martins demonstra de forma contundente esse processo, afirmando que ele (o trabalhador) “não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados. O homem não aparece aí como pessoa, senão no limitado sentido de que é ele mesmo produto humano da troca. Não é a sua pessoa que importa no capitalismo, mas a mercadoria, que a sua pessoa pode vender ou comprar, a força de trabalho, as mercadorias em geral. Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, o objeto, a mercadoria. Não são as pessoas que se relacionam entre si; são as coisas que o fazem, na troca. Por isso é que as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas” (MARTINS, 1981, p. 156-7, apud OLIVEIRA, 2007, p.37/38).

3. A força ideológica da educação do campo como possibilidade de garantia do modo de vida camponês ao mesmo tempo em que o investimento na educação supere a necessidade produtiva. Muitos professores camponeses tornam-se funcionários do Estado e abandonam sua produção, pois acabam sendo consumidos pela lógica educacional em sua forma – preenchimentos eletrônicos de diários; intermináveis reuniões burocrático-administrativo da vida escolar. Ao mesmo tempo em que permitem uma formação camponesa que valorize o trabalho autônomo e a permanência do campesinato brasileiro na terra.

4. A opção pela pecuária leiteira e o desejo das pequenas agroindústrias: apesar de todo o processo de construção do memorial do assentamento revelar a insatisfação da subordinação do camponês à quase exclusiva produção leiteira, esta é a única possibilidade visível de ampliação de sua produção. Há certo reconhecimento de que apesar da submissão à cadeia produtiva do leite é ainda possível deter esta cadeia produtiva para si, a partir de associações e no limite, mais interessante do que a prática do arrendamento de suas terras. Busca-se ainda a autonomia do trabalho e não a exploração da terra por ela mesma.

5. A manutenção dos PAA e demanda por uma política pública para a produção de alimentos. Ao mesmo tempo em que o Programa de Aquisição de Alimentos pressiona o camponês a produzir em primeiro lugar para o mercado e depois para a família (inverte a lógica da produção camponesa) é ainda a única possibilidade que o Estado viabiliza para sua produção agrícola. É a possibilidade de produção de alimentos no país. Constitui-se a expectativa de que a consolidação do PAA poderá representar alguma condição de ampliação do programa para a

produção para além do abastecimento de escolas e famílias carentes, mas para um abastecimento nacional mais amplo.

6. A luta constante pela manutenção do assentamento como unidade territorial camponesa: ao mesmo tempo em que o assentamento consolida-se como um aporte de mão-de-obra para as fazendas vizinhas e a manutenção do agronegócio, os camponeses realizam o “trabalho acessório” tanto nas fazendas vizinhas quanto na cidade para sua permanência na terra. Ainda assim, os camponeses reconhecem que é preciso manter uma unidade em luta contra a subjugação de seu trabalho, para além da organização produtiva, do desenvolvimento de suas relações sociais. Como nos ensina a antropóloga Bernadete Oliveira: “O restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes buscada num plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento com a sociedade, revelando uma nova coesão dada a partir de uma situação de conflito” (OLIVEIRA, 1998, p.74).

7. A luta pela permanência na terra para viver e produzir: as contradições das políticas e programas de assistência social levam à desestruturação da luta pela terra e da permanência do camponês no campo, não deixam escolhas: insere-se no campo ou insere-se na cidade. Contudo, a venda e transferência de lotes mostram que o retorno à cidade, às periferias urbanas e à condição de super-exploração levam à condição mais precária que no campo. Há que lutar pela continuidade na terra, pela manutenção das relações sociais camponesas, mas também pelo subsídio econômico e político para a produção.

8. O conflito com o contexto ambiental: a presença do calcário no solo, ao mesmo tempo em que o terreno cárstico retira a possibilidade da produção devido à instabilidade do terreno e à dificuldade de acesso à água, forma bons solos e traz possibilidade de experiências de plantio com frutas e outros produtos. A presença de um “monumento natural” – a caverna do Jaboti - torna-se um problema de manutenção à unidade territorial camponesa, a venda do lote que dá acesso à abertura principal da caverna foi realizada pelo INCRA como concessão à Prefeitura Municipal de Curvelândia sem a ciência dos demais assentados. Não há a participação dos assentados na gestão da caverna, que é explorada segundo seu potencial turístico e que junto ao desenvolvimento turístico trará um fluxo de pessoas maior ao assentamento e inúmeros problemas associados ao complexo turístico.

Em síntese, estas determinadas condições subjetivas-objetivas estão irrigadas de valores, interesses, perspectivas que ao mesmo tempo os fortalecem e os enfraquecem. Produzem representações que se concretizam, tornam-se atuantes, conferindo à vida que as anima sentidos, finalidades e usos. Que por sua vez nascem no seio da realidade e aí se desenvolvem, portanto

são um momento e uma mediação no processo do conhecimento, são necessárias mas insuficientes.

Recusar-se e opor-se à submissão das ações do Estado, ou de intelectuais fortemente amparados com suas teorias, é também um ato que estabelecerá uma relação de autonomia da vida camponesa, consigo mesmo e com os outros, que das mais diferentes formas os acompanham. Pois ao delegar ao outro aquilo que cabe à comunidade, aquilo que a vida em luta produz, se aceitarem que um estrangeiro os dirija, os oriente sobre seu pensar e agir serão mantidos num estado de dependência.

Para tanto, o trabalho do memorial auxiliou na compreensão de que é possível enriquecer seu processo contínuo de recriação ao agregar o uso do mapa e a apropriação da cartografia, os apresentando na sua luta com o objetivo de construir não só um entendimento sobre sua realidade, mas um instrumento efetivo para sua transformação.

O trabalho coletivo esboçou uma representação do futuro dos camponeses do assentamento Roseli Nunes. O mapa do futuro revela a presença-ausência do Estado, do desejo de consolidação de políticas que ao mesmo tempo em que submetem o camponês à lógica de produção capitalista, fornecem condições de reprodução das relações sociais de produção e da própria existência. Ainda assim se quer acreditar no possível-impossível, que a classe camponesa fecunde sua semente de resistência e autonomia.

2.2.4.1. A APROPRIAÇÃO DO PROCESSO DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO

A partilha entre camponeses e pesquisadores de um conhecimento socialmente produzido, a cartografia (saber, linguagem, arte e técnica de representação espacial), orientou o processo de elaboração do memorial do assentamento no sentido de apropriação do mapa em suas múltiplas determinações: a cognição; a determinação crítica; a determinação do poder político; a elaboração de diagnósticos; estratégias e possibilidades para a luta espacial. Em síntese, tornou possível compreender, explicar e representar o processo de produção do assentamento a partir das condições materiais objetivas e subjetivas existentes e possíveis no devir histórico.

Aqui há um duplo movimento: a apropriação popular da linguagem cartográfica e o entendimento de que esta linguagem produz representações. Que por sua vez devem ser dialeticamente analisadas a partir de um real que se movimenta entre a manifestação desta compreensão e a necessidade de sua transformação, realizando-se como uma prática

emancipadora (mesmo tendo em vista que nem todas as práticas emancipadoras instituídas no modo de produção capitalista são necessariamente libertárias).

Este movimento revela a tensão entre a apropriação e a dominação do espaço, ou seja, a relação entre o assentamento compreendido como um espaço em disputa com o capital, portanto um quinhão territorial não capitalista, e o assentamento compreendido como lugar da vida cotidiana camponesa, portanto um espaço a ser apropriado e consolidado por ela. Manifesta assim os conflitos, as impossibilidades-possibilidades da ação comunitária fruto da pressão exercida pelo agronegócio sustentado como opção produtiva do Estado.

O memorial do Assentamento Roseli Nunes exprime a resistência à subordinação total ao capital, a partir da luta pela terra e realização do assentamento, um espaço concebido pelo Estado (forjado historicamente pela luta pela terra no modo de produção capitalista) ao mesmo tempo em que se produz como vivido e percebido.

Dialogando com homens e mulheres políticos e não objetos, os camponeses assentados não podem ser compreendidos deslocados de sua condição de mobilidade junto à relação capital-trabalho e dos processos de compra e venda das terras pelo INCRA, feitas a partir da renda terra e não das demandas produtivas dos camponeses a serem assentados.

Apesar da compreensão de sua condição, de sua luta e do processo de compra da fazenda na qual surge o assentamento, a fazenda um terreno ‘desconhecido’, e a apropriação do espaço pelos camponeses ocorre paulatinamente no cotidiano em dez anos de consolidação do assentamento também na luta.

A partir deste processo, a proposta ousa construir um instrumento de luta e autogestão territorial, elevando o espaço percebido para outra compreensão. Portanto as representações caminharam no sentido de outra concepção e percepção do espaço, que viabilize uma produção do espaço autogestionária, a da vida comunitária dos camponeses assentados (compreendida contraditoriamente em sua relação espaço-temporal), como perspectiva revolucionária, outro vivido possível, que não é puro, ingênuo.

Na reunião de avaliação e encaminhamentos final dos trabalhos junto aos camponeses o mapa surgiu como força para a luta, reforçando a proposta da tese: a possibilidade da elaboração de mapas (e a apropriação da cartografia) que revelem o conhecimento espacial da comunidade, suas representações e momentos de entendimento espacial, objetivando fortalecer os embates com o Estado potencializando o discurso, a prática política e social dos camponeses sobre seu território. Nas palavras dos próprios assentados:

Aqui está o mapa, vai atingir tais famílias, aqui está a caverna. Aqui poderá acontecer isto e isto, nós conhecemos nosso território... Apresentar um mapa que nós construímos fortalece a luta. E se for para inserir o projeto turístico nós queremos participar da gestão. (José Roberto. Mapeamento comunitário. Setembro de 2011).

Para os camponeses é preciso valorizar a geografia (instituí-la de sentido) como um conhecimento a ser fortalecido não só na escola, mas na vida cotidiana. O descaso e o “não-ensino” da geografia é perceptível a partir da crítica ao livro didático, realizada pelos diversos professores da Escola Madre Cristina, assinalando que a formatação do conteúdo do livro não instrumentaliza a escola a pensar seu território:

Fazendo referência dos livros como atualidade... Nos livros não tem mais nem os tipos de solo, então por quê? A Geografia e a História ela tem que ser uma coisa que não serve de nada para nós. Porque se a gente tiver conhecimento a gente vai à luta e busca o que de fato é nosso. Acho que temos que sair daqui e refletir com os outros companheiros do assentamento porque de repente hoje a gente vai tá aqui e de repente amanhã acorda sem nada... muita coisa pode acontecer aqui... e a escola deve estar atenta.

(Marinalva. Mapeamento comunitário. Junho de 2011).

Acredita-se que instituído de sentido o mapeamento comunitário pode construir junto à comunidade (ainda que necessite da subversão de sua forma) a apropriação de todas as etapas do processo formal cartográfico: a concepção; a finalidade; a aquisição de dados e informações; a produção – a sistematização e a comunicação e o uso do mapa. Possibilidade expressa nas sistematizações dos quadros apresentados (p. 147 e 150), evidenciando tanto o processo cartográfico quanto os sentidos de sua concepção: Por que mapear? Para quem mapear? Quem mapear? O quê mapear? Como ensina MARTINS (2013, p.103) a partir do pensamento de Henri Lefebvre:

Estabelecendo um mundo próprio ao lado do outro, o privilégio ontológico concedido à linguagem (portanto, à consciência) desconsidera que um Eu só se constitui objetivamente, portanto, naquilo que faz e cria em determinadas condições históricas. Ao abstrair tais condições, dissociando pensamento e ação de suas relações, esse viés linguístico faz da linguagem uma abstração e, assim, termina por transformar os predicados dos sujeitos reais em sujeitos independentes e abstratos. Ao passo que “O problema é o de apreender a relação da linguagem com a ‘vida real’, ou seja, com a práxis.” (LEFEBVRE, 1966, p.94). Desse modo, se não há consciência sem linguagem, antes ou fora dela, tampouco há experiência num círculo fechado da consciência separada da realidade concreta do mundo.

Neste movimento de mapear, os camponeses reviveram e reforçaram sua identidade, sua condição de classe, representando a partir dos mapas, principalmente os do acampamento e das origens das famílias, um sentimento de pertencimento-expulsão de seu novo lugar, promovendo

reiteradamente a necessidade de defesa de sua porção do território. Movimento que realiza um pensar/representar/materializar o assentamento como unidade territorial, e utilizar o mapeamento como mais uma possibilidade de uma mobilização e de luta.

Assim, o processo de mapeamento poderá também ser uma estratégia de mobilização e fortalecimento de lutas, desde que tenha como ponto de partida a escala local, a vida cotidiana, sua história em movimento incessante, que realize a força mobilizadora das representações.

Não só mapear os conflitos “tenho problema aqui, problema ali”, mas quais são as possibilidades para repensar o assentamento. Assim, superamos a perspectiva de um mapa diagnóstico para um mapa estratégico (que carrega o diagnóstico, a estratégia e a ação).

Os conflitos sócio-ambientais reconduziram o debate sobre a gestão do território na escala local, exigindo a compreensão multiescalar e a autogestão territorial. A autogestão pressupõe o conhecimento do/sobre o território, seus constituintes, suas funções, relações, mas também, a partir das representações, seus deslocamentos e substituições, suas equivalências e abstrações.

Não se trata simplesmente de ao se apropriarem do “discurso” científico, o mapa, apropriarem-se do discurso de poder para que os assentados possam dizer que tudo sabem sobre este território, e este ‘é o olhar’. O mapa como instrumento de luta poderá questionar o poder institucionalizado e evidenciar a classe privilegiada pelo Estado.

Isto não significa que os conflitos e as disputas pelo poder no próprio assentamento não estejam representadas em seus mapas, ou simplesmente não existam. Ao contrário, nestes mapas, também é possível compreender como se originam estes poderes, o processo de institucionalização de suas lutas e o engessamento de suas práticas circunscritas, contraditoriamente, pela captura dos direitos, das necessidades e das carências pelo Estado.

Pensar o mapa como instrumento de luta é criar uma possibilidade de fortalecimento para o processo de permanência na terra e autogestão territorial. O que não sugere a solução e mera visibilidade dos problemas vivenciados no assentamento. É preciso que os assentados se mobilizem em luta, que compreendam como se originam e em que implicam suas representações.

No limite ficou um pouco do medo e da compreensão de que o assentamento não deveria ter sido instalado ali, pois ao olharmos a imagem de satélite do ano de 2000 a área da fazenda que hoje é o assentamento é uma “ilha”, não está explorada, e sim toda vegetada. Ou seja, parece que o poder público e o fazendeiro que vendeu a área já sabiam das limitações e vantagens do terreno.

Mas, como disse o Senhor Crispin “Tira nós daqui pra ir pra outro canto, nem sonhar! Eu quase morri esses dias... Resolvemos o problema da terra agora tem que resolver o problema da água... Nós temos que ficar unidos pra falar com o Governo, porque o governo só resolve o problema dos grandes”. (Outubro de 2010).

Assim, concluímos que enquanto pesquisadores realizamos o processo de apoio e reflexão necessários à ação política da comunidade. Contudo, a ação depende da necessidade (e vontade) dos sujeitos atingidos e não podemos passar por cima deste interesse. Nos momentos de trabalho com a comunidade discutiu-se amplamente a necessidade de procurar o INCRA para questionar a decisão de uso do lote para a instalação da Caverna do Jaboti sem diálogo com a comunidade, mas este debate ainda não foi realizado.

Conforme nos alerta Marilena Chauí, é preciso ter coragem política e colocar a economia sob o domínio da política. Pois do ponto de vista político todos são competentes, a política não é uma questão técnica, administrativa, é ação coletiva, decisão coletiva de direitos à toda a sociedade. A criação de direitos sociais só se realiza a partir das lutas sociais. Os conflitos são necessários ao processo democrático que deverá carregar a luta por direitos e não por privilégios. Direitos fruto de necessidades e/ou carências sociais e não regalias.

A luta dos movimentos populares pelas soluções imediatas constrói a possibilidade histórica para conduzir à luta pelas questões mediatas. Ou seja, é preciso resolver os problemas imediatos, levar à ampliação, à ação da política, cada solução de um problema imediato leva a resolver o problema seguinte, ampliando a compreensão do campo político. (Chico de Oliveira citado por Chauí).

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=aKHvNM72HHo> Acesso em: 09/2013.

Por fim, ao assumirmos a tensão da produção de um “território camponês” (considerando-o como um fragmento do território capitalista) como unidade da comunidade, o mapa materializa/simboliza a relação entre o cotidiano, sua crítica, a compreensão da realidade espacial, o processo de territorialização camponesa e indica a produção do espaço agrário matogrossense. E se torna um instrumento de luta.

Se por um lado, algumas situações geram desconforto ao pesquisador em desenvolver uma tese de militância, no sentido de parecer apropriar-se da realidade da luta e do sofrimento causado pela desigualdade e injustiça social, por outro este processo traz a clareza sobre a força da práxis na produção do conhecimento, não é uma relação unívoca com a academia, mas com a sociedade. Afinal, o conhecimento, e a cartografia, são produção social.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO

Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco, faço o pouco que me cabe me dando inteiro.

Sabendo que não vou ver o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente para não enganar a ninguém: principalmente aos que sofrem na própria vida, a garra da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido no meu bolso de palavras.

Sou simplesmente um homem para quem já a primeira e desolada pessoa do singular - foi deixando, devagar, sofredamente de ser, para transformar-se - muito mais sofredamente - na primeira e profunda pessoa do plural.

Não importa que doa: é tempo de avançar de mão dada com quem vai no mesmo rumo, mesmo que longe ainda esteja de aprender a conjugar o verbo amar.

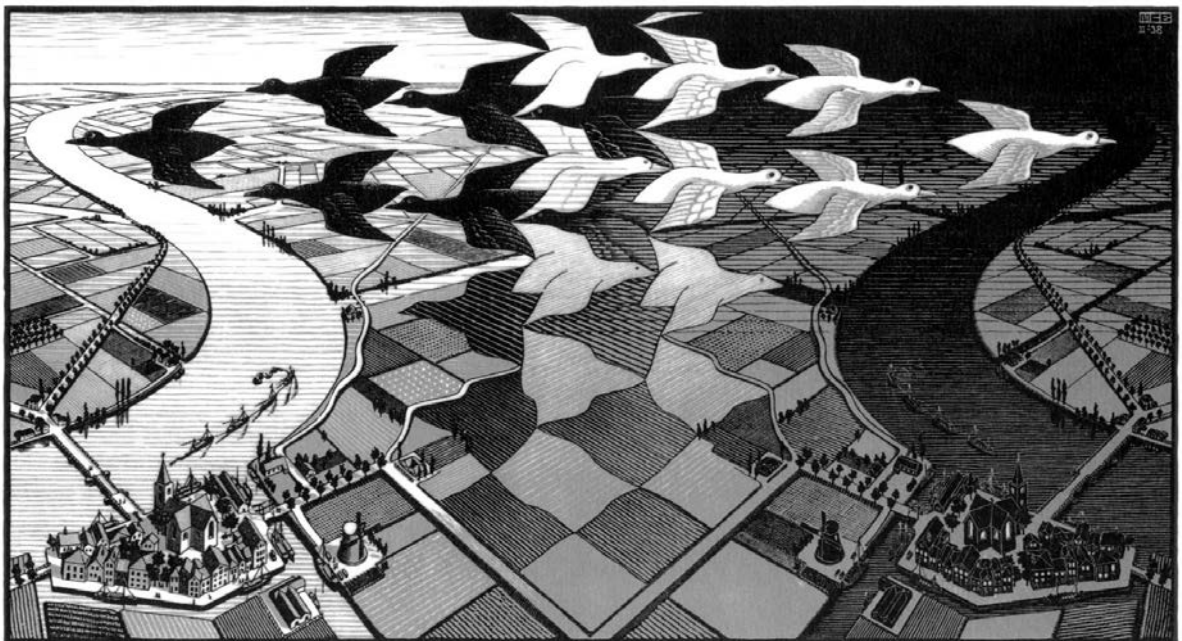
É tempo sobretudo de deixar de ser apenas a solitária vanguarda de nós mesmos.

Se trata de ir ao encontro. (Dura no peito, arde a límpida verdade dos nossos erros.)

Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo, e saber serão, lutando.

Thiago de Mello



Day and Nigh – 1938. Maurits Cornelis Escher

Construir um referencial teórico-metodológico coerente a partir da perspectiva materialista histórica dialética efetivou-se como um desafio contínuo. Duas questões precisam ser aprofundadas sobre o desenvolvimento teórico-metodológico da cartografia ‘geográfica’ brasileira: a fundamentação no conceito de geograficidade, pois ainda que os trabalhos se referenciem em autores marxistas, carregam fortemente o debate pós-moderno e tendências idealistas, parece que a geograficidade é uma condição subjetiva, quase a priori da vida social. E o foco do debate cartográfico sobre o discurso do mapa, mesmo considerando as práticas que engendram, pouco explorando a relação entre os significantes, significados e sentidos que as representações espaciais estabelecem como práticas sociais, noutras palavras, a relação entre o mapa e a linguagem viva (a relação entre verdade, conhecimento e comunicação ou intercâmbio social – econômico e cultural).

Este desafio proporcionou à tese um movimento que partiu da afirmação inicial da cartografia como um campo do conhecimento humano (saber, técnica, arte e linguagem de representações espaciais), necessária ao conhecimento espacial. Como a linguagem “espacial” é determinada socialmente por sua função cognitiva (o exercício do conhecimento espacial a partir da leitura de mapas) aliada à sua capacidade estratégica (ao conhecer o espaço a elaboração de estratégias de dominação espacial, portanto da realização de territórios) e exercício de poder de uma classe sobre outra. Portanto, afirmou-se a cartografia como uma linguagem necessária ao domínio e controle espacial.

Num segundo momento buscou-se negá-la como exclusiva à dominação espacial. Ao negá-la como linguagem exclusiva ao exercício de poder procurou-se compreender qual seria a lógica regente deste exercício de poder, qual seja, como a cartografia poderia revelar as relações estabelecidas entre o poder e a produção do espaço. Seria então possível compreender a partir dos mapas o movimento histórico que produz a espacialidade do modo de produção capitalista?

Num terceiro momento questionamos como a “captura” deste movimento, ou da lógica da produção do espaço, poderia efetivar-se como uma explicativa válida para a cartografia em sua relação com a geografia, excluindo as relações entre as classes sociais. É neste momento em que um mapeamento “comunitário” não se coloca mais como uma comunidade grupal, orientada exclusivamente pela sua identidade cultural, mas como uma comunidade (porque na vida cotidiana e na escala local) que exercita, pela apropriação da cartografia como um conhecimento humano, sua consciência de classe, produzindo representações do espaço, a partir de seus espaços de representação, procurando compreender e modificar sua prática sócio espacial (ainda que não se realize plenamente).

Ou seja, as leituras da cartografia “crítica”, da cartografia geográfica crítica, das relações entre geografia e cartografia partiram de uma compreensão idealista da “natureza” do mapa e da cartografia para a compreensão das cosmologias e concepções de espaço em diferentes sociedades e tempos históricos, para uma cartografia que explique as representações espaciais forjadas nos mapas a partir de uma relação entre as condições de existência e da consciência da classe que produz e/ou lê o mapa.

Para isto foi fundamental a construção da tese com alunos trabalhadores (nos mais diversos setores da sociedade) para aproximar um entendimento da cartografia junto ao desenvolvimento da consciência de classe. Contudo, sabemos que este desenvolvimento não é pleno no tempo atual do capital, com o dominante ideológico e o uso dos fetiches da mercadoria a alienação de classe é cada vez mais perversa. Ainda que pareça pretensioso, apesar de não ser tão simples que os estudantes reconheçam a questão da classe, e que é urgente discutir a alienação, a riqueza foi demonstrar a possibilidade da cartografia como estratégia de luta no processo revolucionário. Que a cartografia além de ser usada pelas classes dominantes, pode ser apropriada pelas classes dominadas de modo revolucionário na luta de classes.

Assim como é fundamental admitir que a mobilização de uma comunidade não pode nascer do desejo de um pesquisador, ainda que este se coloque como um mediador para a reflexão sobre a realidade coletiva. A escolha dos temas mapeados não deve surgir a priori, como condição dos processos de mapeamento comunitário, mapear conflito pelo conflito não esclarece suas determinações históricas e tampouco sugerirá as possibilidades de sua superação.

A construção dos mapas pode ser compreendida como a apropriação de um conhecimento objetivo – a cartografia – para a elaboração de representações subjetivadas (individual e/ou coletivamente) em determinados contextos históricos e espaciais, ou seja, por meio das relações sociais produzidas espaço-temporalmente que mediam discursos e ações sobre a realidade em vias de objetivação. Ou seja, torna-se concreto a partir de um movimento contraditório que parte do concreto, torna-se abstrato para retornar concretamente com outro conteúdo.

Neste sentido, considerar o mapa como instrumento de luta viabiliza a compreensão e apreensão de uma dada lógica espacial cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas) produzida como totalidade e ao mesmo tempo forja a possibilidade de reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social.

Em síntese, o mapa é um momento de concepção do real a partir do movimento da realidade. O concebido carrega a materialidade ou materializa a representação. Este concebido é fruto de uma

maneira de ver o mundo, imersa num mundo o qual o sujeito vive e, portanto, no processo de mapeamento é um momento que apresenta um determinado nível da consciência coletiva. Este momento é fruto de um processo que desvela a relação entre o vivido, percebido e concebido.

Assim, o concebido tende a pensar num projeto que concebe uma formatação determinada para o espaço, que cumpre uma função determinada nas relações sociais de produção. Aqui, a ação do Estado busca a homogeneização do espaço para transformá-lo em mercadoria, no caso do assentamento, a terra, ou melhor, sua renda e valorização. Este concebido carrega as contradições que movimentam a realidade e portanto não há a possibilidade de um mapa que apresente uma resistência pura, uma outra lógica espacial – totalmente adversa do devir histórico, uma vez que vivemos numa sociedade que se produz e se reproduz no modo de produção capitalista.

O vivido é tocado pelo percebido, o percebido é a mediação entre o vivido e o concebido no processo de elaboração da consciência coletiva. O camponês, por sua vez, sujeito que percebe o espaço, está envolvido por representações que por ele não são apreendidas.

Uma vez que os movimentos sociais concebem o espaço de tal maneira e propõem estratégias para realizá-lo, no caso do movimento camponês do final do século XX, principalmente via MST, concebe um espaço socialista, que necessita desenvolver ao máximo as forças produtivas do capitalismo para transformá-lo. Ao mesmo tempo em que realiza suas lutas junto e para a criação e recriação campesina. Esta contradição coloca a questão noutra patamar, pois não idealiza a resistência.

É preciso deixar claro que as críticas à agroecologia e ao MST não se tratam de descartar suas iniciativas, ao contrário, trata-se de compreendê-las, desvendar suas contradições para que se possa permitir a combinação destas e de outras estratégias que tenham como ponto de partida o camponês e não a mercadoria.

Portanto, nos questionamos: se o mapa escamoteia a realidade, ao deslocar seus conteúdos por sentidos ideológicos, ao mesmo tempo poderá refletir a compreensão de um determinado estágio de consciência dos camponeses, assim como também engendrará determinadas ações. Se a afirmação do coletivo ou da propriedade camponesa carrega uma ideologia, entre a necessidade de pensar o assentamento como uma unidade territorial, um espaço vivido, concebido e percebido comunitariamente (por uma classe) ao mesmo tempo em que assume a propriedade camponesa, poderá então a cartografia revelar as contradições da luta? A tensão entre a propriedade camponesa e um coletivo socialista?

Por que então não é possível produzir o espaço do assentamento assim como o espaço do acampamento? Quais são as lógicas que produzem estes diferentes espaços, vividos, concebidos e percebidos por uma mesma classe social? É na vida cotidiana, nos resíduos irredutíveis, não capturados no plano do concebido, que a luta tornará explícito o que está implícito.

Contudo, inúmeras questões permanecem para pensar o mapa e as representações que ele forja, veicula e transforma no modo de produção capitalista. Para não concluir o que se desenha como um projeto de pesquisas futuras torna-se a questionar: Como o mapa media a relação entre a valorização do espaço e o circuito da mercadoria? Superando o poder como “essência” do mapa, quais são os sentidos assumidos pelo mapa como mediação? Analisado a partir da teoria crítica das representações, quais são as mediações e os deslocamentos que o mapa realiza?

Nos mapas comunitários revela-se a diferença ou a luta pela igualdade, ou seja, pela homogeneidade do espaço capitalista? O que significa lutar por direitos, na relação com o Estado? É possível lutar apontando novas perspectivas de apropriação espacial?

Hoje os mapas participativos revelam não só em suas formas, mas em seus conteúdos, a inserção das classes na lógica espacial produzida no sistema capitalista? Como se movimenta esta lógica? A partir da segregação, da desigualdade e/ou da homogeneização? Ou a partir do ocultamento e diluição da diferença? Não corremos riscos ao transferir o poder como categoria analítica do mapa para toda e qualquer situação? Não corremos o risco de igualar o mapa ao discurso hegemônico como um instrumento de sentido único?

Este horizonte de questionamentos sugere ouvir o chamamento de Damiani (2012) e movimentar a cartografia do sentido da informação à explicação:

Parece um momento adequado mais à informação do que à necessidade de desvendamento. A falência das explicações teóricas e o avanço de um certo empirismo coincidem com o predomínio do mundial sobre o histórico. Do espacial sobre o temporal. Do que tem expressão espacial no mundial, do que parece assemelhado à estabilidade e não ao movimento e ao processo. Um pensamento que pensa a formação, a transição, parece inadequado, exatamente quando se ratifica sua potência desvendadora, porque ele, especialmente, é o pensamento que problematiza, desconfia da estabilidade aparente, da mobilidade quase ínfima. Põe a nu, como estratégia, o que se tem como dado e fato.

Desconfia do fim da história, que a mundialidade parece indicar. Mundialidade que, num momento anterior, o da sua constituição, envolveu a força da nação, a aceitação pela classe trabalhadora de uma realidade nacional, ou até regional, que esfumou sua condição social e a luta que implicava. Envolto em guerras, crises, tratados, colonizações, mal elucidados, houve a ascensão do Estado e da nação, no lugar da classe, da universalidade racional e do internacionalismo (DAMIANI, 2012, p.273).

Deste modo, compreendo que a cartografia é uma objetivação, um conhecimento socialmente produzido e, portanto deve ser apropriado por todos. Para tanto é preciso não aceitar o discurso competente, situar a cartografia e o mapa historicamente, ou seja, sua produção, uso e representação – materialização e objetivação de ações e práticas sociais. Sendo assim, desenvolver o uso do mapa ao mesmo tempo como estratégia e diagnóstico para que possamos desenvolver análises e leituras espaciais que desvelem o que nos remete à totalidade, visando a apreender a produção do espaço, mas não a pretensão de uma apreensão da totalidade acabada.

Ao final desta tese, a teoria da linguagem Lefebvrina situa-se no horizonte de continuidade desta pesquisa, uma vez que o avanço aqui possível foi a compreensão de sua dialética triádica e a articulação entre sua filosofia e a práxis cartográfica, qual seja, a possibilidade de explicar os conteúdos dos mapas e as ações que os engendram ou são engendradas por eles e igualmente analisar seu devir histórico, insistir nas rupturas cotidianas historicamente produzidas e assim constituir a cartografia como um saber estratégico instituído de sentido, o da luta pela emancipação humana..

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CITADO

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: Pesquisa social; projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.

ALMEIDA, R. D. (Org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, R. A. de. O MST e a formação da consciência de classe trabalhadora: ideologia política ou realidade camponesa?. **Revista Formação. UNESP** – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, v. 2, n. 13, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/631>>. Acesso em: abril de 2010.

ALMEIDA, R. A. de. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 2, n. 21 p. 73-88, 2003.

ALMEIDA, R. A. e PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. Revista do Departamento de Geociências da UEL – Universidade Estadual de Londrina. p.113, vol. 9 – nº 2 – jul./dez. Londrina – PR, 2000.

ALVES, R. Os mapas. In: _____. **Aprendiz de mim** - um bairro que virou escola. Campinas: Papirus, 2004. p. 90-97.

ANGEL, S. D. Mapas y dioramas: elementos para repensar la construcción cartográfica de la naturaliza y la naturaliza de los mapas. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3., 2010, São Paulo. **Agendas Para a História da Cartografia**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ANGEL, S. D. Aportes de Brian Harley a la nueva historia de la cartografía y escenario actual del campo em Colombia, América latina y el mundo. **Revista Historia Critica**. Bogotá, Espaço estudantil, n.39, septiembre-diciembre 2009.

AZEVEDO, João Bosco de. et al. Generalização Cartográfica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 5., 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002.

BATISTA, S. C. **Visualização Cartográfica: do desenvolvimento do raciocínio espacial à compreensão dos fenômenos geográficos.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2010.

BIASI, M. de. Medidas gráficas de uma carta topográfica. **Cadernos de ciências da Terra.** São Paulo: IG, n.35. 1976.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Anablume, 2004.

BRASIL – INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Roseli Nunes,** Cuiabá – MT, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território da Grande Cáceres.** Cuiabá, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020).** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual Operacional dos Objetos Padronizados do Programa Água para Todos.** Brasília, Abril de 2013.

BUENO, F. A. O. **Água para vida, em terra para poucos: assentamento Roseli Nunes – MT.** Monografia de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013. 79p.

CARLOS, A. F. A. A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia. **Revista eletrônica de geografia e ciências sociais.** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007. 12p. Disponível em: www.ub.es/geocrit/9porto/anafani.htm. Acesso em Abril de 2009.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Edição eletrônica LABur, 2007.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ed. 2002.

CHAUÍ, M. O discurso competente. In: 29.a Reunião anual da SBPC no simpósio "Ideologia e linguagem", em 1977. Publicado em 1978 na **Revista da Associação Psiquiátrica**

da Bahia, vol. 2, n.º 1. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/a0_UnwkE/6 -
_Marilena Chau - Cultura e .htm](http://www.4shared.com/office/a0_UnwkE/6_-_Marilena_Chau_-_Cultura_e_.htm). Acesso em: Julho, 2013.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: CLACSO. Año 1, no. 1, p.53-76 (jun. 2008).

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005. 13ªed. 3ª reimp.

CHAUÍ, M. (1980) **O que é Ideologia**. ANDRADE J. E. (rev.). Meio digital. 2004. Disponível em: <WWW.SABOTAGEM.CJB.NET> acesso em: setembro de 2009.

CONCEIÇÃO, A. L. **Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da geografia da miséria**. 30 anos do NPGeo. GEONORDESTE, Ano XXIV, n.2, p.37-55, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1508/1333>> Acesso em: abril de 2010

CONCEIÇÃO, A. L. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**. MERIDIANO – Revista de Geografia, número 2, 2013, p. 81-104, versão digital. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/>>. Acesso em: outubro de 2011.

CONCEIÇÃO, A. L. **A Geografia do espaço da miséria**. SCIENTIA PLENA VOL. 1, NUM. 6, 2005, P. 166-170 Disponível em: < www.scientiaplena.org.br>. Acesso em: janeiro de 2011.

CORREA, R. L. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**. Rio de Janeiro, ano VII, n.11, 12 e 13, p.133-136, 2003.

CORREA, R. L. Trabalho de campo e globalização. In: O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI. 1996. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Geografia - UFSC, 27-29, 1996.

COSTA, E. V. da, A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3742 >. Acesso em: junho de 2009.

DAMIANI, A. L. Introdução e elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia - USP**. Volume especial 30 anos, 2012, p.254-283.

DELGADO, Guilherme C. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como Pacto do Poder com os Donos da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Edição especial. Julho de 2013. p.61-68.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FABRINI, J. E. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato**. Marechal Cândido Rondon, PR: LGeo, 2001.

FABRINI, J. E. Monografia de Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013. 79p. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre**. AGB. São Paulo Ano 18, n. 19 p. 75-94 jul./dez. 2002.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FELICIANO, Carlos A. **Movimento Camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCO, C. et all. **A ocupação da avicultura de corte em Mato Grosso**. Porto Alegre: SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/279.pdf>>. Acesso em: julho de 2012.

GERMER, C. “A economia solidária”: uma crítica marxista. **Revista Outubro**. 2005. Disponível em: www.revistaoutubro.com.br/edicoes/14/out14_10.pdf. Acesso em: Abril de 2010.

GIRARDI, G. **Cartografia Geográfica: considerações críticas e propostas para ressignificação de práticas cartográficas na formação do profissional em Geografia**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

GIRARDI, G. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre Geografia e Cartografia. **Geografares**. Vitória: UFES/CCH/DG. v.1, n.01, p. 41-50, 2000.

GIRARDI, G. **A cartografia e os mitos: ensaios de leitura de mapas**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GIRARDI, G. Terceiro Ensaio: A carta topográfica. In: **A cartografia e os mitos: ensaios de leitura de mapas**. São Paulo. Dissertação Mestrado Departamento de Geografia, Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. p. 91-99.

GODOI, D. P. A. **A distribuição da água no assentamento Roseli Nunes** - acesso e demanda por água: breve estudo sobre a viabilidade de implementação de um projeto de redistribuição hídrica através de um sistema de cisternas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

GÓMEZ, J. R. M. Política, diferença e capitalismo: os alvos da análise escalar. In: VI SEMANA DE GEOGRAFIA DA FCT/UNESP, 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005.

GONÇALVES, Carlos W. P. **O desafio ambiental**. Coleção: Os porquês da desordem mundial, mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, J. K. Breve revisão bibliográfica sobre o carste. **Revista Paisagens**, n. VI, p.43-51, 2004.

HACK, Leni. **As Concepções de corpo na escola do MST do assentamento Roseli Nunes em Mirassol d'Oeste – MT: Um Estudo de Caso**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRGS. Porto Alegre, 2005.

HARLEY, J. B. A nova história da cartografia. **O correio da Unesco**. São Paulo: FGV. a. 19, n. 8, p.4-9, 1991.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*. **Revista franco-brasileira de Geografia**. Canada: University Toronto Press. v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.0008?rgn=main;view=fulltext>>. Último acesso em: 13/04/2013.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. *Confins*. **Revista franco-brasileira de Geografia** n.05, 27p. § 1-59, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Último acesso em: 13/04/2013.

HEINST, A. de C. Memória e Pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. **Revista História, imagem e narrativas**. N. 5, ano 3, setembro/2007 – ISSN 1808-9895 - Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/23-mem.pioneirismo-heinst.pdf>. Acesso em: outubro de 2011

HEINST, Andréia de C. **Pioneiros do século XX: Memória e Relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste**. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1999). **Noções básicas de cartografia**. Manuais técnicos em geociências. N.08. Rio de Janeiro: IBGE. p. 78-89. Também disponível: www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/indice.htm-3k

JOLY, F. **A cartografia**. 1ª reimpressão. Campinas: Papirus. 1997.

JORNAL A GAZETA. 02/03/1998. Sem terra voltam a cobrar do INCRA mais agilidade. Cuiabá, 1998.

JORNAL CORREIO BRASILENSE. Incra promete diminuir desmatamento. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/08/08/interna_politica,381508/incra-promete-diminuir-desmatamento-nas-areas-de-assentamentos-na-amazonia.shtml. Último acesso em: 14/12/2013.

JORNAL DIARIO DE CUIABÁ. 14/11/1999. Cuiabá, 2000. REFORMA AGRÁRIA: Incra não tem controle sobre PAs em Mato Grosso. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/141199/cidades2.htm>. Último acesso em: 04/12/2013.

JORNAL DIARIO DE CUIABÁ. 06/05/2000. Cuiabá, 2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=2228&edicao=9593&anterior=1><http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/110100/cidades.htm>. Último acesso em 04/12/2013.

JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ. 15/03/2012. Cuiabá, 2012. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=408287>. Último acesso em: 12/12/2013.

KATUTA, A. M. **O estrangeiro no mundo da geografia**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

KATUTA, A. M. O ensino e aprendizagem das noções, habilidades e conceitos de orientação e localização geográficas: algumas reflexões. **Geografia**. V.9, n.1. Londrina: UEL. P.5-24. 2000.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **AGB Seleção de textos - Teoria e método**. São Paulo: AGB-SP. n.11. p. 25-40. 1985.

KOLACNY, A. Informação cartográfica: conceitos e termos fundamentais na cartografia moderna. **Geocartografia**, GECART/Lab. Cartografia/DG–USP, São Paulo. n.2, pg 3-11, 1994. (original: Cartographic Information a fundamental concept and term in modern cartography. cartographica, monograph n.19, p.35-49. 1977). Trad. Selene C. Perez e Gisele Girardi. Xerocopiado.

KOZEL, S. T. Representação do Espaço sob a ótica, dos conceitos: mundo vivido e dialogismo. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 25-31 de julho, 2010. Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: AGB, 2010.

KOZEL, S. T. “As Linguagens do cotidiano como representações do espaço: uma proposta metodológica possível”.In: XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2009. Montevideo. **Anais...** São Paulo, Julho de 2009.

KOZEL et. al. (Orgs.). KOZEL, S. **Mapas mentais** – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira margem, p. 114-138, 2006.

LACOMBE, M. S. M. **Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano**. Anais 31º Encontro anual da ANPOCS, 2008. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_05.pdf. Acesso em: Abril de 2013.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar para fazer a Guerra. Tradução – Maria Cecília França. Campinas: Papirus. 5ª Ed. 2001.

LACOSTE, Y. **Os objetos geográficos**. Seleção de textos - Cartografia temática. São Paulo: AGB. n.18, p.1-16, 1988.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução: ANDRADE, M. M. de A.; MARTINS, Sérgio. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **La presencia y La ausencia: Contribución a La teoria de las representaciones**. México: FCE, 2006.

LEFEBVRE, H **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do núcleo de geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Ed., 1983.

LEFEBVRE, H. **A linguagem e a sociedade**. Lisboa: Ulisseia, 1966.

LE SANN, J. G. A noção de escala em cartografia. Belo Horizonte: **Revista Geografia e Ensino**, 2(1). P. 56-66, 1984.

LIMA, L. G. A sociabilidade reificante do capital por meio da política de desenvolvimento territorial. In: CONCEIÇÃO, A. L. (Org.) **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: UFS. 2011, p.27-60.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. **As representações e o possível**. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.87-97.

MAIA, L. **As classes sociais em O Capital**. Minas Gerais: Virtual Books, 2011.

MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **"Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil"**. In: Id. **Expropriação & Violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, S. **À contracorrente. educação, memória e urbano no encontro do diálogo com a realidade**. Belo Horizonte: Trabalho & Educação, v.22, n.3, p.91-115, set./dez.2013.

MARX K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX. K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX. K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2ª reimpressão, 2008.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, K.; ENGELS F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: L&PM, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MISNEROVICZ, Valdir. JORNAL A GAZETA, Cuiabá, "MST pode invadir terras públicas em MT". 20/01/97.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla**. Cuiabá: Edufmt – Entrelinhas, 2007.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **GEOSUL**. Florianópolis. V. 14, n. 27. p.67-90. 1999.

MOVIMENTO DE RUA. **“La participacion canta”**. Barcelona. Disponível em <<http://straddle3.net/participacio/>> Acesso em: outubro de 2012.

MÜLLER, Ricardo Gaspar 1. Revisitando E. P. THOMPSON e a “Miséria da Teoria”. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 1/n.2, p. 97-136, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526867007.pdf>

NASSER, A. C. A noção lefebvriana de cotidiano em um estudo sobre albergados na cidade de São Paulo. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2011. Caxambu. **Anais...** Caxambu, outubro de 2011.

NOGUEIRA, A. R. B. **Percepção e representação gráfica**: A “Geograficidade” nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **O Desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a questão agrária**. SEMINÁRIO EDUCAÇÃO NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA. MST. Auditório madeirão. Faculdade de Engenharia Florestal. UFMT, 07 de junho de 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. **Imobilismo do movimento social permite nova ofensiva do grande capital**. Entrevista concedida a “O Correio da Cidadania”, 2011. Disponível em: <<http://terralivre.org/2012/01/entrevista-com-ariovaldo-umbelino-pelo-o-correio-da-cidadania/>> Acesso em: janeiro de 2012.

OLIVEIRA, A. U. de; FARIA, C. S. de Terra, Reforma agrária e combate à pobreza. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 2012. BELO HORIZONTE. **Anais...** BELO HORIZONTE: AGB, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 2, n. 21 p. 113-156. 2003.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, 2001a. Vol. 15 n. 43 p.185-206.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo, Contexto, 2001b.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. de. Espaço e tempo, compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998. p.66-110.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. 1997. Tese. Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. Volumes 1 e 2.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. **Técnica e modernização do território**. Seminário novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: Limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso. 18/08/2010.

OLIVEIRA, L. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: IG/USP. N.32. (Série Teses e Monografias), 1978.

OLIVEIRA, B. A. C. de. **Tempo de Travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Ceurio de. **Dicionário Cartográfico**, IBGE, RJ 1993, 4a edição.

PAGANELLI, T. I. **Paisagem, uma decifração do espaço-tempo social**: as representações da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Tese. Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

PASSOS, Joelson de S. **Políticas Ambientais e Burlas Cartográficas: Legitimação da Reestruturação Produtiva do Território Matogrossense**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso, 2013. PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org).

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. **Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos.** FASCÍCULO 3. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. São Luís, 2005.

RAISZ, E. A História dos mapas. Parte I. In: _____. **Cartografia Geral.** Trad. Neide M. Schneider. 8ªed. Rio de Janeiro: Científica, 1969b. p.7-46.

RIBEIRO, O. Jornal A GAZETA 26/02/97. “A marcha dos Sem Terra”? – Opiniões. Cuiabá, 1997.

SANTOS, R. E. dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. Bogotá. 2012 **Anais...** Colômbia, Bogotá, de 07 a 11 de maio de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN – MT). CAMARGO, L. (org) **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica.** Cuiabá: SEPLAN MT, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO (SEPLAN – MT). **Anuários estatísticos SEPLAN – MT.** Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>. Acesso em: 09/2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO (SEMA). Disponível: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=289>. Último acesso em: Agosto de 2011.

SEABRA, O. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p.71-86.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-47.

SILVA, A.; SOUZA FILHO, E. E. de; CUNHA, S. B. da. Padrões de canal do Rio Paraguai na região de Cáceres – MT. **Revista Brasileira de Geociências.** 38(01), p. 167-177. 2008.

SILVEIRA, M. L. **Escala geográfica: da ação ao império?** In: O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI. 1996. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC. 1996. Colóquio . 1996.

SIMIELLI, M. E. R. O mapa como meio de Comunicação e a Alfabetização Cartográfica. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.) **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto. 2007, p.71-93.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. A. **A geografia na sala de aula**. (Repensando o ensino). São Paulo: Contexto. 2001, p.92-108.

SIMIELLI, M. E. R. **Cartografia e ensino**: Proposta e contraponto de uma obra didática. 1996. Tese Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SIMIELLI, M. E. R. Do plano ao tridimensional: a maquete como recurso didático. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB. 1991, n. 70, p. 5-20.

SIMIELLI, M. E. R. **"O mapa como meio de comunicação"**: implicações no ensino da geografia do primeiro grau. 1986. Tese. Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus. 2000, p. 132-159.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THÉRY, H. et all. **Atlas do Trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Amazônia Brasileira, 2012.

THIES, L. **Generalização cartográfica digital**: uma aplicação metodológica. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANA, N. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Bauru: Edusc, 2008.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Rev. Katál**. Florianópolis. v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

CONSULTADO

ABLER, F. R.; MARCUS, M. G.; OLSON, J. M. ed. **Geography's Inner Worlds: Pervasive themes in contemporary American Geography**. New Jersey: Rutgers University Press/ The Association of American Geographers. 1992.

ALEGRE, M. **As funções da cartografia no curso de geografia**. Boletim do Departamento de Geografia, Presidente Prudente, FCL – UNESP. n.2, p.64-72, 1969.

ALMEIDA, A. W. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Seminário Consulta, 1995.

ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: editora contexto, 1991. 92 p.

ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. 8 ed. São Paulo: Loyola. 2004. (Série leituras filosóficas).

AMSDEN, J. et al. **Anarquismo y geografia**. Barcelona: Oikos-tau. 1989.

ANDRADE, M. C. de (Org) ELISÉE, Reclus. **Col. Geografia**. São Paulo: Ática. 1985.

ARCHELA, R. S. **Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARCHELA, R. S. **Mapa – instrumento de comunicação e pesquisa: análise de representações gráficas no curso Magistério em Londrina – PR**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

ARTIMO, K. The bridge between cartographic and geographic information systems. In: MACEACHREN, A. M.; TAYLOR, D. R. F. ed. **Visualization in Modern Cartography**. Modern Cartography. Great Britain: Pergamon/Elsevier Science. p. 45-61, 1994.

ASCERALD, H. (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ASCERALD, H. (Org.) **Cartografia social e território**. Coleção território, ambiente e conflitos sociais, n.01. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional. Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS - SP. **Seleção de textos - Cartografia temática**, São Paulo: AGB. n.18, 1988.

AVRITZER, L. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BATISTA, S. C. **Conversa cartográfica**: Processo de expansão urbana na metrópole paulistana e unidades geomorfológicas de média escala. 2002. Trabalho de graduação individual. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERTIN, J. **Ver ou ler**. Seleção de textos - Cartografia temática. São Paulo, AGB. n.18, p.45-53, 1988.

BERTIN, J. **Sémiologie Graphique**: lês diagrammes, les réseaux, lês cartes. Mounton e Gauthier - Villar: Paris, 1967.

BOARD, C. Contribuição do geógrafo para a avaliação de mapas como meio de comunicação de informações. **Geocartografia**. GEOCART/Lab. Cartografia/DG-USP, São Paulo, n.3, 1994. (original: The Geographer's contribution to evaluating maps as vehicles for communication information, International Yearbook of cartography, n.17, p.47-59. 1977). Trad. Joto Marconi Jr. e Luciana Antonini. Xerocopiado.

BOARD, C. Five Selected main theoretical issues facing cartography - Spatial processes. **Cartographica**. Canada: University Toronto Press. v. 30, n. 4, p.7-9, 1993.

BOARD, C. O desenvolvimento de conceitos da Comunicação Cartográfica com referência espacial ao papel do professor Ratajski. **Seleção de textos - Cartografia temática**. São Paulo, AGB. n.18, p.25-39, 1988.

BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BOTELHO, C. C. **Relações Geografia–Cartografia**. Curso de Geografia para professores. Rio de Janeiro: IBGE. p.43-45, 1970.

CÂMARA, G. et. al. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE. 2000. Disponível em: < <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro>>. Acesso em: outubro de 2003.

CARTWRIGHT, W.; et. al. **Geospatial, information visualization user interface issues**. Cartography and Geographic Information Science. v.28, n.1. p.1-19, 2001. Disponível em: <<http://kartoweb.itc.nl/icavis/publications.html>>. Acesso: agosto de 2005.

CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ed. 2002.

COMISSÃO Pastoral da terra downloads. **Caderno conflitos**. Ano de publicação. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/4-caderno-conflitos?Itemid=23>> Download em: outubro de 2012

CONCEIÇÃO, A. L.; SOUZA, R. A. D. de (Org.) **O capital e a ocupação de terras/território**. São Cristóvão: UFS. 2013

CONCEIÇÃO, A. L. (Org.) **Trabalho e trabalhadores: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural**. São Cristóvão: UFS. 2011.

CONCEIÇÃO, A. L. “O novo não se inventa, descobre-se: Milton Santos e a “geografia aplicada.” In: CARLOS, Ana. F. A. (Org). **Ensaio de Geografia Contemporânea: Milton Santos Obra Revisitada**. São Paulo: Hucitec. p. 22-28, 1996.

COSTA, Dehbora Alves da, **A Coremática: Proposta metodológica para o estudo do processo de territorialização camponesa no assentamento Roseli Nunes**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. An Introduction to Critical Cartography. **ACME: An International E-Journal for Critical Geography**. 4 (1), 11-33. 2006.

DAGNINO, R. de S. **Riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Pedras**. 2007. Dissertação. Mestrado. Universidade de Campinas. Campinas – SP, 2007.

DAGNINO, R. de S.; CARPI JR, S. Mapeamento participativo de riscos ambientais na bacia hidrográfica do Ribeirão de Anhumas – Campinas/SP. In: II ENCONTRO DA AMPPAS. 2006. Brasília. **Anais...** Brasília. 2006.

DARDEL, E. **L'uomo e La Terra, Natura della realtà geográfica**. Milano: Edizioni UNICOPLI, 1996.

DATALUTA – MATO GROSSO 2012. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. número 53. ISSN 2177-4463. São Paulo: UNESP. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera> Acesso em: agosto de 2012

DIBIASE, D. Visualizations in the Earth Sciences. **Earth and Mineral Sciences**. v.59 n.2, p.13-18, 1990. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, College of Earth and Mineral Sciences. Disponível em: <<http://kartoweb.itc.nl/icavis/publications.html>>. Acesso em: outubro 2004.

DINIZ, A. S. Contribuições teóricas para compreensão do campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral – CE, 2010. v.12, n.01, p.35-46.

DOBSON, M. W. Visual information processing and Cartographic Communication: the utility of redundant stimulus dimensions. In: TAYLOR, D. R. F. ed. **Graphic Communication and Design in Contemporary Cartography**. USA: Jonh Wiley & Sons. v. I. p.149- 175, 1983. (Série, Progress in Contemporary Cartography).

FERNANDES, B. M. **Movimentos Socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Osal, Avi, N.16. P.273-283, 2005. Disponível: <www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso: novembro 2009

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007.

FONSECA, F. P. **A Inflexibilidade do Espaço Cartográfico, uma questão para a Geografia**: análise das discussões sobre o papel da Cartografia. 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FREIRE, Ana M. A. (Org). FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, U. Five Selected main theoretical issues facing cartography - Map functions. **Cartographica**. Canada: University Toronto Press. v. 30, n. 4, p. 1-6, 1993.

FREMLIN, G. & ROBINSON, A. H. Map as mediated seeing. **Cartographica**. Canadá: University Toronto Press. v. 35, n. 1/2. 1998, (Monograph 51).

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel. 1978.

GEORGE, P. **O meio ambiente**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1973.

GIRARDI, E. P. .Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira 2008. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008

GIRARDI, G. **Do outro lado do mapa: Eixos de pesquisa em comunicação cartográfica aplicados à cartografia temática**. 1992. Trabalho de graduação individual. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Maria do C. A. **Velhos Mapas, Novas Leituras: Revisitando a História da Cartografia GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 16, 2004. p. 67-79

GOMES, A. H. da S.; VARGAS, M. A. M. Mapas mentais como representações do espaço vivido e percebido. V COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORÂNEIDADE”. 2011. São Cristóvão. 2011. **Anais...** São Cristóvão, 2011.

GONÇALVES, A. R. **Espaço migrante: entre enunciações e olhares**. 2010. Dissertação. Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociência. Rio Claro, 2010.

GONÇALVES, A. R. Atlas Municipais Escolares: entre os mapas dos vencedores e das rupturas. In: **Anais. VI Colóquio de Cartografia para Crianças**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora - MG, 2009.

GONÇALVES, A. R. **Os Espaços-tempos cotidianos na Geografia escolar: do currículo oficial ao currículo praticado.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB. n.55, p.5-29, 1978.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os descaminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

GONÇALVES, Carlos W. P. **O desafio ambiental.** Coleção: Os porquês da desordem mundial, mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Geografías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad.** México: Siglo XXI, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. (Org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 135-161.

GOODCHILD, M. F. **Cartographic futures on a digital Earth** (Joint Plenary Session). In: INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC CONFERENCE, 19. Ottawa – Canada 1999. Anais. Ottawa, ICA, Meio digital. 1999.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVICH, Sandra. (Orgs.) **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 12 ed. 2011.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** 2004. Meio digital. Porto Alegre. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso em: setembro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Estados.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>> Último acesso em: março de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Noções básicas de cartografia. **Manuais técnicos em geociências.** N.08. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

KATUTA, A. M. Linguagens: instrumentos de conhecimento, dominação ou meio de comunicação? **Anais VI Congresso Nacional de Geógrafos Brasileiros**. AGB: Goiânia. Meio digital. 2004. CD .

KOZEL, S. T. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuição de uma experiência vivida. **Revista do Departamento de Geografia**. Universidade de São Paulo. n.13. São Paulo, 1999. p. 239-257.

LEFEBVRE, H. A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos. In: L. GOLDMANN, Serge Jonas, Jean Pronteau e outros. **Debate: porque os estudantes? O colosso que vacila (Norman Birnbaum)**. São Paulo: Documentos, 1968, p.72-169.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, E. Globalización y complejidad ambiental.: In: LEFF, E. **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI, 2000.

LIBAULT, A. **Geocartografia**. São Paulo: Edusp. 1975.

LIBAULT, A. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. Métodos em questão. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo. n.1, 1971.

LIMA, L. M. de S. **O Processo de (re)criação do campesinato em áreas do latifúndio: a fragmentação da terra em Rondonópolis – MT**. Tese (Doutorado em Geografia). 2007. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpão, 1974.

MACEACHREN, A. M. **Visualization: Cartography for the 21st Century**. 1998. Disponível em: <<http://www.geovista.psu.edu/sites/icavis/icavis/poland1.html>>. Acesso: fevereiro de 2003.

MACEACHREN, A. M. **How maps work: Representation Visualization and Design**. London/New York: The Guilford Press, 1995.

MACEACHREN, A. M. **Some truth with maps: a primer on symbolization and design**. Washington, D. C.: The Association of American Geographers. 1994a.

MAO, Tse-Tung. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCOS, V. de. **Comunidade Sinsei:(u)topia e territorialidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MARTIN, P. **Mapas sociais: método y ejemplos prácticos**. Disponível em: <www.acsur.org/acsur/destacamos/tomamos/documentos/mapas_sociales.rtf>. Download em setembro de 2008.

MARTINS, E. R. **Da geografia à Ciência Geográfica e o discurso lógico**. 1996, Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008a.

MARTINS, J. S. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Contexto, 2008b.

MARTINS, S. M. M. **Á contra corrente . Educação, memória e urbano no encontro do diálogo com a realidade**. **Revista Trabalho e Educação**. Belo Horizonte – MG, 2013. v.22, n.03, p.91-115.

MASTRANGELO, A. M. **A construção coletiva do croqui geográfico em sala de aula**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de filosofia, letras e ciência humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

MATIAS, L. F. “Por uma cartografia geográfica – uma análise da representação gráfica na Geografia”. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo 1996.

MATO GROSSO E SEUS MUNICÍPIOS. Disponível: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/indexint.php?sid=172>> Acesso em: fevereiro de 2011.

MONMONIER, M. **How to lie with maps**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press. 1996.

MORAES, A. C. R. **Em busca da ontologia do Espaço**. Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes. p. 65-74, 1982.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, R. **Pensar e ser geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, R. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **Geographia**. Niterói: UFF. n.0, 05, p.19-41, 2001.

MOREIRA, R. Da Região à Rede e ao Lugar. **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB. n.06. p. 1-11, 1997.

NAME, L.; NACIF, C. L. Notas Sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Biblio 3 W Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidade de Barcelona. v. XVIII, n. 1018. Barcelona, 2013.

NOVA ESCOLA. **Um mundo de imagens para ler**. Nova Escola. São Paulo: Abril. ed.161, p.44-49, 2003.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** - v.5 n.5 Out/2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em Setembro de 2013.

PANIZZA, A. de C. **Imagens orbitais, cartas e Coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial**. 2004.Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PICKLES, J. Cartography, digital transitions, an questions of History (Joint Plenary Session). In: INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC CONFERENCE, 19. Ottawa – Canadá 1999. **Anais**. Ottawa, ICA, Meio digital. 1999.

PRADO JR, Caio. **Introdução à lógica dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRAVDA, J. Five Selected main theoretical issues facing cartography - Map Language. **Cartographica**. Canada: University Toronto Press. v. 30, n. 4, p. 12-14,1993.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos&Contextos**. v.11, n.01, p.116-128. Porto Alegre, 2012.

PREFEITURA de Curvelândia: <<http://www.curvelandia.mt.gov.br>>. Último acesso em Agosto de 2011.

PREFEITURA Municipal de Mirassol do Oeste – MT (29/10/2013). Disponível em: <http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Noticias/Mirassol-doeste-ganha-referencia-como-a-capital-do-boi-no-oeste-e-entra-na-rota-da-soja-no-estado>. Acesso em 08/11/2013

QUEIROZ, D. R. E. A semiologia e a cartografia temática. **Boletim de Geografia**. Rio Claro: UNESP. n.18, 2000, p.121-127.

QUEIROZ, D. R. E. **O mapa e seu papel de comunicação**: ensaios metodológicos de cartografia temática em Maringá - Paraná. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo . São Paulo, 1994.

RAISZ, E. **Cartografia Geral**. Trad. Neide M. Schneider. 8ªed. Rio de Janeiro: Científica. 1969a.

RECLUS, É. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Imaginário, 2002.

RECLUS, É. **Da ação humana na geografia física: Geografia comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Expressão e Arte: Imaginário. 2010.

RECLUS, É. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas**. São Paulo: Expressão e Arte: Imaginário. 2010.

RECLUS, É. **Renovação de uma cidade: repartição dos homens**. São Paulo: Expressão e Arte: Imaginário. 2010.

REICH, Wilhelm. **O que é a consciência de classe?** Textos Exemplares, São Paulo: Martins Fontes, 1976.

RIBEIRO, A. C. T.; LOURENÇO, A.; CARVALHO, L. M. de **Por uma Cartografia da Ação:** pequeno ensaio de método. Disponível em: http://www.lastroufrj.com.br/prodcientifica/artigos/ana-alice-laura_cartografia.pdf. Acesso: 03/2010.

RIBEIRO, A. C. T. A natureza do poder: técnica e ação social. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.04, n.07, p. 13-24, 2000.

SALICHTCHEV, K. A. Algumas reflexões sobre o objeto e método da cartografia depois da 6ª Conferência cartográfica internacional. **Seleção de textos - Cartografia temática**, São Paulo, AGB. n.18, 1988, p.17-23.

SANCHEZ, M. C. Conteúdo e eficácia da imagem gráfica. **Boletim de geografia teórica**. Rio Claro, AGETEO. n.12, p.1-13.

SANCHEZ, M. C. A cartografia como técnica auxiliar da geografia. **Boletim de geografia teórica**. Rio Claro, AGETEO, 1973p. 31-46.

SANTOS, B. de S. Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.24. 1988.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço:** Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP. 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: UFSP, 2008.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007a.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2007b.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço:** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp. 2002.

SANTOS, M. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998. p.66-110.

SANTOS, M. M. D. A representação gráfica da informação geográfica. **Boletim de geografia teórica**. Rio Claro, AGETEO. n.12, p. 1-13, 1987.

SCHMID, C. A teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Trad.: M. I. Marques, ; M. Barreto. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, 2012. P.89-109.

SEEMANN, J. Tradições Humanistas na Cartografia e a Poética dos Mapas. **Revista Qual o Espaço do Lugar?** N.69, Paraná, 2012a.

SEEMANN, J. Subvertendo a Cartografia escolar no Brasil. **Revista Geografares.** n.12, p.138-174. 2012b.

SEEMANN, J. A Cartografia do Cotidiano, mapas não convencionais e um atlas de narrativas. In: WOOD, D. Everything Sings. Maps for a Narrative Atlas. Los Angeles: Siglio, 2010. **Revista Geograficidade Notas e Resenhas, v.01, n.01, 2011.**

SEEMANN, J. Cartografia e Cultura: Abordagens para a cartografia cultural. In.: ROZENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org) **Temas e caminhos da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: UERJ, 2010. v.01, p.115-156.

SEEMANN, J. (Org.) **A Aventura Cartográfica: Perspectivas, Pesquisas e Reflexões sobre a Cartografia Humana.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005/2006.

SEEMANN, J. Mapas, Mapeamentos e a Cartografia da Realidade. **Revista Geografares.** n.04. Vitória – ES, 2003.

SEEMANN, J. “Cartografias Culturais” na Geografia Cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Revista Boletim Goiano de Geografia.** Instituto de estudos sócio-ambientais/Geografia. Universidade Federal de Goiás, v.21, n.02. jul./dez. 2001.

SEEMANN, J. **Linhas Imaginárias na Cartografia: A Invenção do Primeiro Meridiano.** p.111-127. Disponível em: http://www.academia.edu/609407/Linhas_Imaginaras_na_Cartografia_A_Invencao_do_Primeiro_Meridiano

SERRES, M. **Atlas (Colección Teorema).** Madrid: Cátedra. 1995.

SILVA, A. C. da. **Geografia e Lugar Social.** São Paulo: Editora Contexto. 1991.

SILVA, A. C. **O Espaço como Ser: uma auto-avaliação crítica.** In: Geografia: Teoria e Crítica: O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes. 1982, p. 75-92.

SILVA, A. C. **Fenomenologia e Geografia.** Orientação. São Paulo: Instituto de Geografia/DG/USP. 1984, p.53-56.

SILVA, A. C. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: ABG, 1976. p.73-140.

SILVA, L. A.; XAVIER, M. A. de S. **Memória do Espaço/Tempo Vivido na Representação de Mapas Mentais: o Caso do Projeto Escolar “Nosso bairro, nosso lugar”**. Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade. Instituto Federal. Goiás, campus Inhumas, 2012. v.03, n.01

SILVA, T. P. da; ALMEIDA, R. A. de; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS. N.14, ano 02, 2012.**

SMITH, N. The Diversion of Culture, the Politics of Cultural Geography NCeHu 5/08. Conferencia dictada en la Conferencia Internacional “Aspectos Culturales en las Geografías Económicas, Sociales y Políticas”. Unión Geográfica Internacional. Buenos Aires, 9 al 11 de octubre de 2007.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-modernas**. São Paulo: Jorge Zahar. 1993.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de et al. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003. p.77-116.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP. 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. CFH/UFSC Florianópolis. 2005.

SUETTERGARAY, D. M. A. **Ambiência e Pensamento Complexo: ressignific(ação) da geografia**. Polígrafos do curso de Epistemologia (graduação UFRGS). Porto Alegre: DG/IG/UFRGS. 2003a.

SUETTERGARAY, D. M. A. **Geografia, espaço para uma das suas histórias**. Polígrafos do curso de Epistemologia (graduação UFRGS). Porto Alegre: DG/IG/UFRGS. 2003b.

SUETTERGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (Org) **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre. Espaço geográfico uno e múltiplo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002, p. 13-34.

TAYLOR, D. R. F. Perspectives on Visualization and Modern Cartography. In: MACEACHREN, A. M.; TAYLOR, D. R. F. ed. **Visualization in modern cartography**. Modern Cartography; v.2. Great Britain: Pergamon/Elsevier Science. 1994, p.333-342.

TAYLOR, D. R. F. A conceptual basis cartography. **Cartographica**. Canada: University Toronto Press. v.28, n.4, p. 1-8, 1991.

TEIXEIRA, S. K. & NOGUEIRA, A. R. B. A geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. n.13, 1999, p. 239-258.

TONEGUTTI, C. A. & MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da universidade pública.** Disponível em: <http://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo_reuni_v_04092007.pdf>

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983;

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

ULLER, A. S. Cartografia Turística: uma leitura dos mapas temáticos de uso do turista em Ponta Grossa – PR. 2010 Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

VIANA JR., A. **O Reencantamento da Cartografia.** Mapas e Identidades. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=368>> Acesso em Agosto de 2013.

VIANNA, M. Marxismo e Filosofia da linguagem à luz d' A ideologia alemã. **Bakhtiniana.** São Paulo, v.01, n.03, p.29-41, 2010.